

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
MESTRADO EM DIREITO**

DANIEL RAIZER FIAMONCINI

**DIREITOS HUMANOS NOS ESTADOS PERIFÉRICOS: UMA ANÁLISE
CRÍTICA DA GUERRA HÍBRIDA NO CONTEXTO DO NEOCOLONIALISMO
NA VENEZUELA**

CRICIÚMA

2021

DANIEL RAIZER FIAMONCINI

**DIREITOS HUMANOS NOS ESTADOS PERIFÉRICOS: UMA ANÁLISE
CRÍTICA DA GUERRA HÍBRIDA NO CONTEXTO DO NEOCOLONIALISMO
NA VENEZUELA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense para obtenção de título de Mestre em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Machado Fagundes
Coorientadora: Profa. Dra. Débora Ferrazzo

CRICIÚMA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

F439d Fiamoncini, Daniel Raizer.

Direitos humanos nos estados periféricos : uma análise crítica da guerra híbrida no contexto do neocolonialismo na Venezuela / Daniel Raizer Fiamoncini. – 2021.

372 p. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Direito, Criciúma, 2021.

Orientação: Lucas Machado Fagundes.

Coorientação: Débora Ferrazzo.

1. Direitos humanos – Venezuela. 2. Teoria crítica. 3. Neocolonialismo. 4. Guerra híbrida. 5. Imperialismo. I. Título.

CDD 23. ed. 341.12191

DANIEL RAIZER FIAMONCINI

**“DIREITOS HUMANOS NOS ESTADOS PERIFÉRICOS: UMA ANÁLISE CRÍTICA
DA GUERRA HÍBRIDA NO CONTEXTO DO NEOCOLONIALISMO NA
VENEZUELA”**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Direito no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 19 de outubro de 2021

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Lucas Machado Fagundes
(Presidente e Orientador (a) – UNESC)



Prof. Dr. Piero de Camargo Leirner
(Membro externo – UFSCAR)



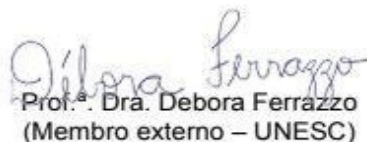
Prof. Dr. Antonio Carlos Wolkmer
(Membro – PPGD/UNESC)



Prof. Dr. Ricardo Prestes Pazello
(Membro externo – UF)



Prof. Dr. Reginaldo de Souza Vieira
Coordenador adjunto do PPGD



Prof. Dra. Debora Ferrazzo
(Membro externo – UNESC)

Dedico este trabalho àqueles e àqueles que
disponibilizam e arriscam suas vidas na
resistência anti-imperialista e em defesa dos
Direitos Humanos.

AGRADECIMENTOS

E avistei o mar das boas companhias a rodear-me nestes últimos anos, ocupando os espaços vazios de quando se pensa só, ou em nada se pensa. Pude viver a dança das ideias que coadunaram formando novos pensares; da companhia, dos amigos, amigas e familiares, sem grau maior de importância desde o entrelaço verdadeiro do que é o amor.

Formatando-se em escrita, o agradecer destas laudas é a menor parcela do que eu poderia, de fato, expressar. Ainda assim, não esquivo em revelar que o “eu” é mais que eu, na verdade, são vocês: todas e todos a me permitir em suas vidas. Retribuir tanto carinho é uma árdua tarefa que em minhas limitações enquanto ser humano, não deixo, tenham certeza, de tentar.

Procurei doar-me o quanto pude para esta pequena grande comunidade que juntos estamos ininterruptamente a construir entremeios às dificuldades de cada um. Superamo-nos, camaradas, nesta sinuosa via das contradições que nos move a buscar a união, sim, e jamais o isolamento pretendido pela força que procura sempre reprimir; disso eu tenho certeza!

Não posso deixar de exprimir meus sentimentos quanto à situação pandêmica pela qual passamos e aos poucos vamos nos livrando. É preciso lembrar deste grave evento que exigiu o esforço de muitos profissionais para que o ensino não findasse. Os corredores e as salas de aula ficaram vazios, e ainda assim precisaram manutenção para que não sofressem com a poeira do silêncio. Aos envolvidos e as envolvidas nessa resistência, os que limpam, os que ensinam e os que fazem parte da Universidade **comunitária** do Extremo Sul Catarinense (UNESC), deixo meu primeiro agradecimento nominal. Obrigado por terem encontrado as soluções que mantiveram viva a educação.

De mãos dadas a esse esforço conjunto, ao lado dos ensinamentos a mim prestados, agradeço primeiramente ao meu orientador Lucas Machado Fagundes, que soube traduzir da melhor forma possível seu conhecimento em ambiente virtual, além de ter disponibilizado vasto conteúdo teórico para que eu pudesse seguir adiante em minha pesquisa, que, aliás, foi por ele acreditada antes mesmo de eu decidir definitivamente pelo mestrado. À minha coorientadora, Débora Ferrazzo, pessoa humana a qual mantenho espaço reservado em meus sentimentos, afixo incomensurável respeito na história de nossa convivência. Algo maior permitiu que

podéssemos nos encontrar presencialmente, preenchendo de certa forma a lacuna aberta pela pandemia, fator determinante para conclusão deste trabalho.

Aos que participaram da qualificação, Ricardo Prestes Pazello e Antonio Carlos Wolkmer, saibam que todas as contribuições dadas naquele importante dia foram levadas em conta, tendo sido indispensáveis a completude do processo de pesquisa e escrita deste material.

O ato de sentar-se por horas em frente a tela do computador, somado à angústia em ver finalizadas as tarefas, tornaram os dias, e muitas noites, exaustivos. Assim, devo agradecer aos que acompanharam diretamente esse processo. À minha companheira amorosa de longa data, Fernanda Paulina, que não deixou em tempo algum de ampara-me nos instantes difíceis, exponho minha gratidão incalculável, assim como todo amor e apreço que tenho pela pessoa magnífica que és e que só faz somar-se ao lado bom da vida. Aproveito para lembrar outro membro da família, este que não é humano, mas esteve a meu lado todos os dias ao longo desta dissertação: François, meu eterno amigo e filho canino que aliás, encontra-se aqui agora; ele, de fato, não me deixou sozinho um segundo sequer.

Aos amigos e amigas, agradeço primeiramente minha sogra Mari: sim, ela situa-se antes no rol das grandes amigadas e sem sua presença nem mesmo minhas necessidades mais primárias como comer e beber diariamente teriam sido possíveis. Sem sombra de dúvidas posso situá-la também como uma segunda mãe, àquela que aconselha, alimenta e diverte.

Também reconheço a amizade de minha amiga, que também é cunhada, Renata, pelos dias de descontração compartilhados ao longo dos tempos, especialmente nos dois últimos anos, que, apesar de seu trabalho como enfermeira no cenário pandêmico, ainda assim encontrou maneiras de estar presente. Além disso, é mãe da amiga Helena, a qual considero sobrinha legítima e é uma divertidíssima companhia.

No contexto das amigadas, se fizeram presentes ainda Clóvis e Fernando, ambos importantes nos dias de alegria, onde entre festividades e conversas se disponibilizaram a preparar refeições boas de mais da conta. Lembro aqui também do camarada Luiz de Castro, cientista social e ótimo debatedor político que me ajudou em questões essenciais da pesquisa.

Evidentemente, considero todos e todas as pessoas acima citadas, parte de uma grande família, no entanto, reservo as últimas linhas àqueles que os precederam

no sentido de convívio. Dessa forma, agradeço meu irmão Giuliano que, lembro, disse-me um dia: “Por que você não faz mestrado”. Eis-me aqui, irmão, seguindo adiante e sabendo de seu apoio incondicional. Não posso também esquecer das três pessoas sempre ao seu redor: sua esposa Elisandra e seus dois filhos, meus sobrinhos queridos que tanto amo, a Giulia e o Enrico, que muito me ajudaram nesse período.

Por fim, pai e mãe! Não existiria nada sem eles, nem vida, nem mestrado. Sempre apoiaram minhas decisões, mesmo as que se revelaram desacertadas. Agradeço imensamente a forma como lidaram com mais esta etapa de minha vida, etapa fundamental que, tristemente, devido às condições impostas pela pandemia, deu-se contrária ao que entendemos como ideal. Mesmo assim, nosso vínculo é espiritual, é metafísico, é, pois, inexplicável e ambos merecem o maior respeito deste que vos escreve de coração.

Termino por dizer que o período de mestrado significou algo para além da teoria. Vejo-me diferente, como um ser mais lúcido em relação aos acontecimentos que nos rodeiam. Se aprendi muito, é porque aprendi em comunidade, e é em comunidade que o ser ama, faz-se amar e descobre que a vida não é completa sem a luta pela igualdade material.

“Pobre América Latina, tan lejos de Dios y tan
cerca de los Estados Unidos”.
Adágio Mexicano adaptado

RESUMO

As relações de dominação que acompanharam a historicidade humana, culminando em uma forma própria, pelo seu alcance global, no período que se inicia na modernidade, evidenciaram as forças opostas de um novo sistema. A repercussão dessas tensões geopolíticas demonstra a relevância em se compreender o impacto produzido pela ingerência internacional sobre os direitos humanos, tarefa que constitui a problemática desta pesquisa. Utilizando como marco teórico a teoria crítica dos direitos humanos, buscar-se-á discutir as mutabilidades do centro de poder capitalista e quais as técnicas intervencionistas utilizadas contra as sociedades periféricas. Nesse contexto, serão abordadas as atividades imperialistas ao longo da história, para que seja possível entender as relações de dominação neocolonial na Venezuela. A hipótese inicial pressupõe a inclusão do método de guerra híbrida nas estratégias estadunidenses e considera que esteja sendo utilizada como prática de intervenção imperialista que visa a neocolonização por meio da mudança de regime nas sociedades periféricas insubordinadas ao sistema padrão estadunidense. Do objetivo geral em verificar o impacto sobre os direitos humanos decorrentes da possível relação entre neocolonialismo e guerra híbrida, sucedem os outros três específicos. A estes, incumbe, respectivamente, descrever o processo histórico das relações de dominação, compreender as técnicas de desestabilização deflagradas contra as sociedades periféricas e investigar o impacto das relações neocoloniais e da guerra híbrida sobre os direitos humanos no caso da Venezuela. O método de abordagem adotado foi o dedutivo, e foram aplicados os métodos histórico e comparativo de procedimento. Resultou, por fim, desta pesquisa bibliográfica, a validação da hipótese, constatando-se o uso da guerra híbrida pelo imperialismo em suas intervenções neocoloniais, sendo que a resistência da Venezuela não vem sendo capaz de impedir a violação de direitos humanos resultantes da ingerência estadunidense.

Palavras-chave: Teoria Crítica; Direitos Humanos; Guerra Híbrida; Neocolonialismo; Imperialismo.

RESUMEN

Las relaciones de dominación que acompañaron a la historicidad humana, culminando en su propia forma, por su alcance global, en el período que se inició en la modernidad, evidenciaron las fuerzas opuestas de un nuevo sistema. Las repercusiones de estas tensiones geopolíticas demuestran la relevancia de comprender el impacto que produce la injerencia internacional en los derechos humanos, tarea que constituye la problemática de esta investigación. Utilizando la teoría crítica de los derechos humanos como marco teórico, se buscará discutir la mutabilidad del centro de poder capitalista y qué técnicas intervencionistas se utilizan contra las sociedades periféricas. En este contexto, se abordarán las actividades imperialistas a lo largo de la historia, para que sea posible comprender las relaciones de dominación neocolonial en Venezuela. La hipótesis inicial presupone la inclusión del método bélico híbrido en las estrategias estadounidenses, y considera que está siendo utilizado como una práctica de intervención imperialista orientada a la neocolonización a través del cambio de régimen en sociedades periféricas insubordinadas al sistema estándar estadounidense. Del objetivo general de verificar el impacto en los derechos humanos derivado de la posible relación entre neocolonialismo y guerra híbrida, se siguen los otros tres específicos. Son responsables, respectivamente, de describir el proceso histórico de relaciones de dominación, comprender las técnicas de desestabilización lanzadas contra las sociedades periféricas e investigar el impacto de las relaciones neocoloniales y la guerra híbrida sobre los derechos humanos en el caso de Venezuela. El método de aproximación adoptado fue el deductivo y se aplicaron los métodos de procedimiento histórico y comparativo. Finalmente, esta investigación bibliográfica resultó en la validación de la hipótesis, notando el uso de la guerra híbrida por parte del imperialismo en sus intervenciones neocoloniales, y la resistencia de Venezuela no ha podido evitar la violación de los derechos humanos resultante de la injerencia de Estados Unidos.

Palabras-clave: Teoría Crítica; Derechos Humanos; Guerra Híbrida; Neocolonialismo; Imperialismo.

КОНСПЕКТ

Отношения господства, сопровождавшие историю человечества и принявшие в итоге глобальный масштаб уже в начале наших дней, выявили противоборствующие силы в сложившейся актуальной политической системе. Последствия данной геополитической напряжённости показывают актуальность понимания воздействия, оказанного международным вмешательством в сферу прав человека и являющимся главной проблематикой данного исследования. Взяв в качестве теоретического обоснования теорию критики прав человека, предлагается рассмотрение вопроса нестабильности капиталистического центра влияния и вопроса интервентских технологий, используемых против периферийных государств. В данном контексте будет рассмотрена империалистическая деятельность, осуществляемая на протяжении всей истории, для того, чтобы можно было понять основанную на доминировании неоколониальную повестку в отношении Венесуэлы. Первоначальная гипотеза предполагает привлечение методов гибридной войны в стратегии США и учитывает их использование в качестве империалистической интервенционной практики, имеющей своей целью новую колонизацию посредством смены правящего режима в периферийных государствах, противостоящих навязываемой политической системе США. Из основной цели, состоящей в выявлении воздействия возможных связей между неоколониализмом и гибридной войной на права человека, вытекают отдельные три подцели. К ним, соответственно, относится описание исторического процесса взаимоотношений на основе доминирования, выявление технологий дестабилизации, инициированных против периферийных государств и исследование воздействия отношений как неоколониального типа, так и характера гибридной войны на права человека в случае Венесуэлы. В качестве подхода к исследованию выбран дедуктивный метод, также были применены исторический и сравнительно-процедурный методы. Результатом данного библиографического исследования послужило подтверждение выдвинутой гипотезы и констатация использования гибридной войны империалистическими силами в своих неоколониальных интервенциях, вследствие чего сопротивление Венесуэлы не смогло воспрепятствовать нарушению прав человека, вызванных вмешательством США.

Ключевые слова: критическая теория, права человека, гибридная война неоколониализм, империализм.

ABSTRACT

The relations of domination that accompanied human historicity, culminating in its own form, due to its global reach, in the period that began in modernity, evidenced the opposing forces of a new system. The repercussions of these geopolitical tensions demonstrate the relevance of understanding the impact produced by international interference on human rights, a task that constitutes the problematic of this research. Using the critical theory of human rights as a theoretical framework, we will seek to discuss the mutability of the capitalist power center and the interventionist techniques used against peripheral societies. In this context, imperialist activities throughout history will be addressed, so that it is possible to understand the relations of neocolonial domination in Venezuela. The initial hypothesis presupposes the inclusion of the hybrid war method in US strategies and considers that it is being used as a practice of imperialist intervention aimed at neocolonialism through regime change in peripheral society's insubordinate to the standard US system. From the general objective of verifying the impact on human rights arising from the possible relationship between neocolonialism and hybrid war, the other three specific ones follow. They are responsible, respectively, for describing the historical process of relations of domination, understanding the techniques of destabilization launched against peripheral societies, and investigating the impact of neocolonial relations and the hybrid war on human rights in the case of Venezuela. The approach method adopted was the deductive one, and the historical and comparative methods of procedure were applied. Finally, this bibliographical research resulted in the validation of the hypothesis, noting the use of hybrid warfare by imperialism in its neo-colonial interventions, and the resistance of Venezuela has not been able to prevent the violation of human rights resulting from US interference.

Keywords: Critical Theory; Human rights; Hybrid Warfare; Neocolonialism; Imperialism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Demonstração gráfica: Heartland (Mackinder) x Rimland (Spykman)	124
Figura 2 - Representação Gráfica dos Cinco Anéis de Warden.....	126
Figura 3 - Captura de tela da conta do twitter de Marco Rubio	240
Figura 4 - Captura de tela da conta do twitter de Juan Guaidó	242
Figura 5 - Captura de tela da conta do twitter de John Bolton	243
Figura 6 - Captura de tela do twitter de Nicolás Maduro	243

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EUA – Estado Unidos da América
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ONU – Organização das Nações Unidas
FMI – Fundo Monetário Internacional
OMC – Organização Mundial do Comércio
CEE – Comunidade Econômica Europeia
PIB – Produto Interno Bruto
NP – National Party of South Africa – Partido Nacional da África do Sul
SAP – South African Party – Partido Sul-Africano
IWW – International Workers of the World – Trabalhadores Internacionais do Mundo
CNSAN – Congresso Nacional dos Sul-Africanos Nativos
ICWUA – Industrial and Commercial Workers Union of Africa
CNA – Congresso Nacional Africano
LJ – Liga da Juventude
PCSA – Partido Comunista Sul-Africano
PAC – Congresso Pan Africanista
CCI – Corrente Comunista Internacional
NEP – Nova Política Econômica
OOAD – Observação, Orientação, Decisão e Ação
U.S DoD – Departamento de Defesa dos Estados Unidos
EU – União Europeia
ONGs – Organizações não Governamentais
UW – Unconventional Warfare – Guerra não Convencional
USSOCOM – United States Special Operations Command – Comando de Operações Especiais
USA – United States of America – Estados Unidos da América
OEA – Organização dos Estados Americanos
NYT – New York Times
MIT – Instituto de Tecnologia de Massachusetts
NSA – Agência de Segurança Nacional dos EUA
FBI – Federal Bureau of Investigation – Departamento Federal de Investigação
PT – Partido dos Trabalhadores
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
BRICS – Banco Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
STF – Supremo Tribunal Federal
DIA – Agência de Inteligência de Defesa
OMS – Organização Mundial da Saúde (OMS)
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
CNV – Comissão Nacional da Verdade
AD – Ação Democrática
COPEI - Comitê de Organização Política Eleitoral Independente
NAFTA – Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio
MBR-200 – Movimento Bolivariano Revolucionário
PDVSA – Petróleos de Venezuela
OIT – Escritório de Iniciativas de Transição
USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento
USG – United States Government

REDI – Regiões Estratégicas de Defesa Integral
ZODI – Zonas Operativas de Defesa Integral
TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
FANB – Forças Armadas Nacionais Bolivarianas
DEA – Administração de Combate às Drogas
PCV – Partido Comunista da Venezuela
FOIA - Freedom Information Act - Lei de Liberdade de Informação
FALN – Forças Armadas de Libertação Nacional
MIR – Movimento Revolucionário Independente
GOV – Governo da Venezuela
DIA – Agência de Inteligência de Defesa
DDI – Direção de Defesa de Inteligência
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
SOUTHCOM – Centro de Inteligência do Comando Sul dos Estados Unidos
FARC - Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
ELN - Exército de Libertação Nacional
NED – National Endowment for Democracy –Doação Nacional para a Democracia
ACNUR – Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados
OIM – Organización Mundial para las Migraciones
FEDECÁMARAS – Asociación Empresarial Fedecámaras
CENDAS – Centro de Documentación e Análisis Social
Encovi – Encuesta Nacional de Condiciones de Vida
UNHRC – Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas
BDS – Boicote, Desinvestimento e Sanções contra Israel

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 “GUERRAS JUSTAS” E GEOPOLÍTICA DO CENTRO E PERIFERIA: DAS COLONIZAÇÕES AO NEOCOLONIALISMO.....	22
1.1 EUROPA E MODERNIDADE: PRIMEIRO CENTRO GLOBAL DE DOMINAÇÃO	36
1.2 ESTADOS UNIDOS E IMPERIALISMO: ORIGEM DE UMA NOVA CONFIGURAÇÃO DE PODER	56
1.3 EXPANSÃO DO “NOVO IMPÉRIO”: ESTRATÉGIAS DE CONQUISTA GEOPOLÍTICA E NEOCOLONIALISMO.....	76
2 DESESTABILIZAÇÃO E DOMINAÇÃO DE SOCIEDADES PERIFÉRICAS: GUERRA HÍBRIDA COMO MÉTODO DO IMPERIALISMO NO SÉCULO XXI.....	104
2.1 A TEORIA DAS GUERRAS HÍBRIDAS NA PERSPECTIVA IMPERIALISTA E NEOCOLONIALISTA	133
2.2 O IMPACTO DAS GUERRAS HÍBRIDAS NA SOBERANIA DAS SOCIEDADES PERIFÉRICAS	152
2.3 GUERRAS HÍBRIDAS E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA CRÍTICA.....	171
3 DIREITOS HUMANOS NA AMÉRICA LATINA: A DINÂMICA NEOCOLONIAL NA VENEZUELA.....	195
3.1 RESISTÊNCIA ANTICOLONIAL NA VENEZUELA E OS HIATOS NA INGERÊNCIA DO CENTRO DE PODER CAPITALISTA	204
3.2 VENEZUELA E EUA: A NARRATIVA IMPERIALISTA NOS DOCUMENTOS OFICIAIS.....	254
3.3 A VENEZUELA ENTRE RESISTÊNCIA E DESTRUIÇÃO: A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	293
4 CONCLUSÃO	321
5 REFERÊNCIAS.....	328
ANEXO A – CARTA COM PEDIDO DE DESCULPAS ENCAMINHADA PELO PRESIDENTE DA ARGENTINA ALBERTO FERNÁNDEZ AO PRESIDENTE BOLIVIANO LUIS ARCE.	371
ANEXO B – DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO COMANDANTE GERAL DA FORÇA AÉREA BOLIVIANA JORGE GONZALES TERCEROS LARA AO EMBAIXADOR DA ARGENTINA NA BOLÍVIA NORMANDO ÁLVAREZ GARCÍA.....	372

INTRODUÇÃO

Os dissensos que compõem a historicidade humana, há muito são investigados com vistas a entender como as relações de dominação se constituem. Este trabalho intenta trazer ao debate a construção destes conflitos desde a modernidade até a contemporaneidade, donde se estabelecem as estruturas do poder capitalista. Durante o percurso desse novo sistema-mundo, as condições que se apresentam aos dominantes vão se alterando, obrigando-os a mutar sua forma de atuação para manter o domínio.

No contexto dessa relação dicotômica entre dominante e dominado, encontrou-se na teoria crítica, que representa aqui o marco teórico, os fundamentos para interpelar criticamente, para usar Dussel, o imaginário eurocêntrico universalista, cujas manifestações teóricas colocadas em prática direcionaram esta pesquisa ao tema da violação dos direitos humanos. Desta forma, é possível pensar o tema como um conjunto de teorias críticas que procuram nominar as estruturas de dominação levadas a cabo pelo centro de poder capitalista e que fazem desencadear uma série de outros constructos utilizados para definir os rumos das sociedades periféricas.

Dos termos que delimitam a proposta temática, fora os que aparecem em evidência textual, como os direitos humanos, o neocolonialismo e a guerra híbrida, imbrica-se também, na incumbência de buscar os resultados, o imperialismo, desde sua definição como etapa do capitalismo por Lênin. Essa consideração é bastante significativa para que se possa compreender os contornos históricos das atividades neocoloniais que vêm desestabilizando as sociedades periféricas ao redor do mundo, principalmente as latino-americanas, que desde a gênese da modernidade são forçadas a atenderem os interesses dos dominadores. Ao averiguar as condições sociológicas das resistências anticolonialistas, notou-se certas particularidades nas lutas independentistas da América Latina, fato determinante para que se estipulasse como objeto deste estudo a Venezuela.

Em se tratando de uma pesquisa crítica anti(neo)colonial, a problemática apresentou-se distribuída em conceitos relacionais úteis para solucionar a questão apresentada. A investigação partiu do pressuposto de que o poder dominante persegue a mutabilidade das condições espaço-temporais disponíveis em determinados períodos, ou, colocado de outra forma, o poder transita no espaço e no tempo de acordo com as próprias condições impostas pelo seu detentor. Assim,

enquanto se reproduzia o colonialismo, o poder residia nas mãos dos colonizadores, que o utilizavam para determinar a produção do saber e do fazer humano. Existe aí, portanto, um tipo de relação cujas características diferem dos modelos de sociedade anteriores, o que significa que toda a estrutura transitou e sofreu alterações.

Por esse motivo, acreditou-se desde o princípio na existência de uma ampla conjuntura formada por um mosaico de contextos históricos que só poderiam ser compreendidos a partir de uma análise crítica. Eventualmente, acabou-se descobrindo que as sociedades periféricas correspondem ao ponto de interseção dos interesses capitalistas, o que permitiu perceber o posicionamento dos Estados periféricos com base, principalmente, nas teorias da dependência e do sistema-mundo. Daí em diante, os caminhos para resolver o problema de como as guerras híbridas são utilizadas na perspectiva das relações neocoloniais, para que seja efetivada a violação dos direitos humanos na Venezuela, se abriram.

O encadeamento de eventos iniciados com a modernidade não solidificaria a lógica da acumulação de capital sem que daí decorressem adequações temporais a brotarem do centro de poder capitalista. Desse modo, importa entender como avançam as intervenções que se direcionam do centro para a periferia global, especialmente para que se transmita adiante o conhecimento de que todo esse processo se dá em ato contínuo de violação de direitos humanos.

A dinâmica das relações de dominação também abrange as áreas técnicas de planejamento imperialista, das quais estão sendo sempre aperfeiçoadas novas estratégias, táticas e métodos. Por ser um processo complexo e ininterrupto, é indispensável manter-se atento às novas teorias que se apresentam, como é o caso da guerra híbrida, um método de guerra indireta que vem sendo utilizado nos últimos anos, principalmente pelos Estados Unidos da América (EUA), para desestabilizar outros países. Ocorre que, a guerra híbrida tem como prioridade derrubar regimes ou subjugar-los de maneira forçada, e uma das táticas utilizadas prevê a manipulação da sociedade-alvo em diversos aspectos. Em vista disso, a desestabilização supera o âmbito político imediato, corrompendo toda a estrutura socioeconômica, no que representa uma série de violações de direitos humanos.

Embora se tenha percebido uma crescente produção de pesquisas sobre a guerra híbrida, e que os estudos referentes ao neocolonialismo e aos direitos humanos estejam já bastante maduros, trabalhos que visem apresentar resultados sistematizados acerca da relação desses temas, são, ao contrário, difíceis de serem

encontrados. Não se trata aqui de mera compilação de eventos, mas de uma análise histórica e documental sobre a relação de forças contraditórias, buscando compreender quais os mecanismos que possibilitam a uma manter domínio sobre a outra.

Surpreendentemente, o desenlaço desse histórico revelou que a movimentação dos EUA, no âmbito dos planejamentos estratégicos de dominação, é muito mais profunda e longeva do que se imaginava. Com isso, propôs-se ir além da revisão histórica e analisar também vários documentos confeccionados por agências, instituições e outros órgãos oficiais estadunidenses. Essas verificações contribuem para demonstrar como as linhas discursivas do imperialismo constroem a narrativa sobre a periferia, sobretudo em relação à Venezuela.

Para tanto, abordou-se o tema com base no método dedutivo, analisando casos concretos cujos eventos pudessem ser explicados pelas teorias aplicadas, de forma que se fizesse possível encontrar equivalências com a situação da Venezuela. Assim, sobre o neocolonialismo foram pesquisados artigos e obras em diferentes contextos históricos, na tentativa, que se demonstrou exitosa, de situar a Venezuela como região viável ao neocolonialismo. A análise dedutiva dos documentos pesquisados, permitirá inferir que a sociedade venezuelana sofreu vários ataques que se assemelham às guerras híbridas conduzidas pelos EUA contra países do leste europeu, como a Ucrânia, ou contra países asiáticos, como o Quirguistão, ponto em que se fez útil o procedimento comparativo de pesquisa.

Tratar-se de uma pesquisa crítica que recai sobre vasto campo, com diversos e complexos eventos, mesmo quando delimitado esse campo à experiência venezuelana. Por isso se faz necessária a historicidade para narrar acontecimentos relevantes ao tema, bem como se considera importante e indispensável a interpretação crítica dos documentos oficiais das agências estadunidenses. Por isso, optou-se pelo método de procedimento histórico, mas também comparativo. Neste último caso, ficou evidente durante a pesquisa, que a ausência de comparações entre eventos externos à Venezuela impossibilitaria a completude dos objetivos, logo, diversos paralelos foram traçados.

Da mesma forma, as etapas todas deste trabalho se deram sobre a consulta de fontes indiretas, como artigos, e obras teóricas principalmente, mas também sobre documentos, declarações e entrevistas que foram devidamente transcritas quando as circunstâncias assim exigiram. Empregou-se, portanto, a técnica de pesquisa

bibliográfica, sendo os dois primeiros capítulos constituídos mormente por discussões fundamentadas em textos provenientes de obras e artigos. Já o terceiro engloba, além disso, principalmente em seu segundo tópico, análises documentais que conversam com artigos jornalísticos distribuídos em diversas plataformas de comunicação, nacionais e internacionais. Ressalta-se que, especificamente em relação aos artigos de jornais e revistas, antes da opção por um ou por outro sobre o mesmo tema, foi realizado um comparativo e checagem para evitar falsas informações.

Com suporte nestes mecanismos metodológicos, dedicou-se a verificar os objetivos apresentados, estabelecendo como principal a existência ou não da relação entre a guerra híbrida e o neocolonialismo, em um movimento que possivelmente teria impacto diretamente nos direitos humanos nas sociedades periféricas. Dessa forma, ramificaram três objetivos específicos para organizar os três capítulos que compõem esta dissertação.

Dessarte, no primeiro capítulo serão apurados processos históricos imprescindíveis para a compreensão das origens da relação de dominação no sistema capitalista. Assim, tomar-se-á por referência como início da modernidade, o ano de 1492, momento em que os espanhóis aportam em terras onde hoje se conhece por América Latina. Este é o período constitutivo do primeiro centro global de dominação, sobre o qual se desdobram em sequência as figuras da descoberta, invenção e conquista. Esta última figura representa o foco central das discussões iniciais, e é sobre ela que a Europa modificará todo espaço dominado, subjugando os povos autóctones, utilizando escravos negros e explorando recursos naturais para fazer avançar um novo sistema-mundo.

Existe, nesse contexto, toda uma estrutura pensada para manter vigorando a repressão europeia sobre outros povos, que é, verdadeiramente o padrão de dominação dos colonizadores, donde surge, por exemplo, a classificação social por raça. Ainda que a ideia por trás da Europa como centro de poder carregue contradições que serão discutidas neste primeiro capítulo, como poder capitalista ela se constrói por meio da reestruturação dos modos de produção, que se descobriu ter relação com as novas circunstâncias socioeconômicas em amadurecimento na Europa naquele período.

Passo consequente, distinguir-se-á o momento de transmutação deste poder europeu para o estadunidense, que tem início ainda na primeira metade do século XIX, quando se inquietam as políticas expansionistas e anexionistas regionais. Não

só os EUA traçaram suas estratégias hemisféricas já no início do século XIX, como, no mesmo período, participaram ativamente do comércio neocolonialista na África. Posteriormente, os EUA passaram a aprimorar suas táticas discursivas e a aplicá-las em larga escala, com ênfase no período pós-guerra. No século XX, então, despontaram como representantes máximos do imperialismo, guiando todo o centro global a uma nova empreitada capitalista, que visualizou na periferia oportunidades de expansão por meio da exploração neocolonial.

Esta nova etapa significou também uma nova configuração de poder, que se caracterizou pelos moldes do imperialismo, cujo expansionismo não era senão uma necessidade para que o próprio sistema pudesse subsistir. As novas estratégias, recalculadas sobre as bases intervencionistas que varreram a África, abarcaram táticas incisivas para, ao mesmo tempo frear o avanço do bloco soviético e acelerar o domínio sobre a periferia.

Introduz-se aqui a segunda etapa, que discutirá as atividades estadunidenses já como autoridade maior do centro de poder capitalista. Nesse contexto, o século XX ficou marcado pela ingerência hemisférica dos EUA, por meio de manobras que variaram entre táticas diretas e indiretas de guerra, em um cenário de consequências verdadeiramente caóticas para as sociedades periféricas. O enfoque nesta etapa será nas técnicas utilizadas pelos EUA para promover intervenções, mas, prioritariamente, será visto como o método de guerra híbrida é utilizado para desestabilizar os Estados-alvo. A análise neste ponto não será restrita, pois a guerra híbrida é utilizada primeiramente no cenário periférico Eurasiático, para só depois desembarcar nas Américas, exigindo que seja trabalhada em fases cronológicas. Fato é, que estava em andamento um novo projeto imperialista de dominação, que afixaria a Venezuela como um dos pontos de interesse dos EUA na América Latina.

Compreendidas as técnicas de desestabilização imperialistas no contexto das relações neocoloniais, a terceira e última etapa sucede para lançar luz sobre as relações neocoloniais no cenário venezuelano. Este capítulo trabalhará inicialmente dois prismas indissociáveis, quais sejam, as lutas independentistas latino-americanas, e o histórico da resistência venezuelana dentro deste contexto. Assim, será feita uma releitura histórica de alguns acontecimentos que ocorreram na América Latina, buscando os indicativos do neocolonialismo na região, para, em seguida, concentrar-se em como se realizaram as resistências anticolonialistas e anti-imperialistas na Venezuela.

Apesar dos EUA terem naturalizado como política externa a subjugação da periferia, a exacerbada confiança de que a resistência anti-imperialista estava por demais enfraquecida se revelou um equívoco quando ao final do século XX, as políticas neoliberais forçadas a serem implementadas fizeram a sociedade venezuelana revoltar-se ante a deterioração de seus direitos. O Caracazo, em 1989, abriu espaço para que movimentos revolucionários se organizassem, e o levante comandado por Hugo Chávez em 1992 definiu um novo momento para a Venezuela, que aprofundaria as disputas com o imperialismo.

É neste sentido que serão realizadas análises documentais, que remetem a meados do século XX e terminam por trazer informações esclarecedoras acerca do golpe contra Hugo Chávez em 2002, bem como as tentativas de utilização do método de guerra híbrida contra Nicolás Maduro.

Por fim, serão apresentados alguns indicadores socioeconômicos para dilucidar a situação em que se encontra a sociedade venezuelana frente a violação de direitos humanos, e, em seguida, serão discutidos os fatores internos e externos que contribuem para este cenário. Ademais, serão feitas análises comparativas com base em alguns relatórios da organização internacional de direitos humanos *Human Rights Watch*, para enfatizar a diferença no tratamento concedido ao centro e à periferia. Dessa forma, dadas as informações coletadas ao longo da pesquisa, o resultado alcançado confirma a hipótese, isto é, as relações coloniais continuam a serem gestadas nas sociedades periféricas pelo imperialismo, por meio de novas técnicas de ingerência, dentre as quais a guerra híbrida tem prevalecido como escolha primária.

1 “GUERRAS JUSTAS” E GEOPOLÍTICA DO CENTRO E PERIFERIA: DAS COLONIZAÇÕES AO NEOCOLONIALISMO

A história contada da humanidade, que se desvela ao longo do tempo por meio de um conjunto de manifestações do saber e fazer humano, tem sido marcada por lutas que, ao longo dos tempos, vêm assumido diferentes argumentos de justificação. Essa trajetória, tensiona-se ao alcançar a modernidade, momento em que passa a assumir proporções globais, donde sumariza-se na ideia de centro e periferia, ou, eurocentrismo. Os mesmos estratagemas utilizados para subjugar os povos indígenas quando da conquista das Américas vêm sendo replicados no decorrer dos séculos, e obtiveram os efeitos desejados, em muito, devido a uma dissimulação religiosa e rigorosamente matutada, qual seja, a “guerra justa”, argumento “[...] elaborado pelo filósofo espanhol Juan Ginés de Sepúlveda” (GUTIÉRREZ, 2014, p.224), no século XVI. Assim, parte-se da premissa que a modernidade, que tem sua gênese no ano de 1492, conforme apontado por Enrique Dussel (1993; 2005) e defendido por diversos outros autores, como Todorov (2003, p. 7), manifesta-se harmonicamente – do ponto de vista europeu – desde ideias eurocêntricas, carregadas não apenas de um, senão de vários “mitos”, ou seja, são várias construções ideológicas que se sobrepõem de maneira ritmada, formando um todo capaz de distorcer realidades, portanto, legitimando ideologicamente as conquistas almejadas.

Conquanto “nasce” um novo momento – 1492 –, a partir da “invenção” do outro, o “índio”, o “ser-asiático”, que se consuma encoberto justamente por não ter sido contemplado como “outro”, mas sim como um ser apenas “detectado” – devido a equivocada ideia de a América ser Ásia –, tem-se início a nauseante história da modernidade, construída de forma a não só encobrir “o outro”, mas também, subjugar-lo, escravizá-lo, assassiná-lo e, a partir disso, construir a imagem da Europa como centro global, e do europeu como ser “superior” (DUSSEL, 1993). Tais questões estão vinculadas aos conceitos de guerra justa, neocolonialismo, e geopolítica, que serão trabalhados nos próximos tópicos deste capítulo, ainda que alguns desses vocábulos tenham vindo a ser conceituados tão somente séculos mais tarde. O vínculo entre tais acontecimentos e conceitos, desde a colonização, dá-se na perspectiva temporal, ou seja, acontecimentos passados podem ser vinculados a conceitos futuros. Por exemplo, a conquista do Novo Mundo, da forma como se deu, acarretou na

necessidade de os colonizadores justificarem, posteriormente, os atos brutais cometidos contra os povos originários, levando assim ao conceito de guerra justa. Da mesma forma, séculos depois (início séc. XX), surgem as conceituações de geopolítica em suas formas mais conhecidas, a serem delimitadas adiante. Ainda, sem a colonização, obviamente não seria possível tratar do neocolonialismo, que se constitui desde diferentes contornos, mas, ainda assim, decorre daquele período. Portanto, o curso dos acontecimentos a serem trabalhados nesta dissertação, que têm início no final do século XV (1492), pode ser entendido a partir da “conquista” do Novo Mundo, assumida como sendo a gênese do processo histórico que culminará nas guerras híbridas do século XXI.

Ante o exposto, e para que seja possível a compreensão do conteúdo que será trabalhado, faz-se necessário breve esclarecimento no que se refere a opção pelo emprego do termo “conquista”, ao invés de “descobrimento” da América. Também será especificado o sentido atribuído ao termo “geopolítica”, visto não existir, ainda hoje, consenso sobre seu uso, e também por ser um vocábulo que teve seu conceito original subvertido durante a segunda guerra mundial e em períodos subsequentes. Desse modo, será primeiramente elucidado o termo “conquista” e, posteriormente, explicado, então, o conceito de “geopolítica”, em razão de seus caracteres polissêmicos.

Dussel (1993) discorre acerca de três ideias centrais, chamadas “figuras”, para elaborar o argumento sobre a vinda dos europeus às Américas. Assim o faz, para clarificar o uso de alguns conceitos e, por esse motivo, será guia principal para que se possa compreender a “figura” da “conquista”, definição que será utilizada neste primeiro momento. As três “figuras” são: 1) Invenção; 2) Descobrimento e 3) Conquista. A utilização do termo “Invenção” não reflete a realidade do ocorrido, dessa forma, a primeira figura deve ser analisada no contexto histórico construído sobre realidades imaginadas. Invenção, portanto, refere-se ao aparente, quase que fictício, encontro de Colombo com a “Ásia” a partir do “Ocidente”. O fato de ele acreditar verdadeiramente ter detectado as terras asiáticas, resultou no encontro com o inventado “ser asiático”. Daí que, para Dussel (1993, p. 31), “[...] o ‘ser asiático’ deste continente só existiu no ‘imaginário’ daqueles europeus renascentistas”, o que significa dizer que este mútuo avistamento entre sujeitos desconhecidos, no que diz respeito a Colombo, não passou de uma suposição equivocada. A segunda “figura”, ou seja, o “Descobrimento”, que nessa linha de pensamento é introduzida na

sequência da “Invenção”, também aqui se sustenta em realidades abstratas, pois diz respeito a uma “experiência estética e contemplativa”, não abarcando em sua estrutura conceitual alguns eixos substanciais para que emergja a consciência dos fatos que se espera revelar. Na segunda “figura”, mirou-se o horizonte aspirando conhecer e explorar o “novo”, e isso está relacionado à “Quarta Parte” do mundo, sobre a qual se manifesta, junto à sua “descoberta”, a “auto interpretação” da Europa como centro do mundo. Isso acontece com a “tomada de consciência” de Américo Vespúcio – não custa lembrar que vem daí o nome “América” – de que a nova porção hemisférica se tratava realmente de algo novo, e não da banda asiática. Assim, um “‘Mundo Novo’ [...] se abria à Europa” (DUSSEL, 1993, p. 33 - 35).

Pois é aí mesmo que reside a insuficiência de elementos que expliquem totalmente as brutalidades desembarcadas da Europa nesse “novo mundo”. O “Descobrimento”, como já dito, traz elementos meramente exploratórios fervilhados de “ego” eurocêntrico que, embora esteja tão presente nas outras “figuras”, aqui se pressupõe apenas como o início do “ego cogito” (para além da dúvida) e do “ego conquiro”, ou seja, é a fase inicial do pensamento transmitido mais tarde por Descartes, primeiramente em seu “Discurso do Método” e depois em *Meditações Metafísicas*¹. Isso, porém, é traduzido em uma análise mais crítica a partir de Dussel e Grosfoguel (2009), tendo na sentença “eu sou” (para ser, é preciso pensar, podendo então existir)², a ideia do europeu como transmissor da verdade, justamente por terem os colonizadores, já neste momento da “descoberta”, idealizado que eram produtores de valores além de Deus, portanto, podendo impor suas verdades sobre os colonizados.

Uma passagem logo no início da obra de Todorov (1992) “A Conquista da

¹ Descartes desenvolve seu método tomando como objeto unicamente o homem branco europeu; em vista disso e a partir dos textos de Dussel (2009) e Grosfoguel (2009) em “Epistemologias do Sul”, depreende-se que, no contexto da colonização, o “ego cogito”, além da reflexão da dúvida como condição de existência, é posterior ao “ego conquiro”, pois o europeu afirma a superioridade de seu “ego” (eu) perante povos conquistados na modernidade e, portanto, junto com as características que produzem a colonialidade. Isso faz com que o europeu primeiro conquiste outros povos (“ego conquiro”), para tão logo impor seu conhecimento e sua própria existência (“ego cogito”) sobre os que pretende dominar. Portanto, ele, o europeu, passa a “existir” sem que dependa de Deus – ainda que sob seus olhos –, levando a crerem que são superiores aos povos dominados.

² Em referência a seguinte passagem de Descartes (2001, p. 38. Sem grifo no original): “Mas logo depois eu atentei que, **enquanto queria pensar assim**, que tudo era falso, **era necessariamente preciso que eu**, que o pensava, **fosse alguma coisa**”. Não se busca aqui aprofundar possíveis questões interpretativas acerca do que queria realmente transmitir Descartes, apenas se intenta demonstrar como esta obra influenciou o pensamento do conquistador europeu em momentos póstumos à sua publicação, obviamente, mas essa influência encerra-se no próprio ser europeu, pois o outro, o exterior a este ser, não pode, dentro da lógica sofística eurocêntrica, ser entendido como ser em pé de igualdade.

América: A questão do outro”, descreve algumas formas de se “conceber o outro” na perspectiva do “Descobrimento”; uma delas tem sentido que vai ao encontro daquele sugerido por Dussel. Sendo assim, uma das formas de se “conceber o outro”, diz Todorov (2003, p.3-4), é perceber-lo “[...] como um grupo social concreto ao qual nós não pertencemos [que pode] estar contido numa sociedade [...] Ou pode ser exterior a ela”. Sendo exterior a ela, – esta interpretação interessa mais à dissertação –, uma “outra sociedade” poderá ser “[...] próxima ou longínqua: seres que em tudo se aproximam de nós, no plano cultural, moral e histórico, **ou desconhecidos**, estrangeiros cuja língua e costumes não compreendo, **tão estrangeiros que chego a hesitar em reconhecer que pertencemos a uma mesma espécie**” (TODOROV, 2003, p. 3-4. Sem grifo no original). A partir desse extrato do livro de Todorov, muitas questões podem ser levantadas. Está claro, por exemplo, que a “figura” do “descobrimento” sempre recairá no contexto eurocêntrico de que o “outro” é tão diferente para o colonizador, que é concebido como um “ser inferior”. Criticamente, é uma análise válida, até mesmo para entender como foram produzidas essas perspectivas opressoras, mas ainda assim é um conceito restrito, principalmente por não trazer o ânimo que desde o início tinham os europeus em conquistar, a qualquer custo, e sob as mais diversas escusas, o “Novo Mundo”. Desse modo, é necessário ir adiante no texto de Dussel, para compreender uma última “figura”.

A terceira “figura”, chamada “Conquista”, essa sim, aproxima-se bastante do sentido pretendido. De pronto, Dussel relaciona importantes termos à “Conquista”, dos quais se destacam “[...] a relação [...] **política, militar**; [ou seja, essa] figura é **prática** [...], não de reconhecimento ou de inspeção [...] de novos territórios, mas da **dominação** das pessoas, dos povos, dos índios” (DUSSEL, 1993, p. 42. Sem grifo no original). A “Conquista”, como já dito, incorpora-se na teoria posteriormente à “Invenção” e à “Descoberta” da América, e não é difícil supor que desde Colombo, com suas cartas aos príncipes – amplamente abordadas no livro de Todorov (2003), já se desenhava o caminho para a “Conquista”, visto que suas informações davam detalhes daquilo que poderia ser encontrado nestas novas terras. Eis o motivo da “figura prática” ter estreita relação com o âmbito militar e político; é possível que já sabiam há muito o que aqui se poderiam encontrar, e, portanto, vieram preparados para, de fato, conquistar.

Aliás, essa ideia de “Conquista” ligada ao militarismo, decorre antes mesmo de 1492. Segundo Dussel (1993, p.42), no longínquo “718 [...], a ‘conquista’ era [já]

uma figura jurídico-militar”. Essa terceira “figura”, portanto, está de acordo com os passos consequentes ao período colonial, e a partir dela que se engendram os ideais eurocêntricos sempre de prontidão – e de forma premeditada – para dominar o “Outro”. Em vista disso, pode-se inferir, então, que a “Conquista” teve início, mas talvez não encontrou seu fim, pois, de acordo com Dussel (1993, p. 44) “[...] é um processo militar, prático, violento, [onde o] Outro é sujeitado, subsumido, alienado a se incorporar na Totalidade dominadora como coisa, como instrumento”, e prova de sua continuidade no tempo são os novos sujeitos que se vão construindo – obviamente não por opção –, pois o “outro” vai sendo reinventado³ com características do oprimido; ele aparecerá, pois, como “[...] o assalariado [...], ou como o africano escravo” (DUSSEL, 1993, p. 44), por exemplo. Destarte, ocorreram, sim, as três “figuras”. Inventou-se um “ser asiático”, “encobrimo o outro” e descobriu-se a quarta parte do mundo, momento em que a Europa “se auto interpreta, pela primeira vez, como ‘centro’ do Acontecer Humano em Geral” (DUSSEL, 1993, p. 27-50). Mas é com a “Conquista”, e todos os aspectos de violência inerentes a ela, que se revela a perversidade da história do “mito” da modernidade que será discutido em seguida. Assim, adotar-se-á “Conquista” como prática político-militar violenta, efetivada pelos europeus durante o período colonial, e estendida aos períodos subsequentes.

Discutido o conceito de “Conquista”, é preciso, antes de dar início ao próximo tópico, definir o conceito de “geopolítica”, e em qual sentido o termo será empregado. São incontáveis os textos produzidos sobre o tema, porém, são poucos os que trabalham sua origem com atenção necessária para evitar certas imprecisões históricas. Seria impossível trabalhar o conceito, sem antes analisar com cautela algumas inadequações referentes ao período e aos autores que trabalharam sua formulação. Inicialmente, deve-se estar ciente de que vários textos originais de autores importantes sobre essa matéria, não se encontram disponíveis em português, inglês, ou espanhol, como é o caso da obra de Rudolf Kjellén⁴, que formulou o conceito em 1916. Além disso, muito do que se sabe sobre os primórdios do conceito de

³ Interessa saber que o “outro”, dentro desse contexto, não detém controle algum sobre seu destino, por isso mesmo ele não se reinventa, mas sim, é reinventado, ou seja, através da dominação, aquele que domina inventa e reinventa o “outro” que será oprimido. Por isso, tantas são as facetas do oprimido, conforme pode ser visto em Dussel (1993): “o assalariado, o escravo africano”. Como outros exemplos é possível citar oprimidos de épocas anteriores e posteriores à colonização, como os vassalos, os judeus para os nazistas, os muçulmanos, estes estigmatizados como terroristas por obra dos EUA, dentre outros tantos.

⁴ A obra original em sueco, pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico: <https://archive.org/details/politiskahandb03kjelluoft>

“geopolítica”, foi elaborado em obras de outros autores que buscaram inspiração em ideias que sequer foram publicadas pelos autores originais; nesse caso, pode-se citar Karl Haushofer, um dos fundadores da “Revista de Geopolítica”, em 1923.

Quem explica essa questão de Haushofer, é o mesmo autor que servirá de base para desenvolver o conceito, o professor Rubén Cuéllar Laureano (2012), da Universidade Nacional Autónoma de México⁵. Segundo ele “O que sabemos de sua obra original [de Haushofer] devemos a autores alemães que publicaram livros e colaborações sobre o professor Haushofer nos tempos da Segunda Guerra Mundial” (LAUREANO, 2012, p. 63. Tradução Livre⁶). Tais ocorrências se mostram entraves na investigação da noção de “geopolítica”, mas Laureano faz uma pesquisa minuciosa em seu artigo “Geopolítica. Origem do conceito e sua evolução”, e acaba por clarificar muitos dos problemas referentes à época, que são encontrados em vários textos de fácil acesso, porém, a maioria traz apenas análises superficiais.

Conforme mencionado anteriormente, quem cunhou o termo “geopolítica”⁷ foi o sueco Rudolf Kjellén, através da obra “*Staten som Lifform*”⁸ (O Estado como forma de vida, em tradução livre). Kjellén, segundo Laureano (2012, p. 62), entendia a geopolítica como “[...] um dos cinco ramos que compõem o Estado”, e que pode ser “[...] sintetizada na seguinte fórmula: Política = f (Geografía), onde o termo ‘política’ é a variável dependente, e se define em função dos fatores geográficos do Estado”. Isso significa que a política varia de acordo com os fatores geográficos, e deles depende. Hans Weigert (1943, p. 14. Tradução Livre⁹), afirma em seu livro “Geopolítica: Generales e Geógrafos”, referindo-se à relação entre a geografia e o destino do homem, que “[...] a política é destino, e havia sido dirigida e também ensinada durante demasiado tempo por homens que não lograram compreender que os espaços terrestres, e marítimos são, igualmente, destino”. Esta sentença parece estranhamente atualizada, assim como boa parte do livro de Weigert, que repete incansáveis vezes a importância que tem a geografia no destino do homem.

A grande polêmica por trás do engendro da “geopolítica” se dá, consoante o

⁵ Cf. em <http://paginaspersonales.unam.mx/app/webroot/index.php/academicos/datosContacto/alias:rubencuellar>

⁶ Lo que sabemos de su obra original se lo debemos a autores alemanes que publicaron libros y colaboraciones sobre el profesor Haushofer en tiempos de la Segunda Guerra Mundial

⁷ Adota-se a teoria de Kjellén por seu pioneirismo no uso da expressão “geopolítica”, mas o próprio autor adverte que o “‘termo geopolítica significa originalmente (1899) o mesmo que geografia política de Ratzel’” (Backheuser (1952, p. 51).

⁸ Sem tradução acessível para o português, inglês e espanhol.

⁹ la política es destino, y la política había estado dirigida y también enseñada durante demasiado tiempo por hombres que no lograron comprender que los espacios terrestres, y marítimos son, igualmente, destino

texto de Laureano (2012), devido à interpretação que se propagou pelo mundo, feita por inúmeros autores, de que os textos sobre essa nova ciência¹⁰ foram intencionalmente produzidos para favorecer Hitler em sua empreitada nazista. Tais interpretações se baseiam, principalmente, no fato de que Hitler conheceu um dos editores da Revista de Geopolítica, o já citado professor Haushofer, e “seu pensamento geopolítico”, no cárcere. Obviamente, Hitler estrutura seus planos também em sentido geopolítico, conforme pode ser observado em sua autobiografia “Mein Kampf” (Minha Luta), escrita na prisão e publicada em 1925, que inclusive utiliza o termo “Geopolítica” haushoferiano, no entanto, para Laureano (2012), esse discurso é incorreto, não resistindo a um estudo mais aprofundado¹¹. O próprio Haushofer viria a declarar “[...] em um último trabalho em 1946” que não aceitou fazer a revisão do livro de Hitler “[...] porque nada tinha a ver com a Geopolítica” (LAUREANO, 2012, p. 65; HAUSHOFER, 2003, p. 42) em sua forma original, afirmando categoricamente que sua concepção de “geopolítica” foi mal interpretada pelo líder nazista. Haushofer, em suas próprias palavras, ao se defender das acusações de que teria contribuído com Hitler, através de sua teoria “geopolítica”, para o surgimento do regime nazista, diz:

Para mim, naquela época, pareceu ser apenas uma das várias publicações efêmeras para fins de agitação. Parece evidente que eu não tive participação em sua origem [do nazismo] e eu acredito estar protegido contra a suspeita de participação, mencionada na imprensa amarela, caso alguém faça uma comparação científica do meu estilo de escrita e do estilo daquele livro [do Hitler]. Eu nunca encontrei com Hitler sozinho. (Haushofer, 2003, p. 42. Tradução Livre¹²).

O esclarecimento de tais questões se fazem necessárias, visto que não há como se afastar desses autores quando se busca entender a “geopolítica”. É indiscutível que Haushofer, ao expandir o conhecimento geopolítico, na maioria das vezes voltado a política interna da Alemanha, influenciou Hitler e a concepção “geopolítica” nazista, o que acabou por estigmatizar o termo, “[...] estigma que se estendeu à ciência mesma”, diz Backheuser (1952, p. 47). O que não se deve confundir é influência com intenção, pois o líder nazista acabou por forjar a seu modo

¹⁰ Haushofer, que pioneiramente lançou a revista *Zeitschrift für Geopolitik* (Revista de Geopolítica), de acordo com Laureano (2012, p. 64), entendia a geopolítica como sendo de caráter “científico”.

¹¹ Hans Weigert em sua obra “Geopolítica: Gerais e Geógrafos”, originalmente publicada em 1942, é um dos que declaram Haushofer inocente das acusações de que ele teria sido cúmplice da ascensão do nazismo.

¹² For me, at that time, it seemed to be one of the many ephemeral publications for purposes of agitation. It is self-evident that I had no part in its origin and I believe I am protected against the suspicion of participation, mentioned in the yellow press, if one makes a scientific comparison of my style of writing and the style of that book. I never saw Hitler alone.

a “geopolítica” em seu projeto, inevitavelmente adulterando o conteúdo original. Essa distorção do conceito original, que viria a se tornar a própria geopolítica nazista, é comprovada, por exemplo, pelo fato de que as ideias originais não especulavam sobre o expansionismo externo, diferente do que foi para o nazismo. Sobre isso, Haushofer (2003, p. 41) declara que nunca apoiou a anexação de territórios estranhos aos alemães. Por fim, o conceito nazista de geopolítica trazia questões raciais em seu texto, sendo essa outra importante distinção quando comparado com o desenvolvimento da ideia de Haushofer (LAUREANO, 2012, p. 66).

Dito isso, resta então buscar um conceito de “geopolítica” que se aproxime da pesquisa, pois é termo que abrange grande parte do estudo. Pois bem, Kjellén definia “geopolítica” como a influência das condições geográficas sobre sociedades, e também sobre o próprio Estado, “[...] distinguindo-se da geografia política”. Seu conceito, porém, por adotar a ideia de que o Estado era um “organismo territorial” – acepção trabalhada muito antes pelo geógrafo Friederich Ratzel (1896), expoente da geografia moderna (BACKHEUSER, 1952, p. 23), acabava por reduzi-lo – o Estado – “[...] a um organismo de tipo biológico” (MOURÃO; ARCASSA, 2011, p. 3; LAUREANO, 2012, p. 66). E não poderia ser diferente, haja vista ser essa uma interpretação da “geopolítica geral clássica”, para quem o Estado é mesmo “[...] um corpo vivo, dotado de dinamismo, de vitalidade e de vontade política, característica esta última que só pode ser entendida em função de sua população e de uma soberania” (POLGATI, 2007, p. 35. Tradução Livre¹³). Desse modo, constata-se que o Estado, como um todo, isto é, “[...] tanto como organização social e jurídica quanto organismo natural” (BACKHEUSER, 1952, p. 27), é componente central quando se pensa em “geopolítica”. Na verdade, a geopolítica é para Kjellén, conforme já indicado, um dos ramos do Estado, sendo “Seu objeto [...], só e exclusivamente o território com organização política” (BACKHEUSER, 1952, p. 33-34).

Se a “geopolítica” se ramifica a partir do Estado, e provém das ideias de geografia política, não há, de acordo com Polgati (2007, p. 34), apenas “uma geopolítica”, mas várias. Em Haushofer (2003), contradizendo a ideia de várias geopolíticas, é possível perceber a intenção de universalizar o conceito, como se quisesse gritar ao mundo que se objetivava evitar guerras, e não as promover.

¹³ [...] el Estado, dentro de la geopolítica general clásica, no puede ser visto sino como un cuerpo vivo, dotado de dinamismo, de vitalidad y de voluntad política, característica ésta última que sólo puede ser entendida en función de una población y de una soberanía

Segundo ele, “[...] a geopolítica alemã tinha originalmente – de 1919 a 1932 – objetivos bastante semelhantes aos da geopolítica americana, [porquanto pode ser encontrado no primeiro prospecto de geopolítica], um enunciado dizendo que aspirava ser ‘**a consciência geográfica do Estado**’” (HAUSHOFER, 2003, p. 42. Sem grifo no original. Tradução Livre¹⁴). Aqui surge, talvez, a base para este trabalho quanto ao conceito de geopolítica: “a consciência geográfica do Estado”. Esta simples oração, expressa diversas concepções, pois traz consigo a ideia do Estado como um organismo vivo – comportando todos seus elementos –, atribuindo-lhe ainda a responsabilidade de tomar consciência acerca da geografia. Seguindo, Haushofer complementa: “Isso pressupunha uma imagem geograficamente correta do mundo; além disso, exigia reciprocidade e respeito de uma nacionalidade e raça por outras, bem como o reconhecimento do direito humano à ‘personalidade’” (HAUSHOFER, 2003, p.42. Tradução Livre¹⁵). Infelizmente, tais declarações se deram após a ascensão do nazismo, pondo fim à sua intenção de universalizar o conceito de geopolítica, pois já havia sido estigmatizado, fazendo com que novas interpretações buscassem se esquivar dos conceitos originais.

Está claro ser um trabalho labiríntico chegar a um resultado consensual sobre “geopolítica”, portando, pinçar-se-á o que se tem de mais relevante naquilo que foi compilado até o momento, para, junto a outros achados, resolver um conceito mais adequado. É preciso, portanto, prosseguir, mas mantendo “a consciência geográfica do Estado” como esteio. Quando se pensa em “geografia”, não há como se distanciar das noções de “espaço, posição, e situação”, posto que são noções intrínsecas à “localização”, que por sua vez é um “fenômeno geográfico fundamental”. Esses termos conservam tamanha importância, por estarem vinculados às leis formuladas por Ratzel sobre o “crescimento dos espaços”, que para Backheuser (1952, p. 54) “[...] são o marco essencial no estudo geopolítico da evolução dos Estados”. É notório que a geografia mantém enfoque, e tem por objeto, o estudo do espaço (SANTOS, 2004), sendo que os gregos já tinham como objetivo fundamental descrever suas características e “[...] sua possibilidade de utilização e exploração” (COSTA; ROCHA, 2010, p. 27). Não obstante ser uma ciência autônoma, tal qual a “geopolítica”,

¹⁴ Despite all that, German geopolitics had originally—from 1919 to 1932—goals quite similar to American geopolitics. In the program of geopolitics, on its first appearance, one finds a statement saying that it aspired to be “the geographical conscience of the state.”

¹⁵ This presupposed a geographically correct picture of the world; it required mutuality, moreover, and respect of one nationality and race by others as well as recognition of the human right to “personality.”

interessa partir desse ponto, visto que, em se tratando o Estado de um organismo vivo, pode-se desmembrar daí uma perspectiva espacial, associada, obviamente, às questões políticas. Dessa forma, é possível contemplar, inicialmente, “geopolítica” como um fenômeno político espacial, associado ao Estado.

Segundo Correia, foi no termo geopolítica que se encontrou “[...] a solução para definir a relação geografia/Estado” (CORREIA, 2012, p. 230-231). O mesmo autor faz a seguinte síntese do conceito: “[...] a geopolítica pode ser entendida como o estudo dos fatores geográficos em função da decisão política” (CORREIA, 2012, p. 231), afirmando estar sua síntese rigorosamente de acordo com a teoria original de Kjéllen. Existe uma questão importante a ser extraída tanto da síntese de Correia (2012), quanto de seu artigo como um todo. O autor, ao descrever o histórico do conceito de “geopolítica” – da gênese, passando pela teoria clássica e, por fim, encerrando com a “nova geopolítica” – cita diversos autores que foram inserindo novos elementos em suas concepções, de ambientes a veículos, como por exemplo aviões, e regiões específicas as quais designavam ser indispensáveis para quem almejava dominar o mundo – o que será discutido no segundo capítulo – ou mesmo a própria parcela marítima do globo. A adição desses novos elementos demonstra que o fator espacial abrange, no contexto geográfico, toda porção do planeta, o que implica que em relação à geopolítica, além desses elementos geográficos, são incorporados quaisquer outros que tenham relação com o Estado e sua geografia política. Daí a importância, até estratégica, dos aviões, navios, e outros elementos políticos estratégicos passíveis de interagir geograficamente em favor de determinados Estados. Ainda de acordo com o autor, foi um militar russo, cuja função era de aviador, quem se propôs a romper com a “[...] dicotomia poder marítimo/poder terrestre, [sendo] o primeiro a construir uma teoria com contornos geopolíticos de um poder aéreo, segundo a qual o controle do espaço aéreo seria o instrumento decisivo para domínio mundial” (CORREIA, 2012, p. 233).

Aproveita-se, então, dessa passagem, para, finalmente, definir o sentido de “geopolítica”. Em ordem de concepção dos vocábulos, temos: 1) Geografia; 2) Geografia Política; e 3) Geopolítica. Assim, a partir da geografia, surgem, respectivamente os outros dois conceitos. Como o próprio conceito de geografia está “[...] relacionado com o processo imperialista e expansionista das grandes potências europeias entre os séculos XVIII e XIX” (COSTA; ROCHA. 2010, p. 31), e tal fator está relacionado tanto ao espaço geográfico, quanto à política, deduz-se que a geopolítica

se favorece, também, desses aspectos. O espaço nesse contexto, segundo Santos (2004, p. 150-151), é o “[...] espaço humano ou espaço social, que contém ou é contido por todos esses múltiplos de espaço”, em que se inserem o Estado e seus territórios.

Retoma-se agora, o que anteriormente foi assumido como base, que é “a consciência geográfica do Estado”, podendo ser entendida, ante o exposto, como a consciência espacial social do Estado, e que segue uma dinâmica histórica, já que “[...] se define [o espaço] como um conjunto de formas representativas de **relações sociais** [...] e que se manifestam através de processos e funções” (SANTOS, 2012, p. 153. Sem grifo no original). Desse modo, as relações sociais se inserem no âmbito espacial e, portanto, é inevitável que sejam incluídas na perspectiva da “geopolítica”. As relações sociais, sabe-se, são mutáveis em relação ao espaço e ao tempo (história), então, incumbe também à “geopolítica” – enquanto conceito analítico –, analisá-las no âmbito do Estado, e este, como organismo vivo, deve estar consciente de tais relações, justamente para que se possa definir estratégias.

A relação entre espaço e ação humana é intensa, sendo que para Moore (1963, p. 8), a condição comportamental do espaço é passiva, variando apenas quando também varia o comportamento humano. Assim sendo, a ação humana ao longo do tempo movimenta o espaço, ou seja, o retira da passividade, influenciando as próprias relações sociais. E o agente macro nessa interação, é o Estado, que se comporta politicamente de acordo com os cenários possíveis que se lhe apresentam. Existe, por isso, uma forte correlação entre “geopolítica” e o materialismo histórico dialético proposto por Marx e Engels, apesar da dificuldade em se encontrar, segundo Santos (2012, p. 177-178), referência ao “espaço” em autores marxistas quando trabalham a definição da sociedade (instâncias ou estruturas sociais) e elencam seus níveis. Mas a relação existe, como será visto.

Ao observar o espaço, no sentido geográfico, compreende-se sua inércia à espera de uma ação que o modifique através do ato de produzir, a partir das disponibilidades produtivas fornecidas pelo próprio espaço. Ou seja, a ação humana organiza e produz “espacialidades” e, por esse motivo, transforma o espaço de acordo com suas necessidades. Novas necessidades surgem com o passar do tempo e, juntamente aos “[...] desejos foram conduzindo novas técnicas e a novas formas de organização espacial” (COSTA; ROCHA. 2010, p. 42). Enquanto força produtiva passiva, ante sua “inércia dinâmica”, o espaço, ou melhor, a estrutura espacial, vai aos poucos sendo conduzida pela ação que lhe impõe a humanidade, em uma infinita

coreografia cambiante que inevitavelmente definirá as relações sociais. A partir da modernidade, que altera também a estrutura espacial, tais relações passam a se desenvolver sob novas formas de antagonismos de classes, e o espaço é forçado a obedecer a esta nova ordem econômica, e a se transfigurar ao em seu favor, deixando cada vez mais distante as necessidades como impulsionamento produtivo e, com esse distanciamento, dando início também aos processos capitalistas de acumulação. Boa parte desses conteúdos são trabalhados em “A Ideologia Alemã”, de Marx e Engels, que dará forma ao materialismo histórico, ou seja, o conteúdo da obra em si, traduz – ainda que o objeto não seja o espaço – como a modificação da estrutura espacial a partir de suas forças produtivas determina, segundo Gorender (1998), a própria “[...] humanização do ser biológico, [pois] em cada momento dado, os homens utilizam as **forças produtivas de que dispõem** e organizam formas de intercâmbio [relações de produção]¹⁶ correspondentes” (GORENDER, 1998, p. XXV. Sem grifo no original). Eis um indicativo da relação que tem a obra de Marx e Engels com a estrutura espacial e, portanto, com a “geopolítica”.

Neste ponto, já é possível perceber que a “geopolítica” tem a ver com a consciência, portanto, análise, que o Estado faz do espaço e as relações sociais provenientes da ação humana, essenciais a sua dinâmica. O espaço em atividade, isto é, retirado da inércia pelas ações humanas, somado as relações sociais, são interdependentes, e servem de análise para as estratégias político-econômicas do Estado, tanto em sentido local, quanto regional, nacional e global¹⁷. Como nada disso funcionaria sem o antagonismo de classes, pois é através da exploração que se funda a modernidade, não haveria como operar uma “geopolítica” com eficiência, sem que nessa análise fosse incluído o próprio modelo histórico de produção capitalista. O lucro e a acumulação – que se reproduzem pelo modo de produção capitalista a partir da exploração –, nesse contexto, acomodam-se na antessala da “geopolítica”, porque representam o interesse maior do imperialismo, tema a ser abordado em tópico posterior. Deste emaranhado terminológico, extrai-se, em medida específica para o contexto desta dissertação, o conceito de geopolítica, a ser retomado no tópico 1.2,

¹⁶ Gorender (1998, XXV), que escreve a introdução ao livro “Ideologia Alemã” nesta versão, esclarece que “formas de intercâmbio” seria mais tarde modificado para “relações de produção”.

¹⁷ Para Costa e Rocha (2010, p. 52), “[...] na visão crítica existe uma inter-relação dinâmica entre as escalas: local, regional, nacional e global”. Esta inter-relação, segundo os autores, tem por base o “lugar”, ou seja, pode-se inferir que o lugar se define em escalas, que vão de um local específico, mais estreito, até a escala global, podendo esta abranger vários países.

como sendo a **análise político-geográfica de todas as escalas territoriais, por parte de um Estado ciente das relações sociais que se desenvolvem nas estruturas espaciais de interesse, desde as ações humanas modificantes do espaço, para fins de planejamento estratégico, visando manter ou alterar determinadas condições atreladas à sua soberania.**

Apoiado nesse conceito, entende-se que: 1- O Estado constantemente realiza análises geopolíticas locais, regionais, nacionais e globais; 2- A análise envolve todos os níveis de uma sociedade, seja ele econômico, cultural, político ou militar; 3- A análise se projeta multilateralmente, ou seja, não parte de apenas um Estado; 4- A geopolítica é determinante na elaboração de estratégias e 5 - Por envolver todos os níveis estruturais de uma sociedade, afeta, de maneira desigual, é verdade, as ações e percepções humanas, favorecendo pequenos grupos e prejudicando todos os outros.

A partir da geopolítica, as análises podem se ater a um, ou a tantos níveis quanto forem necessários, mas, desde a modernidade, é em torno do fator econômico, que é permanente, que se projetam as estratégias neste domínio. Há que se pensar, então, em que medida a geopolítica veio sendo aplicada antes mesmo de sua conceitualização, pois as “guerras justas” promovidas pelos colonizadores contra os indígenas, por exemplo, já indicavam certa tendência em utilizar a estrutura espacial somada às políticas exploratórias europeias, como fatores pré-analíticos tanto para ações imediatas, visto o propósito de se produzir rapidamente os resultados, quanto para ações mediatas, quando os resultados dependiam de estratégias envolvendo outros ramos do saber, sempre visando ter aporte teórico para resolver determinadas questões. Este parece ser o caso da subjugação dos povos indígenas, que, tratados como “seres inferiores”, mas passíveis de “salvação”, foram continuamente oprimidos com base no conceito das “guerras justas”. Também parece ser uma teoria aplicável retroativamente ao próprio conceito de raça, que serviu de base para “[...] o padrão de dominação dos colonizadores” (QUIJANO, 1998, p. 229), implicando “[...] em consequência, um elemento de colonialidade no padrão de poder hoje mundialmente hegemônico, [que] articula-se a partir da descoberta [consequentemente, conquista] das Américas em 1492 e permanece na contemporaneidade” (BABOSA; MASO, 2014, p. 4). Isso significa que tanto a estrutura espacial, quanto a política, logo, a geopolítica – pois, conforme visto, o domínio colonial não se encerrava na territorialidade –, fazia-se presente nas tomadas de decisões já nos tempos da colonização.

O debate que disporia em confronto Juan Ginés de Sepúlveda e Bartolomé de Las Casas, teve como estopim o êxito deste último em frustrar, segundo Rodrigues (2006), “[...] a publicação do Demócrates [Alter]”, escrito por seu futuro oponente intelectual. Sepúlveda escreve esse texto – onde Demócrates configura seu “alter ego” – em defesa de uma “guerra justa” contra os indígenas, alegando, dentre outras coisas, a hostilidade que representavam. Las Casas recebe como resposta, o recolhimento, por parte do Conselho das Índias, “[...] de todos os exemplares [de sua] obra *Confessionário*”. O próprio Conselho das Índias, composto por “filósofos da Escola de Salamanca”, convoca ambos para um debate, que seria nomeado “A Controvérsia de Valladolid”, ocorrido entre 1550 e 1551, e cujas conclusões foram resumidas por “Domingos de Soto”¹⁸. O Conselho declararia mais tarde “[...] o fim das conquistas e a ilicitude da escravidão dos ‘índios’” (RODRIGUES, 2006, p. 46-48. Grifo no original), porém, incontestavelmente, a declaração jamais surtiu efeitos, pois, como relata Dussel (1974, p. 685. Tradução Livre¹⁹), “A servidão dos índios, [...] já estava irreversivelmente estabelecida e, apesar de os ensinamentos de Sepúlveda não terem sido oficialmente aprovado, eram, com efeito, os que se seguiam”.

A chamada “hostilidade” dos povos indígenas, foi a maneira encontrada pelos europeus para estigmatizar o “outro” que viria a ser oprimido, e não foi ao acaso, mas sim conjecturado de forma a facilitar a conquista; afinal, como justificar a opressão contra seres humanos que não ofereciam ameaça alguma? Se resistiram de alguma forma, estavam defendendo sua liberdade; daí a contestação aos argumentos de Sepúlveda, pois, de acordo com Wallerstein (2007, p. 51), referindo-se à Las Casas, “[...] nunca fica muito claro quem são os bárbaros”, pois os “interventores” cometiam atos inclusive mais atrozes que aqueles “[...] contra quem se intervém”. Wallerstein (2007) relembra, inclusive, o “princípio do mal menor”, ou seja, se um ato é considerado “bárbaro”, uma medida violenta contra tal ato, não acarretaria em uma amplificação da “barbárie?”. Os resultados do combate ao que chamam de “barbárie” não causariam um mal maior?

O mal menor, quer dizer, mal nenhum, teria sido a não conquista, mas

¹⁸ De acordo com o professor de Filosofia do Direito na Faculdade de Direito da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Boeira (2016, p. 466), “Domingo de Soto (1494-1560) é um dos mais proeminentes intelectuais da Escola de Salamanca [sendo que] em suas obras, aponta os caminhos para uma teoria da lei natural sustentada em Tomás de Aquino, [servindo] de base para uma concepção singular dos direitos subjetivos na antessala do direito moderno”.

¹⁹ The servitude of the Indians, nevertheless was already irreversible established, and, despite the fact that Sepúlveda's teachings had not been officially approved, they were, in effect, those that were followed in the Indies.

avançou a colonização de tal forma, que suas mazelas perpetuaram no tempo, fazendo com que ulteriormente, pelas vias do imperialismo, fosse possível a idealização de um novo colonialismo, cujos pormenores serão analisados e desenvolvidos em momento mais pertinente para adequada compreensão dos fatos. Avança-se agora para o próximo tópico, com o propósito de analisar de que modo a Europa se insere na modernidade como o “centro da história”.

1.1 EUROPA E MODERNIDADE: PRIMEIRO CENTRO GLOBAL DE DOMINAÇÃO

Quando a Europa se estabelece como “centro global”, disseminando a ideologia eurocêntrica, busca superar sua condição periférica e, junto a ela, parcela importante da história, pois lhe é conveniente. Assim, prévia e também concomitantemente ao eurocentrismo ceifador de mentes e corpos, perseveraram, certamente, outros saberes, embora tenham sido acobertados. Desde o início da modernidade empenharam-se os colonizadores europeus em “encobrir” o outro, buscando a qualquer custo cimentar o conhecimento europeu como universal, fazendo crer que a episteme é “[...] uma fatia de história comum a todos os conhecimentos e que imporia a cada um as mesmas normas e os mesmos postulados, [quando na verdade] não pode nunca ser fechada” (FOUCAULT, 2008, p. 214)²⁰. Não bastassem esses contornos, foram além, e planificaram a centralidade histórica europeia como existente antes mesmo da modernidade, o que, segundo Dussel (1993; 2005, p. 24), consiste em outra falácia, outra “manipulação conceitual”, como será visto.

Primeiramente, é preciso entender que o “centro” da história é volátil, isto é, devido a determinadas condições, o poder hegemônico sofre alterações com o decurso do tempo, podendo resultar na consolidação, deterioração, ou ainda, no

²⁰ A partir da obra “A Arqueologia do Saber”, de Foucault (2008), pode-se entender a episteme como um paradigma que, apesar de ser mutável, pode ser transmitido no curso do tempo. Aqui serão levadas em conta as infinitas possibilidades de quebra de paradigmas, a partir de novos paradigmas, passíveis de serem produzidos – como sempre foram – em qualquer sociedade, sob o manto de qualquer cultura, mas que tiveram suas epistemologias renegadas pelo eurocentrismo, e que ainda hoje sofrem para serem percebidas, apesar de uma promissora, mas paulatina, ruptura com o que a história forçadamente impôs. Entende-se “paradigma” não como algo “que não é passível de falsificação e erro” (SILVA NETO, 2011, p. 346), porque se assim o fosse, a humanidade estaria encerrada no que foi forjado pelo “ego” europeu, mas sim como uma ideologia hegemônica nascida no berço da modernidade, portanto falsa, que deve ser enfrentada, aí sim, como diz Santos (1998, p. 278), por um “horizonte de possibilidades, [...] cartografado por alternativas radicais”. Nesse contexto, este trabalho acompanha o entendimento de Boaventura de Souza Santos, de que se enfrenta uma “crise paradigmática”.

declínio total de quem o detém. Passo consequente, deve-se atentar para o que talvez seja o eixo central deste início de tópico: em período anterior à modernidade, não é plausível consentir com a representação da Europa como “centro da história mundial”. A propósito, a Europa, de modo algum, teria atingido tal feito sem o colonialismo e a colonialidade. Para resolver tantas questões acobertadas por aqueles cujo único propósito era levar adiante um projeto de poder baseado na exploração, subjugação e escravização do “outro”, iniciado no final do século XV, foi necessário desenvolver criticamente novas formas de se pensar uma realidade que, até pouco tempo, foi configurada apenas pelo ponto de vista ideológico eurocêntrico. Como tais processos históricos se fundamentam em questões ideológicas, é necessário abordar o tema para esclarecer certos elementos teóricos. Até certo ponto, a visão eurocêntrica que fora apregoada, adequa-se bem ao conceito materialista de “ideologia” compreendido por Marx, que carregava em seu âmago o sentido de que, segundo Gorender (1998):

[...] as ideias de toda ordem [...] não se desenvolviam por si mesmas [...] condensadas na pela Ideia Absoluta, [ou seja], o desenvolvimento das ideias era subordinado, dependente, [e as] ideias se sistematizavam na ideologia – [entendida como um] compêndio de ilusões através das quais os homens pensavam sua própria realidade de maneira [...] deformada (GORENDER, 1998, XXI – XXII).

Evidentemente, não se pode despejar de forma grosseira a concepção marxista de “ideologia”; é preciso fazer algumas ponderações. Entender o conceito como um breviário de ilusões que recaem em uma realidade deformada, corresponde com a gênese e avanço do eurocentrismo, e, portanto, do colonialismo. O impasse localiza-se na percepção – entendida aqui como incorreta – de que os colonizadores estavam iludidos por uma realidade deformada, criada e acreditada por eles, o que não deixa de ser uma produção ficcional. Faz-se antes, um adendo: não se tem pretensão de afirmar que o conceito marxista deixou passar despercebida uma possível incoerência, mas apenas de utilizar o sentido de ideologia em pauta, para desenvolver brevemente uma solução para o problema que se observa.

Não parece verossímil, portanto, o fato de a conquista das Américas ter ocorrido sem a mínima noção das brutalidades que viriam a ser cometidas. Outros tempos e outro contexto histórico, é verdade, mas é um período cujos eventos são tão singulares, a ponto de terem estabelecido uma “[...] classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça” (QUIJANO, 2005, p. 117), que parece apenas mais uma inverdade terem levado a cabo todo projeto colonialista, simplesmente

porque em sua concepção, estavam corretos. Ou seja, além de outras manobras, inventaram uma classificação que os possibilitava inferiorizar os povos autóctones e os escravos africanos, presumindo que seria crível que esse, como todos os acontecimentos posteriores, fossem entendidos apenas como um momento histórico a ser superado. Nesse sentido, a produção ideológica europeia é ficcional, mas não o conhecimento destes, aceca de suas inverdades.

Não haveria aqui como se esquivar desse enigma, pois mesmo a “Controvérsia de Valladolid” comprova que, sim, os europeus estavam conscientes de sua empreitada, e sabiam que precisavam impor à força sua vontade. Las Casas superou primorosamente as teses de Sepúlveda, e não haviam escusas para perpetuarem aquelas demandas de cunho religioso; não havia, por fim, ilusão por parte dos colonizadores. Era uma ideologia proveniente do “ego” europeu, sem autoengano, e proposta no íntimo do que se tornaria o capitalismo. Um termo mais adequado para definir essa relação colonizador/colonizado/escravos africanos – para além da ideologia e das ilusões – é o “sofisma”²¹. Quando se analisa o colonizador como aquele que manipula, e não como um ser iludido por suas próprias realidades criadas, é possível considera-lo com um ator sofístico, cujos argumentos têm por característica deliberada a distorção, ou ocultação daquilo que realmente se objetiva como resultado derradeiro. Segundo Sánchez (2020, p. 145. Tradução Livre²²), sofisma

[...] é um argumento que parece válido e verdadeiro, porém, que, em realidade, é inválido e oculta um erro. É um truque típico do sofista, quem quer converter a pior razão na melhor, sem que o auditório se dê conta. Há, portanto, dois elementos fundamentais na falácia [sofisma]: uma aparência de verdade e validade lógica e um erro lógico a serviço de uma falsidade de fundo.

Dessa forma, para os sofistas, independe “o valor e verdade” (DURÃO, 2007, p. 252) do argumento, conquanto ele seja convincente para seus receptores.

²¹ O sentido de sofisma ora utilizado, refere-se aquele da “segunda geração de sofistas”. Dessa forma: **SOFISMA**. 1. O mesmo que falácia; 2. Raciocínio capcioso ou que leva a conclusões paradoxais ou desagradáveis (ABBAGNANO, 2007. Grifo no original). Isso porque, em sua origem, o termo não se referia à noção de argumento aparentemente verdadeiro, mas falso. Em sua gênese, sofisma dizia respeito aos mestres da retórica, equiparados aos “professores livres”, portanto, dentre os sofistas clássicos estão “Protágoras, Pródico de Ceos, Trasímacos”, dentre outros (DURÃO, 2007, p. 252).

²² Una falacia, sofisma o paralogismo (nombre más técnico) es un argumento que parece válido y verdadero, pero que, en realidad, es inválido y oculta un error. Es un truco típico del sofista, quien quiere convertir la peor razón en la mejor, sin que el auditorio se dé cuenta. Hay, por tanto, dos elementos fundamentales en la falacia: una apariencia de verdad y de validez lógica y un error lógico al servicio de una falsedad de fondo. El estudio de los sofismas aborda precisamente esos errores ocultos.

Fundamentado nisso, pode-se estruturar hipoteticamente a relação colonizadores/colonizados/escravos africanos da seguinte forma: Os teóricos coloniais que argumentavam, eram os sofistas; os colonizadores com poder de decisão, eram os receptores a serem convencidos pelos sofistas; e os povos autóctones colonizados e os escravos africanos, cuja participação foi apenas passiva no sentido de vontade, foram os castigados pelas ações que sucederam o êxito argumentativo dos sofistas. Os argumentos sofistas semearam o mito da modernidade, ora ocultando, ora distorcendo propositalmente um sem número de acontecimentos e fatos, por isso a importância em apontar os sofistas e desmentir suas alegações fictícias.

A ideia acima elaborada se refere especificamente ao colonialismo, pois a ideologia como ilusão, isto é, em toda sua forma conceitual marxista, é aplicável em determinados casos, e como exemplo, pode-se imaginar um sujeito qualquer que enriquece às custas do empobrecimento e ignorância de seus seguidores. Este sujeito hipotético não está iludido, ele tem pleno conhecimento das retóricas necessárias ao convencimento daquilo que, muitas vezes, nem mesmo ele acredita, mas o fiel seguidor, este sim, forma sua ideologia com base em uma realidade ilusória; ele crê incontestavelmente no que lhe prega o líder. O exemplo figurado do líder e do seguidor representa um desses casos em que a ideologia, no caso do seguidor, pode ser entendida da forma descrita por Gorender (1998, XXI – XXII). É possível agora prosseguir com mais clareza, tendo em vista que os colonizadores europeus deturparam e ocultaram verdades, valendo-se de manobras argumentativas falaciosas.

Buscar-se-á desvelar, primeiramente, o sofisma já em pauta, qual seja, o da Europa como “centro da história global. Devido a “História Mundial” se mover, conforme Dussel (1993), do Oriente para o Ocidente, o primeiro movimento a ser feito foi excluir os espaços não compreendidos nesse âmbito territorial, ou seja, a América Latina e a África. Mas o pressuposto territorial para essa exclusão não era suficiente, como fica evidente nas críticas de Dussel à Hegel, justamente pelo filósofo alemão ter se utilizado do conceito de “desenvolvimento” que constitui o próprio eurocentrismo para reforçar sua tese. À África foi sentenciada a característica de “imaturidade”, devido a consciência de seu povo não ter recepcionado costumes inerentes às culturas tipicamente europeias, sendo o exemplo mais óbvio, o monoteísmo cristão (DUSSEL, 1993, p. 18-20). Assim, o “Outro” permanecerá incapaz de atingir a

maturidade, logo, a consciência, enquanto não aderir ao “ethos” europeu. Isso fica claro logo na primeira leitura da “A fenomenologia do Espírito” (1992) de Hegel, cujo primeiro capítulo demonstra já ser um texto pautado com ideias universalistas: “[...] o universal, portanto, é de fato o verdadeiro da certeza sensível” (HEGEL, 1992, p. 76). Transfere-se a “certeza sensível”, cinzelada por Hegel, para o “ego” europeu, e o resultado não é outro senão o eurocentrismo, ou, ainda, o universalismo e todo sofisma a ele atrelado.

Mas para esmiuçar como a Europa se tornou o “centro da história”, é preciso desprender toda essa bagagem intelectual universalista, que não elucidará essa questão por ser mera retórica europeia intrincada. Nessa lógica, Dussel (2005), em texto sobre o eurocentrismo, ilustra, inclusive através de alguns esquemas, a sequência histórica envolvendo questões geográficas e geopolíticas, que foram determinantes para que a Europa se convertesse em centro. O filósofo latino-americano descreve uma Europa anterior à modernidade, “vinda do Oriente”, devido a sua composição “moderna” provir de estruturas territoriais impermanentes em larga escala no decorrer do tempo. Exemplo que resume bem essa questão, é dado pelo próprio autor, ao registrar que “Não há que se confundir a Grécia com a futura Europa. Esta Europa futura situava-se ao Norte da Macedônia e ao Norte da Magna Grécia na Itália” (DUSSEL, 2005, p. 24). O que Dussel descreve inicialmente, é uma Europa não constituída, portanto, uma Europa impossível de ser até mesmo conceituada naquele momento, e, em razão disso, é possível afirmar que a Europa “[...] moderna é uma construção ideológica que tem início com a inversão de posições no contexto histórico mundial” (MAIA; FARIAS, p. 580).

O interregno entre a Europa “periférica” até se tornar o mítico “centro da história”, é preenchido por disputas que compreendem toda a região que hoje ocupa, somada às regiões da África e Ásia, das quais permaneceu sendo, até o final do século XV, periferia, posto que “[...] a Ásia, o Egito e a África detinham filosofias, conceitos, produções e estruturas comerciais mais complexas do que a Europa de outrora” (CASTELO BRANCO, 2018, p. 144). Seguiram-se as disputas – “[...] o Império Romano Oriental cristão, enfrenta o mundo árabe-muçulmano crescente, [...] a Europa latina medieval também enfrenta o mundo árabe-turco” (DUSSEL, 2005, p. 24-25) – ao passo em que se foram criando novas percepções de estruturação de poder até recair, por fim, na Europa “moderna”. Não há, dessa forma, uma “história mundial” antes da modernidade, pois havia ainda uma quarta parte desconhecida, necessária

à equação, compreendida, como já discutido, pela América. Firmando-se na tese do surgimento da modernidade de Dussel (em 1492), a compreensão da existência de uma “quarta parte” do mundo, a América, efetivamente, dá início ao que se conhece por “história mundial”. Inicia-se com a modernidade o “[...] longo processo [...] no qual, pela primeira vez, se organiza a totalidade do espaço e do tempo [...] numa grande narrativa universal” (LANDER, 2005, p. 10).

A “grande narrativa universal” descrita por Lander (2005), corresponde com a “história universal”. Ocorre que essa narrativa, insistentemente, é a narrativa do conquistador, e, por isso mesmo, oculta várias faces, não só da modernidade em sua fundação, mas além, pois os efeitos daquilo que se promoveu, fazem-se presentes, e continuam a se manifestar ainda no século XXI. Brevemente, expor-se-á uma das “faces” que deram condições à Europa para que se autodeterminasse o “centro da história mundial”, qual seja, o Orientalismo, para em seguida, desenvolver acerca da “colonialidade”, descrita por Walter Mignolo (2011; 2017), como o “lado mais escuro da modernidade”. Faz-se saber, que não necessariamente os eventos trabalhados a partir de agora seguirão uma ordem cronológica. Isso posto, dá-se prosseguimento ao tema “Orientalismo”, com vistas a compreender seu elo com a figura da Europa como “centro da história”.

Não se encontra salto paradigmático mais importante, quando se busca entender o Orientalismo, do que na obra de Said²³ (1990) “Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente”. O autor palestino, traça uma perspectiva que compatibiliza com este trabalho, e serve de referência inclusive para autores importantes, a exemplo de Wallerstein (2007), logo, será o ponto de partida para descrever como o “Orientalismo” representou também as diretrizes europeias para dominação do próprio Oriente, ocorrência que faz parte de uma das facetas da modernidade, e, portanto, da Europa como “centro da história mundial”.

São vários os sentidos possíveis de “Orientalismo”, e os principais, três deles, podem ser encontrados na obra de Said, porém, não serão todos aprofundados aqui, visto que, se assim fosse, um considerável espaço seria tomado para no fim, recair

²³ Edward Wadie Said “imigrou ainda adolescente para os Estados Unidos para terminar seus estudos. [...] Ingressa na política em 1967 [após os ataques de Israel no Oriente Médio], no episódio conhecido como Guerra dos Seis Dias. [...] fez uso de sua posição prestigiosa como intelectual norte-americano para denunciar o sofrimento do povo palestino na guerra árabe-israelense, denunciar a construção estereotipada do povo árabe pelo ocidente e apresentar uma obra sofisticada sobre o papel do intelectual de desmistificar as relações de poder e denunciar a desigualdade” (BELIZÁRIO, 2014, p. 1).

em desnecessárias repetições. Ater-se-á, então, a dois deles: o de caráter acadêmico, que será utilizado somente para demonstrar o quão oposto é ao outro, e o sentido que realmente interessa, que é o verdadeiramente capaz de quebrar certos paradigmas, e que dará, junto à outras teses, suporte crítico ao colonialismo e ao mito da modernidade.

Assim, a primeira interpretação do “Orientalismo”, embora tenha sido lentamente abandonada pelos estudiosos da área, é, como já mencionado, “acadêmica”. Quanto a essa interpretação – defendida, dentre outros, por Robert Irwin (2008) –, Said (1990, p. 14) diz: “Qualquer um que dê aulas, escreva ou pesquise sobre o Oriente [...], nos aspectos específico ou geral, é um orientalista, e aquilo que ele ou ela faz é orientalismo”. Como se pode notar, esse sentido é absolutamente genérico, além de sua acepção ser, em último grau, conectada àquilo que se busca afastar, quer dizer, em breve análise semântica, não é difícil perceber que no sentido que ora se verifica, o orientalista é um “Eu” ocidental empenhado na tarefa de desvendar um “Outro” externo. Este ser estranho aos olhos do orientalista, não é outro senão o “Oriental”, cujos costumes se mostravam demasiadamente incomuns, e precisavam ser desmerecidos. Não é preciso ir além disso para perceber que essa é a mesma interpretação utilizada pelos “europeus” para inferiorizar outras culturas distantes à sua e, a partir disso, dar continuidade a construção de um cenário que lhes fosse favorável. Mas a interpretação de “orientalismo” que se busca é outra, que não entende o termo como um estudo analítico do Oriente, e, portanto, do “oriental”.

Utilizando-se da noção de discurso de Foucault²⁴, por entender ser extremamente necessário para abordar o orientalismo, Said (1990) prepara terreno para conceber um sentido de “Orientalismo” mais factual, em oposição à interpretação “acadêmica”. Portanto, o discurso do “Orientalismo” avança sobre qualquer concepção do termo que pretenda torná-lo um ramo epistemológico acerca do Oriente. É nesse sentido que Said propõe sua tese, entendida neste trabalho como acertada. O “Orientalismo” seria, então, para o autor

[...] uma instituição organizada para negociar com o Oriente – negociar com ele fazendo declarações a seu respeito, autorizando opiniões sobre ele, descrevendo-o, colonizando-o, governando-o: em resumo, o orientalismo como um estilo ocidental para **dominar, reestruturar e ter autoridade** sobre

²⁴ Foucault analisa o discurso em diversas de suas obras, como em *Arqueologia do Saber* (2008, p. 224), onde o trata como “essencialmente histórico, não [...] constituído de elementos disponíveis, mas de acontecimentos reais e sucessivos, e que não se pode [ser analisado] fora do tempo em que se desenvolveu”. Sobre isso, Machado Júnior e Silva (2014, p. 3) afirmam que “Os trabalhos de Foucault mostram como os objetos construídos a partir dos discursos estão em um processo de constante formação e transformação, marcados pela descontinuidade”.

o Oriente. [...] sem examinar o orientalismo como um discurso, não se pode entender a disciplina sistemática por meio da qual **a cultura europeia conseguiu administrar – e até produzir – o Oriente** política, sociológica, ideológica, científica e até imaginativamente durante o período pós-iluminismo (SAID, 1990, p. 15. Sem grifo no original)

Essa noção de “Orientalismo” representa, dentro do tema do eurocentrismo, uma das faces da modernidade, que, conforme já exposto, surge e se desenvolve a partir das três figuras descritas por Dussel (1993). É preciso levar em consideração, que o Orientalismo não torna a Europa centro da história mundial, mas ele representa uma das particularidades da modernidade que, obviamente, amplifica a centralidade europeia, pois, assim como a face da “colonialidade”, que será analisada em seguida, compõe-se, dentre outras coisas, pelo objetivo omissos dos europeus em inferiorizar diferentes sociedades – neste caso o “oriental”. Dispondo sobre o mesmo tema, Wallerstein (2007) faz uma análise emblemática ao trazer um conteúdo específico da obra “Cartas Persas”, de Montesquieu, mais especificamente uma passagem da carta 30, em que o personagem “persa”²⁵ Rica, ao narrar sua passagem por Paris, descreve como os europeus se espantaram com sua “extravagância”, questionando-se: “Ah! Ah! O senhor é persa? É realmente extraordinário. E como é possível ser persa?” (MONTESQUIEU, 1992, p. 70-71. Tradução Livre²⁶). Wallerstein (2007) avalia que, em verdade, Montesquieu estava discutindo, através de seus personagens criados, o próprio modo de vida europeu, ou seja, o autor de “Cartas Persas” estaria criticando a visão eurocêntrica de seus conterrâneos.

O que se segue na obra de Wallerstein (2007, p. 64-65) possui relação com como a Europa cria o Oriente à sua maneira. Neste trecho, o autor discorre sobre a compreensão dos europeus daquilo que chamavam “[...] civilizações avançadas – [...] China, Índia, Pérsia [Irã] e Império Otomano”. Estranhavam, evidentemente, o desconhecido, mas percebiam também, que algo poderia ser aproveitado daquele “encontro”, um aprendizado, talvez. Ocorre que, no conto de Montesquieu (1992), Rica, para que não se sentisse incomodado com os olhares que se lhe fixavam, passou a vestir-se tal qual um europeu, e isso diz muito sobre a curiosidade que tinham os “ocidentais” em relação aos “orientais”. Essa curiosidade, escondia o fato

²⁵ Segundo Baldi (2010), Pérsia foi o nome que os historiadores gregos deram ao território que sempre foi chamado, por seus habitantes, de Irã. Isso também é confirmado em artigo de Andrew Patrick (2005, p. 257), cujo título é “O Irã entre o Ocidente e sua Autodeterminação”, em que traz a seguinte informação: “Em 1935, [Reza Khan] anunciou que não mais aceitaria que o país fosse chamado Pérsia, como era conhecido até então no exterior. Dali em diante a nação seria conhecida pelo nome usado pela própria população: Irã”.

²⁶ ¡Ah! ¡Ah! ¿El señor es persa? ¡Es realmente extraordinario! ¿Y cómo se puede ser persa?

de que os europeus, ao mirarem aquela civilização “distante”, que era tão, ou mais “avançada” quanto eles, enxergavam-se em reflexo, portanto, naquele momento já se delineava algo mais, que era a consciência de que aquela outra sociedade poderia representar uma ameaça contra o novo sistema em expansão, ao mesmo tempo em que a coexistência entre “civilizações avançadas”, tornava impossível que apenas uma fosse o “centro da história”. As vistas europeias, então, voltaram-se àquela “civilização avançada”, que fascinava ao mesmo tempo que representava óbice a continuidade de um projeto de dominação a nível global. A quarta parte já enfrentara a crueldade da conquista – e permanecia conquistada –, o que representou o primeiro movimento rumo ao eurocentrismo; restava dominar o “outro oriental”.

À semelhança do “encontro” com a quarta parte do mundo, o encontro com o “Oriente” se daria de forma igualmente violenta. A dominação, afirma Wallerstein (2007, p. 65), “[...] ao contrário do mero contato, não tolera ideias de paridade cultural”, dessa forma, restaria submeter também a porção “oriental” aos arbútrios europeus, ora dizimando parte resistente daquela “civilização”, ora convertendo seus costumes. Não havia nada que o europeu quisesse “aprender” com àquelas civilizações, queriam, na prática, conquistá-los aos moldes da experiência com as Américas. Quanto a isso, Wallerstein (2007) levanta uma questão, para, logo em seguida, respondê-la: Se era curiosidade, ou a busca por aprendizado que os europeus experienciavam em relação ao Oriente,

[...] por que essas regiões deveriam ser política e economicamente subordinadas à Europa, embora fossem consideradas civilizações ‘avançadas’. A base da explicação desenvolvida era de uma simplicidade notável. Só a ‘civilização’ europeia, com raízes no mundo greco-romano antigo (e para alguns também no mundo do Velho Testamento), poderia produzir a ‘modernidade’ (WALLERSTEIN, 2007, p. 65-66)

Claro está, portanto, em que medida o orientalismo contribuiu para dar suporte ao avanço e formação da Europa como “centro da história mundial”. Um aspecto importante a ser levado em consideração, é que, embora a noção de Europa diga respeito à porção continental como um todo, Said (1990) deixa claro que a empreitada europeia no “Oriente”, teve maior protagonismo de alguns países específicos, principalmente a França e Inglaterra (sec. XIX até o término da segunda-guerra). Isso posto, o monopólio do discurso pelo “ego” europeu se expande com o “orientalismo”, e, com isso, a dominação europeia se consolida também nesta outra invenção, ou melhor, construção, que é o “Oriente”. Verifica-se, com essa perspectiva da

dominação, que o orientalismo se desmembra em outra camada além daquela já descrita, que diz respeito a criação imagética geográfica do “Oriente”, ou seja, também está presente nessa conjuntura, uma relação de forças – que opõe o Ocidente ao Oriente – fundamental para que fosse possível o domínio de uma “civilização” sobre outra.

A dominação europeia sobre o “Oriente” também carrega em seu âmago justificativas infundadas, do mesmo modo que as “guerras justas”, para tentar convencer de sua legitimidade. Marx, ao escrever sobre o colonialismo europeu, mais especificamente em um artigo de 1857, sobre as investidas da Inglaterra na China, afirma que

Um massacre foi feito entre os cidadãos inofensivos e seus pacíficos mercadores de Cantão, suas casas foram arrasadas pela artilharia e os direitos da humanidade violados **sob o pretexto fútil** de que vidas e propriedades inglesas estavam em perigo por causa dos atos agressivos dos Chineses! (MARX, 1857, p. 61. Sem grifo no original. Tradução Livre²⁷).

Nesse plano, Said (1990, p. 17) entende que “[...] a relação entre o Ocidente e o Oriente é uma relação de poder, [...] de graus variados de uma complexa hegemonia²⁸”. Evidentemente, nessa relação de forças, onde “O ‘Oriente’ torna-se muito mais uma imagem oposta ao Ocidente capitalista que ele próprio em realidade” (GROPPO, 2014, p. 110), a Europa agiu para usurpar o poder hegemônico para si, e dar sequência ao avanço do capitalismo. Previamente à investida europeia sobre o “oriente”, e todo enredamento que representou o orientalismo, um outro processo já havia se assentado com rigidez nas terras do “Novo Mundo”. Trata-se da “colonialidade”, face da modernidade que será, a partir de agora, investigada.

Se o orientalismo representa a expansão do modelo de produção capitalista, que pode ser descrito simplesmente como o avanço do capitalismo, com a definição absoluta da Europa como “centro”, por meio da dominação do “Outro

²⁷ Se ha hecho una carnicería entre los inofensivos ciudadanos y sus pacíficos comerciantes de Canton, sus casas han sido arrasadas por la artillería, y los derechos de la humanidad violados con el fútil pretexto de que “¡las vidas y los bienes ingleses corrían peligro debido a los actos agresivos de los chinos!”

²⁸ Dentre outros, Said se orienta em Gramsci para desenvolver sua tese sobre o Orientalismo. Portanto, o conceito de hegemonia tem por base Gramsci. Por ser um conceito complexo em sua totalidade, tomar-se-á o conceito de hegemonia em Gramsci, como sendo uma ação de classe, ou seja, o poder sendo exercido por determinado grupo de indivíduos pertencentes a uma determinada classe. Obviamente, a concepção de Gramsci para hegemonia não se reduz a isso, pois traz em seu cerne, todo desenvolvimento do que seria para ele a sociedade civil e a sociedade política, e, ainda, a necessidade de absorção desta por aquela. Dias (2014, p. 89-90), ao desenvolver o tema, fornece de início a seguinte definição: “a ligação entre a capacidade de construir uma hegemonia decorre da possibilidade que uma classe fundamental (subalterna ou dominante) tenha de elaborar sua visão de mundo. [A hegemonia pode ser vista como uma] reforma intelectual e moral, ou seja, da construção de uma concepção de mundo. Para maiores informações, conferir “O Conceito de Hegemonia em Gramsci”, de Luciano Gruppi (1978).

oriental”, a exploração da América Latina, através do colonialismo europeu, representa o início da transformação política da Europa de periferia, para centro global. Nesse prisma – a Europa constituindo-se como centro – é possível pensar a América Latina como a primeira periferia²⁹ da modernidade (SANTOS; TEIXEIRA, p. 1109). Os conquistadores propuseram uma equação formulada na superfície imoral da modernidade, onde o único resultado possível já havia sido pensado de antemão, se revelando para o desenvolvimentismo semiótico que espreitava. Mas não teria sido possível levar adiante tão meticuloso empreendimento, sem que a realização fosse de domínio total e profundo. E foi dessa forma que se dispuseram diante do “Outro”, pelas vias do capitalismo, cujo desejo foi, desde o início, consumir o suprasumo do espaço, tomando também o tempo em sua forma de força humana, que era autóctone e negra, e, quando não suficiente, forçava-se sua embarcação composta apenas por escravos não brancos, violentamente trazidos da porção Sul das terras do outro lado do Atlântico. Nesse contexto é que se insinua a modernidade em seu mais vil soslaio: a colonialidade.

O primeiro conteúdo de grande importância, identificado por Quijano e Wallerstein (1992), refere-se à impossibilidade de analisar o surgimento da modernidade, portanto, do capitalismo, em separado da conquista da América. Para os autores a “[...] América foi o ato constitutivo do moderno sistema mundial. A América não se incorporou em uma existente economia-mundo capitalista. Uma economia-mundo capitalista não haveria tido lugar sem a América” (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992, p. 583. Tradução Livre³⁰). Isso significa dizer, que a conquista da América é condição necessária para a modernidade, e, conseqüentemente, para a economia-mundo capitalista. Para comprovar esse fato, é preciso lembrar alguns eventos ocorridos quando da transição da idade média (baixa idade média) para a

²⁹ São duas, as principais teorias que discorrem acerca da lógica centro-periferia: 1) a Teoria Marxista da dependência (TMD), e, 2) a Teoria do sistema-mundo, desenvolvida principalmente por Wallerstein. Ambas as teorias, cada qual com suas particularidades, visam explicar o funcionamento da relação centro-periferia dentro do sistema capitalista. Sem esgotar o complexo tema, a periferia deve ser entendida além da perspectiva geográfica de fronteiras, isto é, regiões que fazem divisa com centros de poder hegemônico. Antes, deve ser entendida como sendo as regiões que, devido a aspectos como a divisão internacional do trabalho, seguem o fluxo que o modelo capitalista lhes relegou, não lhes sendo permitido ascender ao “centro”. As regiões periféricas, portanto, devem se manter dependentes das regiões centrais do capitalismo. A teoria do sistema mundo incorpora, ainda, a noção de semiperiferia. Em autores que se debruçaram sobre a matéria, tais como Bamber, Theotônio dos Santos e Marini, é possível encontrar convergências e divergências entre as duas teorias. Nesta dissertação, pontos específicos de cada uma serão explorados, ainda que as teorias não sejam explicitamente citadas.

³⁰ América, fue el acto constitutivo del moderno sistema mundial. América no se incorporó en una ya existente economía-mundo capitalista. Una economía-mundo capitalista no hubiera tenido lugar sin América.

modernidade, período que abrange o final do século XV e início do século XVI, embora o declínio da idade média tenha se iniciado muito antes. Ainda que pareçam repetitivos, os fatos a serem narrados se fazem importantes nesse contexto.

Primeiramente, é preciso salientar que não se pretende adentrar na discussão acerca da gênese do capitalismo, visto não existir verdadeiramente um consenso sobre isso³¹, bem como porque tomaria demasiadas laudas para desenvolver sobre o tema. Prosseguindo, quando da decadência do feudalismo e, portanto, a passagem para um novo sistema econômico-social e político, dando início às características que compõem os Estados Nacionais modernos, como o mercantilismo, por exemplo, começa-se a desenhar o fenômeno que culminará nos fatores que geram condições para a criação das casas de trabalho e de correção na Europa. Neste contexto está a prova de que a América é, sem sombra de dúvidas, o “[...] ato constitutivo do moderno sistema-mundial” descrito por Quijano e Wallerstein (1992), como será visto. A idealização das casas de trabalho e correção, se deram em período imediatamente posterior ao fenômeno da acumulação primitiva, visto que os camponeses se encontravam sendo despejados de suas condições de subsistência, para que suas terras dessem lugar, em genérico exemplo, à criação de ovelhas.

A grande expulsão dos camponeses de suas terras, força-os a buscar trabalho em regiões centrais, porém, a oferta de trabalho não corresponde à soma dos desesperados em busca de condições melhores, o que faz surgir um considerável número de mendigos, alguns “bandidos”, mas, principalmente, desempregados. A modernidade cria o embrião daquilo que seria em tempos futuros, o proletariado industrial. Nem mesmo a caridade privada e religiosa foram capazes de contornar a situação. A secularização dos bens da Igreja (terras, principalmente) influi nesse processo, na medida em que aqueles que dependiam da caridade dos mosteiros ficaram sem sustento e passaram a integrar os grupos de mendigos e desempregados. Em 1530, chega-se a fazer um cadastro das pessoas em condição de mendicância, visando o acolhimento dos que tinham condições para trabalhar, e tinha como objetivo principal reformar os internos através do trabalho obrigatório e da

³¹ Alguns autores entendem o início do capitalismo já na idade média, a exemplo de Fábio Konder Comparato (2011). Quijano (2005), traduz o capitalismo no início da modernidade, como um “capitalismo colonial”, ou, “uma nova estrutura de controle de trabalho”, porém, ainda que fale em “seus antecedentes históricos”, não fica evidente se ele atribui algum período específico como gênese do capitalismo. Ellen Wood, em sua obra “A Origem do Capitalismo”, investiga algumas dessas discussões. Aqui, no entanto, será trabalhado o capitalismo na perspectiva de Quijano (2005), pois há acordo com o autor no que diz respeito ao capitalismo se configurar “um padrão global de controle de trabalho” a partir da modernidade.

disciplina. Assim, espalharam-se pela Inglaterra várias casas de correção (*houses of correction*), chamadas e conhecidas também por *bridewell*, devido o Castelo de *Bridewell* ter sido a primeira casa do tipo (MELOSSI; PAVARINI, 2006).

Nesses mesmos moldes, surgem, então, em Amsterdã, as *rasp-huis*, algo como “casas de serragem”. Elas correspondem ao ponto alto do capitalismo na região nessa época, pois, serviam também para regular o salário do trabalhador “livre”, visto que aqueles que não aceitavam os baixos salários, eram levados à força para trabalhar nessas casas, tanto na Inglaterra, quanto em qualquer outro país que tenha aplicado o modelo. O principal setor capitalista dessa época, era o têxtil, e o nome *rasp-huis* – no caso de Amsterdã –, relaciona-se com isso, pois o principal trabalho desenvolvido era a raspagem de madeira com serras, para, do produto dessa raspagem, extrair pigmento para tintura. A escolha dessa técnica tem relação direta com o objetivo da casa de correção. A ideia era atingir o máximo de lucro com baixa qualidade, alta produção, trabalho à exaustão; alguns chegavam a quebrar a coluna em meio a serragem. Mesmo ocorrendo essa baixa inversão de capital, o lucro era assegurado pela compressão do salário (MELOSSI; PAVARINI, 2006). Ante esta breve exposição acerca do início da modernidade em ambiente geográfico europeu, é fato que naquela época o setor têxtil era o que gerava maior lucro, às custas, claro, da exploração. Mas qual é o vínculo entre o colonialismo europeu na América, e o nascimento da modernidade, com as casas de trabalho/correção e de raspagem?

Esse enigma pode ser solucionado a partir da seguinte indagação: Qual era a principal madeira que inundava as *rasp-huis* e *bridewells* de matéria prima, e possibilitavam o lucro do maior setor à época? A resposta óbvia é o pau-brasil, porém, vai muito além disso. Deixando de lado uma enormidade de pormenores, infere-se do artigo de Muralt (2006), intitulado “A árvore que se tornou país”, que o vocábulo “brasil”, embora tenha sofrido muitas modificações, refere-se, na verdade, à tintura produzida por várias espécies de árvores. Levando em conta essa informação, é bastante curioso o fato de que os espanhóis distribuíram à Europa, as madeiras tintoriais de várias regiões da América Latina – como Antilhas e México –, ou seja, não foram apenas os portugueses no Brasil a explorar o “pau-de-tinta”, para extração do pigmento avermelhado. Muralt (2006), ao comentar sobre o pau-brasil, distingue dois períodos, mas o que realmente importa aqui, é o segundo, sobre o qual o autor escreve que

[...] **começa em 1492**, com a descoberta da América, para terminar no século

XIX com a descoberta das anilinas sintéticas. À madeira de sapão vem, então, somar-se toda sorte de brasis e de brasiletes provenientes do Novo Mundo, **principalmente a *Caesalpinia echinata* Lam. do Brasil** (MURALT, 2006, p. 173. Sem grifo no original)

O que vem a seguir, no artigo de Muralt, interessa ainda mais. Continua o autor: “O aproveitamento **em grande escala** das madeiras tintoriais **atingiu um nível espetacular** em Amsterdam, onde os prisioneiros condenados a trabalhos forçados ralavam a duras penas o pau-brasil (*brasilien-hout*) que era, em seguida, **entregue aos tintureiros de toda a região**” (MURALT, 2006, p. 172-175. Sem grifo no original). Como se percebe, o comércio de pau-brasil, de tão vultoso, poderia suprir a demanda de toda região, que, devido à localização geografia de Amsterdam, é bem provável que abrangesse países como França e Inglaterra.

Baseado nisso, afixa-se a exploração do pau-brasil, por toda região da América Latina, somada a sua extensa comercialização em boa parte da Europa, para produção de pigmento nas *rasp-huis* e *bridewells*, como uma comprovação histórica de que a conquista da América constitui a modernidade, afinal de contas, foi nesse mesmo período, com grande participação do setor têxtil europeu, que os capitalistas passaram a enriquecer, sustentando-se já na exploração do trabalho. Ainda sobre a comercialização da madeira, relata Dias (2018) que cartas da época comprovam que se tratava também de um “[...] virtuoso comércio que o rei de Portugal havia arrendado, em caráter de monopólio da Coroa”. Segundo seu artigo, que trata sobre o comércio colonial, no que diz respeito à exploração do pau-brasil ao norte do território brasileiro, D. João escreveu para um capitão donatário, em “[...] carta de doação da capitania de Pernambuco em 1534”, que, além de todo resto (especiarias, por exemplo), também o pau-brasil somente a ele pertencia (DIAS, 2018, p. 3-5). São longos os detalhes sobre o extrativismo do pau-brasil no texto de Dias, mas está claro que a modernidade se funda com a conquista e exploração da América.

Em se tendo comentado bastante sobre a exploração inerente à conquista, não se faz necessário dispor além do que já foi dito para dar prosseguimento ao interesse maior em voga. Ora se está descrevendo a fase embrionária de um novo sistema mundial, mas para que funcionasse, foi necessário antes dominar a América, que seria, nesse escopo, “[...] o primeiro terreno experimental dos ‘variados métodos de controle de trabalho’” (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992, p. 583. Tradução Livre³²).

³² Ofrecieron espacio y constituyeron el locus y el primer terreno experimental de los «variados métodos de control del trabajo».

O que se quer dizer, e nisso se confia, é que a América Latina serviu também como um triste tubo de ensaio para o que seria posteriormente replicado aos camponeses, que de suas terras, na Europa, viriam a ser expropriados.

Os dois principais sustentáculos, indispensáveis, do “novo padrão de poder”, entendidos por Quijano (2005) como processos históricos, são “Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, [e], por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial” (QUIJANO, 2005, p. 117). Tomando por base a tese descolonial de Quijano, Mignolo (2017, p. 2) desenvolve a modernidade como sendo uma “narrativa complexa”, produzida a partir da Europa, cujo “ocidente” se aproveitou para se edificar, por vias da conquista, escondendo “[...] ao mesmo tempo, seu lado mais escuro, a ‘colonialidade’”. Por esse motivo, da mesma forma que a América é constitutiva da modernidade, “[...] não há modernidade sem colonialidade” (MIGNOLO, 2017, p. 2). Conectam-se, dessa forma, a conquista da América com a modernidade e colonialidade, não existindo, segundo Quijano (2005) ocorrência da representação de “raça” antes desse período, supondo-se, portanto, que essa configuração estrutural biológica e fenotípica, que diferencia certos grupos, não é mais que outra invenção originada desde o “ego” europeu.

A América, constrói-se cercada por “[...] novas identidades societais da colonialidade – índios, negros, azeitonados, amarelos, brancos, mestiços”, ou seja, a colonialidade como um elemento constitutivo do “[...] padrão mundial do poder capitalista, sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder” (QUIJANO, 2009, p. 73-74). A diferenciação por “raça”, por tanto, passou a transfigurar as relações sociais coloniais em “relações de dominação”, e como não há distanciamento entre dominação e estrutura social hierárquica, as “novas identidades”, que anteriormente se referiam apenas à derivação geográfica – portugueses, europeus – também passaram a constar como conteúdo constitutivo das relações de poder, isto significa que era possível, a partir daquele momento, estabelecer, através da “conotação racial”, a verticalização hierárquica das relações sociais. Sucede que, aos escravos africanos – entendidos como os “explorados mais importantes” – chamaram de negros, em absoluto contraste com o “branco” europeu, este “superior”. Toda dialética – na acepção marxista do termo – compreendida entre dominante/dominado, ou ser

superior/inferior, adapta-se com a diferenciação por raça, dando origem a legitimação “[...] de dominação imposta pela conquista”. O colonialismo europeu, continua Quijano, propaga-se pelo mundo tendo como fundamento sua própria criação, o que levou a “[...] naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus” (QUIJANO, 2005, p. 117-118).

A análise acerca da constituição da modernidade, e, conseqüentemente, do novo sistema que se desenvolve com ela, fornece, como visto, outra perspectiva quando sob a ótica descolonial, no entanto, não se deve obstruir completamente perspectivas afastadas desse âmbito. Com isso, quer-se dizer, que teorias concebidas no âmago da centralidade europeia – aquelas com real intenção crítica –, são essenciais para o entendimento do colonialismo europeu, ainda que não enfoquem na colonialidade percebida por Quijano e acompanhada por outros autores desde então. Para clarificar brevemente esse ponto, toma-se como exemplo, sem querer encerrar o tema, o que dizem Grosfoguel (2009) e Mignolo (2005). Para o primeiro, muitos autores, apesar das boas intenções, recaem na visão eurocêntrica em suas análises do colonialismo, deixando de “pensar a partir do Sul”, o que acarreta, corriqueiramente, na ocultação da colonialidade. Entende-se que quando Grosfoguel (2009, p. 384) pronuncia textualmente “[...] a necessidade de transcender epistemologicamente”, quer mesmo dizer ser obrigatória, para compreensão de certos fenômenos, uma descolonização epistemológica. De modo semelhante, Mignolo (2005, p. 33-36), ao discorrer com base na interpretação do “imaginário” a partir de Édouard Glissant, ou seja, o “imaginário” como sendo, a grosso modo, a maneira como uma comunidade se autodefine, também enfatiza o equívoco de certas análises teóricas – no texto ele usa o exemplo da “metáfora de sistema-mundo” – em não evidenciar a “colonialidade do poder”. Devido esses aspectos, e outros mais, é que se nota a importância dos estudos descoloniais, tendo como um de seus esteios, a colonialidade como intrínseca ao surgimento da modernidade, e ambas tendo como fato constitutivo, a descoberta, pois, a conquista da América.

Ocorre que, todo conteúdo teórico que vise criticar o modo de produção capitalista, sua gênese, e como dele se produzem e reproduzem as desigualdades, ainda que tenham sido elaborados em contextos históricos que não tenham levado em conta muitos aspectos descoloniais, devem, sim, ser considerados. Prevalecem ainda, neste cerne, as teses de Marx, que lançam luz primeira a muitos objetos de estudos pensados a partir do Sul, e, assim, devem ser levados em consideração no

que diz respeito ao desenvolvimento das sociedades de classe, ou seja, do próprio capitalismo. As teses de Marx, então, podem ser averiguadas e trazidas ao contexto descolonial, fazendo surgir teorias marxistas que incluam em suas hipóteses, a colonialidade do poder, por exemplo. Sendo assim, pode-se pensar todo momento criador da acumulação primitiva, como passo conseqüente ao modelo colonial latino americano. Parte disso já foi desenvolvido, quando se demonstrou o elo entre a exploração do pau-brasil, a regulação do trabalho nas *rasp-huis* e casas de trabalho/correção, e a atuação europeia na América. A acumulação primitiva faz parte da feitura da autodenominada centralidade europeia, donde provém todos os arranjos eurocêntricos que arquitetaram o mundo à sua forma.

Recorrer-se-á, para brevemente elucidar acerca da acumulação primitiva, e como essa tese pode transcender aos estudos descoloniais, à obra de Marx que trata sobre o tema, “O Capital”, em seu Livro I, vol. II, em seus capítulos XXIII e XXIV. Em seguida, para finalizar este tópico, será abordado o epílogo da obra de Dussel (1993), que descreve “Os Rostos Múltiplos do Povo Uno”, visando cerzir o que já foi trabalhado, afim de demonstrar que o resultado da fabricação da Europa, até tornar-se centro, foi uma América arrasada, cuja colonialidade do poder enraizou-se de tal forma, que insiste em se manter ancorada.

Assim, chama-se primitiva a acumulação precedente ao modo de produção capitalista, isto é, não decorre dele, mas o torna funcional; antecede, portanto, acumulação capitalista. Ao analisar este livro, que compõe um todo do “Capital”, não resta dúvidas que a acumulação primitiva é um processo extremamente violento. Violência esta, que irá acompanhar todo processo capitalista que se proliferará no tempo e espaço. Para Marx,

[...] a acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção, [...] um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro lado, os produtores diretos em trabalhadores assalariados (MARX, 1996, p. 340)

Está certo que esse processo transformador só foi possível por meio da violência, e Marx reitera isso em sua obra. Quando anteriormente se descreveu sobre a expropriação dos camponeses europeus de suas terras, que deram lugar à criação de ovelhas – Marx utiliza em “O Capital” o termo “pastagem” -, era essa violência que se ambicionava demonstrar. O que não se comentou naquela oportunidade, foi a forma como, aos poucos, a burguesia deu conta de transformar em leis e punições,

os atos considerados impossíveis de tolerar dentro do sistema em ascensão. Sem que seja necessário detalhar conceitos já muito conhecidos, basta apoiar-se em Marx, que ao descrever períodos subsequentes à apropriação primitiva, já adentrando na questão da propriedade privada, diz:

O progresso do século XVIII consiste em a própria lei se tornar agora veículo do roubo das terras do povo. [...] A forma parlamentar do roubo é a das *Bills for Inclosures of Commons* [leis para o cercamento da terra comunal], em outras palavras, decretos pelos quais os senhores fundiários fazem presente a si mesmos da terra do povo, como propriedade privada, decretos de expropriação do povo (MARX, 1996, p. 349)

Tendo isso em mente, e levando em conta que o processo no qual o capitalismo se faz realidade é inerente ao posicionamento da Europa, e mais tarde os EUA, como “centro da história mundial”, é necessário amarrar algumas pontas soltas. Todo processo até agora descrito, relaciona-se da seguinte forma: O colonialismo europeu, através da conquista da América, dá início, concomitantemente, à modernidade, fazendo surgir em momento seguinte a colonialidade, que permite a diferenciação entre o europeu, autodenominado “superior”, e o não europeu, que é o “outro inferior”, a partir de uma “classificação racial/étnica”. Essa classificação, é um dos sustentáculos do novo padrão mundial de poder, em cuja Europa se orientará para seguir seu projeto. Principalmente através do trabalho escravo africano, e em manobra monopolista, tanto os espanhóis, quanto portugueses, e até mesmo os holandeses, irão explorar os recursos naturais nas regiões da América, exportando matéria prima para grande parte do território europeu, onde se originará o fenômeno da acumulação primitiva. Os camponeses das principais regiões europeias viram suas terras serem expropriadas, o que os obrigou a rumar para os centros em busca de sustento, porém, aqueles que não obtiveram êxito, tornaram-se “vagabundos”, mendigos e desempregados. Para estes, restaram as casas de trabalho forçado, como as *raps-huis* holandesas, cuja atividade principal era a raspagem de madeiras, especialmente o pau-brasil proveniente da América, do qual se extraía o pigmento/tintura, para suprir o setor têxtil da época. É esse processo, violento e desumano, que dará origem ao modo de produção capitalista. Ainda, a Europa expandiria toda sua atuação na região compreendida pela África e Ásia, aplicando estratégias de dominação muito semelhantes, que podem ser entendidas com base na perspectiva do Orientalismo proposta por Edward Said.

As consequências desse empreendimento europeu provocaram consideráveis cicatrizes humanitárias, que se prolongam indefinidamente no tempo,

marcando para sempre toda a história da humanidade. Para entender melhor, encerrar-se-á este tópico com a exposição daquilo que, como já dito, Dussel (1993) denomina “Os rostos múltiplos do povo uno”. Segundo Dussel, os “rostos” são os “[...] sujeitos históricos, os oprimidos”, resultado da violência promovida pela “[...] invasão [e] colonização”. O autor os coloca como “[...] outra face da modernidade”, verdadeiras “vítimas” do colonialismo, da modernidade e da colonialidade.

Dessarte, os “rostos” latino-americanos descritos, ocultos pela modernidade, são, em ordem, de acordo com Dussel (1993, 159-171): 1) os “[...] índios, [...] vítimas do primeiro ‘holocausto’ moderno”, que, apesar de serem permitidos a levar uma “vida comunal própria”, foram dominados sistematicamente. Sua existência tornou-se uma verdadeira luta. 2) o escravo africano – o “negro” – embarcados como mercadoria ao Novo Mundo, seriam explorados, em número acima de dez milhões, pelo “[...] novo deus do Sexto Sol, o capital, [...] no trabalho que se objetivará no valor original” deste mesmo capital. 3) os mestiços, “[...] filhos e filhas de índias e espanhóis, [...] maioria da população latino-americana”, apesar de se portarem perante o índio como “[...] seu senhor, [eram] desprezados pelos europeus por não serem brancos”. 4) os *crioullos* (crioulos)³³, “[...] filhos e filhas de brancos espanhóis nas Índias [ocidentais]”. Nesse caso, eram espanhóis nativos, oprimidos pelos próprios espanhóis da metrópole, “[...] foram a classe hegemônica que transformou no começo do século XIX um simples ‘bloco social’ contraditório dos oprimidos, num ‘povo’ histórico em armas”. Apesar disso, não foi possível uma unificação com os outros oprimidos, visto terem se tornado, os crioulos, os novos dominadores. 5) os camponeses, compreendem, muitas vezes, os oprimidos “[...] indígenas, mestiços empobrecidos, [...], que se dedicaram a trabalhar na terra”. Em suma, formam um “rosto” sem reais condições de “competição”, os pobres camponeses, que, durante a primeira metade do século XX, representavam “[...] 70% da população latino-americana”. 6) os operários, que serão explorados em demasia, com excessos de trabalho, baixos salários, dentre outros meios. Nesse ponto, há uma informação a se destacar: o fato de o capital da periferia ter de transferir grande parte do valor obtido, para o “capital ‘central’”. Perfazem a “[...] parte mais explorada do capital mundial”.

³³ O conceito do termo crioulo envolve uma série de outros aspectos antropológicos e linguísticos. Por não existir uma concepção universal, deve-se considerar as realidades locais a que o termo se refere. Neste trabalho, o conceito é empregado no contexto da luta independentista da América espanhola, portanto *criollo* deve ser entendido aqui como filhos e filhas de espanhóis, nascidos na América. Para um aprofundamento sobre o tema, indica-se a leitura do artigo de Nascimento (2011).

É preciso um adendo, antes de finalmente expor o último “rosto”. Algumas questões importantes podem ser observadas a partir do sexto “rosto”, o operário. Ele representa não apenas a exploração corporal do próprio trabalhador, mas também indica a subserviência dos países periféricos, para com os do centro, em grande parte a Europa. Para que o capital periférico exista, faz-se necessária a extrema exploração do operário, pois, como dito, parte volumosa dos valores são transferidos para o “centro”. Nessa lógica, é perceptível a atrocidade que é a acumulação de capital³⁴, visto que quanto mais os capitalistas acumulam riquezas, maior o número exigido de proletários, e, portanto, maior o número de pobreza gerada. Em síntese, “Crescimento do capital implica crescimento de sua parcela variável ou convertida em força de trabalho, [ou seja], capitalistas maiores neste polo, mais assalariados naquele. [...] Acumulação de capital é, portanto, multiplicação de proletariado” (MARX, 1996, p. 246).

Dessa dicotomia, surge o sétimo e último “rosto”, o “marginal”. Por existir essa transferência “sistemática” de valor, a partir da periferia, ocorre, além da desproporcional exploração do operário, o crescente aumento de sua população. A marginalidade se dá em grau elevado nos países latino-americanos, mais precisamente em seus grandes centros – São Paulo e Buenos Aires, por exemplo, devido à fragilidade “estrutural” que os acomete. Para Dussel, o “[...] fenômeno contemporâneo da marginalidade [...], manifesta talvez o rosto mais injusto no capitalismo periférico” (DUSSEL, 1993, p. 171-172). Há ainda, uma clara correlação entre os marginais, frutos da acumulação de capital, e os camponeses desempregados do século XVI, tidos como “vagabundos” e mendigos, estes como resultado da acumulação primitiva.

Do que foi exposto, fica nítido que a Europa apenas triunfa em sua empreitada, por meio da violência. Do movimento conquistador, que resulta no “primeiro holocausto” (DUSSEL, 1993) da modernidade, revela-se perante os europeus a fórmula para prosseguir, cujo doseamento flutua do excesso para cima. Não houve propostas parcimoniosas – nem mesmo as consentidas (a exemplo de Las Casas) – que foram postas em prática; em outras palavras, assassinaram porque sim,

³⁴ Segundo Marta Harnecker (1980, p. 17) a acumulação capitalista é “o processo de desenvolvimento em escala crescente do processo de produção capitalista. [...] O montante de capital que se consegue investir depende, por um lado, da quantidade de excedente obtido, o que depende em grande medida da exploração dos trabalhadores e, por outro lado, da parte desse excedente que o capitalista destine para consumo produtivo”.

escravizaram por detestável avareza, corromperam, subjugaram, converteram sob o sofisma da autoridade celestial, por fim, denominaram-se ser supremo, ostentando para todos o título de primeiro centro global de dominação.

1.2 ESTADOS UNIDOS E IMPERIALISMO: ORIGEM DE UMA NOVA CONFIGURAÇÃO DE PODER

A América, não é a América, mas o conjunto de Estados que se foram unindo até formar um país sem nome. Sua história é tão opressora quanto a da própria Europa e, da mesma forma que o primeiro centro global de dominação, somente conseguem se organizar com emprego da violência. Grande parte dos que sofreram com o colonialismo, novamente foram desestruturados, alguns deles, por diversas vezes. Embora se tenha alterado o ator hegemônico opressor, certas potências europeias mantiveram-se em atividade, ora como agentes cooperativos, ora como lideranças diretas. Essa não é a história dos EUA, mas sim, o relato de como esse país rearranja geopoliticamente os rumos da história mundial.

Em primeiro lugar, será necessário tomar consciência acerca do conceito de alguns termos. Um deles, supõe-se, não deveria nunca ser empregado, e diz respeito à denominação que se dá àquele que tem suas origens no país norte-americano, os EUA. Sabe-se que, geograficamente, os EUA situam-se na porção norte das Américas, ou seja, é um país norte-americano; porém, Canadá e México também o são, o que levanta dúvidas acerca do motivo de o termo “americano” referir-se apenas aos gentílicos dos EUA. Segundo o filósofo uruguaio Arturo Ardao (1980, p. 18. Tradução Livre³⁵), a “[...] América se dá em unidade, mas também em pluralidade. Existe América, mas também Américas, que não são senão distintas partes do todo expressado pelo termo no singular”. Em determinado momento, mais precisamente no início do processo de independência da América espanhola, os *criollos*, que, como já descrito no tópico anterior, configuram o quarto “rosto”, sentiram a necessidade de buscar uma identidade própria frente ao poder metropolitano. Durante a colônia, os *criollos* não refutavam serem chamados assim, ou de espanhóis das índias, mas quando se deu o confronto com os espanhóis peninsulares, a rejeição por tais termos se tornou consenso entre eles. É o que afirma Guerra, ao relatar que

[...] até 1810, as elites *criollas*, [...] se apresentavam como espanhóis iguais

³⁵ América se da en unidad, pero también en pluralidad. Existe América, pero también Américas, que no son sino distintas partes del todo expresado por el término en singular.

aos peninsulares, [...] que gozavam de privilégios [dada] sua condição de descendentes dos conquistadores. [...] A partir de então, a necessidade de distinguir-se de seus inimigos leva aos insurgentes a colocar em primeiro plano essa identidade “americana” que se havia consolidado em fins do século XVIII. A partir de 1810, os termos espanhóis americanos e espanhóis europeus, [...] vão sendo substituídos por outros, mais simples e conflitivos, espanhóis e americanos, [...] até tal ponto que os independentistas se fundaram [nestes termos] ao apresentar sua empresa como o enfrentamento de duas nações diferentes e rivais: a espanhola e a americana (GUERRA, 2003, p. 2010. Tradução Livre³⁶)

Desse modo, está posto que o termo “americano”, inicialmente, foi utilizado pelos *criollos* para se distinguirem dos espanhóis peninsulares a partir de 1810, e criar uma identidade própria. Com a concepção dessa nova identidade, os “americanos” entenderam ser necessário atrelá-la “[...] a uma identidade continental nas ex-colônias”, como forma de estabelecer uma frente a partir de “[...] uma grande força [capaz de resistir aos] possíveis ataques das antigas metrópoles europeias” (FARRET; PINTO, p. 33). Embora essa grande força diga respeito em um primeiro momento aos independentistas da América espanhola, como será visto no último capítulo, infere-se que foi uma concepção surrupiada posteriormente pelos EUA, que, como se sabe, tomaram para si a identidade do “americano”, numa óbvia manifestação de que o poder hegemônico das Américas lhes pertencia, tanto que para se distinguir das demais comunidades americanas, aceitaram o acréscimo do termo “latina” à América³⁷.

Considerando que os EUA, desde sempre, posicionaram-se como a única força motriz da América com capacidade de enfrentar outras potências, não resta dúvidas de que o termo gentílico “americano” é empregado para demonstrar sua pretensa superioridade, inclusive “racial”, diante de outras regiões. O texto de Feres

³⁶ [...] hasta 1810 las élites criollas, em su combate por la igualdad política, se presentaban, ante todo, como españoles iguales a los peninsulares, que gozaban, además, de los privilegios y fueros que les daba su condición de descendientes de los conquistadores y pobladores de América. A partir de ahora, la necesidad de distinguirse de sus enemigos lleva a los insurgentes a poner en primer plano esa identidad “americana” que se había consolidado a finales de siglo XVIII. A partir de 1810 los términos españoles americanos y españoles europeos, [...] van siendo sustituidos por otros, más simples y conflictivos, españoles y americanos, hasta tal punto que los independentistas se fundarán en ella al presentar su empresa como el enfrentamiento de dos naciones diferentes y rivales: la española y la americana.

³⁷ Existe grande discussão acerca da utilização do termo América Latina. Não existe consenso sobre o primeiro uso do termo na literatura, mas é possível encontrar referência a ele no poema “Las dos Américas”, de José María Torres de Caicedo, de 1856 (SOUZA, 2011, p.31), e também em textos de Francisco Bilbao (BETHELL, 2009, p. 290-291). Segundo Souza (2011), Napoleão III teria utilizado o termo América Latina para contrapor os povos latinos aos germânicos e anglo-saxões. Já para José Martí (2011), a “Nossa América” deve procurar suas raízes, afastar a latinidade, pois ela é “indígena, negra, mestiça e crioula”. Ademais, Feres (2003) afirma que algumas definições de “Latin América”, utilizam termos polissêmicos “historicamente associados a discursos raciais, [como] temperamento, comportamento e língua”, para se referir a povos que falam línguas derivadas do latim.

(2003), comprova o teor pejorativo que tem o termo latino, e suas derivações, nos imaginários europeu e “americano”, ao expor “uma pesquisa nacional de opinião pública [realizada nos EUA, em 1940], pelo *Office of Public Opinion Research*”. Aos “americanos”, pediram que respondessem quais os atributos, “positivos ou negativos”, da lista fornecida que eram mais compatíveis “para descrever os latino-americanos”; o resultado é assustador: O primeiro atributo, que corresponde a 80% das respostas foi “pele escura”, seguido de “irascível”; na quinta posição, com 44% “atrasado”, depois “preguiçoso, desconfiado” e, com 28% “sujo” (FERES, 2003, p. 35-36). Em razão do que foi demonstrado, e em respeito aos seres humanos considerados “latino-americanos”, o termo “americano” será abandonado em qualquer alusão que se faça aos habitantes dos EUA, exceto em algumas possíveis citações que tragam o termo. A partir deste momento, serão chamados tão somente de estadunidenses.

É preciso resolver, ainda, os volteios do imperialismo, devido à frequência com que será empregado, visto estar absolutamente vinculado à ascensão dos EUA dentro do sistema capitalista. Dedicar-se-á agora, ao conceito de imperialismo e a origem da nova configuração do centro de poder capitalista, tomando por base, não só, mas principalmente, a obra de Lênin “O Imperialismo, Etapa Superior Do Capitalismo”. Adianta-se, que não será objeto de estudo neste trabalho as análises de Lênin, ou de qualquer outro(a) autor(a), sobre como a partir do imperialismo, a revolução proletária e socialista³⁸ poderia encontrar meios para se concretizar; visa-se tão somente definir o que é o imperialismo e, com base nisso, encaminhar os acontecimentos relativos à ele, com especial atenção aos EUA.

Isto posto, a condução ao imperialismo passa, inevitavelmente, pela constituição do capitalismo em sua forma monopolista, que se organiza a partir da abundância cada vez maior de dinheiro por parte dos capitalistas. Isso é possível, segundo Harnecker e Uribe, através da exploração excessiva dos trabalhadores, somada à redução “[...] dos custos de produção através da modernização das empresas”, ou seja, parte dos capitalistas privilegiam-se com a venda em condições mais favoráveis do que outros e, devido a essa concorrência, se vão eliminando, paulatinamente, os capitalistas mais desatualizados. O mercado vai sendo preenchido

³⁸ Lênin (2011, p. 111, p. 115) trabalha com essa hipótese em boa parte de sua teoria do imperialismo, afirmando em determinado momento que “Como consequência da ruína mundial, resultado da guerra (Primeira Guerra), vê-se crescer, pois, uma crise revolucionária mundial que, por mais longas e duras que sejam as vicissitudes que a atravessa, não poderá terminar de outra forma que não seja a revolução proletária e a sua vitória. [...] O imperialismo é o prelúdio da revolução social do proletariado. Após 1917, isto ficou confirmado à escala mundial”.

por “[...] empresas com maior capacidade produtiva [e, assim], o capital vai se concentrando num número cada vez menor de mãos” (HARNECKER; URIBE 1980, p. 24-25), ao que se chama “Centralização de Capital”, do qual resultam os monopólios, isto é, a produção de um setor majoritariamente controlado por empresas de grande porte.

Ao iniciar sua teoria do imperialismo, Lênin (2011, p. 110) acusa o capitalismo de ter se transformado “[...] num sistema universal de subjugação colonial de asfixia financeira da imensa população do planeta por um punhado de países ‘avançados’”. Este apontamento sugere que sua percepção a respeito desse sistema, coaduna com as análises monopolistas do tema, que indicam que o capitalismo se converteu em uma verdadeira arma estratégica de dominação. O capitalismo monopolista, portanto, recai inevitavelmente na “dominação da oligarquia financeira”, sendo o capital financeiro, definido por Lênin, com base em Hilferding, como a “junção dos bancos com a indústria”, operador mor dos monopólios, pois não apenas se constitui a partir da “concentração da produção”, como também a controla e a reproduz em níveis dantescos (LÊNIN, 2011, p. 111-115). Então, o capital financeiro representa o próprio imperialismo, na medida em que reproduz a acumulação de capital, bem como amplia os monopólios, gerando uma concentração de produção e capital cada vez maior, para um número cada vez menor de pessoas.

O imperialismo já era evidente antes de Lênin lançar sua obra, mesmo porque, nela, o autor expõe várias estatísticas comprovando a atuação do capitalismo monopolista em vários países, pelo menos desde 1900. Deixando de lado as críticas de Lênin a Hobson, este, em sua obra de 1902, faz uma análise interessante sobre como se dava o imperialismo na disputa entre colônia e metrópole, algo como ocorrera na relação entre *criollos* e espanhóis peninsulares exposta anteriormente, apesar desse caso específico não ser abordado. Ao desenvolver a ideia de que o nacionalismo metropolitano poderia se estender para a colônia, onde esta representaria uma expansão “da nacionalidade”, Hobson (1981, p. 28. Tradução Livre³⁹) descreve que, quando não existia uma ruptura entre colônia e metrópole, momento em que eram constituídas “[...] nacionalidades distintas, separadas”, elas

³⁹ Lo que ha solido pasar es que o han cortado los lazos con la metrópoli y se han constituido en nacionalidades distintas, separadas, o han sido mantenidas en una situación de total dependencia política en lo referente a las principales funciones de gobierno, y, en este caso, es, al menos, tan apropiado el término «imperialismo» como el de colonialismo.

eram “[...] mantidas em uma situação de total dependência política referente as principais funções de governo, e, neste caso, é, ao menos, tão apropriado o termo ‘imperialismo’ como o termo ‘colonialismo’”. Isso significa, que o imperialismo está intrinsicamente ligado não só às questões econômicas, como também às questões políticas que com ela se relacionam, o que resulta em uma dominação de ampla dimensão, provocando o cenário technicolor⁴⁰ – portanto vívido e realístico – retratado em teoria por Lênin.

Para que isso faça sentido, basta lembrar o fervor pela “[...] extensão da zona agrícola, [...] por parte dos capitalistas industrializados, pela extensão das regiões com as quais detêm relações comerciais, levando à passagem do ‘Livre Comércio ao ‘Imperialismo’” (GOUVÊA, 2012, p. 47). Ainda que essa análise provenha de Kautsky – que para Lênin era um “renegado” Kautsky⁴¹ que deixou algumas questões essenciais de lado –, é acertada ao perceber que o imperialismo serviria como uma força impositiva, política e econômica, para que os “Estados industriais” pudessem predominantemente expandir e subverter as “zonas agrárias”, sujeitando-as, ora como colônias, ora como setores gerenciais sob influência e, sendo assim, essa dominação, integrada ao dualismo metrópole-colônia, comprova “a relação umbilical entre o imperialismo, o colonialismo e o anexionismo” (GOUVÊA, 2012, p. 47).

Lênin, assim como outros importantes teóricos e teóricas do imperialismo no início do século XX, embora envolvessem os EUA em suas teorias, não sobreviveram para desenvolver sobre o imperialismo estadunidense no período pós primeira e segunda guerra. Rosa Luxemburgo, por exemplo, na obra de 1913, inclui em sua análise crítica, acerca do desenvolvimento do capitalismo nos mercados interno e externo, os EUA. Ela faz isso de forma bastante distinta, relacionando também o imperialismo à acumulação do capital e, apesar de não aprofundar tanto quanto Lênin acerca do capital financeiro, deixa claro a vertente política do imperialismo como forma de dominação quando diz ser ele “[...] a expressão política do processo de acumulação do capital, em sua luta para conquistar as regiões não capitalistas que não se encontrem ainda dominadas” (LUXEMBURGO, 1970, p. 392). Talvez, Luxemburgo pudesse ter incluído em sua sentença, as regiões que, embora não fossem mais

⁴⁰ Technicolor é uma técnica de colorização extremamente complexa, utilizada para dar cor e vividez aos filmes antigos, a exemplo de “O Mágico de OZ”, de 1939. Utilizada aqui por analogia em referência à precisão de Lênin em desenvolver de forma tão inteligível, uma teoria tão complexa.

⁴¹ Cf. a obra “A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky”, de Lênin.

dominadas sob forma de colônia, ainda eram gerenciadas pelas forças imperialistas, pois, é fato, e a colonialidade, bem como a teoria da dependência, demonstram isso, independência não significa libertação. É nítida a necessidade de entender os direcionamentos imperialistas dos EUA no extenso período pós guerra. Para tanto, servirão de aporte autores que trabalham a temática no contexto do pós guerra, seguindo o pensamento de Atilio Borón (2004, p. 27) que, ao trabalhar o imperialismo no século XXI, entende não ser possível compreendê-lo totalmente baseando-se tão somente nos autores clássicos, devido à mutabilidade do sistema capitalista.

Nesse sentido, o imperialismo pós-guerra, apesar da dinâmica capitalista permitir certos conceitos prefixados pela expressão “neo”, seguiu atrelado ao capitalismo financeiro, mesmo porque, são conceitos que coexistem. Com o passar do tempo, desde sua conceituação por Lenin, o capital financeiro foi elevando-se em níveis colossais, dominando cada vez mais os outros capitais pelas vias do monopólio, ou seja, dentre os fatores que compõe a teoria imperialista de Lenin, o que mais se adequa no pós guerra – mutando-se – é o capitalismo financeiro, mas, não obstante essa adequação não significar necessariamente uma forma tão estranha à sua gênese, nem para o imperialismo, por vezes o prefixo “neo” aparece para distinguir o período pós guerra.

A absorção do capitalismo pelos EUA vai se desdobrando com certas particularidades, algumas das quais, tidas à época para os capitalistas mais ortodoxos como não compatíveis com o sistema. Especificamente, se está expondo o enorme envolvimento do governo estadunidense dentro da estrutura do capitalismo monopolista, algo que, em primeira vista, não condiz nem com a concentração de produção, nem com a concentração do próprio capital, fatores inexoráveis à coreografia econômica privada capitalista. Essa especificidade da economia estadunidense, significativa para a compreensão do imperialismo dos EUA no pós-guerra, ou seja, a tendência em direção a uma maior absorção de excedentes por parte do governo, tanto absoluta quanto relativa à produção da sociedade, é explicada minuciosamente por Baran e Sweezy, na obra “Capital Monopolista”⁴², lançada originalmente em 1966.

Os autores, desenvolvem em primeiro plano uma análise focada em densos e complexos conteúdos econômicos, mas, em síntese, explicam como o capital

⁴² O título original em inglês é “Monopoly Capital: An Essay on the American Economic and Social Order”.

monopolista operou nos EUA com forte participação governamental, onde ao mesmo tempo em que exercia função de operador das demandas efetivas – algo como um balanço entre oferta e demanda equacionadas juntamente ao número de empregados⁴³, também coletava os excedentes, e essa manobra, com base nos gráficos expostos naquela obra, direcionou-se no tempo de forma crescente, sendo o ponto de eclosão de gastos do governo, o ano de 1929. Mas esse paradoxo entre absorção de excedentes do governo e do setor privado, ao contrário do que se imagina, não representava disputas entre os setores, em realidade, aquilo que o governo dos EUA recebia em taxas, somado à absorção de excedentes por parte do governo, significava uma adição para os excedentes privados. Isso se deve ao fato de os grandes capitalistas modernos terem tomado consciência de que os fatores de gastos governamentais, incluídos a absorção de excedentes, quando efetivados, “[...] significam maior demanda efetiva, [e isso lhes] abre uma infinidade de oportunidades para ganhos especulativos e até inesperados” (BARAN; SWEEZY, 1982, p. 116-129).

Essas nuances econômicas significam apenas o primeiro passo para entender o desenrolar não só da economia dos EUA no pós-guerra, mas também do imperialismo, pois é daí que resultam os motivos do alargamento dos gastos estadunidenses no setor militar, que representam o “ponto chave de história econômica” dos EUA para o período. O militarismo, assim como outros domínios, demonstrou-se um excelente e lucrativo ancoradouro de capitais para o imperialismo, mas para tornar essa análise mais inteligível, se faz necessário clarificar como os capitalistas desenvolveram essa percepção. Nesse ponto, Luxemburgo foi precisa, ao afirmar que “[...] o militarismo crescente [...] constitui outro aspecto de suma importância para a acumulação”. Segundo a filósofa e economista, e isso importa para o bom fluxo das ideias que ora se organizam, o militarismo serve ao imperialismo em diferentes frentes. Serve, por um lado, em sua orientação estratégica belicista, como “[...] arma na concorrência dos países capitalistas em luta pelo domínio dos territórios

⁴³ Keynes (2017, p. 18) explica o que é demanda efetiva da seguinte forma: “Z [é] o preço da oferta agregada do produto resultante de se empregarem N homens. [A relação Z e N resulta na] função da oferta agregada [e D representa] os proventos que os empresários esperam receber do emprego de N homens. [...] a relação entre D e N [resulta na] função da demanda agregada. [...] se D for superior a Z, haverá um incentivo para os empresários aumentarem o emprego acima de N e, se necessário, elevarem os custos concorrendo entre si para obterem os fatores de produção, até se atingir o valor de N para o qual Z se tornou igual a D. Assim, o volume do emprego é dado pelo ponto de intersecção entre a função de demanda agregada e a função de oferta agregada [...]. Ao valor de D neste ponto da função de demanda agregada, ponto em que é interceptada pela função de oferta agregada, chamaremos **demanda efetiva**”. É fundamental entender que, Keynes elabora essa equação baseado na expectativa do empresário quanto ao que irá receber em relação ao número N de empregados, para que haja esse ponto de intersecção entre oferta agregada e demanda agregada.

de civilização não capitalista [e, por outro lado], puramente econômico, [como] um meio privilegiado de realizar a mais-valia; em outras palavras, é um campo de acumulação” (LUXEMBURGO, 1970, p. 320 e 399).

Não restam dúvidas quanto ao papel do militarismo na conquista e domínio de territórios, visto que o capitalismo não resistiria sem que suas influências fossem expandidas, e isso explica um pouco o porquê do imenso envolvimento do governo estadunidense em questões próprias do setor privado. Deve-se compreender esse direcionamento, pois, usualmente, entende-se que, em dado momento, o capitalismo restaria inoperante sem a abertura para o mercado externo, ou, de forma mais clara, sem o comércio exterior.

Segundo Almeida (2016, p. 14), a expansão irrestrita “[...] das forças produtivas e a capacidade limitada da expansão do consumo social baseado nas relações de distribuição capitalistas”, revela-se um obstáculo para os objetivos finalísticos do imperialismo. O autor faz esta análise, ao explicar que ocorreria uma redução de investimento no mercado interno a partir do “excesso de capacidade” das forças produtivas. Essa abordagem assenta-se em Marx, e é bastante elucidativa. Quando o entrave da “reprodução da mais-valia” no mercado interno se apresenta para os capitalistas, isto é, segue o autor, no momento em que percebem que a acumulação proveniente da mais-valia se torna impossível de ser realizada com a venda de “[...] mercadorias aos trabalhadores, e nem podem realizá-la [vendendo-as] a si mesmos, com fins de consumo”, a solução primeira é ampliar o mercado, que passaria então “[...] a depender da venda das mercadorias aos consumidores pertencentes às áreas não capitalistas nos limites internos da nação. Por isso, a expansão Imperialista para o exterior tornou-se essencial para a sobrevivência do capitalismo”, conclui Almeida (2006, p. 14).

Para que o capitalismo consiga rapidamente se expandir para além do mercado interno, o militarismo se apresenta como uma ferramenta deveras eficaz, pois, afora permitir a imposição intervencionista por meio do uso da força, será grande reprodutor da mais-valia e, portanto, da acumulação. No caso dos EUA, isso pode ser exprimido em números, que são expostos por Baran e Sweezy (1982) em várias tabelas. Por exemplo, o gasto com o setor de defesa estadunidense foi de 0,7% em 1929 a 10,3% em 1957, sendo que naquele ano, dentre todos os gastos, era o menor, e em 1957, já era o setor de maior investimento governamental. De acordo com os mesmos autores, em 1957, entre “[...] seis e sete milhões de trabalhadores” passaram

a depender do orçamento militar para conseguir trabalho.

O militarismo passa a percorrer esta trajetória econômica que dará suporte à orientação acumulativa do imperialismo, quer dizer, “[...] para criar as relações de mercado necessárias à acumulação, [era preciso utilizar o] poder coercitivo, através de ações militares, como um meio importante para se conseguir alocar o excedente de forma a provocar a multiplicação da mais-valia” (ALMEIDA, 2006, p. 15). Mas até lograr a satisfação econômica acumulativa por meio do militarismo, é preciso levar em consideração alguns antecedentes históricos importantes ao contexto dos EUA. Desde o início, o capitalismo se constrói baseado em uma estrutura hierárquica, e prova disso são os acontecimentos quando da conquista da América, narrados nos tópicos anteriores. Tomando-se a conquista como ponto de partida, nota-se que a própria relação metrópole-colônia só foi possível devido a uma hierarquia medida por forças desiguais, que já contavam com o militarismo por parte dos conquistadores. A isso, Baran e Sweezy (1982) chamam de “hierarquia de exploração”, e é a partir dessa ideia que os autores desenvolvem todo encadeamento do imperialismo estadunidense.

Antes mesmo de se tornar uma potência militar, com condições de fazer frente principalmente a Grã-Bretanha, os EUA moviam-se no sentido de expandir seu território de maneira estratégica. O exemplo mais notável dessa posição em período anterior às grandes guerras, é a Doutrina Monroe, cuja divulgação ocorreu no discurso do presidente James Monroe⁴⁴⁻⁴⁵, em dezembro de 1823, e tinha como objetivo anunciar em nível global que os EUA não admitiriam nenhuma tentativa de intervenção externa nos países das Américas (do norte, centro e sul) que haviam conquistado independência (MONROE, 1823). Essa manifestação do então presidente Monroe é prova inequívoca da intenção dos EUA em tomar as rédeas do comando das Américas desde o século XIX. Não faltam evidências das contradições entre teoria e prática nas ações estadunidenses relativas à defesa das ex-colônias, ao contrário do que muitos autores defendem, como Seintefus (2003, p. 2) que afirma que “Washington manifesta, através da Doutrina Monroe, sua decisão em apoiar os jovens Estados em sua luta pela emancipação da tutela europeia”. Não se deve cair, outra vez, na falácia de que os EUA se sensibilizam com intervenções externas, defenderam ou defendem a democracia internacional. Costa denuncia o golpe, ao expor que a Doutrina Monroe

[...] não passava, quando de sua declaração, de uma tomada de posição dos EUA ante a projeção para o continente americano das políticas das “Santa Aliança”, mas que nas décadas subsequentes tornar-se-ia uma referência obrigatória para a compreensão da política externa norte-americana. Na verdade, essa doutrina significava, antes de tudo, uma autêntica autoproclamação de “direitos naturais” de uma “jovem potência” que emergia do outro lado do Atlântico, **para o livre exercício de sua política de**

⁴⁴ Cf. em <https://www.whitehouse.gov/about-the-white-house/presidents/james-monroe/>

⁴⁵ Não há consenso acerca da autoria do texto que da forma a “Doutrina Monroe”. Muitos historiadores acreditam ter sido elaborada em 1822 por John Quincy Adams, secretário de Estado à época (INMMAN, 1921, p. 638).

expansão nesta parte do globo (COSTA, 1992. p. 66. Sem grifo no original).

Seria possível expor uma infinidade de eventos que comprovam os reais objetivos dos EUA nas Américas, mas para tanto basta lembrar brevemente de dois casos específicos: México e Cuba. No caso do México, em 1836, por motivos diversos, o Texas não apenas se declarou independente, como teve sua independência reconhecida, passando a ser visto pelos EUA como um território a ser conquistado. Esse fato levou o México a declarar que qualquer tentativa de anexação do Texas ao território estadunidense significaria guerra, o que, de fato, acabou ocorrendo entre os dois países no ano de 1846, levando a anexação do Texas ao território dos EUA e, inclusive, à cessão, por parte do México, de grande quantia de seu território a partir de 1848 (RUSSEL, 1914, p. 99 e 113). Isso representa uma evidente afronta à própria Doutrina Monroe, que preconizava a não intervenção externa. Os EUA nem mesmo intervieram quando da ocupação francesa no México, sendo que para Rojas, “[...] nada mais contrário a ela [a Doutrina Monroe] que a aventura de Napoleão III⁴⁶ na América, destinada, não a colonizar, senão a conquistar um território e a estabelecer uma monarquia neste lado do Atlântico” (ROJAS, 1912, p.22 Tradução Livre⁴⁷). O caso de Cuba é ainda mais escancarado, sendo prova contundente do interesse estadunidense na ilha, uma carta enviada pelo ex presidente dos EUA Thomas Jefferson⁴⁸ à Monroe antes mesmo da declaração da Doutrina:

Eu confesso candidamente que sempre vi Cuba como a mais interessante adição que jamais poderia ser feita em nosso sistema de estados. O controle que, junto com o ponto da Flórida, nos daria sobre o Golfo do México [...], preencheria a medida de nosso bem-estar político. Ainda assim, como sou sensível ao fato de que isso nunca poderá ocorrer, mesmo com seu consentimento [de Cuba], a não ser por guerra; e como sua independência [de Cuba], que é nosso segundo interesse, e principalmente sua independência da Inglaterra, que pode ser garantida sem guerra, [...] não hesito em aceitar sua independência com a paz e a amizade da Inglaterra, ao invés da sua associação, às custas da guerra e de sua inimizade (JEFFERSON, 1823. Tradução Livre⁴⁹)

⁴⁶ Napoleão III foi quem ordenou a intervenção francesa no México (PRADO, 2014, p. 626)

⁴⁷ [...] nada más contrario á ella [Doutrina Monroe] que la aventura de Napoleon III em América, destinada, no á colonizar, sino á conquistar um território y á establecer una monarquía de este lado del Atlántico.

⁴⁸ Thomas Jefferson foi o terceiro presidente dos EUA. Cf. em: <https://www.whitehouse.gov/about-the-whitehouse/presidents/>

⁴⁹ I candidly confess that I have ever looked on Cuba as the most interesting addition which could ever be made to our system of states. The control which, with Florida point this island would give us over the Gulph of Mexico, [...] would fill up the measure of our political well-being. Yet, as I am sensible that this can never be obtained, even with her own consent, but by war; I have no hesitation in abandoning my first wish to future chances, and accepting it's independence with peace, and the friendship of England, rather than it's association, at the expence of war, and her enmity.

Não obstante o insucesso em obter as terras da ilha em negociações com a Espanha, no ano de 1848, os EUA passaram a apoiar estrategicamente a independência de Cuba, pois era mais favorável um país independente do que sob domínio europeu (ROJAS, 1912, p. 20). No final do século XIX, quem compreendeu perfeitamente os planos estadunidenses, foi José Martí, quando, na qualidade de delegado de outras nações latino-americanas (NASSIF, 2010, p. 32), declarou na Conferência de Washington (1889-1890), que a Doutrina Monroe “[...] é a doutrina a ser empurrada com toda sua força sobre os povos fracos da América” (MARTÍ, 2011, p.61). Esse curto relato, ajuda a determinar que, apesar de um militarismo relativamente inferior ao das grandes potências europeias à época, a trajetória estadunidense estava sendo traçada, ou seja, por meio de alianças e estratégias expansionistas, “[...] Washington construiu um grande império, embora secundário, e expôs a demanda por um ainda maior (especialmente na Doutrina Monroe)” (BARAN; SWEEZY, 1982, p. 146. Tradução Livre⁵⁰).

Mas é após a segunda guerra que os EUA viriam a ocupar um lugar privilegiado no mundo capitalista, e isso poderia, por si só, explicar o alto investimento no setor militar. Por vários motivos, os impérios coloniais vão se desmantelando e, ao mesmo tempo, os EUA buscam atrair os setores militares e financeiros, visando construir seu próprio império neocolonial. Existem duas perspectivas principais, que podem ser analisadas em conjunto com o que já foi descrito sobre a acumulação de excedentes, aptas a esclarecer o militarismo como fator indissociável do imperialismo. Uma delas, descrita por Garcia, segue o pensamento de Kautsky, e diz respeito às diversas contradições existentes dentro do sistema capitalista, pois, para que o capital pudesse se expandir, era necessária também uma expansão territorial a fim de promover a ocupação de novos territórios e sua respectiva ampliação. Isso levaria “[...] a uma corrida armamentista, [porém], Contraditoriamente, a própria economia capitalista estaria ameaçada por esta competição, sendo de interesse dos próprios capitalistas a união pacífica entre os grandes Estados” (GARCIA, 2010, p. 159). A primeira parte dessa sentença, acredita-se, está correta, pois, de fato, a fixação pela expansão territorial era única entre os capitalistas, mas, quanto a “união pacífica entre os grandes Estados”, não é possível avaliar, e nem mesmo se confirma na história, talvez fosse apenas um sonho distante de Kautsky em vislumbrar essa impossível

⁵⁰ Washington erigió un gran imperio, aunque secundario, y planteó la demanda de uno aún mayor (especialmente en la Doctrina Monroe)

pacificação na terra dos que podem mais. Aliás, Lênin era muito mais realista; sabia que não havia outro caminho resolutivo, senão pelo uso da força.

A outra perspectiva mereceu um tópico específico na obra de Baran e Sweezy (1982, p. 143-173), e, por esse motivo, os autores servirão de aporte teórico neste momento. Assim, explicam eles, o fator fundamental para o insistente e crescente investimento militar dos EUA foi o “[...] nascimento de um sistema socialista no mundo, como rival e alternativa do sistema capitalista”. Os EUA não mediram esforços em propagandear a ameaça que representava o bloco socialista, utilizando para tanto, dentre outras “evidências”, as ações comunistas na “[...] guerra soviético-finlandesa [e a] guerra de guerrilhas do Vietnã do sul”, ambas anteriores a segunda guerra. A ameaça soviética, na verdade, não residia no plano militar, mas sim nas esferas “econômica, política e ideológica”, representavam, portanto, um risco a “inabalável” estrutura imperialista estadunidense. Em última análise, esta ameaça cai por terra pelo simples fato de que “[...] a política exterior soviética [era] fundamentalmente defensiva”. O entendimento lógico acerca dessa perspectiva passa, necessariamente, pela desconstrução da propaganda anticomunista perpetrada pelos EUA. Propaganda esta, de cujas consequências podem ser explicadas, em partes, pela concepção de “hegemonia”, partindo-se de uma análise gramsciana do termo.

A despeito do conceito de hegemonia remeter etimologicamente ao termo grego “eghestai” (GRUPPI, 1978, p. 1), direcionando-se ao sentido de liderança (aquele que lidera), a hegemonia estadunidense coaduna melhormente com o sentido teorizado por Gramsci, ou ao menos a partir dele. Gramsci, de forma original, traz o termo para a análise de classes, e o que se ramifica a partir disso tem grande importância para o presente contexto. Renunciando aos pormenores, interessa saber que, para Gramsci, “[...] a supremacia de uma classe não se manifesta apenas pela dominação e pela força, mas também pelo consentimento e pela capacidade de direção ideal em relação às classes aliadas e subalternas” (ABBAGNANO, 2007, p. 578). Significa, dessa forma, que os EUA atuaram como verdadeiros propagandistas, valendo-se da prática hegemônica da criação de consentimento, sem que fosse necessário, inicialmente, o uso da força. Nesse primeiro momento pós-segunda guerra, portanto, a força utilizada pelos EUA foi o que Nye (2002, p. 36) chama de “poder brando”, ou seja, “[...] levar os outros a querer o que você quer”, que, como será visto em outros capítulos, de bando não tem nada.

No cenário caótico em que se encontravam grande parte dos “centros

capitalistas” após a segunda guerra, e levando em conta o agrupamento do bloco socialista, os EUA “[...] assumiram a responsabilidade da grande contraofensiva capitalista”, avançando aos poucos em sua missão de cooptação ideológica até “[...] levar a cabo uma cruzada mundial contra o socialismo” (BARAN; SWEEZY, 1982, p. 149-150). Era preciso deslegitimar qualquer tentativa socialista nas esferas política, econômica, ideológica e militar, sendo que a via menos gravosa para os EUA era a do poder brando e, ainda que o poder bruto (bélico e econômico) não tivesse sido descartado por completo, serviria mais como aparato de defesa, visto que “[...] a guerra deixou de ser política [prioritária] das superpotências quando a União Soviética adquiriu armas nucleares” (SOLDERA, p. 3). Grande parte do poder brando estadunidense, organizava-se no sentido de consumir uma coesão internacional pautada nos mesmos objetivos. Parte desse planejamento, incluía a criação de organizações internacionais por parte dos Estados hegemônicos, que passariam a direcionar os aliados, fazendo-os crer na existência de um sentimento comum, onde todos saíam vencedores. Foi um golpe certo, que criou “[...] uma nova superestrutura ideológica de legitimação” (SAMPAIO, 2011, p. 17) tão penetrante, a ponto de até mesmo dar impressão de não existir sequer o imperialismo. Tinha início uma nova configuração de poder, com a implementação de uma estrutura administrativa que visava afastar as contradições do sistema capitalista mundial.

O imperialismo, então, maliciosa e sorrateiramente, atinou para as portas do inferno alheio que se abriram. Tudo não passava de uma cortina de fumaça que fortalecia o sistema, ao mesmo tempo em que movia o farol de um lado para outro, entenebrecendo as negociatas que ocorriam no pequeno grupo dos abastados. Destarte, as crises geradas pela primeira e segunda guerras fizeram fervilhar reivindicações por parte das esferas oprimidas da sociedade, a exemplo das “lutas sindicais, [...] e anticoloniais”, e com uma cada vez maior constatação dos abusos imperialistas, alguns ajustes foram necessários. Então, “[...] sob a liderança dos Estados Unidos, [...] as estruturas hegemônicas de poder criaram a Liga das Nações, que não teve o sucesso esperado e, após a segunda crise de 1939 a 1945, a Organização das Nações Unidas, como centro de um sistema de agências internacionais” (GUIMARÃES, 2001, p. 32). Obviamente, os EUA, bem como o “Norte Global”, utilizariam de suas influências hegemônicas sobre países periféricos para fortalecer “[...] algumas organizações multilaterais chave, [como] o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Ademais, foi criada a Organização Mundial do

Comércio (OMC), e teve início o impulsionamento de um conjunto de normas globais referentes ao comércio” (MERINO, 2019, p. 11. Tradução Livre⁵¹).

A artimanha consistia em não nitidificar a urdidura factual que se engendrava – com a qual o imperialismo estava adstrito –, e para que pudesse vigorar, era imprescindível a convocação “[...] da maioria dos países da periferia nesse processo [...]: não para que [tomassem] parte efetivamente da elaboração [...] daquelas normas, mas, sim, para dar legitimidade e validade universal à tais normas e à eventual aplicação de sanções ‘internacionais’ contra os infratores” (GUIMARÃES, 2001, p. 32-33). A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), nesse contexto de internacionalização político-econômica, serviu, dentre outras coisas, para que os EUA pusessem em prática alguns dos requisitos necessários ao exercício da reestruturação do poder capitalista, o que envolvia, também, uma “política mundial anticomunista”. Dentre os requisitos, Baran e Sweezy (1982, p. 152) descrevem, sucessivamente, a “[...] reabilitação e fortalecimento dos centros tradicionais de poder capitalista [...]; a trama de uma rede de pactos e bases militares que rodeia todo o perímetro do bloco socialista [e], armas de todas as classes [...] para este esqueleto mundial de alianças”. Portanto, para reestruturar e fortalecer o centro de poder capitalista, os EUA, por meio da OTAN, apresentariam duas propostas aos aliados, que em conjunto seriam fundamentais para o levante anticomunista, bem como para o fortalecimento do imperialismo.

A primeira proposta ocorreu em uma reunião na cidade de Bretton Woods, no Estado de New Hampshire, nos EUA, contando com a presença de representantes de 44 países, em julho de 1944. Basicamente, a ideia era “[...] criar regras e instituições formais de ordenação de um sistema monetário internacional capaz de superar as enormes limitações que os sistemas então conhecidos [...] haviam imposto” (CARVALHO, 2004, p. 51). Como em qualquer acordo proposto pelos EUA, haviam manobras um tanto quanto maliciosas, com por exemplo, a necessidade de os países envolvidos precisarem abdicar, em partes, de sua soberania. As discussões bifurcavam-se entre as sugestões de Keynes e Harry Dexter White, prevalecendo a deste, que era assessor do Secretário do Tesouro estadunidense. Desse acordo,

⁵¹ se fortalecieron algunas organizaciones multilaterales claves de la posguerra bajo el control de Estados Unidos y el Norte Global: el Fondo Monetario Internacional (FMI) y el Banco Mundial. Además, se creó la Organización Mundial del Comercio (OMC) y comenzó a impulsarse un conjunto de normas globales referidas al comercio, la inversión, la propiedad intelectual, etcétera, plasmadas en acuerdos e instituciones.

surgem o Banco Internacional de Reconstrução e o Fundo Monetário Internacional (FMI) – ambas instituições subordinadas aos EUA (HOBBSAWM, 1995, p. 269), além do estabelecimento do dólar estadunidense como moeda internacional, feitos que representam um enorme salto “[...] na construção da hegemonia econômica dos EUA” (SIMON, 2011, p. 31).

A segunda proposta, exitosa, tinha como base de sua existência justamente a devastação da Europa após a segunda guerra. O ator principal, mais uma vez, foram os EUA, que “[...] oferece[u] um auxílio econômico que ficou conhecido como Plano Marshall, [beneficiando] somente a Europa Ocidental” (SEITENFUS, 2005, p. 315). Uma das características ocultas nessa representação de “ajuda” à Europa sob o Plano Marshall – que se estenderia ao “Japão (Plano Colombo) após a guerra da Coréia (1950-1953)” –, era a necessidade de os EUA em escoar “[...] sua crescente produção e uma reprodução acentuada do capitalismo de forma a garantir seu crescimento econômico” (SAMPAIO, 2011, p. 42-43). Foi nessa vazão internacional de capital, que os EUA geriram em conjunto sua estratégia militar, e o exemplo mais claro, foi justamente a “ajuda” ao Japão no período compreendido entre a guerra da Coréia. Não importava se os aliados, amparados por tais políticas estadunidenses, pudessem vir a tornar-se tão fortalecidos a ponto de apresentar-se como rivais econômicos a longo prazo; estava em jogo a hegemonia naquele momento, e o caso do Japão, evidencia muito do que já foi descrito anteriormente, sendo que a abertura do mercado dos EUA ao país nipônico se dava

[...] com o tríplice objetivo de criar uma “vitrine” de prosperidade capitalista frente à China [...]; de criar uma plataforma de abastecimento industrial-militar para suas forças na guerra da Coréia e, finalmente, para criar condições econômicas que enfraquecessem o poderoso movimento sindical socialista japonês” (GUIMARÃES, 2001, p. 26)

A inserção dos EUA no território japonês demonstra, por si só, as diferentes metas pretendidas e, nesse sentido, ajustando-se com a assertiva de Hobsbawm (1995, p. 271) de que “[...] uma economia capitalista desenvolveu-se assim em torno dos EUA”, Guimarães (2001), define três aspectos sensíveis que permitiram o projeto estadunidense: o próprio “Plano Marshall, a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a (OTAN)”. As três frentes, uma mais voltada à economia, outra à política e a última à estratégia militar, são interdependentes nesse contexto, mas é particularmente interessante a percepção de Guimarães quanto as duas últimas. Segundo ele, a CEE permitia aos EUA “[...] construir uma barreira política à instalação, até pelo voto, de

regimes socialistas ou simpatizantes [...]. Já a OTAN construiu uma barreira militar à União Soviética, barreira cuja existência legitimou a presença permanente de tropas [estadunidenses] na Europa” (GUIMARÃES, 2001, p. 27).

Com a liderança dos EUA, o mundo inteiro foi inundado por instituições cujas políticas se mostraram favoráveis apenas ao imperialismo. As condicionalidades exigidas ao polo passivo da relação com as instituições internacionais, criaram – e ainda criam – um vínculo de dominação e submissão quase eterno, criando contradições de difícil solução. A título de exemplo, a própria lógica da atuação do FMI, que em princípio, deveria atender apenas os países desenvolvidos, foi invertida após 1970, onde a maior parte dos empréstimos passaram a ser requisitados somente por países em desenvolvimento, o que representa um aumento na dependência dos países periféricos, visto as condicionalidades contratuais, assim, “[...] o Fundo mudou sua missão de monitor da estabilidade financeira internacional, que nunca pôde exercer adequadamente, para a de orientador de estratégias de desenvolvimento, para a qual nunca teve qualquer qualificação especial” (CARVALHO, 2004, p. 62).

Essa dependência, obviamente, instaura uma relação econômica abusiva entre o imperialismo e a periferia, tendo como agente principal, os EUA, devido seu domínio sobre essas instituições, sendo uma evidência convincente da autoridade estadunidense nessas instituições, o fato de que “[...] o governo dos EUA indica tradicionalmente quem deva presidir o Banco [Mundial]” (SEITENFUS, 2005, p. 187). Dessa forma, pouco a pouco, os EUA foram ampliando seu domínio sobre o consentimento mundial capitalista, e essa estratégia, permitida pelo poder brando, levou países como França, Áustria, Alemanha Ocidental e Japão (HOBBSAWM, 1995, p. 270), a aceitarem a inserção do poder bruto estadunidense, em sua vertente militar, dentro de seus próprios territórios.

Pode-se argumentar sobre alguns conteúdos expostos na tentativa de clarifica-los. Parte-se então do fato de os EUA terem voltado sua política econômica para o mercado externo, firmando-se no capital industrial somado ao capital bancário, com predominância do último, formando assim, o capital financeiro, que atinge “[...] seu apogeu com a monopolização da indústria” (MAZOLLI, 2011, p. 4). A expansão do capitalismo por tais vias, institui o emprego da violência para que se possa ampliar a acumulação de capital, sendo necessárias algumas alianças nesse sentido. Existe, portanto, uma classe privilegiada cujos interesses são impulsionados pelo próprio Estado da qual fazem parte, o que permite o funcionamento de uma contradição, que

é a acumulação de excedentes por parte de um governo como adição, e não subtração aos interesses privados. Essa contradição, na verdade, segue uma lógica, pois, como explica Unger (2017, p. 99), o “[...] Estado exerce papel fundamental também como área externa ao capitalismo, ao assumir para si funções que não visam diretamente o lucro, mas colaboram com a concorrência interempresarial, sendo grande parte delas ligadas à militarização”, ou seja, é o Estado operando através do militarismo, para estimular a reprodução da mais-valia, portanto, a acumulação.

Por esse motivo, com base nas tabelas fornecidas por Baran e Sweezy (1982), nota-se um crescente aumento nos investimentos estadunidenses com o setor defensivo, que reflete um avanço do militarismo, muito maior a partir de 1929. Mas algumas estratégias dos EUA no âmbito militar de sua geopolítica, desenhavam-se antes mesmo do período pós guerras, pois o fortalecimento do militarismo não se reduz a camada defensiva ou ofensiva, visto que essa esfera já havia sido determinada como política internacional desde pelo menos o pronunciamento do presidente James Monroe, em 1823. Isto é, desde o século XIX, os EUA estavam determinados a revelar-se como poder hegemônico, sendo o primeiro passo a conquista dessa hegemonia em todo território continental das Américas, e mesmo que toda empreitada carregasse pesadas doses de contradições, estas nunca foram suficientes para frear as ambições estadunidenses.

Mas para prosseguir, não bastavam intervenções, alianças e negociações por territórios coloniais, como foi o caso de Louisiana⁵², as guerras ainda haveriam de ocorrer, e a partir delas, os rumos internacionais precisariam angular conforme os interesses do capital. Então, com o centro de poder capitalista europeu deteriorado após a segunda guerra, os EUA tomaram a frente do poder imperialista e, hegemonicamente, organizam a reconstrução e reestruturação do capitalismo mundial, com base em amplo panorama. Nesse cenário, os principais obstáculos eram, em primeiro lugar, a inexistência de instrumentos de centralização de poder e, em segundo lugar, o avanço do bloco socialista. O primeiro caso, foi resolvido, principalmente, com Tratado de Bretton Woods e o Plano Marshall, donde surgiram diversas instituições internacionais, dentre elas o Banco Mundial e o FMI, com vistas à reconstrução do bloco capitalista através de manobras financeiras estadunidenses,

⁵² Os EUA, já haviam adquirido no início do século XIX – a primeira aquisição – o estado de Louisiana da França (1803), o Estado da Flórida da Espanha (1819) e o território de Oregon da Inglaterra em 1846, após negociações (SCHOULTZ, 2000, p. 18; COSTA, 1992, p. 65).

que seriam os grandes fornecedores de empréstimos e ajuda militar. Daí surgiram também a OTAN e a própria ONU, cujos pactos, inicialmente, favoreciam os grandes polos capitalistas, prioritariamente os EUA, já que possuíam, conforme já descrito, assentos privilegiados tanto nas organizações quanto nas instituições. Nesse caso, os países em desenvolvimento foram sendo levados a uma dependência cada vez maior aos outros desenvolvidos, muito em decorrência das condicionalidades impostas para que pudessem aderir aos planejamentos institucionais.

No entanto, é o segundo caso que impressiona mais, porque o enfrentamento ao bloco não capitalista mascara os artifícios imperialistas. A hegemonia dos EUA aqui é nítida; através de propagandas ideológicas, conseguem consentimento em escala mundial às suas decisões, inclusive adentrando com seus militares, e formando bases, em diversos países convencidos da “ameaça vermelha” que representava a União Soviética, e também a China. Esse processo hegemônico está vinculado ao processo de reconstrução do bloco capitalista, pois, se por um lado as organizações e instituições renegavam o socialismo, em jogada de poder bruto por vias econômicas, o militarismo seria a segunda via bruta, e se encarregaria de obter acesso aos arredores do cinturão socialista, a exemplo das bases no Japão. Aqui, funcionava em conjunto o poder brando através da hegemonia de consentimento como resultado propagandista. Resta ainda uma explicação mais clara sobre isso, para evitar que seja mera informação opinativa; para tanto, recorrer-se-á novamente a obra de Baran e Sweezy (1982), que esclarecem esse ponto.

Os autores revelam o teor fictício sobre o socialismo ser “[...] uma ameaça mortal para a existência do sistema capitalista”. Apontam eles a incongruência desse argumento, que implica em afirmar também que se o socialismo avança, o capitalismo se contrai, pelo fato deste não poder existir, desde a primeira metade do século XX, sem o comércio exterior. Uma dessas argumentações, segundo os autores, é correta, pois, realmente, o capitalismo é impossível sem o mercado externo, mas o argumento de que o socialismo ameaça esse processo, não pode ser comprovado. Aliás, esse argumento só faz sentido dentro do bloco capitalista, pois buscam desde sempre positivar as regras econômicas a serem seguidas por todos; aqueles que não optarem por submeterem-se a elas, sofrerão embargos e sanções das mais diversas espécies. Continuam Baran e Sweezy: “[...] a expansão do socialismo em si mesma não [implica] nenhuma redução da área comercial dos países capitalistas”, ainda mais levando-se em conta que a burguesia entende ser necessária uma maior industrialização para

que possa elevar seu “[...] potencial como sócio comercial”. Outra contradição aparece, pois os países subdesenvolvidos introduzidos em um sistema socialista, industrializam-se mais que os subdesenvolvidos estabelecidos em sistema capitalista (BARAN; SWEEZY, 1982, p. 153).

Nesse ponto, é importante perceber que o processo de desindustrialização possui dupla ótica analítica. Segundo Mendonça e Abrão (2015), os países desenvolvidos sofrem uma desindustrialização natural, ou positiva, que ocorre devido ao amadurecimento do setor industrial, cuja diminuição “se dá proporcionalmente [à] sua participação no PIB, sem prejuízo da produção ou exportação de manufaturados [e], Apesar da diminuição [...], a produção e a exportação de produtos manufaturados continuam a se elevar” (MENDONÇA; ABRÃO, 2015, p. 9-10). Já nos países considerados subdesenvolvidos, que conseguiram industrializar-se, ocorre um processo chamado de “desindustrialização precoce ou negativa”, que desfavorece suas economias. Esse segundo tipo, a “negativa”, decorre da positiva, isto é, mais uma vez o sistema capitalista dá conta de jogar às traças os Estados periféricos, e isso se ocorre, em partes, de acordo com Mendonça e Abrão (2015, p. 11), devido à política neoliberal de “[...] abertura comercial, [que] dificulta qualquer política industrial que venha a ser praticada”. Os mesmos autores ainda explicam que, apesar da “desindustrialização espacial” nos países desenvolvidos, isto é, o deslocamento das indústrias nacionais para outros países visando redução de custos, a conta é favorável, devido a compensação “[...] por remessas de lucro, *royalties* e pagamento de direitos de marca” (MENDONÇA; ABRÃO, 2015 p. 12). Fato é, que os países subdesenvolvidos, devido a globalização e, principalmente, às políticas neoliberais, não conseguem sequer amadurecer seu setor industrial, que logo se desmontam frente à ampla concorrência provocada pela abertura do mercado.

Reforça-se, com base nesses processos de desindustrialização precoce, aquilo que escreveram Baran e Sweezy em meados do século XX, ou seja, não seria o socialismo a prejudicar o sistema capitalista, senão, o próprio capitalismo, e todas teorias que dele decorrem. Mas a ideia central, neste momento, é entender que à época, era imprescindível inventar um inimigo, para depois desenvolver um contra-ataque orquestrado pelas batutas estadunidenses, no intuito de livrar o “civilizado” mundo capitalista do “bárbaro” socialismo.

Mesmo ante tantas evidências desses inquestionáveis subterfúgios imperialistas estadunidenses, ainda é possível polir o quadro com uma última

exposição antes de pôr fim ao tópico. Via de regra, um governo não comercializa com outro, isso se dá no plano privado, especialmente entre grandes empresas, que não exprimem nenhum outro desejo, senão o lucro, e qualquer outra coisa apenas lhes interessam, se ao fim e ao cabo, tiver relação intrínseca com o lucro. Por esse motivo, as grandes empresas, e os governos por elas controlados, não estavam preocupadas, de acordo com Baran e Sweezy, simplesmente porque veriam reduzidas as “[...] oportunidades de importação e exportação, [supostamente provocadas pela] expansão do socialismo, [mas sim] porque se [reduziam] necessariamente suas oportunidades de beneficiar-se do comércio com e dentro das regiões recém socializadas”. Junto a isso, informam os autores, considerando a realidade óbvia de que os lucros obtidos por essas empresas, provenientes de transações “[...] com e nos países menos desenvolvidos e subdesenvolvidos são geralmente mais altos do que os obtidos dentro do país, pode-se apreciar a razão [da] oposição à difusão do socialismo precisamente nessas áreas” (BARAN; SWEEZY, 1982, p. 153-154. Tradução Livre⁵³).

Pelo que foi apresentado, pode-se afirmar que uma nova configuração de poder, evidente a partir do final da segunda guerra, origina-se ainda no século XIX, com a declaração da Doutrina Monroe, em dezembro de 1823, nos EUA. A partir do pronunciamento de James Monroe, os EUA davam indícios de que sua atuação geopolítica seria pautada, inicialmente, pelo expansionismo e anexionismo de territórios próximos, como Texas ao sul, e boa parte do oeste. Com base em alianças e negociações, o plano avança e os EUA iniciam o século XX com território e influências fortalecidas, consubstanciando cada vez mais sua posição internacional em busca pela hegemonia ultramarina. Ao final da segunda guerra, mantendo crescente os investimentos militares desde 1929, manifestam-se as planificações estadunidenses capazes de reconstruir o centro de poder capitalista ocidental, bastante degradado na Europa pela guerra. Entre tratados, pactos e criação de organizações e instituições internacionais, tendo sempre os EUA como protagonistas, iniciou-se as contraofensivas capitalistas em oposição ao bloco socialista. A manobra seguia a métrica do imperialismo, isto é, para o capitalismo avançar, era necessário

⁵³ Y cuando se toma en cuenta el hecho de que para las empresas de países capitalistas dirigentes las tasas de utilidades derivadas del comercio con y en los países menos desarrollados y los subdesarrollados son generalmente más altas que las que se obtienen dentro del país, se puede apreciar la razón de la vehemencia en la oposición a la expansión del socialismo precisamente en esas áreas.

ampliar o campo de atuação protagonizado pelo capital monopolista e financeiro, invadindo espaços e conquistando territórios para produzir excedentes e permitir a continuidade da acumulação.

Isso só seria possível freando a expansão do socialismo, que impediria a rapina das grandes corporações capitalistas, justamente por ser o planejamento socialista focado em uma industrialização nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, o que impediria a única razão de existir dos chamados “*Big Business Man*” (Grandes Homens de Negócios – Grandes Capitalistas): o lucro. Assim se configurou o novo centro de poder e, a maneira como sobreveio seu crescimento, será analisada no tópico que segue.

1.3 EXPANSÃO DO “NOVO IMPÉRIO”: ESTRATÉGIAS DE CONQUISTA GEOPOLÍTICA E NEOCOLONIALISMO

Observou-se, no tópico anterior, algumas estratégias que compõem a estruturação hegemônica dos grandes centros de poder capitalista. De início, os EUA apelaram à hegemonia econômica e militar, concebendo ajuda internacional a seus aliados em ambas as esferas, fato que a longo prazo equipararia o poder econômico de outros Estados ao dos EUA. Interessante perceber, que com a ascensão econômica de outros Estados, a hegemonia estadunidense passou a pender cada vez mais apenas para o lado militar. Segundo Guimarães (2001, p. 27), alguns analistas entendem que “[...] uma multipolaridade econômica competitiva [pressupõe] (ausência de hegemonia)”, sendo que para outros analistas, a atuação dos Estados vem sendo enfraquecida por uma participação cada vez maior das “[...] empresas multinacionais, transnacionais, globais”, análises estas que, segundo o mesmo autor, deixam de considerar o histórico vínculo dos interesses dos Estados com essas empresas. A primeira premissa, tudo indica, é verdadeira, pois, de fato, os EUA não podem mais serem considerados polo hegemônico econômico único desde, ao menos, a (re)ascensão de outros Estados capitalistas, como o Japão.

Esse pressuposto ganha importância na medida em que ajuda a compreender a divisão neocolonial entre várias hegemonias econômicas no século XX, ainda que o neocolonialismo remonte ao século XIX, ou até mesmo ao século XVII, caso a ocupação holandesa ao sul da África seja inserida no contexto neocolonial como fator determinante à sua feitura. Para esclarecer o tema, questões que deixaram de ser

propositalmente exploradas no tópico anterior, serão a partir de agora discutidas no contexto do neocolonialismo e da expansão do imperialista.

O primeiro ponto a ser esclarecido, embora já tenha sido apresentado, é o próprio fenômeno denominado “neocolonialismo”, do qual, segundo Dussel (2015), a humanidade não consegue se livrar. O colonialismo nas Américas impulsionou e consolidou com violência o capitalismo mundial, sem o qual nenhuma das atrocidades cometidas em nome do lucro teriam ocorrido. A primeira dilatação decorrente desse sistema se deu de forma sucessiva, acompanhando a própria natureza expansionista do capitalismo e fazendo com que dele brotassem, como raízes do mesmo tronco, o capital financeiro, os monopólios e, por fim, o imperialismo. Não havia caminho outro para sobrevivência sistêmica do capital, a não ser iniciar uma nova etapa colonialista, então, ainda em meados do século XIX, os grandes centros de poder capitalista europeus puseram, em especial a África, sobre uma bancada e iniciaram a partilha de seus quinhões, sem qualquer direito sucessório, e com o autóctone ainda vivo e lúcido. Dentre os envolvidos no aquinhoamento estavam, dentre outros,

[...] Reino Unido, França, Bélgica, Holanda, Alemanha, [que vieram] a reforçar a consolidação através da expansão e da dominação colonial branca europeia, [fazendo surgir o período chamado neocolonial], que representou uma ocupação efetiva, desdobrando-se em ações políticas e militares em prol da expansão capitalista, visando, sobretudo abastecer as indústrias europeias de matérias-primas e mercados consumidores (OLIVEIRA; SILVA; AMARAL, 2019, p. 12).

Todas as ações voltadas à expansão do capitalismo, inerentes ao neocolonialismo, a exemplo das práticas extrativistas, são exercidas em conjunto entre grandes corporações e governos nacionais, levando “[...] a um processo de subalternização de Estados nacionais formalmente soberanos ávidos por proporcionar condições jurídicas, políticas e administrativas para a extração de seus recursos naturais por empresas transnacionais” (MISOCZKY; BÖHM, 2013, p. 314). Percebe-se de pronto, o elo entre o neocolonialismo e o imperialismo, e esse ponto é importante, pois ambos existem apenas dentro do sistema capitalista, em virtude do surgimento de grandes empresas e de suas operações transnacionais almejando lucro. Ocorre que, conforme já mencionado, o neocolonialismo remete ao século XIX e, portanto, não há como escapar, ao menos brevemente, da historicidade daquele século – no contexto neocolonial –, iniciando-se pela Conferência de Berlim, que, segundo Wittkowski (2020) “[...] durou de 15 de novembro de 1884 à 26 de fevereiro de 1885 [e marcou], Com um discurso eugenista e paternalista, [a decisão dos países

europeus em dividir a África] como se divide uma torta”.

A Conferência de Berlim foi convocada por questões de instabilidade gerencial das potências europeias que já atuavam na África, somado à empreitadas capitalistas de novos Estados, como a Bélgica que, sob o comando do rei Leopoldo II buscava implementar no território central africano um “império colonial privado”, e os capitalistas alemães, cujo propósito era, segundo Ribeiro (2013, p. 159), “[...] estabelecer esferas de influência no litoral dos territórios africanos com projeção para o interior, nas áreas não controladas pelas potências tradicionais”. Além disso, Portugal foi impedido pela coroa britânica de se fortalecer naquele território, elevando as tensões nas disputas territoriais na África, forçando, dessa forma, a imposição de “[...] regras para a liberdade de comércio e igualdade de condições para os capitais concorrentes [...]”. Ao final da conferência, a história e a política africanas passaram a ser definidas pela diplomacia europeia” (RIBEIRO, 2013, p. 159-160).

O resultado, a partir do controle europeu sobre a África, foi a subjugação dos africanos, que não tiveram outra opção a não ser aceitar “posições inferiores e subordinadas” aos europeus, configurando-se uma dependência, que expropriava política, econômica, ideológica e culturalmente as colônias, além, claro, do tempo de vida dos africanos, despendido em trabalhos forçados. O paradoxo consiste nas justificativas desse empreendimento: “[...] a expansão da ideologia liberal de abertura comercial, bem como o projeto civilizatório e o fim do comércio de escravos” (GIORDANI, 2017, p. 15-16).

Devastaram a África em todos os aspectos. Mirando o mapa geográfico do continente, dificilmente se encontrará um paralelo, pois suas fronteiras se dão em linhas retas, o que demonstra também o descaso com povos de mesma língua por exemplo, visto que em vários casos, culturas inteiras foram desmembradas com essas divisões. As nuances acerca das diversas formas de dominação que operaram nesse período, trabalhadas em detalhes por Ribeiro (2013), não serão todas discutidas, mas o autor traz informações dramáticas sobre essa perspectiva, que mantém conexões com o imperialismo.

Novamente, os europeus se puseram frente aos colonizados como seres superiores, utilizando para tanto, o discurso desenvolvimentista baseado em tecnologia superior. Assim, visto ser o capitalismo o produtor do desenvolvimento, diz Ribeiro (2013, p. 164), que “[...] os teóricos identificavam tais avanços, de forma racista, etno e eurocêntrica, como a causa da posição de ‘superioridade’ europeia e

dos direitos de dominação e exploração daí recorrentes”. Todo o processo colonial que fora antes praticado nas Américas, e também na África – cuja primeira fase de expansão do imperialismo europeu se deu entre os séculos XIV e XVI (ALVES, 2015, p. 137) –, alastra-se, mas, dessa vez, incorpora os interesses já amadurecidos do imperialismo, como a concessão de terras transformadas em propriedade privada por parte da metrópole às empresas, levando à ampliação da dependência, com a África transformando-se em produtora de excedentes e consumidora de manufaturados.

A história prossegue, chegando aos períodos de guerra do século XX, momento em que vários movimentos emancipatórios tomam forma no continente africano. Com forte amparo em “[...] movimentos políticos, sindicais, agitações culturais e religiosas”, exigia-se a descolonização, fazendo crescer o sentimento nacionalista africano, principalmente a partir de 1945 (GIORDANI, 2017, p. 17-18). Ao término da segunda guerra, informam Cardoso, Lagos e Moreira (2020, p. 7), “[...] o neocolonialismo se deu como uma contrarreação ao processo de descolonização da África”, encobrando a permanência das influências metropolitanas com mensagens fictícias de apoio a emancipação. A independência se deu tão somente no âmbito político – e ainda assim era apenas aparente –, sendo que as relações econômicas com a metrópole persistiram graças ao neocolonialismo (SCHMIDT, 2018, p. 10). Quanto a isso, faz-se imprescindível invocar ao texto o pensador anticolonial ganês Kwame N’Krumah, cuja obra “Neocolonialismo: O Último Estágio do Imperialismo”, de 1965, é mais que simples aporte teórico, é, também, o relato de uma vida de luta anti-imperialista, visto ter ele organizado e participado ativamente de manifestações contra o imperialismo, o que acabou o levando à prisão em 1947, antes de vencer as eleições para Primeiro Ministro do “regime colonial autônomo”, em 1951, e ter alcançado a “independência para Gana em 1957” (GIORDANI, 2017, p. 18).

Kwame (1967, XIII) abre sua obra de forma precisa: “O Neocolonialismo de hoje representa o imperialismo no seu estágio final e talvez mais perigoso [...]. Na realidade, seu sistema econômico e, portanto, seu sistema político é dirigido do exterior”. A proposição do autor abrange vários aspectos importantes e, a partir dela, pode-se relacionar o contexto histórico em que foi escrita com o passado e com o que viria a ocorrer nas décadas que se seguiram. Para demonstrar isso, é necessário seccionar sua afirmação. Quando Kwame diz que o neocolonialismo “de hoje”, ou seja, da década de 1960 significa o próprio “imperialismo” em sua fase final, é certo que ele agrupa todo período pós-guerra àquele momento, ou seja, sua percepção indica a

consciência de que o imperialismo não finda com o processo descolonizador na África, na verdade, ele se aprofunda ainda mais. Já a segunda parte da sentença corrobora com outras análises, inclusive com a colonialidade do poder, isso significa dizer que, sim, o neocolonialismo surge, não desaparece e, como é conectado ao imperialismo, também se aprofunda, porém com o gerenciamento dos centros de poder capitalista sendo feitos a partir da metrópole, o que por si só comprova uma mudança estratégica de dominação revigorante, e não decadente.

Muito haveria de ser exposto sobre o colonialismo europeu na África, mas é necessário cuidado em relação às várias sutilezas memoráveis do período, pois o que se busca aqui é o direcionamento do imperialismo e como ele atinge seu ápice, tendo como foco principal, os EUA. Diante disso, entende-se serem necessários apenas comentários pontuais, antes de alinhar a participação dos EUA no âmbito do neocolonialismo europeu na África. O primeiro ponto importante é a participação da Inglaterra desde o colonialismo até o neocolonialismo, ou seja, os ingleses mantiveram forte influência sobre suas antigas colônias, majoritariamente situadas na porção sudoeste africana. Segundo Giordani (2017, p. 17-18), os movimentos africanos anti-imperialistas e anticoloniais nos territórios a oeste, foram bastante contundentes, forçando a Inglaterra a aceitar sua retirada antes dos outros centros metropolitanos, porém, o que fizeram em realidade foi transferir o poder sobre as colônias “para líderes de confiança” de seu regime, mantendo, como já exteriorizado, sua influência na maior parte dos “[...] Estados africanos que havia conquistado”. Essa questão traduz firmemente o mito do “pós-colonialismo”, um período inexistente para uma análise macro, sendo que o próprio neocolonialismo desmistifica esse conceito. Existiu, em tempos remotos, um período pré-colonial, mas a assinalação de que, em nível mundial, o colonialismo encontrou seu fim, é uma falácia, isto é, todo esse período é “neo”, não “pós” colonial.

O segundo ponto de suma importância – que fará desenrolar o cordel, preparando a inserção dos EUA nesse contexto – é a história de um mundo “cindido em dois”, para citar Frantz Fanon (1968). Mas essa cisão deve ser compreendida em sua totalidade, entre mundos distintos, sim, mas também como uma divisão forçada, calcada em teses de supremacia racial, incluso aí o vulgar “darwinismo social”, uma interpretação tão ofensiva, que só há duas formas de se chegar a ela: pura vilania, o que é bastante provável, ou ignorância extrema, igualmente possível. Juízos à parte, existe uma história tão interessante, quanto detestável nesse contexto.

Na região sul da África, a Cidade do Cabo, à época povoada pelos autóctones “*khoisans*”, ou “*khoikhoi*”, serviu de instalação para os holandeses, que acabaram optando por fixar-se na região⁵⁴, que era ponto de interesse da Companhia Holandesa das Índias Orientais (BRAGA, 2011, p. 58) devido sua localização geográfica estratégica. Enquanto a colônia holandesa se expandia territorialmente, mais “*khoisans*” foram sendo escravizados, ao passo que a expansão refletiu também em uma divisão interna dos próprios holandeses; de um lado, os burgueses, que “[...] serviriam ao capital estrangeiro [e, do outro], grupos que lidavam apenas com a agropecuária”. Este último grupo, devido às gritantes diferenças para com os burgueses, passaram a denominar-se “*böer*” – chamado “bôeres” em português –, ou, “camponês” na língua holandesa, e deixaram de se identificar como europeus, entendendo-se como pertencentes à África, contudo, renegando vínculos com os autóctones (ALVES, 2015, 137-138). Os “bôeres”, segundo Ribeiro (2013), não eram favoráveis às políticas britânicas – principalmente em relação ao Decreto 50, de 1828, que, segundo a Embaixada da África do Sul no Brasil (2021) impedia “[...] o trabalho forçado e a diferença de cor em relação às leis”, o que prejudicava os bôeres –, assim, no intuito de se afastarem do “[...] domínio da Inglaterra, migraram – com sua sociedade racista – para o interior sul-africano” (RIBEIRO, 2013 p. 186), onde ocuparam vastas terras.

Isso representa três momentos importantes: o domínio britânico e sua expansão; a ida dos holandeses bôeres para o interior, em terras ainda não dominadas pelos ingleses, onde se expandiriam e, os primórdios da segregação. Do lado dos bôeres, os indícios do segregacionismo são reconhecidos desde que deixaram de se identificar como europeus, pois, apesar disso, afirmavam-se como “[...] outros e [dominavam] pela sua condição de estrangeiro colonizador” (ALVES, 2015, p. 139), sendo que sua disputa com os britânicos pelo expansionismo, só piorou o cenário para os autóctones. Por volta de 1850 até 1880, a África basicamente se dividia entre as “[...] colônias britânicas, as repúblicas bôeres e os Estados africanos” (BHEBE, 2010, p. 169), porém, entremeios ocorreram muitas disputas. Grande parte delas, envolve o povo *Xhosa*, que vivia em região importante do Cabo conhecida por

⁵⁴ “A colonização sul-africana iniciou-se como um desdobramento da hegemonia mercantil holandesa no século XVII. A Companhia Holandesa das Índias Orientais criou em 1652 um entreposto no cabo da Boa Esperança – atual Cidade do Cabo – para que os navios com a rota Europa-Ásia pudessem ser abastecidos” (BRAGA, 2011, p. 57).

Rio *Fish*, nas proximidades do Índico, justamente onde os britânicos exerceram seu domínio e forçaram a saída dos bôeres para o interior (BRAGA, p. 59-60). O povo *Xhosa*, desde a chegada dos holandeses, sempre lutou contra o colonialismo, a exemplo da “Guerra dos Cafres” – contra os próprios holandeses –, em 1779 (FONSECA-STATTER, p. 130-131) e, muito tempo depois, em 1850, a guerra contra os britânicos, que é o exórdio de todo imbricamento com o neocolonialismo relacionado ao centro capitalista e, inevitavelmente, aos EUA.

Toda movimentação britânica contra os *Xhosa*, visava impedir que se tornassem independentes, inclusive, segundo Bhebe (2010, p. 173), privando-os “[...] de se estabelecerem em suas antigas terras”. Os *Xhosa*, evidentemente, revoltaram-se e ofereceram grande resistência, mas acabaram derrotados por volta de 1852. Contra eles, juntaram-se vários africanos e até bôeres aliados aos britânicos, fato que iria mais adiante assegurar alguns pactos. Dentre os acordos, o mais importante foi feito entre o líder bôere Anries Pretorius e os britânicos, firmado na “Convenção de Sand River”, também em 1852. Dessa Convenção, ficou reconhecida a independência da região “*Transvaal*” e, conseqüentemente, todas as alianças que tinham sido firmadas ali, ao norte, entre povos africanos, foram denunciadas arbitrariamente pelos britânicos, resultando na exclusão, em concordância com os bôeres, de todas as sociedades africanas em ambos os lados do “*Vaal*”. Tendo sido excluídos, o “[...] embargo anglo-bôer de armas impediu efetivamente os Estados africanos de constituírem estoques de armas [...] e de adquirir materiais militares, [ou seja], graças a tal acordo, os brancos garantiram para si superioridade militar sobre os africanos” (BHEBE, 2010, p. 173-175), estabelecendo o ponto de não retorno das ações póstumas de conquista.

A dominação colonial europeia na África, que ajuda a encontrar soluções para o neocolonialismo, foi sendo amplificada, conforme visto anteriormente, desde a chegada dos holandeses, com maior rigor no século XVIII. Até 1880, como demonstram Rocha e Barbosa (2013), o domínio direto se dava ainda de forma limitada, o que não deixa de ser óbvio já possuir feitiço imperialista, visto a existência de capital privado com aval governamental de Estados europeus, visando lucro às custas da subjugação e até extermínio dos povos africanos. Segundo os autores, o aprofundamento colonial é visível no período compreendido entre 1880 e 1935 e, fora a participação de alguns grupos autóctones no gerenciamento europeu, através de acordos e falcatruas, a “esmagadora maioria” dos africanos não aceitaram

pacificamente o colonialismo, e lutaram para manter sua independência. Praticamente, a conquista estava satisfeita até 1902 – Lênin (2011) situa a partilha capitalista na mesma época (final do século XIX e início do século XX) –, não podendo ser revertida, porém, e aqui surge um ponto chave, a resistência se fez forte⁵⁵, e “longe de ser desesperada ou ilógica, [...] era muitas vezes movida por ideologias racionais e inovadoras” (ROCHA; BARBOSA, 2013, p. 339-345), sendo que seu viés socialista posicionaria os resistentes em lado absolutamente oposto àquele dominado pelos EUA durante boa parte do século XX, ou seja, ao bloco capitalista, como será visto mais à frente.

Anteriormente, foi dito que a guerra britânica contra o povo *Xhosa*, pode ser entendido como a semente dos eventos neocolonialistas, visto, principalmente, ter decorrido dessas disputas, o acordo anglo-bôer na Convenção de Sand River, momento configurativo das políticas segregacionistas. Mas, o que não foi comentado, é o evento que evidencia o imperialismo em território africano, que ficou conhecido como “A Segunda Guerra dos Bôeres”, sendo até mesmo designada como “A guerra da África do Sul” (FONSECA-STATTER, 2011), tamanha importância que teve seus resultados para os colonizadores. Essa guerra, que se inicia por volta de 1889, e finda em 1902, envolve novamente os bôeres e os britânicos, sendo que para estes, representou o maior número de combatentes em ação direta até então. Como qualquer guerra produzida por imperialistas, essa não foge à regra, sendo conduzida por justificativas falaciosas, e com forte propaganda, numa época em que as agências de notícias começavam a ter função substancial na internacionalização da informação. Com apoio nas obras de Fonseca-Statther (2011), Luxemburgo (1970) e Lênin (2011), busca-se, a partir de agora, as informações necessárias para o prosseguimento deste tópico.

Para começar, a Segunda Guerra dos Bôeres traz em seu cerne novas disputas na região do “*Transvaal*”, onde haviam sido descobertas minas de ouro. Uma das figuras centrais nesse período, era Cecil Rhodes, cujas práticas exploratórias na África do Sul, mais especificamente na região de Kimberley, rica em diamantes, o tornaram exímio acumulador de riquezas. Comprova-se isso com o fato de ele ter constituído, segundo Fonseca-Statther (2011, p. 138), monopólio pela fusão de

⁵⁵ Para maiores detalhes acerca da resistência do povo africano, conferir o capítulo 7 do livro “Síntese da coleção História Geral da África: Século XVI ao século XX”, de 2013, coordenado por Valter Roberto Silvério, e de autoria de Maria Corina Rocha e Muryatan Santana Barbosa.

empresas mineradoras, fazendo com que passasse a ser “[...] descrito como o mais poderoso agente do imperialismo britânico” naquele período. Ele não escondia, de acordo com o mesmo autor, sua sanha imperialista e, além de notório acumulador, pautava-se também em práticas eurocêntricas próximas ao insano darwinismo social; era, portanto, supremacista branco de última instância. Fonseca-Statter (2011, p. 138-139. Sem grifo no original), ao lembrar as justificativas para o colonialismo na África, diz que “[...] tal ideologia [...] **teve na personalidade de Cecil Rhodes o seu expoente máximo**”. Teóricos do imperialismo, não se furtam de vincular a figura de Cecil Rhodes às práticas imperialistas. Luxemburgo (1970), sobre esse período, comenta:

O capital inglês demonstrou energeticamente suas intenções na ocasião de dois importantes acontecimentos: o descobrimento dos campos de diamantes de Kimberley em 1867-70, e o das minas de ouro do Transvaal em 1882-85. Esses acontecimentos inauguram um novo período na história da África do Sul. Imediatamente, entrou em ação a Companhia Britânica Sul-Africana, isto é, **Cecil Rhodes**” (LUXEMBURGO, 1970, p. 360. Sem grifo no original)

Lênin (2011, p. 203. Sem grifo no original), igualmente trata sobre o assunto, chegando a dizer que “[...] em fins do século XIX os heróis do dia na Inglaterra eram **Cecil Rhodes** e Joseph Chamberlain, que **preconizavam abertamente o imperialismo** e aplicavam uma política imperialista com o maior cinismo!”. Luxemburgo (1970, p. 363), discute bastante essa etapa, entendendo que é nesse período que o capital inglês verdadeiramente avança, diferenciando-se da guerra nos EUA que deu início à revolução, na África, a guerra põe fim à resistência e, com base nas propostas de Cecil Rhodes, “[...] o capital toma forma oficialmente”. Por óbvio, as justificativas deveriam, e foram, propagandeadas fora do contexto imperialista, pois era fundamental, para manter legitimado o colonialismo, fazer crer na existência de algo prejudicial aos britânicos na África, isto é, precisavam que a história oficial do governo inglês tivesse forma de autodefesa, e não forma de interesse capitalista para fins de expansão e acumulação. Assim, a postura pública britânica definiu a guerra como uma defesa frente as repressões dos bôeres, na tentativa de acobertar uma circunstância muito mais crível, percebida pelos teóricos do imperialismo, como o próprio Hobson, para quem “[...] a Segunda Guerra dos Bôeres teria sido instigada pela guarda avançada do grande capital financeiro (representada por Cecil Rhodes), a qual pretendia muito simplesmente, apoderar-se dos campos auríferos do Transvaal” (FONSECA-STATTER 2011, p. 142).

Justificativas a parte, a guerra eclodiu após um ultimato dos bôeres para que

os britânicos retirassem suas tropas. Foi o bastante, e a guerra iniciou com vantagem dos bôeres, mas não tardou para que os ingleses a revertissem a seu favor, levando seus oponentes a partirem em retirada, ou destinando-os aos campos de concentração, em número de 46 até o fim da guerra, que se dá com o “Acordo de Paz de Vereeniging”, do qual um dos termos favoráveis aos bôeres, que foi respeitado, era a proibição do voto dos negros. Com sua vitória, os britânicos implementaram o inglês como língua oficial, sem descartar completamente o idioma falado pelos bôeres, o “africânder”, que embora permitida, foi marginalizada.

Outra política implementada pelos britânicos, favorecia os “grandes industriais de atividade mineira”, que viram seus lucros ascendendo em detrimento das precárias condições do trabalho negro. Com isso, veio à tona uma nova revolta africana, comandada pelo “rei zulu Bambatha”, tendo sido esta, a última resistência africana frente ao império colonial. Aproximava-se a primeira guerra mundial, e os bôeres, que jamais aceitaram a derrota, começaram a se organizar para manter suas repúblicas, fato que acabou se consumando quando a Grã-Bretanha concedeu “uma autonomia política limitada” a certas regiões. Dentre elas, destacaram-se quatro colônias, com forte participação dos novos partidos bôeres e, entre 1908 e 1909, com patrocínio britânico, criou-se um Estado unitário, resultando na “União Sul-Africana” (BRANCO, 2004, p. 27-30).

Dessa União, aponta Luxemburgo (1970), as rugas entre britânicos e bôeres desaparecem pelo interesse maior do capital frente ao trabalho, resultando, dessa “aliança”, mais opressão aos negros. Esse descalabro foi obra do Partido Liberal, cuja autonomia concedida aos brancos da África do Sul, representam a força do liberalismo britânico. A absorção de economias não capitalistas pelo capitalismo cresce de forma cada vez mais indiscriminada, usando dessa estrutura de dominação para gerar cada vez mais acumulação. Para Luxemburgo (1970, p. 360-364), toda ação colonialista visa destruir a “economia natural”, para implementar em seu lugar a “produção do capital” em todos os países, vendendo-a como única forma viável de desenvolvimento. Dessas movimentações históricas, uma nova etapa se forma, portanto, a partir da União Sul-Africana que, apesar de permanecer sob domínio britânico, internamente seus partidos eram dominados por bôeres, fazendo surgir outras controvérsias. Então, os bôeres africânderes, por dominar os partidos dentro da União, vigorosamente trabalhavam para fazer prevalecer suas leis, que em determinado momento, fizeram com que ela, a União Sul-Africana, “[...] passasse a ser um Estado onde a

discriminação racial era oficialmente reconhecida” (BRANCO, 2004, p. 35).

Desse momento em diante, já se encaminha os moldes do *apartheid*, apesar de Fonseca-Statter (2011, p. 157) comentar que “[...] até a descoberta dos diamantes [...], se poderia designar como [um período] de *apartheid* antecipado”. É fato que o *apartheid*, em sua acepção segregacionista, existiu desde que os holandeses puseram os pés na região africana do Cabo, porém, é a partir da primeira guerra que medidas drásticas passaram a serem impostas. Como descreve Branco (2004, p. 36-39), a União Sul-Africana declarou apoio à Grã-Bretanha, entrando oficialmente na I Guerra Mundial em agosto de 1914, oferecendo-se para atacar principalmente o Sudoeste africano, onde se encontrava uma colônia alemã. Boa parte da população branca na África detestou este envolvimento militar, nascendo desta oposição, o “*National Party of South Africa* (NP)”, liderado por James Barry Munnik Hertzog, antigo membro do Partido Sul-Africano (SAP). Aliás, Hertzog abandonou o SAP, pois o partido não tomou medidas contundentes para separar os brancos dos negros, o que denunciava já sua posição em favor do segregacionismo, sendo uma das pautas dos NP, a defesa da “pureza africânder”.

Já no pós-guerra, por volta de 1920 em diante, ocorreram diversos conflitos que resultaram na união do NP com o Partido Trabalhista, que, por mais absurdo que pareça, defendia a manutenção da “barreira de cor”, uma política totalmente desfavorável aos negros. A ação conjunta dos partidos tinha um objetivo em comum: enfrentar a prática imperialista que diminuía a proporção de trabalhadores mineiros brancos e aumentava a dos trabalhadores negros, para reduzir os custos e aumentar os lucros. A resposta do governo foi dura, gerando ainda mais revoltas, até que, em 1924, foram convocadas eleições, de onde saíram vitoriosos o NP de Hertzog, e o Partido Trabalhista, que representava a burguesia nacional. Tal fato, implicou, obviamente em medidas favoráveis aos africânderes – que eram os bôeres nacionalistas – e os trabalhistas burgueses, que implementaram rapidamente políticas protecionistas para incentivar a industrialização local. O projeto seguia as didáticas capitalistas em todos os sentidos, levando a um “surto industrial”, que seria afetado gravemente pela crise de 1929, causando a ruptura entre o NP com os trabalhistas. Os nacionalistas se renderiam ao imperialismo, e fundariam, em conjunto com o Partido Sul-Africano, o Partido Nacional Unido, donde nasceria, devido às desavenças internas, o Partido Nacional Purificado – algo como o verdadeiro Partido Nacional africâner, liderado por “D.F. Malan”, que implementaria em definitivo o *apartheid*

(BRAGA, 2011, p. 68-69).

É válida uma breve pausa, por esmero quanto algumas importantes particularidades. Como se percebe, o modo de produção capitalista na África do Sul traz algumas especificidades, sendo que o próprio *apartheid* decorreria, principalmente, do fator trabalho *versus* capital, pois os brancos africanos lutariam para recuperar, quando não seus empregos, seus antigos níveis salariais, reduzidos, conforme referido, para manter os altos lucros dos capitalistas, o que, na visão deles, favorecia os africanos negros, pois estes ocupariam os cargos por receberem salários extremamente baixos. Os negros africanos, segundo Fonseca-Statter (2011, p. 163), “[...] nem sequer eram vistos como proletários”, pois, como viviam praticamente toda sua vida em locais “[...] de acesso restrito e controlados”, eram considerados solteiros, podendo serem pagos no que as empresas chamavam de “[...] ‘salários de solteiro’, na suposição falaciosa de que suas famílias subsistiam por si mesmas”. O mesmo autor acerta ao perceber que esses aspectos fortalecem a tese marxista da “[...] sobre-exploração da mão de obra menos qualificada, de origem negra africana” (FONSECA-SATTER, 2011, p. 163). Visto isso, prossegue-se.

A segregação continuou aprofundando-se nos anos 1930. Concomitantemente, visto a grande migração de judeus para África do Sul, cresce o antissemitismo, sendo aprovada, em 1937, uma lei (*Aliens Act*) proibindo a entrada de judeus, e de todos que não assimilassem celeremente a cultura branca na África do Sul (CUTHBERTSON, 1981). Foi-se acentuando a segregação, principalmente entre 1939 e 1948 e, este último ano representa um endurecimento de políticas segregacionistas por parte do Partido Nacional Purificado, comandado por Malan, com base nos projetos africanos. Como se nota, o aprofundamento da segregação coincide com início e fim da segunda grande guerra e, conseqüentemente, com o início da Guerra Fria. É nesse contexto que o cenário político-econômico e ideológico africano passa a chamar a atenção dos EUA, o qual, não apenas se beneficiou do escravismo desde sua fundação, como implementou igualmente várias políticas de segregação em seu território.

Os EUA, desde que foi promulgada sua Constituição, em 1788, tinha no setor agrário sua maior produção, cujo funcionamento era baseado em “trabalho escravo africano” (FERES, 2007, p. 55), sendo que o tráfico de escravos, segundo Cromwell (2013, p. 17), configura-se como o início das relações do país com a África. Internamente, o modo de produção capitalista estadunidense era bastante semelhante

àquele praticado pelo imperialismo europeu em território africano, sendo a principal diferença, os setores produtivos, que nos EUA, como já dito, era prioritariamente voltado ao ramo agrícola, com expoente máximo representado pelos campos de algodão. Nesse ponto, já se pode confirmar o envolvimento dos EUA com o imperialismo europeu, ainda que de forma indireta, o que não significa ter sido mais atenuado. Isso é perceptível, pois a expansão territorial dos EUA moldou-se com base na “[...] extração exitosa de excedentes [a partir da] escravidão algodoeira, [que] foi também um pilar fundamental para o surgimento do complexo industrial têxtil da Inglaterra” (NOVAES, 2019, p. 501). Mas, a relação da política econômica dos EUA com o colonialismo europeu, obviamente, não se reduz ao âmbito interno, e muito menos à sua interação com os britânicos no ramo têxtil. Os irrepreensíveis estadunidenses até mesmo aportaram embarcações no Continente africano, em meados do século XIX, para se favorecerem do comércio.

Essa história, contada em detalhes por Ahmed Idha Salim (2010, p. 259-271), envolve Sa’id ibn Sultan, conhecido por sua aptidão aos negócios e sultão de Zanzibar, um arquipélago da costa leste da África. Tudo indica foi Sa’id quem transformou drasticamente, através do comércio – sempre com participação de mão de obra escrava, mesmo porque, do litoral leste africano, era o mercado de escravos mais robusto –, o modelo econômico de Zanzibar, sendo que suas negociações, baseadas em vários acordos, inclusive com a América (continente como um todo), o tornariam internacionalmente conhecido. Foi através desses acordos internacionais que Zanzibar atingiu o patamar de “‘império’ comercial”, principalmente em decorrência de suas transações com os EUA, que “estimularam notavelmente” a expansão comercial da região controlada por Sa’id. Em 1833, um tratado comercial foi assinado e, desse tratado, um dos grandes beneficiados foram justamente os EUA, que, dentre outras coisas, obtiveram isenção nas mercadorias compradas. Foi nesse contexto que, como descrito anteriormente, os estadunidenses ancoraram seus navios no leste africano, para carregá-los com variadas mercadorias manchadas de sangue escravo, mas não sem antes descarregá-los com os seus produtos, como os tecidos de algodão, igualmente envolvidos em trabalho forçado, e a pólvora. Ao fim e ao cabo, “[...] os Estados Unidos se tornaram a primeira potência comercial ocidental nas águas da África Oriental” (SAID, 2010, p. 272)

Com base no texto de Said, foi possível demarcar os antecedentes do envolvimento dos EUA no comércio africano. Isso significa que, embora não

participando territorialmente como colonizadores na África, se beneficiaram do comércio de escravos e do lucro obtido a partir da exportação e importação das mercadorias produzidas por estes. Aprofundar as consequências que tais práticas capitalistas geraram aos povos locais demandaria tempo, mas não é preciso refletir muito para saber que a médio e longo prazo, com todas as complexas questões econômicas envolvidas, a região inteira foi prejudicada e inserida como periferia do sistema-mundo. Expostos esses importantes fatos históricos, é necessário retomar os acontecimentos do século XX, mais especificamente aqueles pós-segunda guerra.

Ao mesmo tempo em que o *apartheid* avançava de forma vertiginosa, principalmente quando Hendrik Frensch Verwoerd⁵⁶ assume poder em 1958, o movimento de descolonização ganhava cada vez mais corpo. Nesse período, surgiria uma particularidade dentro do governo da África do Sul, que é o que Pereira (1994, p. 32) chama de “[...] colonialismo interno, [que reproduzia] as características primárias do capitalismo tradicional”⁵⁷. Nessa época, portanto, junto aos processos de descolonização, foram surgindo muito movimentos contrários à segregação promovida pelas políticas do *apartheid*. Vale lembrar, que tudo isso ocorre no período em que os EUA já haviam organizado suas políticas de reconstrução dos centros de poder capitalista, e muitas organizações, tratados e instituições já estavam em funcionamento.

Pois bem, agora o que se propõe, é trazer os movimentos anti-imperialistas, anticolonialistas e antiapartheid para o âmbito do interesse estadunidense na África. Buscar-se-á algo que não foi possível encontrar nos diversos materiais pesquisados, pois mesmo que várias teorias trabalhem com a ação dos EUA no pós-guerra voltada a desestruturar, ou mesmo eliminar as influências do bloco socialista, através da já bastante comentada hegemonia de consentimento, promovida junto ao centro capitalista europeu, e também trabalharemos com os movimentos africanos no processo de descolonização, não foi possível encontrar algum aporte teórico conectando ambos os casos na relação EUA-África. Não é algo tão simples de se comprovar, mas é algo relativamente fácil de compreender quando se entende que as políticas externas estadunidenses tinham em seu cerne, o apoio econômico-militar aos países aliados

⁵⁶ Suas políticas segregacionistas eram tamanhas, que, segundo Braga (2011, p. 73), chegou a defender uma “aliança da África do Sul com o Eixo na Segunda Guerra Mundial”

⁵⁷ De acordo com Casanova, que também trabalha esta categoria, “o colonialismo interno dá-se no terreno econômico, político, social e cultural” (CASANOVA, 2007, p. 431).

na luta contra sistemas não capitalistas. Para ser possível esta análise, será preciso fracionar os movimentos africanos em períodos, o que será feito a partir de agora.

Com base no que foi discutido anteriormente, é preciso levar em consideração algumas questões. O primeiro ponto que deve ser levado em conta, é que, quando se fala em movimentos anti-imperialistas e anticapitalistas africanos, não se está restringindo-os aos autóctones, pois muitos desses movimentos ocorreram ou por iniciativa única dos brancos holandeses, ou seja, os bôeres africânderes, ou destes em conjunto com os africanos negros. Vários movimentos, inclusive, foram anti-imperialistas e contra o sistema capitalista britânico, mas em desprezo aos trabalhadores negros, como o caso comentado dos mineiros, que protestaram a iniciativa britânica de aumentar a mão de obra negra em detrimento da branca holandesa por simples questão de balanço lucrativo. Já em relação aos movimentos anticolonialistas, esses sim, foram de iniciativa quase que exclusiva dos africanos negros, visando não só o afastamento do controle externo, como também do fenômeno da colonização interna, fortemente disseminado com o *apartheid*. Com isso em mente, resta avançar com a análise.

No período compreendido entre 1917 e 1922, já eram notáveis as pautas anticapitalistas dos movimentos na África, com forte inclinação socialista, e com abordagens flagrantemente semelhantes àquelas da revolução russa, ao menos no que diz respeito ao “sindicalismo revolucionário”. Nestas oportunidades, os movimentos se apoiaram em organizações como a “*Industrial Workers of the World*”, a “*Industrial Socialist League*” e a “*International Socialist League*”; antes disso, em 1910, já havia sido fundado em Joanesburgo o Partido Socialista do Trabalho, filiado a uma organização estadunidense chamada “*International Workers of the World*” (IWW). Quem traz essas e outras informações, é Fonseca-Statter (2011, p. 160-181), para quem, muitas vezes, a atuação conjunta entre trabalhadores de origem europeia e os trabalhadores negros africanos, pode ser explicada pelo fato da repressão das autoridades se aplicar a ambos, mesmo que de forma distinta, evidentemente. As oposições ao governo repressor, eram também segmentadas, sendo que os partidos brancos, de um lado, atuavam pelo Partido Nacional, defendendo os africânderes e, do outro pelo Partido Trabalhista, que restringiam sua defesa em prol dos trabalhadores brancos, mais especificamente os de origem britânica. De certa forma, os interesses dos africânderes e dos trabalhadores de origem britânica, eram os mesmos: queriam os direitos dos brancos reestabelecidos.

Os movimentos exclusivamente dos negros africanos eram os mais tenazes, defendendo-se com base em campanhas, protestos, greves e criando congressos como o “Congresso Nacional dos Sul-Africanos Nativos”⁵⁸ (CNSAN). Importante relembrar, que nesse primeiro período dos movimentos, os capitalistas tendiam sempre a fazer acordos beneficiando os trabalhadores brancos europeus, portando-se contra as pautas tanto dos africânderes, quanto dos africanos. Fato é, que os únicos excluídos de qualquer tipo de acordo, eram os africanos negros, pois, mesmo os africânderes fizeram pactos com os capitalistas. Diante disso, até 1930, com impulsionamento da IWW, cada vez mais foram surgindo protestos pelo reconhecimento da ‘totalidade dos direitos dos africanos, voltados também a expor a carência dessa pauta em outras vertentes organizacionais que se diziam internacionais. Ainda, nesse primeiro período, surgem outros importantes movimentos, dentre eles, o “*Industrial and Commercial Workers Union of Africa*” (ICWUA) – forte combatente contra o governo branco – e também nasce o “Partido Comunista da África do Sul”. Todas as reclamações desses movimentos eram desacreditadas e não eram de interesse da Grã-Bretanha (FONSECA-STATTER, 2011, p. 174-177).

Forte evidência do posicionamento político voltado à esquerda socialista de vários desses movimentos, é o fato de Josiah Gumede, Presidente do CNSAN – atual Congresso Nacional Africano (CNA) – ter sugerido uma aliança com o Partido Comunista da África do Sul, ao retornar da União Soviética em 1927, porém, nessa mesma época, muito pouco lhe deram ouvidos, e outras leis conservadoras foram promulgadas, não impedindo, no entanto, a continuidade da resistência. Os movimentos, então, conduziram-se a um novo período de suma importância, já no contexto da segunda guerra e adiante, onde se acelerariam suas reivindicações. A progressão se deve a uma mudança estratégica dentro do próprio CNA, ou melhor, decorre da criação de uma facção partidária interna, no que ficou conhecida como Liga da Juventude (LJ), ou, Congresso da Liga da Juventude. É, incontestavelmente, um novo período, visto ser composto por uma nova geração, liderada por grandes nomes como Nelson Mandela, este líder da Liga da Juventude, Oliver Tambo e, não se pode deixar de citar, Anton Lembede, defensor dos interesses dos negros na África do Sul (BRAGA, 2011, p. 68; FONSECA-STATTER, 2011, p. 179).

⁵⁸ O nome original em inglês é South African Native National Congress, segundo Fonseca-Statter (2011).

Desse momento em diante, descreve Braga (2011, p. 68-76), mudanças substanciais foram implementadas, rumando para um enfrentamento baseado em duas frentes principais; uma na resistência pacífica, fundamentada nos ensinamentos de Gandhi, e outra mais contundente, utilizando “táticas de desobediência civil”, a exemplo da “Campanha do Desafio”, elaborada em 1952. Dois anos antes dessa campanha, o Partido Comunista Sul-Africano (PCSA) – formado majoritariamente por brancos – uniu forças com o CNA, formando a primeira aliança contra o *apartheid*. Mais adiante, em 1958, sob liderança de Robert Sobukwe, desponta outra organização a partir do CNA, em muito devido as discordâncias em relação a aliança multirracial que havia sido feita entre com o PCSA. A nova organização, conhecida por Congresso Pan Africanista (PAC), era ainda mais firme em suas posições; defendia que os rumos da África deveriam ser definidos somente por africanos, pois aquela terra, a eles pertencia. Cabe aqui, antes de prosseguir, acrescentar uma informação significativa, relacionada ao Congresso Pan Africanista.

Segundo Ribeiro (2013), o pan-africanismo não surgiu na África, mas sim “[...] entre descendentes de escravos das colônias inglesas do Caribe e dos Estados Unidos”. O movimento pan-africanista origina-se na transição do séc. XIX para o século XX; era de cunho político e social, e visava a conquista dos direitos dos negros “[...] na racista América anglo-saxônica, [sendo seus ideais posteriormente adotados] para a defesa da descolonização e do progresso político-social na África” (RIBEIRO, 2013, p. 173). Novamente, é inegável a equivalência entre as condutas praticadas no e pelos EUA, e aquelas desempenhadas pelos colonizadores na África, pois, quando reivindicações feitas por um grupo localizado na América do Norte servem de suporte a outro tão longínquo, significa que suas causas são análogas.

Isso posto, tem início um terceiro, e igualmente relevante período. Em 1960, o Congresso Pan Africanista convocou um protesto em defesa dos trabalhadores negros e seus direitos, na cidade de Sharpeville, provocando violenta repressão por parte do governo e a morte de várias pessoas, no que ficou conhecido por “Massacre de Sharpeville”. Após o incidente, os três partidos (PCSA, CNA e PAC) passaram a ser definidos como ilegais, e novas mudanças importantes ocorreram, como, por exemplo, a composição de um grupo armado a partir do CNA, e a prisão e posterior condenação de Nelson Mandela à prisão perpétua, entre 1963 e 1967 (BRAGA, 2011, p. 76-77). O apoio era praticamente inexistente, nem mesmo houve qualquer manifestação que ecoasse dos países fronteiriços, o que se explica pelo fato de

serem, em grande parte, aliados dos africânderes. Ficou muito difícil para os movimentos se organizarem, ante as brutais repressões, abrindo espaço para uma, ainda maior, concentração de poder nas mãos dos africânderes e de seus cúmplices. Dessa forma, o *apartheid* ganha ânimo, e se mantém, grosso modo, devido aos enormes investimentos do capital internacional, que se aproveitava do baixo custo da mão-de-obra, sendo os EUA, mais uma vez, os grandes privilegiados, quintuplicando, no curto período entre 1957 e 1958, o valor de seus investimentos (PEREIRA, 2010, p. 49).

Após 1960, com o *apartheid* já bastante consolidado, os britânicos se foram afastando e perdendo cada vez mais influência, especialmente por conta da solidificação do poder político e econômico dos africânderes. Às vistas do capitalismo, a África do Sul foi alçada à categoria de grande país emergente, porém, recorda Braga (2011, p. 81), com o exponencial crescimento da indústria, o governo encontrou dificuldades em manter afastada das cidades a população africana, que viria a triplicar seu número nas “áreas reservadas aos brancos”. Isso significa, que todos os esforços do capital em manter os baixos custos de mão de obra utilizando o trabalho negro, chocou-se com o “[...] princípio segregacionista de manter os negros fora do perímetro urbano ocupado pelos brancos, [gerando] um problema ao tornar a população negra majoritária nas zonas urbanas” (OLIVEIRA, 2010, p. 23). Em meio a essas e outras contradições propiciadas pela segregação, somado às sanções internacionais, não tardaria para que o sistema explodisse em crises, levando ao tardio, mas inevitável, fim do regime do *apartheid* a partir de 1990, com a suspensão, de acordo com Nascimento (2009, p. 37), do “[...] banimento de partidos e organizações, [...] sentenças de morte e a liberdade dos presos políticos”. Em seguida, a eleição de Mandela para presidente, no ano de 1994, reforçaria a longa luta contra a opressão e, finalmente, em 1996, com a nova Constituição Sul-Africana, o *apartheid* seria considerado formalmente extinto (NASCIMENTO, 2009, p. 37).

Muito do que foi exposto, pode soar familiar, mas, em meio a todo período de colonização no continente africano, a equação não se confirma sem uma análise crítica do imperialismo. A participação dos EUA no modo de produção colonialista da África, ficou confirmada com a exposição de alguns eventos que muito lhes beneficiaram, além, claro, do fato de terem, desde o século XVII, estacionado seus navios na porção oriental daquele continente. Mas, como sempre, são os acontecimentos não tão aparentes que fornecem as melhores evidências; por isso, é

tempo de expor algumas sincronicidades para seguir com tópico. O exercício proposto requer seja levado em conta, desde já, que todo conteúdo a ser desenvolvido ocorreu durante os eventos imperialistas pós-segunda guerra na África.

Após 1945, era evidente o posicionamento internacional estadunidense: impedir que o bloco socialista se alastrasse. De início, já são perceptíveis algumas contradições nas políticas externas dos EUA, mas, manter-se-á foco, neste primeiro momento, em um ponto específico, qual seja, a implementação das políticas do presidente Harry S. Truman⁵⁹ a partir da Doutrina que carrega seu nome. No sítio oficial do departamento histórico dos EUA, extrai-se acerca da Doutrina Truman a seguinte passagem: “Com a Doutrina Truman, o Presidente Harry S. Truman estabeleceu que os EUA proveriam assistência política, militar e econômica para todas as nações democráticas sob ameaça de forças autoritárias externas ou internas”⁶⁰. No mesmo sítio é mencionado que, ante a falta de suporte dos britânicos ao governo da Grécia na guerra contra o Partido Comunista, os EUA deveriam tomar controle sobre essa questão, visto acreditarem que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) dava assistência ao empenho bélico da “Grécia Comunista”, e caso os comunistas vencessem, seria inevitável a influência política soviética na região⁶¹. Com essas informações oficiais, não resta dúvidas de que, para os EUA, o argumento lógico era: Se o regime não é capitalista, ele é autoritário e deve ser combatido. Mas, e as brutalidades cometidas durante a permanência na África dos Estados imperialistas, que são essencialmente capitalistas, eram razoáveis?

Se no caso da Grécia os EUA posicionaram-se contra a influência não capitalista, estava posto que também seguiriam esse padrão em relação a todos os outros Estados e, “[...] com seus aliados europeus retirando-se da África e do Oriente Médio” (CROMWELL, 2013, p. 19), elevou-se o temor com relação à expansão soviética nesses espaços. Como dito repetidas vezes, muitos dos movimentos anticolonialistas africanos se identificavam bastante com as teses socialistas, levando-os a buscar apoio “estratégico e militar” na URSS, o que gerava ainda mais preocupações ao bloco capitalista, principalmente os EUA, que enxergavam nesse

⁵⁹ Cf. em: <https://www.whitehouse.gov/about-the-white-house/presidents/harry-s-truman/>

⁶⁰ With the Truman Doctrine, President Harry S. Truman established that the United States would provide political, military and economic assistance to all democratic nations under threat from external or internal authoritarian forces. Cf. em: <https://history.state.gov/milestones/1945-1952/truman-doctrine>

⁶¹ At the time, the U.S. Government believed that the Soviet Union supported the Greek Communist war effort and worried that if the Communists prevailed in the Greek civil war, the Soviets would ultimately influence Greek policy. Cf. em: <https://history.state.gov/milestones/1945-1952/truman-doctrine>

possível apoio, uma empreitada expansionista por parte dos soviéticos. Realmente, “[...] a influência soviética não se restringia às áreas sob seu comando, pois os partidos comunistas haviam ganho força política e representatividade” (MUNHOZ, 2018, p. 31) em nível global, principalmente onde antes havia domínio colonial. No contexto da Guerra Fria, Bradley (2010, p. 473) entende que, inicialmente, os EUA, apesar de repudiarem o direcionamento das lutas independentistas africanas, pois, via de regra eram “[...] caracterizadas como ameaça comunista” (MUNHOZ, 2016, p. 461), mantiveram-se cautelosos em fornecer suporte aos britânicos, franceses e holandeses (africânderes), que se esforçavam para manter o imperialismo na África.

É possível identificar que a Guerra Fria seguia uma lógica, onde blocos opostos, que não estavam dispostos a enfrentar-se militarmente, devido a previsibilidade dos resultados, que seria péssimo para ambos os lados, buscavam ampliar seu campo de influência. Dentro dessa lógica, reside um fato incontestável: o colonialismo, bem como o posterior regime do *apartheid*, foi promovido e sustentado pelo bloco capitalista, jamais pelo bloco socialista, o que desmonta qualquer argumento dos EUA referente a promoção da falaciosa campanha anticomunista. A própria ociosidade do Conselho de Segurança da ONU frente ao *apartheid* confirma isso, e eram os EUA à frente da tomada de decisões (BRAGA, 2011, p. 45). Mesmo sendo uma estratégia antiga, a inversão de lógicas sempre trouxe bons resultados ao capitalismo; com essa manobra, angariaram consentimento e tomaram para si a hegemonia. As ações estadunidenses, em tempo algum foram vanguarda na luta anticolonialista de outras regiões do globo; essa tarefa coube aos partidos de esquerda, socialistas e comunistas, e aos movimentos populares – como os africanos – vinculados ou não a eles.

Os EUA, percebendo a lacuna que se abriria com os processos de descolonização, viram aí uma oportunidade de apoiar essas causas, fazendo crer que estavam salvaguardando o direito à independência dos africanos, quando na verdade, visavam apenas ampliar suas fronteiras econômicas e, aos moldes da Doutrina Monroe, passaram a oferecer amparo militar aos Estados africanos que se rendessem à lógica liberal, e abrissem seu mercado. A redundância nesse ponto é obrigatória: a política externa estadunidense se mostra, outra vez mais, contraditória, pois, ao passo que ofereciam ajuda, trabalhavam em conjunto com regimes opressores na África, exigindo apenas que “[...] não fossem nacionalistas radicais ou comunistas”, e foi esse flagrante contrassenso que fez com que os EUA atuassem discretamente boa parte

do tempo, até meados dos anos 1970 (GIORDANI, 2017, p. 27). Percebe-se, diante dessas exigências estadunidenses que, fora os nacionalistas africânderes e os movimentos africanos, estes considerados “ameaça comunista”, restavam os imperialistas europeus para os EUA apoiarem, indicando que o interesse na África acompanhava o do neocolonialismo, isto é, visavam dar continuidade à influência externa.

Existia também, o interesse em trazer os países descolonizados da África para dentro da estrutura institucional capitalista, ou seja, os Estados africanos deveriam ser incluídos na lógica das instituições comandadas pelos EUA, como, por exemplo, o FMI, o Banco Mundial e a própria ONU. Essa estrutura, segundo Rocha e Barbosa (2013), exigia movimentos revolucionários “do proletariado contra o capitalismo” e, nesse contexto, a China inseria-se na luta pela descolonização, pois entendia ter enfrentado “[...] uma experiência análoga àquela da África” (ROCHA; BARBOSA, 2013, p. 576-584). Assim, não só é possível, como é bastante provável que a ajuda da China aos movimentos de guerrilha africanos, também tenha influenciado nas ações estadunidenses, mesmo porque, também de acordo com Rocha e Barbosa (2013), junto à URSS, a China figurou como principal aliada na luta contra o colonialismo, o que mais tarde fez com que a África se juntasse a ambos os países em favor do Vietnã do Norte na guerra que terminaria com vitória deste país sobre os EUA.

A influência da China e da URSS no Oriente Médio – “[...] que engloba os países situados na confluência [entre] a Europa, a Ásia e a África” (VAZ, 2016, p. 2), durante a Guerra Fria, despertava incômodo aos EUA, principalmente devido à “[...] relevância dessa zona, considerada fundamental para conexão do comércio e do deslocamento de populações para os mais variados fins” (ZAHREDDINE; TEIXEIRA, p. 75). Para não restar dúvidas acerca do interesse estadunidense naquela região, recorrer-se-á, outra vez, ao sítio do departamento histórico dos EUA, para obter acesso a alguns dados sobre o pronunciamento do ex-presidente Dwight D. Eisenhower⁶², sucessor de Truman. Eisenhower também promoveu sua própria Doutrina, que era, basicamente, uma extensão da Doutrina Truman, orientada às políticas em relação ao Oriente Médio. Importante ressaltar que, nesse período – por volta de 1957 –, os EUA forneceram apoio econômico e militar para a região conhecida

⁶² Cf. em: <https://www.whitehouse.gov/about-the-white-house/presidents/dwight-d-eisenhower/>

como Chifre da África⁶³, onde fixaram redes de inteligência. Prossegue-se, então, ao conteúdo da Doutrina Eisenhower.

Conforme consta no referido sítio do departamento histórico estadunidense, a Doutrina Eisenhower permitia que os países do Oriente Médio solicitassem ajuda econômica e também das forças armadas estadunidenses caso sofressem ameaça de outro Estado. Os destaques da Doutrina são as propostas em relação à defesa do Oriente Médio, e a explícita menção à ameaça comunista. A mensagem de Eisenhower ao Congresso, que também está disponível em áudio gravado naquela ocasião⁶⁴, é dividida em nove tópicos, cujo conteúdo que interessa será trabalhado a partir de agora. Após descrever as dificuldades e o estado crítico daquela região, vociferar sobre as interferências externas autoritárias que lá ocorreram e, mentir deliberadamente sobre o apoio “[...] sem reservas [dos EUA] a total soberania e independência de cada nação do Oriente Médio”, ele passa a atribuir culpa exclusivamente ao comunismo.

Na parte final do item I de sua mensagem, ele informa que “Toda essa instabilidade foi agravada e, às vezes, manipulada pelo comunismo internacional”. Em seguida, no item II – utilizado prioritariamente para culpabilizar o comunismo –, ele primeiramente afirma que “Os governantes da Rússia há muito buscam dominar o Oriente Médio”, para logo em seguida autorizar a ação das forças armadas dos EUA “[...] para assegurar e proteger a integridade territorial e independência política de tais nações, solicitando tal ajuda, contra a agressão armada aberta de qualquer nação controlada pelo comunismo internacional”. Afirma, ainda no item II, que o interesse da Rússia é puramente “a política do poder”, visto terem anunciado desejarem tornar o mundo inteiro comunista. O que se desenvolve a partir desse ponto, é especialmente curioso, pois o então presidente parece descrever exatamente sobre as políticas externas estadunidenses, porém, hipocritamente, muda o sujeito e, sorrateiramente manipula o consentimento introduzindo a Rússia e o comunismo como antagonistas mundiais. Além disso, igualmente inusitado, é o fato de Eisenhower sequer tentar esconder que os EUA têm pleno conhecimento da importância estratégica da região ocupada pelo Oriente Médio. Quanto ao reconhecimento da região como ponto

⁶³ Segundo informação coletada no sítio das Nações Unidas, “O Chifre da África, também conhecido como nordeste da África, inclui a Somália, o Djibuti, a Eritreia, o Sudão, o Sudão do Sul e a Etiópia”. Cf. em: <https://news.un.org/pt/story/2011/08/1383831-entenda-crise-no-chifre-da-afrika>.

⁶⁴ O áudio pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico: <https://www.ruhr-uni-bochum.de/gna/Quellensammlung/10/10eisenhowerdoctrine.mp3>

estratégico, ele afirma:

Esta região sempre foi a encruzilhada dos continentes do Hemisfério Oriental. O Canal de Suez permite que as nações da Ásia e da Europa realizem o comércio que é essencial para que esses países mantenham economias bem arredondadas e prósperas. **O Oriente Médio fornece uma porta de entrada entre a Eurásia e a África.** (EINSENHOWER, 1957, p. 83-87. Sem grifo no original. Tradução Livre⁶⁵)

Mais impressionante ainda: ele exprime total conhecimento acerca da imensa quantidade de petróleo existente justamente naquela região, tentando ao mesmo tempo convencer que os EUA não desejam para si este combustível fóssil. Logo após expor acerca do petróleo, Eisenhower diz:

Essas coisas enfatizam a imensa importância do Oriente Médio [...]. A Europa Ocidental estaria ameaçada como se não houvesse nenhum Plano Marshall, nenhuma Organização do Tratado do Atlântico Norte [...]. Tudo isso teria o efeito mais adverso, senão desastroso, sobre a vida econômica e as perspectivas políticas de nossa nação (EINSENHOWER, 1957, p. 83-87. Tradução Livre⁶⁶).

Até aqui, com o que foi exposto da Doutrina Eisenhower, seria possível definir a hegemonia dos EUA, do período compreendido entre o pós-segunda guerra e a guerra fria, abarcando o colonialismo e neocolonialismo na África, como tendo sido construída quase que inteiramente com base em manipulação discursiva, altamente eficaz. Antes de seguir para o fechamento deste tópico, expor-se-á ainda outros importantes trechos da Doutrina ora analisada, com foco no restante do item II da transcrição. Eisenhower levantou uma delicada questão, ao insinuar que, caso nada fosse feito para conter o comunismo, todas as religiões estariam ameaçadas, afirmando, após muito discursar sobre questões religiosas, que “Seria intolerável se os lugares sagrados do Oriente Médio fossem submetidos a uma regra que glorifica o materialismo ateuista” (EINSENHOWER, 1957, p. 83-87. Sem grifo no original. Tradução Livre⁶⁷). Demonstra nesse ponto, total desconhecimento acerca dos aspectos religiosos inseridos na cultura russa, mas, como esse tema não será

⁶⁵ This region has always been the crossroads of the continents of the Eastern Hemisphere. The Suez Canal enables the nations of Asia and Europe to carry on the commerce that is essential if these countries are to maintain well-rounded and prosperous economies. The Middle East provides a gateway between Eurasia and Africa.

⁶⁶ These things stress the immense importance of the Middle East [...]. Western Europe would be endangered just as though there had been no Marshall Plan, no North Atlantic Treaty Organization. All this would have the most adverse, if not disastrous, effect upon our own nation's economic life and political prospects.

⁶⁷ Parte final do Item I: All this instability has been heightened and, at times, manipulated by International Communism. Texto original das citações do item II: 1) Russia's rulers have long sought to dominate the Middle East. 2) to secure and protect the territorial integrity and political independence of such nations, requesting such aid, against overt armed aggression from any nation controlled by International Communism. 3) Sobre as religiões: It would be intolerable if the holy places of the Middle East should be subjected to a rule that glorifies atheistic materialism.

abordado aqui, prossegue-se.

Embora a análise da Doutrina Eisenhower forneça, por si só, material suficiente para um capítulo inteiro, considera-se necessário finalizar essa questão. Para tanto, será utilizada a passagem onde o ex-presidente responsável pela Doutrina estadunidense de 1957, parece falar sobre a atuação externa de seu próprio país, a não ser pela perspicácia em trocar o ator político para convencer seus desatentos aliados. No fragmento, imediatamente posterior aquele referente à religião, discorre Eisenhower:

O comunismo internacional, é claro, **procura mascarar seus propósitos de dominação por meio de expressões de boa vontade e ofertas superficialmente atraentes de ajuda política, econômica e militar.** Mas qualquer nação livre, que é objeto da tentação soviética, deve, com sabedoria elementar, olhar por trás da máscara (EISENHOWER, 1957, p. 83-87. Sem grifo no original. Tradução Livre⁶⁸).

É um pronunciamento forte, emblemático até; não fosse diversionista. Desde o primeiro momento em que os EUA adentraram no enredo capitalista, e isso não foge à história, sua geopolítica é marcada por práticas obscurantistas. De fato, causa estranheza o país das Doutrinas, todas voltadas para políticas de administração territorial externa, declararem outros Estados – os não capitalistas – como sendo projetistas mascarados da dominação. Logo o país cujo militarismo se fez presente em toda sua trajetória, e se valeu do comércio bélico para enriquecer, se prestou a anunciar, perante muitos, que são os comunistas que fazem “[...] ofertas superficialmente atraentes de ajuda [...] militar”. A verdade, é que tais ações não surpreenderam – nem surpreendem –, pois se está falando do espectro real do que é o imperialismo.

O diversionismo estadunidense, não se deu apenas no âmbito discursivo. Um exemplo dessa tática no campo das ações, é a própria mudança de posicionamento em relação a saída África do Sul – ainda sob o regime do *apartheid* – da ONU. Já passava da metade do século XX quando surgiu, no Conselho de Segurança da ONU, a pedido de vários Estados membros, a pauta da exclusão da República da África do Sul da organização. Estados africanos também requisitaram a aprovação de tal resolução, que só não foi concretizada por veto da Grã-Bretanha, França e EUA. Porém, com as crescentes políticas internacionais antiapartheid sendo promovidas

⁶⁸ International Communism, of course, seeks to mask its purposes of domination by expressions of good will and by superficially attractive offers of political, economic and military aid. But any free nation, which is the subject of Soviet enticement, ought, in elementary wisdom, to look behind the mask.

por vários outros países, o Congresso estadunidense, a partir de 1986, contrariando o presidente Ronald Regan, passou a exigir várias sanções contra a República da África do Sul, ou seja, agiram contra sua vontade, para não perder influência entre os Estados capitalistas aliados, que agiam há um bom tempo já contra o *apartheid*. Ainda assim, junto à Grã-Bretanha, os EUA resistiram em aplicar as sanções, utilizando a desgastada retórica sofisticada da preocupação com os direitos humanos dos negros africanos, que poderiam vir a sofrer nas mãos dos africânderes, caso optassem pelos embargos, mas, ao usar tal justificativa, parecem ter esquecido que os africanos nunca haviam deixado de serem oprimidos (BRANCO, 2003, p. 161-166).

Optou-se, até agora, por descrever a expansão do imperialismo com base no contexto histórico do neocolonialismo ocorrido na África, evidenciando como agiram os EUA por meio de suas políticas externas para ascender e tomar as rédeas do poder capitalista do mundo chamado “ocidental”. A escolha da África como objeto de análise da atuação imperialista neste tópico, acredita-se, possibilitou um aprofundamento sobre as mais variadas temáticas, visto o povo africano ter sido inserido não só no modo de produção capitalista, aos moldes do que já havia ocorrido na conquista da América, mas também em processos muito particulares, a exemplo do colonialismo interno. A expansão imperialista não teria sido possível sem a rapina do espaço territorial africano, e a ascensão dos EUA jamais teria ocorrido sem a expansão imperialista e, por isso mesmo, agiram por meio de estratégias geopolíticas e econômicas para reestabelecer o centro capitalista europeu após a segunda guerra. A lógica que revela o elo entre todos esses acontecimentos, se deve ao fato de que a manutenção da influência europeia na África, principalmente dos países capitalistas do bloco dos aliados na segunda guerra, se deu por vias de estratégias político-econômicas e militares estadunidenses.

Os acontecimentos relacionados ao capitalismo, em nível mundial, desde ao menos 1823, com a Doutrina Monroe, sempre tiveram como protagonista os EUA e, muitas de suas ações ocorreram quase que simultaneamente em diversas porções do globo. Pode surgir a dúvida, de certa forma pertinente, de que os EUA não foram realmente os protagonistas nas ações imperialistas na África, pois, apesar de terem afixado bases em vários países daquele continente, e de terem participado ativamente da “[...] retirada de tropas cubanas do território de angolano”⁶⁹ (BRAGA, 2011, p. 136;

⁶⁹ As tropas cubanas, segundo Braga (2011, p. 136), patrocinadas pelos soviéticos, apoiaram o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), na luta pelo fim do *apartheid*. Os EUA apoiaram o governo sul-africano.

BRANCO, 2003, p. 130), é certo que não instalaram colônia na região. Porém, e a isto se deve atentar, após 1945, com base nos projetos que criaram as instituições responsáveis pela reconstrução do bloco capitalista, fica evidenciado que os EUA, mesmo tendo “seus propósitos de dominação” mascarados – aqui se busca retificar o discurso de Einsenhower –, agiram na vanguarda do imperialismo, e avalizaram a maioria das ações neocoloniais do século XX, principalmente do terceiro quarto de século em diante.

Ainda hoje, os EUA mantêm vistas sobre a região do Oriente Médio e, algumas decisões tomadas, continuam influenciando negativamente toda aquela região, visando apenas seus interesses. Toma-se o exemplo dado por Visentini e Pereira (2010, p. 67-68), ao afirmarem que, em 2001, a África do Sul sediou a “III Conferência da ONU Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, da qual os delegados dos EUA e Israel se retiraram, como forma de boicotar o debate sobre a questão palestina”. Temas como esse serão abordados nas análises sobre as guerras híbridas, mas, servem também para demonstrar que, mesmo tendo de adequar suas estratégias, os EUA permanecem bastante ativos com suas políticas internacionais voltadas à desestabilização de seus opositores.

Existe ainda, uma última abordagem dentro do contexto deste tópico, que servirá de conexão aos eventos do próximo capítulo, e ela tem relação com a operação geopolítica estadunidense no Oriente Médio. Como já comentado, a Doutrina de Contenção – Doutrina Truman – visava impedir o avanço do bloco socialista, estrangulando as influências da URSS, ao mesmo tempo em que buscava expandir a hegemonia estadunidense, porém, há que se perguntar quais foram as bases teóricas para a elaboração dessa estratégia.

Essa questão remonta ao período entreguerras, onde a elite intelectual estadunidense se enfrentava em correntes teóricas distintas, como por exemplo, os debates entre isolacionistas e intervencionistas, bem como as discussões entre os idealistas e os realistas. Segundo Mello (2015), esses debates levaram ao geógrafo estadunidense Nicholas J. Spykman a desenvolver suas teses, que, nas questões de relações internacionais, se posicionavam ao lado do realismo hobbesiano e maquiavélico e, no âmbito da política externa estadunidense, abraçava o intervencionismo. Crítico, portanto, do isolacionismo, Spykman entendia que a defesa dos EUA necessariamente deveria se instalar fora do continente americano, isto é,

“[...] nas duas pontas do continente eurasiático” (MELLO, 2015, p. 89), pois, somente dessa forma seria possível equilibrar o poder na Europa e na Ásia, além de assegurar a hegemonia estadunidense.

Grande parte dos teóricos da Guerra Fria, atribuem a concepção da Doutrina Truman ao estadunidense George F. Kennan, o que, para Mello, é uma afirmação acertada no que diz respeito às “diretrizes políticas gerais”, no entanto, os fundamentos da “geopolítica estratégica” da referida Doutrina, já haviam sido traçados por Spykman, sendo possível afirmar que os princípios basilares da política de contenção foram captados da teoria spykaniana (MELLO, 2015, p. 89-126).

Seja qual for a base teórica que serviu de amparo às decisões geopolíticas – nem sempre exitosas – dos EUA no século XX, é fato incontestável, com base no que foi discutido anteriormente, que perceberam a posição geográfica privilegiada da Rússia, afinal, é o único país da Eurásia que abrange tanto parte da Europa, quanto parte da Ásia. Também é possível afirmar que os EUA sempre se valeram de declarações diversionistas para afastar suas reais intenções, como quando se juntaram aos africanôeres, mesmo no ápice do regime do *apartheid*, pois economicamente os fortalecia. Obstinados a expandir o capitalismo monopolista, defenderam com afincos as práticas imperialistas, e a elas se alinharam, deixando cada vez mais claro que nenhum Estado pode prosperar a não ser pela aderência ao sistema capitalista.

Nesse sentido, Luxemburgo tentou prever o fim dos abusos do capitalismo, quando, ao contemplar sobre a acumulação do capital, afirmou que essa lógica inevitavelmente levaria o sistema a uma crise irreversível, pois uma vez alcançado seu objetivo, “a acumulação torna-se impossível” (LUXEMBURGO, 1970, p. 364), ocasionando o fim da produção capitalista. Por isso, tanto ela, quanto Lênin (2011), entendem o imperialismo como o “estágio superior”, do qual se pode inferir como a etapa final, de certa forma. Porém, os autores citados não puderam prever o alcance que viria a ter a atuação dos EUA em âmbito internacional, muito menos suas estratégias, que inebriariam os aliados a juntarem-se sob as batutas de uma nova era imperialista com roupagem neoliberal e, portanto, revigorada. Alvissaras às epistemologias africanas, que puderam dar continuidade às teorias imperialistas, por terem muitos de seus teóricos vivenciado o neocolonialismo e a reprodução mutada do capitalismo.

O imperialismo foi possível por participação da burguesia colonizadora, que

tomou dos autóctones o lugar que lhes era por direito. Compactuaram também os Estados ditos “democráticos”, livres, “avançados”, no mais, “desenvolvidos”. Aqueles que lutaram contra o neocolonialismo, contra o imperialismo e contra o regime do apartheid foram declarados inimigos comunistas, socialistas, radicais de esquerda, enfim. Às guerrilhas, cuja resistência era de luta armada, e aos movimentos anticoloniais, denominaram aliados do comunismo, do bloco socialista; e o eram, pois o embate se dava entre os que desejavam a perpetuação do colonialismo, ou seja, os capitalistas, e os contrários a essas brutalidades, que representavam em sua maioria, socialistas e comunistas.

No mundo dos enigmas, prevaleceram os injustos, com base em propagandas e estratégias igualmente injustas. O que esperavam os imperialistas das vítimas da escravidão, do genocídio, da exploração e do extrativismo? Com certeza a subserviência eterna. Quanto a isso, vale rememorar os dizeres de Kwame N’Krumah (1977, p. 103): “O socialismo só será realizado através da luta de classes. Em África, o inimigo interno [é] a burguesia reacionária: trata-se de uma classe [...] de colaboradores de imperialistas e neocolonialistas, dos quais depende a manutenção de suas posições privilegiadas”. O autor tem razão, pois um dos principais motivos que permitem ao imperialismo se impor, é o servilismo da burguesia.

2 DESESTABILIZAÇÃO E DOMINAÇÃO DE SOCIEDADES PERIFÉRICAS: GUERRA HÍBRIDA COMO MÉTODO DO IMPERIALISMO NO SÉCULO XXI

No decorrer do primeiro capítulo, foram vistas as circunstâncias da modernidade que fizeram brotar um novo sistema mundial, que se propagaria no espaço e no tempo, trazendo consigo uma ampla gama de fenômenos, estruturas e características até então desconhecidas. Em seus primeiros passos, os centros de poder que criaram esse sistema adiantaram-se para definir suas formas, e como a partir delas poderiam expandir-se em uma verdadeira rede global interconectada. Na América chamada Latina, a inserção desse modelo sistêmico tumoral evoluiu para uma metástase, corrompendo toda forma de vida e o ecossistema ao redor. Só não foram afetados pela grave condição – imposta em todas as esferas de domínio –, os próprios dominadores, pois era deles que partia a vontade da qual derivaria os rumos futuros de toda sociedade mundial. Em se tratando de um sistema impositivo, tão logo obtiveram os resultados de seu funcionamento, foi necessário disseminá-lo às regiões metropolitanas, e iniciar sua primeira mutação.

Após ensaiar em cobaias humanas nas Américas, todos os aspectos iniciais da estrutura desse sistema, como a evangelização, o massacre aos “rebeldes” que não a aceitavam, a escravidão, a fase embrionária do modo de produção com base em exploração, e a categorização étnica/racial para fins de dominação, passaram então a etapa seguinte, promovida, como dito, nas regiões metropolitanas. Assim, em um funcionamento unificado, o “Novo Mundo” servia de espaço para manutenção de velhas práticas tortuosas, enquanto o “Velho Mundo” implementava novos procedimentos, donde surgiram fenômenos como a acumulação primitiva e, posteriormente, a acumulação de capital. A partir daí, o sistema andou em marcha apressada, criando os monopólios, o que fez surgir o capitalismo monopolista e, depois, numa ousada manobra do capital bancário, o capital financeiro ergue-se perante os capitalistas todos e passa a coordenar os interesses imperialistas nos Estados periféricos.

Com os grandes capitalistas aglutinando cada vez mais empresas em suas mãos, restava descobrir as peças faltantes desse imenso quebra-cabeças que se fora montando; e era uma peça plúmbea, tanto em peso, quanto em sua cor, acinzentada. Encaixa-se, pois, o imperialismo, cujas rebarbas eram tantas, que foram capazes de criar um novo colonialismo, com morfologia semelhante à matriz do século XV. A infraestrutura seria organizada sobre o território da África, que, mais tarde, por conta

do desarranjo causado pela ganância, precisou ser repartida entre os centros imperialistas. Só não enviaram convite ao anfitrião, pois a este estava reservada a condição de vítima da nova fase violenta do capitalismo. Nesse período, fizeram valer em última instância o “ego conquiro”, sendo que posteriormente, o comando da porção sul da África ficou nas mãos dos brancos holandeses que se autodenominaram “africânderes”, conforme discutido no capítulo anterior.

Os EUA acompanharam de perto toda essa história, esquecendo-se de seu passado como colonizados, e dando amparo econômico e militar justamente aos imperialistas, que manteriam a longo termo, com o neocolonialismo, o processo direto e indireto de dominação. E é a partir do modo de atuação estadunidense no contexto do imperialismo, que terá início o conteúdo deste tópico, e que dará suporte ao segundo capítulo como um todo. Isso se deve ao fato de os EUA serem especialistas em manipular ideias, sendo esta apenas uma das tantas formas de descrever quem compra influência injetando capital, através de seu formato em moeda ou por artifícios militares. Pode-se apelar a um eufemismo, isto é, denominar as práticas dos EUA como fenômenos geopolíticos estratégicos para fins de consolidação hegemônica, o que dá no mesmo, porém, em linhas gerais, o que fizeram foi comprar influência, visando eliminar qualquer fonte de poder que não se submetesse aos interesses do imperialismo.

Ocorre que o que está sendo discutido e analisado, é um sistema de falhas visíveis, que corriqueiramente, seja em períodos curtos, médios ou longos, enfrenta crises e, junto com elas, torna-se nítida uma de suas mais conhecidas características, que é a mutabilidade. Observou-se isso em diversos momentos históricos, como quando ficou evidente que para dar os primeiros passos, era indispensável o uso da violência, ou quando entenderam ser impossível dar continuidade à acumulação sem o neocolonialismo. Também se percebe as mutações ocorrendo dentro do modo de produção desse sistema, que passa a exigir a exploração do trabalhador para obtenção da mais-valia⁷⁰. Ainda sobre sua mutabilidade, os capitalistas atentaram que para organizarem seu sistema, e mantê-lo operante, a participação dos Estados deveria ser controlada com base em uma Divisão Internacional do Trabalho, onde os

⁷⁰ Marx trabalha em “O Capital” a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa, onde a primeira é condição inicial para a produção da segunda. Diz o autor: “O prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas um equivalente pelo valor de sua força de trabalho, e a apropriação desse mais-trabalho pelo capital – isso é a produção da mais-valia absoluta” (MARX, 1996, p. 138). Para compreender a diferença entre ambas, sugere-se a leitura do capítulo XIV, do segundo volume da obra referida.

países periféricos jamais teriam condições de ascender à centralidade, visto sua função subserviente dentro desse processo (CLAUDIO KATZ, 2020).

O que se quer dizer, é que cada vez que surgem embaraços que obstaculizam os objetivos do sistema capitalista, seu alto comando dá conta de encontrar soluções mais ou menos incisivas para prosseguir. A permanência sistêmica do capitalismo, através de sua mutação, pode ser compreendida com base em uma perspectiva temporal, cujos teóricos costumam chamar de “ciclos”, que, apesar de não ser possível esmiuçá-los aqui, um breve enunciado sobre o assunto será necessário. Dois autores, Braudel (1902-1985) e Kondratieff (1892-1938), têm participação na elaboração dos ciclos econômicos do sistema capitalista. De acordo com Sánchez (2001, p. 2. Tradução livre⁷¹), “O objetivo de Kondratieff [era] comprovar que a dinâmica econômica produz flutuações longas de maneira que se passa da prosperidade à depressão quase sincronizadamente”, ou seja, segundo essa teoria, a economia capitalista sempre conviveria com períodos de ascensão, seguidos por períodos de depressão, e assim sucessivamente. Camarinha (2020, p. 169-171) afirma em sua tese, que a teoria de Kondratieff não era vista com bons olhos pelo poder soviético, pois fazia crer que os ciclos eram naturais ao capitalismo, sendo possível deduzir então, que apesar dos períodos de depressão, o sistema capitalista sempre se manteria vivo, contrariando teorias que previam o fim do capitalismo em si mesmo.

Já Braudel, conforme explicam Filomeno e Arienti (2007, p. 113), sintetizou “[...] o caráter heterogêneo do capitalismo histórico, ao propor analisar as diferenças regionais com um esquema tripartido, [que] divide a vida econômica, no capitalismo, em três conjuntos de atividades, em três ‘andares’”. A partir da perspectiva tripartite, Braudel fez uma análise histórica apresentando três camadas temporais, descritas por Vieira (2011, p. 2) como: “[...] a curta duração – identificada com o tempo humano, de mudanças superficiais; a média duração – que se caracteriza pela duração de uma conjuntura; e a longa duração – período multissecular necessário para mudanças profundas e para a formação de novas estruturas”. Existiram tentativas de unificar as teorias de Kondratieff e Braudel, visto ambos tratarem sobre os ciclos do capitalismo, porém, é em Arrighi que se encontram as soluções para prosseguir ao tema da guerra híbrida.

⁷¹ El objetivo de Kondratieff es comprobar que la dinámica económica produce fluctuaciones largas de manera que se pasa de la prosperidad a la depresión casi sincronizadamente.

Segundo Dos Santos (2020, p. 1082), Arrighi planifica cronologicamente o capitalismo em 4 ciclos longos e sucessivos de acumulação, sendo eles “o genovês” – com início no final do séc. XIV e começo do séc. XV, encontrando seu fim no começo do séc. XVII; “o holandês” – iniciando-se no final do séc. XVI e início do século XVII, findando na metade do séc. XVIII; “o ciclo britânico” – de meados do séc. XVIII até a segunda guerra mundial; e o ciclo estadunidense, que inicia com o fim da segunda grande guerra. O quarto ciclo, ou o ciclo estadunidense, é o mais significativo para esta dissertação, pois é nesse ciclo que a guerra híbrida tomará forma.

Desse modo, o quarto ciclo descrito por Arrighi (1996), incorpora muitas questões trabalhadas principalmente no último tópico do primeiro capítulo, o que explica o motivo deste autor servir de base neste momento. Antes, é preciso saber que, embora a obra de Dos Santos aqui utilizada tenha sido lançada originalmente na década de 1990, entende-se que, sobre o quarto ciclo, sua percepção baseada em Arrighi pode ser transportada para o tempo presente, ou seja, para o ano de 2021. Muitas coisas aconteceram de lá para cá, é verdade, porém, tais acontecimentos, a exemplo do importante crescimento econômico da China e da invasão militar dos EUA no Iraque, em 2003, corroboram com o que disse o autor sobre o quarto ciclo. Segundo ele, o ciclo estadunidense, ou o quarto ciclo de Arrighi, “[...] se inicia durante a 1ª Guerra e se desenvolve durante a 2ª Guerra Mundial até nossos dias, quando há sinais de emergência de um novo ciclo que terá como centro o sudeste asiático, ou algum núcleo de poder supranacional” (DOS SANTOS, 2020, p. 1082. Tradução livre⁷²). De fato, as movimentações geopolíticas dos centros capitalistas, principalmente as dos EUA, apontam também para certo interesse na região do sudeste asiático, mesmo porque, os países que a compõem são geograficamente periféricos à China. Mas a afirmação termina dizendo “ou algum núcleo de poder supranacional”, o que a torna, de certa forma, premonitória.

Arrighi (1996) analisa de forma bastante detalhada o quarto ciclo, mantendo sempre o foco nas políticas econômicas dos EUA após a segunda guerra, como quando afirma que aquele país passou a “[...] desfrutar de um monopólio da liquidez mundial”. Mas a grande “sacada” de Arrighi, que lança luz sobre uma das estratégias da guerra híbrida – a ser analisada mais à frente –, foi ter compreendido que os EUA

⁷² El ciclo norteamericano, que se inicia durante la Primera Guerra y se desarrolla durante la Segunda Guerra Mundial hasta nuestros días, cuando hay señales de emergencia de un nuevo ciclo que tendrá como centro el Sudeste Asiático, o algún núcleo de poder supranacional.

se aproveitaram do caos para ascender dentro do sistema capitalista. Porém, este aproveitamento viria a se tornar um problema quando sofreram o ataque ao Pearl Harbor, cuja consequência foi alertar que as políticas isolacionistas não mais garantiriam a inviolabilidade territorial. Isso trouxe mudanças para a política externa estadunidense, que passou a focar em uma unidade mundial na busca pelo fortalecimento do Estado, porém, conforme definido no capítulo anterior, essa unidade teria como poder hegemônico os EUA, com fundamento na já discutida reconstrução do centro de poder capitalista europeu. Daí que para Arrighi, “A segunda guerra demonstrara que os Estados Unidos podiam tornar-se ricos e poderosos em meio ao crescente caos sistêmico” (ARRIGHI, 1996, p. 285).

Ante o exposto, propõe-se dois cenários complexos, para que se possa delimitar um período para a análise: 1) Em termos gerais, até às 8h16min45s do dia 6 de agosto de 1945, quando a bomba nuclear é lançada sobre o Hiroshima (MOURÃO, 2005, p. 697), não eram os EUA quem administravam o caos que os favoreciam, pois anteriormente, os acontecimentos se davam numa perspectiva extraterritorial, isto é, os acontecimentos externos eram positivos, conquanto não atingissem seu território ou não os envolvessem profundamente, permitindo um certo isolacionismo; e 2) após a segunda guerra, o cenário mundial contido no quarto ciclo vai se alterando, com os EUA interferindo cada vez mais nas decisões geopolíticas internacionais, atingindo seu ápice a partir da década de 1990, onde o caos passa a ser gerado de dentro para fora, ou seja, a desestabilização externa começa a ser controlada a partir dos EUA, e em regiões específicas, buscando evitar que os acontecimentos se internalizassem. Dessa forma, para melhor compreender os contornos da guerra híbrida, será necessário focar nos acontecimentos ocorridos na última década do século XX em diante, principalmente porque períodos anteriores já foram explorados quando se analisou a expansão do imperialismo, porém, sempre que surgir algo relevante para o contexto, outras décadas serão levadas em conta para análise.

Pode-se entender a guerra híbrida, no contexto desta dissertação, como o alicerce de boa parte da geopolítica estadunidense, pelo menos desde a década de 1990⁷³. Fazendo analogia com outro termo arquitetônico, as etapas da geopolítica

⁷³ Vale ressaltar que, para Leirner (2020, p. 133), em certa medida, “as guerras sempre foram algo híbridas”. Para melhor compreensão sobre este entendimento, conferir o segundo capítulo do livro do autor.

internacional no âmbito da guerra híbrida, podem ser compreendidas como arcadas⁷⁴, que vão sendo construídas uma após a outra e, cada vez que uma arcada dá sinais de enfraquecimento, a próxima é construída, servindo de reforço, fazendo surgir uma nova etapa. Para quem promove a guerra híbrida, quanto menos arcadas forem necessárias para atingir o objetivo final, melhor, pois implica em menos despesas e também em menor probabilidade de tornar a obra muito extravagante, o que evita que seus oponentes tomem conta da situação e elaborem contenções mais eficazes. Portanto, quando se trata de guerra híbrida, já existe um planejamento integral antes mesmo de sua execução, que visa reduzir os danos em caso de insucesso.

À primeira vista, tende-se a perceber o hibridismo como uma característica daquilo que não é original, natural ou puro. Por isso, a qualidade do que é híbrido remonta aos estudos de Darwin (2009), o qual dedica um capítulo inteiro ao hibridismo em sua conhecida obra “A Origem das Espécies”. Mas, a única similaridade entre o hibridismo darwiniano e a guerra híbrida, é que, de fato, esta também não é “pura”, pois se forma a partir da soma da guerra convencional com outros elementos. Outro aspecto que a faz se diferenciar do conceito de hibridismo de Darwin, é o fato de que, para este, existe uma tendência do hibridismo gerar, embora não seja regra, seres inférteis⁷⁵; já no âmbito das guerras, ocorre justamente o contrário, pois a guerra híbrida surge como proposta fértil ante a esterilidade quase que total da guerra convencional pura contemporânea, devido a vários fatores que serão explorados. Não se busca nesse tema, fazer uma analogia direta com a biologia ou genética, mas é importante saber de antemão, que o hibridismo nas guerras deve ser analisado à parte de seu conceito mais popular do darwinismo, guardadas as devidas similaridades. Assumindo que a hibridez de uma guerra contemporânea é o que a torna eficaz, inicia-se o desenvolvimento de seu conceito, funcionamento e principais características.

É curioso o fato de as pessoas que não estão muito familiarizadas com o tema, relacionarem, logo na primeira oportunidade, a guerra híbrida ao uso de tecnologia. Apesar de existir essa relação, o uso da tecnologia no contexto das guerras híbridas

⁷⁴ Segundo o Dicionário de Construção Civil do site ECiViL, arcada é uma “Sucessão de arcos geralmente formando um plano divisor de espaços, os quais assentam-se em colunas”. Nesse sentido, “coluna” é sinônimo de alicerce. Na analogia proposta, a coluna, ou alicerce, é representada pela guerra híbrida; já cada arcada representa uma etapa que compõe toda estratégia geopolítica na esfera da guerra híbrida. Sobre o significado de “arcada”, cf. em: <https://www.ecivilnet.com/dicionario/o-que-e-arcada.html>.

⁷⁵ Darwin (2009, p. 257), ao tratar sobre a esterilidade no hibridismo, escreve: “Quando as diversas plantas dimórficas e trimórficas são ilegitimamente fecundadas [...] a sua infertilidade difere muito em intensidade, podendo atingir a esterilidade absoluta, exatamente como acontece nos cruzamentos entre espécies distintas”. Na guerra híbrida, é justamente seu hibridismo que a torna efetiva frente à guerra convencional.

configura-se como uma, dentre tantas outras, tática empregadas no corpo de uma estratégia. Para destrinchar a estrutura desse fenômeno, optar-se-á por um caminho diverso do que se tem encontrado nos vários textos pesquisados, isto é, entende-se aqui, que não é possível compor a temática da guerra híbrida de forma ampla, sem antes solucionar o que é, realmente, uma estratégia, uma tática e um método.

Em geral, mesmo autores e autoras mais renomadas, a exemplo de Gebrim, responsável pela apresentação do livro de Marta Harnecker (2012), que servirá de base neste momento, utilizam como ponto de partida nos temas de guerra, o livro de Sun Tzu “A Arte da Guerra”, porém, embora seja, de fato, “[...] um dos mais antigos postulados sobre estratégia do mundo” (MATOS; SOUZA; PEREZINHO, 2015, p. 15), para evitar a demasiada repetição dos escritos deste filósofo chinês, serão utilizadas apenas passagens muito específicas, que mantenham relação com o contexto da guerra híbrida. Prossegue-se, então, para os conceitos de “estratégia” e “tática”.

Conforme Gebrim (2012, p.8), tais conceitos têm origem na esfera militar, sendo que, nesse domínio, o momento histórico de impulsionamento teórico foram as guerras napoleônicas, e suas definições “[...] passam a ser amplamente utilizadas [...] graças à obra de Clausewitz, [...] um militar prussiano, veterano de vinte anos de combate, sobrevivente das batalhas de napoleônicas de Iena, Borodino e Waterloo”. É possível encontrar, no capítulo um, do livro dois da referida obra de Clausewitz (1984), cujo título é simplesmente “Da Guerra”, importantes fragmentos sobre os conceitos em pauta. Antes, no entanto, ainda no livro um do primeiro capítulo, o autor trabalha o próprio conceito de guerra, o qual resume da seguinte forma: “A guerra é, portanto, um ato de força para obrigar o nosso inimigo a fazer nossa vontade” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 75). Assim, para o autor, a imposição da vontade seria o propósito da guerra, mas o que a constitui, ou seja, seu verdadeiro intuito, não é outra coisa senão a concretização desse propósito e, não haveria outra forma de atingir o feito sem brutalidade, portanto, ele defende que qualquer tentativa de incorporar à teoria da guerra o “princípio da atenuação” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 75-76), seria incorrer em um erro lógico.

Ademais, Antunes (2016) traz um debate interessante acerca do conceito de guerra. Segundo o autor, Lênin, assim como Clausewitz entendiam a guerra como a “[...] continuação da política por outros meios”⁷⁶, aceção não aceita em sua plenitude

⁷⁶ De acordo com Arguelhes e Alves (2019, p. 234-235), Lênin interessou-se pela obra de Clausewitz “Da Guerra” ainda em 1915, sendo que suas notas sobre ela acabaram publicadas em 1920.

pelo historiador britânico John Keegan, para quem a política era desativada quando a guerra estava em andamento. Antunes (2016) explica que as críticas de Keegan quanto ao teor político da guerra eram provenientes de análises pontuais, como, por exemplo, o fato de a primeira guerra mundial ter tomado forma devido a uma ideologia belicista, e não propriamente política, assim, “[...] acabava-se a política onde (co)mandavam os exércitos”. Quanto a Lênin, entende o autor, em sua análise keeganiana, que a razão da guerra seguiria as de Clausewitz, porém, os atores a serem convencidos eram outros; enquanto que para este, o dilema era “[...] convencer a classe militar de que a guerra era uma atividade política, [para o revolucionário russo] constava um dilema político – convencer a classe trabalhadora da inevitabilidade da revolução por meio de ‘leis históricas e científicas’” (ANTUNES, 2016, p. 233-238).

Sobre esses aspectos, acredita-se existir aí uma má interpretação, principalmente no que se refere a Lênin. Não é segredo que ele, por exemplo, pautava-se nas teses de Marx para advogar em prol da revolução, isto é, a luta de classes estava no cerne da problemática. Sabe-se que o surgimento das classes, e todos os imbrólios referentes a esse prisma são inerentes ao capitalismo, e, por isso mesmo, qualquer atividade, seja ela militar, econômica ou cultural, que parta deste sistema, necessariamente será uma atividade política. Quanto ao erro interpretativo, defende-se aqui, que Clausewitz não quis dizer que a guerra é simplesmente “uma continuação da política por outros meios”, mas sim, um meio de se fazer política. Isso se torna claro quando dá leitura completa de sua obra, da qual é possível compreender este sentido a partir da afirmação de que a guerra “É um **meio sério** para atingir um fim sério” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 90. Sem grifo no original). Ou seja, há sim um completo envolvimento político no planejamento de uma guerra, ainda que ela seja totalmente produzida no campo ideológico, visto que a própria ideologia está inserida nas tomadas de decisões políticas. Então, aderir-se-á aos conceitos de guerra de Lênin e Clausewitz, tomando como verdadeira a interpretação de que a guerra é, de fato, um meio de fazer valer determinadas políticas, portanto, política a guerra é, ainda que seja inteiramente ideológica.

Retomando a análise sobre estratégia e tática, Clausewitz (1984, p. 100-138) afirma que em uma guerra, existem vários elementos que fazem parte de uma ampla estrutura, sendo que desses elementos, outros podem surgir, e a cada um deles, o autor chama, em um primeiro momento, de “engajamento” e, depois, de “atos

isolados”, onde, a idealização da ação, nada mais é que o “[...] planejamento e organização de uma série de engajamentos” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 100). A partir disso, o autor descreve mais a frente, o que chama de “condução de guerra”, donde se originam atividades distintas do planejamento, execução e coordenação desses atos isolados, e são essas atividades que recebem o nome de tática e estratégia, em que a primeira consiste no emprego da força no engajamento, e a segunda se aproveita dos engajamentos “para atingir o propósito da guerra” (CLAUSEWITZ, 1984, p.138), que, como já referido, importa no objetivo da imposição da vontade sobre aquele no qual se deseja dominar ou influenciar.

Em se analisando o conteúdo teórico de Clausewitz sobre os conceitos de estratégia e tática, percebe-se que, em grande medida, Harnecker parte de uma perspectiva semelhante, porém, faz seu estudo fundamentando-se em Lênin. Pazello e Ferreira (2017), investigam os conceitos em Lênin, utilizando também as noções de Harnecker e concluem que, embora Lênin não tenha se dedicado profundamente a discutir “[...] uma delimitação minuciosa dos contrastes entre estes dois conceitos [...], havia nele uma nítida percepção prática da referida distinção” (PAZELLO; FERREIRA, 2017, p. 134-135). Assim, mesmo não tendo pormenorizado textualmente os conceitos, é por meio deles que Harnecker (2012) encontrou condições para definí-los, e isso se deve ao fato de que o contexto analisado pela autora, é o da revolução russa. Dessa maneira, ela denomina a estratégia como “[...] a definição das formas de como se deve proceder ou o caminho a seguir”, explicitando que a abordagem se dá em período póstumo ao “triunfo da Revolução de Outubro” (HARNECKER, 2012, p. 42).

Pode-se pensar o “caminho a seguir”, como um mapa, ou manual, que, de acordo com Pazello e Ferreira (2017, p. 140), referindo-se Harnecker, no escopo da estratégia, serviria para que se pudesse “[...] chegar à consecução de seus objetivos finais”, ou seja, os objetivos do estrategista. Em uma interpretação de Clausewitz, restrita à ação bélica, Sousa (2017, p. 2) define tática “[...] como a arte de vencer as batalhas e a estratégia como a arte de coordenar as batalhas em função da guerra”. Esses conceitos, ainda que referentes apenas ao âmbito da guerra, coadunam com a perspectiva do conceito em seu viés político trabalhado por Harnecker (2012), com a diferença de que, neste último caso, a autora trata da “estratégia revolucionária”, tendo como pano de fundo a luta de classes. No fim, ao menos para o caso da estratégia, revela-se uma mesma função conceitual de seu uso nas arenas política e bélica, qual

seja, a da estratégia servir como meio de organização e orientação para que se possa obter êxito em um objetivo final, ou, para Clausewitz, o “propósito da guerra”, conforme visto anteriormente.

Dentro dessa lógica, extrai-se da obra *A Arte da Guerra* um importante fragmento, que traz uma analogia com artistas e suas obras-primas: “Eles têm sempre em mente o **objetivo a que visam**, e aproveitam tudo o que vêem e ouvem, esforçando-se para adquirir novos conhecimentos e todos os subsídios que possam **conduzi-los ao êxito**” (TZU, 2006, p. 12. Sem grifo no original). Isso vai ao encontro das teorias de Clausewitz, Harnecker e do próprio Lênin. É possível, já neste momento, correlacionar alguns elementos conceituais que foram expostos, a outros correspondentes à guerra híbrida, cuja própria essência remete ao que se está discutindo. No desembaraço dos conceitos de estratégia e tática, Pazello e Ferreira (2017, p. 136) propõem, inicialmente, “duas impressões” sobre os motivos que levaram Lênin a fazer uso do vocábulo “estratégia” tardiamente, das quais, manter-se-á foco na segunda delas, que diz respeito ao uso do termo como “[...] um elemento de mediação introduzido por Lênin para justificar mudanças de caminho que, à primeira vista, levariam a um distanciamento do objetivo final”. Sobre isso, os mesmos autores recorrem a Lênin para explicar que essa segunda impressão se relaciona às concessões, denominadas “recuos estratégicos”, que deveriam ser feitas no âmbito da luta revolucionária (PAZELLO; FERREIRA, 2017, p. 137).

Na mesma direção, o historiador Jones Manoel (2019. Sem grifo no original) entende que, “Para Lênin o partido proletário deve saber fazer compromissos, **recuos**, alianças, mas sem perder a independência de classe e a característica de partido proletário”. Tais considerações se tornam bastante claras nos dizeres de Pazello e Ferreira (2017, p. 137), ao afirmarem que o contexto de suas impressões sobre o tema conecta-se “[...] pelo reconhecimento da necessidade de recuos estratégicos, de abrir mão da ofensiva, dos ataques diretos como métodos principais de luta, a fim de, mediante um recuo estratégico [...], ganhar melhores condições de não ser esmagado por seus inimigos”. Na prática, dentro do contexto da revolução russa, além dos autores logo acima citados, em uma publicação da Corrente Comunista Internacional (CCI), encontra-se como um desses recuos, a instauração da Nova Política Econômica (NEP), que para Lênin era necessária frente ao reconhecimento do “[...] erro na pretensão de passar diretamente para a produção e distribuição comunista” (CCI, 2010, p. 7). Como não se pretende abranger os detalhes históricos da revolução

rusa, parte-se, então, para as conexões do que foi dito, com a guerra híbrida.

Logo no início de sua obra “Guerras Híbridas: Das Revoluções Coloridas aos Golpes”⁷⁷, Andrew Korybko⁷⁸ (2018) faz referência a Sun Tzu, afirmando que o estrategista chinês já havia previsto a grande eficácia da guerra indireta na esfera dos combates. Korybko (2018, p. 11) torna explícito que a estrutura da guerra indireta se correlaciona com o que antes se discutiu acerca dos recuos estratégicos em Lênin, pois, “Ela permite que um oponente derrote o adversário sem enfrentá-lo diretamente, economizando assim os recursos que seriam despendidos em um confronto direto”. Em seguida, o autor afirma que, devido a várias restrições que impedem ataques diretos de uma parte sobre outra, dentre elas “alianças e paridade militar”, é possível que a única opção viável em uma estratégia que vise a desestabilização do oponente, seja mesmo a guerra indireta (KORYBKO, 2018, p. 11). Dessa forma, compreende-se que a guerra indireta é, de fato, uma estratégia, da qual se ramificam os métodos. Objetivando manter congruência, optar-se-á pelo conceito de método de Clausewitz, também porque sua elaboração condiz com a temática da guerra híbrida.

Para chegar a uma definição de método, Clausewitz esclarece brevemente o que são leis, regras, princípios, normas e ordens, mas, para o rumo que se vem optando, não se faz necessário levar em conta a definição de cada um desses termos, bastando o conceito de método em si mesmo para torná-lo inteligível. Com isso, define Clausewitz (1984, p. 168), que “[...] ‘método’, ou ‘modo de procedimento’, é um procedimento que se repete constantemente e que foi selecionado a partir de diversas possibilidades, [podendo converter-se em rotina, o que ocorre] quando a ação é determinada por um método”. Desse modo, o método será tido por rotina quando todos os casos que a ela derem origem forem semelhantes, ou, ao menos, quando na maioria das vezes for possível manter certa semelhança, portanto,

[...] um procedimento metódico deve ser destinado a atender aos casos mais prováveis [...]. O seu propósito é insistir numa verdade média que, quando aplicada de uma maneira uniforme e constante, logo adquirirá algo semelhante a uma habilidade mecânica, que no fim realiza a coisa certa quase que automaticamente (CLAUSEWITZ, 1984, p. 168)

Como os eventos em uma guerra são muito dinâmicos, ou seja, sofrem

⁷⁷ O título original da obra é “Hybrid Wars: The Indirect adaptive approach. To Regime Change” (2015), que pode ser encontrada sob o título em português “Guerras Híbridas: A Abordagem Adaptativa Indireta com Vistas à Troca De Regime”.

⁷⁸ Conforme descrito em seu livro “Guerras Híbridas: Das Revoluções Coloridas aos Golpes”, Andrew Korybko, além de jornalista, é analista político e conselheiro do “*Institute for Strategic Studies and Predictions*”, e dedica seus estudos “à geopolítica na Eurásia, aos conflitos entre os EUA de um lado e Rússia e China de outro” (KORYBKO, 2018).

constantes mutações, é pela média de casos concretos que se desenvolvem métodos, sendo que nesta etapa, de aplicação com base em probabilidade, já estarão convertidos em uma rotina. Por esse motivo, Clausewitz (1986, p.168-169) é enfático ao dizer que os métodos, assim como princípios, regras e normas, em grande medida, estruturam-se no domínio da tática, pois configuram-se como “doutrinas categorias”, e é nesse momento que a “probabilidade média” se faz útil na ação contra o desconhecido, isto é, na própria planificação das estratégias, leva-se em conta a necessidade de manter um padrão de aplicabilidade para esquivar-se de situações imprevistas. Dessa forma, Korybko (2018, p. 13) situa a guerra híbrida não como uma estratégia ou uma tática, mas sim como “[...] um novo método de guerra indireta sendo perpetrado pelos EUA”. A partir dos esclarecimentos acerca dos conceitos de guerra, estratégia, tática e método, além de breve introdução sobre as guerras indiretas, pode-se ingressar no tema das guerras híbridas.

Embora existam muitas referências ao General James Mattis e ao Tenente Coronel Frank Hoffman como sendo os primeiros a utilizarem o termo guerra híbrida, não é possível afirmar a existência de consenso sobre o assunto. Dentre outros, Rácz (2015, p.28), afirma categoricamente que antes de Mattis e Hoffman, o termo foi utilizado pelo Major estadunidense William J. Nemeth, em seu trabalho de pós-graduação na Escola Naval de Monterey intitulado “Guerra do futuro e Chechênia: um caso de guerra híbrida”⁷⁹. Também é possível encontrar descrições correspondentes à guerra híbrida na obra de Martin van Creveld “*The Transformation of War*”, cuja tradução literal leva ao título em português: “A Transformação da Guerra”. Regata-se dessa obra, de 1991, a seguinte passagem, indicando que o autor já demonstrava certo conhecimento acerca do surgimento de novas perspectivas metodológicas de guerra: “Na verdade, existem sólidas razões militares pelas quais as forças regulares modernas são praticamente inúteis para combater o que está se tornando rapidamente a forma de guerra dominante em nossa época” (CREVELD, 1991, p. 38. Tradução Livre⁸⁰).

Já Mattis e Hoffman (2005), em artigo intitulado “*Future Warfare: The Rise of Hybrid Wars*” (Guerra do Futuro: A Ascensão das Guerras Híbridas), o termo configura-se como o próprio objeto de análise, sendo utilizado explicitamente. No

⁷⁹ Future War and Chechnya: A Case of Hybrid Warfare.

⁸⁰ In fact, there are solid military reasons why modern regular forces are all but useless for fighting what is fast becoming the dominant form of war in our age.

entanto, os autores fazem uma interpretação contrária a Korybko (2018), pois entendem ser a guerra híbrida um desafio para os EUA, e não um método produzido pelo país. Afirmam os autores que

Os métodos irregulares [...] estão aumentando em escala e sofisticação e desafiarão os interesses de segurança dos EUA em todo o mundo. Esses desafiantes irregulares procuram explorar vantagens táticas em um momento e local de sua própria escolha, em vez de jogar de acordo com nossas regras. Eles procuram acumular uma série de pequenos efeitos táticos, ampliá-los por meio da mídia e da guerra de informação, para enfraquecer a determinação dos EUA. Este é o nosso adversário mais provável no futuro (MATTIS; HOFFMAN, 2005, p. 2. Tradução Livre⁸¹).

Os autores praticamente direcionam sua análise no sentido de tentarem alertar que, devido à superioridade dos EUA em guerras tradicionais, os outros Estados estariam formulando métodos não convencionais para poder fazer frente ao poderio militar estadunidense. Isso fica evidente, por exemplo, quando dizem os mesmos autores: “Mas nossa superioridade convencional cria uma lógica convincente para que atores estatais e não estatais saiam do modo tradicional de guerra e busquem alguma capacidade de nicho ou alguma combinação inesperada de tecnologias e táticas para obter uma vantagem” (MATTIS; HOFFMAN, 2005, p. 1. Tradução Livre⁸²). O conteúdo do artigo de Mattis e Hoffman não é extenso, portanto, é possível esgotar seus temas mais importantes com algumas poucas considerações, antes de adentrar em outras análises. Um dos pontos relevantes, é o que eles chamam de “quarto bloco” de guerra, que se dá em adição aos três blocos propostos pelo general estadunidense Charles Krulak – que em termos gerais não importam para a dissertação –, formando assim a “Guerra dos Quatro Blocos”. Este quarto bloco nada mais é que a aplicação dos “[...] aspectos psicológicos ou de operações de informação, [ou seja], é a área onde você pode não estar fisicamente localizado, mas na qual estamos nos comunicando ou transmitindo nossa mensagem” (MATTIS; HOFFMAN, 2005, p. 2. Tradução Livre⁸³).

Mais uma vez, os autores trabalham a hipótese de que os EUA não criam

⁸¹ Irregular methods – terrorism, insurgency, unrestricted warfare, guerrilla war, or coercion by narco-criminals - are increasing in both scale and sophistication and will challenge U.S. security interests globally. Such irregular challengers seek to exploit tactical advantages at a time and place of their own choosing, rather than playing by our rules. They seek to accumulate a series of small tactical effects, magnify them through the media and by information warfare, to weaken U.S. resolve. This is our most likely opponent in the future

⁸² But our conventional superiority creates a compelling logic for states and non-state actors to move out of the traditional mode of war and seek some niche capability or some unexpected combination of technologies and tactics to gain an advantage.

⁸³ The additional block deals with the psychological or information operations aspects. This fourth block is the area where you may not be physically located but in which we are communicating or broadcasting our message.

insurgências – que para eles significam “guerras de ideais” – mas sim que devem utilizar a esfera do quarto bloco, e eles estão falando sobre a guerra no Iraque, como contra insurgência, o que se traduz apenas como uma defesa, situando os EUA como vítimas, e não como geradores de conflitos. Noutro artigo, este publicado somente por Hoffman, é evidente o malabarismo feito para fixar a posição dos EUA como vítimas de um conluio de forças contrárias que os querem derrubar. Esta passagem, descrita logo adiante, também revela seu entendimento do que é uma guerra híbrida:

[...] o conflito futuro será multimodal ou multivariante, em vez de uma simples caracterização em preto ou branco de uma forma de guerra. Assim, muitos analistas estão chamando por mais atenção para mais indefinições e combinações de formas de guerra em combinações de frequência e letalidade crescentes. Este construto é mais frequentemente descrito como “guerra híbrida”, na qual o adversário provavelmente apresentará ameaças combinacionais ou híbridas exclusivas **visando especificamente as vulnerabilidades dos EUA** (HOFFMAN, 2009, p. 35. Sem grifo no original. Tradução Livre⁸⁴)

Muito estranhamente, Hoffman (2009) afirma que os EUA possuem vulnerabilidades, o que faz surgir um questionamento: Se existem vulnerabilidades, não seria mais crível serem os EUA os praticantes da guerra híbrida, ao invés de atuarem apenas defensivamente contra supostas ofensivas de outros Estados que desse método supostamente se aproveitam? Para responder essa e outras questões, é necessário atar-se em outras perspectivas, longe da produzida pelos EUA, pois já é bastante conhecida a capacidade desse país em produzir consentimentos a partir de propagandas tendenciosas. Antes, porém, cabe uma última ponderação. Analisando as obras de Creveld, Nemeth e de Mattis e Hoffman, conclui-se que, dentre esses autores, o primeiro a perceber uma mudança estrutural nos métodos de guerra foi Creveld; Nemeth foi quem introduziu o termo “guerra híbrida” e, Mattis e Hoffman aprofundaram o tema, embora de maneira bastante tendenciosa.

O conceito de guerra híbrida, no entanto, supera a simples determinação de que ela é um novo método da guerra indireta, ou que ela se produz a partir de diversas frentes, onde sua utilização abarca a não convencionalidade da aplicação do plano psicológico. Seria ela, portanto, segundo Korybko (2018, p. 13), a junção das revoluções coloridas – que logo serão explicadas – com a guerra não convencional,

⁸⁴ future conflict will be multi-modal or multi-variant rather than a simple black or white characterization of one form of warfare. Thus, many analysts are calling for greater attention to more blurring and blending of war forms in combinations of increasing frequency and lethality. This construct is most frequently described as “hybrid warfare,” in which the adversary will most likely present unique combinational or hybrid threats specifically targeting U.S. vulnerabilities.

esta entendida pelo autor “[...] como qualquer tipo de força não convencional (isto é, grupos armados não oficiais) envolvida em um combate largamente assimétrico contra um adversário tradicional”. Por tratar-se de um método, a guerra híbrida segue, quase sempre, um padrão, iniciando-se com um “[...] golpe brando [seguido] por um golpe rígido, por intermédio de uma guerra não convencional, se o primeiro não funcionar” (KORYBKO, 2018, p.13).

As revoluções coloridas, uma das etapas da guerra híbrida, recebem este nome, de acordo com Ortega (2009, p. 6), devido aos movimentos ocorridos entre 2003 e 2005 em três países da antiga União Soviética, quais sejam, “A Revolução das Rosas na Geórgia, a Revolução Laranja na Ucrânia e a Revolução das Tulipas no Quirguistão”. Os três movimentos tiveram como objetivo a derrubada de líderes do poder, por parte da oposição, seja por via direta (eleições) ou indireta (renúncia por pressão popular ou destituição do cargo). Os contornos foram muito semelhantes, sendo que, nos três casos, a oposição e seus apoiadores reivindicavam um processo democrático limpo, que deveria ser composto por eleições livres de fraudes. No entanto, a principal semelhança, que também representa o ápice dos debates teóricos contraditórios entre si, é o grau de envolvimento de atores externos, principalmente os EUA e a União Europeia, do lado ocidental, e a Rússia, do outro lado. Quanto a existência ou não de apoio externo, não há grande discussão, pois a intromissão estadunidense, por exemplo, ficou evidenciada ao apoiarem abertamente, em alguns casos, os movimentos sob a justificativa de garantirem eleições transparentes (ORTEGA, 2009, p. 6).

O engajamento dos EUA na Revolução das Rosas foi bastante divulgado, sendo inclusive exposto em um artigo publicado pelo *United States Institute of Peace* (Instituto da Paz dos Estados Unidos), onde Kandelaski (2006, p. 10. Tradução Livre⁸⁵) afirma que “Os governos ocidentais, especialmente os Estados Unidos, foram difamados e elogiados por apoiarem a Revolução das Rosas”. Já findado o movimento, que terminou com a renúncia de Eduard Shevardnadze (KANDELASKI, 2006, p. 5), o então vice-presidente dos EUA, Joe Biden, no ano de 2009, reforçou o apoio de seu país à Georgia, afirmando, segundo artigo jornalístico da agência de notícias britânica Reuters, que “Os Estados Unidos ‘estão ao lado’ da ex-república soviética [...] e pedem a consolidação de sua revolução de 2003” (ROBINSON;

⁸⁵ Western governments, particularly the United States, have been vilified and lauded for supporting the Rose Revolution.

ANTIDZE, 2009. Tradução Livre⁸⁶), e também que “Para enviar uma mensagem inequívoca, clara e simples a todos os que vão ouvir e aos que ainda não querem ouvir: que a América está com você neste momento e continuará a estar com você” (BIDEN, 2009. Tradução Livre⁸⁷). O contexto da fala de Biden se deu em um momento de aproximação dos EUA com a Rússia, durante o governo Obama (ROBINSON; ANTIDZE, 2009), assim, quiseram acalmar os ânimos naquela região. Não é preciso ir adiante para comprovar o envolvimento direto dos EUA naqueles movimentos, quando até mesmo os representantes da alta cúpula estadunidense são claros quanto ao apoio.

Com relação à Ucrânia, chama atenção um artigo de Ian Traynor, editor do “The Guardian”, publicado ainda em 2004 no mesmo jornal. Traynor (2004), apesar acreditar ser possível ter ocorrido fraude eleitoral tanto na Ucrânia, quanto nos outros países que passaram por revoluções coloridas, afirma acentuadamente que os EUA não só financiaram, como também organizaram essas campanhas. Após breve explanação sobre a Revolução Laranja, ele passa a destacar a participação dos EUA: “Mas enquanto os ganhos da [revolução] enfeitada de laranja são da Ucrânia, **a campanha é uma criação americana**, um exercício sofisticado e brilhantemente concebido de marca ocidental e marketing de massa” (TRAYNOR, 2004. Sem grifo no original. Tradução Livre⁸⁸). Interessante a forma como ele percebe a intervenção, marcando nessa sua fala um ponto importante, que é a existência de um *marketing* de massa, isto é, basicamente um paralelo com a propaganda anticomunista na guerra fria, o que traz à tona o fato de os EUA jamais terem abandonado a busca pelo consentimento, sempre tentando a recuperação hegemônica nesse sentido. O editor ainda traz outras questões que interessam a este trabalho, das quais, duas prevalecem, sendo que a primeira diz respeito à participação dos EUA, em que Traynor afirma:

Financiada e organizada pelo governo dos EUA, destacando consultorias, pesquisadores, diplomatas, os dois grandes partidos americanos e organizações não-governamentais dos EUA, a campanha foi usada pela primeira vez na Europa em Belgrado em 2000 para vencer Slobodan Milosevic nas urnas (TRAYNOR, 2004. Tradução Livre⁸⁹)

⁸⁶ United States “stands with” the former Soviet republic a year after war with Russia, and urged consolidation of its 2003 revolution.

⁸⁷ to send an unequivocal, clear, simple message to all who will listen and those who even don’t want to listen: that America stands with you at this moment and will continue to stand with you.

⁸⁸ But while the gains of the orange-bedecked “chestnut revolution” are Ukraine’s, the campaign is an American creation, a sophisticated and brilliantly conceived exercise in western branding and mass marketing

⁸⁹ Funded and organised by the US government, deploying US consultancies, pollsters, diplomats, the two big

Como Traynor faz referência a Belgrado, não custa lembrar que os eventos ocorridos nos anos 2000, nesta que é a capital da Sérvia, são considerados por alguns autores⁹⁰ como o primeiro caso de revolução colorida. Naquele ano, após imensos protestos por parte do grupo Otpor!, o presidente sérvio Slobodan Milosevic acabou tendo sua imagem corroída e foi derrotado na urnas, em um cenário geral que aponta para um golpe (PEJIC, 2008; RENNEBOHM, 2011; KORYBKO, 2018, p. 61). Segundo Ortega (2009), o movimento chamado “Kmara!” (Basta!, na língua gregoriana), que agiu após a Revolução das Rosas, na Geórgia, para impedir fraudes nas novas eleições, foi inspirado pelo Otpor!, inclusive empregando várias estratégias semelhantes às do grupo sérvio. Na mesma direção de Ortega, Pejic (2008) já havia afirmado que

Nos anos que se seguiram, cenários semelhantes ocorreram na Geórgia, Ucrânia e Quirguistão; o modelo Otpor! viu suas táticas adotadas por grupos como Pora, Kmara e KelKel. De muitas maneiras, os protestos públicos que levaram à derrubada de Milosevic podem ser considerados a “primeira” revolução colorida (PEJIC, 2008. Tradução Livre⁹¹)

Retomando, a segunda informação relevante de Traynor (2004) vem para contribuir com o fechamento da explicação sobre as revoluções coloridas. Até pouco tempo antes dos acontecimentos que levaram à queda de Milosevic, o embaixador dos EUA em Belgrado era Richard Miles, que, misteriosamente, viria a tornar-se embaixador em Tbilisi, capital da Geórgia, cargo que ocupou de 2002 à 2005 (Traynor, 2004; Ortega, 2009). Traynor (2004, Tradução Livre⁹²) comenta que “[...] como embaixador dos EUA em Tbilisi, ele repetiu o truque na Geórgia, treinando Mikhail Saakashvili sobre como derrubar Eduard Shevardnadze”. Um fato igualmente enigmático ocorreu no Quirguistão, cuja localização se dá “[...] entre o Cazaquistão e a região chinesa de Xinjiang” (KORYBKO, 2018, p. 157), ou seja, é estratégica não só por isso, mas também por existir uma base aérea russa no país, mais especificamente na região de Kant. O mistério nesse caso, é o fato de que, o já referido Richard Miles,

American parties and US non-government organisations, the campaign was first used in Europe in Belgrade in 2000 to beat Slobodan Milosevic at the ballot box.

⁹⁰ Dentre eles está Nenad Pejic, editor do jornal eletrônico Radio Free Europe - Radio Liberty; Max Rennebohm, autor do artigo “Serbians overthrow Milosevic (Bulldozer Revolution), 2000”, e o próprio Andrew Korybko, autor do livro *Guerras Híbridas: Das Revoluções aos Golpes*.

⁹¹ In the years that followed, similar scenarios played out in Georgia, Ukraine, and Kyrgyzstan; the Otpor model saw its tactics adopted by groups like Pora, Kmara, and KelKel. In many ways, the public protests leading to Milosevic's ouster can be considered the "first" colored revolution.

⁹² Richard Miles, the US ambassador in Belgrade, played a key role. And by last year, as US ambassador in Tbilisi, he repeated the trick in Georgia, coaching Mikhail Saakashvili in how to bring down Eduard Shevardnadze.

foi enviado, pelos EUA, na qualidade de agente diplomático, à capital do Quirguistão (Bisqueque/Bishkek), segundo Korybko (2018, p.157) “[...] para preparar terreno para uma Revolução Colorida durante as eleições parlamentares de outubro”⁹³. Confirmando a informação levantada por Korybko sobre a presença de Richard Miles no Quirguistão, uma reportagem do dia 25 de junho de 2015, da versão brasileira do sítio Sputnik News, noticia que o diplomata estadunidense foi flagrado em vídeo reunindo-se com “organizadores de uma manifestação” (SPUTINIK, 2015).

Estabelecidos os fundamentos de uma das etapas que compõe a guerra híbrida, isto é, as revoluções coloridas, determina-se, ante os elementos analisados neste tópico, que a guerra híbrida é formada pela combinação estratégica, tática e metodológica das revoluções coloridas, com a estrutura da guerra não convencional que, por sua vez, configura uma segunda etapa, que somente será empregada quando o primeiro movimento for inexitoso. Destarte, quando os liames de uma revolução colorida forem suficientes para o trinfo de quem a planeja, ou daqueles que dela participam, a etapa seguinte, a guerra não convencional, será descartada. Em relação a esse cenário, o caso de Belgrado, na Sérvia, que, como dito, é considerado a primeira revolução colorida, apresenta-se como exemplo claro de que, quando essa estratégia prospera, geralmente o resultado almejado é rapidamente atingido, não mais sendo necessário o emprego da segunda etapa. Mas a guerra híbrida, obviamente, cerca-se de várias questões técnicas que fazem com que sua engrenagem funcione, e é justamente sobre esses pontos, visando também acompanhar o que se pretende concluir do tópico, que se dará prosseguimento.

O conteúdo técnico das guerras híbridas é abrangente, contemplando diversas etapas desde sua preparação até sua prática efetiva, portanto, o intuito é selecionar os esquemas mais importantes, aqueles que definitivamente a fazem subsistir. Sugere-se, desta forma, seguir os estágios desse método de forma sucessiva, o que permitirá a resolução da proposta sugerida no tópico, qual seja, definir o papel das guerras híbridas na desestabilização de sociedades periféricas. Os estudos relacionados à guerra híbrida, muitas vezes, quando produzidos por autores ocidentais, tendem a estabelecer tendenciosamente a Rússia como praticante deste

⁹³ Não fica claro qual o ano das eleições a que se refere Korybko, porém, infere-se pela data de publicação de sua obra original (2015), que ele a hipótese do autor sobre o engendramento de uma revolução colorida no Quirguistão tenha como alvo o ano de 2017, que é a data eleitoral mais próxima. Cf. em: <https://www.osce.org/odihr/elections/kyrgyzstan/333296>

fenômeno metodológico, porém, acompanhando tudo aquilo que foi descrito com base em referenciais teóricos, muitos dos quais obtidos a partir de documentos oficiais, pelo que se pode presumir sua alta precisão, dentre eles os produzidos pelos EUA e declarações provenientes de sua alta cúpula, o caminho que se tomará será crítico aos que defendem a visão geopolítica estadunidense. Muitos fatos indubitáveis são desvirtuados por interpretações que recolocam a parte oriental do globo em posição de vilania, e é realmente um ato de reconduzir antigos inimigos políticos para uma zona de desconforto.

O grande responsável por essas políticas internacionais continuam sendo os EUA, que pouco, ou nada se importam com os resultados de suas práticas, desde que sua posição no sistema capitalista continue intocável. Seguir-se-á, portanto, a seguinte combinação de planejamentos, acompanhando a obra de Korybko (2018): 1) As regiões de maior importância estratégica, com base em teorias; 2) O conceito dos Cinco Anéis; 3) A abordagem indireta e o Loop OODA; 4) Teoria do Caos; e 5) Dominação de Espectro Total.

A primeira noção que um Estado preocupado com sua política externa observa, diz respeito à territorialidade, mais especificamente, ao território que compreende uma, ou várias regiões de grande valor estratégico. Já foi exposto no tópico 1.3, de forma bastante sucinta, a teoria de Spykman sobre como os EUA deveriam estruturar sua política externa, e aqui, esta teoria retorna, porém, em seu aspecto puramente geopolítico e geoestratégico. Spykman, no entanto, formulou sua teoria, principalmente com vistas na tese de Mahan, elaborada em sua obra de 1890 *“The Influence of Sea Power Upon History”* e no artigo de Mackinder *“The Geographical Pivot of History”* (KORYBKHO, 2018, p. 20-21).

Mahan (1918) determina a importância do poder marítimo, discutindo e analisando desde seus elementos, no capítulo I, até pontos e acontecimentos muito específicos, como as guerras marítimas ocorridas na Revolução Inglesa, trabalhadas no capítulo IV, e as batalhas marítimas na Espanha e na França, capítulos V e VI, respectivamente. Para ilustrar sua percepção, toma-se o exemplo de uma passagem, logo no primeiro capítulo do livro, quando o autor afirma que “[...] a Natureza colocou um país de maneira que tenha fácil acesso ao alto mar, ao mesmo tempo que controla uma das grandes vias do tráfego mundial, é evidente que o valor estratégico de sua posição é muito alto. Essa é novamente, outrora foi em maior grau, a posição da

Inglaterra” (MAHAN, 1918, p. 31-32. Tradução Livre⁹⁴). Já Mackinder (2004), contraria em certa medida a tese de Mahan, ao trazer para o debate uma região geográfica específica, a qual chamou de “*Heartland*”, que teria maior importância que o próprio poder marítimo. Essa região, que abrange a Rússia e a Ásia central, teria como porta de entrada o Leste Europeu (KORYBKO, 2018, p. 20) e, segundo Ismailov e Papava (2010, p. 84. Tradução Livre⁹⁵), “[...] foi a *Heartland* (onde as massas continentais da Eurásia estavam concentradas) que serviu como o pivô de todas as transformações geopolíticas de dimensões históricas dentro da Ilha Mundial”. Também aqui se expõe uma passagem do artigo de Mackinder (2004), na qual o autor prescreve o uso prático de sua proposta:

Pela primeira vez, podemos perceber algo da real proporção das características e eventos no palco de todo o mundo, e podemos buscar uma fórmula que deve expressar certos aspectos, de qualquer forma, da causalidade geográfica na história universal. Se tivermos sorte, essa fórmula deve ter um valor prático para colocar em perspectiva algumas das forças concorrentes na política internacional atual (MACKINDER, 2004, p. 422. Tradução Livre⁹⁶)

Analisando os textos de Mackinder, é perceptível a constância com que o autor incorpora a Rússia no contexto geopolítico mundial, sempre enaltecendo como o território daquele país – que chama de “Estado-pivô” – situa-se em uma região estratégica, o que faz crer que ele teve grande influência na elaboração de políticas externas estadunidenses. Disso, surge outro excerto importante de Mackinder (1942), no qual é introduzido um conceito indispensável para o pensamento de Spykman, que é o chamado “*inner crescent*” (crescente interno). O autor declara que:

Fora da área do pivô, em um grande crescente interno [*inner crescent*], estão Alemanha, Áustria, Turquia, Índia e China, e em um crescente externo, Grã-Bretanha, África do Sul, Austrália, Estados Unidos, Canadá e Japão. Na condição atual de equilíbrio de poder, **o estado-pivô, a Rússia, não é equivalente aos estados periféricos** (MACKINDER, 1942, p. 191. Sem grifo no original. Tradução Livre⁹⁷)

Pois bem, o encadeamento destes dois textos (Mahan e Mackinder), levaria

⁹⁴ Nature has so placed a country that it has easy access to the high sea itself, while at the same time it controls one of the great thoroughfares or the world's traffic, it is evident that the strategic value of its position is very high. Such again is, and to a greater degree was, the position of England.

⁹⁵ Accordingly, it was the Heartland (where the continental masses of Eurasia were concentrated) that served as the pivot of all the geopolitical transformations of historical dimensions within the World Island.

⁹⁶ For the first time we can perceive something of the real proportion of features and events on the stage of the whole world, and may seek a formula which shall express certain aspects, at any rate, of geographical causation in universal history. If we are fortunate, that formula should have a practical value as setting into perspective some of the competing forces in current international politics.

⁹⁷ Outside the pivot area, in a great inner crescent, are Germany, Austria, Turkey, India, and China, and in an outer crescent, Britain, South Africa, Australia, the United States, Canada, and Japan. In the present condition of the balance of power, the pivot state, Russia, is not equivalent to the peripheral states...

Spykman a formular sua própria teoria, que consideraria uma das frases mais emblemáticas de Mackinder (1942, p. 106. Tradução Livre⁹⁸): “Quem governa a Europa Oriental comanda o Heartland: Quem governa o *Heartland* comanda a Ilha-Mundo: Quem governa a Ilha-Mundo comanda o Mundo”⁹⁹. De acordo com Korybko (2018, p. 21-22), Spykman (1944) rebatizou a região do *Inner Crescent* de Mackinder, para “*Rimland*”, e passou a considerá-la estrategicamente mais importante que o *Heartland*. Geograficamente falando, a *Rimland* abraça a *Heartland*, formando um cinturão, conforme demonstrado na figura 1 abaixo.

Figura 1 - Demonstração gráfica: Heartland (Mackinder) x Rimland (Spykman)



Fonte: Armstrong (2014)

Spykman (1944) considerou como falsa a afirmação de Mckinder sobre o *Heartland* e reformulou a sentença para firmar sua teoria: “Quem controla a *Rimland* governa a Eurásia; quem governa a Eurásia controla os destinos do mundo” (SPYKMAN, 1944, p. 43. Tradução Livre¹⁰⁰). Também nas obras de Spykman é possível perceber que o autor guardava imensa atenção em relação à Rússia, e também era bastante claro acerca do poder exercido pelos EUA, tendo, inclusive, dedicado um livro para analisar a posição internacional do país, chamado “*America’s Strategy in World Politics*”, publicado originalmente em 1942. Desse livro, resgata-se

⁹⁸ Who rules East Europe commands the Heartland: Who rules the Heartland commands the World-Island: Who rules the World-Island commands the World.

⁹⁹ As traduções diferem bastante, Dugin (2014, 76) traduz, ao que tudo indica para o português de Portugal, da seguinte forma: “Quem controla a Europa do Leste controla o Heartland; quem controla o Heartland controla a Eurásia; quem controla a Eurásia controla o mundo inteiro”. Já na versão brasileira da obra de Korybko (2018, p. 20), traduziu-se assim: “Aquele que controla o Leste Europeu comanda o Heartland; Aquele que controla o Heartland comanda a Ilha-Mundo; Aquele que controla a Ilha-Mundo comanda o Mundo”. Apesar de todas as traduções levarem ao mesmo entendimento, optou-se por traduzir de forma livre a partir do texto original, pois acredita-se que a tradução aqui utilizada é mais fiel à mensagem que o autor intentou passar.

¹⁰⁰ Who controls the rimland rules Eurasia; who rules Eurasia controls the destinies of the world.

a seguinte mensagem, que indica os contornos geopolíticos analisados pelo autor:

A história nos tratou com bondade; a geografia nos deu muito; as oportunidades foram bem aproveitadas; e o resultado é que nosso país é hoje a unidade política mais importante do Novo Mundo. Fatores geográficos e estratégicos, matérias-primas e densidade populacional, estrutura econômica e avanço tecnológico, todos contribuem para dar aos Estados Unidos uma posição de hegemonia sobre grande parte do hemisfério ocidental (SPYKMAN, 1942, p. 59. Tradução Livre¹⁰¹)

Ainda sobre as regiões estratégicas, Korybko (2018) rememora Saul Cohen, o professor estadunidense que delineou uma nova região, a partir do *Rimland*, chamada *Shatterbelts*, que forma um arco, no qual, segundo Antonsich (2004, p. 803. Tradução Livre¹⁰²) “[...] reproduz quase exatamente o Crescente Interior de Mackinder, o *Rimland* de Spykman ou, mais recentemente, ‘arco de crise’ de Brzezinski”. A declaração de Antonsich leva à última teoria que será aqui abordada sobre regiões estratégicas, formulada por Brzezinski, e chamada de “Balcãs Eurasiáticos”. Brzezinski (1997), trabalha em cima do *Shatterbelt* de Cohen, e do *Rimland* de Spykman, adicionando à região, o Irã e a Turquia, ambos, segundo o próprio autor, geoestrategicamente significantes para a região. Com essa adição, o autor acaba por formar um cerco geográfico que se aproxima do extremo sul da Rússia, formando o que ele chama de “caldeirão étnico”.

Em sua obra, vem à tona um importante elemento das guerras híbridas, que é a desestabilização da periferia com vistas a enfraquecer o país alvo, que nesse caso, é a Rússia. Ele deixa isso evidente quando diz que tanto o Irã, quanto a Turquia “[...] são potencialmente vulneráveis a conflitos étnicos internos. Se um ou ambos fossem desestabilizados, os problemas internos da região se tornariam incontroláveis, enquanto os esforços para restringir a dominação regional pela Rússia poderiam se tornar fúteis” (BRZEZINSKI, 1997, p. 125. Tradução Livre¹⁰³). Seguindo com o que foi proposto, levando em conta terem sido sintetizadas as principais regiões estratégicas para teoria da guerra híbrida, será agora analisado o Conceito dos Cinco Anéis.

Em artigo de 1995, intitulado “*The Enemy as a System*” (O Inimigo como um

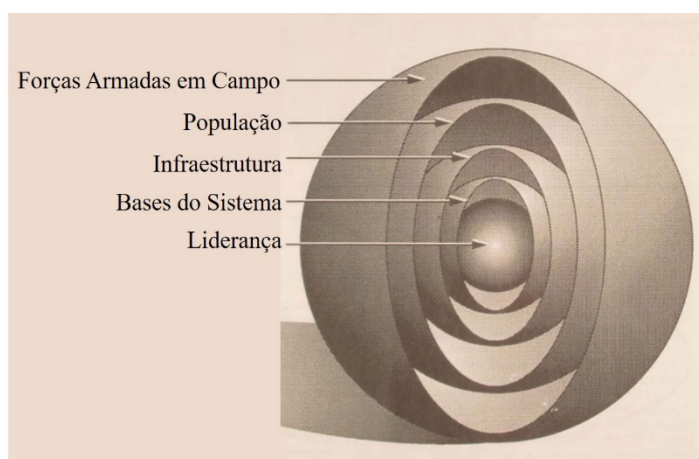
¹⁰¹ History has treated us kindly; geography has endowed us greatly; the opportunities have been well used; and the result is that our country is today the most important political unit in the New World. Geographic and strategic factors, raw materials and population density, economic structure and technological advancement all contribute to give the United States a position of hegemony over a large part of the Western Hemisphere.

¹⁰² this arc reproduces almost exactly Mackinder’s Inner Crescent, Spykman’s Rimland or, more recently, Brzezinski’s ‘arc of crisis’.

¹⁰³ At the same time, both are potentially vulnerable to internal ethnic conflicts. If either or both of them were to be destabilized, the internal problems of the region would become unmanageable, while efforts to restrain regional domination by Russia could even become futile.

Sistema), O coronel John Warden expôs a ao mundo o Conceito dos Cinco Anéis. Neste artigo, ele distribui seu conhecimento acerca dos avanços no campo da guerra, informando que ela evoluíra do ponto onde as questões intangíveis, como moral, eram praticamente inseparáveis das questões físicas, para um ponto onde o físico e o moral poderiam ser aplicados em separados, ainda que dentro de uma mesma lógica estratégica. Ele desenvolve essa ideia afirmando que “O advento do poder aéreo e de armas precisas tornou possível destruir o lado físico do inimigo”, e termina por dizer que os elementos intangíveis não desapareceram, mas sim, puderam passar a ser analisados em categoria separada do aspecto físico (WARDEN, 1995, p. 43. Tradução Livre¹⁰⁴). Esse é o contexto para o planejamento dos Cinco Anéis, que para serem compreendidos, devem ser lidos como círculos, ou esferas, um inserido dentro do outro, sem ponto de intersecção, conforme a figura abaixo:

Figura 2 - Representação Gráfica dos Cinco Anéis de Warden



Fonte: Warden (1995) – Modificada com as traduções do livro de Korybko (2018)

Warden (1995) reconhece a complexidade por trás desta representação, explicando, no entanto, que é a partir dela que sua teoria pode ser explicada de forma inteligível, pois, segundo ele, no âmbito estratégico, os modelos mais simples são os mais eficazes. Dessa forma, o próprio modelo da figura 2 determina o conceito. Como em sua teoria o autor entende que o inimigo é um sistema, todas as partes se conectam, porém, existem algumas minúcias que devem ser compreendidas. Assim, o núcleo seria o cérebro, representado no modelo pela liderança, e cuja função é tão

¹⁰⁴ The advent of airpower and accurate weapons has made it possible to destroy the physical side of the enemy.

importante, que todo o resto, mesmo que “[...] tecnicamente esteja vivo, não pode mais operar em nível estratégico” sem sua presença (WARDEN, 1995, p. 44-45. Tradução Livre¹⁰⁵). Isso significa que qualquer golpe contra as bases do sistema, abalará os anéis seguintes, bem como, quanto mais próximo ao núcleo for o ataque, tão mais intenso será. Apesar de, nas guerras não convencionais, os ataques ocorrerem em todos os anéis, o foco é, geralmente, nos três centrais (população, infraestrutura e bases do sistema). Neste caso, podem ocorrer, por óbvio, alguns impasses, mas no caso do ataque for diretamente planejado contra as forças armadas em campo, ou contra a liderança, muito dificilmente se obterá êxito, pois os praticantes do ataque correm sérios riscos de serem de pronto descobertos, visto que os alvos desses anéis são bastante bandeirosos (KORYBKO, 2018, p. 27-28).

A mesma teoria é aplicada no caso das revoluções coloridas, porém, os cinco anéis são renomeados, pois os alvos são outros, e se dividem em dois grupos: sociedade e indivíduo, sendo essa perspectiva uma proposta de Korybko (2018), fundamentada na tese de Warden (1995). Desse modo, com base no mesmo modelo gráfico da figura 2, os cinco anéis das revoluções coloridas, no grupo da sociedade, são, do externo para o núcleo: população, mídia, elite nacional, forças armadas/polícia e liderança. Já no caso do grupo-alvo “indivíduo”, também do externo para o centro, os anéis são os seguintes: país, religião, vizinhança, trabalho e família. Quanto ao primeiro grupo, a população exercerá papel de destaque, e agirá para atingir o núcleo e, neste caso, os outros anéis funcionam como forças de suporte, o que pode ocorrer, por exemplo, com a elite utilizando a mídia para influenciar a população, ou, com as forças armadas entrando em cena para dispersar a oposição, configurando-se, neste caso, a passagem para uma guerra não convencional, que pode se dar em variados graus de intensidade. No segundo grupo, as bases são as mesmas, mantendo ênfase, no entanto, na “[...] campanha de informação psicológica”, visando agrupar o maior número possível de indivíduos para uma mesma causa (KORYBKO, 2018, p. 28-30).

Visto isso, adentra-se agora na abordagem indireta e o *loop* OODA. Todos os estudos acerca da abordagem indireta fundamentam-se na obra de Liddell Hart “*The Strategy Of Indirect Approach*” (A Estratégia da Abordagem Indireta). De fato, o autor teoriza profundamente o tema, deixando pouco a ser acrescentado, pois sua

¹⁰⁵ The brain provides the leadership and direction to the body as a whole and to all its parts. It, and it alone, is absolutely essential in the sense that there can be no substitute for it and without it the body, even though technically alive, is no longer operating at a strategic level.

abordagem histórica é extensa, iniciando com as guerras gregas, passando pela idade média, e finalizando em Hitler. O que ocorre, na verdade, são (re)contextualizações, pois o período aprofundado mais recente é o da primeira guerra; pouco se fala sobre a segunda. Mas o que há de mais relevante para o contexto da guerra híbrida, é o extenso tratamento que Hart (1954) dá para as questões estratégicas, ao analisar ao longo do texto as características que têm a esfera psicológica e a esfera física no âmbito dos conflitos. Ele afirma que “A predominância do psicológico sobre o físico, e sua maior constância, apontam para a conclusão de que o fundamento de qualquer teoria da guerra deve ser o mais amplo possível” (HART, 1954, p. 4. Tradução Livre¹⁰⁶).

O que Hart quer dizer, no contexto de sua obra, é que uma abordagem indireta causa um efeito psicológico que destrutura as bases físicas do alvo atacado, pois ele terá poucas opções de preparar qualquer defesa. Ele demonstra claramente como funciona na prática este tipo de abordagem nos mais diversos períodos históricos, porém, aqui não será possível trazer os exemplos, pois ao averiguar o texto, nota-se ser impossível compreender a aplicação da abordagem indireta apenas por meio de breves citações, ou seja, seria necessário explorar todo um período, que poderia ser o da Revolução Francesa, por exemplo, mas isso tornaria o trabalho muito mais extenso. Assim, resta deixar claro que, para Hart (1954), frente a abordagem direta, seja em seu ataque aos fatores intangíveis ou físicos, a abordagem indireta é absolutamente mais eficaz. Sobre isso, o autor resume:

Comecei a perceber que a abordagem indireta tinha uma aplicação muito mais ampla — que era uma lei da vida em todas as esferas: uma verdade da filosofia. Seu cumprimento era visto como a chave para a realização prática de lidar com qualquer problema em que o fator humano predomine, e um conflito de vontades tende a surgir de uma preocupação subjacente de interesses. Em todos esses casos, o ataque direto de novas ideias provoca uma resistência obstinada, intensificando assim a dificuldade de produzir uma mudança de perspectiva. Esta ideia da abordagem indireta está intimamente relacionada a todos os problemas da influência da mente sobre a mente - o fator mais influente na história humana (HART, 1954, p. IX-X)

Nesse contexto, entende-se que as revoluções coloridas são, por si só, uma abordagem indireta, pois elas não enfrentam diretamente as forças do Estado, mas sim, atacam os cinco anéis, de forma planejada, o que as torna imprevisíveis. O fator imprevisibilidade está diretamente ligado ao Ciclo OODA, este desenvolvido por John

¹⁰⁶ The predominance of the psychological over the physical, and its greater constancy, point to the conclusion that the foundation of any theory of war should be as broad as possible.

Boyd, cuja ideia está pautada em dois principais aspectos, conectados entre si, sendo que o primeiro, denominado tomada de decisão, resulta do segundo, chamado comportamento racional, do qual se ramificam 4 fases: Observação, Orientação, Decisão e Ação (OODA). Segundo BURMANN (2014, p. 25), “[...] o Ciclo OOAD sintetiza o processo cognitivo humano e o relaciona à competição pela sobrevivência”, isto significa que, na conjuntura da guerra híbrida, tanto seus aplicadores, quanto seus alvos aplicam instintivamente cada uma dessas fases, onde aqueles tentarão desestabilizar os destes. Korybko (2018, p. 31) explica que, nesse processo, o fator imprevisibilidade presente na abordagem indireta, visa “[...] driblar o *loop* OOAD do alvo, [...] debilitando assim sua capacidade de tomar decisões certas e de agir de maneira mais apropriada”. Fica estabelecido, por tanto, que os dois momentos possíveis da guerra híbrida se aproveitam também do Ciclo OODA.

O quarto tema selecionado é a Teoria do Caos, que pode ser rapidamente descrita, já que mantém relação com o quinto momento. Ocorre que, o caos abordado no contexto da guerra híbrida, ou em qualquer contexto de estratégia geopolítica, não corresponde com o entendimento popular, pois em termos bastante genéricos, comumente associa-se caos à mera desordem, cuja aleatoriedade lhe seria inerente. Para Mann (1992, p. 59. Tradução livre¹⁰⁷), “[...] a teoria do caos apresenta a possibilidade de que o que acreditamos ser aleatório nem sempre pode ser verdadeiramente aleatório”, isto quer dizer, que se visualiza ordem no caos. O autor aponta que existem implicações em dois níveis na teoria do caos em relação à guerra, sendo um o tangível (inovações tecnológicas) e o outro o nível teórico, este voltado ao pensamento estratégico. Ao longo do tempo, alguns autores buscaram teorizar sobre a existência de padrões que influenciam a geopolítica, a exemplo dos ciclos de Kondratieff referidos em tópico anterior, e a ferramenta que poderia tornar estes padrões em um modelo preditivo, é, segundo Mann (1992, p. 59-60. Tradução Livre¹⁰⁸), a teoria do caos cujo princípio central é o “[...] atributo de universalidade – o princípio de que diferentes sistemas não lineares têm estruturas inerentemente idênticas”.

A situação caótica seria, na verdade, apenas a perspectiva daquele que não

¹⁰⁷ Cryptology is an especially tantalizing case, since chaos theory poses the possibility that what we believe to be random may not always be truly random.

¹⁰⁸ This attribute of universality-the principle that different nonlinear systems have inherently identical structures-is a central principle of chaos theory.

compreende o que se sucede, visto que se encontra em uma situação desconhecida, nova ou mesmo imprevista. Assim, explicam Korybko e Haddad (2016, p. 26. Tradução livre¹⁰⁹) que, na prática, baseando-se em Mann, “[...] é evidente que todos os sistemas do mundo têm algum tipo de ordem e padrões internos, mesmo que sejam inerentemente ‘desordenados’ (difícil para os observadores entenderem) por natureza”. Como forma de evitar a instauração de uma situação de caos, é preciso que se compreenda o funcionamento desse sistema, pois assim, será mais provável evitar interrupções que alterem a ordem das coisas. Dessa forma,

[...] o caos é essencialmente a percepção que os atores têm de sistemas complexos que eles não entendem [...]. Além disso, uma vez que um sistema começa a sofrer mudanças desencadeadas externamente, torna-se difícil prever todos os outros fatores que podem estar envolvidos também, instigando assim um estado de coisas tradicionalmente “caótico” digno dessa descrição (KORYBK0; HADDAD, 2016, p. 26. Tradução Livre¹¹⁰)

Depreende-se, portanto, que a teoria do caos possui papel indispensável na desestabilização das sociedades periféricas, visto serem elas – ou estarem inseridas, em um sistema de mutabilidade constante, sendo um dos fatores que contribuem para inserção estratégica do próprio caos. Korybko (2018) faz uma analogia interessante, onde a ideologia, no contexto do caos, seria como um vírus deliberadamente incorporado na estrutura social de um Estado alvo, para, a partir daí, espalhar-se, gerando instabilidades por seu teor de imprevisibilidade, afetando diretamente o loop OODA. O caos então, seria, de certa forma, “controlado”, ou melhor, “administrado”, sendo vetor do vírus ideológico produtor de desestabilização de alguns dos cinco anéis. Grosso modo, de acordo com Korybko (2018, p. 33), a guerra híbrida pode ser entendida como sendo, em si mesma, o “caos administrado”, o que encaminha o sentido de sua aplicação para o quinto elemento selecionado: a dominação de espectro total.

Também chamado de “espectro da total dominação”, este conceito aparece pela primeira vez em documentos oficiais do pentágono, fato que, por si só, inclui os EUA como produtor, e não alvo dos novos métodos de guerra. Lançado em 2016 por Luiz Alberto Moniz Bandeira, o livro “A Desordem Mundial: O Espectro da Total

¹⁰⁹ it’s evident that all systems in the world have some sort of order and internal patterns, even if these are inherently ‘disorderly’ (difficult for observers to understand) by nature.

¹¹⁰ [...] since chaos is essentially the perception that actors have to complex systems that they don’t understand. Additionally, once a system begins undergoing externally triggered change, it becomes difficult to predict all of the other factors that might get involved as well, there by instigating a more traditionally “chaotic” state of affairs worthy of that description.

Dominação”, traz, ao longo de suas mais de seiscentas páginas, uma profunda análise sobre a desordem mundial, causada, principalmente, pelas políticas internacionais estadunidenses. Desta obra, serão destacadas as posições mais objetivas do autor relacionadas ao contexto desta dissertação. Sua obra não se resume a acontecimentos históricos, o autor vai além disso, trazendo vários dados oficiais obtido a partir de minuciosas pesquisas. Também será esta obra que dará condições para prosseguir com os tópicos posteriores deste capítulo, pois ela abrange grande parte das atuações imperialistas contemporâneas.

O termo “Espectro da Total Dominação” – em seu original “*Full Spectrum Dominance*” – surge pela primeira vez em um documento oficial do departamento de defesa estadunidense (U.S DoD), intitulado “*Joint Vision 2020. America’s Military – Preparing for Tomorrow*” (Visão Conjunta 2020. Militares da América – Preparando-se para o Amanhã), que pode ser acessado na 25ª edição da revista “*Joint Force Quarterly*”, que é gerenciada pela imprensa da Universidade de Defesa Nacional¹¹¹. Este documento é claro em seu objetivo: informar as pautas dos EUA perante o mundo no século XXI, e a nível internacional, visto que no quesito número 12 desse documento, encontra-se “Aprovado para lançamento público; distribuição ilimitada”¹¹², o que é bastante estranho, pois este tipo de informação estratégica, não costuma ser liberada antes do prazo de sigilo, prazo este, inexistente no documento.

Isso leva a crer que o documento foi pensado, desde o momento inicial, para se tornar internacionalmente público, por qualquer motivo incógnito que seja. Fato é, que o documento foi liberado, trazendo explicitamente como objetivo para o século XXI, “[...] alcançar o domínio de espectro total: [ser] Persuasivo na paz, Decisivo na guerra, Preeminente em qualquer forma de conflito” (EUA, 2000, p. 58. Tradução Livre¹¹³). Dessa forma, o próprio relatório afirma que visa descrever “os conceitos operacionais necessários” para encarar os obstáculos futuros, explicando que, apesar de anunciar o ano de 2020 como termo final em seu título, ele não serve como uma “estimativa definitiva ou prazo” (EUA, 2000, p. 58. Tradução Livre¹¹⁴⁻¹¹⁵).

¹¹¹ Sítio da Universidade de Defesa Nacional: <https://ndupress.ndu.edu/jfq/>. O artigo completo pode ser acessado nas referências deste relatório.

¹¹² Approved for public release; distribution unlimited

¹¹³ Dedicated individuals and innovative organizations transforming the joint force for the 21st century to achieve full spectrum dominance: Persuasive in peace Decisive in war Preeminent in any form of conflict

¹¹⁴ This document describes the operational concepts necessary to do so.

¹¹⁵ This vision is centered on the joint force in 2020. The date defines a general analytical focus rather than serving as a definitive estimate or deadline.

Tais conceitos operacionais, expõe Korybko (2018, p. 38), englobam o domínio de todas as esferas, como, por exemplo, as forças armadas, a geopolítica, a retórica dos direitos humanos e a comunicação. Em 2005, por exemplo, Bush viajou a Tbilisi e, tal como Biden faria em 2009, apoiou as revoluções coloridas. Quem traz a informação é Engdahl, segundo o qual, na ocasião da viagem de Bush, várias acusações foram feitas sobre violações de direitos humanos naquela região, e “[...] foram calculadas para estimular a chama de novas desestabilizações de regime em toda a Eurásia” (ENGDAHL, 2009, p. 54. Tradução Livre¹¹⁶). É possível, para finalizar este tópico, unir vários contornos do que se dissertou até agora, partindo de uma passagem da obra de Engdahl (2009) que se conecta com o que diz Moniz (2018) sobre o domínio que os EUA intentam exercer sobre o resto do mundo. Conforme Engdahl (2009),

Para alcançar o Domínio do Espectro Total, Washington precisava não só dos recursos das suas Revoluções Coloridas em toda a Europa Central para cercar a Rússia. O Pentágono também precisava de esticar a corda à volta do colosso económico emergente na Ásia, a China. Nesse país, era necessária uma abordagem diferente, dada a extrema dependência financeira dos EUA em relação à China, os seus laços económicos e investimentos. Uma forma de ‘direitos humanos’ como arma da política externa dos EUA estava a desempenhar o papel central, a fim de controlar a China (ENGDAHL, 2009, p. 67. Tradução Livre¹¹⁷)

Não é nenhuma novidade o fato de os EUA inverterem as lógicas em seu favor, utilizando a propaganda como forma de criar consentimentos, ou, como chama Korybko (2018, p. 45), uma propaganda que constitui a “fabricação de consensos”, onde a população é alvo, seja “[...] uma demografia específica, ou uma sociedade como um todo”. Ocorre que, na perspectiva de um mundo multipolar contemporâneo, as táticas e estratégias de outrora, ainda que bastante utilizadas, são insuficientes e cada vez mais previsíveis no enfrentamento dos EUA às forças Eurasiáticas, como, por exemplo, Rússia e China. Nestes contornos é que a guerra híbrida, como novo método de guerra indireta, veio a tomar a frente da geopolítica estadunidense, pois, conforme evidenciado, a política externa dos EUA no âmbito dos conflitos, direciona-

¹¹⁶ Bush’s remarks were calculated to fan the flame of further regime destabilizations across Eurasia where the National Endowment for Democracy (NED) and its related NGO’s were now coordinating accusations of ‘human rights’ violations across the region.

¹¹⁷ To achieve its Full Spectrum Dominance, Washington needed not only the resources of its Color Revolutions across Central Europe to encircle Russia. The Pentagon also needed to draw the rope tight around the emerging economic colossus of Asia, namely China. There, a different approach was required, given the extreme US financial dependence on China and its economic ties and investments there. For control of China, a form of ‘human rights’ as a weapon of US foreign policy was to play the central role.

se cada vez mais de forma discreta, penetrando sorrateiramente os territórios-alvo por meio de procuração, o que será abordado no próximo tópico.

A desestabilização se dá pela administração do caos, o que gera incessantes conflitos que não encontram seu fim no horizonte, a exemplo dos embates entre Israel, este apoiado pelos EUA, e Palestina, que enfrenta, no momento em que se escreve estas linhas (maio de 2021), bombardeios de alto vulto¹¹⁸, sem qualquer posição contundente do Conselho de Segurança da ONU¹¹⁹. Moniz (2018, p. 507) já tratava a situação da Palestina como uma guerra perpétua, lembrando que “o Ocidente fechava os olhos”. Observa-se, dessa forma, que a própria estrutura das guerras híbridas faz com que as sociedades-alvo sejam as periféricas que, por manterem esta condição, possuem menos recursos para resistirem, ou mesmo, por serem dependentes do centro capitalista, não podem confrontá-los. Finalmente, a manipulação dos EUA é manifesta, pois eles “jamais cuidaram de poupar civis” (MONIZ, 2018, p. 486), e todas suas falácias não podem mais ser toleradas, devem, ao contrário, ser enfrentadas. Não se pode permitir cair em sofismas, muitos deles criados em meados do século passado, no contexto da guerra fria, para fins de domínio imperialista. Assim, lembra Moniz (2018, p. 26. Grifo no original), que a “Democracia imposta pela força nunca seria democracia, decerto, mas uma ‘*fake democracy*’, para o domínio do capital financeiro e das grandes corporações industriais”. Portanto, ante as exposições, é possível assumir que os EUA continuam produzindo guerras com a bandeira de sua cambaleante democracia, mas de maneira híbrida, o que permite se afastarem cada vez mais da responsabilização pelos danos causados.

2.1 A TEORIA DAS GUERRAS HÍBRIDAS NA PERSPECTIVA IMPERIALISTA E NEOCOLONIALISTA

No tópico anterior, foram trabalhadas as principais noções acerca da guerra híbrida, bem como seus principais aspectos, que possibilitam a desestabilização das

¹¹⁸ Cf. em: <https://www.aljazeera.com/israel-palestine-conflict>.

¹¹⁹ Os novos confrontos entre Israel e Palestina, por serem muito recentes, carecem de informações dos bastidores capazes de permitir uma análise profunda sobre os interesses dos EUA. Algumas notícias apontam que os EUA “bloquearam declaração conjunta na ONU sobre o conflito no Oriente Médio” (O GLOBO, 2021a), outras informam que o atual presidente estadunidense Joe Biden, pediu que “ Hamas pare de lançar foguetes contra Israel” (GP1, 2021). Ainda, segundo o Washington Post, a atual administração dos EUA teria aprovado a venda de US\$ 735 milhões de dólares em armamento, também para Israel (ALEMANY, 2021). Com base nestas informações preliminares, parece que os EUA continuarão a manter apoio à Israel na região.

sociedades-periféricas. Na perspectiva das guerras híbridas, o cerne do aparato imperialista se mantém intacto no que diz respeito ao objetivo, isto é, “Com sua integração no mercado mundial, o desenvolvimento independente das sociedades periféricas é bloqueado e sua estrutura interna é adaptada às necessidades reprodutivas da metrópole” (ZIEMANN; LANZENDORFER, 1977, p. 156). O que dizem Ziemman e Lanzendorfer, pode ser inserido na contemporaneidade, visto que vigora ainda a integração das sociedades periféricas no modelo de produção capitalista, principalmente no que diz respeito à Divisão Internacional do Trabalho.

Claro, não se pode entender o imperialismo contemporâneo como uma superestrutura capitalista com idênticas construções dos séculos XIX e XX, mesmo porque, justamente por tratar-se de uma fase do capitalismo, a mutabilidade também lhe é inerente. As disposições acerca do tema, acredita-se, foram feitas em detalhes no primeiro capítulo, mas o que se procura, é trazer a análise do imperialismo e do neocolonialismo por ele promovido para o contexto desse novo método de guerra indireta representado pela guerra híbrida. Sabe-se que o imperialismo agiu em território africano para que o capitalismo pudesse se livrar dos aparelhos que o mantinham respirando. Era necessário neocolonizar aquela região para amplificar a acumulação e, no cenário do sistema-mundo que se formava, é perceptível que o neocolonialismo não findou com a retirada da influência direta, constituída pela presença territorial das metrópoles na África.

Como o neocolonialismo representa mais que simplesmente uma nova colonização espelhada no colonialismo das Américas, deve-se entender como esse fenômeno opera também como constructo contemporâneo do capitalismo financeiro e, para tanto, surgirão alguns novos aspectos da guerra híbrida reservados para elaboração neste tópico. Ainda, é necessário levar em consideração que os interesses se alternam, sendo a geopolítica do petróleo um exemplo bastante claro disso, pois, além das várias mudanças nas perspectivas de sua aplicação prática, fatores como a abundância e descoberta de novas fontes desse combustível fóssil nos países considerados periféricos, influenciaram e continuam influenciando a tomada de decisões por parte dos EUA. Inicia-se, dessa forma, a análise das guerras híbridas na perspectiva imperialista e neocolonialista.

A que se devem as intervenções externas estadunidenses, ou as operações secretas promovidas por sua conhecida Agência Central de Inteligência, a CIA? Entender tais posicionamentos como simples atos de guerra de contra-ataque não

seria condizente com a realidade dos fatos, ainda mais quando, nitidamente, existe uma “liderança por trás dos panos”, como indica Korybko (2018). Em sua obra “A Linguagem do Império”, Losurdo (2010) já explorava, a partir da análise de alguns verbetes enraizados na “ideologia estadunidense”, como ocorrem certas inversões lógicas para tornar possíveis as investidas contra adversários. O primeiro verbete analisado pelo autor é o terrorismo, cujo uso indiscriminado permeia à algumas décadas o imaginário da sociedade estadunidense, e carrega em sua divulgação um teor que remete às guerras justas. Do que expõe Losurdo (2010), depreende-se que por trás da manipulação léxica, sempre existirá um planejamento oculto que acabará por ser revelado através de um acontecimento.

Um exemplo que ajuda a esclarecer, em partes, os questionamentos acima, pode ser encontrado na tese de Mehta (2005), que trata sobre o conflito entre os líderes da URSS e Iugoslávia, Stalin e Tito, respectivamente, entre os anos de 1948 e 1950. Segundo o autor, em 1950, um dos chefes das operações secretas da CIA, Frank Wisner, promoveu acordos com Vladmir Velebit, que à época era Ministro do Comércio Exterior da Iugoslávia. O alvo da CIA foi escolhido a dedo, pois Velebit, ao que tudo indica, mantinha apreço pela vertente política ocidental, ou seja, ele seria conhecido pelos EUA como um apoiador do sistema capitalista. Pois bem, nesse encontro, Wisner teria feito algumas propostas de apoio à Velebit, como, por exemplo, assessoria nas questões de guerra psicológica, ajuda no fortalecimento de sistemas de comunicação, dentre outras coisas. Após as negociações, a Iugoslávia ofereceu aos EUA um caça soviético, do tipo Mig-15¹²⁰, impedindo que fosse vistoriado pela URSS, justificando que tal aeronave encontrava-se destruída (MEHTA, 2005, p. 2-3).

Surge então a dúvida: Por que dois países com histórico nada amistoso (EUA e Iugoslávia) fechariam acordos de grande porte? Segundo Mehta (2005, p. 3), que afirma ter confirmado essas informações com um ex-agente da CIA – que optou pelo anonimato –, não tardou a surgirem os motivos daqueles acordos. Em 1948, o Escritório de Informação Comunista (Kominform/Cominform¹²¹), sob comando dos soviéticos, expulsou a Iugoslávia, alegando, dentre outros motivos, que o país havia

¹²⁰ Sobre o caça Mig-15 e seu uso em combate com os EUA, Cf. em: <https://br.sputniknews.com/defesa/2019122314926867-adversarios-equivalentes-como-terminou-1-combate-entre-cacas-mig-15-e-f-86-no-conflito-coreano/>

¹²¹ Segundo Groppo (2008, p. 135), “O Cominform, [...] funcionou de 1947 a 1956 como uma estrutura de coordenação de vários partidos comunistas. [...] foi essencialmente um instrumento da política exterior soviética, e situa-se no quadro da nova configuração geopolítica do comunismo que emergiu como resultado da Segunda Guerra Mundial”.

se afastado do pensamento Marxista-Leninista (PEROVIĆ, 2007, p. 32). Esse evento, de acordo com Mehta (2005, p. 3. Tradução Livre¹²²), “[...] posteriormente desenvolveu um objetivo comum iugoslavo-americano, evitando qualquer interferência militar soviética na Iugoslávia, da qual nasceu a cooperação conjunta” entre a CIA e o Ministério de Segurança do Estado da Iugoslávia. Esse acontecimento, além de servir de introdução para o conceito de “*proxy war*”, ou, em português, “guerra por procuração”, fornece resposta para o que foi antes indagado, ou seja, sempre que os EUA intervêm extraterritorialmente – seja por vias diretas, seja no âmbito de assistência técnica, militar ou informativa –, é por algum motivo geopolítico estratégico.

As intervenções, diretas ou indiretas, durante o século XX, principalmente no escopo do pós-segunda guerra, visavam a manutenção da hegemonia, que, vale lembrar, ao menos no âmbito econômico há muito deixou de existir para os EUA. Com um mundo cada vez mais multipolar, no entanto, a retomada da hegemonia deixou evidente um certo desespero por parte dos EUA em suas práticas, onde o imperialismo vem buscando recuperar seu espaço a qualquer custo, mesmo que seja necessário contrariar as determinações dos conselhos criados por eles mesmos, o que será melhor elaborado no tópico seguinte. Por ora, é necessário entender a atuação imperialista por meio da metodologia da guerra híbrida, e como, através dela, é possível falar em um neocolonialismo ainda vigente, lembrando que quando se fala em neocolonialismo contemporâneo, está se querendo dizer que o que existe nas relações centro-periferia, é um verdadeiro domínio neocolonial.

As intervenções imperialistas no século XX ocorreram em larga escala, atingindo também a América Latina, que é um excelente exemplo de como operam tais forças, promovendo golpes por meio de guerras indiretas, o que torna possível traçar um paralelo com a guerra híbrida, visto que muitos de seus teóricos defendem que suas intenções se voltam à troca de regimes. O filósofo mexicano Leopoldo Zea (1971), ao escrever sobre o neocolonialismo na América Latina, afirma que, no embate ideológico entre capitalismo e comunismo no período da guerra fria, muitos nacionalistas, não só latino-americanos, como também de outras regiões chamadas terceiro-mundistas, “[...] se encontraram, sem saber, militando” em favor das causas comunistas. Isso, segundo ele, gerou uma onda de protestos a seus líderes, que foram

¹²² This event subsequently developed a shared Yugoslav-American goal, preventing any Soviet military interference in Yugoslavia, from which the joint CIA-UDB cooperation was born.

chamados “extremistas” e, a partir daí, vieram à tona vários golpes militares para frear as pautas sociais à esquerda. O autor cita a Guatemala (primeiro a sofrer golpe), as tentativas sem êxito contra Cuba e também o caso do Brasil, cuja pressão externa – comprovadamente dos EUA – levou aos casos do “[...] suicídio de [Getúlio] Vargas, a renúncia de Jânio Quadros e a expulsão de [João] Goulart” (ZEA, 1971, p. 20. Tradução Livre¹²³).

O envolvimento dos EUA é lembrado pelo filósofo mexicano, que diz que onde quer que ocorram políticas contrárias ao imperialismo, surgem golpistas “[...] encorajados por interesses que nos EUA são considerados lesionados por tais reformas” (ZEA, 1971, p. 20-21. Tradução Livre¹²⁴). A partir do texto de Zea, pode-se inferir que o incentivo aos golpes nas periferias do sistema-mundo não são fato novo, mas sim, práticas há tempos existentes que agora estão sendo aplicadas com base nos métodos da guerra híbrida. Visto isso, retoma-se o foco em relação ao imperialismo, buscando, sempre que possível, evidenciar com grifos nos apanhados textuais, os aspectos terminológicos que mantêm conexão com a guerra híbrida, o que tornará possível definir quais os fundamentos do neoliberalismo que permitem situá-lo como fenômeno ainda ativo. Para tanto, será necessário retomar alguns conceitos.

Imperialismo e neocolonialismo, conforme visto no primeiro capítulo, conceitualmente se chocam no século XX, onde este se aprofunda com as práticas daquele. Na verdade, e aqui relembra-se Kwame (1967), por ser o neocolonialismo uma etapa do imperialismo, ao imergir o fenômeno dentro do século XXI, confirma-se a presença de ambos, mas de forma um pouco díspare daquela do século passado. A resolução da terceira “*All African People’s Conference*”¹²⁵, ocorrida no Cairo, em 1961, estabeleceu que

[o] neocolonialismo é a sobrevivência do sistema colonial apesar do reconhecimento formal da independência política em países emergentes que se tornam **vítimas de uma forma indireta e sutil de dominação política, econômica, social, militar ou técnica**, é a maior ameaça aos países africanos que recém-conquistaram sua independência ou aqueles que se aproximam desse status (ALL AFRICAN PEOPLE’S CONFERENCE

¹²³ En Brasil se presiona hasta el suicidio de Vargas, la renuncia de Janio Quadros y la expulsión de Goulart.

¹²⁴ Los golpistas, alentados por los intereses que en los Estado Unidos se consideran lesionados por tales reformas, surgen en cada lugar en que estas reformas son simplemente programadas.

¹²⁵ A reprodução da resolução foi publicada no sítio Pambazuka News. Segundo o próprio sítio (Tradução Livre), “Pambazuka News é o boletim informativo semanal eletrônico pan-africano confiável para a justiça social na África e no Sul global” - Pambazuka News is the authoritative Pan-African electronic weekly newsletter for social justice in Africa and the global South.

STATEMENT, 1961. Sem grifo no original. Tradução Livre¹²⁶)

A mesma resolução determina que o neocolonialismo “[...] se manifesta através da **intervenção econômica e política, da intimidação e da chantagem** para impedir que os Estados africanos direcionem seus programas políticos, sociais e econômicos para a exploração de suas riquezas naturais em benefício de seus povos”, e finaliza citando os países que perpetuam esse assalto, sendo o primeiro citado, os EUA (ALL AFRICAN PEOPLE’S CONFERENCE STATEMENT, 1961. Sem grifo no original. Tradução Livre¹²⁷). Extrai-se do que foi citado, os grifos, para melhor analisá-los. No primeiro destaque, surge uma semelhança bastante clara com a guerra híbrida, visto que, segundo a resolução em questão, a prática neocolonial perpetrada pelos imperialistas (1961), ocorria “[...] de uma forma **indireta e sutil** de dominação política, econômica, social, militar ou técnica”. Como nenhuma dominação é sutil, infere-se que este termo tenha sido empregado no sentido de discrição, ou seja, uma maneira não aparente de domínio, mais ou menos como ocorre na “abordagem indireta” desenvolvida por Hart (1954), e trazida ao conceito da guerra híbrida, mais presente nas revoluções coloridas.

O segundo destaque repete as esferas de domínio do primeiro, mas inclui os termos “**intimidação e chantagem**” como atos empregados. Esses atos também são executados na guerra híbrida, aqui mais voltados para as guerras não convencionais, mesmo na eventualidade de que também sirvam às revoluções coloridas. Ainda a respeito do segundo destaque, no contexto da guerra híbrida, as intimidações e chantagens têm início já na primeira etapa, que pode ocorrer, por exemplo, com grupos indiretos atuando para forçar a renúncia de um Presidente e, caso não resulte em sucesso, parte-se para a guerra não convencional. Até o momento, encontrou-se evidências de que o imperialismo se aproveitou de elementos relativos à guerra híbrida muito antes do conceito ser cunhado, o que ainda é insuficiente para concluir que este novo método é utilizado na contemporaneidade, em sua estrutura plena, para promover o neocolonialismo.

¹²⁶ Considers Neo-colonialism, which is the survival of the colonial system in spite of formal recognition of political independence in emerging countries which become the victims of an indirect and subtle form of domination by political, economic, social, military or technical, is the greatest threat to African Countries that have newly won their independence or those approaching this status.

¹²⁷ Considering that Neo-Colonialism manifests itself through economic and political intervention, intimidation and blackmail in order to prevent African states from directing their political, social and economic programmes towards the exploitation of their natural wealth for the benefit of their peoples. Considers that such countries as the United States, Federal Germany, Israel, Britain, Belgium, Holland, South Africa and France are the perpetrators of Neo-Colonialism.

Sendo assim, deve-se trazer o conceito de neocolonialismo mais próximo do século XXI, e conferir se sua aplicação é ainda válida, o que pode ser feito compreendendo suas formas de manifestação. Caso seja possível concluir que sim, que o neocolonialismo ainda é uma prática vigente, buscar-se maiores evidências de seu elo com a guerra híbrida. O neocolonialismo, conforme já referido, manifesta-se através da dominação, e sua exploração, segundo Badi (1996, p. 64. Tradução Livre¹²⁸), continua “[...] no aspecto econômico, na influência sobre as decisões políticas e no controle da cultura [de um] país”. O autor continua, ao afirmar que “O neocolonialismo **adota novos métodos** e tende a recuperar tudo o que foi perdido durante a descolonização, fingindo oferecer ajuda e cooperação técnica, embora persiga o aumento de seus benefícios próprios” (BADI, 1996, p. 64-65. Sem grifo no original. Tradução Livre¹²⁹). Antes de continuar, vale trazer a questão levantada por Badi (1996), pois ao afirmar que o neocolonialismo adota novos métodos, há nessa sentença algo muito valioso para este tópico, visto que a guerras híbrida é, por si só, um novo método utilizado por um país considerado imperialista. Tal levantamento evidencia que o neocolonialismo se atualiza tecnicamente, o que configura o primeiro indício de que, caso sua vigência seja comprovada, pode muito bem estar se aproveitando do método mais inovador possível de intervenção.

Continuando, Haag (2011, p. 9-10. Tradução Livre¹³⁰) aponta que uma das diferenças do neocolonialismo frente ao colonialismo, “[...] são os mecanismos aplicados para garantir a dependência, [que vão desde] o controle dos preços de bens primários e manufaturados [até] a influência estrangeira na formulação de políticas por meio de suborno da administração local [e] assistência em golpes políticos”. Kwame (1967, p. 40) foi quem trouxe, muito antes, tais observações, mas, para o autor, apesar de o propósito maior do neocolonialismo ser “domínio econômico”, ele se manifesta, ainda, sob outras tantas formas, utilizando “[...] os velhos métodos colonialistas da infiltração religiosa, educacional e cultural”. Não obstante os autores acima referidos estejam trabalhando o mesmo contexto que antes se abordou, ou seja, o

¹²⁸ Se continua su explotación em el aspecto económico, la influencia sobre sus decisiones políticas y el control de la cultura del país.

¹²⁹ El neocolonialismo adopta nuevos métodos y tiende a recuperar todo lo que ha perdido durante la descolonización, fingiendo ofrecer ayuda y cooperación técnica, mientras persigue el aumento de sus propios beneficios.

¹³⁰ What changes are the mechanisms applied to ensure dependence. [...] the neo-colonial mechanisms can include the control of the prices of primary and manufactured goods by the neocolonial ruler, [...], foreign influence in policy making through bribery of the local administration or instalment of civil servants in high positions, assistance in political coups [...].

neocolonialismo como prática dos grandes imperialistas para manter o domínio sobre suas ex-colônias, é nítido que, conceitualmente, com algumas poucas alterações, vários desses mecanismos estão sendo aproveitados na contemporaneidade. Ainda assim, tentar-se-á comprovar isso de forma definitiva.

Aponta Chávez (2015, p. 88), que o termo neocolonialismo, aos poucos, passou a ser utilizado para “[...] descrever situações de dominação econômica por outras potências”, a exemplo dos EUA. A autora afirma que, para evitar o uso indiscriminado do termo, é necessário buscar um conceito que possa abranger as peculiaridades das definições clássicas, somadas a alguns contornos que ficaram de fora. Para chegar a um conceito atualizado, ela parte do prisma clássico, afirmando ser o neocolonialismo “uma nova forma de colônia”, reforçando a característica de controle indireto, onde a presença física do neocolonizador não se faz necessária, e ainda aborda a perspectiva de Badi (1996) sobre a existência de “outros métodos” para manutenção da dependência. A partir de então, a autora comenta questões que serão importantes para que se possa aqui prosseguir; ela indica que “[...] uma das maneiras indiretas de influência mais mencionadas é que o país dominante apoie e mantenha acordos com as elites que têm poder político nos países dominados” (CHÁVEZ, 2015, p. 88. Tradução livre¹³¹).

Os apontamentos de Chávez (2015) vão ao encontro das características da guerra híbrida como método. Por exemplo, as elites – tidas pela autora (Chávez) como uma das maneiras indiretas de influência – fazem parte dos cinco anéis da sociedade elencados por Korybko (2018), sobre as quais, o autor comenta: “A elite é o terceiro anel mais profundo porque tem o poder de influenciar a mídia e a população” (KORYBKO, 2018, p. 29). A elite nacional, no entanto, não representa por si só uma influência capaz de alterar os quadros do fluxo positivo de uma sociedade; ela age em diversos setores, sendo também afetada por eles, pois são cooptadas ideologicamente pelo sistema, que as faz acreditar – por meio de aparatos que logo mais serão explicados – fazer parte da construção de um mundo justo. Para isso, no entanto, a elite deve, conforme comentado, ser enganada, quase como em uma lavagem cerebral, para aceitar como único meio viável de progresso, as pautas à direita.

Nesse sentido é que o neocolonialismo se aproveita das esferas indicadas por

¹³¹ Así, una de las maneras indirectas de influencia más mencionadas es que el país dominante apoye y mantenga acuerdos con las élites que tienen el poder político en los países dominados

Kwame (1967), descritas também por Badi (1996), por Haag (2011) e Chávez (2015), sendo possível trabalhar sobre duas delas, que estão interligadas: a educação, ou melhor, o sistema acadêmico como um todo, e a cultura. Nas duas questões, a elite é parte central da equação, conforme pode ser inferido a partir da recente obra de Jessé Souza “A Guerra Contra o Brasil”, de 2020. Souza (2020) exterioriza em um dos tópicos do primeiro capítulo, intitulado “A Fábrica de Consenso: A Elite Funcional do Império”, sua posição sobre o funcionamento do domínio estadunidense no âmbito da educação, especificamente na área científica, chamando essa abordagem indireta de “dominação simbólica”. Partindo da afirmação de Chávez (2015, p. 89. Tradução Livre¹³²) de que “[...] o fenômeno neocolonial está notoriamente incluso no aspecto acadêmico”, é possível determinar, com base em Souza (2020), como funciona este mecanismo.

De acordo com o autor, é incorreta a afirmação de que os EUA promovem seu domínio contemporâneo sob a forma de um “*soft power*” (poder brando), pois sua dominação sobre o outro, podendo ser este um indivíduo, um coletivo ou uma sociedade inteira, é feita em nível profundo, fazendo com que o alvo seja consumido mesmo em espírito, o que compromete até mesmo sua percepção da realidade, interferindo, portanto, em suas ações. Acredita-se que a denominação mais correta dessa “dominação simbólica”, é poder indireto, sendo este o verdadeiro sentido de “brando” para o contexto em questão, isto é, não é um poder atenuado em força, ou em consequências, mas é sua aparência que é mascarada, tênue. Para deixar claro, não se deve confundir este sentido de poder brando, com o sentido de “golpe brando” representado pelas Revoluções Coloridas como um todo, pois nesse caso, a contra parte é a Guerra Não Convencional, então o “golpe brando” descrito por Korybko (2018) é utilizado no contexto da guerra híbrida apenas para diferenciar suas duas vertentes constituintes.

A ciência seria, de acordo com Souza (2020, p. 50), “[...] o nível mais abstrato e de maior prestígio” na esfera da dominação simbólica, sendo fundamental para o funcionamento desse domínio, que abrange todo “sistema educacional internacional”. O resultado disso, é que toda elite inserida neste sistema perceberá “o mundo de acordo com a teoria hegemônica do culturalismo” estadunidense (SOUZA, 2020, p. 51). Se, no contexto da guerra fria, a produção de consentimento se dava a partir da

¹³² el fenómeno neocolonial es notorio incluso en el aspecto académico

propaganda, e outros meios, mais recentemente ele, o consentimento, é produzido por um conjunto estratégico que abrange o sistema educacional mundial. Essa é uma das possíveis manifestações do neocolonialismo, e que pode ser alcançada atingindo a elite, um dos cinco anéis da sociedade. Com base nessas manifestações neocoloniais, é possível demonstrar um caso prático da atuação estadunidense – lembrando que será feito de forma breve, pois as nuances serão inseridas no próximo tópico sobre soberania –, que, não por coincidência, nem mesmo por sincronicidade, diz respeito à Ucrânia, um dos mais notórios casos de guerra híbrida em sua vertente das Revoluções Coloridas.

A Ucrânia, cujo cenário econômico sempre flutuou, viu sua economia declinar vertiginosamente após a Revolução Laranja, em muito devido ao fato de que antes, era da Rússia que o país recebia 35% dos recursos econômicos. Entra em cena, nesse contexto, segundo Moniz (2018, p. 253-268), o FMI, concedendo empréstimo à Ucrânia no ano de 2010, e cancelando o acordo apenas um ano depois, por descumprimento das condicionalidades absurdas impostas pelo Fundo. Para se ter ideia, boa parte das condições seriam irrealizáveis sem cortes nos salários, por exemplo; em suma, a Ucrânia encarava um verdadeiro caos, e a melhoria de vida, propagandeada veementemente quando da Revolução Laranja, não se concretizou. Nesse período (Governo Bush), com forte investimento em organizações na Ucrânia, os EUA já operavam sistematicamente naquele território, apesar de todo histórico russo-ucraniano. Ainda assim, a então líder da Revolução Laranja, Yulia Tymoshenko, perdera as eleições para Viktor Yanukovich, que sempre foi claro sobre sua intenção pacifista com a Rússia, levando a cabo vários acordos entre os países, o que favorecia bastante a Ucrânia, mas ofendia os interesses dos EUA.

Outra vez, surge o FMI com uma proposta bastante similar àquela de 2010, o que significa que seria improvável o cumprimento de seus termos. A conjuntura macro desses eventos era a incessante pressão do centro capitalista ocidental para que a Ucrânia fosse vinculada à União Europeia (UE) e a OTAN, porém, as propostas eram irrisórias, isto é, não eram capazes de sequer contribuir para o pagamento de dívidas menores. Em contrapartida, o outro lado se beneficiaria muito, incluso aí os EUA. Fato é que, caso aderisse ao livre comércio da UE, a Ucrânia deveria, obrigatoriamente, investir imensa quantia de dinheiro com vistas à reestruturar não apenas suas instituições, como também suas políticas e leis, fazendo-as seguir os moldes administrativos europeus (MONIZ, 2018, p. 265-262). Embora a geopolítica em torno

da Ucrânia seja de alta complexidade teórica e prática, o resumo acima esboça claramente como agem os imperialistas, com usos de seus aparatos institucionais, para verdadeiramente neocolonizar regiões estratégicas.

As reestruturações exigidas, fazem parte da “dominação simbólica”, pois, como visto, mesmo mudanças políticas e administrativas internas estão contidas nesses acordos, todos voltados a afastar a sociedade-alvo de antigos parceiros, que representam óbice às sanhas imperialistas. O simbolismo, no entanto, é mais perceptível nas questões culturais e educacionais, pinceladas anteriormente, que são dirigidas pela e para a elite. Ocorre que essas estruturas interagem com uma ampla gama de outras esferas de domínio, influenciando, por exemplo, suas ramificações voltadas à decisão, principalmente o setor judiciário e o político. Junto a isso, aparece a imprensa – anel imediatamente externo ao da elite – que, conforme Souza (2020, p. 51), não cria suas ideias, mas sim “[...] as toma do mercado hegemônico de ideias científicas”. Nesse emaranhamento de dominação, sobra às elites o papel de disseminar teorias hegemônicas ocidentais e, por seu histórico envolvimento com o capital financeiro, porque a ela pertence o monopólio das grandes empresas, pode-se afirmar que não seria possível equacionar o neocolonialismo sem sua presença.

O contexto trabalhado não permite que se faça uma análise das elites em nível generalizado, pois existem as elites que produzem consentimento, e existem as elites locais, que são capturadas para dentro desse sistema de domínio, e representam a direção neocolonial *in loco*. A desenvoltura das elites, em nível mundial e local, na perspectiva imperialista e neocolonialista, pode ser condensada com a seguinte descrição:

Na verdade, o que está em jogo é a reprodução de privilégios de uma pequena elite dos negócios, que controla a riqueza [estadunidense] e cada vez mais a riqueza mundial a partir da subordinação das respectivas elites locais e da associação com elas. A relação é de associação com as outras elites econômicas [...], e de comando e subordinação em relação aos países colonizados como o Brasil [...]. A história da sociedade [estadunidense] moderna, os Estados Unidos que nascem a partir da Guerra Civil de meados do século XIX, é a história da crescente dominação da política nacional e mundial pelo dinheiro e pelo capital industrial e financeiro americano. [...] seu verdadeiro inimigo é o povo, especialmente as classes populares dentro e fora do país (SOUZA, 2020, p. 52)

A maneira como a cultura estadunidense é incutida nas sociedades periféricas segue o mesmo padrão do sistema educacional elitista, embora grande parte das características culturais derivem também do modo como se produz a educação. No âmbito cultural, no entanto, a participação maior fica a cargo dos meios de

comunicação, que “[...] atuam como uma ferramenta fundamental para fomentar o fenômeno neocolonial” (CHÁVEZ, 2015, p. 89. Tradução Livre¹³³). Portanto, junto aos aspectos mais incisivos, surgem também sutis e constantes manifestações do neocolonialismo, até que, em determinado momento, suas formas tornam-se tão aparentes, que, para muitos, dificilmente será possível detectar a realidade plena na qual estão inseridos. É um processo de assimilação cultural lento, que vem ocorrendo há décadas, acabando por desaguar, com o passar do tempo, em situações de fácil percepção para os não afetados. Pode-se talvez, falar mesmo em um fenômeno próximo à “transculturização”, proveniente de um intercâmbio cultural, mas que geralmente faz as características de uma cultura prevalecer sobre outra. Este processo pode ser entendido

[...] como um processo profundo e abrangente em ação em todos os aspectos da vida social, todos os quais se tornam “fusões” de diversos horizontes culturais que estão em contato em um determinado momento histórico. Este processo [...] bem poderia servir de modelo para toda a experiência hemisférica das Américas (CÔTÉ, 2010 p. 123).

Demonstra-se isso com um caso recente, que muito bem pode ser inserido no contexto da guerra híbrida, pois os eventos ocorreram próximos à China. No dia 8 de setembro de 2019, ocorreram diversos protestos em Hong Kong – que é um território autônomo¹³⁴ –, onde os manifestantes faziam diversas reivindicações humanitárias, devido a um “[...] projeto de lei que permitiria a extradição de suspeitos de crimes para a China continental sob certas circunstâncias” (BBC NEWS, 2019). Segundo a jornalista Liy (2019), em reportagem publicada no jornal eletrônico El País Internacional, “Hong Kong se abraçou à bandeira dos EUA, [...] com uma marcha de dezenas de milhares de pessoas envoltas na bandeira das estrelas e listras ao Consulado dos EUA [...], cantando o hino desse país”. Hong Kong está geograficamente posicionado ao sul da China, sendo considerado, portanto, um país asiático. Apesar de terem figurado como território britânico desde 1842 até 1997, causa estranheza tamanha subserviência aos EUA. A própria China manifestou oficialmente, segundo a mesma reportagem de Liy (2019), que não acreditava serem protestos espontâneos; ao contrário, tais atos contariam “[...] com o respaldo e o

¹³³ estos actúan como una herramienta fundamental para fomentar el fenómeno neocolonial.

¹³⁴ Ao término da Guerra do Ópio, mais especificamente em 1842, Hong Kong foi cedida ao Reino Unido pela China, sendo “devolvido” e reintegrado ao território Chinês em 1997. Porém, Hong Kong mantém status de território autônomo devido uma lei (Lei Básica), que expira em 2047. Cf. em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50457821>.

financiamento de potências estrangeiras – Estados Unidos, principalmente – diretamente ou através de ONGs e outras instituições”.

O caso acima narrado explicita a manifestação neocolonial em seu sentido cultural. Não é um evento aleatório, mas sim relacionado a um Estado que historicamente personifica, para os EUA, o mal perante o mundo. Não é possível crer em um fato circunstancial, ocorrido naturalmente, pois o que o caracteriza de forma impactante, é justamente seu lado vestido com o manto imperialista estadunidense. Enquanto manifestantes como Jenny Lee afirmavam que a bandeira dos EUA significava um ato simbólico a favor da “democracia e liberdade”, na perspectiva da China, tais situações evidenciavam uma “[...] campanha [estadunidense] para orquestrar protestos” (MYERS, 2019). Em outra nota, a China comparou a invasão ao Capitólio neste ano de 2021, em defesa de Trump, aos eventos ocorridos em Hong Kong, afirmando ainda que, apesar de bastante violentos, nenhuma morte foi computada, ao contrário do que se viu em Washington (GOPALAKRISHNAN; CROSSLEY, 2021). Mas ainda assim, corriqueiramente, eventos semelhantes aos de Hong Kong levam grande parte dos envolvidos a entenderem que a democracia deve ser internacionalizada desde os EUA para o resto do mundo, não havendo qualquer discussão acerca da fragilidade da democracia estadunidense.

A resistência de outros povos em assimilar a cultura ocidental sempre esteve em pauta nas questões geoestratégicas dos EUA. Em seu livro “*The Clash of Civilizations*” (O Choque das Civilizações), Huntington (1996) afirma taxativamente o empecilho que isso representa, ao afirmar que:

A cultura ocidental é desafiada por grupos dentro das sociedades ocidentais. Um desses desafios vem de imigrantes de outras civilizações que rejeitam a assimilação e continuam a aderir e a propagar os valores, costumes e culturas de suas sociedades de origem [...]. Se a assimilação falhar neste caso, os Estados Unidos se tornarão um país dividido, com todos os potenciais de conflito interno e desunião que isso acarreta (HUNTINGTON, 1996, p. 305. Tradução Livre¹³⁵)

O autor considera que, junto a outros fatores, “A saúde futura do Ocidente e sua influência sobre outras sociedades depende em considerável medida de seu sucesso em lidar com essas tendências” (HUNTINGTON, 1996, p. 305. Tradução

¹³⁵ Western culture is challenged by groups within Western societies. One such challenge comes from immigrants from other civilizations who reject assimilation and continue to adhere to and to propagate the values, customs, and cultures of their home societies [...]. If assimilation fails in this case, the United States will become a cleft country, with all the potentials for internal strife and disunion that entails.

Livre¹³⁶), o que indica que essa manifestação neocolonial não era secundária aos interesses dos EUA, mas tão importante quanto as questões econômicas, por exemplo. Mas a assimilação cultural estadunidense é perceptível em níveis variados no globo, sendo muito menos penetrável em culturas milenares, como as da China, ou em culturas cujo histórico os afasta politicamente do Ocidente de forma combativa, como na Rússia. Por este motivo, seria impensável há algum tempo, cogitar que regiões como as referidas aderissem ao modo de vida ocidental. Como então influenciar aquelas sociedades, a ponto de as fazer aderir à cultura estadunidense?

A essa pergunta, os EUA devem ter se debruçado ininterruptamente em busca de soluções, sendo que, a melhor resposta poderia ser encontrada por meio de estratégias. Adentrar naqueles territórios de maneira tradicional não era o caso, visto ser indiscutível o risco de uma guerra, que poderia evoluir para a categoria nuclear, então, nesse sentido, restava encontrar um novo método de guerra indireta, o que acabou por resultar na condição metodológica híbrida. Com base no exposto até aqui, deve-se atentar para um fato histórico: qualquer que seja o método empregado, seja ele por vias militares diretas, ou por propagandas de manipulação em massa, o nome que se dá a interferência externa de um país sobre outro território, que resulte, intencionalmente ou não, em acumulação capitalista, ou ainda, se dessa interferência surgirem alterações morais capazes de desvirtuar a visão de uma sociedade sobre ela mesma em favor do interventor, a isso, e aqui se afirma decisivamente, chama-se NEOCOLONIALISMO, por vias imperialistas.

Dessa forma, com o avanço da globalização e a ascensão de novos atores internacionais não ocidentais, os hemisférios todos também se abrem, e passam a aceitar as novas formas de produção – porque é inevitável –, o que enseja prejuízo aos imperialistas, que buscam então atualizar seus métodos de intervenção, com vistas à angariar aliados contra esse novo universo como um todo. Resulta dessas alianças a construção da dependência, para os aliados cooptados, e a manutenção dela, para àqueles que ainda não encontraram saída. É necessário agora uma intromissão cautelosa, mas não menos invasiva. A teoria dos Cinco Anéis permanece, nesse contexto, como uma das possíveis camadas nas quais o neocolonialismo se deita e afaga suas memórias do passado, fornecendo amplas margens conjunturais para as planificações corrosivas do imperialismo.

¹³⁶ The future health of the West and its influence on other societies depends in considerable measure on its success in coping with those trends.

No âmbito da cooptação de aliados dentro dos territórios-alvo, que passa também pela busca por civis já assimilados aos ideais estadunidenses, acabou sendo divulgado um documento oficial, segundo Korybko (2018, p. 81) por um informante, que detalha de forma genérica, como devem agir os EUA no caso de uma guerra não convencional, que, vale lembrar, “[...] é a continuação de um conflito já existente na sociedade, e [sua função] é ajudar um movimento contra o governo atuando dentro desse conflito [revolução colorida] a derrubar as autoridades” (KORYBKO, 2018, p. 71). O autor informa ainda, que o documento explica que esta etapa da guerra híbrida, a guerra não convencional, se bifurca, formando duas vertentes: “[...] uma em que os EUA esperam a hora certa para intervir oficialmente (‘cenário de guerra geral’) e outra em que isso é improvável (‘cenário de guerra limitada’)” (KORYBKO, 2018, p. 81-82).

O documento citado por Korybko ganhou publicidade, podendo ser facilmente encontrado, e agora será utilizado para breve análise dentro do contexto deste tópico. Intitulado “TC 18-1: *Special Forces Unconventional Warfare* [UW]” (Guerra Não Convencional das Forças Especiais), o documento é datado de 2010, e traz algumas interessantes disposições, chamando atenção já em seu informe inicial, que relata:

O Comandante, Comando de Operações Especiais dos Estados Unidos (USSOCOM), define [as guerras não convencionais] como atividades conduzidas para permitir um movimento de resistência ou insurgência coagir, interromper ou derrubar um governo ou poder de ocupação operando através ou com uma força subterrânea, auxiliar e guerrilheira em uma área negada (DEPARTMENT OF THE ARMY, 2010, p. 1. Tradução Livre¹³⁷)

Em seguida, o documento introduz os principais tópicos referentes ao tema, onde, além de explicar os motivos da mudança em seus métodos – maior foco na guerra limitada frente a uma guerra geral – descreve, por exemplo, que “A intenção dos esforços da UW dos EUA é explorar as vulnerabilidades políticas, militares, econômicas e psicológicas de uma potência hostil, desenvolvendo e sustentando forças de resistência para cumprir os objetivos estratégicos dos EUA” (DEPARTMENT OF THE ARMY, 2010, p. 1. Tradução Livre¹³⁸). Ao longo de suas 97 páginas, também são expostos vários modelos gráficos para traduzir com clareza todos os pormenores da guerra não convencional. Enfim, é basicamente uma bula sobre táticas contidas dentro da teoria da guerra híbrida, com noções de aplicabilidade inclusive na esfera

¹³⁷ The Commander, United States Special Operations Command (USSOCOM), defines UW as activities conducted to enable a resistance movement or insurgency to coerce, disrupt, or overthrow a government or occupying power by operating through or with an underground, auxiliary, and guerrilla force in a denied area

¹³⁸ The intent of U.S. UW efforts is to exploit a hostile power’s political, military, economic, and psychological vulnerabilities by developing and sustaining resistance forces to accomplish U.S. strategic objectives.

psicológica, neste caso voltado a “Fornecer treinamento e assessoria a líderes e unidades insurgentes no desenvolvimento, organização e emprego de recursos de informação de resistência” (DEPARTMENT OF THE ARMY, 2010, p. 10. Tradução Livre¹³⁹).

No âmbito político, a manifestação do neocolonialismo é bastante evidente, e faz parte da estratégia ocidental, sob comando dos EUA, para desestruturar os Estados eurasiáticos periféricos. Segundo Ortega (2009, p. 18), os presidentes que tomaram posse após as Revoluções Coloridas, em particular na Ucrânia e Geórgia, “[...] declararam abertamente, durante suas campanhas eleitorais, a intenção de se aproximar do Ocidente e de se afastar da influência russa”, o que confirma a participação dos poderes locais nos golpes neocoloniais. Comparando com o neocolonialismo clássico, mais especificamente aquele ocorrido na África, a semelhança também é perceptível, visto que a elite na África, representada pelas repúblicas africanas, não pensavam duas vezes antes de submeterem suas políticas aos interesses da metrópole, mesmo que a contragosto, pois era o caminho mais favorável a eles no que diz respeito aos ganhos financeiros.

De forma mais clara, quando surgiam guerras entre o poder local e a metrópole, ao fim e ao cabo, os mais afetados eram os autóctones, pois os africanos, ao abrirem mão de certos privilégios para não serem destruídos pelos ingleses, por exemplo, ainda assim mantinham posição privilegiada perante os africanos nativos, como se expôs ainda no primeiro capítulo com o exemplo do controle de salários nas minas. Assim também ocorre nas relações entre os EUA e suas neocolônias, porque ganham os imperialistas e os capitalistas locais, mas perdem todo o resto da população, como visto no caso da Ucrânia. Todos os casos que estão aqui a serem trabalhados, implicam na desestruturação de praticamente todas as esferas sociais, porém, está se reservando espaço apenas no que se refere à utilização das guerras híbridas pelo imperialismo, cujo objetivo é a manutenção e ampliação de seus espaços neocoloniais.

No final das contas, a observação de Mann (1992) sobre o mundo ser naturalmente caótico, devido a multiplicidade de atores políticos com objetivos diferentes, e baseados em questões morais também diferentes, leva a crer que as políticas estadunidenses tendem a perpetuar o caos, administrando-o à sua maneira.

¹³⁹ Provide training and advisory assistance to insurgent leaders and units on the development, organization, and employment of resistance information capabilities.

Por isso, de acordo com Andrade (2016, p. 3. Tradução Livre¹⁴⁰) o caos deve ser analisado “[...] como um estado anterior a qualquer conceito, seja de ordem ou desordem”, pois o caos, assimila-se antes a uma ruptura na ordem, o que o torna uma não-ordem, permitindo assim, que seja controlado. Andrade (2016, p.3. Tradução livre¹⁴¹) esclarece este ponto ao afirmar que “A ordem é de alguma forma produzida a partir do caos; o exemplo seriam várias dúzias de ovos misturados com vigoroso entusiasmo no liquidificador. Em outras palavras, ‘caos’ é necessariamente uma fonte de ordem”.

Dessa analogia proposta por Andrade (2016), é possível afirmar que, se da ordem o caos se produz, a partir dele uma nova ordem pode ser estabelecida, ou seja, a guerra híbrida serviria ao imperialismo, na medida em que a partir dela, o caos pode ser estabelecido em regiões estratégicas, para depois, caso se obtenha sucesso – seja por sua vertente da revolução colorida ou de guerra não convencional – a ordem seja, ao menos aparentemente, reestabelecida. O que não perceberá a maioria das sociedades, é que o reestabelecimento da ordem é uma falácia, pois após o caos, não se retorna ao aspecto de normalidade anterior, mas sim a uma nova ordem estabelecida. O novo não deve ser entendido como o reestabelecimento de um momento anterior, pois neste cenário que nasce do caos, nada é como antes: o líder não é mais o mesmo (agora ele tem outros aliados, aos quais se sujeita), a economia está em frangalhos (em decorrência da falta de planejamento interno) e, nem mesmo a população consegue se relacionar. Então, o que sobra desta nova ordem, nada mais é que o embrião de um novo momento caótico, favorável apenas ao neocolonizador, que foi o próprio criador deste espetáculo elíptico.

Nesse contexto, surgirão para estender as mãos, todas as instituições imperialistas, que fincarão definitivamente suas garras no território recém neocolonizado. E demorará tanto tempo para que o alvo tome conta da situação em que embarcou, que dificilmente conseguirá retomar alianças antigas, principalmente porque, caso tente esta manobra, logo será confrontado com as condicionalidades aceitas nos pactos com os imperialistas, agora seus neocolonizadores. Para tanto, basta lembrar as condições impostas pelo FMI, por duas vezes, quando a Ucrânia respondeu de maneira contrária aos seus mandamentos.

¹⁴⁰ El caos es en términos estrictos, un estado anterior a todo concepto, ya sea de orden o de desorden.

¹⁴¹ El orden es producido de alguna manera del caos; el ejemplo sería varias docenas de huevos mezclados con vigoroso entusiasmo en una licuadora. En otras palabras, necesariamente el “caos” una fuente de orden.

Diferentemente do centro capitalista, a União Soviética, no âmbito de sua política externa, pautava-se por princípios que respeitavam o direito aos costumes dos povos ao redor do mundo, o que é comprovado em seu apoio às lutas anticoloniais e sua defesa ao “[...] direito das nações à autodeterminação [e] ao desenvolvimento de suas línguas nativas” (ZIMA, 2020. Tradução Livre¹⁴²). A partir da retirada física dos imperialistas do território africano, o elemento aparente do neocolonialismo adormeceu, voltando com força – após a dissolução da URSS –, em um movimento geoestratégico, que em seu teor ideológico buscou apagar os vestígios da luta soviética anticolonial e antinazista. Exemplo disso foi a recente remoção de uma estátua do General soviético Ivan Konev em Praga, em 2020, por determinação do prefeito local. Vale lembrar, que o general soviético em questão estava no comando quando a URSS impediu a total destruição da cidade de Praga pelos nazistas (ZIMA, 2020; PENZA NEWS, 2020). Isso corrobora com as análises promovidas neste tópico, pois no campo ideológico os ataques não cessaram jamais.

Sobre isso, Zima (2020) é enfático ao afirmar que:

Nos dias de hoje, é difícil imaginar a demolição do monumento aos africanos, que lutaram na Primeira Guerra Mundial na França [...], mas ainda possível, porque o neocolonialismo não tem princípios, pois tudo que quer é o lucro. É por isso que há pouca ou nenhuma assistência dos Estados Unidos e da Europa Ocidental aos países africanos em meio à atual pandemia. Afinal, a única ajuda com a qual eles podem contar provavelmente virá da Rússia e da China (ZIMA, 2020. Tradução Livre¹⁴³).

O exemplo acima não visa resumir o aspecto ideológico do neocolonialismo na perspectiva da guerra híbrida, mas serve como demonstração de uma possível manifestação do fenômeno. Nadeem (2019) questiona, em seu artigo para a versão digital do jornal paquistanês Daily Times, por que as sociedades neocoloniais são mais suscetíveis aos ataques da guerra híbrida, afirmando já de início perceber uma “[...] relação simbiótica co-evolutiva entre o neocolonialismo (projeto hegemônico) e a guerra híbrida (*modus-operandi*)”, no qual este amadureceu como método de guerra para perpetuar aquele. Segundo o autor, no contexto do pós-segunda guerra mundial, os EUA forneceram os fatores agenciais para manutenção da estrutura colonialista

¹⁴² From its very outset, the Soviet Union actively supported anti-colonial movements, upholding the right of nations to self-determination, the development of their native languages and their cultural advancement.

¹⁴³ In this day and age, it is hard to imagine the demolition of the monument to the Africans, who fought in the First World War in France, and the destruction of the graves of colonial troops in Europe. Hard, but still possible, because neocolonialism has no principles since all it wants is profit. This is why there is little if any, US and Western European assistance to the African countries amid the current pandemic. After all, the only aid they can count on will most likely come from Russia and China, not from the EU and America.

britânica ao redor do mundo, que ficou marcada com a “palavra de ordem neocolonial”. Nesse sentido, surgiria um empecilho sob forma de dilema a ser resolvido, isto é, como manter toda essa estrutura pós-segunda guerra, responsável por sustentar o poder hegemônico ocidental, sem gerar uma guerra total? É aí, de acordo com Nadeem, que a guerra híbrida tem seu valor, pois em os eventos de interferência imperialista, o método “[...] garante ao seu assinante o melhor dos dois mundos: gozar do poder sem assumir a responsabilidade” (NADEEM, 2019. Tradução Livre¹⁴⁴).

Pode-se questionar, que ainda que não exista um responsável aparente, os atos o denunciam, então, por que a sociedade alvo não confronta o interventor? Essa resposta foi dada anteriormente, ou seja, como a guerra híbrida atua com base nos Cinco Anéis, existe um forte aparato que visa criar consenso ideológico, que atua em duas frentes principais: fazer com que os indivíduos não tomem conhecimento que estão agindo em prol do imperialismo, ou, convencê-los de que há um inimigo em comum. Essas modulações são bastante nítidas nas Revoluções Coloridas, onde se vê grande parte da sociedade manifestando-se contra seus próprios interesses. A falta de organicidade é absolutamente perceptível, principalmente nos acontecimentos que insuflam os ânimos dos manifestantes. Sempre existe um acontecimento, que em outros tempos não seria capaz de dar início a uma onda de manifestações com discurso de ódio. Nesse ponto é que entram em cena os agentes mais informados da situação, que podem ser oficiais do governo, ou alguém de grande influência – geralmente da elite local –, que iniciará, através de vídeos, *fake news* ou entrevistas, a organização de eventos contrários ao governo, ou a um partido (KORYBKO, 2018).

As principais pautas desses protestos não mantêm qualquer semelhança com reivindicações históricas de movimentos sociais, como, por exemplo, o direito ao voto das mulheres, o fim da colonização e o antinazismo. Inacreditavelmente, são manifestações voltadas à defesa de cenários antidemocráticos, que também historicamente sempre favoreceram o imperialismo. Dessa forma, a sociedade alvo não nota, de início, que lutou contra os direitos humanos e a favor de Estados belicistas, ou, ainda, e o que é pior, a assimilação pode ter sido tão fervorosa, que muitos sabem o que defendem, e ainda assim abraçam a bandeira dos EUA. Na América Latina, a guerra híbrida já ancorou, porém, os cenários decorrentes dela, ainda que visíveis em alguns países como o Brasil, Equador e Bolívia, não fornecem

¹⁴⁴ This method assures its subscriber the best of the two worlds: enjoy power without taking responsibility.

ainda ampla margem do que esperar dentro de dez anos ou mais, diferentemente do que ocorre com a Venezuela, um dos principais alvos do imperialismo estadunidense, e cujas manifestações serão abordadas no último capítulo.

Acredita-se ter sido possível demonstrar que o imperialismo segue presente e seus representantes preservam a condição de neocolonizadores. Também foi possível determinar como serve a guerra híbrida em favor dos imperialistas, sendo na contemporaneidade um dos principais métodos de intervenção, ainda que parte de suas táticas já tenham sido utilizadas muito tempo antes. Porém, essa relação tem implicações muito mais profundas que simplesmente permitir o funcionamento da estrutura imperialista nestes tempos. É justamente isso que o próximo tópico irá abordar, tentando esclarecer como a soberania de uma sociedade é afetada com o uso deste método de guerra indireta.

2.2 O IMPACTO DAS GUERRAS HÍBRIDAS NA SOBERANIA DAS SOCIEDADES PERIFÉRICAS

No que o tópico anterior buscou demonstrar acerca da guerra híbrida na perspectiva imperialista e neocolonialista, este tratará de, com base no que já foi exteriorizado acerca do tema, expor os acontecimentos contemporâneos (1990 – 2021) capazes de esclarecer como a soberania de uma sociedade, ou de um Estado, pode ser profundamente afetada nos períodos que antecedem e sucedem os ataques. Mira-se aqui especialmente as consequências que podem resultar de uma guerra híbrida, mesmo que ela termine sem a necessidade da implementação de sua segunda e mais profunda etapa. Entende-se que, ao ser afetada a soberania, também os direitos humanos daquela sociedade sofrerão consequências, porém, este último caso será analisado a fundo, somente no último tópico deste capítulo.

Foi elencado anteriormente, que a URSS tinha por princípios gerais também o respeito pela autodeterminação dos povos, e que esse fato contrastava com os princípios imperialistas, sendo um dos motivos que os levaram à guerra ideológica contra os não capitalistas, principalmente porque um povo que resiste, e que tem aliados que os apoiam nessas questões, torna-se obstáculo para o neocolonialismo. Isso significa que, para o imperialismo prevalecer, é necessário que questões como a autodeterminação dos povos sejam desacreditadas, ou mesmo, combatidas, a fim de tornar a relação imperial com sua neocolônia não só possível, como também menos

difícil para consecução do neocolonialismo. Isso acontece por um emaranhado de fatores complexos, que se traduzem, principalmente, na forma como se dará a administração local pelo poder oculto, que não é, de forma alguma, invisível. Ao manter-se fisicamente afastado da administração local, embora ainda existam bases militares estadunidenses espalhadas pelo mapa, o Estado imperialista se aproveita do diversionismo para afastar suas responsabilidades quanto ao desastre que deixa para trás. Cabe então, solucionar algumas questões prévias, como é o caso do próprio conceito de soberania, que fornecerá embasamento inicial para prosseguir com a argumentação.

Romantiza-se a soberania como barreira intransponível, porém, é necessário compreender seus aspectos históricos, para que se possa desmistificar alguns usos equivocados bastante comuns, diga-se de passagem. O termo soberania já era utilizado por sociedades antigas, no entanto, nestes períodos mais remotos, aparecia com variações léxicas distintas, que acabaram sendo traduzidas para soberania em diferentes textos. É o que dispõe Bodin (2011, p. 195) no livro I, capítulo VIII, de sua obra “Os Seis livros da República”, onde define que “A soberania é o poder absoluto e perpétuo de uma República”, abrindo margens para diversas críticas e interpretações. Para o autor, este era o ponto principal a ser compreendido no “tratado de uma República”, isto significa que a soberania guarda posição especial nas construções estratégicas. O fato é que, segundo Bambirra (2017), foi Bodin quem trouxe o conceito com teor jurídico, nos contornos de uma Teoria do Estado, sendo válido saber, que o contexto em que se encontrava o autor (Bodin) quando da elaboração de sua obra, era o período subsequente à grande reforma que opôs católicos e protestantes em rugas políticas.

Para definir seu entendimento acerca da soberania, Bodin (2011, p. 197) descreve antes o que seria o poder soberano dentro de uma República, esta entendida como “[...] um reto [direito] governo de várias famílias e daquilo que lhes é comum com o poder soberano”, onde a base seria a própria família. Assim, o poder soberano, para o autor, era “emprestado” a um, ou vários representantes, que jamais poderiam declarar-se “Príncipes soberanos” visto que ao término de seu usufruto, seus verdadeiros possuidores – o povo ou o “príncipe” –, o relocariam em outras mãos. Ocorre que Bodin (2017), apesar das novas e importantes interpretações que dá ao termo, mantém em seu conceito certo caráter jusnaturalista “de base teológica”, e também paternalista, visto entender o autor que a figura do pai corporificava Deus,

sendo este a autoridade máxima. Dessa forma, conforme Bambirra (2017, p. 167), ainda que Bodin transportasse o poder soberano aos homens, sua tese continuava submetendo-o à “[...] duas classes normativas, as normas naturais e de Deus”. Sobre isso, Bodin (2011, p. 204-205), ao explicar o que é o poder absoluto, deixa claro que seu possuidor não está acima das leis: “[...] se dissermos que aquele que tem poder absoluto não está sujeito às leis, não se encontrará Príncipe no mundo, visto que todos os Príncipes da Terra estão sujeitos às leis de Deus e da natureza, e a várias leis humanas comuns a todos os povos”. Porém, o autor complementa em seguida que os soberanos não podem sujeitar-se “[...] aos comandos de outrem e [devem poder] dar lei aos súditos e cassar e anular as leis inúteis para fazer outras” (BODIN, 2011, p. 206).

Toda escrita de Bodin toma por central o entendimento de que, para que possa existir a República, não é suficiente – embora necessária –, a unidade organizada de grupos sociais, mas sim sua submissão a um comando central, que seria o poder soberano. Então, para conhecer a quem pertence o poder soberano, restava identificar quem detinha os direitos inalienáveis da soberania, o que tornava possível definir de que maneira se constituía uma República, ou seja, se ela era democrática ou não (BARROS, 1996, p. 143-144). Nesse contexto, de acordo com Bambirra, a perpetuidade, que não significa eternidade, mas sim a não aceitação a “qualquer limite temporal”, refere-se tão somente à soberania, e não a autoridade daquele que “exerce o poder soberano”. Com base nisso, Bambirra (2017, p. 168) afirma que a “[...] continuidade do Estado liga-se às tradições jurídicas medievais, [...] assumindo a tradição da perpetuidade da coroa”, tema abordado por Marx (2010) em sua obra crítica à Hegel, intitulada “*Critique of Hegel's Philosophy of Right*” (Crítica da Filosofia do Direito de Hegel).

Nessa obra de Marx, é possível encontrar sua posição em relação à soberania da Coroa (poder monárquico), porque analisa a “[...] construção da monarquia constitucional como universal concreto”, como determina Enderle (2010) em sua apresentação sobre o conteúdo da “Crítica”. Logo de início, é possível notar que Marx traz para o centro de sua crítica, a compreensão de Bodin sobre a submissão dos elementos constituintes de uma sociedade ao Estado. Perante a família e a sociedade civil – descreve o Marx, enquanto analisa o assunto em Hegel –, o Estado seria uma “[...] necessidade externa, uma potência à qual ‘leis’ e ‘interesses’ são ‘subordinados’ e da qual são ‘dependentes’”, devendo as leis deste prevalecer em caso de colisão

(MARX, 2010, p. 28). Obviamente este posicionamento teórico é de Hegel, ao passo que este argumenta pela soberania do monarca. Então, há que se esclarecer que o Estado, tanto para Bodin, quanto para Hegel, apresenta-se perante família e a sociedade civil como o poder soberano, porém, e aqui surge um ponto importante na obra de Marx (2010, p. 41), “O poder soberano não se encontra fora da universalidade da constituição e das leis, desde que por poder soberano se entenda o poder do monarca”. Por isso mesmo, o conceito de soberania do Estado Moderno vinculado a um poder soberano, é marcado, conforme Bambirra (2017, p. 169), pela característica de “[...] criar e derogar a lei”, diferenciando-se, portanto, das relações do sistema medieval “de acordos e vontades”. Ao contrário, no Estado Moderno, a soberania implica na unilateralidade em se produzir ou extinguir leis, obrigando os súditos (família e sociedade civil) “independentemente de sua vontade” (BAMBIRRA, 2017, p. 169).

Marx (2010, p. 41) prossegue em sua análise, afirmando que a incorreção reside em dar ao poder soberano a característica de sujeito, pois este poder, conforme já referido, ao príncipe seria disponibilizado, o que poderia “[...] produzir a ilusão de que ele é o senhor desse momento, o seu sujeito”. Isso quer dizer que, se a soberania do Estado manter como característica última ser o sujeito, todos os demais componentes que o tornam verdadeiramente possível, serão tidos como atores secundários, verdadeiros objetos sobre os quais a ação estatal recairá, o que não deveria ser comportado por uma democracia. Dessa forma, só seria possível falar em uma autodeterminação referente ao próprio Estado, e a ele estaria vinculada “[...] a face da liberdade apresentada no plano de uma coletividade que se faz independente”, pois, na perspectiva de Bodin, somente através do monopólio absoluto do poder pelo Estado é que a sociedade poderia encontrar-se, de fato, livre (BAMBIRRA, 2017).

A liberdade, no entanto, seria alcançada com base na aceitação da universalidade por parte de uma sociedade civil pautada pelo “[...] pelo desenvolvimento e realização individualista da liberdade”, conforme aponta Moraes (2017, p. 33). Dessa forma, para ser possível a existência da própria liberdade subjetiva, a sociedade passaria a reconhecer, em algum grau, a universalidade “[...] nas relações particulares [...], o que revela no seio da esfera da particularidade um desejo de universalidade política e jurídica que se realiza fora da intersubjetividade, na forma do direito positivo” (MORAIS, 2017, p. 33). Por isso Marx critica negativamente a percepção de Hegel acerca da soberania, pois este afastava a

universalidade daquilo que chamava “vontade efetiva”, o que inevitavelmente recairia em uma “[...] vontade efetiva como arbítrio, [e nessa perspectiva], ‘O arbítrio é o poder soberano’ ou: ‘O poder soberano é o arbítrio’” (MARX, 2010, p. 41). Até aqui, já é possível afirmar, com base nos ensinamentos de Marx (2010), que não é possível abdicar da universalidade sem atrelar a soberania a um poder arbitrário, ainda que essa mesma universalidade seja objeto de análise das teorias críticas do direito, devido suas incorreções decorrentes do positivismo jurídico. Essa questão não será, ao menos por ora, prolongada.

Quiçá as interpretações podem ser diversas, fato é que em sua relação com a sociedade civil, o Estado capta para si o domínio da universalidade, fazendo-a valer dentro de suas estruturas como forma de amparo ao sentimento de liberdade, onde o teor individualista deste sentimento ver-se-á acometido pela sensação de se pertencer a algo maior. Isso significa, que o próprio Estado representa a universalidade, na medida em que serve como um mecanismo de proteção àqueles que a ele estão sujeitados. Quanto a sujeição ao Estado, a sociedade deixaria de lado seus temores ao perceber que suas liberdades individuais também estão circunscritas nesta totalidade, revelando para si, e em si, que as contradições com a universalidade foram dissolvidas em garantias. Decorre daí, que o Estado manifestaria a vontade universal através da dependência que para com ele mantém a sociedade civil: onde antes se revelava a liberdade na sociedade a partir dos próprios arbítrios de seus particulares, agora estes sujeitos encontram sua liberdade dentro do Estado, que lhes determina direitos e deveres agora universalizados, o que gera não uma contradição, senão um paradoxo, sobre o qual, Morais (2017, p. 36) afirma que, “Se, por um lado, há o reconhecimento dos particulares de que sua liberdade está preservada no estado; o estado, pelo contrário – exatamente por ser o universal objetivado – deve se contrapor aos interesses particulares da sociedade”.

É nesse contexto que Hegel corporifica a soberania do Estado na figura do príncipe, e que Marx afirmaria ser, o poder soberano nesse caso, arbitrário, pois ainda que intentasse fundir em um só receptáculo os interesses particulares com os universais, com supremacia destes sobre aqueles, a vontade última e decisória se realizaria pela figura do príncipe. A lógica contextual do conceito de soberania passa, inevitavelmente, por Thomas Hobbes e sua obra mais conhecida, “O Leviatã”, onde busca equiparar as características das monarquias absolutistas ao funcionamento de uma República. Na verdade, Hobbes transmite a ideia de que a soberania reside no

povo, ainda que o poder não seja exercido diretamente por ele. A introdução em português de *Leviatã*, de 2003, informa que, mesmo no cenário onde o monarca não pudesse nomear um sucessor, Hobbes considerava que a posse do poder soberano ainda assim era do povo, sendo que ao monarca temporário caberia a condição de “usufrutuário”, o que coaduna com as informações já trazidas anteriormente à análise. Hobbes (2003, p. 11) trabalha o conceito de soberania utilizando a República representada na figura do *Leviatã*, sendo este um “[...] homem artificial [...], para cuja proteção e defesa foi projetado. E no qual a soberania é uma alma artificial, pois dá vida e movimento ao corpo inteiro”.

Este corpo seria constituído pelas mais diversas esferas de poder, incluso aí os magistrados e as próprias leis e, de acordo com Skinner (2010, p. 124), “Esse corpo político é trazido a existência pela formação de pactos e convenções, que tem por efeito unir seus elementos”. Dessa forma, Bambirra (2017, p. 178), em sua análise da soberania em Hobbes, afirma que “Seguindo, portanto, a lei natural, que leva os homens em direção à paz como autopreservação, buscarão estes se reunir, e é a união dos homens que oferecerá segurança, só podendo ser obtida através de um meio artificial, o contrato, ou seja, não é passível de se obtê-la de modo natural”. Como apenas o consenso sobre a necessidade de união seria insuficiente, era indispensável que a sociedade, então unida, fosse submetida a um poder maior, que agiria para impedir “qualquer vontade divergente” ao contrato, e esse poder, o Estado como alma artificial, seria a própria soberania. Nessa perspectiva, portanto, a soberania é vinculada à figura do Estado, e não poderá ser afrontada por quem a ela está submetido e, assim, o verdadeiro estado da natureza deixaria de existir, mas não a liberdade, pois esta estaria assegurada pelo próprio Estado.

Bambirra (2017), explica esse paradoxo com o exemplo da desordem gerada por uma guerra civil, onde o homem não conseguiria preocupar-se com outra coisa a não ser sua sobrevivência e, é nesse momento que o *Leviatã*, ou seja, o Estado, far-se-ia presente como soberano para dar condições de liberdade, evitando o caos. Nas palavras do próprio autor, “Será no Estado que o paradoxo da soberania encontrará uma resposta, a partir da supressão do conceito de soberania como liberdade, afinal, sem ele, há apenas natureza e predeterminação” (BAMBIRRA, 2017, p. 182). O problema da teoria de Hobbes, é que ele direciona seu uso para o sentido de uma monarquia absolutista, o que não significa ser o conceito totalmente descartável. O constitucionalismo moderno é igualmente carregado por incongruências quanto à

temática da soberania, a exemplo do poder constituinte, que não supera a fase inicial da feitura constitucional, ou melhor, na prática, pouco insere o povo como detentor da soberania exercida pelo Estado, sendo as guerras híbridas um claro exemplo de como é possível derrubar a soberania popular através de suas táticas mais evidentes, como a manipulação midiática.

As táticas diversionistas de uma guerra híbrida podem, por exemplo, criar cenários onde a população crê veementemente estar no controle de uma determinada situação, quando na verdade não faz ideia que está sendo levada a agir, por forças não aparentes, comprometidas com o imperialismo. Isso significa que, caso um acontecimento esteja vinculado à guerra híbrida, a soberania já foi abandonada, inclusive por atores do próprio Estado que deveriam, obviamente, resguardá-la. Quando o imperialismo age, intervindo em um Estado soberano, não haverá justificativa capaz de impedir uma agressão à soberania do alvo e, quando o próprio Estado alvo se submete ao interventor, geralmente em conluio com este, pode-se entender que a soberania encontrou seu fim. Ainda que se acredite na submissão como necessária à existência da soberania, ela jamais deveria estender-se ao âmbito das relações internacionais. Explica-se: as teorias analisadas anteriormente, com exceção da crítica de Marx, advogam pela submissão da família e da sociedade civil ao poder soberano – deve-se admitir essa tese como aplicável à todas as formas de governo – visando a garantia da liberdade a partir da universalidade em detrimento das particularidades, porém, nesse contexto, a submissão seria indispensável para a existência da soberania, o que não seria possível caso a própria soberania fosse submetida à outro Estado, isto é, não há como falar em soberania submissa a outra soberania.

Ocorre que este fenômeno contraditório é observável na guerra híbrida, principalmente em sua primeira etapa, quer dizer, o povo instigado por operações inerentes às revoluções coloridas, sente-se apto a reivindicar medidas antidemocráticas, portanto, contrárias à soberania que acredita estar defendendo. A oposição à monarquia, ao contrário do que pressupunha Hobbes (2003), não ocorre por serem falsas as noções de liberdade em um Estado Democrático, que contraria àquela forma de governo revelando-a como arbitrária ou mesmo opressora, mas existe, de fato, uma manifesta ruptura com as formas democráticas de governo quando entram em campo os imperialistas e suas intervenções. Aliás, é bastante provável que Hobbes, caso estivesse vivo, viesse a perceber que os imperialistas

impedem mesmo a liberdade, definida por ele em *Leviatã* como “ausência de impedimentos externos” (HOBBS, 2003, p. 179). Está claro que para os autores referidos (Bodin, Hobbes, Hegel, entre outros), a liberdade é questão fundamental para o conceito da soberania, mesmo porque, alguns destes autores se esforçaram bastante para garanti-la em uma monarquia absolutista.

Ora, parece óbvio que, em um sistema fundamentado na acumulação, sempre existirão impedimentos externos que impeçam a liberdade e, conseqüentemente a soberania. Isto é comprovado na modernidade desde sua gênese, quando da conquista da América, e mais evidente ainda com o neocolonialismo. Nesse sentido, da liberdade como pressuposto da soberania, entende-se que, quando se trata de guerra híbrida, não há como afastar de sua prática os protestos populares, e nesse ponto há algumas questões que devem ser esclarecidas. Primeiro, é preciso entender que a liberdade, no sentido hobbesiano de “[...] não ser impedido daquilo que tem vontade de fazer” (HOBBS, 2003, p. 179), deve ser compreendida na perspectiva das limitações exigidas pelos direitos e deveres, isto é, a universalidade constitucional propriamente dita de um Estado democrático em seu aspecto positivado, em sua forma bruta, por assim dizer. Dito isso, é evidente que não se pode entender tais atributos como óbices à liberdade quando se trata de uma sociedade civil organizada com base em leis, então, os poderes estatais, como o legislativo, por exemplo, não se enquadram como “impedimentos externos”. Mesmo porque, se assim fosse, o próprio Estado garantidor da liberdade, poderia combater sua própria soberania, ou seja, seria um paradoxo de impossível resolução.

Baseado nisso, surge então o seguinte questionamento: Ao tentar impedir uma guerra híbrida, não se estaria atentando contra o Estado de direito, e, portanto, contra a própria soberania, visto que as manifestações nas revoluções coloridas deveriam ser impedidas? Essa pergunta é bastante interessante, pois o combate às revoluções coloridas poderia ser entendido como um impedimento externo e, caso assim fosse considerado, a liberdade estaria em risco, assim como a soberania. Medeiros (2020), ao analisar a obra de Korybko (2018), levanta alguns questionamentos pertinentes, outros infundados, abrangendo em seu artigo, críticas que vão desde o livro ser “[...] mal escrito e alinhado à Rússia autoritária de Putin”, até acusações sobre Korybko defender o regime supostamente ditatorial Húngaro, bem como o partido alemão de extrema-direita “*Alternative für Deutschland*” (Alternativa para a Alemanha). Além disso, fala que a obra não traz “nenhuma reconstrução

empírica com dados”, esquecendo que Korybko aponta em suas referências, vários documentos oficiais dos EUA, de fácil acesso, que podem sim, comprovar o interesse estadunidense em métodos híbridos, a exemplo do documento liberado pelo pentágono, o referido “Joint Vision: 2020” e do “TC-18-01”, do Exército dos EUA.

Obviamente, não será dispendido tempo para contrapor vários pontos confusos do artigo de Medeiros (2020). Na verdade, ele foi trazido à análise por abordar uma possível “demofobia” no contexto da guerra híbrida, refletida em uma suposta “[...] deslegitimação dos movimentos sociais e, em última instância, a sua criminalização”, o que coaduna com o questionamento feito acima, ou seja, até que ponto o enfrentamento às revoluções coloridas poderia refletir em um impedimento externo à liberdade e, em consequência, à soberania? Evidentemente, visto os movimentos sociais compreenderem “[...] todas as formas de organização social, inclusive as formas conservadoras e/ou burguesas” (PAZELLO, 2018, p. 1558-1559), não é possível defender um Estado combativo a estes movimentos com base em diferenciações no campo ideológico, apesar de ser possível notar que o Estado despreza especialmente os movimentos à esquerda. Dessa forma, resta operar uma análise voltada à movimentos notoriamente amarrados ao imperialismo e, portanto, contrários ao próprio Estado democrático, isto é, movimentos que repudiam qualquer política contrária aos interesses imperialistas.

Do exposto acima, surge outra vez, um paradoxo: Se um movimento – nesse caso, as revoluções coloridas – que favorece os interesses do centro de poder capitalista é legítimo, porque seria ilegítimo a defesa de interesses contrários a ele? Não é factível que um movimento pró-imperialista nasça nos países periféricos de forma natural, menos ainda nos países cujas sociedades foram historicamente oprimidas por este mesmo poder, ou ainda, historicamente contrárias a ele. Então, não seria mais crível que o impedimento externo à soberania seja o próprio imperialismo, agindo nas formas de um aparente movimento revolucionário legítimo? De outro modo, como pode ser explicado que, após as revoluções coloridas, a situação socioeconômica do país alvo decresça, e não ascenda? Muitos dirão que isso se deve aos cortes nas relações com antigos aliados contrários à interferência, porém, não seria consequência lógica desses eventos, o afastamento de lados opostos?

Propõe-se o seguinte exercício analítico, e hipotético, tomando como referência base os conflitos entre Israel e Palestina: Abruptamente, tem início diversas

manifestações palestinas. Inicialmente, as pautas são justas, como a reivindicação por melhores condições de salário. Aos poucos, tais movimentos vão tomando forma de uma revolução, onde seus participantes, assim como em Hong Kong, saem em protesto ao comando local portando bandeiras dos EUA, em que o principal objetivo é a destituição do poder governamental em vigor. Começam os conflitos internos, e os EUA prontamente se posicionam em favor dos movimentos palestinos pela derrubada do governo. O Estado palestino se manifesta publicamente contra a posição estadunidense, pedindo que sua soberania seja respeitada, mas, através de organizações internacionais, mais especificamente pelo Conselho de Segurança da ONU, os EUA denunciam que a Palestina está oprimindo os manifestantes, e pedem apoio internacional, justificando sua posição com base na Declaração Internacional dos Direitos Humanos. E, *voilà!* Após imensa pressão, a Palestina cede, chama novas eleições, e o novo Presidente passa a pactuar com seus novos “aliados”.

O cenário acima, é hipotético no caso da Palestina, ao menos enquanto se escreve este tópico, mas não foi ficcional nos casos das três Revoluções Coloridas mais conhecidas, e pode ser visto, com poucas variações práticas, em alguns casos ocorridos na América Latina. O Presidente eleito, após a destituição por *impeachment* de Dilma Rousseff, no Brasil – cujo governo foi alvo de grandes manifestações –, é o atual Presidente brasileiro Jair Bolsonaro, que sequer esconde seu apreço, ou melhor, sua subserviência aos EUA. Por exemplo, no dia 16 de maio de 2019, durante um evento em Dallas, onde foi premiado como “personalidade do ano”, Bolsonaro disse: “A minha continência à bandeira americana (sic)”. Logo em seguida, proferiu, junto aos demais presentes: “USA! USA!”¹⁴⁵. Luiz Alberto Moniz Bandeira, em entrevista à revista Opera, em 2016, já denunciava suposta interferência dos EUA em outros Estados. Em uma de suas respostas, o cientista político afirma que “O objetivo dos Estados Unidos e seus vassalos da União Europeia, o cartel ultra imperialista, é restringir/anular a soberania dos Estados nacionais e instituir a governança global, a *full-spectrum dominance*, entregando à OTAN o monopólio da violência”. Em entrevista anterior, de 2015, Moniz afirmou ao sítio de notícias Pragmatismo Político, que “Os EUA estão agindo para desestabilizar a América Latina”.

¹⁴⁵ Sobre o ocorrido, cf. em: <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/videos/no-dia-7-de-setembro-%C3%A9-simb%C3%B3lico-ver-esse-v%C3%ADdeo-do-bolsonaro-batendo-contin%C3%Aancia/1975317969293005/> e <https://www.agazeta.com.br/es/politica/bolsonaro-bate-continencia-a-bandeira-dos-eua-e-erra-o-proprio-bordao-0519>.

A mídia conservadora, ao papel que lhe cabe na guerra híbrida, divulgou as manifestações como sendo “o maior protesto da democracia brasileira”¹⁴⁶. Nem mesmo o vice-Presidente de Dilma, Michel Temer, que tomaria posse após o *impeachment*, escondeu que se tratava de um golpe, revelando em sua entrevista ao Roda Viva, em 2019 – quando não mais era presidente –, que as manifestações foram determinantes para a queda da Presidenta; disse ele, em rede pública¹⁴⁷:

Jamais apoiei e fiz empenho pelo golpe. Aliás, muito recentemente, o jornal Folha detectou um telefonema que o ex-presidente Lula me deu, onde ele pleiteava, e depois esteve comigo, para trazer o PMDB (sic) para impedir o impedimento. Eu tentei. Mas a essa altura, eu confesso que **a movimentação popular era tão grande e tão intensa que os partidos já estavam vocacionados**, digamos assim, pela ideia do impedimento. Esse telefonema do Lula revela que eu não era adepto do golpe (TEMER, 2019. Sem grifo no original)

Temer confirma não só o próprio golpe, como também a relevância dos movimentos – erroneamente chamados de populares¹⁴⁸ – para sua efetivação. A participação dos EUA, aos poucos também se vai revelando, como pode ser captado na entrevista do codiretor do Centro de Pesquisa Econômica e Política em Washington, Mark Weisbrot à revista Carta Capital. Segundo Weisbrot (2020)

É importante ressaltar que o Departamento de Justiça dos Estados Unidos desempenhou um papel importante nas investigações da Lavo Jato e na perseguição política e no golpe contra Dilma Rousseff, Lula e o Partido dos Trabalhadores. [...] O governo Biden deve responder imediatamente a essas perguntas e divulgar todas as informações **sobre o envolvimento do governo dos Estados Unidos na investigação, no golpe parlamentar e em quaisquer outras intervenções políticas contra o PT** (WEISBROT, 2020. Sem grifo no original)

Antes de definir a questão acerca da ação do Estado contra este tipo específico de manifestação ser ou não um ato impeditivo à soberania, insere-se no contexto os acontecimentos contra Evo Morales na Bolívia. Sem adentrar em maiores detalhes, fato é que a Bolívia se encontrava, sob o governo de Evo, no mais longínquo período de estabilidade de sua história, até que, no ano de 2019, por meio de um golpe de Estado, o ciclo foi encerrado (CASTRO; GUERRA; LIMA, 2020). De acordo com Rocha (2019), por não aceitar o resultado das eleições, a oposição, liderada por Luís Fernando Camacho, inicia, logo após a divulgação dos números eleitorais, “[...]”

¹⁴⁶ Cf. em: <https://veja.abril.com.br/mundo/imprensa-internacional-destaca-o-maior-protesto-da-democracia-brasileira/>.

¹⁴⁷ O extrato deste momento da entrevista pode ser conferido em: <https://www.youtube.com/watch?v=V2QIK8uJNZI>.

¹⁴⁸ Para compreender melhor os movimentos populares, conferir o artigo de Pazello (2018), intitulado “Direito Insurgente: Fundamentações Marxistas desde a América Latina”, indicado nas referências.

os cercos nas grandes cidades, nas estradas e ampliam a conspiração junto às forças mais reacionárias”, incluso aí redes conservadoras neopentecostais. Ao contrário de Evo, o primeiro Presidente indígena do país, neste momento já forçado a deixar a Bolívia, quem passa a ocupar a cadeira presidencial é, segundo Greenwald (2020), Janine Áñez, branca, de direita, cristã e vinda da região onde se concentra a elite de ascendência europeia, que tão logo tratou de conter protestos indígenas e garantir imunidade aos militares.

Como não poderia ser diferente, porque, conforme conceituado anteriormente, o método tornou-se rotina, os EUA declaram apoio ao governo ilegítimo de Áñez, justificando-o com base em uma auditoria realizada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) – não coincidentemente outra criação dos EUA¹⁴⁹ – que determinou fraude, sem maiores explicações, sendo que o relatório final foi publicado apenas um mês depois da renúncia forçada de Evo. Fixado o entendimento de fraude incontroversa por parte do relatório da OEA, prosseguiram os interventores no poder, porém, uma reviravolta ocorreria. O artigo de Greenwald que detalha as informações aqui trazidas, indica uma reportagem do New York Times (NYT), que traz em seu subtítulo a seguinte informação: “Um olhar atento sobre os dados eleitorais bolivianos sugere que a análise inicial da OEA que levantou questões de fraude eleitoral – e ajudou a forçar a saída de um presidente – foi falha” (KURMANAEV; TRIGO, 2020. Tradução Livre¹⁵⁰).

Um artigo publicado por Idrobo, Kronick e Rodríguez, onde analisam profundamente os relatórios utilizados pela OEA para determinar a fraude, com base em dados obtidos pelo NYT, concluiu que os métodos utilizados pela Organização são problemáticos, afirmando os autores que o que fora apresentado pela OEA “[...] como indicativo de má prática eleitoral – foi na verdade o produto de erros metodológicos e de codificação [dos analistas]. [...] descobrimos que a mudança pró-titular na contagem tardia de votos não é em si indicativa de fraude” (IDROBO; KRONICK; RODRÍGUEZ, p. 19. Tradução Livre¹⁵¹). Em realidade, antes do referido artigo, os pesquisadores do Laboratório de Ciência e Dados Eleitorais Instituto de Tecnologia

¹⁴⁹ http://www.oas.org/pt/sobre/quem_somos.asp

¹⁵⁰ A close look at Bolivian election data suggests an initial analysis by the O.A.S. that raised questions of vote-rigging — and helped force out a president — was flawed.

¹⁵¹ And what looked like a late-breaking surge in the incumbent’s vote share—which the OAS (2019a) presented as indicative of electoral malpractice—was in fact the artifact of methodological and coding errors.

de Massachusetts (MIT), John Curiel e Jack R. Williams¹⁵², já haviam concluído que a análise feita pela OEA continha erros determinantes. Jack Williams, inclusive, relatou que, após a publicação da pesquisa, passou a ser perseguido pela OEA e por membros do governo golpista boliviano, conforme indicado em reportagem de Juilia Dolce (2020)¹⁵³. Embora os eventos na Bolívia fossem por si só capazes de desnudar o golpe, a OEA viria a ratificar sua posição, insistindo em não reconhecer o erro de sua análise.

Com o passar do tempo, outras informações foram surgindo e, não bastasse o possível envolvimento da OEA no golpe boliviano, eis que, em outra reportagem do The Intercept Brasil, desta vez de Ken Klippenstein e Ryan Grim, já neste ano de 2021, evidências do envolvimento direto dos EUA são colocadas ao público. As evidências dizem respeito a correios eletrônicos encaminhados pelo Departamento de Justiça dos EUA, aos já referidos pesquisadores do MIT, em tom de ameaça. Segundo os jornalistas, “[...] os e-mails apontam para a existência de um inquérito do Departamento de Justiça e somam novas evidências para apoiar as alegações bolivianas de que os EUA estavam envolvidos no golpe ocorrido no país sul-americano em 2019” (KLIPPENSTEIN; GRIM, 2021). Isso significa que, quando da apuração de suposta fraude nas eleições da Bolívia, em 2019, até mesmo instituições oficiais internas dos EUA participaram do feito, o que configura uma clara interferência externa em assuntos de outro Estado, ou, em outras palavras, um atentado à soberania boliviana.

A partir dos acontecimentos expostos, bem como algumas particularidades que lhes conferem ares de uma guerra híbrida, pode-se então buscar uma resposta às questões anteriormente levantadas. Inicia-se, no entanto, com duas outras perguntas: 1) Por que a OEA não condenou a clara tentativa de golpe do ex-presidente estadunidense Donald Trump, em 2021?; 2) Como seriam denominados os governos de Dilma e de Evo, caso tivessem utilizado a soberania como justificativa para frear os movimentos que os depuseram? Quanto à primeira pergunta, a OEA restringiu seu posicionamento, declarando, em comunicado oficial de apenas 8 linhas¹⁵⁴, que “[...] condena e repudia os ataques contra instituições que estão sendo perpetrados hoje

¹⁵² O artigo pode ser conferido em: <https://www.washingtonpost.com/politics/2020/02/26/bolivia-dismissed-its-october-elections-fraudulent-our-research-found-no-reason-suspect-fraud/>.

¹⁵³ A reportagem pode ser conferida em: <https://apublica.org/2020/06/eles-nao-foram-neutros-na-analise-afirma-cientista-do-mit-que-refutou-relatorio-da-oea-sobre-fraude-nas-eleicoes-bolivianas/>

¹⁵⁴ Cf. em: https://www.oas.org/pt/centro_midia/nota_imprensa.asp?sCodigo=P-001/21

nos Estados Unidos por manifestantes que desconhecem os recentes resultados eleitorais” (OEA, 2021), ou seja, afastou a possibilidade de tentativa de golpe. Isso se deve a muitos fatores, mas, como visto, a OEA vincula-se aos interesses dos EUA, sendo que sua sede é, inclusive, em Washington¹⁵⁵. Ao contrário do que ocorre em relação a outros países, não se verifica posicionamentos da OEA contrários ao alto comando dos EUA, o que confirma ser uma organização imperialista, visto interferir e afrontar a soberania de sociedades periféricas.

A resposta à segunda pergunta serve de impulso para esclarecer todos os outros questionamentos listados. No caso de Dilma Rousseff, o *impeachment*, centrado em questões bastante contraditórias¹⁵⁶, foi a única solução encontrada para destituí-la do poder e, ainda assim, sua resistência manteve-se na esfera defensiva, isto é, não tentou impedir as manifestações antidemocráticas. Um dos cenários possíveis, caso ela tentasse combater as manifestações fabricadas, seria uma renúncia forçada. O caso de Evo Morales é mais passível de previsões, pois o ex-Presidente boliviano precisou, de fato, renunciar para evitar uma provável guerra civil, que disporia frente à frente seus apoiadores e os agentes sob comando imperialista. A oposição não aceitaria qualquer outro cenário, sendo mesmo possível afirmar que Evo poderia ter encontrado um fim dramático caso tivesse resistido. Outro cenário realista na hipótese de resistência boliviana, seria uma intervenção estadunidense na Bolívia, mesmo porque, é inegável, ante as evidências, o envolvimento do país no golpe contra Evo.

Mas, afinal, resistir ou ceder? A principal dúvida em relação a isso, é o fato de que, dentre outros fatores, o êxito das guerras híbridas depende parcialmente de um quesito técnico, que é o fator psicológico, por vias de fabricação de consentimento. Ainda que grande parte de uma sociedade mantenha apoio ao representante, boa parcela dessa mesma sociedade está tomada em espírito, deixando o chefe maior do Estado em situação por demais complicada, pois caso decida resistir, enfrentará o caos nas ruas. Evo declarou à agência de notícias EFE sentir o temor da guerra civil¹⁵⁷. Optando-se pelas vias teóricas que defendem que a soberania reside no povo, e este

¹⁵⁵ Cf. em: http://www.oas.org/pt/sobre/nossa_historia.asp

¹⁵⁶ Cf. em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/um-ano-apos-o-impeachment-a-verdade-em-conta-gotas/> e <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/06/pericia-conclui-que-dilma-nao-participou-de-pedaladas-fiscais.html>

¹⁵⁷ Cf. em: <https://www.efe.com/efe/america/politica/evo-morales-tengo-mucho-miedo-a-una-guerra-civil-en-bolivia/20000035-4112910>

é representado na figura de um poder soberano, então a resposta óbvia seria àquela contrária à resistência, porém, neste caso, um ponto importante é deixado de lado: em uma guerra híbrida, os manifestantes foram levados por força externa à se rebelarem contra o governo e, a partir do momento em que há, de fato, um Estado agindo sobre outro, neste caso de forma indireta, a solução seria pela manutenção da soberania pautada na autodeterminação dos povos, a ser discutido nas próximas páginas. Outro problema surge, quer dizer, como convencer uma sociedade, ou parte dela, que, neste contexto, a defesa da soberania inevitavelmente passa pela defesa do Estado às interferências externas promovidas por vias indiretas?

Mais importante ainda, é o fato de que, quando sob ataque híbrido, há grandes chances de vários atores internos estarem agindo contra o Estado de forma consciente. Entre os atores, estão as elites locais e parte dos meios de comunicação, que podem, dessa forma, serem compreendidos também como impedimentos externos, pois a liberdade não pode ser comandada, impulsionada ou guiada; ela deve ser natural, assim como sua defesa. Na hipótese de as elites locais estarem conscientemente agindo para construir um pensamento coletivo antidemocrático, em prol do imperialismo, entende-se ser necessário resistir e desestruturar este extrato em específico, visando impedir que sua atuação gere consentimento, evitando assim discursos de que o Estado oprime seu povo criminalizando as manifestações. O que se quer dizer é que, ou se freia os fatores de impulsionamento das guerras híbridas em seu início, ou será muito difícil escapar de acusações que visem desestabilizar o Estado.

Faz-se necessário ressaltar, que o que aqui se dispõe, não pode servir como fundamento para frear todo e qualquer tipo de manifestação. Significa dizer que, quando uma classe específica, por exemplo a classe trabalhadora dos entregadores de alimentos, sai às ruas em defesa de melhores condições de trabalho, geralmente se manifestam de forma legítima, visto a situação em que se encontram. A este tipo de manifestação, não deve haver qualquer tentativa de impedimento, pois sua pauta não é antidemocrática, nem afronta a soberania, muito pelo contrário, estão exigindo seus direitos. De outro lado, há que se perguntar: existe alguma forma legítima de manifestação pela derrubada de um governo? Entende-se aqui que há essa possibilidade, que deve, no entanto, seguir alguns contornos. Primeiro, é indispensável que não exista qualquer interferência de outro Estado, caso contrário, cria-se condições para uma guerra híbrida. O segundo ponto a ser definido, é se o

governo local está agindo contra os princípios básicos de uma democracia. Esse ponto é importante, pois não há governo no mundo que esteja livre de erros, então, não se pode visar a troca de regime, por exemplo, simplesmente por um governo ser considerado ruim. Em se tratando de um governo opressor, que a todo momento contradiz o Estado democrático, a sociedade civil não só pode, como deve combatê-lo, lembrando sempre que jamais se deve permitir a participação de atores externos, a não ser grupos de apoio moral, que podem, neste caso, sem intervir, declarar-se favorável às causas anti-imperialistas, e outras mais.

A todo momento, as sociedades periféricas estão sofrendo ataques imperialistas, e isso se deve à própria razão de existir do imperialismo, que precisa manter-se dominante, o que só é possível, ao menos na contemporaneidade, por vias neocoloniais. Como já descrito, o neocolonialismo compromete toda estrutura social da sociedade que deseja dominar ou manter sob seu domínio e, assim, a percepção destas sociedades sobre si mesmas, é alterada. Jessé Souza (2020) descreve este fenômeno da seguinte maneira:

De “suave” a dominação simbólica não tem nada. Ela domina o oprimido pelo espírito, escravizando sua capacidade de julgamento e, conseqüentemente, de ação. Ela o convence de sua própria inferioridade e faz dele um escravo que se imagina livre. Não há violência mais insidiosa que a escravidão sem os sinais visíveis e facilmente palpáveis da escravidão física e material (SOUZA, 2020, p. 50).

A guerra híbrida não atinge os Estados centrais, e toda manifestação por ela produzida nas sociedades periféricas tem um só objetivo: desestabilizar a tal ponto as estruturas sociais, que se torna impossível a manutenção do governo em vigência, o que levará ao resultado almejado, que é a subida ao poder de um governante que seja amistoso às causas imperialistas, mas, preferencialmente, subserviente. Frisa-se aqui: Dilma não agiu contra o Estado democrático de direito, e foi até mesmo inocentada da suposta irregularidade que a destituiu¹⁵⁸. Aqui não se está analisando a qualidade de seu governo, pois, como dito, um governo dificilmente será livre de falhas. Concorde-se, pois, com várias críticas negativas à ex-presidenta, mas não é isso que se busca definir. O que se busca aqui, é evidenciar os fatores que levam a uma sociedade a agir contra a própria soberania e, ao fazer tal análise, todos os fatos apontam para uma lógica padronizada, que é o ataque imperialista às sociedades periféricas – e semiperiféricas no caso da teoria do sistema-mundo –, abalando

¹⁵⁸ Para melhor compreensão sobre o tema, cf. em: <https://www.fup.org.br/ultimas-noticias/item/19782-desmontada-a-farsa-das-pedaladas-fiscais>

estruturas e comprometendo suas soberanias.

É evidente a tendência que têm os ataques a serem direcionados às sociedades governadas por partidos políticos mais à esquerda, isto é, que dão maior visibilidade à planejamentos contrários ao neoliberalismo, portanto, ao imperialismo. O escandaloso caso de espionagem ao governo de Dilma Rousseff por parte da Agência de Segurança Nacional dos EUA (NSA), revela muito sobre o que se afirma¹⁵⁹. Não há como contrapor dados oficiais, que não foram desmentidos pelo presidente estadunidense à época, Barack Obama¹⁶⁰. De acordo com reportagem de Hernandez (2017), o jornalista estadunidense James Bamford, que há anos acompanha a NSA, afirmou ao jornal Folha de São Paulo, em 2017, que “[...] não há indícios de que a agência tenha deixado de espionar o Brasil” (HERNANDES, 2017).

Com base nessas disposições, o caso do Brasil reforça a existência de interferências externas dos EUA em alvos de interesse. É uma afronta à soberania e aos mais variados princípios constitucionais¹⁶¹. Em 2018, Korybko já alertava sobre a guerra híbrida no Brasil. Segundo ele, desde 2016 “[...] agentes externos vêm tentando muito sutilmente condicionar a população para voltá-la contra o Partido dos Trabalhadores, usando instrumentos como a Operação Lava Jato, apoiada pela NSA, que tomou vida própria” (LUCENA; 2018). Mais recentemente, veio à tona o envolvimento ilegal do FBI nas investigações da operação Lava-Jato¹⁶², que levaram à prisão do ex-presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva. Todos esses fatos comprovam interferência externa, e, no contexto das guerras híbridas, o ataque à soberania.

Os acontecimentos ocorridos em ambos os casos, Brasil e Bolívia, possuem largas características de uma guerra híbrida, que vão desde a participação dos EUA, até as teorias em si, a exemplo dos Cinco Anéis, das manifestações e, por fim, o próprio resultado, cuja diferença restringe-se à maneira como se deu o afastamento do governante. Outros casos importantes também são observados na América Latina.

¹⁵⁹ Cf. em: <https://wikileaks.org/nsa-brazil/>

¹⁶⁰ Cf. em: https://istoe.com.br/322984_OBAMA+SE+RESPONSABILIZOU+POR+APURACAO+E+RESPONDERA+SOBRE+ESPIONAGEM+DIZ+DILMA/

¹⁶¹ Da Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988, extrai-se, como fundamento, em seu artigo 1º, inciso I: a soberania. Dentre os princípios fundamentais, estão contidos no art. 4º, incisos I e III, respectivamente: independência nacional e autodeterminação dos povos. No capítulo VI, que dispõe sobre a Intervenção, determina seu artigo 34, inciso II, que, a União poderá intervir para “repelir invasão estrangeira”. Nenhum dos artigos é cumprido frente à intervenção dos EUA, seja através de espionagem, ou produção de guerra híbrida.

¹⁶² Cf. em: <https://apublica.org/2020/07/quem-sao-os-agentes-do-fbi-que-atuaram-na-lava-jato/> e https://www.lemonde.fr/international/article/2021/04/09/au-bresil-une-operation-anticorruption-aux-methodes-contestables_6076204_3210.html

De acordo com Rodrigues (2020), principalmente no governo Bush (2001-2009), os EUA passam a direcionar sua atenção aos eventos relacionados ao ataque às torres gêmeas, em 11 de setembro de 2001, vinculando suas atividades estratégicas ao evento e justificando assim uma “guerra ao terror”. Nesse período, portando, a prioridade era o Oriente Médio, região cuja intervenção dos EUA deixou marcas irreparáveis, a exemplo da guerra unilateral e sem aval do Conselho de Segurança no Iraque. Com a saída de Bush em meio à crise que teve início em 2008, o governo de Obama voltaria a incluir as Américas em seus planejamentos, com base na dominação de espectro total e visando a refundação hegemônica. Conforme Rodrigues (2020, p. 142), os interesses na América do Sul “[...] não emergem de uma política construtiva para o continente ou que visasse o aprofundamento da colaboração, mas sim de uma necessidade de preservar a zona de influência hemisférica e conter o avanço dos novos polos de poder nesta região e em escala mundial”.

De fato, no lapso temporal compreendido pelo período Bush, viu-se uma amplificação das políticas humanitárias em diversos países, bem como o aprofundamento da soberania das sociedades periféricas. Um período, em geral, menos conturbado para a América do Sul. Porém, essa ascensão da autonomia significava, em contrapartida, uma colisão com os remodelados interesses imperialistas estadunidenses. Nesse contexto, as ações dos EUA são ampliadas para evitar o surgimento de qualquer outra potência hemisférica, focalizando-se em abordagens indiretas, incluindo aí o método da guerra híbrida. Era um período onde a China havia sido considerada de forma ampla nos acordos econômicos, principalmente com o Brasil, por isso que vários dos setores passíveis de tornar a região Sul mais independente foram sendo minados, a exemplo do Mercosul e do BRICS¹⁶³. Atentando-se a isso, o encadeamento é mesmo lógico, sendo interessante que a atuação conjunta dos EUA e da Lava-Jato focaram em empresas brasileiras de grande potencial econômico internacional, como a Odebrecht e a própria Petrobrás (RODRIGUES, 2020, p. 139-145).

Do que se viu, decorrem todas as operações estadunidenses focadas na desestabilização dos Estados e das sociedades periféricas em torno do globo e, para efetivar tais operações, vislumbra-se a guerra híbrida como método mais adequado.

¹⁶³ Segundo o sítio do Itamaraty, “O BRICS é o agrupamento formado por cinco grandes países emergentes - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - que, juntos, representam cerca de 42% da população, 23% do PIB, 30% do território e 18% do comércio mundial” (BRASIL).

Como a guerra híbrida está associada à interferência externa em outras sociedades, é impossível dissociá-la das questões que envolvem a soberania e, com isso, os aspectos mais íntimos de uma sociedade também são afetados pela dominação executada. Até o momento, vários países resistem ao novo modelo geopolítico estadunidense, porém, a sociedade civil é afetada de forma tão violenta, que às vezes é custoso demais retomar os rumos. Apesar de pouco interessar aos imperialistas interventores, a maior consequência decorrente da guerra híbrida, que persiste mesmo após sua conclusão, são as violações aos direitos humanos nas sociedades periféricas. O rastro de destruição ultrapassa os limites até mesmo das guerras militares convencionais, pois neste caso, o das guerras híbridas, as vítimas são levadas à condição de súditos de uma força externa tão bem empregada, que ainda que sua presença seja notada, não mais se é capaz de percebê-la como inimiga.

Dessa forma, e rememorando os questionamentos elaborados, conclui-se que a defesa da soberania se fraciona em dois momentos, um que antecede a efetivação da guerra híbrida, e outro posterior a ela. No primeiro momento, entende-se que caberia ao Estado da sociedade alvo – visto que ainda não houve ruptura entre representante e representado – movimentar-se estrategicamente para evitar que o interventor imperialista firme as influências das quais resultam as revoluções coloridas. Obviamente, é preciso que o Estado esteja em uma condição prévia de soberania, para isso servem as políticas internas, como a alteração nas doutrinas militares ultrapassadas, que insistem, em muitos países, em seguir os costumes das antigas ditaduras; Brasil e Bolívia são exemplos claros.

Já no segundo momento, a soberania estará corrompida, cabendo à parte da sociedade que não foi comprometida retomá-la, porém, dependendo da profundidade da influência exercida por meio da guerra híbrida pela força interventora, será bastante difícil, daí a importância da ação do Estado para a soberania. Vale lembrar que, após uma guerra híbrida exitosa, o novo governante estará compromissado com o centro imperialista, portanto, a retomada da soberania deve ser organizada cautelosamente, ainda que leve certo tempo, não podendo estender-se demasiadamente, no entanto. Alguns países latino-americanos obtiveram êxito no segundo momento, como, por exemplo, a Argentina e também a Bolívia, mas, ainda é cedo para traçar qualquer análise muito certa sobre estes casos, pois, devido ao fracasso colossal dos governos golpistas naqueles países, porque são incompetentes e só enxergam *la plata*, outros golpes podem estar em andamento. Além disso, fica determinado que os

impedimentos externos à liberdade do movimento, no contexto da soberania trabalhada por Hobbes (2003), encontram-se nas revoluções coloridas, onde o imperialismo se faz representar pelas manifestações antidemocráticas que promovem não uma libertação, mas as próprias peculiaridades de uma sociedade neocolonial. De qualquer forma, é indispensável manter a luta democrática em vigência, pois quanto mais tempo se permite ao imperialismo agir, mais enraizadas suas características se tornam, o que refletirá em uma sociedade absolutamente desgastada e depredada em seus direitos humanos, como será analisado a partir de agora, no tópico que segue.

2.3 GUERRAS HÍBRIDAS E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA CRÍTICA

O imperialismo, embora venha há muito tempo justificando seus atos por meio do discurso em defesa dos Direitos Humanos, não se permite deixar de intervir em outros Estados, o que, por si só, é um ato contrário àqueles direitos. Anteriormente, após algumas conceituações e exemplos, foi analisado como a soberania é corrompida pelo imperialismo através do uso do método híbrido de guerra, e quais as características mais marcantes dessa interferência, tendo sido definida a importância da ação estatal antes que este tipo de ataque tome grandes proporções, no intuito de evitar uma ruptura em relação à sociedade civil. Além disso, ficou evidenciado que um dos propósitos deste tipo de intervenção é a desestabilização das sociedades periféricas, sendo que, no caso da América Latina, os ataques se deram para frear a mudança de paradigma pela qual diversos países da região se propuseram a promover após a lacuna hegemônica que surgiu no continente durante o governo Bush, então preocupado em dominar o Oriente Médio às escusas de uma “guerra ao terror”.

Já neste tópico, a proposta é buscar informações que denunciem a violação dos direitos humanos decorrentes das práticas imperialistas neocoloniais por meio das guerras híbridas, em todas as regiões do mundo. Evitar-se-á o aprofundamento da condição da Venezuela neste contexto, pois esse será o tema específico do último capítulo. Ainda, faz-se saber que algumas matérias inseridas no tópico anterior poderão ser mais aprofundadas aqui, visto que certas particularidades recaem no conteúdo dos direitos humanos. Serão mantidas análises sobre conteúdos oficiais

(declarações principalmente), visto que, daquilo que é tornado público, pouca coisa é devidamente divulgada, não atingindo os setores da sociedade efetivamente impactados.

O período de abordagem é extenso, portanto, serão selecionados alguns eventos importantes, como o caso da província japonesa de Okinawa, cuja intervenção estadunidense ainda persiste, e outros já encerrados, mas que contêm informações reveladoras, a exemplo da guerra do golfo, em 1990. Será também analisada a guerra do Iraque, iniciada em 2003, que, devido a proximidade com o início do uso do método de guerra híbrida, representa já algumas mudanças importantes no cenário geopolítico internacional. Ficará evidente, que não existem exemplos de interferências externas que possam ser considerados favoráveis ao país atingido. Claro que, do ponto de vista imperialista, até mesmo as atrocidades impronunciáveis são justificadas pelo princípio do mal menor, não interessando aos interventores saber a contagem de corpos, a soberania desabada, as violências físicas e morais cometidas pelos militares, especialmente contra mulheres e crianças, mas sim se os seus objetivos foram alcançados. Com essa perspectiva, tem início as exposições temáticas propostas.

O primeiro conteúdo a ser trazido ao debate diz respeito à gênese dos Direitos Humanos, onde será analisada a dicotomia entre a exclusividade e a universalidade partindo da obra de Marx (2010) denominada “Sobre a Questão Judaica” para demonstrar não só a percepção do autor acerca do tema, mas também como a burguesia conduziu seus trabalhos na área, com intenção de organizar um campo do saber que pudesse administrar tão somente a seu favor. Optou-se por essa abordagem para evitar repetições desnecessárias e muito genéricas, mesmo que seja impossível afastar-se completamente de alguns temas já bastante conhecidos. Pois bem, dinamismo, em uma práxis histórica que entoa reivindicações para além da teoria e do positivismo, na incansável busca pelo aprimoramento formal do que, de fato, é carente em prática. É dessa forma que a teoria crítica do direito vem atuando para materializar o dever ser do próprio direito, isto é, algo não está posto em prática por estar contido em uma universalidade positivada. Quando se trata dos direitos humanos, a lei positivada não coaduna com a realidade dos fatos, e isso gera um grave problema não apenas filosófico, mas também político, tendo em vista que a dignidade humana não se concretiza na teoria, ainda que daí surjam as premissas para materialização das mínimas condições necessárias à uma vida digna.

A modernidade trouxe consigo algumas mazelas próprias do colonialismo e, conforme demonstrado ainda no primeiro capítulo, tais características adotadas pelos europeus, que conferiram aos colonizados condições subumanas, principalmente com base na diferenciação por raças, são responsáveis pelo prolongamento da subjugação do outro não reconhecido como apto à dignidade humana, justamente por serem inferiorizados e colocados em situação marginal. Sobre isso, Sartre, em sua introdução à obra de Albert Memmi “O Colonizador e o Colonizado”¹⁶⁴, afirma que “O colonialismo nega os direitos humanos aos seres humanos que subjugou pela violência e os mantém à força em um estado de miséria e ignorância que Marx corretamente chamaria de condição subumana” (SARTRE, 2003, p. 20. Tradução Livre¹⁶⁵). Disso, resulta que pela condição subumana, os direitos humanos aos povos dominados seriam negados, o que define este período como a base fundamental para uma teoria crítica.

Apesar de formalmente ter desaparecido o colonialismo e a escravidão nele contida, todo seu aparato retornaria, materializado sob novas formas, a exemplo do neocolonialismo e das ditaduras militares, que se provaram mecanismos imperialistas de dominação e de reprodução da exclusividade dos direitos humanos (MBAYA, 1997, p. 17-18). Ainda que existam discussões sobre o Cilindro de Ciro¹⁶⁶ ter sido o primeiro escrito conhecido em defesa dos direitos humanos – por volta de 539 a.C –, fato é que na modernidade, de acordo com Mbaya (1997, p. 30), existem alguns acontecimentos históricos que condizem com sua gênese: Revolução Inglesa (1688), Declaração da Independências dos EUA (1776), Revolução Francesa (1789), Revolução Russa (1917), Proclamação da República Popular da China (1945) e o Advento das Independências dos povos coloniais (1960). Porém, o tratamento universal, que também se tornou hegemônico e representa a antinomia à exclusividade, encontrou-se positivado somente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, carta esta elaborada pela ONU, válida de 1948 em diante (MANENTE, 2016, p. 30).

Como dito, a universalidade dos direitos humanos sucede a aplicação da exclusividade e representa um avanço teórico, sendo um erro deixar de considerá-la

¹⁶⁴ A obra foi publicada originalmente em 1974 sob o título *The Colonizer and the Colonized*.

¹⁶⁵ Colonialism denies human rights to human beings whom it has subdued by violence, and keeps them by force in a state of misery and ignorance that Marx would rightly call a subhuman condition.

¹⁶⁶ Conforme Rocha (2020, p. 64-65) “Trata-se de um artefato de cerâmica [que] contém a descrição, em acádio, da conquista de Babilônia por Ciro, em 539 a.C., após destituir Nabonido que tinha reinado entre 556 e 539 a.C”. O cilindro glorifica Ciro por seus feitos, que incluem a libertação de vários grupos oprimidos pelo seu antecessor. “Tem sido interpretado, em alguns setores, como uma espécie de ‘carta de direitos humanos’”.

como uma significativa ferramenta de combate aos desarranjos sociais, mas isso não impede que a Declaração Universal seja objeto de críticas que visem sua adequação constante, pois ela não foi capaz de prevenir violações. Essa investigação denunciadora cabe às teorias críticas nos mais diversos ramos do saber, porém, aqui dar-se-á destaque à Teoria Crítica do Direito, que será restrita, mais adiante, ao âmbito dos direitos humanos. Assim, pode-se nomear duas teorias que se confrontam no âmbito teórico: a Tradicional e a Crítica, onde a primeira sustentará ser a universalidade formal condição não só necessária, mas suficiente para a concretização dos direitos humanos em nível global, o que não é, sob nenhuma hipótese, uma assertiva realista, como será visto. Antes, algumas anotações sobre a exclusividade das primeiras declarações, para entender melhor como se operava.

Para especificar a exclusividade, toma-se a obra “Sobre a Questão Judaica”, em que Marx (2010), ainda que afastado temporalmente da noção da universalidade proposta pela Declaração de 1948, demonstrava singular compreensão sobre o tema. Nessa obra, o autor se debruça a elaborar uma crítica político-social voltada a esclarecer seu pensamento acerca do confronto entre Estado e religião – ambos por ele criticados –, no âmbito da emancipação judaica frente a um Estado que não poderia ceder direitos aos não cristãos. Apesar da profundidade do texto, e por não se encontrar aqui espaço para enquadrá-lo por completo, alguns pontos podem ser aproveitados para o fim que se pretende. Desse modo, o resumo em linhas da obra pode ser definido, e é até necessário, para que se a tenha devidamente contextualizada. Levando-se em conta que o Estado alemão era, à época, um Estado cristão, onde aos judeus eram negados os direitos políticos, Marx propôs algumas críticas às obras de Bauer, mais especificamente a que leva o título “A Questão Judaica”, cujo equívoco, para Marx, estava em não trazer a análise para o âmbito político (SOUSA, 2008, p. 18).

Para Bauer, descreve Sousa (2008), a emancipação política dos judeus só seria possível caso abdicassem de sua religião, o judaísmo, e os homens em geral, se abrissem mão da religião como um todo. Marx (2010) diverge pontualmente, declarando ser plenamente possível emancipar-se politicamente sem abrir mão da religião, assim, o ponto central, na obra de Marx (2010, p. 46), reside na diferenciação entre a “emancipação política” e a “emancipação humana”, entendendo o autor que “A emancipação do Estado em relação à religião não é a emancipação do homem real em relação à religião”. Isso significa verdadeiramente dizer que em um Estado laico –

Marx cita os EUA –, é possível existir emancipação política sem que se afaste a religião do plano privado, ainda que isso não represente, para o autor, uma emancipação plena.

A crítica, então, alcança o teor pretendido por este trabalho, onde Marx (2010, p. 46) levanta o questionamento sobre a possibilidade, ou não, de um judeu politicamente emancipado (direitos de cidadão), reivindicar também para si “os assim chamados direitos humanos”, que compreendem, no contexto histórico de Marx, os direitos do homem. Dessa forma, conectando os eixos de sua obra, Marx (2010, p. 48) perceberia, ao analisar a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão – França, 1789 – que o judeu estava inserido nela como cidadão, apto a captar para si os direitos positivados nesta categoria, mas não se encontrava na categoria “homem”, pois esta estava reservada ao homem burguês. Por isso, Marx (2010, p. 48) afirma categoricamente que os direitos humanos, que dizem respeito apenas aos direitos do “homem” – lembrando que sua análise se dá sobre as legislações vigentes à época –, servem apenas ao “[...] membro da sociedade burguesa”.

Está correta a análise de Marx (2010) sobre os direitos humanos terem nascido para resguardar os direitos da burguesia, portanto, reside aí a exclusividade. Exemplificando essa questão, o segundo artigo da referida declaração, que trata da liberdade, da propriedade a segurança e da resistência à opressão, diz respeito aos direitos do “homem”, enquanto o sexto artigo, que afirma ser a lei a expressão da vontade geral, ele se refere a todos os cidadãos. Várias exclusividades também estão contidas em outras legislações, como a própria Constituição francesa de 1793, que, dentre outras coisas, confere a todos os homens o direito à liberdade de culto, o que deixa claro que os judeus, enquadrados apenas como cidadãos, não estão aí inclusos, por terem conquistado apenas a emancipação política (MARX, 2010, p. 47).

Dessa forma, Marx percebera, ainda em sua juventude, a tendência do Estado moderno em afastar o homem das relações coletivas, pois, ao condicionar a liberdade ao não prejuízo dos direitos do próximo, o homem cerca-se em si mesmo, o que na prática, segundo o revolucionário alemão, “[...] equivale ao direito humano à propriedade privada” (MARX, 2010, p. 49; PINTO, 2006, p. 14). Nota-se que nessa perspectiva do individualismo, onde a liberdade é limitada pela ideia da propriedade privada, os indivíduos deixam de se preocupar com o coletivo, sendo essa uma das características que ofuscam a própria noção de universalidade da teoria clássica, que aceita e propaga a ideia da materialização natural dos direitos universais, segundo a

qual basta ser humano para possuir direitos humanos.

A lógica se perde quando ao Estado é outorgado o poder de gerir esses direitos. Afirma Nikken (1997, p. 15-16. Tradução Livre¹⁶⁷), que devido aos direitos humanos corresponderem com a afirmação da dignidade da pessoa perante o Estado, eles estariam garantidos pelo poder público, que seriam o veículo para que a pessoa “[...] viva em sociedade em condições compatíveis com a mesma dignidade que lhe é inerente”. Sendo o próprio poder público – naqueles e nestes tempos – o manequim das classes dominantes, bem como o criador de discrepâncias exclusivas e falácias universalistas, não é possível esperar que dele parta as ações necessárias ao ideal regramento dos direitos humanos. Aliás, o regramento enquanto meio de positivação de direitos até existia, ainda que fosse já uma ilusão; fugia mesmo da intenção do poder estatal era a vontade em ver efetivada a prática desses fundamentos.

É nítido, portanto, que o mero reconhecimento formal de que a pessoa possui direitos que lhe são inerentes e devem, portanto, serem resguardados pelo Estado, confronta-se com a recorrência de sua não realização, isto é, reconhecer os direitos humanos não pode ser o intuito finalístico, é preciso que a ação seja concretizada. Resulta, então, da teoria tradicional, a falsa noção de que, em se tratando de uma pessoa humana, seus direitos fundamentais estão garantidos e não podem ser suprimidos de forma legal. Por esta percepção estar fundada no jusnaturalismo, estes direitos devem ser inseridos no Direito positivo, que por sua vez não pode “[...] contradizer os imperativos do Direito Natural” (NIKKEN, 1997, p. 16. Tradução livre¹⁶⁸). Porém, basta uma leitura crítica de alguns acontecimentos históricos para perceber as contradições, quer dizer, ao longo da história, mesmo após a positivação dos direitos humanos como universais, o que se viu foi mais a violação do que sua proteção pelo poder público. Dessa forma, para a teoria clássica, a mera superação da exclusividade pela universalidade, somado ao reconhecimento positivado dos direitos humanos como “anteriores e superiores” ao poder do Estado, garantiria sua inviolabilidade, pois o Estado não poderia impedir o “pleno gozo” desses direitos, mas sim, deveria garantir sua existência (NIKKEN, 1997, p. 18).

Com o advento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, abriu-se caminho para que suas normas fossem incorporadas no âmbito do direito

¹⁶⁷ vivir en sociedad en condiciones cónsonas con la misma dignidad que le es consustancial.

¹⁶⁸ Las bases de justicia natural que emergen de dicha naturaleza deben ser expresadas en el Derecho positivo, al cual, por lo mismo, está vedado contradecir los imperativos del Derecho natural.

interno, mais especificamente pelas Constituições nacionais. Por conta disso, discussões hermenêuticas surgiriam no âmbito da receptividade da internacionalização dos direitos humanos pelas Constituições, principalmente no que diz respeito ao suposto embate entre o direito interno e o internacional, onde muitos entenderiam que, por questões de soberania, o direito interno deveria prevalecer. Embora não seja objeto de estudo desta dissertação, toma-se, apenas para fins de exemplificação, um debate que ocorre no Brasil – que é signatário da referida Declaração – a respeito da reforma Constitucional brasileira de 2004, a partir da Emenda Constitucional (EC) nº 45 que, em seu art. 5º, §3º passou a determinar que “Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos [...] serão equivalentes às emendas constitucionais” (BRASIL, 2004).

Predomina no Supremo Tribunal Federal (STF), o entendimento de que não é possível conceder status de cláusula pétrea a uma cláusula inserida por meio de constituinte de reforma, ainda que seja relativa aos direitos fundamentais, como é o caso em questão. De acordo com Silva (2016, p. 72), “[...] os tratados internacionais em matéria de direitos humanos ingressam no ordenamento jurídico [...] como direitos criados pelo poder constituinte de reforma e, portanto, são direitos possíveis de revogação, abolição ou supressão por nova emenda constitucional”, o que contradiz a própria Constituição brasileira em seu art. 4º, II, que afirma que “A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, [dentre outros, pelo seguinte princípio]: II- prevalência dos direitos humanos” (BRASIL, 1988). Desse suposto embate, que não se restringe ao ordenamento brasileiro, é necessário definir exatamente a posição dos tratados e leis internacionais sobre os direitos humanos frente ao direito interno, isto é, se eles possuem caráter supranacional.

Para serem considerados válidos, os direitos humanos não deveriam precisar vincular-se a uma norma interna, pois sua própria conceituação leva em conta seu caráter universalista, ou seja, válido para todos os seres humanos ao redor do globo. Dessa forma, quando uma Constituição positiva os direitos fundamentais, ocorreria uma fusão entre o Direito Constitucional nacional e o Direito internacional, onde dessa interação surgiria um “caráter especial” de resguardo comum de direitos (SILVA, 2016, p. 73). Acerca das possíveis contradições entre as fontes nacionais e internacionais de direito, o constitucionalista argentino Ruy Gustavo Ferreyra (2013, p. 278.

Tradução livre¹⁶⁹) afirma em seu livro “Fundamentos Constitucionales” que se faz necessária uma atualização “[...] da definição do conteúdo de Direito Constitucional, pois sua internacionalização parece inevitável”. Desse modo, o autor defende o reconhecimento da existência de fontes de produção jurídica supranacionais, mas não apenas para trazer aquelas normas ao texto constitucional, e sim ao sistema constitucional, conferindo a elas igual hierarquia e nível. Somente dessa forma os tratados internacionais de direitos humanos poderiam encontrar o espaço que merecem, a despeito dos que defendem a primazia do sistema jurídico estatal (nacional) (FERREYRA, 2013, p. 278).

Ainda que Ferreyra esteja se referindo ao ordenamento jurídico argentino, sua declaração pode ser levada em conta no âmbito internacional. Mazzuoli (2000, p.184) já havia se posicionado desta forma ao criticar o entendimento do STF a respeito do tema, afirmando que os tratados internacionais de direitos humanos não deveriam ser meramente equivalentes à legislação interna, mas igualados à própria Constituição do Estado. Concorde-se com esta interpretação, pois, acredita-se que para ser possível superar os vários obstáculos que se apresentam para a efetivação dos direitos humanos, é indispensável que o ordenamento jurídico supere as contradições e se adeque à realidade dos fatos.

As mudanças também se fazem necessárias no âmbito do direito internacional, e a teoria crítica dos direitos humanos se faz indispensável para demonstrar em quais aspectos a Declaração Universal é limitada, bem como, surge para apresentar algumas possíveis soluções. É possível dizer que quando Marx (2010, p. 48) situa os direitos humanos (*droits de l'homme*) como direitos do homem burguês, ou seja, “[...] do homem egoísta, do homem separado da comunidade”, ele está traçando uma crítica, já nesta época, ao que seria mais tarde classificada como teoria tradicional dos direitos humanos, esta que é produzida “[...] ‘de cima para baixo’ por outros, elaborada sem o contato direto com os problemas de uma ciência empírica particular” (HORKHEIMER, 1980, p. 119). Horkheimer (1980) introduziria o conceito de teoria crítica quando da percepção de que a teoria chamada tradicional, ou

¹⁶⁹ El siglo XXI obliga, constantemente, a la propia actualización de la definición del contenido de Derecho constitucional, en virtud de que su “internacionalización” parece inevitable. Por dicha razón, y si se reconociere la existencia, para la configuración del contenido abarcado por el término “Derecho constitucional”, de fuentes de producción jurídica estatal y fuentes de producción jurídica supraestatal se estaría amortiguando el peso de la controversia y, por consiguiente, el DIDH podría hospedarse en el ámbito de la noción “Derecho constitucional federal argentino”, tal como se lo viene delimitando.

clássica, corresponde em verdade a uma ilusão, onde seus produtores creem estarem agindo por suas próprias decisões, quando de fato estão todos inseridos em conceitos pré-determinados, ou, como descreve o próprio autor, “em formas dadas” (HORKHEIMER, 1980, p. 123).

Assim, conforme Batista e Lopes (2014, p. 7), a teoria tradicional serve como “[...] um instrumento de dominação da classe dominante, [pois] a separação [de seu objeto] equivale à falsificação da imagem, conduzindo ao conformismo e à submissão”. Em contrapartida, a teoria crítica manifesta a intenção de criar novos paradigmas que forneçam conhecimento crítico, onde se altera a noção tradicional dominante e possibilita uma luta contra a opressão e a dominação. Nesse contexto, ao considerar a interpretação tradicional ultrapassada, e mesmo injusta, Flores (2009) busca trazer uma nova perspectiva que contribua para que, a partir da teoria crítica, todos e todas possam realmente ter condições de lutar por uma vida digna de ser vivida que, para o autor, deve ser o objetivo basilar da luta pelos direitos humanos. Infere-se da obra de Flores (2009, p. 27), que os direitos humanos formalmente declarados fazem parte de uma perspectiva tradicional e hegemônica, como é possível perceber da leitura do texto da Declaração Universal de 1948.

Para esclarecer este assunto, recorre-se à análise de Flores (2009) sobre dois pontos contraditórios da Declaração sob análise. Em seu preâmbulo, é declarado que a Declaração Universal dos Direitos Humanos representa um “[...] ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações”, ou seja, tem-se expresso o conhecimento de que não são direitos concretizados, mas a serem alcançados por esforço conjunto e, dessa forma, não individualista. Porém, contraditoriamente, o artigo primeiro da mesma Declaração (1948) afirma que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos”. Ora, como é possível todos serem livres e iguais em dignidade e em direitos, se esse é um ideal ainda não alcançado? Essa é justamente a engrenagem feita para funcionar em uma sociedade (neo)liberal-capitalista, por isso, torna-se tão difícil convencer que não se está diante de algo que simplesmente é, mas sim, algo que deveria ser. Deste momento em diante, será possível perceber como a retórica universalista dos direitos humanos, que é de domínio imperialista, é utilizada para manter inertes as ações possíveis das sociedades em nível mundial, mas, principalmente, àquelas periféricas e semiperiféricas.

As pessoas que lutam, escreve Flores (2009, p. 27), muitas vezes acabam

desencantadas, pois percebem que, embora seus direitos estejam positivados, não podem de eles usufruir por falta de condições materiais. É preciso compreender que as práticas sociais voltadas à luta pelos direitos humanos buscam encontrar meios que possibilitem a concretização do que já lhes pertence e, para que isso seja possível, é necessário, mas não suficiente, positivar o que se reivindica, pois com isso surgem condições de exigência. A teoria tradicional, segundo Flores (2009, p. 29), limita-se a esta primeira etapa, quer dizer, contenta-se com a positivação dos direitos, mesmo porque, qualquer coisa além disso representa óbice às tentativas imperialistas de intervenção. O ir além, afirma Flores (2009), é entender o “porquê” dos direitos humanos e, a partir disso, perceber que os processos de divisão do fazer humano são injustos e desiguais, por terem sido pensados dentro da lógica do sistema capitalista e, por esse motivo, existem forças que trabalham para que não se altere a estrutura e nem se dê condições de resistência.

Mas o exercício cognitivo não se encerra na compreensão do “por que” dos direitos humanos, mas sim no entendimento de “para que”, de fato, eles servem. Este terceiro nível representa a luta por condições materiais reais que levem a uma vida digna de ser vivida. É a afronta maior ao modo de produção capitalista e o que impediria qualquer iniciativa neocolonial imperialista, pois, conforme explica Flores (2009, p. 31), a dignidade só pode ser alcançada através do acesso igualitário e não hierarquizado aos bens, impedindo que uns tenham privilégios, e outros sejam oprimidos e subordinados. E qual é a consequência lógica do neocolonialismo, se não tornar os imperialistas, dominadores, e as sociedades, subordinadas? Seguindo o que foi dito ainda no primeiro capítulo, não se trata de uma ilusão, isto é, a Declaração Universal de 1948 seguiu os moldes da Declaração do Homem e do Cidadão, pois, propositalmente foi redigida para servir a um setor bem específico, então, não houve ilusão alguma ao declarar o sofisma de que os direitos positivados são direitos universais materializados; muito pelo contrário, ela foi pensada para manter o sistema capitalista funcional.

Fez-se necessária a diferenciação entre a teoria tradicional e a teoria crítica, para que fosse possível perceber como teorias hegemônicas servem de instrumento ideológico para manutenção do domínio sobre a lógica dos direitos humanos. É preciso deixar claro que essas teses são construções históricas que utilizam táticas antigas de diversionismo, sem as quais os imperialistas não poderiam perpetuar sua influência. Prossegue-se, com um excerto da introdução de Bandeira (2007) para a

obra “O Universalismo europeu”, de Wallerstein, em que afirma:

Os conceitos de democracia e de direitos humanos, de superioridade da civilização ocidental e da economia de livre mercado (*free market*) são apresentados como valores universais e invocados pelas grandes potências, sob a liderança dos Estados Unidos, para legitimar e justificar os direitos de intervenção, que avocam para si, e o desrespeito aos princípios de soberania e autodeterminação dos povos. O direito à ingerência é o reconhecimento de que os Estados estrangeiros podem violar a soberania nacional de outros países (BANDEIRA, 2007, p. 14)

O domínio sobre os direitos humanos, portanto, confere ao centro de poder capitalista, sob liderança dos EUA, o poder da inversão da lógica dos direitos humanos, o que possibilita aos interventores justificarem seus atos. Porém, quanto mais se avança no tempo, mais aumenta a percepção social sobre as incoerências entre discurso e prática, e isso obriga os interventores a mudarem seus métodos. Tentar-se-á comprovar isso expondo alguns casos em que a violação dos direitos humanos ficou evidenciada, mantendo-se firme na defesa de que qualquer intervenção é, por si só, uma violação. O primeiro caso que se exporá, embora não seja dos mais conhecidos, talvez seja dos mais persistentes e cruéis, e servirá para demonstrar, em conjuntos com os casos subsequentes, as diferenças entre o método de intervenção convencional e o da guerra híbrida, e como, em ambos os casos, os direitos humanos são violados.

Quase findavam os conflitos da segunda guerra mundial, quando, entre 1944 e 1945 os EUA invadiram a província japonesa denominada Okinawa¹⁷⁰, onde viriam a exercer domínio com a instalação de diversas bases militares. De acordo com Dantas e Kuhlmann (2013), o intuito dos EUA era impossibilitar uma possível futura expansão japonesa e, em decorrência da perda da aliança com a China a partir de 1949, a melhor estratégia seria um profundo alinhamento com o Japão, o que incluía a fixação física em alguns territórios. Sendo considerado o maior ataque anfíbio do Pacífico, a Batalha de Okinawa “[...] foi a primeira a trazer grandes baixas de civis para o Japão”, algo em torno de 150 mil, fora os outros 110 mil soldados que morreram (AMBROSIO, 2014, p. 26), indicando o descaso estadunidense para com a sociedade civil local. Era de se esperar a retirada das tropas da região, mas, ao contrário, em 1951 um acordo de “paz” entre os países entregava, oficialmente, o comando de Okinawa aos EUA e, embora a região tenha sido devolvida ao Japão em 1972, as bases estadunidenses permaneceram em pleno funcionamento, com respaldo em

¹⁷⁰ Okinawa é uma província situada ao extremo sul do Japão, formada por um pequeno arquipélago. Para maiores detalhes cf. em: <https://okinawando.wordpress.com/sobre/>

mútuo acordo de cooperação em segurança, visto que a Constituição Japonesa passou a limitar seu próprio desenvolvimento militar¹⁷¹ (DANTAS; KUHLMANN, 2013).

A contradição é evidente, pois, de acordo com Souza (2016, p. 8), ao passo que o Japão alterava sua Constituição, limitando, ou impedindo investimentos bélicos, por meio de um acordo, os EUA estavam livres para utilizar suas instalações militares em Okinawa, visto ser considerada área estadunidense. O mesmo autor afirma que, apesar de não existir qualquer tipo de fiscalização, já foi “[...] descoberto e comprovado o uso de agente laranja e outros químicos altamente tóxicos”¹⁷² em toda região. O argumento oficial utilizado para justificar a permanência dos EUA em Okinawa, era – e continua sendo – o temor que a China direcione seus ataques para a região, porém, a realidade é que o arquipélago representa apenas mais um ponto geoestratégico para os estadunidenses. Essertier (2017), em artigo para o site da organização “*World Beyond War*”, afirma, ao falar sobre as bases estadunidenses em Okinawa, que “Os EUA os usaram para atacar a Coreia do Norte e o Vietnã, e podem usá-los novamente no futuro para atacar a Coreia do Norte ou a China”, pois boa parte de todas instalações militares estadunidenses próximas à China, encontram-se em Okinawa¹⁷³.

O desejo do povo okinawano em se ver livre desta contínua intervenção, que já dura 76 anos, fica em segundo plano, e é partir de suas denúncias que se confirmam as mais diversas e absurdas violações aos direitos humanos. Segundo Essertier (2017), as denúncias de estupros de civis por militares datam de 1972 – mais de cem, diz o autor –, e fortalecem cada vez mais o movimento anti-base. Foram reportados crimes deste tipo cometidos por militares inclusive contra crianças, e os casos incluem ainda assassinatos e prisões ilegais contra protestantes, como é o caso de Hiroji Yamashiro, que foi preso por ser contrário à permanência das bases estadunidenses e denunciou o abuso ao Conselho de Direitos Humanos da ONU¹⁷⁴ (ESSERTIER, 2017). Em reportagem para o Japan Times, Yamashiro (2017) declarou que o governo japonês comete claras violações aos direitos humanos aos que se opõem ao plano de

¹⁷¹ O artigo 9º da Constituição do Japão declara que “o povo japonês renuncia para sempre à guerra como um direito soberano da nação e à ameaça ou uso da força como meio de resolver disputas internacionais”, e ainda dispõe: “Para cumprir o objetivo do número anterior, as forças terrestres, marítimas e aéreas, bem como outros potenciais de guerra, nunca serão mantidas. O direito de beligerância do estado não será reconhecido”. Cf. em: <https://www.solon.org/Constitutions/Japan/English/english-Constitution.html>.

¹⁷² O agente laranja é um herbicida que foi utilizado pelos EUA na guerra do Vietnã. Para maiores detalhes acerca das evidências de seu uso em Okinawa, cf. em: <https://cck-law.com/blog/was-agent-orange-used-on-okinawa/>.

¹⁷³ Existem por volta de 47 mil soldados estadunidenses no Japão, sendo que mais da metade se encontram em Okinawa. Cf. em: <https://sicnoticias.pt/mundo/2015-06-23-PM-japones-interrompido-por-protestos-contr-a-presenca-dos-EUA-em-Okinawa->.

¹⁷⁴ Várias reportagens sobre o caso podem ser conferidas em: <https://www.japantimes.co.jp/tag/hiroji-yamashiro/>

relocação da base aérea dos EUA. O governo japonês chegou a condenar publicamente o estupro de uma mulher por dois fuzileiros navais estadunidenses, ocorrido em 2012 na província de Okinawa¹⁷⁵. Conforme Matsumoto (2017), “A cada ano, são registrados inúmeros casos em Okinawa, muitos deles cometidos por soldados e trabalhadores das bases militares [estadunidenses]. Um dos mais recentes e de maior repercussão foi o estupro e assassinato de Rina Shimabukuro, em junho de 2016”¹⁷⁶.

O caso de Okinawa é um exemplo claro não só de como as intervenções geram consequências irreparáveis às sociedades que residem nas regiões invadidas, mas também da enorme influência que os EUA mantêm sobre as organizações internacionais, pois, apesar das denúncias públicas, a ONU não promove nenhum tipo de ação contundente pela retirada das tropas estadunidenses. Dessa forma, quando os interventores são os EUA, apenas duas opções são postas à mesa do Conselho da ONU: ou a inação, ou o aval, e ambas podem ser constatadas. O próximo caso que será exposto, e que confirma o aval dado aos EUA pela Organização internacional, diz respeito à guerra do golfo, ocorrida entre 1990 e 1991 e que culminou na invasão ao Iraque. Já para constatar a inação da ONU, será utilizado o caso da guerra do Iraque iniciada em 2003, denominada “guerra ao terror”.

Há tempos, o Iraque envolvia-se em disputas com o Kuwait; de um lado, por questões geopolíticas e disputas territoriais, visto que o Estado iraquiano reivindicava aquela região como parte de seu território e, por outro lado, além da localização geográfica privilegiada (toda costa oriental voltada ao Golfo Pérsico), o Kuwait era detentor de grandiosa reserva de petróleo (SILVEIRA; COSTA, 2017, p. 3). A justificativa iraquiana perante à Liga Árabe, no entanto, ficou restrita às questões econômicas relacionadas ao petróleo, tendo em vistas que a alta produção do combustível fóssil pelo Kuwait teria reduzido drasticamente o valor do barril, afetando à economia local (NATIVIDADE, p. 15-16). Além disso, foi alegado que o Kuwait estava extraíndo petróleo em território iraquiano e, como aquele país era o maior credor regional do Iraque, este cobrou, além de uma indenização, a redução da dívida. Fato é, que os dois países entraram em conflito, resultando na invasão do Kuwait pelo

¹⁷⁵ Cf. em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/24919/japao-condena-estupro-cometido-por-fuzil-eiros-norte-americanos>.

¹⁷⁶ O ex-soldado estadunidense Kenneth Franklin Shinzato foi acusado nas investigações sobre a morte de Rina Shimabukuro. Cf. em: <https://exame.com/mundo/ex-soldado-americano-e-acusado-de-estupro-e-assassinato/>

Iraque, após inexitosas tentativas de acordo. Esse evento causou temor aos EUA, e a seu maior aliado na região, a Arábia Saudita, fazendo com que Saddam Hussein fosse propagandeado no “ocidente” como inimigo público (SILVEIRA; COSTA, 2017, p. 3-4).

Não tardaria para que os EUA tomassem a frente da disputa regional que, embora ocorresse longe de seu território, envolvia muitas questões de seu interesse. Dessa forma, tão logo os EUA acionaram o Conselho de Segurança da ONU, surgiram as primeiras prescrições para que o Iraque retirasse suas tropas do Kuwait. Em seguida, por meio de outra resolução, o Conselho de Segurança viria a autorizar sanções e embargos contra o Iraque, visando reestabelecer a soberania do Estado ocupado (ARRAES, 2004, p. 128). Para forçar a retirada das tropas iraquianas, não bastava o aval do Conselho de Segurança da ONU, faltava um clássico ingrediente de legitimação estadunidense: uma justificativa irrefutável, que viria sob a forma de imagens captadas por satélite, que representaram o ponto chave de toda trama estadunidense, como será visto.

Após a invasão do Kuwait pelo Iraque, os EUA precisavam aproximar-se do território do conflito, e miraram a Arábia Saudita como ponto estratégico, sendo necessário convencê-los a disponibilizar suas bases para os militares estadunidenses. Então, para surpresa dos sauditas, foi-lhes apresentada uma imagem de satélite em que tanques de combate iraquianos apareciam alinhados na fronteira, em posição ofensiva. Ao redor do mundo, os meios de comunicação propagaram a notícia de que Saddam Hussein preparava-se para o combate também contra a Arábia Saudita, fato este que corroborou para o imenso bombardeio na região do Kuwait dominada pelo Iraque¹⁷⁷. De acordo com Peterson (2002), oficiais do pentágono calcularam, com base nesta imagem ultrassecreta feita por satélite, que existiam “[...] cerca de 250.000 soldados iraquianos e 1.500 tanques [...] ameaçando o principal fornecedor de petróleo dos EUA”. Tamaña frota não passaria despercebida, era a prova cabal. O então presidente George H. W. Bush (1989-1993), chegou a declarar publicamente em 2 de agosto de 1990, sobre a ameaça iraquiana contra a Arábia Saudita, que “Se a história nos ensina alguma coisa, é que nós devemos resistir às agressões ou elas

¹⁷⁷ Segundo Arraes (2004, p. 128-129), “Durante seis semanas, a envergadura dos ataques para expulsar o Iraque foi intensa: quase 110 mil voos que despejariam no adversário 84.200 toneladas de bombas, praticamente se igualando ao empreendido na Segunda Guerra Mundial”.

vão destruir nossas liberdades” (BUSH, 1990. Tradução Livre¹⁷⁸).

Uma ousada jornalista, Jean Heller, no entanto, obteve acesso às imagens de um satélite russo, que em setembro de 1990, portanto no mesmo período das alegações sobre a ameaça iraquiana, havia feito uma varredura visual do mesmo local na fronteira com a Arábia Saudita (PETERSON, 2002). Todos ficaram surpresos quando a jornalista, ao publicar as imagens no jornal *St. Peterburg Time*, revelou ao mundo que “Nenhum destacamento iraquiano pôde ser detectado nas imagens soviéticas do Kuwait” (ZIMMERMAN, 2005. Tradução Livre¹⁷⁹), apenas o deserto vazio, completa Holland (2014). De acordo com o sítio Observatório Europeu de Jornalismo (EJO), “[...] nenhum outro jornal seguiu a notícia do *St. Peterburg Times*” (EJO, 2003), mesmo que as imagens tenham sido examinadas por dois militares especialistas – um deles era da Agência de Inteligência de Defesa (DIA) estadunidense – que excluíram qualquer tipo de preparação ofensiva iraquiana (EJO, 2003).

A jornalista Jean Heller entrou em contato, à época, com o escritório do então secretário de defesa estadunidense Dick Cheney, para que refutassem sua análise, afirmando, inclusive, que caso ela estivesse errada, não publicaria a matéria, recebendo como resposta oficial, apenas um “Confie em nós” (PETERSON, 2002; HOLLAND, 2014). Ainda, ela afirmaria, alguns meses após o ataque estadunidense, que toda a justificativa para os EUA enviarem suas tropas para o local era o posicionamento do Iraque na fronteira entre Kuwait e Arábia Saudita, porém, isso simplesmente nunca existiu (HOLLAND, 2014. Tradução Livre¹⁸⁰). Ao menos até 2002, afirma Peterson (2002), “[...] as fotos do Pentágono do aumento das tropas iraquianas [permaneceram] confidenciais”. De acordo com Zimmermann (2005. Tradução Livre¹⁸¹), é isto que se pode concluir a partir das imagens de satélite: “O exército iraquiano não havia enviado seus tanques varrendo o deserto do Kuwait; os sinais de movimento de tal força seriam fáceis de ver nas fotos soviéticas”.

Com base em uma prova forjada pelos EUA, o Iraque foi destruído na guerra

¹⁷⁸ If history teaches us anything, it is that we must resist aggression or it will destroy our freedoms. Cf. em: <https://www.latimes.com/archives/la-xpm-2003-jan-05-op-marshall5-story.html>

¹⁷⁹ No Iraqi deployments could be detected in the Soviet pictures of Kuwait.

¹⁸⁰ Heller later told the Monitor’s Scott Peterson that the Iraqi buildup on the border between Kuwait and Saudi Arabia “was the whole justification for Bush sending troops in there, and it just didn’t exist.”

¹⁸¹ This is what could be concluded from the Soviet satellite pictures: The Iraqi army hadn’t sent its tanks sweeping across the Kuwaiti desert; the signs of movement of such a force would have been easy to see in the Soviet photos.

do golfo. Segundo Marshall (2003. Tradução Livre¹⁸²), não há justificativa oficial válida para a intervenção dos EUA, pois “Os estudantes da Guerra do Golfo concordam amplamente que a invasão do Kuwait por Hussein foi motivada principalmente por queixas históricas específicas”, ou seja, era uma disputa histórica e regional que deveria ter sido solucionada por outros meios. Arraes (2004, p. 128) informa que o Iraque chegou a informar os EUA sobre sua intenção de atacar o Kuwait, e não houve objeção explícita, apenas uma declaração de “preocupação”. A guerra híbrida ainda não era uma realidade prática à época, mas várias de suas características já eram observáveis, a exemplo da participação massiva dos meios de comunicação e da propaganda hegemônica pra criação de consentimento internacional. Ainda que o público tenha sido informado que os ataques se restringiram a alvos militares, a violação dos direitos humanos, neste caso, é gritante, abrangendo vários aspectos da vida da sociedade civil.

Para Arraes (2004, p. 129), a população civil foi absolutamente afetada, tendo em vista que os bombardeios atingiram a infraestrutura local, afetando desde a rede elétrica até o abastecimento de água. Além disso, devido às várias sanções econômicas e comerciais impostas ao Iraque sob aval da ONU, o país só encontrou solução para o abastecimento de remédios e alimentos anos mais tarde e, ainda assim, a saída encontrada deu-se por meio da troca de petróleo por bens de consumo, não estando inclusos aí ambulâncias, nem mesmo lápis, sob o argumento de que poderiam ser utilizados para fins militares. Ainda, um terço de toda arrecadação do comércio era utilizado para o pagamento das indenizações, impossibilitando a recuperação da economia (ARRAES, 2003, p. 129). As sanções tiveram relação direta com as várias mortes que se seguiram desde o início da guerra do golfo no Iraque, e os investigadores que acusam o fato, não são os “terroristas” comandados por Bin Laden, senão a própria crítica estadunidense, conforme afirmam Leigh e Wilson (2001) para o jornal “The Guardian”, em reportagem sobre o número de crianças mortas decorrentes dos ataques estadunidenses ora analisados.

Os jornalistas afirmam que é possível rastrear oficialmente os números de crianças mortas naquele período, baseando-se em um relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS) intitulado “As condições de saúde da população no Iraque desde a crise do Golfo”, publicado em 1996. Segundo este relatório, produzido após

¹⁸² Students of the Gulf War largely agree that Hussein’s invasion of Kuwait was primarily motivated by specific historical grievances, not by Hitler-style ambitions.

o envio de um epidemiologista da própria OMS ao Iraque, “[...] as taxas de mortalidade infantil subiram 600% [...] de 1990 à 1994”, o que representa, em números, mais de 500 mil crianças mortas (LEIGHT; WILSON, 2001. Tradução Livre¹⁸³). Pilger (2000), também para o “The Guardian”, ao descrever sobre o que ele acreditava ser “[...] o embargo mais implacável da história moderna”, afirmou que, de acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), após a guerra do golfo, “[...] a taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos [era] mais de 4.000 por mês” (PILGER, 2000. Tradução Livre¹⁸⁴), o que significa cerca de meio milhão de crianças em oito anos desde o conflito. Os números se aproximam e confirmam que, em qualquer situação de guerra, quem mais sofre é a sociedade civil, muitas vezes, por décadas.

Não fosse o bastante, em 12 de maio de 1996, durante o programa “60 minutos”, a jornalista Lesley Stahl fez a seguinte pergunta à então Ministra das Relações Exteriores dos EUA Madeleine Albright: “Ouvimos dizer que meio milhão de crianças morreram. Quer dizer, são mais crianças do que morreram em Hiroshima. E, e você sabe, o preço vale a pena?” (STAHL, 1996. Tradução Livre¹⁸⁵). Ao que, Albright respondeu: “Acho que é uma escolha muito difícil, mas o preço – **achamos que o preço vale a pena**” (ALBRIGHT, 1996. Sem grifo no original. Tradução Livre¹⁸⁶). Não houve posicionamento oficial contrário, na verdade, oficialmente, os EUA declararam, através de Albright, que valeu a pena a morte de cerca de 500 mil crianças no Iraque como consequência da guerra do golfo e, o que mais impressiona: Tudo não passou de uma farsa!

Provando serem os grandes violadores de direitos humanos desde os colonizadores europeus, os EUA invadiriam novamente o Iraque e, assim como na guerra do golfo, basearam seus atos em mentiras. Dessa vez, embora se lhes tenha sido negado o aval, a ONU, a partir de seu Conselho de Segurança, não se moveu para aplicar qualquer sanção aos EUA, deixando que o país invadisse o Iraque unilateralmente, mesmo após vários integrantes oficiais terem se posicionado contra.

¹⁸³ The half-million figure can be traced back to a World Health Organisation report published on March 25 1996: The health conditions of the population in Iraq since the Gulf crisis. The WHO sent a consultant epidemiologist to Iraq in 1995 and, relying on Iraqi figures, said infant death rates had soared by 600% over the four years from 1990 to 1994.

¹⁸⁴ According to Unicef, the United Nations Children's Fund, the death rate of children under five is more than 4,000 a month.

¹⁸⁵ We have heard that a half million children have died. I mean, that's more children than died in Hiroshima. And – and you know, is the price worth it?

¹⁸⁶ I think this is a very hard choice, but the price – we think the price is worth it.

Após os eventos do 11 de setembro de 2001, que resultaram na queda das torres gêmeas, o governo estadunidense conquistou com esta tragédia uma ampla gama de justificativas intervencionistas, sendo a principal delas, o combate ao terrorismo e o fim imediato da produção de armas de destruição em massa pelos países do Oriente Médio, visto que os supostos responsáveis pelo referido ataque eram membros da Al-Qaeda, uma organização terrorista que tem origens naquela região. Vale lembrar que existe uma estrita relação entre a guerra do golfo e a guerra ao terror, que será apenas brevemente descrita, para esboçar o contexto. No final do ano de 1979, a URSS daria início à invasão ao Afeganistão, por vários motivos, alguns declarados oficialmente, outros bastante factuais embora não declarados, visto o interesse geopolítico soviético na região. Interessa é que, dentre os que lutaram contra os soviéticos estava Osama Bin Laden, que teria levado cerca de 9 mil combatentes árabes para o conflito (FISK, 2002).

O Conselho de Segurança da ONU, também neste caso manifestou-se contra a invasão soviética e, em conjunto com outras organizações internacionais, passou a aplicar drásticas medidas econômicas, sugerindo aos governos ocidentais que agissem da mesma maneira em relação tanto ao Afeganistão quanto à URSS. Dentre as medidas, as mais significativas foram tomadas pelos EUA contra os soviéticos, que não se abalaram, visto terem incrementado ainda mais suas forças ocupacionais (HARTUNG, 1987, p. 7). De acordo com Fisk, vários companheiros de Bin Laden que lutaram contra os soviéticos, foram treinados anteriormente pela CIA nos mesmos campos que seriam no século seguinte atacados pelos EUA. Comenta Fisk (2002) que, quando montaram estes campos de combate, os EUA denominavam “campos de lutadores pela liberdade” e, mais tarde, quando eles eram os interventores, passaram a chamar de “campos ‘terroristas’”. O término da guerra do Afeganistão se deu em 1989, um ano antes do Iraque invadir o Kuwait.

Mas, o início dos problemas de Bin Laden com os estadunidenses, que pode ser entendido como a faísca dos conflitos que levariam à segunda invasão do Iraque, deu-se, conforme já referido, quando os EUA obtiveram acesso às bases da Arábia Saudita e fixaram lá suas tropas, principalmente porque ali encontravam-se dois lugares considerados sagrados, Meca e Medina. Bin Laden teria dito à Fisk (2002) que, ao apoiar quem lutava contra os Muçulmanos, a Arábia Saudita cometia um grande erro, e considerava que se foi possível vencer os soviéticos, também seria possível derrotar os EUA. A partir deste momento, as tensões entre vários grupos

radicais muçulmanos e os EUA aumentaram vertiginosamente, tendo Bin Laden esbravejado, ainda em 1996, ao relembrar a guerra do golfo: “Quando sessenta judeus são mortos na Palestina, todo o mundo se reúne... para criticar a ação, enquanto as mortes de 600.000 crianças iraquianas [pelas sanções dos EUA] não receberam a mesma reação” (LADEN, 1996. Tradução Livre¹⁸⁷). Obviamente, Bin Laden não estava defendendo a morte dos judeus, mas sim condenando a parcialidade do mundo ocidental e dos meios de comunicação, que tendem a suavizar as notícias sobre as práticas imperialistas, por mais que sejam muito mais gravosas. Dessa forma, vários conflitos menores ocorreram, alcançando seu ápice naquele 11 de setembro de 2001.

Teve início, portanto, a guerra ao terror, em que os EUA puseram suas táticas em jogo, determinando ao mundo quem eram os inimigos internacionais da vez: os terroristas. Porém qualquer um que não aceitasse as condições estadunidenses poderia ser categorizado como terrorista ou aliado do terrorismo. Nesse contexto, várias acusações foram feitas sobre o Iraque possuir armas de destruição em massa, e também deste país estar, à época, colaborando com grupos terroristas. O Iraque, foi, portanto, vinculado aos dois dos principais fatos geradores da guerra ao terror e, por conta disso, representavam ameaça à paz mundial. Com estas justificativas, informa Kowalski (2010, p. 12), uma coligação militar liderada pelos EUA veio a invadir o Iraque em 20 de março de 2003, em uma clara violação do direito internacional, pois, de acordo com Wallerstein “Os Estados Unidos tentaram obter endosso do Conselho de Segurança para a ação militar, [porém, percebendo que perderiam a votação], retiraram a proposta da resolução e decidiram avançar sozinhos, sem legitimação da ONU” (WALLERSTEIN, 2007, p. 55).

Não era possível endossar a invasão estadunidense ao Iraque, porque nenhuma de suas alegações foi confirmada. Em um primeiro momento, os investigadores enviados pela ONU ao Iraque para confirmar, ou não, a existência de armas de destruição maciça, precisaram retirar-se às pressas devido a iminência dos ataques estadunidenses, não lhes sendo permitido concluir as investigações, naquele momento (KOWALSKI, 2010, p. 21). Saddam Hussein negava insistentemente a existência de armas deste porte, sendo convencido pelo então secretário geral da ONU Kofi Anan a permitir novas inspeções, contrariando os interesses estadunidenses, que achavam inútil esta abordagem. De toda forma, o Iraque

¹⁸⁷ When sixty Jews are killed inside Palestine, all the world gathers...to criticize the action, while the deaths of 600,000 Iraqi children [because of the US sanctions] did not receive the same reaction.

colaborou com as inspeções, que envolveram análises aéreas e concluíram não existir qualquer ameaça bélica nuclear ou conluio com terroristas. O argumento oficial dos EUA passou a focar em outra justificativa: a necessidade de se implantar uma democracia no Iraque, pois isso beneficiaria toda região do Oriente Médio (PEREIRA, 2003, p. 53). Por óbvio, era uma justificativa menos crível que a anterior, mas, pela primeira vez, os EUA explicitavam que a troca de regime figurava como um de seus objetivos de guerra.

Como na primeira guerra do golfo, o Iraque ficou destruído, com números tão assustadores quanto os da intervenção dos anos 1990: mortes diretas de 190 mil civis e 5 mil soldados estadunidenses, sem contar os feridos e os militares de outros países (BROOKS, 2019). De 2001 até 2019, segundo Brooks (2019), “[...] morreram um total de 480.000 pessoas no Iraque, Afeganistão e Paquistão, incluídos 244.000 civis por violência direta”. Mas não é só, uma interessante perspectiva é levantada por Kowalski (2010), que vai além do número de mortos, ou dos gastos estadunidenses com essas guerras. Segundo o autor, no caso da guerra contra o Iraque iniciada em 2003, é possível perceber operações jurídicas e políticas atuando em conjunto, com participação, inclusive, de agentes internos, mais especificamente, as elites locais. Existe uma expressão, conhecida internacionalmente, chamada “*statebuilding*”, que se refere à reconstrução de um Estado no pós-guerra, porém, em sua grande maioria, não representa uma reconstrução inclusiva, pois, de fato, não favorece a sociedade civil como um todo.

Dentre as pautas do “*statebuilding*” está a elaboração de uma nova Constituição, resultando daí várias ambiguidades, como, por exemplo, o fato de o processo constituinte ser composto – prioritariamente – por elites que alimentaram o conflito precedente e, dessa forma, não só o conteúdo, como também o procedimento constituinte é exportado pelos interventores para dentro do Estado-alvo. Também pode ocorrer um descontentamento da sociedade civil com a inevitável dependência que surgirá frente ao auxílio internacional inerente à reconstrução. Sabe-se que o próprio “*statebuilding*” se configura como uma intervenção externa, que se imporá à “dinâmica político-social interna”, mesmo porque, os agentes internos responsáveis por comandar esta reconstrução, não são escolhidos pela sociedade civil, senão pelo próprio interventor, o que indica que os próprios valores culturais serão reconstruídos com base em modelos ocidentais. Kowalski (2010) explica que no caso do Iraque, o processo acima descrito foi planejado pelo Pentágono, numa estratégia chamada

“des-sadamização”. Para o autor, a doutrina neoconservadora seguida pelo Pentágono influenciou na condução do “*statebuilding*” iraquiano, o que se confirma, por exemplo, no fato do calendário da nova Constituição do Iraque ter sido elaborado em função das eleições estadunidenses. Claro está, portanto, que as intervenções não violam apenas os direitos humanos mais evidentes, como o direito à vida e à liberdade, mas também aspectos culturais de toda uma sociedade, visto que, por exemplo, os modelos constitucionais a serem implementados na reconstrução de um estado, seguem “[...] os modelos liberais que nem sempre espelham a realidade axiológico cultural local” (KOWALSKI, 2010, p. 6-13).

A partir dos exemplos abordados até aqui, quais sejam, a intervenção permanente em Okinawa, a guerra do golfo em 1990 e a guerra promovida unilateralmente no Iraque em 2003, todos envolvendo os EUA, pode-se fazer uma última e breve análise, donde serão expostas algumas particularidades que conduziram ao método de guerra híbrida utilizado, por exemplo, na Ucrânia. Para tanto, deve-se compreender como a estratégia estadunidense foi-se adequando a cada contexto histórico para produzir os efeitos desejados e, dessa forma, alcançar seus objetivos. No caso de Okinawa, os EUA aproveitaram-se das ruínas em que se encontrava o Japão, para fixar suas bases na região. Tamanha é a importância geopolítica daquele espaço, que não se discute a desmilitarização estadunidense, mesmo com forte pressão dos movimentos okinawanos anti-base. Neste caso, inicialmente foram utilizados métodos convencionais de guerra, o que afasta as características da guerra híbrida, que se configura como método de guerra indireta e tem reconhecida como uma de suas vertentes, a guerra não convencional. Também não se percebe uma assimilação cultural profunda por parte do povo okinawano, o que impede, de certa forma, a cooptação da sociedade civil. Ao contrário, os okinawanos tiveram seus direitos humanos violados de tal maneira, que se tornou praticamente impossível direcionarem seu apoio à elite local e aos EUA, muito embora tenha-se insistido em táticas diversionistas visando obter aprovação da sociedade civil okinawana.

O caso da guerra do golfo demonstra algumas mudanças estratégicas e metodológicas desde o início da intromissão estadunidense. A primeira novidade foi o uso de táticas de manipulação de informação, onde fabricaram a imagem de um satélite, criando assim um falso evento que permitiu acesso às bases da Arábia Saudita. Este ponto, exclusivamente, pode ser enquadrado como uma estratégia de

guerra indireta, visto não ter sido necessário o uso de forças convencionais para conquistar o território almejado e o apoio árabe-saudita. Em seguida, deu-se por inevitável um ataque convencional contra o Iraque, ainda que a justificativa se tenha firmado em uma falácia.

A intervenção destroçou o povo iraquiano e a estrutura física de seu país como um todo. Após esta etapa de guerra direta e convencional, surgiram as sanções impostas em conjunto com as organizações internacionais, desse modo, com o aval da ONU, os EUA e seus aliados aplicaram tantas medidas contra o Iraque que, dentre os anos em que vigoraram, viu-se um aumento absurdo na mortalidade infantil. Portanto, uma tática de guerra indireta foi utilizada, visando forçar o Iraque a ceder aos interesses imperialistas através de sanções e embargos. Ainda faltavam elementos que pudessem tipificar a guerra do golfo como uma guerra híbrida; por exemplo, a falta de movimentos sociais artificiais com aparência legítima. É muito importante não confundir as revoltas dos xiitas e dos curdos¹⁸⁸ contra o governo iraquiano com as revoltas populares nas revoluções coloridas. Os xiitas e os curdos não foram alvo de aliciamento – direto ou indireto – pelo interventor imperialista; estes grupos sempre foram contrários ao regime de Hussein, isto é, são resistências orgânicas, nem sintéticas e nem sintetizadas pela força interventora.

O último evento histórico no qual foram analisadas as violações dos direitos humanos, diz respeito à guerra do Iraque de 2003. Esse caso representa um passo adiante no uso do método de guerra híbrida, já sendo perceptíveis algumas de suas características em todo processo. Novamente, foram utilizadas justificativas falaciosas para dar início aos ataques, porém, por serem muito frágeis em convencer o Conselho de Segurança da ONU, os EUA se viram obrigados a cometer uma grave infração do direito internacional e invadir o Iraque por conta própria e sem o aval formalmente necessário. A guerra em si, foi direta e convencional, porém, são duas características que a fazem se aproximar da guerra híbrida: a explícita intenção pela troca de regime, e a forma como se deu a reconstrução do Estado do Iraque no pós-guerra.

Conforme já mencionado, os EUA tentariam mudar a justificativa principal da intervenção, afastando-se das acusações infundadas sobre o Iraque possuir armas de destruição maciça e passando a advogar pelo bem que a mudança de regime faria a todos os países daquela região. Uma diferença, no entanto: na guerra híbrida, o

¹⁸⁸ Sobre os curdos e xiitas cf. em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/serie---a-questao-curda-fevereiro.pdf>

Estado interventor não se responsabiliza pelos eventos, ele trabalha com táticas que os mantém agindo “por trás dos panos” (KORYBKO, 2018). Já na questão da reconstrução do Estado, ou melhor, o “*statebuilding*”, muitas são as semelhanças, a começar pelo conluio entre o interventor e a elite local na feitura da nova Constituição. Com essa simples manobra, os participantes do “*statebuilding*” definitivamente constroem uma base social para possíveis eventos futuros. No caso do Iraque pós-guerra, esse papel coube aos EUA, que, como visto, por meio do Pentágono conectaram o calendário da nova Constituição iraquiana a seu calendário eleitoral.

É bastante provável que os EUA não enfrentem grandes objeções caso decidam por interferir no Iraque futuramente por meio de uma guerra híbrida, pois alguns elementos essenciais para sua aplicabilidade foram pensados desde o “*statebuilding*” iraquiano. Atualmente, existem movimentações políticas em andamento que podem resultar em algum evento importante no Iraque, uma delas é o pedido oficial, feito em 2020, para que os EUA retirem o restante de suas tropas do território iraquiano, além de uma denúncia do país direcionada à ONU, afirmando que os EUA violaram a soberania do Iraque ao atacarem o aeroporto de Bagdá, em 2020, resultando em várias mortes, inclusive na do general iraniano Qassem Soleimani e na do líder iraquiano Abu Mahdi al-Mohandis (OPERA MUNDI, 2020). Com base nos acontecimentos da guerra do golfo, mas, principalmente, em 2003 na guerra do Iraque, pode-se afirmar existir um encadeamento de ações contínuas, que proporcionaram aos EUA, por meio de resultados práticos, os panoramas necessários ao planejamento do que viria a ser a guerra híbrida. Algumas táticas exitosas foram incorporadas ao novo método, ao passo que se foram abandonando aquelas cujos resultados se provaram contraproducentes, a exemplo da dimensão direta dos ataques.

Comparando os casos prévios ao método da guerra híbrida, as violações dos direitos humanos notadamente se aprofundaram, pois agora se atinge o ser humano em seu espírito, fazendo-o escravo de um sistema impositivo sem que se possa encontrar o responsável. Obviamente, não se está querendo dizer que os métodos coloniais, neocoloniais e convencionais de guerra são menos cruéis, visto que nestes casos as práticas corrompem física e psicologicamente os povos atacados. A questão é a profundidade com a qual o imperialismo se insere nas sociedades periféricas na contemporaneidade, tornando-as cada vez mais incapazes de reagir, tendo em vista que o enfrentamento não se dá contra o invasor externo, mas contra o ignorante e o

cooptado internamente. Isso se revela bastante grave, pois o interventor joga as sociedades-alvo à própria sorte, ou seja, caso queiram resistir aos golpes, deverão enfrentar-se em guerra civil, como ficou evidente nas revoluções coloridas e nas guerras não convencionais em diversos países, inclusive no Brasil e na Bolívia. O povo okinawano resistiu e ainda resiste, mas o interventor sempre foi conhecido; os iraquianos lutaram com armas, mas o inimigo também era visível; por outro lado, todos aqueles que foram alvos do método de guerra híbrida, acabaram lutando entre si e contra si mesmos enquanto os agentes internos cooptados observavam sem se envolver diretamente, e os externos, não se encontram em lugar algum.

Ante o exposto, a defesa dos direitos humanos deve, obrigatoriamente, realizar-se no âmbito da teoria crítica, denunciando as distorções teóricas da universalidade acreditada pela teoria tradicional. Ao avalizar ou manter-se inerte frente os abusos cometidos pelos EUA, a ONU e seu Conselho de Segurança revelam-se coniventes e demonstram não se importar verdadeiramente com a efetivação dos direitos humanos, e este posicionamento é absolutamente parcial, visto que são tomadas medidas drásticas contra qualquer outro Estado que não se seja alinhado ao imperialismo, ainda que esse alinhamento resulte igualmente em violações. Parece existirem apenas dois caminhos para os Estados periféricos: ou resistem ao imperialismo e ao neocolonialismo, exigindo a materialização de seus direitos e negando-se a aderir à falácia dos direitos humanos positivados e universais, ou se rendem ao sistema imposto, o que levará inevitavelmente à subserviência e à violação de sua soberania e autodeterminação.

Em ambos os casos, o interventor colocará em prática uma guerra híbrida, havendo resultados diferentes dependendo da postura do Estado-alvo. Se a revolução colorida ou a guerra não convencional tiver sucesso, mesmo que haja resistência, a sociedade estará condenada a longo prazo e verá ocorrer a implementação rígida de políticas neoliberais totalmente voltadas ao calendário imperialista e com a conivência do governo e das elites locais. Já, se houver resistência e a guerra híbrida fracassar, ocorrerão ataques indiretos de outro tipo, por meio de sanções e embargos, ataques estes tão brutais, que muitos da sociedade civil tenderão a acreditar que o melhor caminho para evitar a destruição de seus direitos, é a rendição. Neste último caso, enquadra-se como resistente, por exemplo, a Palestina, porém, seu equivalente latino-americano é a Venezuela, cujo caso será analisado no terceiro capítulo.

3 DIREITOS HUMANOS NA AMÉRICA LATINA: A DINÂMICA NEOCOLONIAL NA VENEZUELA

Tem sido exposto como a modernidade representa uma estrutura de dominação engendrada de forma consciente, e pensada exclusivamente para a ampliação das vantagens da classe burguesa. Devido à mutabilidade característica desta estrutura, vinculada às dinâmicas próprias das sociedades modernas, foram surgindo novas formas de domínio, adequando-se às necessidades histórico-contextuais dos poderes dominantes. As direções tomadas no âmbito latino-americano também acompanharam estas transformações, que se manifestaram – e continuam se manifestando – tanto em teoria quanto em prática. O passo consequente ao domínio colonial foi a reestruturação dos modelos coloniais típicos, em modelos centrados no sistema capitalista de acumulação, em que se explicitou o funcionamento do novo modo de produção exploratório.

Para que haja um explorador dominante, é preciso que existam vários explorados dominados, no que se confirma a ideia de Quijano sobre a relação aí existente, ou seja, “nem toda a dominação implica exploração. Mas esta não é possível sem aquela” (QUIJANO, 2009, p. 112). Conforme visto, ainda no século XIX o representante do poder capitalista nas Américas foram os EUA, que logo passaram a compor suas pautas com vistas ao domínio hemisférico, primeiro por meio de estratégias anexionistas, como quando negociaram vários territórios de antigos colonizadores e, depois, passaram a usar estratégias militares, conquistando espaços por meio de anexações unilaterais, a exemplo do Texas e de vários territórios pertencentes ao México, obtidos por meio de guerras diretas. Outras medidas de amplo panorama foram tomadas concomitantemente ao anexionismo estadunidense, a exemplo da Doutrina Monroe, cuja aplicação, conforme visto no tópico 1.2, foi bastante controversa, produzindo resultados diferentes, porém sempre favoráveis aos EUA. Ainda no século XIX, ocorreram outras mudanças de grande vulto, como o crescimento dos monopólios e o surgimento de novas teorias que buscaram explicar o curso do sistema capitalista, indicando sua fase imperialista como uma etapa superior, donde resultariam ainda mais rapinas e dominação. Neste ponto, a orientação era evidente: para que fosse possível ampliar a acumulação de capital, era fundamental não só manter o domínio territorial sobre antigas colônias, como também estender este domínio para regiões antes pouco exploradas e, em seguida, aplicar as lógicas de produção exploratória e escravagista nesses locais.

O imperialismo viria a aprofundar os anseios por acumulação de capital e promover conflitos dos mais variados tipos, porém, seria no pós-segunda guerra que as estratégias tomariam rumos jamais vistos. Portanto, ficou evidenciado que os EUA passariam a reger o centro de poder capitalista vinculando seus aliados – muitos deles destruídos pela guerra – aos seus projetos de dominação. Foi um período determinante para o futuro global; vários elementos táticos foram sendo testados dentro da estratégia estadunidense de hegemonia, a exemplo da forte campanha propagandista anticomunista e da profunda inserção de aspectos culturais nas mais diversas sociedades. Os EUA tornaram-se capazes de condensar dentro de estruturas organizacionais todo poder econômico gerencial do capitalismo mundial, além de pressionar outros Estados a aderirem a esse sistema. Anteriormente, deu-se prioridade aos aspectos mais importantes do neocolonialismo na África, porém, agora será preciso restringir o fenômeno ao território latino americano. Dessa forma, regatar-se-á alguns acontecimentos históricos importantes ocorridos na América Latina, para que seja possível delimitar os principais conteúdos relacionados ao neocolonialismo nessa região.

A primeira questão que deve ser esclarecida são as características históricas que permitem afirmar que a América Latina, de fato, enquadra-se nos vislumbres neocoloniais. Ao analisar a já citada obra de N'Krumah (1967), nota-se claramente que o autor percebe vários Estados latino-americanos como vítimas do neocolonialismo, inserindo-os na lógica exploratória do sistema capitalista a partir do capital monopolista. A partir deste indicativo, pode-se buscar alguns eventos que corroborem com a tese de que a América Latina, mesmo quando findado o período colonial, manteve-se dependente de antigas metrópoles, ou mesmo de outros centros capitalistas. Um exemplo claro da dificuldade para alcançar a independência, é o da Colômbia (nesta época denominada Nova Granada), que entre 1809 e 1810, quando lutava pela emancipação, viu-se carente de recursos para sustentar o movimento independentista e precisou recorrer à Inglaterra, com a qual firmou acordos de exclusividade comercial em troca de ajuda financeira. Além disso, antes de alcançar a independência formal em 1819, a Colômbia pagava altos tributos à Espanha para poder comercializar na América Latina (VILLA, 2013, p. 5). Isso demonstra a resistência das antigas metrópoles em aceitar a independência das colônias, bem como, fica evidente as manobras promovidas para mantê-las sob domínio numa eventual conquista emancipatória.

Outro importante exemplo, é a independência do Panamá, território antes pertencente à Colômbia, e a construção do famoso canal que leva o nome daquele país. A intenção em se construir um canal naquela região remonta ao ano de 1534, quando Charles V da Espanha requisitou estudos sobre o empreendimento, porém, não chegou a iniciar a obra. Foi em 1880 que, sob o comando de Fernando de Lesseps (envolvido também na construção do Canal de Suez) os franceses deram início à obra, que apesar de 20 anos de trabalho, não foi finalizada. Então, no ano de 1903, já independente da Colômbia, o Panamá viria a assinar o Tratado de Hay-Bunau Varilla com os EUA, que permitia a estes construir definitivamente o canal interoceânico. Firmado o acordo, no ano seguinte em que os EUA negociaram os direitos com a Companhia francesa do Canal do Panamá, iniciaram a obra e a concluíram dez anos depois. Durante o século XX, toda política externa do Panamá permaneceu vinculada aos interesses dos EUA, sendo que somente em 1999, após diversos outros tratados – assinados na sede estadunidense da OEA – e muito lucro, o canal seria devolvido (NAVARRO, 2015, p. 100-101).

Neste caso, observa-se outro país latino-americano que, mesmo formalmente independente teve sua soberania completamente sobreposta pelos interesses dos EUA. Segundo reportagem da BBC (2020), a transferência da propriedade do canal ao Panamá representou uma “fonte gigantesca de riqueza”, porém, como de costume, a herança capitalista não reflete melhorias para a sociedade panamenha. A mesma reportagem informa que, junto ao Chile, o Panamá representa a maior renda per capita da América Latina, ao passo que se mantém como um dos países com maior desigualdade na mesma região, sendo que “[...] entre todas as camadas da população, as comunidades indígenas são as que menos viram os benefícios econômicos do país, concentrados nas elites” (BBC, 2020). O fato descrito acima representa o domínio estadunidense em duas frentes: primeiro porque o movimento separatista panamenho em relação a Colômbia teve início devido a recusa do governo colombiano em acatar o tratado com os EUA para a construção do Canal (VILLA, 2013, p. 5-6); segundo porque os panamenhos realmente acreditavam que se veriam independentes ao se submeterem aos interesses estadunidenses.

O presidente dos EUA à época da aquisição do Canal do Panamá, era Theodore Roosevelt, conhecido pela política “*big stick*” (em referência a um provérbio

que diz “com uma fala suave e um grande porrete, você vai longe”¹⁸⁹). Na verdade, a política de Roosevelt também é bastante conhecida como um corolário da já referida Doutrina Monroe, o que indica ser uma política voltada aos interesses dos EUA perante toda a América (norte, centro e sul). De fato, a transcrição do discurso de Roosevelt naquele 6 de dezembro de 1904, esclarece muito sobre os interesses dos EUA para o continente americano. Dentre outras coisas, declarou ele:

Qualquer país cujo **povo se conduza bem** pode contar com nossa grande amizade. Se uma nação mostra que sabe agir com razoável eficiência e **decência em questões sociais e políticas**, se mantém a ordem e paga suas obrigações, não precisa temer a interferência dos Estados Unidos. Uma transgressão crônica, ou uma impotência que resulta em um afrouxamento geral dos laços da **sociedade civilizada**, **pode** na América, como em outros lugares, em última análise, **exigir a intervenção de alguma nação civilizada**, e no Hemisfério Ocidental a adesão dos Estados Unidos à Doutrina Monroe pode forçar os Estados Unidos, embora com relutância, em casos flagrantes de tais transgressões ou impotência, a exercer um **poder de polícia internacional** (ROOSEVELT, 1904. Sem grifo no original. Tradução Livre¹⁹⁰)

Os termos e conceitos utilizados por Roosevelt são altamente colonialistas, e determinam que as políticas continentais deveriam seguir os mantras imperialistas dos EUA, caso contrário, a intervenção estaria autorizada. Percebe-se a contradição quando, ao passo que os EUA desejavam abertamente impedir a recolonização, estavam decididos a intervir nas antigas colônias europeias. Esse extrato do discurso de Roosevelt é o elo entre o colonialismo e o neocolonialismo nas Américas, e pode ser entendido como prova irrefutável de que os EUA intencionavam dominar a região. Ao comparar o que foi discutido no segundo capítulo com as ações estadunidenses no continente americano desde o século XIX, percebe-se as características imperialistas e neocolonialistas presentes nas políticas externas dos EUA, mesmo porque, conforme visto anteriormente, já haviam tido contato com o neocolonialismo na África, e sabiam dos lucros que poderiam ser obtidos.

O que mais impressiona no discurso em questão, é o sarcasmo que surge em seguida: “Nossos interesses e os de nossos vizinhos do sul são, na realidade,

¹⁸⁹ Cf. em: <https://www.theodorerooseveltcenter.org/Research/Digital-Library/Record?libID=o286433>

¹⁹⁰ Any country whose people conduct themselves well can count upon our hearty friendship. If a nation shows that it knows how to act with reasonable efficiency and decency in social and political matters, if it keeps order and pays its obligations, it need fear no interference from the United States. Chronic wrongdoing, or an impotence which results in a general loosening of the ties of civilized society, may in America, as elsewhere, ultimately require intervention by some civilized nation, and in the Western Hemisphere the adherence of the United States to the Monroe Doctrine may force the United States, however reluctantly, in flagrant cases of such wrongdoing or impotence, to the exercise of an international police power.

idênticos” (ROOSEVELT, 1904. Tradução Livre¹⁹¹). Talvez, o real sentido desta afirmação seja: Quando todos os países independentes das Américas se tornarem subservientes aos EUA, tornar-se-ão tão semelhantes, que não será possível distingui-los. Várias vezes Roosevelt fala em “sociedade civilizada” ou “nação civilizada”. Ora, para o colonizador, os civilizados eram eles próprios, os europeus, e os subumanos, os bárbaros, eram os colonizados. Eis a nítida herança eurocêntrica carregada ainda hoje pelos EUA, isto é, a idealização de uma “América para os americanos”, que permeia o imaginário estadunidense desde 1823, significa a vontade que sempre tiveram em transformar a América em um só país: O grande Estado dos Estados Unidos da América. Daí a impossibilidade em se afirmar interesses comuns ou “idênticos”, pois houve resistência, que será verificada a seguir.

Dos países considerados latino-americanos, a Argentina, por exemplo, sempre se mostrou contrária às políticas intervencionistas dos EUA. Segundo Heinsfeld (2005), Juan Bautista Alberdi, teórico influente nas políticas externas argentinas no século XIX, era taxativo em suas opiniões em relação às políticas estadunidenses, deixando claro que os percebia como inimigos e que a Doutrina Monroe não passava de um colonialismo reestabelecido em prol dos EUA. Entre 1889 e 1890, na primeira Conferência Pan-Americana, em Washington, os diplomatas argentinos declararam não estarem de acordo com a hegemonia dos EUA no continente. Em seguida, já após a declaração de Roosevelt, jornais argentinos, como o “El Diario” e o “La Prensa”, também se posicionaram contra a atitude intervencionista estadunidense, chegando a declarar que nenhum país da América do Sul tinha interesse em aderir a qualquer Doutrina ou política externa dos EUA que visasse impor sua vontade (HEINSFELD, 2005, p. 1-3). De acordo com Wieczorek (2019, p. 161-166), Alberdi sempre se opôs à insistência da elite argentina em assimilar a Constituição dos EUA em seu processo constituinte, pois os países que seguiram o sistema de governo estadunidense encontravam-se em ruínas. Segundo o mesmo autor, as teses que propunham a adequação da Constituição argentina ao modelo estadunidense acabariam predominando, “[...] tanto na cátedra como na magistratura, e teria um impacto particular na formação da justiça federal” (WIECZOREK, 2019, p. 166. Tradução livre¹⁹²). Fica claro, portanto, que os interesses “idênticos” aos quais

¹⁹¹ Our interests and those of our southern neighbors are in reality identical.

¹⁹² la tesis que propugnó por la adecuación de la constitución argentina al modelo federal estadounidense predominaría oficialmente, tanto en la cátedra como en la magistratura, y tendría una particular incidencia en

se referia Roosevelt (1904), eram na verdade os interesses das elites locais, não da sociedade civil como um todo.

No decorrer do século XX, vários eventos ajudam a explicar o neocolonialismo na América Latina, dos quais, dois serão extraídos para análise antes de finalmente discorrer sobre o caso específico da Venezuela. O primeiro diz respeito à operação realizada por os países latino-americanos sob regime ditatorial, chamada Operação Condor, cujas particularidades vieram à tona graças ao GT Operação Condor da Comissão Nacional da Verdade (CNV)¹⁹³, instituída em 16 de maio de 2012 pela Lei 12528/2011, com entrega do relatório final em 2014. Basicamente, de acordo com o sítio oficial da Comissão da Verdade, a Operação Condor – formalizada secretamente no Chile em 1975 – foi uma aliança entre as ditaduras da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, no intuito de realizar clandestinamente atividades coordenadas com o propósito de “[...] vigiar, sequestrar, torturar, assassinar e fazer desaparecer militantes políticos que faziam oposição, armada ou não, aos regimes militares da região” (CNV, 2014). Obviamente, os EUA tinham pleno conhecimento do que se passava e vários documentos oficiais da CIA¹⁹⁴ – em torno de sete – tratando sobre o assunto foram desclassificados e seguem disponíveis.

Embora o conteúdo de cada um desses documentos seja específico, o tema é basicamente o mesmo: movimentações dos Estados ditatoriais na perseguição de “[...] ‘extremistas de esquerda e pessoas suspeitas de vínculos com a ‘subversão’” (CNV, 2014). Apesar de a ideia da Operação Condor ter partido de órgãos brasileiros, comprovou-se com o tempo, que ela foi aperfeiçoada pelos EUA, que inicialmente ofereceram treinamento a vários oficiais latino-americanos, e depois assumiram a coordenação operacional completa (CERVEIRA, 2009, p. 99). Percebe-se como na segunda metade do século XX, os EUA aumentaram sua influência na América Latina, porém, esse direcionamento não finda na esfera das operações militares, nem na perseguição dos opositores, pois existe ainda um segundo evento que, conforme dito, merece exposição, e diz respeito aos aspectos econômicos.

A vertente econômica do neocolonialismo na América Latina ocorria concomitantemente aos eventos estratégicos militares e manifestou-se,

la formación de la justicia federal.

¹⁹³ Cf. em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php>.

¹⁹⁴ Sete documentos oficiais podem ser conferidos no seguinte endereço eletrônico: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/2-uncategorised/417-operacao-condor-e-a-ditadura-no-brasil-analise-de-documentos-desclassificados>.

primeiramente, como algo visualmente interessante do ponto de vista desenvolvimentista¹⁹⁵ do capital. Grande parte dos países latino-americanos passou por um período de forte industrialização a partir da metade do século XX, levando à falsa ideia da independência econômica, pois tal circunstância recaía em uma ambiguidade. De um lado, a industrialização significava uma aparente emancipação econômica, tanto em relação às antigas metrópoles, quanto em relação aos EUA, porém, por se tratar do período subsequente à segunda guerra, nesse contexto, engaram-se àqueles que confiavam fielmente na possibilidade de ascenderem ao centro. Por ordem, para ser possível industrializar-se, os países latino-americanos, segundo Villa (2013, p. 6), primeiramente adotaram a restrição aos produtos externos, o que não representa por si só o problema, porém, a etapa seguinte exigiu financiamento, significando, obviamente, um endividamento externo. Esse processo resulta em algumas outras fases, mas, grosso modo, a etapa do financiamento externo se repetiria ao menos uma vez.

Após expor várias ocasiões – em diferentes períodos – em que países como México, Brasil, Colômbia e Argentina conseguiram implementar mudanças estruturais de grande importância, Villa expõe a ambiguidade de forma clara:

Embora esse modelo econômico simbolizasse um perigo para os países centrais, pois ajudou a maioria dos países latino-americanos a industrializar suas economias [...], também os beneficiou ao reproduzir uma grande quantidade de dívidas no século XX. oferecidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (BM), após sua criação em Bretton Woods, e posteriormente o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o que favoreceu fortemente os países dominantes (VILLA, 2013, p. 7. Tradução Livre¹⁹⁶).

Isso demonstra que o imperialismo se aproveita das suas instituições financeiras para tornar também as sociedades periféricas latino-americanas dependentes do centro desse sistema. É uma das formas encontradas pelo imperialismo para penetrar nos Estados periféricos por meio do neocolonialismo, obrigando-os a seguir as pautas neoliberais contidas no projeto de dominação de

¹⁹⁵ Conforme aponta Fonseca (2015, p. 15), o “desenvolvimentismo aparece na literatura tanto para referir-se a um fenômeno da esfera do pensamento (ideologia ou teorias) como para nomear práticas históricas de política econômica, estas geralmente associadas a “Estado desenvolvimentista”. Na discussão em pauta, toma-se por base o segundo sentido, especificamente no contexto do modo de produção capitalista.

¹⁹⁶ Aunque este modelo económico simbolizó un peligro para los países de centro, puesto que ayudó a la mayoría de países de América Latina a industrializar sus economías para transformarse en Estados desarrollados o de primer mundo, también los benefició al reproducir gran cantidad de deudas en el siglo XX ofrecidas por el Fondo Monetario Internacional (F.M.I.) y el Banco Mundial (B.M.), tras su creación en Bretton Woods, y posteriormente el Banco Interamericano de Desarrollo (B.I.D.), los cuales favorecieron de manera contundente a los países dominantes.

espectro total. Essas obrigações trazem consigo as condicionalidades, que foram descritas nos capítulos anteriores e acabaram se tornando arma do imperialismo contra seus inimigos, pois, a partir das condições impostas, mantém vários Estados como reféns, impedindo-os de traçar acordos livremente.

Exemplo dessa armadilha na América Latina é o caso do Haiti, que durante seu regime ditatorial – apoiado pelos EUA (MARTINS, 2019, p. 59) – foi proibido de negociar com a URSS e outros países, e o caso do Uruguai, forçado a controlar a quantidade de suas exportações na década de 1960 (VILLA, 2013, p. 8). Vale mencionar que a invasão do Haiti pelos EUA em 1915 ocorreu também sob a justificativa de ajuda humanitária e, mesmo após o fim da invasão em 1934, os EUA continuaram intervindo no país, favorecendo-se financeiramente ao apoiar a ditadura haitiana, que durou de 1957 à 1986. Durante o período em que os EUA intervieram no Haiti, o resultado passou longe de favorecer a sociedade haitiana, isto é, os EUA jamais objetivaram ajudar aquele povo, muito pelo contrário, deixaram para trás um rastro de violência, fome e destruição total (MARTINS, 2019, p. 59).

Como se nota, o aparelhamento de vários países latino-americanos às políticas imperialistas passa pela implementação das ditaduras, com suporte dos EUA e, mesmo aqueles países que não foram alvos diretos da Operação Condor, a exemplo da Colômbia, inclinaram-se para a direita, posicionando-se igualmente favoráveis ao comando estadunidense. Posteriormente, com o fim das ditaduras em grande parte dos países latino-americanos, a influência que era explícita passou a operar de forma oculta, desde 1990, transfigurando-se em figuras eleitoreiras de cunho neoliberal, que se mantiveram fortemente vinculadas aos anseios imperialistas. No início do século XXI, bastou um breve momento de respiro para que surgissem novidades menos subservientes, porém, os sucessivos golpes que ocorreram logo em seguida demonstraram que os descuidos imperialistas – pode-se chamar distrações, como a guerra ao terror – não foram suficientes para que seu longo histórico de interferências alterasse o cenário a ponto de os novos atores cimentarem suas pautas.

Posto o contexto geral da operação imperialista na América Latina, que a partir da manutenção da dependência tornou o continente um verdadeiro campo neocolonial administrado à distância, com participação, inclusive, de atores internos, cabe investigar no próximo tópico como a Venezuela se insere nesta conjuntura, principalmente quais circunstâncias levaram este país a resistir por tanto tempo, especialmente desde Chávez. Assim, recordar-se-á o histórico da independência

venezuelana, trazendo sempre que possível, ou necessário, comentários sobre o tema, que aliás, não pode ser fundamentado meramente em fontes oficiais, estas muitas vezes falsificadas por produtores teóricos nos mais diversos campos do saber, inclusos aí, os meios de comunicação. Portanto, especialmente no caso da Venezuela, o cuidado para com as fontes será redobrado, evitando armadilhas cuidadosamente inseridas que acabam desvirtuando a história dos esquecidos e favorecendo a interpretação imperialista dos fatos. E caso surjam informações importantes de fontes alinhadas aos EUA, críticas serão feitas ao conteúdo falacioso.

Deve-se compreender que a historiografia pátria venezuelana se faz a partir de narrativas que se moldaram nos limites de uma visão homogênea, centralizada em heroísmo, que descreve a libertação de todo um povo por uma só perspectiva. Por tratar-se de uma investigação com enfoque crítico, há que se levar em conta as abordagens epistemológicas provocativas ao tradicionalismo histórico, visto existirem variadas percepções acerca da independência da Venezuela, muitas das quais se encarregam de revelar pormenores pouco conhecidos. Quando os fatos históricos se revelam homogêneos, significa que algo se perdeu no caminho, ou seja, é um indício de que a própria história está sendo contada unicamente a partir da perspectiva daqueles que concentraram o poder e a produção do saber.

O próprio eurocentrismo demonstra as dificuldades em se desconstruir falsas narrativas e, no caso do colonialismo, esse problema se faz evidente, visto que suas consequências se estenderam para além do período colonial, quer dizer, a colonialidade (do poder, do ser e o saber) representa os reflexos da colonização e, de certa forma, o prolongamento de suas atrocidades. Daí a importância, segundo Bifano, “[...] em superar a visão homogênea e linear imposta pela historiografia nacional [...], pois o conhecimento da história [...] é diverso e mutante [e] tem por objetivo oferecer respostas que nos aproximem da compreensão real, objetiva e verdadeira da realidade” (BIFANO, 2010, p. 6. Tradução livre¹⁹⁷). Em vista dos argumentos acima apresentados, é possível avançar no tema.

¹⁹⁷ Pero lo más importante radica en superar la visión homogénea y lineal impuesta por la historiografía patria, a partir de la firme convicción de que no hay una única versión de la historia, pues el conocimiento en historia, como todo conocimiento científico, es diverso y cambiante que se enriquece y aumenta como consecuencia del indetenible proceso investigativo cuyo fin es ofrecer respuestas que nos acerquen a la comprensión real, objetiva y verdadera de la realidad.

3.1 RESISTÊNCIA ANTICOLONIAL NA VENEZUELA E OS HIATOS NA INGERÊNCIA DO CENTRO DE PODER CAPITALISTA

A história da independência da Venezuela acompanha a própria disputa independentista da América espanhola, portanto, foi também forjada a partir das rugas surgidas entre as classes dominantes das colônias e o poder metropolitano, em um período onde a monarquia enfrentava dificuldades internas por conta do avanço da França comandada por Napoleão Bonaparte. Conforme exposto no primeiro capítulo, quando se descreveu o processo por detrás do termo “americano”, os crioulos demonstraram descontentamento com o poder peninsular, e foi deles que partiu a iniciativa em buscar a independência, ou seja, inicialmente, foi uma luta das minorias numéricas, pois há época, em 1810, segundo Mäder (2008, p. 226), dos 18 milhões habitantes da América, apenas 4 milhões eram brancos, isto é, crioulos ou peninsulares (*chapetones*). Para melhor contextualizar o período da independência da América espanhola e conseqüentemente da Venezuela, é preciso rememorar a invasão da França na península Ibérica e suas conseqüências para as colônias hispano-americanas.

Espanha e Grã-Bretanha uniram forças contra a França, em 1791, após a deposição do rei Luiz XVI, porém, foram derrotados, o que levou a uma reaproximação entre os franceses e espanhóis. Ocorre que a aliança franco-espanhola se mostrou um grande desacerto para a Espanha, que viu sua frota marítima ser completamente destruída após serem derrotados com seus aliados franceses na batalha de Trafalgar (1805), contra o Reino Unido, prejudicando a comunicação e o tráfego marítimo da coroa com as colônias hispano-americanas, significando também o primeiro indício da vulnerabilidade da monarquia espanhola frente à britânica. Com isso, em 1808 e já tendo conquistado muitas regiões europeias, Napoleão, aproveitando-se do grande número de militares franceses em território espanhol, manobrou, primeiramente concedendo a Carlos IV o título de rei das Índias espanholas (colônias hispano-americanas), deixando o trono peninsular a cargo de seu filho Fernando VII, obrigado em seguida a devolver o poder a seu pai, que por sua vez o entregou a Napoleão, que impôs ao trono, então, seu irmão José Bonaparte, também proclamado rei das América espanhola (CHUST; FRASQUET, 2009, p. 22). Em clara demonstração de repúdio aos atos de Napoleão, formaram-se várias Juntas Governamentais – em número de 13 até junho de 1808 – e no mesmo ano, uma Junta Central. Na América,

os colonos hispânicos passaram a apoiar as decisões peninsulares, e a defender a permanência do rei Fernando VII (PIMENTA, 2005, p. 4-5).

Conforme dispõe Mäder (2008, p. 226), as investidas francesas na península Ibérica representaram o início de grandes mudanças tanto nas colônias portuguesas, devido a transferência da família real de Portugal para o Brasil, quanto nas colônias espanholas, que iniciaram uma fase de “[...] intensa experimentação política [...], na tentativa de dar sentido às situações então vivenciadas”. Essa abordagem deve ser levada em conta por vários motivos, mas, principalmente, porque se afasta da historiografia tradicional ao entender que o processo de independência nas Américas supera, em muito, às questões meramente externas, ou seja, existe todo um contexto interno de absoluta relevância. Além disso, é fator comum às historiografias oficiais a transmissão da ideia de que o processo independentista significa simplesmente a ruptura com estrutura colonial, como se todo este momento histórico se bastasse a desvinculação automática entre colônia e metrópole.

De acordo com Bifano (2010, p. 3. Tradução livre¹⁹⁸), que também servirá de aporte para compreender a independência venezuelana, a historiografia pátria necessitou fazer crer na existência de uma “[...] unidade entre todos os fatores que conformavam a sociedade, pois a união era um requerimento fundamental na criação da nacionalidade, base do projeto político que iniciava seu curso”. Para o autor, apesar de ser um grande desafio, não deixava de ser uma experiência projetada para uma sociedade fundada em uma dinâmica colonial, quer dizer, prevaleceram os valores de um mecanismo constituído por desigualdades e divisão social.

Pois bem, ainda em 1808, após as manobras de Napoleão que levaram seu irmão ao trono, os espanhóis passaram a revoltar-se contra os invasores franceses e também contra autoridades espanholas acusadas de conluio. Neste período, repleto de rebeliões, formaram-se as referidas Juntas, que se declararam soberanas – algumas inclusive sobre as colônias americanas, as quais enviaram emissários para ordenar a entrega das casas reais em nome do rei (Fernando VII) – e iniciaram a guerra contra os franceses. De um lado, o poder das Juntas, que se organizaram para formar a Junta Central; do outro, o governo josefino, que iniciou várias reformas, dentre as quais a convocação para a Corte de Bayona, que serviria para produzir a nova Constituição da Espanha sob o poder dos Bonaparte. A Corte de Bayona

¹⁹⁸ unidad entre todos los factores que conformaban la sociedad, pues la unión era un requerimiento fundamental en la creación de la nacionalidad, base del proyecto político que iniciaba su curso

representa um evento importante ao contexto, pois nesta ocasião, foram reconhecidos os representantes da América espanhola, ou seja, pela primeira vez foi concedido o direito à representação que tanto os crioulos reclamavam e, além disso, estava previsto o fim do pacto colonial, significando que as colônias hispano-americanas seriam equiparadas à metrópole em direitos, o que forçava a Junta Central a seguir pelo mesmo caminho, para não perder apoio (CHUST; FRASQUET, 2009, p. 25-27).

Após esses eventos, o que parecia impossível aconteceu: os espanhóis venceram os franceses na Batalha de Bailén. Segundo Herrera (2018, p. 100) a derrota em Bailén foi “[...] a primeira infligida na Europa aos exércitos do império, [e] teve uma repercussão profunda”, tendo José Bonaparte, inclusive, que se retirar de Madri. O pretense poder alternativo ao francês tornou-se real, e as notícias chegaram à América espanhola, que entenderam que a Junta Central havia tomado o poder em nome de Fernando VII (CHUST; FRASQUET, 2009, p. 28). De fato, a Junta viria a reconhecer, em 22 de janeiro de 1809, a igualdade de representação dos espanhóis americanos (crioulos e peninsulares), convocando-os para a eleição dos membros, embora tenha causado descontentamento a enorme diferença numérica: 9 contra 36 na metrópole (ARECES, 2010, p. 52).

Cada uma das divisões administrativas teve direito a um representante, incluso aí a Venezuela. Os colonos espanhóis nas Américas, conforme dito anteriormente, defendiam o trono do rei Fernando VII e, devido a isso, quando receberam a informação de que seus direitos foram reconhecidos, prontamente festejaram, acreditando ter sido uma ordem do próprio rei. O clima alegre daria lugar ao tom fúnebre quando correram notícias de que não só Fernando VII não era o rei, como Napoleão havia coroado José Bonaparte com rei da Espanha e, portanto, da América espanhola. Soma-se a isso, o fato de que aportaram nas Américas representantes do governo josefino, exigindo obediência e requisitando os cofres do rei, ao mesmo tempo em que chegavam emissários das Juntas com informações contraditórias e, ainda, surge uma terceira figura, Carlota Joaquina, também por meio de emissários, demandando ser reconhecida como rainha dos territórios americanos, face a ausência de seu pai Carlos IV e de seu irmão Fernando VII. Inicialmente, peninsulares e crioulos ficaram confusos, porém, decidiram unanimemente pela fidelidade a Fernando VII, a quem consideravam rei legítimo, e decretaram não se sujeitar ao poder francês (CHUST; FRASQUET, 2009, p. 29-30).

No entanto, segundo Areces (2010, p. 52), visto que na prática o poder estava

vago, ao que os historiadores costumeiramente chamam “acefalia do trono”, surgiram questões acerca de quem seria, então, o “sujeito portador da soberania”. A autora afirma que esta lacuna de poder veio a se converter, na América, em uma tese da tradição jurídica castelhana que determina que, no caso da ausência do monarca, a soberania retorna ao povo. Em meio à tantas disputas políticas, os grupos se dividem entre os defensores da ordem colonial e aqueles que desejavam transformações mais profundas; os crioulos e os peninsulares se fizeram presentes em ambos os grupos. Adentrando no ano de 1810, algumas regiões organizaram-se em prol do governo peninsular representado pelo Conselho de Regência, criado de forma arbitrária após a dissolução da Junta Central, mas, em outras, formam-se Juntas para defender Fernando VII (ARECES, 2010, p. 53).

Desse modo, o ano de 1810 representa o início da ampliação do poder local, que governavam através das Juntas locais em nome do rei, frente às autoridades espanholas. Ainda assim, ocorreram disputas que puseram à prova a coesão interna das elites locais e regionais, pois a visão unitária que antes prevalecia dentre estes grupos, resultou paradoxalmente em vários desacordos que os dividiram. Isso tem a ver com o nível de enraizamento da estrutura colonial em regiões diversas. No caso do México e Peru, as estruturas mantiveram-se quase intactas, ou seja, não houve grandes mudanças que desestruturassem a coesão interna, ao contrário do que ocorrera com as regiões cuja estrutura imperial era recente, como no caso da Venezuela, onde os acontecimentos na península acabaram gerando consequências mais severas. Dessa forma, várias regiões passaram a ser subjugadas não pela metrópole, mas sim pelo poder interno, o que as fizeram levantar-se em busca da independência plena. Esse cenário se dá, por conseguinte, tanto na dimensão interna, ou seja, a busca pela independência regional, quanto na externa, a libertação em relação à metrópole, resultando no fim da unidade colonial e início da edificação das futuras repúblicas latino-americanas (BIFANO, 2010, p. 12-14).

No histórico traçado, a Venezuela teve participação especial, ainda mais a partir de 1810, quando já se fixava a preferência pela direção governamental interna e autônoma baseada em conselhos abertos, sendo que o primeiro destes conselhos foi instaurado em território venezuelano, em 19 de abril, mais precisamente em Caracas. Também foi na Venezuela que se organizou, em março de 1810, a eleição do representante para Junta Central, além de, no dia 16 do mesmo mês, ter ocorrido a reunião que instruiria toda região sobre as eleições dos deputados “americanos”.

Ademais, foram os crioulos de Caracas que primeiramente se posicionaram contra a Regência e também contra o sistema eleitoral que, ao fim e ao cabo, deu pouca visibilidade à representação dos espanhóis americanos. O posicionamento da Venezuela foi bastante particular e, de fato, dos mais importantes quando se trata do desmembramento da estrutura colonial. A submissão perante à Regência foi recusada por vilas e cidades venezuelanas, pois entendiam não haver motivos para obedecer a antiga soberania de Caracas, visto que esta era a capital da capitania geral da Venezuela, cujo vínculo de união era o monarca que não mais existia e, dessa forma, também deixaria de existir a subordinação aos “[...] interesses do capitalismo caraquenho e às antigas hierarquias jurisdicionais” (CHUST; FRASQUET, 2009, p. 40).

O conselho de Caracas também não reconhecia a autoridade da Regência, mas por outros motivos. Desejavam um governo provisório para manter os interesses da província, que refletiam, em verdade, os próprios interesses do conselho, este formado por crioulos chamados mantuanos, que eram em grande parte donos de mão de obra escrava e do comércio. Os crioulos de Caracas comandavam o povo com base no direito da conquista, isto é, utilizavam princípios de soberania do antigo regime colonial. Portanto, existiam forças opostas, e a grande preocupação dos crioulos caraquenhos era a possibilidade dos escravos se revoltarem, já que estes representavam 80% da população da província. O desejo pela autonomia governamental dos crioulos em Caracas levou adiante medidas radicais, que tomariam forma explícita a partir de 19 de abril de 1810, quando, após capturarem o Capitão Geral Vicente Emparan – que havia sido nomeado pelo próprio Napoleão (HERRERA, 2018 p. 101) –, impuseram nos cargos administrativos representantes regionais de seu interesse. Todas estas medidas foram tomadas sem que em nenhum momento abandonassem o apoio ao rei caído Fernando VII, isto é, reestruturaram o poder interno, para que pudessem – os crioulos caraquenhos – tomar para si o controle total da província (BIFANO, 2010, p. 14-16).

Percebe-se que o processo de independência venezuelana, neste primeiro momento, sequer leva em conta a libertação dos escravos, ao contrário, as manobras iniciais dos crioulos desta província tem por objetivo tomar o controle para impedir movimentos insurgentes da população escrava, gritantemente majoritária. Os primeiros passos para a abolição da escravatura surgem algum tempo depois, como será visto, e mesmo assim, foram todos montados em leis restritivas que se

estenderam longamente (GOMES; RINCÓN, 2005).

Autodenominada como poder central, a Junta de Caracas prosseguiu com suas medidas impositivas e criou a Academia Militar de Matemáticas e a Sociedade Patriótica para a Agricultura e Comércio, que serviriam como ponto de encontro para os radicais que desejavam a ruptura total com a Espanha. Através do conselho de Caracas, também buscaram ampliar as relações internacionais para fortalecer suas bases, enviando para Grã-Bretanha uma comissão constituída, dentre outros nomes, por Simón Bolívar. Tal empreitada não obteve êxito em persuadir os britânicos, mas conseguiu convencer o outrora “invasor” Francisco de Miranda¹⁹⁹ a retornar à província na qualidade de apoiador da Junta de Caracas, que de pronto indicou ser favorável à total independência (BIFANO, 2010, p. 17-18).

De acordo com Pérez, Miranda já havia inovado, ao elaborar uma teoria que fundava o direito hispano-americano à revolução, segundo a qual o “[...] domínio espanhol na América [era] ilegal e usurpado, porque a colonização não foi obra dos reis, que nada mais fizeram do que enriquecer com a conquista e pouco contribuíram para as despesas de tal empreendimento” (PÉREZ, 1992, p. 18. Tradução livre²⁰⁰). A metrópole atinou para estas movimentações, que afirmou tratar-se de uma insurreição, e iniciou uma contraofensiva econômico-militar que bloqueou portos e impôs um novo Capitão Geral na província, resultando na convocação de um Congresso Nacional por parte da Junta, com objetivo de organizar a nova ordem política que legitimasse o novo Estado (BIFANO, 2010, p. 17-18).

O processo iniciado em 19 de abril de 1810, com a formação do primeiro Conselho em Caracas, impulsionaria uma série de eventos pela libertação que se estenderiam até 1821, abrangendo a formação da primeira até a quinta República, esta iniciada com Hugo Chávez. A primeira República surge justamente em 19 de abril de 1810, e termina em 1812. A já referida destituição de Emparan, junto à instalação do Congresso Nacional, representa a fase inicial prática do movimento independentista, com a declaração oficial de independência ocorrendo em 5 de julho de 1811, momento de constituição dos Estados Unidos da Venezuela ou Províncias Unidas da Venezuela, no qual tem início a guerra da independência (ALBARRÁN,

¹⁹⁹ Segundo Herrera (2018, p. 106), Francisco Miranda já havia tentado por duas vezes desembarcar na Venezuela em 1806, com fins independentistas. Na segunda vez, os crioulos de Vela de Coro o forçaram a voltar para Inglaterra.

²⁰⁰ [...] la dominación española en América es ilegal y usurpada, porque la colonización no fue obra de los reyes, quienes no hicieron sino enriquecerse con la conquista y contribuyeron muy poco a los gastos de tal empresa.

2017, p. 19-20). Importante salientar que, até princípios de 1811, apenas havia sido determinada a proibição do tráfico negreiro e da comercialização de escravos, mas não a abolição. Já durante as campanhas de independência (1811-1812), aos escravos foi oferecida liberdade provisória em troca de participação nos combates (GOMES; RINCÓN, 2005, p. 115).

No âmbito jurídico, o novo governo promove diversas leis e manifestos para firmar os novos rumos político-administrativos. A supressão dos tributos aos indígenas e a referida proibição do comércio de negros serviu para, segundo Pérez (1992, p. 205), “[...] transformar as condições do trabalho agrícola”, além de produzir outros resultados políticos. Além disso, outros manifestos buscavam fixar o entendimento de que a Regência era ilegal e o poder estava nas mãos dos venezuelanos, que deveriam “prover por sua conta a sua conservação”. Também seria concedido aos espanhóis estabelecidos na região o direito ao igual tratamento dos crioulos e demais habitantes. Outrossim, manifestou-se insistentemente a inexistência do poder real, a desconfiança em relação a determinadas condutas da Regência e a necessidade de proteger a Venezuela contra pretensões estrangeiras. Diz-se que o poder exercido em nome do rei Fernando VII ocorrera apenas de modo a evitar agitações na opinião pública e ganhar tempo para organizar um já existente propósito de independência plena (PÉREZ, 1992, p. 205-207).

Na esfera política, a partir do Congresso Nacional – criado em 2 de março de 1811 –, os deputados juraram, de acordo com Pérez (1992, p. 272), defender a soberania da Venezuela frente a qualquer intenção de domínio estrangeiro, além de prometerem agir em defesa do catolicismo, o que indicava a formação de um nacionalismo político e religioso contrário ao invasor francês e ao protestante anglo-saxão. A queda da primeira República pode ser entendida pelas desavenças entre os grupos que, apesar de convergir pela independência, divergiam quanto à legitimidade do poder soberano. Segundo Pareja (2013, p. 139), o “godos” – monarquistas contrários a emancipação da península – confrontavam os líderes da Sociedade Patriótica e sua política radical de independência, fator que contribuiu fortemente para a “divisão da oligarquia venezuelana”. Nesse sentido, o mesmo autor afirma que, ante a falta de unidade, são duas as análises possíveis da estratégia traçada pela Sociedade Patriótica: de um lado, foi decisiva para o processo de separação da Espanha; de outro, acabou por fomentar a divisão, debilitar as instituições, dentre outras coisas. No entanto, Pareja (2013) é enfático ao determinar que estas últimas

consequências jamais foram intencionadas por Francisco de Miranda e, muito provavelmente, nem mesmo da Sociedade Patriótica. Na verdade, o que teria ocorrido foi a falta de um planejamento que medisse melhormente os cenários possíveis da empreitada (PAREJA, 2013, p. 139-140).

Em meio ao caos instaurado pelas disputas oligárquicas, a segunda República seria instituída já em 1813, com a chegada de Bolívar à Caracas, que parte logo em seguida para lutar em outra região. Em setembro daquele ano a Espanha enviou reforço aos realistas contra os patriotas de Bolívar e Miranda, visto que este grupo avançava em suas lutas. A derrota de Bolívar começa com a chegada do caudilho espanhol realista José Tomas Boves que, com seu exército de pardos, faz várias promessas aos locais, conquistando apoio da maioria, inclusas as classes oprimidas. Assim, em 18 de agosto de 1813, na tentativa de deter as tropas realistas comandadas por Morales – segundo hierárquico de Boves –, Bolívar é derrotado, assim como são derrotados sucessivamente os líderes patriotas Ribas e Bermúdez. Ainda, outros patriotas tiveram que fugir ao exterior, à exceção de Monagas, Cedeño e Zarara, que permaneceriam na região para formar resistência no que seria mais tarde a luta das guerrilhas (ALBARRÁN, 2017, p. 20-21). Resumidamente, deu-se assim o fim da segunda República, em 1814, que durante sua breve passagem, não obteve êxito em alterar a estrutura social, mas sim, segundo Ugalde (2004, p. 6), acabou por reafirmar o “[...] caráter mantuano e conservador”, reforçando a discriminação que estes desejavam manter na nova República.

O período que antecede a terceira República tem início com o retorno do rei Fernando VII ao trono, e os países aliados que derrotaram Napoleão formam a chamada Santa Aliança para restaurar as monarquias e as instituições do antigo regime. Em 1815, soldados espanhóis desembarcam na ilha venezuelana de Margarita para reestabelecer a ordem monárquica por meio da repressão, culminando na dominação de quase toda porção norte da América do Sul, já no ano de 1816. Entremeios, ao passo que os venezuelanos resistentes se refugiaram no território de Llanos, Bolívar parte em retirada à Jamaica, onde escreve, em uma carta aos ingleses, suas ideias de uma América espanhola independente, além de análises acerca das peculiaridades destes povos, prometendo um futuro como repúblicas livre e aliadas da Inglaterra. Durante este período – em que também esteve no Haiti –, Bolívar amplia a percepção de que precisa inevitavelmente do apoio amplo das bases sociais dos pardos e escravos, sem os quais seria impossível alcançar a independência

(UGALDE, 2004, p. 7).

Assim, tão logo retorna à região, ainda em 1816, através de um Decreto datado de 2 de junho, Bolívar concede liberdade aos escravos que portarem armas em favor da República. Este decreto de Bolívar também rechaçava a estrutura colonial e o sistema econômico escravagista, contemplando, portanto, a abolição da escravatura, ainda que determinasse em seu artigo terceiro estarem sujeitos à servidão aqueles que se recusassem a pegar em armas e lutar pela liberdade. Ainda, Bolívar viria a proclamar outro decreto, em 6 de julho do mesmo ano, anunciando que todos os venezuelanos – mesmo os que defenderam o rei –, não sofreriam prejuízo algum, pois todos seriam, a partir de aquele momento, considerados uma só classe, isto é, todos seriam cidadãos em pé de igualdade (PAREJA, 2013, p. 255-257).

Conforme vários autores aqui citados, como Albarrán (2017), Kohan (2013), Pareja (2013), Straka (2010) e Ugalde (2004), o momento determinante que representa a superação das limitações iniciais de Bolívar quanto a concepção da organização da sociedade, da economia e a inclusão de outros grupos na luta pela independência, foi seu encontro, em 2 de janeiro de 1816, com o então presidente haitiano Alexander Petión, em Porto Príncipe. Deste encontro, Bolívar levaria consigo um aprendizado crucial para fazer valer a revolução que buscava: a bandeira do abolicionismo. Grande indício da validade deste argumento, é que os dois decretos acima descritos foram realizados após a viagem de Bolívar ao Haiti.

Tais aspectos significam uma mudança paradigmática crucial no pensamento independentista venezuelano, pois progressivamente, a ideia de uma “pátria grande” vai sendo socializada aos mais difusos grupos sociais. Vale ressaltar, que em 1815, na ausência dos grandes líderes patriotas, e com os realistas dispersando-se após o assassinato de Boves em 5 de dezembro de 1814, José Antonio Paéz assumiria a responsabilidade de levar adiante a bandeira independentista, aplicando em prática os ideais antiescravagistas antes mesmo de Bolívar reestruturar completamente seus pensamentos sobre o tema. Paéz era a figura necessária para o novo projeto inclusivo de luta, e seu trabalho de mediação junto ao de Bolívar para com os patriotas, foi indispensável para conciliar estes grupos (PAREJA, 2013, p. 255-261).

Aproximava-se o ano de 1817, e com ele a instituição da terceira República, cuja primeira grande reestruturação seria a mudança da capital de Caracas para Angostura (atual cidade de Bolívar). Em princípios deste ano, Bolívar se dispõe a unir forças para enfrentar os realistas que insistiam em submeter-se à coroa. Restava,

para tanto, conquistar Angostura e Guayana, ambas regiões estratégicas, pois dava acesso ao mar do Caribe e ao rio Orinoco, permitindo contato com a metrópole. Desse modo, a vitória dos patriotas contra os realistas foi assegurada em 11 de abril de 1817, com participação também dos indígenas de Caroní. A conquista de Angostura e Guayana deu início aos acordos com apoiadores metropolitanos, e os patriotas venezuelanos conseguiram fazer chegar reforços da península, inclusive aí soldados e armas (VENEZUELA, 2011, p. 66-70).

O poder estava dividido entre vários líderes, como Mariño, Bermúdez e Piar, sendo este último responsável por vários êxitos militares, porém, ao mesmo tempo representava um problema para o projeto de Bolívar, pois insuflava ataques raciais dentro do exército patriota. Assim, Bolívar só consegue centralizar o poder após a morte de Piar por fuzilamento, momento em que também obtém apoio dos outros líderes e passa a comandar o poder unificado. O Congresso Constituinte é organizado em 1818 e instaurado em fevereiro de 1819, sendo promulgada a Constituição em agosto deste mesmo ano, porém, não atendendo ainda vários pedidos de Bolívar, como, por exemplo a supressão da escravidão. Nesse ínterim, Nova Granada também acabaria tornando-se independente após o conflito de Boyacá sob o comando de Bolívar, em 1819, assim como Quito (Equador). Com as regiões emancipadas e o poder centralizado na figura de Bolívar, inicia-se a etapa de unificação da Venezuela, Nova Granada e Quito, que comporiam um só território, chamado Grande Colômbia (UGALDE, 2004, p. 8-9).

Conforme explana Andara, em 17 de dezembro de 1819 é promulgada a Lei Fundamental da República da Colômbia, determinando a reunião dos territórios da Capitania Geral da Venezuela e do Vice-Reino do Novo Reino de Granada; tomava forma o projeto da Grande Colômbia. Porém, diversas questões se mostraram obstáculos à empreitada, dentre elas, a realidade geográfica e as complicações resultantes do grande período de disputas políticas e guerras na região. Quanto ao aspecto geográfico, incluem-se aí as enormes diferenças administrativas, a forma de fazer política, e os aspectos culturais dos colonos dos territórios reunidos. As dificuldades em levar adiante o projeto pensando ainda no século XVII por Francisco de Miranda e continuado por Bolívar, eram muitas. Segundo a mesma autora, os planejadores da ideia dessa união latino-americana, pecaram ao não levar em conta as particularidades contextuais histórico-geográficas por trás de cada uma das regiões constituintes da Grande Colômbia, que para ela representa “[...] um dos agravantes

mais importantes na durabilidade da união” (ANDARA, 2010, p. 164-168).

Na perspectiva macro, a guerra anticolonial, inicialmente, foi exitosa. Bolívar conseguiu acordar uma trégua com o general espanhol Morillo – enviado pelo rei Fernando VII para combater os independentistas –, que acabaria retornando à Espanha. Além disso, pouco antes da formação da Grande Colômbia, ele havia ido à Angostura e conseguido mediar discretamente um conflito interno de poder entre líderes locais, especificamente um imbróglio entre Mariño e Francisco Antonio Zea²⁰¹ (KOHAN, 2013, p. 92-93). Importa é que estava decretada a República da Grande Colômbia, cuja nova Constituição seria implementada em 1821, sem que, no entanto, implementasse mudanças de alto vulto, deixando de lado mesmo aspectos importantes, como costumes locais e planos de ocupação e integração. (ANDARA, 2010, p. 169).

Mas, ao contrário do que diz a historiografia eurocêntrica, a independência não foi aceita pacificamente pela Espanha, como se fosse um presente dado à “Nuestra América”; essa falaciosa história porta-se de costas para fatos incontestáveis. Segundo Kohan (2013, p. 94), em 1819, a Espanha apelou à Santa Aliança²⁰² para sufocar a insurgência que ocorria em suas ex-colônias e minar o avanço de Bolívar. Ante a inadequação das frotas navais fornecidas ao rei espanhol pelo imperador russo para atravessarem o oceano, a Espanha decidiu avançar, utilizando cerca de 20 mil combatentes realistas. Nesta mesma época, mais precisamente em primeiro de janeiro de 1820, ocorre um movimento revolucionário, sob comando de Rafael Riego, contra o rei espanhol, que acaba cedendo pelo reestabelecimento da constituição liberal da região de Cádiz, levando a outro armistício proposto pelo general De La Torre, imposto ao comando por Morillo, momento em que este retorna à Espanha. A questão relevante neste período, é a grande quantidade de combatentes colonialistas – cerca de 25 mil, sem contar a região sul – que se fixaram em quase todo território da Venezuela, Nova Granada e Equador (KOHAN, 2013, p. 94; UGALDE, 2004, p. 9), significando não só que a luta continuaria, mas também que as declarações de independência e a reunião dos

²⁰¹ Segundo Kohan (2013, p. 92-93), na ausência de Bolívar em Angostura, Mariño – líder do Congresso – tramou contra Zea (advogado e vice-presidente), afirmando que a liderança local deveria ficar a cargo de um militar. Assim, Zea, para evitar outro conflito, acabou renunciando e Mariño impôs em seu lugar o antigo líder da ilha Margarita, Arismendi.

²⁰² Aliança formada através de um pacto, em 1815, pelos imperadores da Rússia e da Áustria e pelo rei da Prússia, cujo objetivo era promover proteção mútua entre tais potências contra interferência externa, além de reestabelecer a monarquia em territórios europeus (ALVAREZ. 1917. p. 136-137).

territórios, faziam-se formais, mas ainda não haviam se materializado.

As comunicações entre Bolívar e Morillo também tratavam sobre um cessar guerra completo, sob a condição patriota de que a Espanha reconhecesse a independência e a soberania da nova grande República (BOLÍVIA, 2011, p. 80). O armistício, segundo Ugalde (2004, p. 9), seria desfeito unilateralmente por Bolívar por volta de quatro meses depois, e isso, como será descrito, reside em novas rusgas entre os patriotas e os realistas, que tiveram início em 1821. Em janeiro deste ano de 1821, portanto, acirram-se os ânimos entres os dois grupos, que se enfrentariam em batalhas decisivas para os patriotas e sua causa. Posteriormente, em abril de 1821, a estratégia passa a ser pautada no desarme dos colonialistas e, pela primeira vez, Bolívar constitui um exército mais robusto que os espanhóis²⁰³, aos quais enfrentaria em diversas frentes. O plano – que agrupava importantes líderes, como o venezuelano Rafael Urdaneta e o já referido José Antonio Paéz –, implicava em derrotar definitivamente os espanhóis e materializar completamente a independência (KOHAN, 2013, p. 93-96).

Um acontecimento importante, que demonstrava estarem os ventos favoráveis aos patriotas e que suas estratégias políticas de convencimento estavam vigorando, deu-se em uma das regiões historicamente mais vinculadas ao poder metropolitano, qual seja, a cidade de Maracaibo. Nesta localidade, que antes servia de refúgio aos colonialistas em tempos de crise, Urdaneta engendraria uma manobra voltada a influenciar pessoas conhecidas e importantes a aderirem à causa patriota. Na data específica de 28 de janeiro de 1821, após várias tratativas levadas a cabo por Urdaneta, que lhe garantiram graúdo apoio, autoridades civis e militares e vários habitantes locais redigiram uma ata declarando sua separação da Espanha e sua submissão ao Governo da Grande Colômbia (THIBAUD, 2003, p. 386; CANO, p. 194). A forma pacífica como ocorreu a guinada de Maracaibo aos ideais de Bolívar já era um forte indicativo de que a causa espanhola estava perdida, mas, ainda estava por explodir a batalha de Carabobo.

O plano de operações visando Carabobo vinha sendo traçado desde 1820, e tinha por objetivo derrubar o que restava do exército espanhol, através do uso de manobras dispersas, visto estar o exército dividido em três frentes principais: a guarda

²⁰³ Infere-se da leitura da obra de Thibaud (2003), que o retorno de Morillo à Espanha e o armistício deixaram as tropas espanholas desestruturadas, levando à muitas deserções. Isso explica a superação, em números de combatentes, dos patriotas.

de Bolívar, as tropas de Paéz e as unidades do oriente venezuelano. Juntos compunham um total de cerca de 10.700 combatentes contra um número semelhante de espanhóis. Em suma, os espanhóis sob comando de La Torre encontram-se presos entre os dois lados e, reduzidos na região denominada Carabobo, são obrigados a lutar, sendo finalmente derrotados em 24 de junho de 1821 (THIBAUD, 2003, p. 399-400).

Posto em evidências os traços gerais da luta pela emancipação das antigas colônias espanholas, nota-se destes parágrafos todos, a inexistência de uma denominação comumente aceita e propagada no meio teórico historicista, inclusive dentre muitos dos textos aqui utilizados. Refere-se ao qualificativo dado à Bolívar: o Libertador. Aproveitar-se-á da ausência do uso desta alcunha, para traçar, na parte final deste tópico, junto ao prosseguimento desta grande história, algumas questões relacionadas às vozes não ouvidas, mas que se fizeram essenciais à conjuntura da luta anticolonial. Embora se convença da importância que tiveram os líderes crioulos no contexto da independência, desde Francisco de Miranda até Bolívar, resta a pergunta: por que uma só figura libertária mantém tal elevado status? Obviamente, não se esquivava a história de dar nome aos grandes líderes, mas o ponto final acaba por encaminhar toda glória ao nome de Bolívar, o Libertador, que era também um crioulo.

O resultado da empreitada dos patriotas em busca da constituição de uma grande pátria, conforme relatado alguns parágrafos acima, não foi aquele desejado. A Grande Colômbia permaneceria de pé por pouco tempo, para desgosto de muitos. A partir de outubro de 1821, conta Thibaud (2003, p. 400), a Grande Colômbia assumiria a forma de uma República unitária, segmentada em departamentos e províncias, seguindo o modelo de separação dos poderes, e cuja capital seria Bogotá. Segundo o mesmo autor, as regiões ainda em conflito concentrariam, temporariamente, o poder executivo e legislativo em Bolívar, e não existia nenhuma previsão constitucional que pusesse fim “[...] às práticas anteriores nascidas da dinâmica revolucionária e das necessidades de luta”, embora, de fato, tenha ocorrido um reconhecimento político amplo em relação a totalidade do povo (THIBAUD, 2003, p. 400).

A gravidade econômica em consequência da guerra, somada às dificuldades administrativas e aos aspectos culturais conflitivos, fizeram aumentar gradativamente as tensões entre venezuelanos, neogranadinos e equatorianos. Além disso, os caudilhos tornaram-se conscientes do poder das armas, fazendo com que este seja

um fato importante no desequilíbrio entre forças, que contribuiu para que tivesse início alguns movimentos separatistas. Tais movimentos lograriam êxito já em 1829, apesar das tratativas amistosas entre os líderes, principalmente Bolívar e Paéz. A ruptura da Grande Colômbia, e o fim do sonho da grande pátria, ocorreu em entre 1829 e 1830, com a separação do Equador, logo após a Venezuela (final de 1829), esta que formaria uma nova República (4ª república), tendo o próprio Paéz como líder. Estes fatos são relatados pelo já referido historiador venezuelano Ugalde (2004), que afirma que, dentre todas as regiões, a mais afetada foi a Venezuela.

Segundo ele, desde 1822, o país encontrava-se “[...] exausto, [com] sua população dizimada” e o território devastado. Ocorreu uma grande fuga de capitais, fazendo com que os trabalhadores abandonassem as fazendas pela situação semiescrava em que se encontravam, visto que haviam se acostumado a lutar pela liberdade. Ainda, informa o historiador, existiam dívidas venezuelanas a serem pagas à Inglaterra e, mesmo com as constantes pressões de Bolívar, a escravidão não havia sido, de fato, abolida, principalmente devido a resistência dos proprietários de escravos. Em verdade, prossegue dispondo Ugalde, não havia mais interesse produtivo que justificasse a escravidão, o que queriam os escravagistas era que o Estado lhes pagasse uma indenização. Por fim, em geral, a Venezuela carecia de bases sociais, institucionais, econômicas e educacionais; tudo estava por ser construído, o que explica o fracasso do projeto, que nem mesmo Bolívar deixaria de admitir (UGALDE, 2004, p. 10-11).

A crítica que se está querendo expor, diz respeito justamente ao reducionismo histórico hegemônico – no sentido amplo de seletividade quanto à participação dos atores independentistas –, que no caso da Venezuela, se faz ainda mais evidente. Nesse sentido, os fatores sociais que tornam possível uma análise da cronologia histórica mais factual, que são capazes de demonstrar a composição neocolonial pós-independência, reside em um porão muito mais filosófico que meramente impresso em textos. Gonzalez (2020) dá uma prévia sobre o tema, ao enfatizar que

[...] nas páginas da História da Venezuela, o período da Gesta pela Independência – que costuma ser marcada desde 1813 com o “Decreto de Guerra até a Morte”^[204] de Simón Bolívar até “a Batalha de Carabobo” em

²⁰⁴ O Decreto de Guerra a Morte (Guerra a Muerte), promulgado por Bolívar durante a “Campanha Admirável” (Campanha Admirable), em 1813, tinha por intuito definir que os inimigos da independência eram os espanhóis, ou melhor, o colonialismo europeu. Com isso, o decreto objetivava também chamar à luta os extratos da população subjugados pelo colonialismo. Já a Campanha Admirável, foi projetada por Bolívar visando reerguer os independentistas após a queda da primeira República. Para maiores detalhes sobre ambos os eventos, cf. a obra de Néstor Kohan (2013).

1821– ocupa um grande espaço central, enquanto parecem restar diminuídos, ou à margem, os múltiplos atores e cenários de um complexo período de trânsito tal como o da Emancipação (GONZALES, 2020, p. 221. Tradução livre²⁰⁵)

Para a autora, toda categorização é problemática, mas, no caso do período fundacional venezuelano, esse é um problema ainda maior, porque está completamente estruturado sobre a Guerra da Independência, bem como sobre a vida e obra de Simón Bolívar, “o Libertador”. Dessa forma, todos os demais aspectos da sociedade venezuelana, são postos à margem pela historiografia oficial, como se fosse possível resumir todo conteúdo, na liderança dos crioulos patriotas pela independência. Assim, chega-se “[...] ao ponto de que são as façanhas militares, encabeçadas pelo **gênio** de um líder, as que povoam o imaginário nacional em torno da independência” (GONZALES, 2020, p. 222. Grifo no original. Tradução livre²⁰⁶). Isso significa que existe uma composição social venezuelana além do contexto da guerra.

Segundo Pareja (2013, p. 41-45), muitas zonas territoriais venezuelanas estiveram, desde a conquista desta região pelos espanhóis, em 1498, livres das disputas diretas promovidas sob o manto da “honra pela cor da pele”, principalmente devido ao fator geográfico. Estas populações, compostas principalmente por indígenas, mas também por negros que haviam escapado do jugo escravagista, conviviam de forma sustentável com o ambiente ao redor. As características da autodeterminação envolvidas nos confrontos pela independência, abrangiam a totalidade da Venezuela apenas formalmente. Diz o mesmo autor, que as regiões indígenas não afetadas, podem ser compreendidas como “[...] espaços de paz, dentro do conflito pela independência, [afastado da forma de vida disputada pelos] brancos canários, peninsulares e crioulos para implantar um incipiente modelo capitalista”. Obviamente, lembra Pareja, principalmente a partir do final do século XVIII, muitas dessas regiões foram afetadas pela violência colonial, com o aumento das atividades agropastoris crioulas. A maior parte da população venezuelana se manteve afastada do conflito e, ainda assim, sofreu várias consequências.

²⁰⁵ Así pues, en las páginas de la Historia de Venezuela, el período de la Gesta por la Independencia –que se suele marcar desde 1813 con el “Decreto de Guerra a Muerte” de Simón Bolívar hasta “la Batalla de Carabobo” en 1821– ocupa un gran espacio central, mientras que parecen quedar disminuidos o al margen los múltiples actores y escenarios de un complejo período de tránsito como fue el de la Emancipación.

²⁰⁶ hasta el punto de que son las hazañas militares, encabezadas por el genio de un líder, las que pueblan el imaginario nacional en torno a la Independencia.

É justamente este grupo comum, de pacífica convivência, que foi afastado de qualquer tipo de debate político acerca de seu próprio território. Pareja afirma que o relato histórico se desenvolve de forma inversa da historiografia oficial; para ele, não é o conflito independentista que “[...] determina e abarca toda a vida de seus habitantes, mas sim, o testemunho de atividades e eventos cotidianos de pessoas comuns que tiveram que viver – e às vezes interagir – na Venezuela com o desenvolvimento do conflito de independência” (PAREJA, 2013, p. 44-45. Tradução livre²⁰⁷), sendo, portanto, necessário guinar epistemologicamente de uma história do ponto de vista meramente vientológico, para uma história que recrie os conflitos a partir da paz vigente da maioria da população da época (PAREJA, 2013, p. 44-45. Tradução livre²⁰⁸).

A perspectiva descrita acima, também se faz necessária pelo fato de que as histórias de paz revelam as populações que sofreram com os desmandos da nova ordem que se assume desde a modernidade. E o neocolonialismo, que dá continuidade às práticas imperialistas, também é perceptível no caso da Venezuela dentro desse contexto mascarado. Deve-se, antes de mais nada, compreender que um dos momentos que impulsionou fortemente a luta pela independência Venezuelana foi a revolução de Cádiz na Espanha, contra o então rei Fernando VII, que acabou cedendo às causas liberais. Apesar do elemento libertário liberal estar presente, há que se levar em conta que as disputas internas entre realistas e patriotas, representam para alguns teóricos, como demonstra Gouvêa (1997), mais um conflito em termos de guerra civil do que exclusivamente antimonárquico por parte do grupo de Bolívar. Quando se busca compreender o neocolonialismo, todas essas questões devem ser levadas em conta, pois, a ruptura com a estrutura colonial vem acompanhada de uma revolução interna de caráter elitista, que mais tarde, revelaria estar de acordo com as causas imperialistas internacionais.

O processo de reconhecimento dos novos Estados Nacionais que se formavam nas antigas colônias espanholas é marcado por uma ambiguidade, pois, segundo Gouvêa (1997, p. 276), ao passo que as lutas pela independência

²⁰⁷ Es decir, no es el conflicto por la independencia lo que determina y abarca toda la vida de sus habitantes, más bien es el testimonio de actividades y eventos cotidianos de gente común a los cuales les tocó vivir –y en ocasiones interactuar– en Venezuela con el desarrollo del conflicto independentista.

²⁰⁸ Es decir, no es el conflicto por la independencia lo que determina y abarca toda la vida de sus habitantes, más bien es el testimonio de actividades y eventos cotidianos de gente común a los cuales les tocó vivir –y en ocasiones interactuar– en Venezuela con el desarrollo del conflicto independentista.

destacavam a maturidade das classes dominantes, evidenciando a necessidade da ruptura colonial, demonstrava-se concomitantemente a “[...] inadequação das classes populares para exercer uma plena cidadania”. Sem intencionar pelo aprofundamento do conceito de revolução, fato é, que, entre eventos e processos de quebra estrutural de regimes e mutações ideológicas, que configuram os movimentos revolucionários internos desde as manobras independentistas, o que se produziu no mais amplo espectro da transição monárquica ao republicanismo, foram mudanças de poder mantenedoras da divisão classista do antigo regime. Basta lembrar que o fim da escravidão na Venezuela, por exemplo, foi decretado somente em 1854, e mesmo assim, com a condição imposta pelo então presidente José Monagas, de que os direitos senhoriais fossem preservados (GOMES; RINCÓN, 2005, p. 116). Por si só, isto leva aos eventos residuais do neocolonialismo da América Continental.

Em tópico denominado “Classes dominantes e revoluções inacabadas”, Kohan (2013, p. 30) fornece algumas críticas que explicam o neocolonialismo ocorrido na Venezuela. O autor reconhece terem sido os feitos revolucionários durante os conflitos pela independência na região, algo para além da substituição da elite burocrática, no entanto, reflete sobre o cenário pós-independência, afirmando que, apesar do triunfo sobre o colonialismo europeu, as revoluções não foram concluídas, principalmente devido “[...] à inserção capitalista dependente de nossas formações sociais no sistema mundial capitalista”. Soma-se a isso, o fato de que os líderes independentistas contavam com uma burguesia agrária (não de expansão) “[...] parceiras menores da exploração neocolonial” que, perturbadas com as façanhas radicais da revolução, agiram para impedir qualquer mudança social substantiva. Ainda, informa o autor, que essa burguesia não levou em conta os projetos libertários, mas sim, passou a focar na construção de “[...] pequenas nações e republiquetas com uma institucionalidade, uma liturgia falsamente patriótica [...], alheia e até mesmo imposta sobre e contra as classes populares [...] que historicamente venceram as guerras anticoloniais de independência” (KOHAN, 2013, p. 30. Tradução livre²⁰⁹).

Se no século XIX já era perceptível a inclinação da burguesia venezuelana aos comandos neocoloniais, mais especificamente por aceitarem submeter-se à

²⁰⁹ Estas burguesías criollas dieron la espalda a los proyectos libertarios y emancipadores de Bolívar, San Martín, Moreno, Hidalgo, Morelos, Artigas y otros libertadores para construir pequeñas naciones y republiquetas con una institucionalidad, una liturgia falsamente patriótica y unos panteones legitimantes del orden establecido, ajeno e incluso impuesto por sobre y contra las clases populares y plebeyas que fueron las que históricamente ganaron las guerras de independencia anticolonial.

dependência criada pelo sistema-mundo capitalista; no século XX outras mutações políticas contribuiriam ainda mais para o fortalecimento imperialista no país. Não por acaso, o país permaneceu 27 anos sob a ditadura do presidente Juan Vicente Gómez (1908-1935), em um período marcado por negociações com grandes potências capitalistas, fato contributivo para colocar o país como destino de investimentos estrangeiros. As informações constam em um artigo de Miranda (2018, p. 535-536), que traz outra importante informação: foi durante o governo Gómez que o petróleo passou a ser fator relevante para economia venezuelana. Inclusive, segundo o autor, foi mesmo o combustível fóssil o responsável por manter o ex-presidente por tanto tempo no poder, pois significou uma mudança nos modelos econômicos antes condicionados às variações cíclicas agropecuárias.

O estabelecimento da indústria petroleira na Venezuela e a crescente demanda para exportação, viriam a moldar, segundo Miranda, praticamente toda estrutura do país, desde as instituições, até a direção das mudanças de regime, gerando uma dependência econômica crescente sobre o produto, que sob Gómez, chegava a ser negociado sem a intervenção do parlamento. Alguns resultados provenientes deste período foram o atraso na desindustrialização e o declínio da agricultura (MIRANDA, 2018, p. 537). Neste período, segundo Vizentini (2003, p. 59), com a consolidação do ciclo exportador petrolífero, a Venezuela estreitou seus laços com os EUA, privilegiando estes imperialistas, o que leva a um dos aspectos neocoloniais mais perceptíveis dentro do contexto da independência da Venezuela – e da América espanhola como um todo –, que é a substituição do antigo colonizador por novos atores internacionais, isto é, “[...] o império foi substituído pelo domínio interno das elites crioulas, que então procederam os novos arranjos coloniais e neocoloniais, com metrópoles diferentes da Espanha” (MÚNERA, p. 292. Tradução livre²¹⁰). Nesse sentido, a busca por acordos multinacionais na exploração petroleira venezuelana, no governo de Gómez, indica os interesses pela manutenção de algumas características do antigo regime por parte dos crioulos; interesses que se mantiveram durante boa parte do século XX, inclusive.

Até o ano de 1930, a ação governamental venezuelana pautava-se na concentração de poder, mas, este cenário foi-se alterando, principalmente a partir do governo de López Contreras, em 1935, cuja agenda política passou a levar em conta

²¹⁰ El Imperio fue reemplazado por el dominio interno de las elites criollas, que procedieron luego a nuevos arreglos coloniales y neocoloniales con metrópolis diferentes a las españolas.

as reivindicações de novas forças sociais emergentes. A participação estatal, no entanto, viria a ganhar mais força com o sucessor de Contreras, o ex-presidente militar Angarita (1941-1945), o qual transformou definitivamente a Venezuela em um Estado petroleiro e promoveu abertura política, legalizando os partidos Ação Democrática e Partido Comunista Venezuelano (MIRANDA, 2018, 537-539). Com efeito, a década de 1940 representou o fortalecimento do Estado venezuelano como um todo. O “Triênio” (1945-1948), inclusive, é considerado o único período de experiência democrática até 1958, visto que um golpe estabeleceria o General Jiménez no poder e, junto com ele, uma ditadura vinculada aos interesses dos EUA. Sob a nova ditadura, a Venezuela se tornaria o segundo maior produtor mundial de petróleo e seria felicitada com a estabilização dos setores econômicos da elite. Como de praxe, onde há EUA, há destruição, e com a Venezuela não foi diferente, visto que enquanto a economia se sobrelevava, a estrutura social se abalava (VIZENTINI, 2003, p. 59).

Em 1958, por meio do Pacto de Punto Fijo, a ditadura daria lugar à “democracia” formal, sendo promulgada a Constituição – absolutamente liberal – no ano de 1961. A nova Constituição previa um regime representativo e o multipartidarismo, embora o poder tenha-se alternado durante muito tempo apenas entre dois partidos: a Ação Democrática e o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI). O pacto de Punto Fijo representa o início da Quarta República, e seria marcado por uma intensa abertura comercial, porém, vale ressaltar, não ocorreram mudanças significativas nas estruturas essenciais do país (VIANA, 2010 p. 42). Segundo Miranda (2018, p. 540-541), o referido pacto – que excluía os partidos de esquerda e também os militares dos acordos, sustentava-se em duas frentes principais, dentre as quais estava a fixação da renda petrolífera, que privilegiava setores públicos e privados específicos, como, por exemplo, parte da organização militar (talvez para mantê-los domados).

Embora internamente o cenário não fosse dos melhores²¹¹, durante a vigência do pacto, o momento era de estabilidade em relação às políticas externas (VIANA, 2010, p. 43), voltadas em defesa da democracia continental (mais para uma defesa pronunciada que praticada). Assim, as posições da Venezuela frente aos EUA variavam de acordo com cada situação hemisférica, porém, no âmbito econômico,

²¹¹ De acordo com Miranda (2018, p. 542), devido a exclusão dos partidos de esquerda (Partido Comunista da Venezuela e Movimento de Esquerda Revolucionária), estes foram levados à luta armada que, reprimidos, acabaram fracassando. Seus protagonistas acabariam reinseridos à vida política.

ambos países mantiveram relações de proximidade. Mas, o fator petróleo era caro à economia venezuelana, ou melhor, era o que dava estabilidade às suas estruturas em geral, inclusive era o que seguia mantendo a suposta democracia, portanto, era necessário que o produto mantivesse valorização em curva ascendente. A indiferença dos EUA em relação a esta preocupação, levou ao governo venezuelano a transfigurar sua política para um caráter mais nacionalista, ou seja, passou-se a perceber que não era mais possível depender das diretrizes estadunidense para resolver questões econômicas do setor petrolífero (VIZENTINI, 2003, p. 59-60). Deve-se levar em consideração o fato de que, neste período, segundo Miranda (2018, p. 543), a Venezuela era o terceiro maior exportador de petróleo para os EUA, então, uma política nacionalista de forma alguma seria vista com bons olhos pelos imperialistas.

O primeiro presidente do partido COPEI a assumir o poder foi Rafael Caldera (1969-1974). É com ele que surgiria o nacionalismo democrático, com vistas a implementar a fixação unilateral dos preços do petróleo pela Venezuela, além de outras medidas importantes, como a nacionalização do gás. A partir deste momento, tomam forma o que talvez sejam as principais razões dos embates entre Venezuela e EUA. Ainda sob o governo de Caldera, ocorrem, seguidamente, a aproximação com Cuba e com o bloco soviético, e um vertiginoso crescimento econômico devido à valorização do preço do petróleo. Não fosse o bastante, o presidente que sucede a Caldera, Carlos Andrés Pérez (1974-1979), nacionaliza totalmente os setores de petróleo e aço, levando seu país ao reconhecimento internacional (VIZENTINI, 2003, p. 60). Evidentemente, todos esses fatores somados simbolizavam uma pedra no sapato dos imperialistas, principalmente em relação àquele que nesse período comandava todos os outros, isto é, os EUA.

Nessa época, mais especificamente ao final dos anos 70 e início dos anos 80, os EUA atiraram-se em aventuras intervencionistas em várias regiões continentais que afetaram direta ou indiretamente a Venezuela. Assim, Altmann (1990, p. 81) tem razão quando afirma que “[...] qualquer análise sobre a América Latina terá de contemplar a multifacetação e o desconjuntamento dos diferentes Estados Nacionais que aí se erigiram”. Dentro do contexto ora analisado, a revolução sandinista na Nicarágua e a luta popular revolucionária no início da década de 80, abalaram o imperialismo, que respondeu com bloqueios econômicos e intervenções militares. Uma dessas intervenções ocorreu de forma direta em Granada, por parte dos EUA, no ano de 1983, e levou cerca de uma semana para ser concluída. Impressiona o fato

de uma ação deste porte, que durou cerca de uma semana, e que destruiu a democracia granadina, não ter contado com qualquer cobertura jornalística, por terem sido proibidas pelo imperialismo estadunidense, indicando o caráter ilegal da operação (ALTMANN, 1990, p. 81).

O foco dos EUA – sob comando de Regan (1981-1989) – era combater Cuba, tanto que um dos pretextos para invadir Granada em 1983, segundo Chaves (2007, p. 40), foi a existência de um “regime hostil”, tendo Regan sido claro que não permitiria uma “nova Cuba”. Anteriormente a intervenção em Granada, outro fato importante ocorrera: A Guerra das Malvinas. As ilhas Malvinas representavam ponto de interesse estratégico à Argentina, que reivindicava soberania sobre o território, e a Grã-Bretanha, que mantinha relações estreitas com os EUA e tinha seu apoio. Importa é que, em 2 de abril de 1982, a Argentina invade a ilha, dando início ao conflito (WALSH, 1997, p. 33-46). Regan, que buscava ampliar seu campo de apoio na América Latina, viu seus planos se deteriorarem com a invasão da Argentina, pois, ao apoiarem a Grã-Bretanha, fizeram surgir um clima nada amistoso contra si. Deste momento em diante (Guerra das Malvinas de 1982), o relacionamento entre países da América Latina e Cuba melhorou significativamente, criando uma consciência regional sobre a necessidade de a região aumentar sua autonomia frente os EUA (PASCUAL, 1990, p. 20-76).

Segundo Pascual (1990, p. 95-96), o posicionamento dos EUA em favor da Grã-Bretanha foi determinante para a mudança da política externa da Venezuela, que passou a voltar-se mais à região latino-americana e a cuidar de sua autonomia. As políticas intervencionistas estadunidenses apontam uma quebra no histórico de alianças com a Venezuela. Importante ressaltar que Granada, por exemplo, buscava emancipar-se de quatro séculos de colonização britânica quando foi atacada militarmente pelos EUA em 1983, o que significa, para Altmann (1990, p. 82), que a pequena região estava, naquele momento, experimentando um processo de neocolonização. À primeira vista, pode parecer que o início da decadência econômica da Venezuela, ainda na década de 80, seja fruto exclusivo da dependência do país ao petróleo, porém, quando se amplia a visão periférica sobre todos os dados que foram expostos, existem muitos outros fatores a serem levados em consideração.

É fato que o aumento nos preços do petróleo na década de 70 causaram frisson econômico, a ponto de nebulizar os horizontes futuros. O presidente Pérez, que havia aproveitado a guinada econômica naqueles anos, retornaria ao poder em 1989,

em meio à diversas crises, inclusive internacionais, que já se desenhavam no governo anterior de Jaime Lusinchi. De acordo com Miranda (2018, p. 544), Pérez assumiu tendo que lidar com a queda dos preços do petróleo, mas também, com a dívida externa, que estava sujeita às condicionalidades do FMI. Ao mesmo tempo, a moeda nacional, o bolívar, sofria grave desvalorização. Vizentini (2003), confirma serem a crise do petróleo e a crise da dívida, as duas principais causas imediatas da decadente situação que entrara a Venezuela. O panorama internacional estava se alterando por completo, e a Venezuela sofria por todos os lados, e devido aos eventos político-militares da década de 80, fora completamente abandonada pelos imperialistas, que ao mirarem o país sul-americano, enxergavam apenas petróleo, que, como já dito, estava fora do alcance internacional.

O novo momento, que coincide com o retorno de Pérez em 1989, surge com as mudanças internacionais vinculadas ao declínio da URSS, a redemocratização de vários países sul-americanos e, o mais importante, a ascensão do neoliberalismo, aplaudido pelos imperialistas como sendo a ordem política responsável por derrotar o comunismo, dentre outras coisas. Essa nova ordem, no entanto, dificultava a inserção das sociedades periféricas, especialmente daquelas da América Latina. O imperialismo aproveita o momento caótico da periferia, para agir por meio de suas instituições. De acordo com Vizentini (2003, p. 64), na Venezuela, por aconselhamento (imposição) do FMI, Pérez passa a adotar medidas econômicas neoliberais, que destroem completamente as estruturas sociais do país.

A expressão da resistência frente à ordem vigente, deu-se em nível internacional naquele ano de 1989, ainda que os enfrentamentos não tenham sido pelo mesmo motivo em todos os lugares: Chile contra o regime de Pinochet, em 30 de julho, Hungria em outubro, em novembro Berlim e Checoslováquia, além do Panamá, em dezembro. Os venezuelanos insurgiram – neste mesmo ano – contra as medidas de Pérez, ou seja, a resistência se dava contra o neoliberalismo. Teve início o chamado “Caracazo”, em 27 de fevereiro, onde os populares em revolta denunciaram ao mundo a destruição neoliberal, e derrubaram o mito da democracia iniciada com o pacto de Punto Fijo (GONZÁLEZ, 2021, p. 53-54). Foi um movimento espontâneo, revolucionário e anticapitalista, ante o qual, visto a conjuntura e as características que lhe deram forma, pode sim ser considerado anti-imperialista e mesmo anti(neo)colonialista.

Para atender às demandas do imperialismo – que atuou por meio do FMI –, o

governo venezuelano precisou aderir às medidas neoliberais, no mais, imperialistas. A sujeição ao imperialismo demonstrou aos venezuelanos, que jamais o povo é prioridade na estrutura desta ordem. Como ocorrera durante o período colonial e nos governos que seguiram os modelos crioulos elitistas de poder, a maioria da população foi literalmente escolhida para pagar o preço do neoliberalismo. Conforme consta em Gonzáles (2021), e outros textos aqui utilizados, o preço de passagens do transporte público subiu, assim como o dos combustíveis, o que levaria, acredita-se, conseqüentemente, ao aumento de vários produtos de consumo básico, devido às questões de logística.

O governo parecia crer em uma virada à calmaria. Os eventos da guerra do golfo, trabalhados no capítulo anterior, e que levaram ao aumento do preço do petróleo, deram esperanças de que os fatores econômicos seriam normalizados, mas estavam enganados (VIZENTINI, 2003, p. 64). Eram notáveis os sintomas de desgaste ante a incapacidade de Pérez de reverter a situação, ou melhor, ante a tentativa de reestabelecer a ordem em um movimento nunca promovido durante a vigência do pacto de Punto Fijo, o de repressão com uso de força militar (GONZÁLES, 2021, p. 56). Em 1992 ocorreu a tentativa de Hugo Chávez em tomar o poder, que restou ineficaz frente as forças do governo ainda operantes. Porém, alguns setores militares também demonstraram descontentamento com a maneira que as suas instituições eram administradas, o que levou um grupo de oficiais a se organizarem em torno de Chávez (MIRANDA, 2018, p. 546).

Pérez acabaria sofrendo impeachment, em 1993, dando lugar ao presidente interino Lepage e, no mesmo ano, o Congresso designaria Velásquez para preencher o cargo até as eleições de 1994. Todas as iniciativas produzidas pela Venezuela para ramificar a integração do hemisfério sul das américas, de 1989 à 1993, passaram a sofrer enormes pressões do Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio, o NAFTA, que abrangia um acordo comercial entre Canadá, EUA e México e passou a alterar seu cronograma, bem como algumas tarifas, afetando os países mais ao norte da América do Sul. Apesar disso, o período seguinte, sob o governo de Caldera (1994-1999) foi significativo quando se trata de acordos com os países latino-americanos, visto que as políticas externas venezuelanas passaram dar maior atenção, depois de 1995, para o Leste e para os representantes do Mercosul. (VIZENTINI, 2003, p. 64-66).

O Caracazo mantém intrínsecas relações com todo período que se seguiu.

Este movimento revolucionário espontâneo, demonstrou que, ao partir para o embate contra o imperialismo – em sua face neoliberal –, mesmo as pretensas democracias se compõem de ódio. Confirma-se este argumento com o fato de Pérez ter ordenado, naquela ocasião, a resposta opressora que levou à morte milhares de pessoas, e outras tantas foram feridas ou mesmo, desapareceram, em um feito clássico das ditaduras militares. Este levante popular serviu como esteio para o Movimento Bolivariano Revolucionário, conhecido como MBR-200, tendo como um de seus mais distintos integrantes, Hugo Chávez. Esse movimento, responsável pela referida tentativa de tomada de poder em 1992 – denominada operação Zamora –, acabaria, como já dito, fracassando e levando à prisão o então Tenente-Coronel Chávez. Aqui encontra-se também o elo com o sucessor de Pérez, pois Caldera aproveitou-se do acontecimento inexitoso para contrariar o governo, culpando o presidente pelo caos e justificando assim a tentativa de golpe pelo MBR-200 (MOURA, 2013, p. 75).

Caldera chegaria ao governo manifestando estar ciente das dificuldades, o que não foi suficiente para melhorar a situação. Apesar de tentar resistir à ordem que havia se estabelecido, foi obrigado a implementar programas que, no fim, debilitaram ainda mais o já desastroso enredo. Em vista dos acontecimentos promovidos em 1992 pelo MBR-200, abriu-se espaço para um discurso de ruptura radical que permeava imaginário popular (MIRANDA, 2018, 547). Esse é o contexto que leva Hugo Chávez a vencer as eleições de 1998, pelo Movimento V República (MOURA, 2013, p. 76), e que explica também porque ele representava uma ameaça aos EUA, já que seu nome alcançara status de revolucionário radical anti-imperialista, ainda que não seja esta a denominação comumente utilizada.

Chávez inaugura a Quina República da Venezuela, rompendo definitivamente com a fantasiosa democracia *puntofijista*, que se arrastava desde 1958 (VIANA, 2010, p. 43). Empossado em 1999, ali mesmo tem início os debates sobre a necessária reforma constitucional, a ser moldada com base em novas interpretações do modelo imaginado por Bolívar. Pusera-se então, um plebiscito, cujo resultado foi favorável pela formação da constituinte, sendo expressa definitivamente na Constituição referendada em dezembro de 1999. Está formada a República Bolivariana de Venezuela (MOURA, 2013, p. 77), um projeto de Chávez fortemente baseado no Relato Nacional, nutrido por memórias libertárias que, devido ao teor discursivo do novo governante, sua eleição pode ser definida como “Uma revolução bolivariana

[que] surge em pleno século XXI” (GONZALEZ, 2020 p. 427. Tradução livre²¹²).

Desde o princípio, a ruptura com a ordem conservadora vigente levada a cabo por Chávez demonstrava sinais que sofreria forte oposição. Conforme expõe Amorim (2003, p. 85), a convocatória do plebiscito se deu por decreto presidencial, causando grande “controvérsia política e jurídica”, pois, de acordo com a Constituição em vigor, de 1961, uma reforma constitucional somente seria realizada por meio de aprovação de emendas constitucionais por dois terços dos votos do Congresso. Apesar disso, afirma o autor, antes de sua posse, Chávez já havia sido informado pela Suprema Corte, que o ato não seria inconstitucional, ou seja, ele poderia convocar o plebiscito e/ou referendo visando instaurar uma nova constituinte.

Obviamente isso enfureceu os líderes da oposição, obrigados aceitar, contra sua vontade, a instauração da constituinte aprovada por um plebiscito, concebido por decreto. As dificuldades para Chávez manter-se no poder enfrentando uma classe política formada em 1958, e acostumada a ser submissa às medidas imperialistas, tornar-se-iam explícitas com outras manobras da oposição. Só para citar um exemplo, a oposição nomeou procurador geral da República Rafael Pérez Perdomo, que havia sido advogado de Pérez, ex-presidente contra quem Chávez havia insurgido em 1992 (AMORIM, 2003, p. 85-95).

Claro está, que existia uma classe privilegiada desinteressada em promover qualquer tipo de alteração estrutural naquela Venezuela arrasada por políticas neoliberais imperialistas. A luta anti(neo)colonial e anti-imperialista fazia parte do novo período, e adornaria a Venezuela do século XXI com o manto libertário erigido por figuras históricas. Aqui vale um breve adendo. Evidentemente, não é intenção deste trabalho esmiuçar questões de ordem constitucional venezuelana, ou mesmo adentrar profundamente na esfera crítica do personalismo, ou idolatria de misticismo, portanto, não serão consideradas as nuances que porventura possam gerar conflito e que possam ser confundidas com o objeto de estudo²¹³, ainda que seja óbvio que a Constituição de 1999 teve por objetivo romper com aquela de 1961.

Ainda assim, para fins de comparação, é possível traçar um paralelo regional. Segundo Fagundes (2015, p. 593), “nas últimas décadas, Venezuela, Equador e Bolívia deram exemplos de transformação institucional por processos políticos

²¹² Una revolución bolivariana surge en pleno siglo XXI legitimada en el mismo eje argumental del Relato Nacional

²¹³ Para compreender algumas questões relacionadas a esses aspectos, indica-se a leitura da tese de doutorado de Paula Cadenas Gonzalez (2020), principalmente o capítulo 5, tópico 5.2, e o epílogo seguinte.

oriundos das exigibilidades populares com a conformação de novas ordens constitucionais”, guardadas as devidas particularidades, especialmente porque o caso da Bolívia representa um salto paradigmático, ao passo que define em sua Constituição de 2009, que o país é constituído por um Estado Plurinacional, conforme indica Ferrazzo (2019) em sua tese. Já a Venezuela, afirma Miranda (2018, p. 550), mesmo com a revolução constitucional promovida por Hugo Chávez, não atingiu o mesmo feito boliviano, isto é, ainda que seja considerado um “Socialismo do século XXI, não chegou a instituir de forma clara um Estado Plurinacional”. Nesse sentido, fica apenas uma questão para ser refletida dentro do contexto neocolonial imperialista: Como alterar a ordem vigente de um Estado neoliberal, que está comprovadamente ligada ao declínio socioeconômico das sociedades periféricas, se os defensores desta mesma ordem detêm o poder de decisão? Prossegue-se.

Conforme mencionado, Chávez empreendeu uma drástica ruptura estrutural: buscou elevar os investimentos agrários, na tentativa de equilibrar as condições econômicas que, desde muito tempo, pendiam grosseiramente ao petróleo, mas, não deixou de estimular este último setor, mesmo porque, sabia que a economia ainda dele dependia. Vários foram os feitos que geraram certa aflição aos atores políticos, desde a superlotação de cargos em mãos militares, a postura anticapitalista, e até algumas posições discursivas de afronta às instituições. Isso fez surgir, logo nos primeiros anos de mandato, rumores de que um golpe estava em andamento (AZEREDO, 2003). Chávez, de fato, mudou o panorama social venezuelano, e todos esses fatores combinados, mas, em especial o direcionamento dos ganhos com petróleo da política de exportação para a política de investimento interno, representou, no âmbito internacional, óbice aos imperialistas. Soma-se a isso, a concomitante valorização do petróleo, e o resultado não poderia ser outro senão um golpe, como será exposto mais adiante.

Viana (2010, p. 114-115) traz informações importantes, ainda que absolutamente calcadas no senso comum e, portanto, estruturadas sob o pensamento acrítico. A autora, ao dispor sobre a participação das organizações internacionais – ONGs, por exemplo –, justifica a atuação destas da seguinte forma:

[...] o nascimento destas Organizações Internacionais veio com o objetivo de obstaculizar as condutas realizadas pelo Estado que vão de encontro a dogmas como a paz, a pluralidade, a informação e a democracia. Opiniões favoráveis dos Organismos Internacionais Intergovernamentais ou não-governamentais sobre os Estados são de importante valor para o reconhecimento deles perante a ordem externa (VIANA, 2003, p. 115)

Esta afirmação é importante para fins denunciativos, pois surge como um pensamento contrário ao que aqui se procura desmascarar. Ora, historicamente, o imperialismo vem justificando demasiadas intervenções justamente com base em afirmações como esta. A autora continua:

No entanto, conceitos desfavoráveis por parte destas Instituições Internacionais, diante da credibilidade delas, são indispensáveis, **pois impõem mudanças na política estatal por meio de manifestações e de embargos**. São estas Organizações Internacionais que podem **demonstrar as arbitrariedades ocorridas na Venezuela**, para que, assim, a sociedade globalizada seja capaz de **se opor a esta sistemática de governo e impeça a sua consolidação** (VIANA, 2003, p. 115. Sem grifo no original)

Em que medida a imposição de embargos é benéfica para uma sociedade? As consequências dessas intervenções demonstram uma realidade bastante diferente. Estas mesmas organizações, por exemplo, não se opõem de forma enfática às práticas destrutivas dos países centrais do poder capitalista; quando muito, uma mera nota opinativa, que não passa de algumas poucas linhas. Pesa sobre isso, o fato de que várias dessas organizações são mantidas sob domínio dos EUA, que é o país responsável por grande parte da ingerência na América Latina, tendo em vista que, desde o século XIX, são eles quem impõem governos que defendem seus interesses econômicos e políticos (SALGADO, 2017, p. 61). O cunho ideológico nas intervenções externas é severo, podendo ser facilmente comprovado com os dados já expostos até aqui.

Quando a Venezuela estava sendo governada, desde 1958, pelos adeptos do pacto de Punto Fijo, que se tornaram submissos ao imperialismo, por vias do FMI, nos anos 1990, a intervenção e os embargos estavam fora de questão, pois o poder interno condizia com os interesses dos neocolonizadores. A tentativa de tomada de poder pelo grupo de Chávez em 1992 e o Carcarazo foram, comprovadamente, movimentos espontâneos. Não participaram deles o partido comunista chinês, ou qualquer outro Estado. Mesmo assim, como será visto no próximo tópico, ao menos desde 1952 os EUA, através da CIA, já estavam de olho no petróleo venezuelano. A tática, neste caso, sempre segue a estratégia maior: caso não seja possível submeter o alvo pacificamente, há que se preparar o golpe por meio da força. Estratégia de coordenação conjunta de interesses e tática de golpes no caso de resistência.

A análise não pode ser, jamais, feita a partir de uma perspectiva generalista, isto é: o que fez um país para sofrer embargos? Ou ainda: os direitos humanos estão sendo violados, portanto, algo deve ser feito. A análise, deve, isto sim, partir da

perspectiva crítica: Quais os interesses por trás dos embargos? Porque somente são feitas sanções sobre Estados periféricos? Existe algum momento na história, cujas intervenções internacionais foram menos agressivas que as próprias práticas que visavam combater? Vale resgatar a referência de Wallerstein (2007, p. 51) à Las Casas, exposta no primeiro capítulo: “nunca fica muito claro quem são os bárbaros”, pois os “interventores” cometiam atos inclusive mais atrozés que aqueles “contra quem se intervém”. Naquele momento, discutia-se as guerras justas, sobre as quais, já se pode afirmar serem um paradoxo sem resolução possível no âmbito ideológico eurocêntrico.

O referido golpe contra Chávez, ocorrido em 2002, ao contrário do Caracazo, por exemplo, foi planejado, e não tinha por intenção outra coisa, senão reestabelecer as políticas neoliberais favoráveis aos EUA. Além das manifestações populares, relata Ribeiro (2008, p. 3) que “[...] oficiais das Forças Armadas emitiam pronunciamentos contrários ao presidente Chávez, lançando assim um conjunto de senhas para dentro e para fora dos quartéis sobre o golpe que se avizinhava”. A artificialidade do golpe é evidente e se faz em cima das “leis habilitantes” aprovadas por Chávez. Estas leis objetivavam, de acordo com Salgado (2017, p. 60), dentre outras coisas, “[...] regular [...] a participação do Estado nos lucros provenientes da extração petrolífera e relacionados à propriedade agrária, [sendo] suficiente para que a oposição, com o apoio dos EUA, se organizasse e colocasse em prática” o plano golpista. Internamente, por trás do golpe, estava a classe dominante (elite *putofijista*) venezuelana, que iria enfrentar Chávez com todas as forças.

Após Chávez demitir sete gerentes do alto escalão da empresa petrolífera PDVSA, os ataques se intensificaram e, nas manifestações que seguiram, vários protestantes foram alvejados e mortos, fato que serviu de munição para os segmentos parceiros da oposição – como empresários e meios de comunicação –, exigirem a renúncia do presidente democraticamente eleito. Evidência clara das motivações que levaram o empresário Pedro Carmona ao poder pelo golpe (com apoio explícito dos EUA)²¹⁴, foi o único decreto feito por ele, caracterizado, segundo Ribeiro (2008, p. 5), “[...] por um autoritarismo jurídico pouco visto de maneira tão explícita inclusive em outros governos ditatoriais”. Conforme o mesmo autor, por meio deste decreto, Carmona suspendeu todos os deputados de seus cargos e, explicitando o interesse

²¹⁴ Cf. em: <http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2013/03/conheca-trajetoria-politica-de-hugo-chavez-morto-aos-58-anos.html>

imperialista, revogou as leis habilitantes.

A impressão primeira, é que as manifestações populares contra Chávez foram amplas, porém, a realidade foi bastante diferente. Contra todas as artimanhas internas elitistas e externas imperialistas – estes querendo retomar as medidas neocoloniais que se perderam com Chávez, passaram a ocorrer verdadeiros levantes orgânicos (12 e 13 de abril), a entoar um só pedido: o reestabelecimento do presidente eleito. As manifestações contra Carmona vieram logo no primeiro dia do novo governo autodeclarado, em 12 de abril de 2002. Vale destacar a falta de compromisso dos meios de comunicação, que, em sua maioria omitiram os protestos pró Chávez. Em 13 de abril houve uma insurreição popular, e, ao contrário do que se imaginava, setores militares – principalmente os de baixa patente – aderiram ao movimento e foram determinantes para impedir a continuidade do golpe. Assim, Chávez seria reempossado presidente. Segundo consta no texto de Ribeiro (2008, p. 10), donde também foram retiradas as informações deste parágrafo, a ação coordenada da classe dominante golpista não só foi apoiada pelos EUA, como esteve vinculada a este governo. Em verdade, relata Salgado (2017, p. 63), apenas os EUA e a Espanha reconheceram a legalidade do golpe que tentou impor Carmona na cadeira presidencial da Venezuela.

Vários aspectos característicos da guerra híbrida também são perceptíveis nas empreitadas desestabilizadoras contra a Venezuela, como será demonstrado. Antes, porém, levantar-se-á rapidamente o histórico da relação entre os países, em períodos específicos, a fim de demonstrar o dinamismo da política externa estadunidense, que varia de acordo com as mudanças internas de seus alvos neocoloniais. É de suma importância ter em vista que a Doutrina Monroe foi estabelecida em 1823, ou seja, durante os primeiros passos da Venezuela como República independente. Portanto, desde o início da República, o país encontrava-se sob jugo da política externa estadunidense, que mais a frente, com Roosevelt, ampliaria as margens de domínio incluindo o não pagamento de dívidas, por exemplo, como justificativa para possíveis intervenções.

Azeredo (2003, p. 123) afirma que, em 1849, o então presidente estadunidense Zachary Taylor²¹⁵, já demonstrava inquietações devido a inadimplência da Venezuela, que por sua vez temia ser invadida. Em 1867, o quadro acima descrito

²¹⁵ Foi o 12º presidente dos EUA, no período de 1849 até a data de seu falecimento, em 1850. Cf. em: <https://www.whitehouse.gov/about-the-white-house/presidents/zachary-taylor/>.

persistia, chegando ao ponto de o ministro Thomas Stilwell propor anexar a Venezuela ao território dos EUA, mas, a medida foi recusada, tendo em vista a retomada do pagamento dos juros da dívida. Os enfrentamentos em torno das dívidas se arrastariam por longo período, causando uma frenética movimentação de contornos geopolíticos sobre as quais as bases normativas dos países envolvidos seriam constantemente modificadas para adequar-se às circunstâncias flutuantes.

Dependesse dos EUA, a Venezuela nem mesmo teria participação nas discussões internacionais sobre seu próprio território. Manifestava-se, no entanto, sempre pelo respeito à soberania, exigindo que os debates passassem por seus tribunais nacionais. O panorama mudaria somente a partir de 1920, com o jorro do petróleo que, não por coincidência, teve sua exploração dominada pelos EUA, de acordo com Azeredo (2003, p. 127). Não é preciso cavar tão mais fundo, para tornar explícito que os EUA tomaram para si as rédeas da Venezuela antes, e depois do petróleo. Tomar as rédeas, neste caso, significa dizer que neocolonizaram o país; primeiro por motivos financeiros e, redundâncias à parte, depois, também. E quando os motivos são puramente econômicos, mais ainda do século XX em diante, dificilmente podem ser reputados externamente ao conceito de acumulação de capital e, dessa forma, comprova-se a atividade imperialista.

Para não reduzir os interesses imperialistas simplesmente à questão do petróleo venezuelano, é possível mirar para o início do século XIX, quando ainda ocorriam as lutas independentistas. “A grande potência do norte fala com grandiloquência sobre a liberdade, escreve sobre a liberdade, legisla sobre a liberdade, faz propaganda sobre a liberdade, mas... na prática, não apoia os [...] latino-americanos que lutam contra um império absolutista”, diz Kohan (2013, p. 85), ao tratar sobre o pensamento de Bolívar ante a “neutralidade” estadunidense. Foi aprovada uma lei, em 1817, nos EUA – nauseante até mesmo para os cidadãos estadunidenses –, que penalizava fortemente qualquer pessoa que carregasse armas nos territórios das Américas. Considerando o contexto revolucionário hispano-americano, a referida lei prejudicava muito o ingresso popular nas lutas independentistas, beneficiando, obviamente, a Espanha. Segundo Kohan (2013, p. 85), a monarquia espanhola pagou por esta manobra cedendo aos EUA, em 1819, o território onde hoje está localizada a Flórida, que, segundo Schoultz (2000, p. 18) e Costa (1992, p. 65), representa, junto à Louisiana – adquirida da França em 1803 – a primeira aquisição territorial estadunidense. Nota-se, portanto, que os EUA, quando o

objeto de seu interesse ainda não era o petróleo, já vinha estabelecendo uma política externa intervencionista perante à Venezuela, mesmo que não fosse ainda uma intervenção direta.

Também no governo Chávez é possível encontrar outras medidas que, junto às novas políticas do petróleo (desde a fixação de preço, até a distribuição dos valores captados), causaram animosidade em relação aos EUA. A Venezuela aproximou-se de países historicamente conhecidos como inimigos estadunidenses, como Cuba, China, Iraque, e Irã, sendo que para o primeiro destes países, foi adotado um acordo de “[...] suprimento de petróleo a preços preferenciais” (VIZENTINI, 2003, p. 73). Ademais, Chávez proibiu voos estadunidenses antidrogas em território venezuelano. Em 2000, Chávez encontrou-se com Sadam Hussein, o que fez com que os EUA o acusassem de violar resoluções da ONU (VIZENTINI, 2003, p. 73). São medidas contraditórias ao Consenso de Washington e que representavam a ótica de resistência latino-americana diante do neoliberalismo. A nacionalização promovida por Chávez na Venezuela remava contra os programas promovidos pelos órgãos financeiros capitalistas, como FMI e Banco central. O direcionamento da Venezuela, a partir dos anos 2000, significa, não uma política diplomática restritiva, mas sim um apoio afixado na multipolaridade global, que teria a China como força necessária para enfrentar o domínio intentado pelos EUA, isto é, já não era possível aceitar um único centro de poder (AZEREDO, 2003, p. 145-146).

No contexto analisado, é certo que as agências estadunidenses, desde que foram criadas, agem para combater os governos onde predominam ideais revolucionários. Essa abordagem investigativa, que dava respaldo para ações de cunho intervencionista, tem sua atuação comprovada em diversos Estados latino-americanos, como bem se observou em tópicos anteriores, a exemplo do que se dispôs sobre a Operação Condor. Destarte, segundo Anderson 2015, p. 86), a “[...] América Latina passou, em Washington, para o topo da agenda da Guerra Fria, [que promoveu, em vários países que a compõem], campanhas armadas de contrainsurgência”. As forças tradicionais de direita, continua o autor, quando não contavam com a ingerência direta dos EUA, confiavam sempre no apoio deste país para agir contra os movimentos de esquerda. Spykman (1942), que como já dito no tópico 1.3, serviu de base para geopolítica estratégica dos EUA (MELLO, 2015, p. 89-126), ainda em meados do século XX já havia explicitado sobre como os bloqueios poderiam ser utilizados em regiões latino-americanas. Escreveu o autor, por volta dos

anos 1940:

O comércio internacional da região está à mercê dos Estados Unidos Os estados e os estados litorais podem ser bloqueados e impedidos de ter acesso ao mercado mundial com a maior facilidade. Para o México, a Colômbia e a Venezuela, **isso significa uma posição de dependência absoluta dos Estados Unidos** (SPYKMAN, 1942, p. 60. Sem grifo no original. Tradução livre²¹⁶)

Realmente, não há razão para desacreditar que Chávez, ao conceber a política externa venezuelana voltada para expansão da multipolaridade, causou furor aos estrategistas estadunidenses, que se viram atordoados ante tamanha audácia. Ocorre que, do que foi exposto, ainda não é possível compreender de forma clara quais as medidas tomadas pelos EUA para desestabilizar o governo de Chávez, embora se tenha indícios de que bloqueios econômicos sempre estiveram em pauta, como se nota em Spykman (1942). As pretensões dos EUA tornaram-se evidentes em tempos mais recentes, como será visto.

Salgado (2017) menciona sobre os documentos vazados pelo grupo fundado por Julian Assange, denominado Wikileaks, os quais, segundo o autor, tornam público aquilo que antes era restrito às instituições de inteligência dos EUA (CIA, Pentágono, Agência de Segurança Nacional (NSA), dentre outras). Alguns destes documentos, frisa-se, serão analisados no próximo tópico, cabendo neste momento apenas algumas breves citações sobre um deles, para fins de contextualização.

Assim, um destes documentos, intitulado “*Human Rights Strategy For Venezuela*” (Estratégia de Direitos Humanos para a Venezuela), de número 9443, emitido pela embaixada dos EUA em Caracas em 9 de fevereiro de 2004, traz em seu conteúdo, preocupações com a forma com que Chávez governava seu país. Para desacreditar mandatário da Venezuela, o documento cita, por exemplo, que a oposição venezuelana solicitou à Comissão Eleitoral um referendo revogatório sobre o governo Chávez, devido à “[...] deterioração do Estado de Direito e instituições enfraquecidas que estavam cada vez mais subordinadas aos interesses políticos” (EUA, 2004a. Tradução livre²¹⁷). Além disso, afirma o documento, que o histórico de direitos humanos não melhorou, e que existem atos de violência contra a oposição,

²¹⁶ The international trade of the region is at the mercy of the United States, and the littoral states can be blockaded and cut from their access to the world market with the greatest of ease. For Mexico, Colombia, and Venezuela this means a position of absolute dependence on the United States, of freedom in name only, and, therefore, a situation which the proud citizens of those republics must resent as deeply as the Italians have resented their position on a closed European Mediterranean.

²¹⁷ The democratic environment suffered from deteriorating rule of law and weakened institutions that were increasingly subordinated to political interests.

acusando descaradamente que os militares continuam cometendo assassinatos, e que prisões são feitas ilegalmente. Então, o documento passa, mais adiante, a fazer referências às leis internacionais que versam sobre intervenção externa em países em crise, até que, em determinado momento, descreve o que chama de “missão”:

Os esforços da **missão** para promover a democracia, o Estado de direito e os direitos políticos continuaram a ser bastante fortes. O escritório da USAID/OTI **financiou** as atividades do Instituto Democrático Nacional (NDI) para promover a transparência no processo eleitoral **por meio da observação interna**. Para cumprir esse objetivo, o NDI está trabalhando com um consórcio de **grupos da sociedade civil** que abrange todo o espectro político para fornecer controle de qualidade no processo eleitoral, incluindo procedimentos administrativos e relatórios da mídia. A OTI também financiou o Instituto Republicano Internacional (IRI) **para fornecer treinamento aos partidos políticos em 1) execução de campanhas eleitorais com ênfase no desenvolvimento de estratégias de campanha e na comunicação eficaz das plataformas partidárias aos eleitores; e 2) observação dos processos eleitorais, com foco na avaliação, elaboração de relatórios e estabelecimento de uma rede de treinadores voluntários** (EUA, 2004a. Sem grifo no original. Tradução livre²¹⁸).

Do que foi grifado, pode-se extrair alguns termos interessantes. O primeiro ponto que chama atenção desta “missão”, é o fato de o financiamento ter sido feito pelo Escritório de Iniciativas de Transição (OTI), vinculada à Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento (USAID), que, por sua vez, ocupa-se, segundo seu sítio oficial²¹⁹, em ajudar “[...] parceiros locais a promover paz e democracia [fornecendo] assistência rápida, flexível e de curto prazo voltada para as principais necessidades de transição política e estabilização. Projetado estrategicamente para cada situação única [...]” (USAID/OTI. Tradução livre²²⁰). A própria agência denuncia suas práticas, que, criticamente, devem ser lidas como uma ajuda exclusiva, isto é, voltada a amparar a oposição política do alvo. Não escondem nem mesmo a ação de vigilância, pois deixam claro que existe uma “observação interna”. Mas, a chave escondida para decifrar o documento vazado é apontada por Salgado, que afirma que,

²¹⁸ The mission's efforts to promote democracy, rule of law, and political rights continued to be quite strong. The USAID/OTI office funded National Democratic Institute (NDI) activities to promote transparency in the electoral process through domestic observation. To accomplish this objective, NDI is working with a consortium of civil society groups spanning the political spectrum to provide quality control in the electoral process, including administrative procedures and media reporting. The OTI also funded the International Republican Institute (IRI) to provide training to political parties in 1) execution of electoral campaigns with emphasis on developing campaign strategies and communicating party platforms effectively to voters; and 2) observation of electoral processes, focused on assessment, reporting, and establishment of a volunteer trainer network. In addition, the OTI funded the Carter Center's continuing mediation and electoral process observation efforts.

²¹⁹ Cf. em: <https://www.usaid.gov/who-we-are/organization/bureaus/bureau-conflict-prevention-and-stabilization/office-transition-initiatives>.

²²⁰ The Office of Transition Initiatives (OTI) supports U.S. foreign policy objectives by helping local partners advance peace and democracy. OTI provides fast, flexible, short-term assistance targeted at key political transition and stabilization needs. Strategically designed for each unique situation...

para os EUA, a sociedade civil venezuelana constitui-se por seus aliados políticos locais, isto é, de acordo o autor, à época em que o documento foi produzido “[...] tais grupos considerados como a sociedade civil são os grupos de oposição ao governo Chávez, que receberam, conforme mostrado pela documentação, financiamento e outras formas de auxílio do governo dos EUA” (SALGADO, 2017, p. 67-68).

O teor do documento exposto, revela uma tática muito semelhante a utilizada na estratégia de guerra indireta, aproveitada pelo método de guerra híbrida, em que um país central interfere politicamente em outro país, este periférico, através de alguma organização, órgão ou agência, para cambiar o governo, para que este passe a atuar de acordo com os critérios neoliberais. Outro documento, de número 31401, datado de 11 de fevereiro de 2004 pelo *Wikileaks* e que serve de adendo ao primeiro aqui referido, reforça as intenções estadunidenses ao afirmar que, o “Escritório de iniciativas de transição da Usaid (OTI) começou seu programa na Venezuela em novembro de 2002 para apoiar o objetivo primário do USG (governo dos EUA) de apoio à democracia e soluções democráticas à crise política da Venezuela” (EUA, 2004b. Tradução livre²²¹). Neste mesmo documento, também fica exposto que os EUA participaram ativamente do a feitura do referendo revogatório contra Chávez, determinando, inclusive, as datas aproximadas para as próximas eleições caso fosse aprovado.

De acordo com Salgado (2017, p. 70), “[...] um dos pilares da política externa dos EUA é a defesa da democracia”, que resulta ser ferramenta de grande importância no combate ao terrorismo, ou seja, passam a vincular a democracia à luta contra este novo inimigo do século XXI. Então, fica claro que, para os EUA, o próprio domínio das democracias a eles pertence. Dessa forma, o discurso hegemônico estadunidense quer fazer crer que a condição democrática de um Estado está vinculada ao neoliberalismo, sendo essa a condição primordial para que o regime tenha legitimidade e prospere. Não surpreende, portanto, que as oposições utilizadas para derrubar governos pelo método de guerra híbrida, e que levam inevitavelmente à uma situação de neocolonial, estão sempre pautadas nas diretrizes neoliberais. Desta forma, e estando claro que Chávez implementou uma estratégia política anti-imperialista, e visto já existirem dados suficientes demonstrando como isso afetou sua relação com os EUA, é possível avançar no tempo ao governo de Nicolás Maduro,

²²¹ Usaid's Office of Transition Initiatives (OTI) Began Its Venezuela Program In November 2002 To Support The Primary USG Goal Of Supporting Democracy And Democratic Solutions To Venezuela's Political Crisis.

para, de forma breve, apontar a continuidade das interferências sofridas pela Venezuela.

Entre 2001 e 2005, descreve Maya (2016), o governo venezuelano enfrentou violentas confrontações sociais e políticas por parte da oposição, composta majoritariamente por grupos empresariais e políticos *puntofijistas*, sustentadas por interesses e atores internacionais. Estas confrontações compreendem desde o golpe de 2002, até bloqueios de ruas e greves de petroleiros, além, claro, do mencionado referendo revogatório, que acabou não vingando. O denominado “chavismo”, moldou-se durante estes anos em um governo guiado por plebiscitos e referendos, ainda que tenham existido momentos de decisão unilateral realizados por Chávez, que, é verdade, se aprofundaram após sua reeleição, em 2006, a partir do qual, o ex-presidente venezuelano começou a mudar, em partes, seu posicionamento. Logicamente, a queda do preço do barril de petróleo, em 2009, influenciou a governabilidade venezuelana. Queda esta, que também possui relação com os EUA, pois, segundo Maya (2016, p. 167) foi influenciada pela crise hipotecária estadunidense.

Como a nova política dos valores arrecadados com o petróleo seguia o modelo de redistribuição de renda implementado por Chávez para fortalecer outras áreas, desenhava-se uma crise na Venezuela, que, junto a outros fatores, como as condicionalidades do FMI e a crise externa, o futuro não guardava boas notícias (PENNAFORTE; OLIVEIRA, 2019, p. 47). Após breve melhora nos preços do petróleo em 2010 (STRAKA, 2019, p. 9) –, baixas contínuas passaram a ocorrer a já a partir de 2012. A essa conjuntura, soma-se a morte de Chávez, no ano de 2013 que deixa vago o cargo presidencial, a ser assumido, então, por Nicolás Maduro.

O novo Presidente decidiu levar adiante os projetos de seu predecessor, porém, sem ânimo em manter a democracia participativa em níveis anteriores, fato que contribuiu, ainda que em menor grau, para que as condições socioeconômicas decaíssem. Maduro também indicava que insistiria em condicionar a governabilidade às altas do petróleo (MAYA, 2016, p. 167-168), parecendo não acompanhar a geopolítica internacional sobre o produto. Este, no entanto, é apenas o pano de fundo de uma história contada à exaustão pelos meios de comunicação, sendo necessário investigar as informações que, embora disponíveis, ou perfazem uma pequena porção de notícias ou são propositalmente ocultadas do público. Isso é essencial para que se possa obter uma resposta mais convincente, mesmo porque, não se pode mais aceitar

a conversão ao neoliberalismo e sujeição ao imperialismo como condições obrigatórias para que um Estado possa dar uma vida digna ao seu povo.

De fato, os EUA não só deram continuidade à ingerência na Venezuela de Maduro, como a amplificaram, utilizando por diversas vezes as mesmas táticas aplicadas contra Chávez. Maduro, é verdade, já assume a presidência em meio ao crescimento da oposição, fato evidenciado já na porcentagem de votos que garantiram sua vitória: 50,61% contra 49,12% de seu oponente. Ante a baixa nos preços do barril de petróleo, as exportações foram igualmente reduzidas, gerando uma crise que afetaria outros setores e exporiam Maduro ao cenário internacional como figura incapaz de gerenciar seu país. Apesar disso, as bases chavistas, que representam em sua maioria as classes historicamente oprimidas, permanecem ativas em defesa do novo presidente (NUNES, 2020, p. 57), principalmente porque têm o conhecimento de que as políticas neoliberais não tem pretensão alguma de lhes conceder uma vida digna. Existe, obviamente, uma estratégia imperialista por trás das intervenções intentadas contra Maduro, que serão agora analisadas.

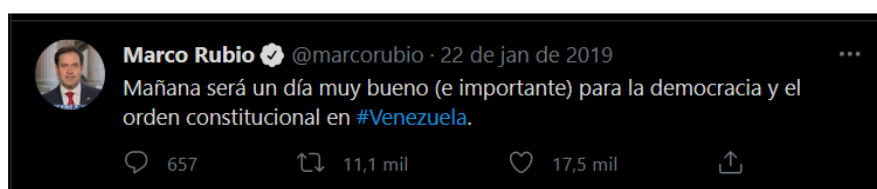
Mars, em reportagem para o *El País* (Washington), de 3 de fevereiro de 2019, traça os contornos dos ataques imperialistas estadunidenses contra a Venezuela. Segundo a jornalista, a elaboração intervencionista remonta ao governo de Barack Obama, ainda que este tenha sido mais contido que seu sucessor, Donald Trump. Obama chegou a decretar sanções contra funcionários venezuelanos, segundo aponta Ayuso (2015), porém, em geral, seus atos contra Maduro ficaram restritos às declarações, como quando alegou, conforme aponta reportagem do portal “G1”²²² de 2015, que a Venezuela representava uma ameaça aos EUA. Dessa forma, é no governo Trump que os ataques a Maduro se intensificam, momento em que o novo presidente faz diversas alterações em cargos importantes: substituiu o ex-conselheiro de segurança McMaster por John Bolton – que teve forte participação na guerra contra o Iraque – e empossa Mike Pompeo – ex-diretor da CIA – no lugar de Rex Tillerson, para o cargo de secretário de Estado (MARS, 2019). Ressalta-se que, de acordo com a agência de notícias EFE (2017), Maduro afirmou, em 2017, que Trump não seria pior que Obama, o que confirma que os EUA vinham há algum tempo atentando contra a Venezuela.

Em 21 de janeiro de 2019, informa Mars (2019), dois republicanos com grande

²²² Cf. em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/03/obama-amplia-sancoes-contras-autoridades-venezuelanas.html>

influência no governo Trump – o congressista Mario Balart e o senador Marco Rubio – são convidados a comparecerem no dia seguinte, junto ao então vice-presidente Mike Pence, em uma reunião com Trump para discutir sobre a Venezuela. Dentre outras coisas, os dois primeiros nomes acima referidos pretendiam forçar à inclusão de Maduro na lista de financiadores do terrorismo. Passo consequente à reunião, Rubio avisa em sua rede social que: “Amanhã [dia 23] será um dia muito bom (e importante) para a democracia e a ordem constitucional na Venezuela”²²³. Então, no dia 23 de janeiro de 2019, a mídia global noticiaria que Juan Guaidó havia se autodeclarado presidente da Venezuela.

Figura 3 - Captura de tela da conta do twitter de Marco Rubio



Fonte: Rubio (2019)

Conforme reportagem da BBC de 2019, Juan Guaidó, ainda em 2018, era um deputado da Assembleia Nacional venezuelana, constituída em sua maioria pela oposição à Maduro. Existia na Venezuela, um sistema de rotatividade entre partidos na Assembleia original, que em determinado momento ficou sob comando do Vontade Popular, partido do opositor Leopoldo López, preso ainda em 2014. Em vista da prisão de López, bem como do esvaziamento de cargos do Vontade Popular, Guaidó foi ganhando espaço, até se converter no líder da oposição. Internacionalmente, no entanto, permanecia um ator político desconhecido. O cenário começa a mudar com a reeleição de Maduro, em 10 de janeiro de 2019, que não foi reconhecida nem pela oposição, nem pelos EUA, União Europeia ou mesmo, pelo Grupo de Lima²²⁴. Logo no dia seguinte, surgiria Guaidó em um protesto que ocorria em Caracas, para exigir um conselho aberto. Ali chamaria Maduro de “usurpador”, e convocaria o povo e o exército para retirá-lo do poder via Assembleia Nacional (BBC, 2019).

A data escolhida para a autoproclamação de Guaidó, foi estrategicamente pensada – provavelmente com participação dos EUA. Em 23 de janeiro, comemorava-se na Venezuela a queda do, já citado, ditador Pérez Jiménez, ocorrida em 1958, ou

²²³ Cf. em: <https://twitter.com/marcorubio/status/1087835664706613249>

²²⁴ De acordo com Barros e Gonçalves (2019, p. 13), “O Grupo de Lima surgiu em 08 de agosto de 2017 a partir da Declaração de Lima, a fim de buscar solução para a crise entre o governo e a oposição na Venezuela”. Para informações mais detalhadas, sugere-se a leitura do artigo dos autores acima citados.

seja, devido esta data ser um feriado, as ruas contariam com a presença de um grande número de pessoas. Neste dia, Guaidó convocou um ato em Chacao, conhecido bairro habitado pela elite caraquenha, onde anunciou que estava assumindo como presidente interino, baseado em um artigo da Constituição que dispõe o seguinte (ESTANISLAU, 2021): Artigo 350. “O povo venezuelano, fiel à tradição republicana, à luta pela independência, paz e liberdade, ignorará todo regime, legislação ou autoridade que contrarie os valores, princípios e garantias democráticos ou atente contra os direitos humanos” (VENEZUELA, 1999. Tradução livre²²⁵).

De acordo com Estanislau (2021), bastaram alguns minutos para que os EUA reconhecessem publicamente Juan Guaidó como presidente legítimo da Venezuela. O Presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores brasileiro, também reconheceu oficialmente o Presidente autoproclamado, conforme aponta reportagem da RFI²²⁶ (2019). Afirma ainda Estanislau (2021), que, ao passo que neste dia nada aconteceu além de uma declaração formal e de breve agitação, exatamente um mês depois, viria a primeira tentativa de golpe na prática. Assim, em 23 de fevereiro de 2019, o autodeclarado presidente da Venezuela foi à fronteira com a Colômbia – com apoio deste governo, do Chile e também da OEA –, para comemorar um mês de presidência, utilizando como pretexto uma “ajuda humanitária” ao povo venezuelano. Um dos motivos de Guaidó ter sido barrado, foi a percepção da população de que aquela iniciativa significava, de fato, uma tentativa de invasão. Estavam presentes naquele momento, além de Guaidó (que sempre se manteve em território colombiano), o Presidente da Colômbia Ivan Duque, e também o secretário geral da OEA (ESTANISLAU, 2021). Este último, cujo nome é Luis Almagro, de acordo com informações da RFI (2019), já havia comemorado a autoproclamação do golpista venezuelano ocorrida no mês anterior.

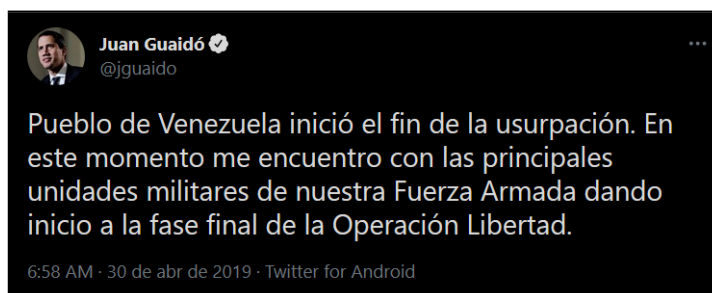
Seguiram adiante os planos de Guaidó, que até mesmo nomeou embaixadores nos países que o reconheceram como Presidente, dentre os quais, segundo o periódico independente cubano CiberCuba (2019): Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, EUA, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai e, até mesmo, o Grupo de Lima. A segunda tentativa de golpe inicia em 30

²²⁵ Artículo 350. El pueblo de Venezuela, fiel a su tradición republicana, a su lucha por la independencia, la paz y la libertad, desconocerá cualquier régimen, legislación o autoridad que contrarie los valores, principios y garantías democráticos o menoscabe los derechos humanos.

²²⁶ RFI é a sigla para Rádio França Internacional, que transmite informações em vários países, inclusive no Brasil, onde também possui correspondentes. Cf. em: <https://www.rfi.fr/br/quem-somos>

de abril de 2019, quando Guaidó, desde sua rede social no twitter²²⁷, ao afirmar que contava com apoio das “[...] principais unidades militares [da] Força Armada” venezuelana, convocou o povo para o que chama de “fase final da Operação Liberdade”, que objetivava, segundo ele, por fim à “usurpação” do poder (G1, 2019).

Figura 4 - Captura de tela da conta do twitter de Juan Guaidó



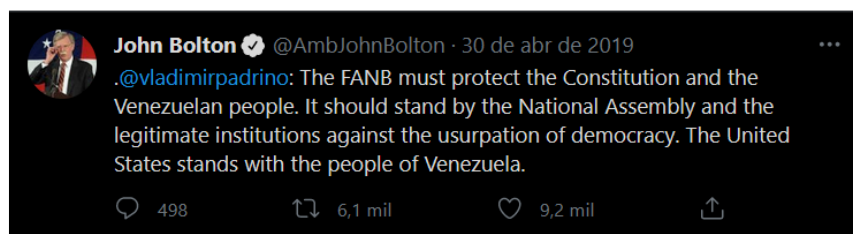
Fonte: Guaidó (2019)

Segundo reportagem do G1, na manhã daquele mesmo dia, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Araújo, afirmou esperar que os militares venezuelanos apoiassem a “transição democrática”. Outro evento ocorrido naquele 30 de abril, foi a soltura – com ajuda de um grupo de militares (EL PAÍS, 2019) – do líder da oposição preso em 2014, Leopoldo López (G1, 2019). O já referido John Bolton, também se manifestou em sua rede social²²⁸, em 30 de abril de 2019, basicamente repetindo Guaidó, ao afirmar que as Forças Armadas venezuelanas devem “[...] proteger a Constituição e o povo [...] e legitimar as instituições contra a usurpação da democracia” (MARS, 2019). Ao analisar os discursos de Guaidó e de Bolton, percebe-se facilmente a semelhança que há entre eles. Ambos utilizam uma palavra forte, que provavelmente deve ter sido escolhida em parceria, para gerar impacto midiático: “Usurpação”.

²²⁷ Cf. em: <https://twitter.com/jguaido/status/1123164645739642880>

²²⁸ Cf. em: https://twitter.com/AmbJohnBolton/status/1123210497115996160?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1123210497115996160%7Ctwgr%5E%7Ctwcon%5Es1_&ref_url=https%3A%2F%2Fbrasil.elpais.com%2Fbrasil%2F2019%2F04%2F30%2Fpolitica%2F1556639797_476065.html

Figura 5 - Captura de tela da conta do twitter de John Bolton



Fonte: Bolton (2019)

Conforme as indicações de Mars (2019), os países que aceitaram embaixadores nomeados por Gaidó, citados mais acima, em sua maioria, manifestaram-se igualmente favoráveis aos eventos do dia 30. O Uruguai, embora tenha passado a ser governado por Lacalle Pou, vitorioso nas eleições de 2019, e com tendencia política à direita, emitiu oficialmente um documento, por parte do Escritório de Informação Diplomática, contendo a seguinte declaração:

Quanto à gravidade da crise que atravessa a Venezuela, o novo Governo uruguaio condenará firmemente a situação na Venezuela, **mas sem acompanhar esta condenação o reconhecimento de Juan Guaidó como presidente interino**, mantendo assim um espaço para circular em um quadro muito fluido (URUGUAI, 2020. Sem grifo no original. Tradução livre²²⁹).

Obviamente, Maduro respondeu enfaticamente às tentativas de golpe. O presidente venezuelano anunciou em seu twitter²³⁰, em 30 de abril de 2019, que tanto as “Regiões Estratégicas de Defesa Integral” (REDI), quanto as “Zonas Operativas de Defesa Integral” (ZODI)²³¹, “[...] manifestaram a sua total lealdade ao Povo, à Constituição e à Pátria”, e finalizou requerendo a mobilização popular (BBC, 2019).

Figura 6 - Captura de tela do twitter de Nicolás Maduro



Fonte: Maduro (2019).

²²⁹ En cuanto a la gravedad de la crisis que vive Venezuela, el nuevo Gobierno uruguayo va a condenar con firmeza la situación en Venezuela, pero sin acompañar esta condena el reconocimiento de Juan Guaidó como presidente interino, manteniendo así un espacio por donde circular en un marco muy fluido.

²³⁰ Cf. em: <https://twitter.com/NicolasMaduro/status/1123227500367290368>

²³¹ Cf. em: <https://controlciudadano.org/web/wp-content/uploads/1-Estructura-FANB-definitivo-CASO-IV.pdf>

As forças entre Guaidó e Maduro foram medidas pelas manifestações de ambos os lados. Enquanto Maduro percebera a necessidade de retificações em seu regime, conclamando o povo a projetar um plano de transformação, o aliado de Guaidó, Leopoldo López, desafiava o presidente democraticamente eleito, e pedia maior movimentação do setor militar contra o governo (EL PAÍS, 2019). Juan Guaidó foi então, em 2020, convocado pelo Ministério Público da Venezuela, por ter participado não só da tentativa de golpe, mas também por ter colaborado com o ex-general venezuelano Clíver Alcalá para assassinar Maduro (SPUTNIK NEWS, 2020). Alcalá apresentou-se, de acordo com reportagem do Diário de Notícias, em 27 de março de 2020, aos agentes do serviço secreto da Colômbia, que prontamente o entregaram às autoridades dos EUA. O ex-general disse, segundo a mesma reportagem, que seus atos se deram em defesa do povo venezuelano, e que foi contratado por Guaidó e assessores estadunidenses para comprar armas que seriam utilizadas contra Maduro. Essas armas – e outros equipamentos militares – foram apreendidas na Colômbia, após uma operação deste país (DN, 2020).

O Ministério Público venezuelano, já havia detido em 2019, o então chefe de Gabinete de Guaidó, Roberto Marrero, devido às acusações de que ele seria um dos líderes de um grupo terrorista, cujos planejamentos envolviam assassinatos seletivos. Marrero também foi acusado por participar de um atentado contra Maduro²³², em agosto de 2018 (OPERA MUNDI, 2019a). O procurador geral venezuelano, Tarek William Saab, quando da convocatória de Guaidó, implicou explicitamente os EUA, ao afirmar que as armas apreendidas faziam parte de um acordo entre Guaidó e cúmplices estadunidenses (SPUTNIK NEWS, 2020). Além disso, de acordo com Mello (2021a), investigações do Ministério Público venezuelano também apontaram Guaidó e assessores dos EUA como responsáveis por um ataque hacker que atingiu o sistema da maior hidrelétrica da Venezuela, deixando boa parte do país sem energia por duas semanas.

Em reportagem anterior, de 2020, Mello expõe fortes evidências do conluio entre Guaidó e os EUA. É apresentado um documento – disponibilizado na íntegra pelo Washington Post²³³ –, sob forma de contrato, que previa uma série de ações

²³² Cf. em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45073440>

²³³ O contrato pode ser conferido na íntegra no seguinte endereço: <https://www.washingtonpost.com/context/read-the-attachments-to-the-general-services-agreement-between-the-venezuelan-opposition-and-silvercorp/e67f401f-8730-4f66-af53-6a9549b88f94/>

contra Maduro. De acordo com Mello (2020a), assinaram o documento, além de Gaidó, seu assessor Sergio Vergara, o empresário Juan José Rendón e a empresa militar privada Silvercorp, através de seu CEO Jordan Goudreau. Trata-se de um documento de 41 páginas, cujos objetivos nele contidos, além do sequestro do presidente Nicolás Maduro para levá-lo aos EUA, definiam os seguintes termos: 1 – novas estruturas militares com participação dos EUA; 2 – Obter ajuda de investidores privados em Washington. Esta etapa ficaria a cargo do proprietário da Silvercorp; 3 – Recompensa aos militares estadunidenses que participassem da ação, após a derrubada de Nicolás Maduro; 4 – Livre atuação dos militares da Silvercorp, inclusive com licença para matar “hostis”; e 5 – Tendo sido definido na 3ª Conferência Hemisférica contra o Terrorismo que haviam grupos terroristas na Venezuela, os militares poderiam, por força deste contrato, capturar “apoiaadores” desses grupos (MELLO, 2020a).

O item número “5”, descrito por Mello, por tratar sobre a presença de grupos terroristas em território das Américas, no caso a Venezuela, permitiria, conforme o artigo terceiro do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), a intervenção externa. O referido artigo dispõe o seguinte:

ARTIGO 3.º As Altas Partes Contratantes concordam em que um ataque armado, por parte de qualquer Estado, contra um Estado Americano, será considerado como um ataque contra todos os Estados Americanos e, em consequência, cada uma das ditas Partes Contratantes se compromete a ajudar a fazer frente ao ataque, no exercício do direito imanente de legítima defesa individual ou coletiva que é reconhecido pelo Artigo 51 da Carta das Nações Unidas (BRASIL, 1948).

Estava construída a retórica que justificaria uma possível invasão estrangeira, e que permitiria ao imperialismo fazer fluir suas pautas neocoloniais: o combate ao terrorismo, o inimigo supremo do século XXI. Esta nova tentativa de golpe contra Maduro, foi denominada “Operação Gedeón” e, para evitar qualquer acusação de que tal contrato, ou tal operação, não passaram de uma teoria da conspiração, como costumam apontar os setores ideológicos à direita nestes casos, seguem informações de alguns dos envolvidos, bem como, do próprio Ministério Público da Colômbia, país onde suspeitava-se terem sido elaborados os planos contra a Venezuela.

A primeira confirmação, surgiu após Juan José Rendón, um político opositor de Maduro, confessar seu envolvimento na operação. Rendón, inclusive, afirmou que Guaidó tinha pleno conhecimento do que se passava, embora não tenha avalizado a execução do plano. Dois ex-militares estadunidenses, Luke Denman e Airan Berry,

foram detidos durante o processo inconcluso de golpe, sendo que o primeiro confessou que o plano era sequestrar o presidente da Venezuela (Maduro), e levá-lo em um avião para os EUA (O GLOBO, 2020a). Durante as detenções, um vídeo apresentado pela televisão estatal venezuelana²³⁴, mostrava Luke Denman afirmando ter sido contratado pela já referida Silvercorp, de Jordan Goudreau, e que as armas foram fornecidas pela empresa. Ainda, o ex-militar estadunidense acusou diretamente Guaidó de ter contratado a empresa Silvercorp, por crer à época, que o diretor Goudreau mantinha vínculos com Donald Trump (O GLOBO, 2020b; TELESUR, 2020a).

Os EUA, obviamente, negaram qualquer envolvimento, porém, o secretário de Estado Mike Pompeo (ex-CIA), afirmou que usaria todas as ferramentas possíveis para repatriar Luke Denman e Airan Berry (ABC, 2020. Tradução livre²³⁵, O GLOBO, 2020b). Interessante notar, que apesar de terem sido pegos em flagrante, possuírem documentos comprovando sua identidade e confessarem terem participado da Operação, os EUA oficialmente demonstram preocupação em recuperar seus dois ex-militares. Não os tratam como terroristas, como fazem em qualquer caso semelhante e nem mesmo demonstram querer, junto à Venezuela, investigar o evento a fundo, a fim de afastar qualquer tipo de armação. Em verdade, parecem demonstrar irritação em verem seus compatriotas envolvidos em um ato considerado por eles como “terrorismo”.

A segunda confirmação é especialmente importante, pois parte do Ministério Público colombiano, ou seja, um órgão oficial, vinculado ao governo de um país que admitiu Guaidó como presidente legítimo. Segundo o jornal Telesur em sua versão digital, e confirmado por outros jornais eletrônicos²³⁶, “O Ministério Público colombiano admitiu que a ‘Operação Gedeón’, executada em maio de 2020 e frustrada pelas Forças Armadas Nacionais Bolivarianas (FANB), foi concebida em Bogotá” (TELESUR, 2021. Tradução livre²³⁷). Essa declaração do Ministério Público da

²³⁴ O vídeo pode ser conferido no seguinte endereço: <https://www.telesurtv.net/news/venezuela-demuestra-nexo-banda-criminal-pachencas-incursion-armada--20200521-0023.html>

²³⁵ Secretary of State Mike Pompeo said on Wednesday the US government would use "every tool" to secure the Americans' return if they were being held in Venezuela.

²³⁶ Cf. em: <https://www.infobae.com/america/colombia/2021/03/16/fiscalia-colombiana-dice-que-operacion-gedeon-que-buscaba-derrocar-a-maduro-se-ideo-en-bogota/>; <https://www.oprotagonistapolitico.com.br/promotora-colombiana-afirma-que-a-operacao-gideon-foi-planejada-em-bogota/> e <https://consuladobarcelona.gob.ve/webalterna/la-fiscalia-de-colombia-confirma-que-la-operacion-gedeon-se-ideo-en-bogota/>.

²³⁷ La Fiscalía de Colombia admitió que la “Operación Gedeón”, ejecutada en mayo de 2020 y frustrada por la Fuerza armada Nacional Bolivariana (FANB), se gestó en Bogotá.

Colômbia é um tanto quanto suspeita, pois, de acordo com Yacsy Alexandra Álvarez Mirabal, uma venezuelana detida por participar da Operação Gedeón, a inteligência colombiana tinha pleno conhecimento dos “[...] detalhes da incursão marítima falha em território venezuelano em 3 de maio de 2020” (SPUTNIK NEWS, 2021). No entanto, apenas com essa declaração de Mirabal, é difícil ter certeza se, de fato, houve alguma manobra por parte do governo colombiano. Vale destacar que, segundo Mello (2021b), a Venezuela havia denunciado à ONU, ainda em 2019, a presença de acampamentos paramilitares em território colombiano, indicando, inclusive, as coordenadas. A jornalista também informa que outras provas foram apresentadas pelo governo de Maduro, como a rota das lanchas utilizadas na Operação Gideón, e até mesmo áudios de conversas entre Guaidó e Goudreau.

Outra cláusula do já aludido contrato, que não se pode deixar de citar, afirma que os militares estadunidenses poderiam utilizar livremente o território brasileiro, em caso de confronto com a Venezuela. Para o deputado venezuelano Jorge Rodríguez, escreve Mello, “[...] a cooperação entre Juan Guaidó, Jair Bolsonaro, Iván Duque e o ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump para promover planos desestabilizadores contra a Venezuela”, é dada como certa (MELLO, 2021b). Como se percebe, são muitas as informações que comprovam o conluio internacional, sob comando dos EUA, para derrubar Maduro e impor em seu lugar alguém que faça da Venezuela mais um país subserviente aos interesses imperialistas. Atualmente, Maduro tenta retomar as conversas com a oposição, incluso aí Guaidó – que busca formular pactos políticos –, com a condição de que as negociações ocorram com mediação internacional. Durante um discurso emitido pela rede de televisão estatal venezuelana²³⁸, em 12 de maio de 2021, Maduro afirmou:

Agora o Guaidó quer sentar comigo para conversar. Será que lhe deram uma ordem do norte? Que armadilha isso vai trazer? Acabou Guaidó, você é outro líder da oposição, você não é presidente, você tem que falar com o Maduro. Concorde, com a ajuda do Governo da Noruega, da União Europeia, do Grupo de Contacto, sempre que quiserem, como quiserem, onde quiserem, encontrar-se com toda a oposição (MOLEIRO, 2021. Tradução livre²³⁹)

²³⁸ A declaração de Maduro pode ser conferida no seguinte endereço do youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=LGgcQVgdivk>.

²³⁹ Ahora Guaidó se quiere sentar conmigo a dialogar. ¿Será que le dieron una orden del norte? ¿Qué trampa traerá? Se acabó Guaidó, eres otro líder opositor más, no eres presidente, te toca hablar con Maduro. Estoy de acuerdo, con la ayuda del Gobierno de Noruega, la Unión Europea, el Grupo de Contacto, cuando quieran, como quieran, donde quieran, para reunirme con toda la oposición. Esta reportagem foi reproduzida pelo portal eletrônico G1, do grupo brasileiro Globo, porém, ironicamente, foi suprimido justamente o extrato da transcrição que fala sobre os EUA, isto é, “Será que lhe deram uma ordem do norte?”. A matéria do G1 pode ser conferida aqui: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/05/12/maduro-se-diz-disposto-a-conversar-com-guaido-com-mediacao-internacional.ghml>

Acredita-se terem sido expostas informações suficientes para comprovar as intenções intervencionistas estadunidenses na Venezuela. Resta apenas demonstrar um outro aspecto intrínseco à esta equação, que força uma situação cada vez mais catastrófica. Refere-se aos embargos e sanções, que, na verdade, serão apenas descritos brevemente, visto constituírem fatores externos que afetam as condições socioeconômicas da sociedade venezuelana e, portanto, são questões a serem contempladas mais a fundo, apenas no último capítulo. Levando isso em conta, é possível prosseguir.

A Venezuela vem sendo alvo de análises secretas, ao menos desde meados do século XX, no entanto, os chamados bloqueios econômicos, praticados publicamente, podem ser considerados bastante recentes. Foi ainda em 2014, portanto durante o governo Obama, que vários decretos começaram a serem baixados, visando unicamente sufocar a economia venezuelana. Uma das primeiras medidas tomadas se converteu na Lei nº 113-278²⁴⁰, de 18 de dezembro de 2014, denominada “Lei de Defesa dos Direitos Humanos e Sociedade Civil da Venezuela”²⁴¹ que, segundo descrito em seu preâmbulo, tem por objetivo “Impor sanções direcionadas às pessoas responsáveis por violações dos direitos humanos de manifestantes antigovernamentais na Venezuela, para fortalecer a sociedade civil na Venezuela e para outros fins” (EUA, 2014. Tradução livre²⁴²). Conforme indica de Mello (2020b), em 2014, com essa lei, inicia-se a história dos bloqueios, que até 2020, somavam cerca de 150 sanções, sendo 62 só dos EUA.

Já em 2015, Barack Obama assinou uma ordem executiva, de número 13692²⁴³, que faz citação direta à lei acima descrita, e passa a considerar oficialmente a Venezuela como “[...] uma ameaça incomum e extraordinária à segurança nacional e à política externa dos Estados Unidos, e [eu, Barack Obama] declaro uma emergência nacional para lidar com essa ameaça” (EUA, 2015. Tradução livre²⁴⁴), justificando com base nessa determinação, qualquer bloqueio futuro. Mello informa que as inúmeras sanções contra a Venezuela impedem o país de utilizar o dólar para

²⁴⁰ A Lei nº 113-278 pode ser conferida no seguinte endereço eletrônico: <https://www.congress.gov/113/plaws/publ278/PLAW-113publ278.pdf>.

²⁴¹ Venezuela Defense of Human Rights and Civil Society Act of 2014.

²⁴² To impose targeted sanctions on persons responsible for violations of human rights of antigovernment protesters in Venezuela, to strengthen civil society in Venezuela, and for other purposes.

²⁴³ A Ordem Executiva 13692 pode ser acessada em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/CFR-2016-title3-vol1/pdf/CFR-2016-title3-vol1-eo13692.pdf>

²⁴⁴ the situation in Venezuela [...] constitutes an unusual and extraordinary threat to the national security and foreign policy of the United States, and I hereby declare a national emergency to deal with that threat.

transações internacionais – aumentando o gasto cambiário em 20 bilhões de dólares –, além de impor um prazo absurdo de 10 a 20 dias para que qualquer pagamento emitido por venezuelanos seja concluído. E, tão absurdo quanto, as sanções preveem multas para outros países que por ventura venham a comercializar com a Venezuela. Isso reduziu quase 100% dos ingressos de moeda estrangeira, ocasionando a perda do poder de compra e, conseqüentemente, o desabastecimento nacional em diversos setores (MELLO 2020b).

Com Trump, a situação piorou ainda mais. Segundo Laborde, o sucessor de Obama “[...] ordenou na noite de segunda-feira [5 de agosto de 2019] o bloqueio de todos os bens do governo de Nicolás Maduro nos Estados Unidos, a proibição de empresas americanas de fazer negócios com Caracas e a entrada de dirigentes do regime em seu território (LABORDE, 2019. Tradução livre²⁴⁵). A ignorância de quem não percebe que estas sanções afetam muito mais os direitos humanos venezuelanos do que as medidas internas, somente pode ser medida em anos-luz. Outra vez, o mal maior é externo. Bolton, de acordo com Laborde (2019), afirmou após o bloqueio estadunidense, que a Venezuela passava a fazer parte do “[...] clube dos Estados Caninhas”. É inaceitável que, em pleno século XXI, o domínio ideológico dos Direitos Humanos permaneça sob controle imperialista. Justificar atos que geram a crise humanitária nas sociedades periféricas, com base na defesa dos direitos dessa mesma humanidade, é, como se diz popularmente, coisa do século passado, ou melhor, de séculos passados. Não sendo necessário expor mais dados acerca das sanções para comprovar, mais uma vez, que as medidas mais drásticas contra os direitos humanos são as externas, e não as internas, encaminha-se, então, para o final deste tópico.

O histórico de luta anticolonial na América espanhola, demonstrou as dificuldades enfrentadas pelos países que se manifestam contra um sistema impositivo. No século XIX, os crioulos aproveitaram a crise das metrópoles ante Napoleão, e passaram a promover ações cada vez mais contundentes em busca da emancipação, gerando uma divisão interna entre os realistas, que desejavam manter-se fiéis à monarquia, e os patriotas, que apesar de admitirem Fernando VII como rei espanhol legítimo, viram na sua ausência a oportunidade em tornarem-se República

²⁴⁵ El mandatario ordenó el lunes por la noche bloquear todos los activos del Gobierno de Nicolás Maduro en EE UU, prohibir a las empresas estadounidenses hacer negocios con Caracas e impedir la entrada de la cúpula del régimen a su territorio

independente, isto é, o poder soberano não poderia ficar suspenso, ele deveria naturalmente ser ocupado pelo povo. Todo esse embate entre os grupos citados, reflete as condições marginais disponíveis aos autóctones e escravos africanos, que foram reconhecidos como força indispensável para luta independentista apenas após Bolívar retornar de sua viagem ao Haiti, onde havia encontrado o então presidente Alexander Petión, no primeiro mês do ano de 1816.

O sonho de Bolívar foi se desfazendo, e a Venezuela, independente como República após o fim da Grande Colômbia, encontraria em sua própria história novos personagens internacionais sedentos por alinhavá-la ao novo sistema-mundo em construção. O maior suporte econômico venezuelano até hoje, o petróleo, desde que foi descoberto, demarcaria para sempre seu território como alvo do imperialismo. Mas, não há com o que se preocupar quando a soberania é deixada de lado em prol dos interessados, sendo os EUA o maior deles. Pouco importava que os indicadores socioeconômicos acompanhassem as altas e baixas do petróleo, desde que a subserviência fosse mantida. Durante a maior parte da história venezuelana, de fato, os EUA foram os beneficiários primeiros, mesmo nos tempos de crise, quando os rompantes classistas enraizados no país determinavam qual estrato da sociedade sofreria os encargos.

Nem antes, nem após a Declaração Universal dos Direitos Humanos, jamais ousaram, os abutres do norte, denunciar os crimes cometidos contra o povo pelos diversos chefes de Estado que ocuparam a cadeira presidencial na Venezuela. Mesmo porque, após o que foi apontado neste tópico, fica a certeza dos períodos em que os EUA entenderam a região venezuelana como seu território neocolonial. A manobra grosseira em forçar o neoliberalismo na Venezuela em 1990, transformaria o ambiente ideológico e cultural drasticamente, e faria surgir um novo horizonte de possibilidades afastado do poder capitalista. Esse período, entendido pelo imperialismo como afronta à ordem vigente, coloca a Venezuela, até os dias de hoje, como foco de resistência anti(neo)colonial, ainda que o preço tenha sido refletido em desastre humanitário.

Dessa forma, desde às eleições venezuelanas de 1998, que levaram Hugo Chávez ao poder, a Venezuela vem sofrendo frequentes ataques do centro de poder capitalista, que seguem as pautas de alinhamento imperialista, formuladas com afinco pelos EUA no pós-segunda guerra. Assim, para o imperialismo, é inaceitável que existam regiões com possibilidade de prosperar fora desse sistema, ou que se afastem

dele em algum momento. Como, para este grupo, o sinônimo de prosperidade é a acumulação, iniciaram um grande planejamento consensual, para desacreditar a Venezuela como democracia, visto que passaram a serem vistos como inimigos. A verdade é que os primeiros anos do século XXI fizeram da República Bolivariana da Venezuela um modelo democrático não antes visto na América latina, e seu mecanismo foi visto realmente como ameaça pelos EUA, que tão logo passaram a traçar estratégias com a oposição venezuelana para iniciar os períodos subsequentes de golpe, que viriam a ser intensificados com Nicolás Maduro.

Grande parte dos meios de comunicação inclinados à direita – neste caso não há distinção entre direita e extrema-direita –, disseminam a ideia de que a Venezuela corresponde a um regime ditatorial, sob o comando de Maduro, o ditador, e alguns líderes políticos corroboram com esta tese. Trump declarou isso várias vezes²⁴⁶, assim como o presidente do Brasil Jair Bolsonaro²⁴⁷, que, vale lembrar, de acordo com Estanislau (2019), encontrou-se com Guaidó em 28 de fevereiro de 2019, ou seja, apenas cinco dias depois de uma tentativa de golpe na Venezuela. Porém, a mesma parcela jornalística, resiste em nomear da mesma forma vários chefes de Estado flagrantemente antidemocráticos, a exemplo do referido presidente brasileiro, que, além da postura autoritária evidente, estruturou a República Federativa do Brasil com mais de 6 mil militares ocupando cargos civis²⁴⁸, composta desde generais, capitães e coronéis. Ele próprio, Bolsonaro, é um deles, ex-capitão do exército com um histórico na carreira militar bastante conturbado, diga-se de passagem²⁴⁹. Esso fato importa, pois, a militarização do Estado venezuelano é motivo de preocupação para os imperialistas, e para os meios de comunicação internacionais. Assim, quando fazem ecoar a Venezuela como uma ditadura, é preciso levar em conta que eles próprios, os acusadores, possuem características de uma ditadura, segundo seus próprios critérios.

Proporcionalmente, o governo brasileiro contava, já em 2020, segundo

²⁴⁶ Cf. em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,trump-chama-maduro-de-ditador,70001919954>

²⁴⁷ Cf. em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/06/apos-fala-de-fernandez-bolsonaro-compara-presidente-argentino-a-ditador-da-venezuela.shtml>

²⁴⁸ O grande número de militares em cargos civis no governo de Jair Bolsonaro foi bastante noticiado, e pode ser conferido em vários jornais eletrônicos, como por exemplo: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/17/governo-bolsonaro-tem-6157-militares-em-cargos-civis-diz-tcu.ghtml>; <https://www.conjur.com.br/2020-jul-17/mil-militares-exercem-funcoes-civis-governo-federal> e <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/07/17/numero-de-militares-em-cargos-civis-cresce-e-passa-de-6-mil-no-governo-bolsonaro>.

²⁴⁹ São várias referências à insubordinação, planejamento de atentado à bomba, etc. Vários destes eventos foram esmiuçados no Livro de Luiz Maklouf Carvalho, denominado “O cadete e o Capitão: A vida de Jair Bolsonaro no Quartel”.

Barrucho (2020), com mais Ministros militares do que o governo venezuelano, não servindo esse fato, como motivação internacional para denominar o regime no Brasil como ditatorial, como fazem com a Venezuela. Inclusive, não se tem notícias de declarações unilaterais de guerra por parte do governo venezuelano. A fome e a miséria, reflexos de fatores externos como os bloqueios econômicos demonstrados, são denunciados à ONU por constituírem crime cometidos por Maduro contra os direitos humanos e a sociedade venezuelana, mas não existiu deliberação no Conselho de Segurança da mesma organização, para intervir nos EUA quando estes trancafiaram crianças imigrantes em jaulas, separadas de seus pais²⁵⁰. Aliás, os EUA puderam matar – e confessar o crime – meio milhão de crianças no Iraque nos anos 1990, sem que nenhuma intervenção fosse discutida. Juan Guaidó assinou um contrato com a empresa militar privada estadunidense Silvercorp, para aplicar um golpe de Estado na Venezuela e derrubar Nicolás Maduro, prevendo quaisquer meios necessários, e ainda hoje é reconhecido pelos EUA, agora sob o comando do “democrata” Biden, como presidente. Sobre isso, dispõe uma reportagem do jornal eletrônico DCO:

E aconteceu o óbvio: Joe Biden, presidente dos Estados Unidos, eleito através de um dos processos mais fraudulentos da história e amplamente apoiado pela esquerda norte-americana de conjunto, acabou reconhecendo o cachorrinho do imperialismo, o golpista Juan Guaidó como presidente da Venezuela, ignorando o governo do “ditador” Nicolás Maduro, como diria a Folha de São Paulo, Veja ou Estadão (DCO, 2021).

Biden, inclusive, longe de ser um representante da democracia estadunidense, possui envolvimento histórico em diversos crimes contra os direitos humanos. Ele fez parte, e se mantém parte da causa imperialista estadunidense. O referido jornal DCO (2020), indica os envolvimentos do atual presidente dos EUA: Guerra do Afeganistão, Iraque, Iugoslávia, Malvinas e Colômbia. Sobre a política externa estadunidense da administração Biden, em relação a Venezuela, afirma-se que vão continuar os pressionando, até que ocorram eleições livres (G1, 2021). Perante a Venezuela, vários destes países não fazem frente nem nos aspectos constitucionais. Não são capazes, os imperialistas acusadores, ou mesmo o Brasil, de utilizarem os meios mais democráticos conhecidos em suas constituições, que são os plebiscitos e referendos, na mesma constância que na Venezuela, que, aliás, fizeram uso durante toda a República Bolivariana. Esse fato é confirmado por Harnecker

²⁵⁰ Cf. em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44526519>

(2007), que diz:

O presidente Chávez e seu governo levaram o mandato da Constituição muito a sério e fizeram todos os esforços para incentivar a participação em todos os níveis. É provável que a Venezuela seja o único país que possui um ministério voltado para a participação: o Ministério da Participação Popular e Desenvolvimento Social, criado em meados de 2005 (HARNECKER, 2007 p. 140. Tradução livre²⁵¹)

Por fim, a Venezuela está passando por momentos de forte pressão internacional, bem como da oposição nacional vinculada ao imperialismo. Pressões que não contribuem em nada para resolver as questões socioeconômicas do país. Sabe-se, com base no que foi discutido em tópico anterior sobre a guerra híbrida, que caso os neocolonialistas consigam quebrar a resistência venezuelana, será um passo adiante para o desastre completo. A conta é simples: os imperialistas tentarão intervir por meio da guerra híbrida – isso já ocorreu em 2019 quando Guaidó foi às ruas tentar obter apoio nas manifestações –, e caso não consigam, forçarão uma guerra não convencional – que também já ocorreu, com a tentativa frustrada da Operação Gedeón. Caso consigam um dia, o primeiro passo será dar ares de que uma democracia plena foi implementada, então, ocorrerá a desestatização da petrolífera PDVSA, além da abertura do mercado para as multinacionais estrangeiras se instalarem no país.

Daí em diante, já estará reconfigurado o neocolonialismo, e a rapina extrativista destruirá tudo, das terras indígenas às reservas naturais. Isso será reportado como uma das novas maravilhas do mundo, o modelo a ser seguido por todos os não capitalistas acumuladores que existem. Por trás do véu midiático e do consentimento planejado, o resultado será o mesmo que em outros modelos neocoloniais: elites locais enriquecendo às custas da desgraça total das classes marginalizadas. Não há projeto imperialista que dê conta de resolver a situação venezuelana, há sim, uma única saída, que é a retirada de todos os bloqueios, e deixar a Venezuela livre para pactuar com quem bem entender. É, enfim, uma nova luta pela independência.

²⁵¹ President Chávez and his government have taken the constitution's mandate very seriously and have made every effort to encourage participation at all levels. It is probable that Venezuela is the only country which has a ministry devoted to participation: the Ministry of Popular Participation and Social Development, which was created in mid-2005.

3.2 VENEZUELA E EUA: A NARRATIVA IMPERIALISTA NOS DOCUMENTOS OFICIAIS

A depender do emissor, um mesmo fato pode ser descrito com contornos tão díspares, que mesmo seu resultado poderá sofrer alterações substanciais. Exemplo claro deste fenômeno é a própria manipulação das imagens de satélite pelos EUA, utilizada para persuadir a Arábia Saudita a fornecer suas bases aos militares estadunidenses, conforme foi descrito no tópico 2.3, e que acabou possibilitando o ataque contra as tropas iraquianas na guerra do golfo. Não importavam outras narrativas acerca deste mesmo fato: para os árabes sauditas, a verdade pertencia aos EUA. Talvez seja por isso que até os dias de hoje, apesar desta manipulação já ter sido revelada, não exista grande clamor internacional pela desclassificação total dos documentos à época, afinal, os EUA venceram.

Geralmente, os eventos são contados em perspectivas que se traduzem em determinadas tendências hegemônicas, isto é, a história publicizada mantém relação com quem, em determinado contexto, possui voz para contá-la. Dessa forma, as publicações oficiais dos tempos mais remotos da modernidade, por exemplo, explicitam as verdades eurocêntricas, ao passo que ocultam as verdades reais. No caso da América espanhola e suas lutas independentistas, embora Francisco de Miranda e Simón Bolívar tenham sido alçados à condição de heróis que lutaram contra o colonizador, a história ainda assim é contada pela ótica dos dominadores, neste caso, os crioulos. Mais adiante, já no século XX, foi dito com certa insistência que os EUA passaram a figurar como poder hegemônico na criação de consentimentos; por isso mesmo, foi um período marcado por enfrentamentos no campo ideológico, bastante evidenciado pela guerra fria. No caso específico da Venezuela, o mesmo mecanismo se fez presente, o que representou, frente os EUA, um histórico cambiante entre apoio e oposição, a depender do nível de subserviência governamental daquele para com este.

Se a relação entre os EUA e a Venezuela pode ser entendida com base em reconstruções históricas oficiais e análises críticas, há também uma boa parcela de documentos que permitem uma análise com menor margem de erros. Nesse sentido, a derrubada de sigilo pode ser uma importante oportunidade para desconstruir argumentos e corrigir distorções da narrativa hegemônica, quer dizer, desde que são revelados os interesses obscuros, por meio de suas próprias instituições, não há como

sustentar boa parte das justificativas intervencionistas. Para sustentar ainda mais as críticas elaboradas com apoio de fatos históricos, interessa igualmente o ponto de vista documental. Por exemplo, no tópico anterior, o contrato assinado, dentre outros, por Guaidó e pelo diretor da Silvercorp, Goudreau, comprovam inequivocadamente o que antes era apenas uma percepção baseada em indícios. Outro exemplo é a Operação Condor, que apesar da óbvia participação dos EUA, só foi possível comprovar as suspeitas com base na Comissão da Verdade. Alguns eventos recentes, acompanhados de uma declaração de Evo Morales, podem servir para esclarecer o que se diz.

O primeiro deles diz respeito ao assassinato do presidente do Haiti, Jovenel Moïse, na madrugada do dia 7 de julho de 2021 (GARCÍA, 2021), ou seja, há menos de uma semana do momento em que eram escritas estas linhas. O acontecimento resguarda diversas vertentes analíticas, não sendo possível, de início, decretar o que, de fato, o motivou, e para que se possa buscar alguma resposta minimamente crível, deve-se compreender o cenário político atual do Haiti. Por exemplo, sabe-se que Moïse aderiu ao neoliberalismo, o que, segundo Nicolav (2020), agravou as condições de vida do povo haitiano, levando à eclosão de manifestações ainda em 2020. O neoliberalismo, evidentemente, sempre esteve ligado à inexistência de políticas públicas de saúde, ou ao baixo investimento em setores públicos em geral, e no Haiti não foi diferente, visto não existir sistema público de saúde no país (NICOLAV, 2020). Soma-se a isso a pandemia de covid-19 e o resultado é uma crise generalizada.

Ocorre que, ao mesmo tempo, é justamente o neoliberalismo que os EUA desejam implementar em suas neocolônias, ou seja, não haveria motivos para crer no envolvimento estadunidense neste caso, porém, a polícia local levantou suspeitas, sendo que, de acordo com reportagem do G1 (2021), o diretor policial haitiano (nome não consta na matéria) afirmou que, dentre os 28 envolvidos no assassinato, dois compartilham as nacionalidades estadunidense e haitiana. Duas informações de Nicolav (2020) levam a crer que o assassinato não era de interesse dos EUA: 1- ele afirma que Moïse chegou ao poder com ajuda estadunidense e, 2- expõe que uma nota da OEA (2020), defendia a ampliação do mandato presidencial haitiano em 2 anos (normalmente seriam 4 anos, passaram a ser 6). Diante disso, restaria claro que Moïse servia aos interesses dos EUA, caso contrário, não teriam interferido, nem para elegê-lo, e muito menos para o manter no poder, portanto, não haveriam motivos evidentes para que seu assassinato tivesse algum tipo de vínculo com as estratégias

estadunidenses. No entanto, algumas outras notícias deixam o envolvimento dos EUA em aberto.

Rivara (2021), por exemplo, levanta dados interessantes sobre o caso, dentre eles, que os assassinos se apresentaram como agentes da Administração de Combate a Drogas (DEA), dos EUA e, além disso, todos os 26 colombianos detidos são ex-militares, o que leva naturalmente aos eventos da Operação Gedeón, contra Maduro, que, como já descrito, ficou comprovado ter sido organizada em território colombiano. Ainda de acordo com Rivara, com a morte de Moïse, proclamou-se ao comando provisório o Primeiro Ministro Claude Joseph, que assumiu também o controle das forças armadas e da polícia (RIVARA, 2021). Esta última informação, por si só, seguiria basicamente um rito bastante comum, ou seja, na vacância do cargo presidencial, a sucessão até as próximas eleições é determinada pela Constituição, que no caso do Haiti, determina o primeiro ministro, porém, de acordo com Augusto (2021), “Joseph sequer foi ratificado pelo parlamento haitiano” como primeiro ministro, isto é, ele não teria legitimidade para assumir o cargo. Desse modo, Joseph basicamente se autoproclamou presidente após anunciar o assassinato de Moïse. Não bastasse isso, o presidente interino requisitou, conforme Melody (2021), ajuda da ONU e dos EUA para reforçar a segurança no país, tendo sido confirmado o envio do FBI para ajudar nas investigações.

Este recente caso do Haiti serve, dentro do contexto deste tópico, para demonstrar que a falta de documentos oficiais impede que se afirme categoricamente quais as motivações para um acontecimento, embora elas estejam bastante visíveis. Já se afirmou anteriormente que, onde há a presença dos EUA, há destruição, assim, todos os indícios apontam para uma manobra dos EUA para interferir nas futuras eleições haitianas, que estão próximas, mas, não se pode afirmar que a manobra existe, ou qual seria a real intenção. Porém, uma notícia chama a atenção, pois aumenta o espectro analítico ao envolver a própria Venezuela, que pode muito bem estar sendo vítima de uma complexa trama que justifique uma intervenção estadunidense.

A notícia é da Folha de São Paulo, e traz a informação de que um médico haitiano, chamado Christian Emmanuel Sanon, que vive na Flórida – preso por ter planejado o assassinato de Moïse – entrou no país através de um avião privado, junto a um grupo de colombianos que fazia sua segurança. A notícia fica mais intrigante quando é revelado que a polícia haitiana, após ter interrogado cerca de 18

colombianos envolvidos, foi informada de que eles foram contratados pelo referido médico por meio de uma empresa de segurança venezuelana com sede na Flórida, chamada CTU (FOLHA DE SÃO PAULO, 2021). Provavelmente, daqui vários anos, documentos surgirão a revelar os reais objetivos por trás deste evento. Embora restem várias interrogações, tomando por base tudo que foi discutido na parte final do tópico anterior, parece que a trama envolve culpabilizar a Venezuela de alguma forma, para que se caracterize um ato terrorista passível de intervenção.

Conforme dito, existe outro evento recente que pode ajudar a elucidar o porquê de os documentos oficiais das instituições governamentais serem tão importantes para conferir credibilidade às análises. Faz exatamente um dia da escrita destas linhas, em 11 de julho de 2021, iniciaram-se, em Cuba, manifestações contra o governo, levando ao presidente cubano Miguel Diaz-Canel a acusar explicitamente os EUA de causarem a agitação social, devido o embargo econômico que permanece, apesar dos votos contrários da maioria dos países integrantes da ONU²⁵², que afirmam que os bloqueios contra Cuba representam afronta aos direitos humanos. As informações acima são do sítio da RFI, que trazem também as palavras denunciativas do próprio presidente cubano, que disse, sobre as manifestações: “O que procuram? Provocar agitação social, causar mal-entendidos [...] a famosa mudança de regime”. Além disso, o sítio expõe a reação do presidente Biden, que afirmou que seu país, os EUA, apoiam o povo cubano, e que o regime cubano deve ouvir seu povo e atender suas necessidades, pois desejam, claramente, a liberdade (RFI, 2021).

Assim como no caso do Haiti, o caso cubano também figura, ainda, apenas no âmbito das percepções. Tem-se os indícios, evidências até, mas não existem provas contundentes de que a operação tenha sido planejada, de fato, pelos EUA. Esse é um forte indicativo de guerra híbrida em sua primeira fase, ou seja, as revoluções coloridas. Discutiu-se que a guerra híbrida é um método que reduz a rastreabilidade e, dessa forma, afasta-se a responsabilização, muito embora os atores internacionais quase todos suspeitem, e alguns tenham certeza, do envolvimento dos EUA. Outra vez, os bloqueios econômicos contra Cuba, como dito, não são novidade,

²⁵² Em 2019 187 países votaram a favor da resolução condenatória, isto é, para que fosse encerrado o embargo. Nesta ocasião, Brasil votou pela primeira vez contra a resolução, acompanhando os EUA e Israel pela manutenção dos embargos (OPERA MUNDI, 2019b). Já em 2021, no dia 23 de junho, a condenatória do embargo, que dura cerca de seis décadas, foi aprovada por 184 países, sendo que o Brasil mudou o voto, deixando isolados os EUA e Israel (CARTA CAPITAL, 2021b). A diferença de votos se deve à maior abstenção no ano de 2021, o que não altera o fato de que cabe apenas aos EUA derrubarem o embargo.

visto que foram mantidos por Obama, amplificados por Trump e ainda seguem com Biden. As justificativas são semelhantes às aquelas contra a Venezuela, ou seja, os bloqueios existirão enquanto perdurar o regime, que também é chamado “ditatorial” (EXAME, 2017; 2021). A novidade mesmo, está nas manifestações cubanas contra o governo, típicas de uma guerra híbrida, conforme descrito anteriormente, conduzidas pelos EUA.

O terceiro evento relaciona-se à descoberta de que Maurício Macri, ex-Presidente argentino, contribuiu para o golpe contra Evo Morales em 2019, ao enviar armamentos para a oposição boliviana. Neste caso, pode-se dizer que existe uma fonte oficial, visto que o atual presidente da Argentina Alberto Fernández, fez um pedido público de desculpas através de uma carta enviada ao Presidente Boliviano Luis Arce (Anexo A). Consta na referida carta assinada por Fernández: “Constatou-se que foi enviado do nosso país um carregamento de material que só pode ser interpretado como um reforço para a capacidade de ação das forças sediciosas contra a população boliviana naquela ocasião” (ARGENTINA, 2021).

Por fim, após tomar conhecimento da situação, Evo Morales postou em sua rede social um documento (Anexo B) encaminhado pelo Comandante Geral da Força Aérea Boliviana Jorge Gonzalos Terceros Lara ao embaixador da Argentina na Bolívia, chamado Normando Álvarez García, agradecendo “[...] pela colaboração prestada à [...] Instituição Armada [boliviana], no marco do apoio internacional entre [os] países, devido à situação conflitiva na Bolívia” (BOLÍVIA, 2019. Tradução livre²⁵³). Acerca desta carta, que também estão descritos os armamentos entregues à Força Aérea da Bolívia, Morales faz sua análise: “É a prova inegável da reedição do Plano Condor com sistemas de troca e repressão de informações” (MORALES, 2021. Tradução livre²⁵⁴).

Dentre os eventos descritos acima, Haiti, Cuba e Bolívia, além do envolvimento da Argentina, no caso último (Bolívia), as provas de intervenção internacional em operações para destituição de governos ou mudanças de regime são cabais. Apesar de Maurício Macri negar qualquer participação no envio de armas à

²⁵³ [...] tendo bien a dirigirme a su distinguida persona a objeto de agradecerle por la colaboración prestada a esta institución armada, en el marco del apoyo internacional entre nuestros países, debido a la situación conflictiva que vive Bolivia.

²⁵⁴ Esta es una prueba más de la participación de algunos gobiernos de derecha de Sudamérica en el cruento golpe de Estado que derivó en masacres y saqueo en nuestro país. Es la evidencia innegable de la reedición del Plan Cóndor con intercambio de información y sistemas de represión.

oposição boliviana, a credibilidade proveniente de documentos oficiais torna essa negação apenas um meio impulsivo encontrado para livrar-se das acusações. Evo Morales faz uma análise que, embora possa ser percebida por alguns atores como exagerada, dentro do contexto histórico visualizado pelo ex-presidente boliviano, faz todo o sentido. Com base nas informações divulgadas, parece bastante crível que existe uma movimentação imperialista com vistas a retomar ou manter seu controle sobre os Estados periféricos ou semiperiféricos latino-americanos.

Conforme apontado, a ideia fundamental deste tópico é demonstrar, através da análise documental, qual a narrativa do imperialismo estadunidense para levar adiante suas estratégias de dominação. Para tanto, foram selecionados alguns documentos desclassificados pela CIA, obtidos do sítio da própria agência, que remontam de meados do século XX até o século XXI, com vistas a demonstrar a forma como a Venezuela vem sendo frequentemente monitorada pelos EUA. Deve-se levar em conta que a classificação pela CIA se dá por meio de letras, que seguem o seguinte padrão: T (Top Secret); S (Secret); C (Confidential); U (Unclassified) e K (Unknown/Unmarket)²⁵⁵. Além disso, também servirá de apoio para a análise o livro “El Código Chávez”, de Eva Golinger, que aproveita vários documentos da CIA entre 2001 e 2002, para denunciar as tentativas de golpe dos EUA contra o ex-presidente venezuelano Hugo Chávez. Dito isso, e levando em conta que, conforme apontam Elizalde e Polanco sobre os documentos ainda secretos, “[...] muito e mais aterrorizante ainda deve estar censurado e talvez nunca possamos descobrir a evidência mais íntima dos planos contra a Venezuela” (ELIZALDE; POLANCO, 2005, p. XXXI), inicia-se a análise.

O primeiro documento (classificação original “S”), datado de 31 de julho de 1952, sob o título “Prováveis Desenvolvimentos na Venezuela”, traz o seguinte problema: “Estimar a situação atual e os desenvolvimentos futuros prováveis na Venezuela, com referência particular aos fatores que afetam a disponibilidade de materiais estratégicos”. Este documento teve como propósito trazer uma perspectiva geral da situação político-econômica venezuelana. Suas conclusões demonstram os interesses imperialistas em vários aspectos, que vão desde o cenário eleitoral local e suas implicações no âmbito das relações internacionais, até os direcionamentos do governo na geopolítica do petróleo. Inicialmente, chama-se a atenção para a disputa

²⁵⁵ Cf. em: <https://www.hsdl.org/?abstract&did=37504>.

entre a Junta governante e o principal partido de oposição naquela data, o já citado Ação Democrática. Após a determinação de que a Junta é governada por “[...] três homens que obtém seu principal apoio das Forças Armadas” (EUA, 1952, p. 1. Tradução livre²⁵⁶), afirma-se que a Ação Democrática, apesar de ser um partido de esquerda, não é comunista. Conclui-se sobre essa questão que, embora a oposição represente uma ameaça, pois desacredita o regime e é bem capaz de tentar chegar ao poder por meio da força, provavelmente não será capaz de vencer a Junta. Dentre os motivos que levam à essa conclusão, pode-se citar o fato de que, para a CIA, o partido comunista era incapaz de formar qualquer aliança com os não comunistas.

Além disso, o documento toma como certa a estratégia do Ação Democrática, afirmando que este partido está disposto a criar um regime com base na eleição e em uma assembleia constituinte, concentrando esforços em não deixar a seus oponentes assumirem o governo, ao passo que aspiram pela manutenção do poder político das Forças Armadas. Assim, entendiam ser “[...] improvável que as eleições (se realizadas) [fossem] livres” (EUA, 1952, p. 1. Tradução livre²⁵⁷), existindo a possibilidade de a oposição tentar boicotá-las. Esta prospectiva acompanha estranhos eventos ocorridos entre 1950 e 1953. Em novembro de 1950, o então Presidente militar Carlos Delgado Chalbaud foi assassinado, assumindo em seu lugar o embaixador Germán Suárez Flamerich, designado pela Junta Militar. Este permaneceria no poder até dezembro de 1952, quando a Junta Militar imporá – por meio de eleições indiretas – Marcos Pérez Jiménez, outro militar, que iniciaria o mandato em janeiro de 1953. Neste ano, seria promulgada uma nova Constituição, sob o lema “o novo ideal nacional”, de caráter político-doutrinário orientado ao nacionalismo de direita (AULAR, 2014, p. 44-45).

O documento deixa claro que os EUA tinham pleno conhecimento do que se passava nos bastidores da política eleitoral venezuelana, pois é taxativo ao declarar que as eleições poderiam não ocorrer. Isso também pode indicar uma interferência estadunidense, pois o boicote, que supostamente poderia advir por parte do partido de oposição, deu-se na verdade pela Junta Militar, cujo apoio levou Jiménez ao poder sem eleições livres. Como fica evidente, o Ação Democrática era visto como um

²⁵⁶ Venezuela is ruled by a three-man Junta which derives its principal support from the armed forces.

²⁵⁷ The Junta wishes to create a legitimate regime through elections and a constituent assembly, but is determined that its opponents shall not take over the government nor the armed forces lose their power to control Venezuela's political course. Hence it is unlikely that elections (if held) will be free, and the opposition may boycott them.

partido de esquerda, embora não comunista, e o empossado, tão logo assumiu o poder, deu conta de planificar uma orientação nacional voltada à direita. O que ocorreu foi uma inversão das previsões documentadas pela CIA.

No âmbito econômico, o interesse pelo setor petrolífero é bastante evidente. De pronto, é indicado que não existiam evidências de que as empresas petrolíferas seriam nacionalizadas, porém, insere-se a preocupação com a vulnerabilidade das instalações deste setor, propensas à sabotagens. O item 6 do documento aponta: “As instalações petrolíferas são vulneráveis à sabotagem [...]. Medidas adicionais seriam necessárias para lidar com um programa combinado de sabotagem em grande escala envolvendo elementos locais e estrangeiros, como poderia ser esperado em caso de guerra” (EUA, 1952, p. 1. Tradução livre²⁵⁸). Nota-se neste excerto, que as atenções também estavam voltadas aos países do bloco socialista, representados no texto por “estrangeiros”. Nesse período, conforme demonstrado muitas vezes anteriormente, os EUA já dominavam o centro de poder capitalista e, portanto, os estrangeiros a que se refere a CIA, só poderiam ser os países da URSS, China ou, em menor gravidade, Cuba.

Em relação ao apoio local, estavam cientes de que, em geral, a Venezuela portava-se ao lado dos EUA e de suas políticas na ONU e na OEA, no entanto, demonstravam que a política de segurança interna venezuelana, dificilmente acataria o “[...] estacionamento de tropas estrangeiras”. Mais adiante, no item 11, contraditoriamente são reconhecidas as políticas sociais do partido Ação Democrática, chegando a afirmar que “[...] em geral, mostrou um respeito pelos direitos humanos incomum na história da Venezuela”. As referências ao Ação Democrática explicitam que os EUA tinham conhecimento minucioso das táticas do partido, indicando que obtiveram informações de agentes internos. Sabiam também, conforme pode ser conferido no item 12 e 14 do documento em análise, que a vertente comunista venezuelana, sob comando do partido PCV (Partido Comunista), tentava conquistar adeptos do Ação Democrática, mas ainda eram falhos nessa tarefa.

Outros pontos bastante reveladores são vistos em vários outros itens. O item 20, por exemplo, afirma que a “[...] nacionalização continua sendo uma possibilidade

²⁵⁸ The oil installations are vulnerable to sabotage. Present security measures are probably adequate to deal with sabotage by local elements with limited resources. Additional measures would be required to cope with a large-scale, concerted program of sabotage involving foreign as well as local elements, such as might be expected in the event of war.

potencial, mas não é um presente problema”. Isso significa que, caso viesse a ser efetuada, a nacionalização seria, sim, motivo de preocupação para os EUA. O documento indica que os EUA atribuíam a não nacionalização aos acordos entre o governo e as empresas de petróleo, o que significa que também estavam conscientes das tratativas entre o setor público venezuelano e o privado em geral. Em seguida, o item 21 foca nas reservas de minério de ferro, descrevendo que “[...] todas as exportações [...] vão para os EUA”. E assim o documento segue, sempre enfatizando o quão brilhante é a situação econômica da Venezuela, e também como os EUA se favorecem desse panorama.

O ponto crucial está presente mais ao final, no subtítulo “Considerações Estratégicas”. Já no início do item 28, afirma-se que “O petróleo venezuelano é de extrema importância estratégica para as potências ocidentais [e] Nas circunstâncias atuais [1952], o petróleo venezuelano tem alta demanda nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. Em caso de guerra, sua disponibilidade continuada seria essencial” (EUA, 1952, p. 5. Tradução livre²⁵⁹). Então, os itens 29, 30 e 31 relacionam a sabotagem aos trabalhadores comunistas e o 35 reafirma a importância deste produto na relação EUA-Venezuela, além de demonstrar, mais uma vez, preocupação com pautas nacionalistas. Por fim, o item 37 descreve que “Ao romper relações diplomáticas com a URSS e a Tchecoslováquia em junho de 1952, a Junta foi sem dúvida influenciada por sua visão de longa data de que a Embaixada Soviética e a Legação Tcheca eram centros de propaganda e atividades subversivas” (EUA, 1952, p. 6. Tradução livre²⁶⁰).

São vários os motivos que levaram à escolha deste documento para abertura das análises. Primeiro, porque foi produzido em período próximo ao término da segunda guerra, e assim, já aborda vários temas relacionados às estratégias de produção de consentimento dos EUA, no contexto inicial da guerra fria. Em segundo lugar, diversos assuntos nele contidos tornaram-se, como será perceptível,

²⁵⁹ Venezuelan oil is of prime strategic importance to the Western Powers. Venezuela is second only to the United States in petroleum production and is the world's largest single exporter. In present circumstances Venezuelan oil is in high demand in the United States and Western Europe. In the event of war its continued availability would be essential. The vulnerable location of Middle Eastern of resources and the relative security of Venezuela serve to increase strategies reliance on this resource.

²⁶⁰ Relations with the USSR, established in 1945, existed merely on a formal level. In breaking off diplomatic relations with the USSR and Czechoslovakia in June 1952, the Junta was no doubt influenced by its long-held view that the Soviet Embassy and Czech Legation were centers for propaganda and subversive activities. It also appears that the Junta expected to reap some domestic political advantage from the act, and possibly also to win favor from the United States.

recorrentes nos documentos subsequentes. A partir dele, também é possível confirmar que o interesse pelo petróleo venezuelano se fazia presente há muito tempo, além de existir ali indícios de que a continuidade de seu fornecimento ao “mundo ocidental” seria crucial em caso de guerra. Mas, ao se fazer uma leitura ininterrupta do texto, não há como se esquivar da problemática intervencionista, pois seria impossível que tantas informações chegassem ao conhecimento da CIA sem algum tipo de atuação interna. Essa interpretação é reforçada com a conjuntura eleitoral à época, que basicamente ocorreu segundo as previsões documentadas pela CIA e aqui expostas.

O próximo documento, embora tenha sido acessado diretamente pelo sítio da CIA, através do sistema FOIA²⁶¹ (Lei de Liberdade de Informação), é na verdade um artigo jornalístico, datado de 26 de julho de 1965, escrito por Ruby Hart Phillips, para o jornal *Newsday: The Latin American Times*. Resolveu-se por sua utilização, pois, se uma reportagem deste vulto está contida no banco de dados da CIA, significa que ela foi utilizada pela agência como informação, mesmo porque, está descrita como “Coleção: Registros Gerais da CIA”. Portanto, fica claro a partir desta reportagem, que a Venezuela estava inserida nas estratégias anticomunistas, ainda mais por se tratar de uma notória propaganda hegemônica contra o regime cubano. Seu título denuncia seu conteúdo: “Planos Vermelhos Frustrados na Venezuela”²⁶², e seu conteúdo revela o motivo do interesse da CIA pelo artigo, visto descrever ataques comunistas na Venezuela, especialmente os “comunistas pró-Castro”.

A matéria abre equiparando os comunistas à terroristas e alertando para a atuação da organização comunista clandestina chamada Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN)²⁶³. Segundo Phillips (1965), “[...] a organização [mudou de tática, concentrando] seus esforços na guerra de guerrilha, [que] não pode ser considerada uma ameaça real ao governo”. A jornalista afirma categoricamente que a organização recebia apoio público de Fidel Castro, pois os comunistas venezuelanos não tinham, segundo ela, um líder, como em Cuba, capaz de reunir forças. Em seguida, é explicitada a perseguição do governo aos comunistas venezuelanos, já que é dito que em 1963, vários foram presos. Firma-se a prática persecutória com a

²⁶¹ Freedom of Information Act.

²⁶² Red Plans Foiled in Venezuela.

²⁶³ Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN) foram “uma estrutura de caráter militar comandada por oficiais dissidentes do Exército venezuelano”. Cf. em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/america-latina/12>

informação de que “O Partido Comunista e o Movimento Revolucionário Independente (MIR) pró-Castro são virtualmente proibidos na Venezuela, uma vez que não têm permissão para exercer funções ou indicar candidatos” (PHILLIPS, 1965. Tradução livre²⁶⁴).

Após informar que o presidente à época, Raúl Leoni Otero, reabilitaria os partidos comunistas caso estes cessassem a violência, afirma Phillips que a frente partidária construída por ele, que representava a maioria do Congresso, era vigorosamente anticomunista. Em seguida, é dito que as Forças Armadas continuam apoiando Leoni, da mesma forma que apoiavam seu predecessor. A partir de então o artigo passa a traduzir em dados a situação socioeconômica da Venezuela, o que expõe a imensa desigualdade existente à época. São dados importantíssimos, pois demonstram o contraste gritante entre investimentos com petróleo de um lado, e a pobreza do outro. Descreve Phillips, sobre a economia venezuelana: “[...] pode-se notar que o orçamento está equilibrado nos últimos 3 anos. Este país é o maior exportador de petróleo do mundo e os US \$ 1,3 bilhão que o governo recebe das companhias petrolíferas americanas e britânicas aqui representam 70% de seu orçamento” (PHILLIPS, 1965. Tradução livre²⁶⁵).

A parte final do artigo revela seu teor informativo ao detalhar os consideráveis ganhos dos capitalistas estadunidenses no ramo do petróleo, ao mesmo tempo em que indica certa angústia com a falta de esclarecimento por parte do governo de Leoni acerca da política deste produto. Outra grande evidência do uso dos meios de comunicação para fins estratégicos-analíticos, é a própria forma de escrita utilizada por Phillips, que diz, ao terminar seu artigo: “No momento, a Venezuela não requer ampla assistência da Aliança para o Progresso [...]. Em vista deste brilhante quadro político e econômico, é evidente que os planos dos comunistas de converter este país em um satélite comunista como Cuba estão em andamento” (PHILLIPS, 1965. Tradução livre²⁶⁶). A Aliança para o Progresso citada por Phillips foi, segundo Ribeiro, um plano de ajuda externa estadunidense, criado no governo Kennedy e direcionado

²⁶⁴ The Communist Party and the pro-Castro Independent Revolutionary Movement (MIR). are virtually outlawed in Venezuela since they are not permitted to function or nominate candidates.

²⁶⁵ In analyzing the economic situation of Venezuela, it can be pointed out that the budget has been in balance for the past 3 years. This country is the world's largest petroleum exporter and the \$1.3 'billion which the government receives from the American and British oil companies here is 70 per cent of its budget. There has been no adverse balance of payments or trade since 1962. Reserves are now up to. \$880,000,000

²⁶⁶ In view of this bright political and economic picture it is evident that the plans of the communist to convert this country into a communist satellite like Cuba are at present [ilegível] headway.

para a América Latina. Segundo o autor, o programa tinha por objetivo “[...] fomentar o desenvolvimento econômico, social e político inserindo-se numa tradição que remontava [...] aos programas do pós-guerra como [...] o Plano Marshall” (RIBEIRO, 2006, p. 17).

O artigo ora analisado ajuda a compreender a forma como a CIA recebia as informações dos correspondentes residentes em países de interesse para os EUA. Vale lembrar que Phillips foi uma jornalista estadunidense, que havia sido correspondente do New York Times em Cuba até 1961²⁶⁷, e, por suposto, era anticomunista. A jornalista cobriu, segundo James (1985), a ascensão de Fidel Castro ao poder. A maneira como se deu o manejo da jornalista, ou seja, a circunstância de sua saída do cargo de correspondente do New York Times em Cuba, para integrar outro jornal, onde viria a escrever sobre a Venezuela, indica que ela poderia estar agindo como informante *in loco* da CIA para assuntos estratégicos dos EUA. Contribui para esta suspeita, o fato de o artigo jornalístico disponibilizado pela agência estar incompleto, conforme indicado pelo seguinte timbre no cabeçalho: “Parcialmente Desclassificado”. O que importa realmente, é que o texto chegou ao conhecimento da agência contendo diversas informações importantes acerca da situação da Venezuela e sua relação com Cuba.

Outro artigo jornalístico, igualmente desclassificado parcialmente pela CIA, aparece com o título “Ameaça Marxista na Venezuela”²⁶⁸, e foi publicado em 12 de abril de 1968, por Hal Hendrix. Este artigo foi selecionado, além de seu conteúdo, para demonstrar que sim, os EUA utilizavam jornalistas como informantes oficiais. Segundo Simkin,

Outros jornalistas apelidaram Hendrix de “*Spook*” porque suspeitaram que ele estava recebendo informações da Agência Central de Inteligência. Alguns anos depois, a Subcomissão do Senado para Corporações Multinacionais descobriu que **Hendrix foi usado pela CIA durante o final dos anos 1950 e início dos 1960** para escrever “propaganda negra” (sic) contra Fidel Castro (SIMKIN, 1997. Sem grifo no original. Tradução livre²⁶⁹)

Aliás, a edição de 27 de dezembro de 1977 do The New York Times, tratava exatamente sobre o trabalho de jornalistas para a CIA. Em termos gerais, o editorial

²⁶⁷ Cf. em: <https://www.nytimes.com/1985/10/30/world/r-hart-phillips-times-reporter-who-covered-castro-s-revolution.html>.

²⁶⁸ Marxist Threat in Venezuela

²⁶⁹ Other journalists nicknamed Hendrix the “Spook” because they suspected he was being provided with information from the Central Intelligence Agency. Some years later, the Senate Subcommittee on Multinational Corporations discovered that Hendrix was used by the CIA during the late 1950s and early 1960s to write “black propaganda” against Fidel Castro.

afirma que quando um ou uma jornalista cobria algum evento internacional de grande importância, a CIA oferecia alguns trocados a mais para que esses ou essas profissionais permanecessem por mais tempo que o planejado coletando informações. E isso ocorria com certa frequência, conforme dispõe a matéria:

Frequentemente, de acordo com ex-funcionários da agência, tais repórteres eram solicitados a manter alertas para certos itens de informação de interesse do C.I.A. [...]. Em ainda outro nível de relacionamento, o C.I.A. às vezes pagava as despesas de um correspondente que concordava em realizar tais tarefas, especialmente se ele estivesse visitando uma área onde a agência não estava bem representada (THE NEW YORK TIMES, 1977)

Em artigo para o mesmo jornal, Hersh (1981) desvela o envolvimento da CIA nas tentativas de impedir Salvador Allende de assumir a presidência. A trama passa pelo então embaixador dos EUA no Chile Edward Korry, manifesto opositor de Allende, e acusado de cooperar com a CIA para impedir o chileno marxista de governar seu país. Não importam muitos detalhes, o que chama atenção é que em ambas as matérias do The New York Times, a de 1977 e a de 1981, Hal Hendrix, o autor do artigo provido em partes pela CIA, é citado. Na matéria de 1977, é dito que Hendrix foi um dos jornalistas que aceitou dinheiro para trabalhar para a agência; já o artigo de 1981, implica Hendrix nas tratativas entre CIA, o embaixador no Chile Korry, e outros, contra Salvador Allende. Portanto, não é segredo, ao menos desde a década de 1970, que a CIA utiliza jornalistas para obter informações de seu interesse. Levando isso em conta, analisar-se-á, a partir de agora, o artigo de Hendrix.

O texto inicia apontando a vertente política marxista da Venezuela como uma ameaça, afirmando que existe a preocupação de que “[...] o próprio movimento jovem [do partido] COPEI, tenha sido efetivamente capturado por marxistas estridentes”. Quando da publicação deste artigo jornalístico, as eleições na Venezuela se aproximavam, sendo que em 1969 assumiria a cadeira presidencial Rafael Caldera. Sabendo da possibilidade de Caldera assumir, Hendrix afirma que “A liderança mais antiga e tradicional do partido ainda é chefiada pelo Dr. Rafael Caldera, moderado, que poderia ser o próximo presidente do país. No entanto, nos próximos meses, ele pode ser expulso da liderança ou ter que ceder a elementos extremistas” (HENDRIX, 1968. Tradução livre²⁷⁰). A partir deste ponto, o jornalista começa a fazer prospectivas, indicando que não há motivos de os EUA se preocuparem com possíveis ameaças

²⁷⁰ The older and traditional leadership of the party is still headed by Dr. Rafael Caldera, moderate, who could be the country's next president. However, in the months ahead he might be squeezed out of leadership or have to yield to extremist elements

extremistas, pois a COPEI a elas não cederia, apesar de o próprio Caldera ter conhecimento de que existem alguns membros do partido mais anti-estadunidenses do que comunistas.

Então, Hendrix escreve, sob o subtítulo “Futuro”, alguns outros detalhes importantes, como, por exemplo, o fato de os movimentos democratas-cristãos serem o futuro da América Latina e representarem o “[...] antídoto mais eficaz para o encravamento comunista”. Em seguida, como de praxe nos documentos do acervo da CIA, é trazido ao texto perspectivas para o futuro da indústria do petróleo. Hendrix diz que na concepção da juventude da COPEI, foi pautado um programa em duas fases para a indústria petroleira: a primeira buscaria aumentar o controle estatal e o aumento de impostos para as empresas privadas; a segunda visaria a total nacionalização da indústria do petróleo. Por fim, Hendrix é claro em sua informação voltada aos interesses dos EUA: “Dr. Caldera **deve mover-se com cautela** entre agora e a convenção do partido pré-eleitoral. Ele **não pode** esperar ganhar a presidência se o COPEI se tornar fortemente dividido sobre as atividades dos elementos radicais de seu movimento jovem” (HENDRIX, 1968. Sem grifo no original. Tradução livre²⁷¹).

Os grifos acima explicitam – ante seus verbos – que Hendrix escrevera praticamente uma bula para a CIA, isto é, o que deveria ou não ser feito pelo próximo presidente da Venezuela no âmbito das políticas internas. A análise, tanto do artigo de Hendrix, quanto de Phillips, só traduzem uma realidade concreta dentro do contexto elucidado, quer dizer, ambos claramente direcionam seu conteúdo para fins de esclarecimento situacional do cenário político-socioeconômico da Venezuela. O envolvimento de Hendrix é bastante mais claro, visto ter sido desmarcado ainda na década de 1970. Já sobre Phillips, a suspeita recai por motivos de imbricamento de eventos que se relacionam com suas análises. Portanto, deve-se prosseguir com documentos fabricados pela própria agência, visando explicitar de forma inequívoca a narrativa intervencionista do imperialismo estadunidense.

Nas próximas linhas, serão analisados em conjunto, três documentos, pois os dois primeiros, um de 1969 e o outro de 1970, servem, grosso modo, como prévias para o terceiro, de 1971. O primeiro, sob o título “Petróleo Marítimo: Diferenças Venezuela/Colômbia em Relação à Plataforma Continental”, é um ofício encaminhado da embaixada de Caracas ao Departamento de Estado dos EUA, com data de

²⁷¹ Dr. Caldera must move cautiously between now and the pre-election party convention. He cannot expect to win the presidency if COPEI becomes sharply divided over the activities of the radical elements of its youth movement.

publicação (sigilosa) em 3 de outubro de 1969. Naqueles tempos, Colômbia e Venezuela disputavam um espaço marítimo rico em petróleo e, devido a este fato, chamaram a atenção dos EUA, que, de acordo com o disposto neste primeiro documento, duvidavam que os venezuelanos aceitariam as arbitragens colombianas. Um motivo principal é elencado para desacreditar da aceitação pacífica por parte da Venezuela: o fato deste país já ter sido prejudicado em repartições de divisas fronteiriças na sua porção oriental, o que foi realizado por arbitragem internacional. Por isso, o documento prevê que a situação se arrastaria por algum tempo. Ademais, são feitas várias prospectivas sobre as negociações no Golfo venezuelano, além de afirmar que, de fato, é uma região rica em petróleo (EUA, 1969, p. 1-3).

O próximo documento, referente à disputa marítima em pauta, também foi encaminhado pela embaixada dos EUA em Caracas para o Departamento de Estado dos EUA, na data de 16 de outubro de 1970, sob o título “Venezuela/Colômbia: Negociações Do Golfo Da Venezuela”. Inicialmente, este documento mantém o mesmo tema do anterior, isto é, trata sobre a disputa pelas porções marítimas entre Colômbia e Venezuela, novamente afirmando que as negociações parecem não se encaminhar para uma resolução acelerada. Indicam ainda, que a Colômbia pode enfrentar uma queda na extração de petróleo, motivo de este país não querer um acordo restrito. Um extrato do documento conclui que “Embora os funcionários do GOV [governo da Venezuela] digam que as negociações devem ser mantidas separadas do assunto do petróleo, há poucas dúvidas de que o petróleo é uma questão central e vital” (EUA, 1970, p. 2. Tradução livre²⁷²). Com base no documento de 1952, analisado anteriormente, fica claro que o petróleo é uma questão vital, mas principalmente para os EUA.

Outro ponto interessante, é um subtítulo contido no documento, chamado “Visão venezuelana das negociações”. Esta parte do texto demonstra que os EUA mantinham um exímio conhecimento das políticas internas venezuelanas, visto que aponta todo o acontecimento em bases afirmativas, ou seja, parece que não existiam dúvidas acerca das declarações. Exemplo claro disso, ocorre na seguinte passagem: “O Governo venezuelano não tem pressa em chegar a um acordo sobre essas negociações com a Colômbia” (EUA, 1970, p. 5. Tradução livre²⁷³). Afirmações como

²⁷² While GOV officials say the negotiations must be kept separate from the subject of oil, there is little doubt that oil is a central and vital issue.

²⁷³ The Venezuelan Government is in no hurry to reach an agreement on these negotiations with Colombia.

esta não são feitas a esmo; é necessário saber o que se passa internamente. Caracterizaria uma percepção, e não uma afirmação, caso fosse escrito, hipoteticamente dessa forma: Devido às evidências coletadas ao longo das análises, é provável que a Venezuela não tenha pressa em negociar com a Colômbia. Da forma que foi escrito, é evidente que o emissor da mensagem (embaixada em Caracas), tinha pleno conhecimento da ausência de pressa nas negociações por parte de Venezuela.

Em geral, existe apenas uma grande novidade neste documento, embora seja apenas uma breve referência ao que será abordado nos próximos. O assunto inédito diz respeito à questão da imigração de colombianos para a Venezuela, cuja preocupação dos EUA em relação a esse fato, é ao menos intrigante. A introdução ao assunto, é feita da seguinte maneira:

Esta é a primeira de uma série de mensagens que tratam das relações da Venezuela com a Colômbia. Outras tratarão da política venezuelana em relação aos imigrantes ilegais e ao povoamento de suas fronteiras, à posição militar e às implicações políticas para os Estados Unidos (EUA, 1970, p. 1. Tradução livre²⁷⁴)

Interessante notar, que nesta citação há uma contradição, pois, cerca de um ano antes, já haviam sido expostos os imbróglios entre Colômbia e Venezuela. Fora este problema, que pode ser um erro de continuidade, percebe-se que os EUA iniciavam uma nova etapa analítica, que abrangeria diversos outros domínios. Assim, em 1971, surgiria uma “Avaliação de Inteligência” da DIA (Agência de Inteligência de Defesa), intitulada “Colômbia e Venezuela: Potencial de Conflito”. Este documento possui o timbre “Parcialmente Desclassificado”, e consta que foi publicado pelo Diretor Adjunto de Inteligência. Em sua abertura, existe um mapa das fronteiras entre Colômbia e Venezuela, com os dizeres: “Reivindicações Territoriais Conflitantes”, indicando que se trata de um documento cuidadosamente elaborado.

O teor é de apreensão com o aumento das tensões e a piora nas relações entre os países sul-americanos, atribuindo a este cenário um “[...] crescente sentimento nacionalista e a desconfiança mútua”. A observação parece ter sido intensa, pois afirmam estarem sendo reforçadas as unidades militares nas fronteiras, o que representa um potencial conflito em andamento. Como dito anteriormente, este

²⁷⁴ This is the first in a series of messages dealing with Venezuelan relations with Colombia. Others will deal with Venezuelan policy toward illegal immigrants and populating its borders, with the military position and with the policy implications for the United States

documento aborda de forma mais precisa o que foi disposto em 1969 e 1970, delimitando mais especificamente quais os interesses venezuelanos e colombianos referentes à exploração do petróleo na região. Além disso, agora examinam os problemas vinculados à imigração, considerando um grave problema o presidente Caldera ter mandado os imigrantes colombianos retornarem ao seu país. Impressiona esta abordagem, pois os EUA são conhecidos por sua rigidez em relação aos imigrantes ilegais. Em momento anterior desta dissertação, foi exposto como Caldera deu início aos projetos de nacionalização do petróleo, e o problema imediato, para os EUA, era esse. Sobre os imigrantes, é descrito no documento:

Outra grande disputa diz respeito a várias centenas de milhares de colombianos que entraram ilegalmente na Venezuela por causa de empregos com melhor remuneração lá. Os venezuelanos veem esses imigrantes não autorizados como uma potencial quinta coluna²⁷⁵. O presidente venezuelano Caldera afirmou em dezembro que os imigrantes ilegais deveriam retornar ao seu país. Segundo consta, cerca de 300 já foram presos e enviados à força de volta para a Colômbia (EUA, 1971, p.1)

É possível afirmar que este documento representa, em um contexto geral, um dos pontos iniciais da estratégia Estadunidense contra um governante venezuelano. Os outros eram amplos em sua análise e, mesmo naqueles em que se analisavam perfis de candidatos e partidos, o teor era muito mais suave em relação a este. A seguir, essa ideia afixa-se de forma mais clara, pois dentre os dois combatentes, o ataque volta-se firme apenas à Venezuela. Por exemplo, está exposto que “Os amargos ataque contra a Colômbia por parte da mídia venezuelana agravaram ainda mais a situação já tensa”, além de afirmar que os colombianos foram maltratados. Também se vincula o aumento dos riscos econômicos à perspectiva das “[...] ricas reservas de petróleo”, ou seja, demonstram preocupação com o enfraquecimento da economia petroleira.

O próximo tema percorrido no documento em análise, é o militarismo na região onde ocorre a disputa. É apresentado uma enorme quantidade de dados, em que o departamento de defesa estadunidense solidifica seu profundo conhecimento sobre as forças militares venezuelanas e colombianas, chegando a informar em uma tabela

²⁷⁵ De acordo com Almeida, “A Quinta-Coluna se [referia] a um grupo de espões que passariam informações acerca de estratégias, organização e ações do grupo governista para o inimigo. Tal termo se disseminou pelo mundo sendo apropriado no período da Segunda Guerra Mundial designando aqueles que serviriam como espões da Alemanha, Itália e Japão, que ficaram conhecidos, naquele momento, como ‘Súditos do Eixo’” (ALMEIDA, 2015). Dessa forma, infere-se que Caldera suspeitava que os imigrantes eram infiltrados, que passariam informações à oposição.

comparativa, números detalhados de armamentos, veículos e, inclusive, o gasto militar de cada país. Estas listagens numéricas servem de apoio para a afirmação que vem a seguir, no qual é manifestado interesse claro de intervenção. A passagem aludida – último parágrafo no original – explicita:

Se o conflito armado estourar, a Organização dos Estados Americanos quase certamente solicitará a cessação imediata das hostilidades e esforços de mediação para resolver as questões básicas. O confronto militar provavelmente seria de curta duração e a mediação da OEA provavelmente seria aceita. O sentimento nacionalista despertado, entretanto, aumentaria muito a dificuldade de um acordo negociado (EUA, 1971, p. 7. Tradução livre²⁷⁶)

Comprova-se, com este documento, que os EUA estão sempre a postos para acionar as organizações sob seu comando para justificar intervenções. Neste caso, como ficou evidenciado, a nacionalização do petróleo provocou um alerta aos EUA, pois veriam o setor privado sendo enfraquecido, o que era, e ainda é, contraditório a seus interesses. Percebendo isso, passaram a atentar para o conflito entre Venezuela e Colômbia, fazendo meticulosos planejamentos para agir caso fosse necessário. Mas, embora seja evidente que o objeto de interesse dos EUA era o petróleo, e que para isso deveriam controlar a situação política da Venezuela, como vinham fazendo nos governos anteriores, somente nos próximos anos é que este produto tão caro à economia mundial apareceria como fator principal de debate nos documentos da agência de inteligência estadunidense. Assim, o próximo documento escolhido dá um salto temporal para o ano de 1977, mais especificamente para o dia 21 de setembro, quando um memorando foi distribuído entre os setores de inteligência estadunidense.

Nomeado “Projeto de interdependência aliada: Prospecto de Thomas A. Callaghan Jr²⁷⁷”, o memorando enviado ao Diretor da Central de Inteligência por um emissário desconhecido (seu nome está suprimido no documento), é o mais extenso dentre todos os documentos selecionados. É preciso, antes de analisar efetivamente este documento, contextualizá-lo. A matriz do pensamento de Callaghan, de acordo com Klang²⁷⁸ (2016), toma por base o princípio de que a “quantidade gera qualidade”,

²⁷⁶ Should armed conflict erupt, the Organization of American States would almost certainly call for immediate cessation of hostilities and for mediation efforts to resolve the basic issues. Military confrontation would probably be of short duration, and OAS mediation most likely would be accepted. Aroused nationalist sentiment, however, would greatly increase the difficulty of a negotiated settlement.

²⁷⁷ De acordo com Klang (2016), Thomas A. Callaghan Jr foi um “influente consultor de defesa dos EUA nas décadas de 1970 e 1980 e diretor do programa de Interdependência Aliada no Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, defendendo maiores gastos com armas”.

²⁷⁸ Importante ressaltar que Thomas Callaghan é citado em vários documentos oficiais dos EUA, porém, não se encontra facilmente textos sobre este consultor de defesa. Dessa forma, apenas para inseri-lo no contexto trabalhado, será utilizado um artigo escrito por Klang (2016), professor de tecnologias digitais e mídias emergentes

que, segundo o autor, é um princípio fundamental do materialismo dialético. No entanto, a “[...] lei da passagem de mudanças quantitativas em mudanças qualitativas”, atribuída a Hegel, afirma Klang, remete ao paradoxo do monte Ebulides, que descreve que a alteração quantitativa em números de grãos de areia implica em uma mudança qualitativa em tornar-se ou não, um monte (KLANG, 2016). Baseado nisso, Callaghan pregava o aumento de gastos no ramo armamentista, utilizando esse fundamento para fazer suas prospecções, que são utilizadas no documento em voga.

O próprio memorando informa ao Diretor da Central de Inteligência, que Callaghan já havia lhe enviado uma cópia de uma declaração sua tratando sobre a padronização da OTAN. É indicado que o diretor respondeu o encaminhamento, em 10 de agosto de 1977, informando que a Direção de Defesa de Inteligência (DDI) se empenhava em dois estudos de longo prazo, um sobre a parceria militar com a Europa e os problemas relacionados, e outro sobre o tema das transferências internacionais. Além disso, a carta do diretor apontava, segundo o memorando, alguns empecilhos para a “comunidade de inteligência”, devido ser ela dependente de outras decisões congressuais e organizacionais internas. Já em outra correspondência, mais recente, é que surgiu o prospecto de Callaghan, que tinha como escopo um projeto expandido para a padronização da OTAN, incluso aí a questão armamentista. Sobre isso, declara o emissor do memorando, que o prospecto incluía “[...] também a perspectiva de uma grande expansão do comércio mundial **em benefício dos Estados Unidos** e seus aliados do Atlântico. (EUA, 1977. Sem grifo no original. Tradução livre²⁷⁹)

Esse é o contexto que dá formas ao memorando. Nas primeiras páginas, a prioridade analítica é o comércio de petróleo, onde consta a seguinte descrição do relatório divulgado pela Comissão Internacional de Comércio dos Estados Unidos: “Fatores que afetam os Preços Mundiais do Petróleo até 1985”. Este relatório discutia fatores como oferta e demanda, buscando prever como isso afetaria os preços de petróleo no futuro. Boa parte das próximas linhas limitam-se a investigar, além da perspectiva de consumo dos EUA nos próximos anos a partir de 1977, a durabilidade das reservas de petróleo cru do que chamam “bloco comunista”, isto é, a URSS. De

da Fordham University, além de ter atuado como professor associado de Comunicação Política e Mídia Social pela Universidade de Massachussets, em Boston.

²⁷⁹ Callaghan has now sent you a prospectus for what appears to be an expanded project relating standardization, as a policy objective, not only to more rational and economical NATO armament (which should make possible “credible, collective conventional force within reasonable defense budgets”) but also to the prospect of greatly expanded world trade of benefit to the U.S. and its Atlantic allies

fato, existe uma real análise do comércio do petróleo voltada ao referido bloco, que prevê sua autossuficiência ao menos até 1985, quando teria início a queda de produção. O memorando chega a revelar a fonte de informação que torna possível todas essas previsões:

O relatório da CIA é baseado em “fontes de inteligência altamente sensíveis, indisponíveis para qualquer outra pessoa”, de acordo com o diretor da CIA, Stansfield Turner. Sem acesso a essas fontes, não há como comentar a alegação de que a produção soviética de petróleo bruto sofrerá com a invasão da água. A suposição pessimista da CIA, entretanto, não apareceu em nenhum outro grande estudo da situação mundial do petróleo (EUA, 1977, p. 4. Tradução livre²⁸⁰)

Deste trecho, pode-se concluir algumas questões importantes, como, por exemplo, a indiscutível ação da inteligência estadunidense em outros países, bem como a notória influência internacional da agência, visto que “nenhum outro grande estudo” fez semelhante suposição acerca das reservas do bloco comunista. Seguindo adiante, encontra-se menção a um estudo elaborado pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts, o MIT, sobre estratégias de energia alternativa. Os participantes estadunidenses do estudo incluíram executivos da indústria de alto nível, que se juntaram a representantes de vários países, incluso aí, a Venezuela, referenciada pela primeira vez no memorando exatamente neste momento. É curioso o fato de este estudo ter sido financiado, conforme o memorando “[...] por várias fundações e instituições do mundo não comunistas a encararem uma escassez de petróleo no decorrer dos próximos 25 anos” (EUA, 1977, p. 5-6. Tradução livre²⁸¹).

Deste momento em diante, é detalhado o aumento nas importações de petróleo pelos EUA, em comparação com o início de da década de 1970, aludindo que a Venezuela, um dos grandes fornecedores, “[...] manifestou interesse em restringir a produção para aumentar a expectativa de vida de sua base de recursos petrolíferos”. Também é mencionado o fato de que existe uma alta concentração de petróleo bruto em poucas “nações do mundo”, demonstrando certa preocupação com a decréscimo da produção na América Latina, em especial, na Venezuela, para, em seguida, reconhecer a enorme quantidade de depósito do produto neste país,

²⁸⁰ The CIA report is based on “highly sensitive intelligence sources unavailable to anybody else” according to CIA Director Stansfield Turner. Without access to these sources, there is no way to comment on the claim that Soviet crude petroleum production will suffer from water encroachment. The CIA’s pessimistic assumption, however, has appeared in no other major study of the world petroleum situation.

²⁸¹ The study was funded by various foundations and institutions of the non-Communist world faces a petroleum shortage over the next 25 years unless it makes “massive investment” in energy development and “extraordinary efforts” at conservation. The report states that by the year 2000 the non-Communist world will be faced with a petroleum shortage of 15 to 20 million barrels per day, although short falls could occur as early as the mid 1980’s.

assinalando que “O fator decisivo a favor de seu desenvolvimento poderia ser a abertura de investimentos a entidades privadas por parte do governo venezuelano” (EUA, 1977, p. F-21. Tradução livre²⁸²).

O memorando começa cada vez mais a afunilar suas análises às questões de interesse interno dos EUA, discorrendo sobre um outro assunto recorrente nos documentos desclassificados pela CIA, que é a nacionalização da indústria petrolífera. Esse desassossego fica evidente quando a queda na quantidade de petróleo bruto é vinculada a participação estatal nas empresas produtoras. A Venezuela é citada diretamente como exemplo: “Essa tendência à propriedade do governo continuou em 1 ° de janeiro de 1976, quando a Venezuela nacionalizou os ativos de todas as empresas petrolíferas privadas que operam na Venezuela” (EUA, 1977, p. Appendix G. Tradução livre²⁸³). Após várias tabelas demonstrativas sobre as perspectivas do mercado do petróleo, ao final do memorando surge o referido “Projeto de Interdependência Aliada”, junto com uma prospecção. O fato deste “projeto” estar inserido juntamente neste memorando, gera estranheza, pois seu objeto é o financiamento e comércio militar entre aliados. De acordo com o próprio memorando

O Projeto de Interdependência Aliada do Centro de Georgetown é o único esforço em andamento em ambos os lados do Atlântico que **se concentra no vasto mercado financiado pelo governo para tecnologia e produtos militares e civis**. Essas últimas e maiores fronteiras do comércio mundial ainda não são vistas como possíveis mercados comerciais [...]. Os mercados militares protegidos das nações da Aliança do Atlântico Norte tornaram impossível produzir uma capacidade de luta convencional, coletiva e credível [...]. As práticas comerciais militares protecionistas também tornaram impossível para as nações da Aliança compartilhar equitativamente os encargos financeiros da Defesa Aliada, bem como os benefícios econômicos (empregos, progresso tecnológico e industrial) do desenvolvimento e produção da defesa (EUA, 1977. Sem grifo no original. Tradução livre²⁸⁴)

O mesmo entendimento acima é aplicado ao mercado civil, isto é, o projeto critica fortemente os governos que protegem seu mercado. Ao fim ao cabo, o que se nota do projeto é a defesa da ampliação do livre comércio, que pode ser entendida

²⁸² The Orinoco heavy-oil deposits are extensive. The deciding factor in favor of their development could be the opening of investment to private entities by the Venezuelan government.

²⁸³ This trend to government ownership continued on January 1, 1976 when Venezuela nationalized the assets of all private oil companies operating in Venezuela.

²⁸⁴ The Georgetown Center's Allied Interdependence Project is the only effort underway on either side of the Atlantic which concentrates upon the vast government—funded marketplace for military and civil technology and products. These last and largest frontiers of world trade are not yet seen as possible trading markets [...]. The protected military markets of the nations of the North Atlantic Alliance have made it impossible to produce a credible, collective, conventional warfighting capability [...]. Protectionist military trade practices have also made it impossible for the nations of the Alliance to share equitably the financial burdens of Allied Defense, as well as the economic benefits (jobs technological and industrial progress) of defense development and production.

como uma imensa e intransigente abertura do mercado, que afeta de forma brutal as expectativas socioeconômicas das sociedades periféricas, pois neste diapasão, a periferia mundial inevitavelmente enfrentará a desindustrialização, pois deverá acompanhar as imposições da divisão internacional do trabalho. Isso fica mais visível com as determinações do projeto que se sucedem; dentre elas, uma se destaca: “Os mercados governamentais protegidos tornam impossível para as nações comprarem e venderem para as outras **mercadorias que cada uma pode produzir com mais eficiência**” (EUA, 1977. Sem grifo no original. Tradução livre²⁸⁵). O destaque grifado é a expressão pura do desejo pela manutenção da dependência periférica frente o centro capitalista, porque determina que cada “nação” deverá suprir a outra com produtos que já lhes são abundantes. Isso significa que, para os EUA, é interessante que a periferia mantenha o status de fornecedora de matéria prima, apenas.

No caso da Venezuela, esse projeto implicaria em afastar a proteção governamental sobre o petróleo, deixando para as multinacionais estrangeiras o trabalho de converter o petróleo bruto em combustível ou outros derivados. Com isso, sobraria à Venezuela a produção e exportação agrícola, principalmente, inserindo-a no rol dos países periféricos e obstruindo a ascensão como importante economia global. O “Projeto Interdependência”, soa, na verdade como um Projeto da Dependência Periférica. Está posta a razão do memorando se debruçar sobre as perspectivas do petróleo do bloco comunista, para depois expor o referido projeto. Outro extrato do texto, que basicamente descreve o funcionamento do projeto, como a divisão de cargos e o financiamento, traz também uma informação significativa. Refere-se a seguinte passagem: “Também são necessários fundos adequados para a publicação e distribuição de relatórios, para a realização de seminários em cada lado do Atlântico, para a troca de informações, para viagens e para as despesas gerais do **Centro**” (EUA, 1977. Sem grifo no original. Tradução livre²⁸⁶).

São vários os indicativos de que o projeto fazia parte de uma estratégia de dominação, tanto é assim, que não estão inclusos nessa troca de informações e seminários, os países da América do Sul. Estão incorporados, apenas, e isto consta na exposição do projeto pelo memorando, a América do Norte e a Europa; os outros

²⁸⁵ Protected government markets make it impossible for nations to buy from, and sell to, the other the goods which each can produce more-efficiently.

²⁸⁶ Adequate funds are also required for publishing and distributing reports, for conducting seminars on each side of the Atlantic, for information exchange, for travel, and for necessary Center overhead.

são meros personagens sem voz. Finalmente, o documento termina por expor o relatório de Callaghan – produzido em 1976 –, que também cerra os assuntos apenas a Europa e aos EUA, como fica evidente logo no início, ao declarar que

[...] o relatório foi discutido em reuniões do Comitê de Planejamento de Defesa da OTAN, o EuroGrupo, o Grupo de Programa Europeu, o Grupo de Aconselhamento Industrial da OTAN (NIAG) e comitês do Congresso americano, a Assembleia do Atlântico Norte, a União da Europa Ocidental e o Parlamento Europeu (EUA, 1977. Tradução livre²⁸⁷).

Este relatório, que objetiva a “[...] padronização de armas e equipamentos e a divisão equitativa dos encargos e benefícios da defesa Aliada” (EUA, 1977. Tradução livre²⁸⁸), baseia-se no princípio referenciado por Klang (2016), e discutido anteriormente, onde “quantidade gera qualidade”, visando amplificar as trocas militares entre o centro capitalista. É apontado no memorando, que o relatório independente de Callaghan foi extremamente disseminado e bem aceito entre vários governos, existindo alguns motivos para o êxito, dentre os quais, pode-se citar o fato de ele oferecer uma resposta simultânea aos problemas conjuntos da Aliança (EUA e Europa), alimentando as necessidades de defesa, bem como a manutenção de uma indústria avançada neste ramo, associada, ainda, às tecnologias. Entretanto, o memorando faz questão de comentar o amplo espectro do relatório de Callaghan, que vai muito além da cooperação armamentista, “[...] propondo mudanças conceituais e estruturais importantes na organização do mundo ocidental”, priorizando um projeto de interdependência entre diversos setores, como o de energia, só para citar um exemplo.

Obviamente, as organizações comandadas pelos EUA são citadas como atores principais nas tratativas deste planejamento, dentre as quais, além da OTAN, inclui-se a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que hoje mantém sua atuação fixada em pautas neoliberais. A responsabilidade em tornar público o conteúdo do relatório de Callaghan, foi do Georgetown Center – um centro americano provavelmente vinculado à Universidade de Georgetown. Segundo o memorando,

²⁸⁷ With many more copies available, the report has been discussed in meetings of the NATO Defense Planning Committee, the EuroGroup, the European Programme Group, the NATO Industrial Advisory Group (NIAG), and committees of the American Congress, the North Atlantic Assembly, the Western European Union, and the European Parliament.

²⁸⁸ Government officials, here and in Europe, credit the report with having been a catalyst in stimulating renewed efforts towards achieving the standardization of weapons and equipment, and the equitable sharing of Allied defense burdens and benefits

O Georgetown Center desempenha um papel único na comunicação, esclarecimento e divulgação de ideias cuja hora chegou. Muito do capital intelectual sobre o qual o mundo do pós-guerra foi construído foi exaurido. Mudanças estruturais fundamentais são necessárias [...] se a segurança, estabilidade, crescimento e progresso do mundo pós-guerra devem continuar (EUA, 1977. Tradução livre²⁸⁹).

Basicamente, o Georgetown Center, instituição estadunidense, tomou para si a tarefa de levar adiante as questões levantadas pelo relatório de Callaghan, através de conferências, seminários, audiências acadêmicas, dentre outros eventos. A padronização almejada nesses setores todos do centro capitalista é, de fato, um agrupamento que mira qualificar respostas táticas através da união estratégica. Tudo foi planejado pelos EUA em evidente manobra imperialista dentro de um cenário neocolonial aproximado, para manter a periferia atuando dentro das funções da divisão internacional. Então, nesse ambiente, os EUA e a Europa uniram forças contra o “bloco comunista”, tentando obter apoio das elites governamentais periféricas. Este documento, como um todo, é de suma importância para que se possa compreender as estruturas imperialistas recentes. A palavra de ordem de Washington foi “padronização”, mas, paradoxalmente, não uma padronização igualitária, senão, liderada pelos EUA, que manteriam seus privilégios, a começar pelo fato de todas as organizações envolvidas serem aparelhadas à liderança estadunidense.

Os EUA enxergavam na URSS uma debilidade, ao entender que o bloco não seria capaz de desenvolver concomitantemente sua tecnologia civil e militar, mas somente uma delas. Isso significava uma vantagem aos aliados da OTAN, que, na percepção dos EUA, eram capazes de desenvolver ambas as áreas, caso atuassem em conjunto. Partindo dessa interpretação, a ideia era evidenciar a URSS, que não poderiam fazer frente para com a união capitalista e, dessa forma, precisariam entender que não seria possível formular ataques convencionais contra os aliados da OTAN. Afirmava-se, nesse sentido, que deveria haver cooperação entre Europa e América do Norte, “[...] para resolver seus problemas tecnológicos civis e fazer a promessa dessa cooperação ao Pacto de Varsóvia, sempre que a União Soviética estiver preparada para discutir reduções significativas nos fardos de armamentos da humanidade” (EUA, 1977. Tradução livre²⁹⁰). Em suma, o projeto da interdependência

²⁸⁹ The Georgetown Center plays a unique role in communicating, clarifying and circulating ideas whose time has come. Much of the intellectual capital upon which the postwar world has been built has been exhausted. Fundamental structural changes are necessary [...] if the security, stability, growth and progress of the postwar world is to continue.

²⁹⁰ To do that, Europe and North America must also cooperate to solve their civil technological problems and hold

visava impor regras a serem seguidas pelo bloco não capitalista.

Todo aparato descrito neste memorando da CIA – que contempla o Relatório Callaghan –, em especial as insistentes críticas à proteção governamental sobre o comércio, intimamente vinculada à nacionalização do petróleo no caso da Venezuela, vai desaguar em alguns outros documentos oficiais, total ou parcialmente desclassificados. Como o arquivo da CIA referente à Venezuela é muito extenso, optou-se por escolher apenas mais um documento do século XX, datado de 1 de dezembro de 1986, que está descrito como uma “Avaliação de Inteligência”.

Sob o título “Venezuela: Lutando com o Declínio da Receita de Petróleo”, a avaliação de inteligência estadunidense volta-se completamente ao mercado do petróleo venezuelano e suas implicações aos EUA. É estabelecido que a queda dos preços do petróleo impossibilitava ao então presidente venezuelano Lusinchi estabilizar a economia de seu país, o que significava um enorme problema aos EUA. Conforme o próprio documento, era uma “[...] situação que poderia resultar em uma derrota para a facção ortodoxo conservadora pró-EUA do presidente Lusinchi [...]. A recessão contínua também pode afetar negativamente os interesses dos EUA, reduzindo a demanda por produtos norte-americanos [...]” (EUA, 1986, p. iii. Tradução livre²⁹¹). Ante a impossibilidade de mudar, naquele momento, os rumos da Venezuela, deixaram o país latino à deriva, restringindo-se a esperar que Lusinchi cumprisse o pagamento das dívidas públicas externas adquiridas, ao passo que lhe seria assegurado que o preço do barril não voltaria a cair drasticamente.

Imediatamente após essas deliberações, retoma-se o habitual tema da política interna venezuelana da nacionalização, sobre o qual são pormenorizadas algumas situações, que demonstram os anseios imperialistas pela retomada das atividades privadas na Venezuela. Sobre isso, dispõe-se que,

[...] os principais obstáculos ao crescimento são instituições e políticas deficientes que, ao longo de várias décadas, resultaram na **presença generalizada do Estado na economia**, uma presença que Lusinchi não atacou agressivamente. **Seu fracasso em liberalizar a economia**, suas reversões abruptas de política em questões como a dívida externa privada e a incerteza sobre as receitas do petróleo **determinam**, em nossa opinião, **um renascimento significativo do investimento privado no médio prazo**

out the promise of such cooperation to the Warsaw Pact, whenever the Soviet Union is prepared to discuss meaningful reductions in mankind's armaments burdens.

²⁹¹ In our view, the Venezuelan economy is likely to remain in recession at least through the 1988 presidential election a situation that could result in a defeat for President Lusinchi's conservative, pro-US Orthodox faction of the ruling Democratic Action party [...]. Continued recession is also likely to negatively affect US interests by depressing demand for US products [...].

(EUA, 1986, p. iii. Sem grifo no original. Tradução livre²⁹²)

Este fragmento é deveras importante, pois assinala as orientações dos EUA para a década e, até mesmo, século seguinte. Demonstra que os EUA expectavam o resgate do investimento privado e, conseqüentemente, o enfraquecimento econômico do Estado venezuelano para os próximos períodos. Isso também explica a tentativa frustrada de implementar políticas neoliberais nos anos 90. Frustradas porque, como se viu previamente, foi a guinada ao neoliberalismo que gerou as revoltas populares que culminaram no Caracazo, na tentativa de golpe em 1992 pelo grupo de Chávez e, por fim, em sua vitória no pleito de 1998.

Porém, os acontecimentos descritos acima também comprovam que as previsões estadunidenses falharam miseravelmente, principalmente porque neste documento avaliativo fica evidente o descaso para com às forças da esquerda revolucionária. Uma sequência no texto afirma com grande certeza que **“A crise econômica não representa uma ameaça** para a estabilidade do governo democrático no médio prazo, em nossa opinião. A aceitação pública das instituições políticas da Venezuela continua forte e **a esquerda radical é quase inexistente”** (EUA, 1986, p. iv. Sem grifo no original. Tradução livre²⁹³). É possível imaginar o abalo sofrido por Washington quando da iminência do revés com a eleição de Chávez. Dos mais renomados centros de inteligência do mundo tiveram que conviver com o pior de seus pesadelos: a esquerda revolucionária. É inegável que a incapacidade em prever a força da esquerda venezuelana foi determinante para que os EUA passassem a considerar obrigatória uma mudança na política externa com relação à Venezuela. Subestimou-se a oposição, e Chávez no poder era impensável; um golpe no ego hegemônico que custou caro à sociedade do país.

Todavia, o fato de terem os EUA subestimado o poder da esquerda radical venezuelana, não impediu que ainda em 1986 fizessem comparativos entre os presidenciáveis das próximas eleições. O predecessor de Chávez, Caldera, que disputou também em 1988, foi avaliado como sendo “amigo”, muito embora criticasse

²⁹² [...] the principal impediments to growth are deficient institutions and policies that over several decades have resulted in a pervasive presence of the state in the economy a presence that Lusinchi has not aggressively attacked. His failure to liberalize the economy, his abrupt policy reversals on such issues as the external private debt, and the uncertainty over oil revenues rule out, in our view, a significant revival of private investment in the medium term.

²⁹³ The economic crisis poses no threat to the stability of democratic government over the medium term, in our judgment. Public acceptance of Venezuela's political institutions remains strong and the radical left is almost nonexistent.

as políticas dos EUA, além de ser “[...] um estadista sério e atencioso”. Já Carlos Andrés Pérez, de acordo com a avaliação da Defesa estadunidense, “[...] se considerava defensor do povo venezuelano [e era] descrito como um caudilho moderno”. O outro presidenciável era Octavio Lepage Barretto, tido pelos diplomatas estadunidenses “[...] como moderado e pró-Occidente, [apoiador da] política dos EUA na América Latina” (EUA, 1986, p. 6). As próximas páginas servem como uma análise, mas uma análise em forma de propostas, como se estivessem indicando os caminhos a serem seguidos pelo próximo mandatário, sempre em prol dos interesses imperialistas.

Inicia-se então uma abordagem avaliativa, referenciando por diversas vezes o FMI, e como as dívidas da Venezuela deveriam ser pagas. Neste ponto, nota-se o reconhecimento das condicionalidades abusivas do FMI, mais especificamente quando é dito que “O governo [venezuelano] não quer se submeter **à tempestade de protestos** de todo o espectro político **que quase certamente traria a aceitação** do governo **dos requisitos de desempenho do FMI**” (EUA, 1986, p. 6. Sem grifo no original. Tradução livre²⁹⁴). Ao demonstrarem o autoritarismo do FMI, parecem impor, de outro lado, condicionalidades políticas para que aquelas do FMI não fossem necessárias em última instância.

Relacionado ao teor acima, vários juízos passam a serem feitos sobre deslizes econômicos e quais as maneiras de contornar a situação. Nesta parte, o foco é na desconfiança dos investidores e do setor privado em decorrência dos “[...] pesados controles de preços [e] das mudanças repentinas na política econômica”. É exposto, por exemplo, que a Venezuela descumpriu suas obrigações em “[...] fornecer dólares subsidiados para pagar o serviço da dívida privada externa”, e a existência de atritos entre o governo e a empresa que representa o setor empresarial privado, chamada FEDECAMERAS, esta que, segundo a avaliação em análise, figurava como potencial crítica “[...] da administração por não consultar o setor privado antes de tomar decisões sobre questões-chave, como uma proposta de revisão do código tributário” (EUA, 1986, p. 12. Tradução livre²⁹⁵).

²⁹⁴ The administration does not want to subject itself to the firestorm of protest from across the political spectrum that government acceptance of IMF performance requirements would almost certainly bring.

²⁹⁵ According to the Embassy and independent Venezuelan analysts, investor confidence has been sapped by heavy handed price controls [...] and uncertainty created by sudden changes in economic policy such as the decision to renege on an earlier promise to provide subsidized dollars to service the external private debt. [...] there is growing friction and distrust between the administration and key business groups—especially with FEDECAMERAS, the umbrella organization that represents the private business sector. [...] FEDECAMERAS has been specially critical

Após retomar a avaliação pobre de que a esquerda era absolutamente marginal e incapaz de organizar protestos em larga escala, abre-se o último tópico do documento, denominado “Interesses dos Estados Unidos”. Estes últimos parágrafos foram especialmente selecionados para findar as análises documentais do século XX, pois traduzem os interesses do imperialismo a partir de sua própria narrativa, ou seja, é um forte componente investigativo para esta dissertação, que junto aos demais conteúdos trabalhados, tornam irrefutáveis os argumentos de que os EUA contemplavam a Venezuela como alvo neocolonial. Já no primeiro parágrafo do referido tópico, afirma-se:

O impacto do declínio econômico da Venezuela continuará a ser negativo para os interesses dos EUA. [...] Os bancos norte-americanos também devem sentir o aperto de câmbio estrangeiro da Venezuela. [...] Se os Ortodoxos não conseguirem manter o controle do governo, **o tom das relações EUA-Venezuela provavelmente mudará — especialmente se o novo presidente for Carlos Andrés Perez**. Embora não seja um ideólogo de esquerda nem pessoalmente anti-EUA, o oportunista Perez é, no entanto, muitas vezes crítico das ações dos EUA. [...] Finalmente, acreditamos que Pérez usaria a presidência e a autoridade econômica e moral da Venezuela na região **para se projetar como um líder do Terceiro Mundo** (EUA, 1986, p. 14. Sem grifo no original. Tradução livre²⁹⁶).

De fato, o tom das relações viria a mudar. Chama atenção que, bastava ser crítico dos EUA para ser tratado como descartável. Pérez, como se percebe da citação acima, não era bem quisto. O fato de simplesmente pensar em tornar a Venezuela uma liderança latino-americana, incomodava tanto os EUA, que isso representou o início do fim das relações diplomáticas entre os países. Não há margem de erros interpretativos nessa questão, basta seguir a lógica das declarações dos agentes públicos, instituições e agências dos EUA. Embora seja fato inequívoco que os fatores políticos e socioeconômicos da Venezuela estiveram, ao menos desde 1920, quando da inserção do petróleo como vertente econômica primária, vinculados à oscilação de preços do barril de petróleo, também é fato que, mesmo nos períodos mais pessimistas, os EUA buscavam vias diplomáticas para resolver os embaraços, conquanto os venezuelanos não pautassem sua política contra os interesses

of the administration for not consulting with the private sector prior to making decisions on key issues such as a proposed revision of the tax code.

²⁹⁶ US Interests. The impact of Venezuela's economic decline will continue to be negative for US interests. [...] US banks are also likely to feel Venezuela's foreign exchange pinch. [...] If the Orthodoxies fail to retain control of the government the tone of US-Venezuelan relations is likely to change—especially if the new president is Carlos Andres Perez. Although not an ideologue of the left nor personally anti-US, the opportunistic Perez is nevertheless, often critical of US actions. [...] Finally, we believe that Perez would use the presidency and Venezuela's economic and moral authority in the region to project himself as a Third World leader.

primordiais do imperialismo. Falava-se, como visto nos documentos, em credibilidade de quitação de dívidas, ou mesmo na relevância da Venezuela para as políticas estadunidenses.

Tudo isso se altera quando a esquerda ou mesmo alguém da direita venezuelana, crítico às políticas estadunidenses, passa a mover-se no tabuleiro histórico. Dessa forma, os EUA sempre tiveram em mãos as cordas que direcionam os rumos da sociedade venezuelana. Nos governos em concordância com as diretrizes imperialistas – inclusos aí os *puntofijistas* –, o alto comando governamental e as elites eram sempre favorecidas. O descontentamento das classes marginalizadas sempre se fez presente, porém, suas vozes não foram ouvidas até os anos 1990, justamente quando tiveram início as revoltas anti-imperialistas contra as políticas neoliberais. Não importava aos EUA a ditadura implementada pela direita, ano após ano, o problema era a nacionalização do petróleo, isto é, a retirada dos lucros imperialistas para serem aplicados em áreas essenciais. Assumindo, hipoteticamente, que o governo de Chávez fosse, e o de Maduro seja, como a direita insiste em vociferar, de cunho ditatorial, qual o sentido de apoiarem então as declaradas ditaduras de direita que os antecederam? Quer dizer então, que uma ditadura subserviente, embora destrua completamente os direitos humanos, se for de direita, é válida?

A verdade é que nenhum regime autônomo, seja ditatorial ou democrático, que se volte contra as diretrizes imperialistas, é levado em conta a somar relações diplomáticas. Nem mesmo as mais espessas manifestações de democracia em um Estado moderno, como os plebiscitos e referendos promovidos por Chávez, foram capazes de convencer o mundo “Ocidental” comandado pelos EUA, de que existem outras possibilidades fora do desigual universo de acumulação capitalista. O fato é que o povo, na democracia defendida pelos EUA, pode até ser livre para se manifestar, porém, não é livre mesmo para participar dos rumos políticos. Essa é a democracia da mordaga fantasiada de liberdade que, se fosse possível, seria implementada à força no mundo inteiro. Independentemente de existirem dados bastante precisos já apresentados, antes da finalização deste tópico, faz-se importante demonstrar, com base em “El Código Chávez”, como agiram os EUA para tentar destituir Chávez do poder. Também serão apresentados alguns relatos que fortalecem a tese de envolvimento direto dos EUA nas tentativas de golpe contra a Venezuela do século XXI.

A obra de Golinger (2005) inicia expondo alguns detalhes referentes ao golpe de abril de 2002 contra Chávez, já trabalhado anteriormente nesta dissertação. Segundo a autora, a relação entre EUA e Venezuela passou a deteriorar-se profundamente quando Bush filho assume o governo estadunidense, e isso tem vínculo com a própria política promovida pelo então presidente venezuelano, visto que os EUA estavam ainda esperançosos por uma guinada à privatização da indústria petroleira da Venezuela. Sobre isso, afirma Golinger que,

Até 1998, a Venezuela foi um ator submisso na política estadunidense, um colaborador muito desejado. Os Estados Unidos estavam prestes a se tornar o beneficiário número um dos esforços de privatização em andamento na lucrativa indústria do petróleo, nacionalizada desde os anos 1970. Mas, então, chegou Chávez (GOLINGER, 2005, p. 5. Tradução livre²⁹⁷).

Foi dito, quando da análise do artigo jornalístico de Phillips (1965), intitulado “Planos Vermelhos Frustrados na Venezuela”, que o apoio de Fidel Castro às organizações e movimentos de esquerda venezuelana, embora ainda enfraquecidos à época, atormentava os EUA, para quem, conforme o artigo referido, comunistas eram terroristas. Pois bem, com Chávez, a relação com Castro, além de ter sido estreitada, dava-se abertamente, e, visto que o objetivo dos EUA para com Cuba era, há anos, derrubar seu presidente, não era interessante ver a Venezuela comandada por um simpatizante do regime cubano, por motivos óbvios. Além disso, Chávez condenou o bombardeio dos EUA contra o Afeganistão no período subsequente ao 11 de setembro, elevando a ira estadunidense contra o presidente venezuelano (GOLINGER, 2005, p. 6). Em suma, quase a totalidade das propostas de Chávez eram rechaçadas pelo governo estadunidense, ainda mais em um momento onde o capitalismo regia-se pelo neoliberalismo, fazendo com que o teor clássico do imperialismo contaminasse os setores empresariais monopolistas com o sentimento antichavista que outrora era reservado à URSS, China e Cuba, principalmente.

O conteúdo da referida obra de Golinger é absolutamente indispensável para que se obtenha informações com grande nível de detalhes acerca da ingerência dos EUA em países periféricos, especialmente na Venezuela. No entanto, para que se mantenha coerência com a proposta deste tópico, será necessário condensar seu conteúdo, focando nas análises feitas pela autora sobre os documentos a ela fornecidos pelos órgãos oficiais estadunidenses. No sistema de busca vinculado à Lei

²⁹⁷ Hasta 1998, Venezuela fue un actor sumiso para la política estadounidense, un colaborador muy deseado. Estados Unidos estaba a punto de convertirse en el benefactor número uno de los esfuerzos de privatización en curso de la lucrativa industria petrolera, nacionalizada desde el decenio de 1970. Pero, entonces, llegó Chávez.

de Liberdade de Informação (FOIA), a quantidade de documentos desclassificados sobre a Venezuela está na casa dos milhares, fazendo com que seja difícil analisá-los todos, porém, Golinder debruçou-se nesta tarefa em relação aos documentos do período Chávez, o que facilitaria uma busca mais precisa, não fosse um imprevisto.

Ao buscar informações – por nome ou número – acerca dos documentos indicados por Golinder, seja no sítio oficial da CIA (FOIA), ou no sítio indicado pela autora (venezuelafoia.info).²⁹⁸, não foi possível encontrá-los. Não bastasse isso, ao tentar acessar o aludido endereço eletrônico, automaticamente o usuário é redirecionado a um sítio – de mesmo nome –, datado de 2021, contendo informações acerca de sistemas de som. Aumentando o espectro da pesquisa no rastreo destes documentos, chegou-se a outro sítio, denominado “vcrisis.com”²⁹⁹, que traz informações e imagens de alguns deles, porém, todo este conteúdo está inoperante, visto que qualquer *link*, ao ser clicado, leva ao citado sítio que trata de sistemas som. O interessante, é que a parte em funcionamento do “vcrisis.com”, contém vários artigos e informações contrárias ao governo Chávez³⁰⁰, indicando ter sido reformulado.

Devido este contratempo, foi necessário mudar o planejamento inicial, que era fazer uma análise sobre os documentos expostos por Golinger, acessando-os no próprio site da CIA e no sistema FOIA. Faz-se saber que foi feita a leitura completa da obra de Golinger, com atenção redobrada aos documentos coletados pela autora, e, visto vários deles possuírem conteúdo semelhante aos já analisados anteriormente, dar-se-á ênfase aos fragmentos cujo teor sirva para elucidar questões inéditas junto às disposições da própria autora. Ainda, qualquer outra obra ou artigo que porventura complemente “El Código Chávez” será utilizada. Esclarecidos estes pontos, prossegue-se.

Em um documento elaborado pelo Centro de Inteligência do Comando Sul dos

²⁹⁸ Ao tentar acessar o sítio, aparece uma página com informações sobre sistemas de som. Cf. em: <https://www.venezuelafoia.info/>. O próprio Centro de Pesquisa Econômica e Política (CEPR), com sede em Washington, ao descrever sobre o trabalho de Eva Golinger, indica o endereço eletrônico “venezuelafoia.info” como fonte de acesso aos documentos. Cf. em: <https://cepr.net/democracy-venezuela/>

²⁹⁹ Para acesso aos documentos com links inoperantes, cf. em <http://www.vcrisis.com/index-USAID2.html> e <http://vcrisis.com/imgs/cachegolinger.htm>. Para conferir o conteúdo em funcionamento, com viés antipático ao regime venezuelano, acessar <http://www.vcrisis.com/>.

³⁰⁰ Exemplo disso é a descrição do sítio em sua página inicial, que diz: “Vcrisis foi, em suma, o esforço pessoal de alguém cujo descontentamento, para com os políticos do seu país (Venezuela), atingiu níveis tão insuportáveis que ele decidiu agir e contrabalançar o esforço propagandístico oficial multimilionário desenvolvido pelo regime de Hugo Chávez”. Cf. em: <http://www.vcrisis.com/>.

EUA (SOUTHCOM³⁰¹), em 20 de março de 2002, sob o título “Venezuela: crescentes evidências de uma associação insurgente”³⁰², é analisado o envolvimento do governo Chávez com organizações tidas como terroristas pelos EUA, como as FARC³⁰³ e o ELN³⁰⁴, indicando um acordo direto com Chávez. Dentre outras acusações, cita-se neste documento, uma suposta carta, em que militares dissidentes exigiam a renúncia de Chávez, devido ao envolvimento de seu governo com as referidas organizações “terroristas”. Basicamente era isso que o documento, bastante censurado, dispunha. Todas estas informações, de acordo com Golinger, tinham como fontes jornais específicos, como o colombiano “El Tiempo” e os venezuelanos “El Universal” e “El Nacional”, cuja característica em comum era a manifesta antipatia por Chávez (GOLINGER, 2005, p. 69). Mas, fora a repulsa pelo presidente venezuelano, o que torna esse fato tão importante?

Para responder essa pergunta, recorre-se ao livro “Los Documentos del Golpe”³⁰⁵. Segundo Herrera (2017), responsável pelo prólogo deste compilado, durante todo período de 2001, os meios de comunicação iniciaram uma enorme campanha para desacreditar o governo de Chávez, atacando desde as instituições do Estado e seus representantes até o próprio presidente. Para o autor, jamais na história da Venezuela “[...] a opinião pública foi tão manipulada e enganada e, persistente e continuamente, foi violada toda a legislação nacional em matéria de liberdade de expressão e direito à informação, incluindo os acordos internacionais assinados sobre o assunto” (HERRERA, 2017, p. 12. Tradução livre³⁰⁶). O autor apresenta em seguida as notícias de alguns dos jornais elencados por Golinger, quando a oposição convocou, em 11 de abril de 2002, uma expressiva manifestação contra Chávez, explicitando que existia prévio conhecimento do que aconteceria no dia seguinte. O

³⁰¹ Abreviatura para Southern Command.

³⁰² Foi feita uma profunda busca na tentativa de encontrar este documento, porém, como informado, nem mesmo o arquivo digital criado pela autora está funcionando. No sítio da CIA, pelo sistema FOIA, também não foi possível encontrar o documento. Nos sistemas de busca como o “google”, apenas encontra-se referências ao próprio livro da autora. Foi encaminhado um correio eletrônico, endereçado a Golinger, questionando sobre este problema, porém, até a o fechamento desta dissertação, não houve resposta.

³⁰³ Fuerzas Armadas Revolucionarias da Colômbia.

³⁰⁴ Ejército de Libertación Nacional.

³⁰⁵ Este livro compila reportagens e artigos de diversos jornais locais e internacionais do período Chávez, e tem por intuito demonstrar a participação dos meios de comunicação nas tentativas de golpe contra o presidente venezuelano citado. Além disso, demonstra que estes meios de comunicação, agiam em prol da oposição e dos interesses dos EUA.

³⁰⁶ Nunca, en la historia de Venezuela, fue tan manipulada y engañada la opinión pública y, de manera persistente y continuada, violada toda la legislación nacional referente a la libertad de expresión y al derecho a la información, incluidos los acuerdos internacionales sobre la materia suscritos por la República.

“El Universal”, por exemplo, alterou sua principal notícia de capa por um registro de oito páginas sob o título “Nem um passo atrás”. Já o “El Nacional”, em sua edição extra, fazia uma previsão: “A Batalha Decisiva será em Miraflores” (HERRERA, 2017, p. 12).

O compilado também apresentada toda narrativa midiática acerca das greves dos trabalhadores venezuelanos que se iniciaram alguns dias antes do golpe. O direcionamento das notícias era similar em vários jornais, principalmente em seus ataques à administração, enfatizando, por exemplo, que as instalações das indústrias haviam sido abandonadas pelo governo. Traziam títulos como “FEDECÁMARAS Apoia Adiantar a Greve” (DEFENSORIA DEL PUEBLO, 2017, p. 26), como foi o caso de uma reportagem publicada no “El Universal”, em claro posicionamento favorável ao setor privado. O livro finaliza com o epílogo de García, que escreve:

Este é o culminar de uma campanha que durante anos incitou publicamente os militares à rebelião e que desde fevereiro de 2002 celebra os dissidentes uniformizados como heróis que se manifestam em eventos públicos preparados com extensa cobertura de rádio, televisão e imprensa. Na manhã do dia 11 de abril, o presidente do sindicato patronal e o presidente do sindicato, seguindo as orientações do Daily Journal e do El Nacional, **desviaram a grande multidão de classe média** que se dirigia do Parque del Este a Chuao, para novo destino no centro da cidade, em frente ao palácio Miraflores. A mudança de rumo foi prenunciada nas manchetes televisivas dos dias anteriores, [...], cujas imagens mostram o centro da cidade como meta. Para facilitar o desvio, alguém circula o boato de que Chávez caiu (GARCÍA, 2017, p. 143. Tradução livre³⁰⁷).

Foram, portanto, os meios de comunicação golpistas, subservientes ao imperialismo estadunidense e participantes ativos das manifestações contra Chávez, que serviram como única fonte para que o Centro de Inteligência do Comando Sul dos EUA elaborasse sua análise sobre o envolvimento de Chávez, e de seus apoiadores, com as FARC e o ELN. Ainda, conforme Golinger, o documento chegou ao conhecimento dos membros do Congresso estadunidense, que declararam, tão logo, possuírem provas do conluio de Chávez com as organizações em questão, porém, estas provas jamais foram apresentadas por qualquer dos congressistas (GOLINGER, 2009, p. 70-71). Ressalta-se que a utilização da mídia é uma tática absoluta da guerra

³⁰⁷ Culmina así una campaña que durante años incita públicamente a los militares a la rebelión y que desde febrero del 2002 celebra como héroes a los uniformados disidentes que se manifiestan en actos públicos preparados con gran cobertura de radio, televisión y prensa. La mañana del 11 de abril el presidente del gremio de patronos y el de los sindicaleros, de acuerdo con las pautas del Daily Journal y El Nacional, desvían la nutrida multitud de clase media que se dirige desde el Parque del Este hacia Chuao, a un nuevo destino en el centro de la ciudad, contra el palacio de Miraflores. El cambio de rumbo ha sido prefigurado en las televisivas de los días anteriores, [...], cuyas imágenes presentan como meta el centro de la ciudad. Para facilitar el desvío, alguien hace circular el rumor de que Chávez ha caído.

híbrida, ou seja, quando manipulações de informação fazem parte da ingerência externa contra outro país, é certo que os grandes nomes dos meios de comunicação estarão agindo em conluio com o imperialismo.

Outros documentos obtidos pela autora, constroem a narrativa imperialista dos EUA no período Chávez. Por exemplo, no dia 5 de março de 2002, afirma Golinger, foi confeccionado um Informe de Inteligência para Executivos Superiores, pelos agentes da CIA, que chegou ao conhecimento de cerca de duzentos representantes de diversos órgãos relacionados à Defesa estadunidense. Este Informe descrevia o crescimento da oposição à Chávez, ao passo que afirmava que um golpe dificilmente teria êxito, visto que o exército se encontrava dividido. A oposição também carecia de unidade e sequer possuíam uma estratégia concisa. Neste ponto, surge uma informação importante. Golinger afirma que, justamente por conhecer as debilidades da oposição, é que os EUA injetariam milhões de dólares para fortalecer seu aparato contra a Venezuela, que envolvia ONGs, políticos, e até mesmo a Confederação dos Trabalhadores Venezuelanos (GOLINGER, 2005, p. 71). Segundo Salgado, essa “[...] rede de instituições [servia] para colocar em prática uma estratégia de penetração na ‘sociedade civil’ venezuelana e, dessa forma, fortalecer a oposição” (SALGADO, 2017, p. 61).

Essa manobra de financiamento, que se justificava na falaciosa defesa da democracia, era uma das atribuições da *National Endowment for Democracy* (NED) – algo como Doação Nacional para a Democracia –, uma “[...] instituição criada em 1983 com o intuito de defender os interesses dos EUA no exterior e defender a democracia”, de acordo com Salgado (2017, p. 61). Essa é a mesma instituição que foi descrita em nota de rodapé do capítulo 2, sobre a guerra híbrida, quando se falava a respeito das desestabilizações nos regimes eurasiáticos. A citação era a seguinte:

Os comentários de Bush foram calculados para atizar a chama de novas desestabilizações do regime em toda a Eurásia, onde o **National Endowment for Democracy** (NED) e suas ONGs relacionadas estavam agora coordenando acusações de violações de “direitos humanos” em toda a região (ENGDAHL, 2009, p. 54. Sem grifo no original).

Percebe-se que é a mesma instituição, agindo durante o mesmo período (governo Bush), em várias regiões do globo. Isso reforça não só a teoria da guerra híbrida como um método, mas também indica que o padrão incluía a utilização das mesmas ferramentas organizacionais. Perde-se de vista a quantidade de eventos que se comunicam, e que comprovam a intervenção dos EUA em nível mundial por meio

de uma elaborada estratégia geopolítica. A referida instituição, como indica sua própria denominação, tem suas ações voltadas à ajuda humanitária, e continua em atividade, mas não é a única instituição estadunidense operando na Venezuela. Uma reportagem de Fania Rodrigues³⁰⁸, de 2020, intitulada “A ajuda humanitária à Venezuela tornou-se um negócio milionário”, destrincha o funcionamento destes grupos, trazendo várias informações importantes sobre o tema.

O primeiro ponto a ser levado em consideração, é o fato de que, segundo a autora, a NED é uma organização criada e financiada pelo congresso dos EUA, que, apesar de ser considerada uma ONG, opera como uma agência do governo. Junto a NED, outras agências e organizações possuem a mesma finalidade, com é o caso da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), que, de acordo com Rodrigues, é acusada de servir como ferramenta de financiamento de políticas contra o governo da Venezuela. Nos casos mais recentes, especialmente aqueles envolvendo Juan Guaidó, a USAID negou qualquer pagamento ao autodeclarado presidente, porém, assumiu o pagamento de despesas tanto do golpista, quanto da própria Assembleia Nacional da Venezuela, no que chamam de “fundos de assistência”. Segundo a reportagem, entre 2017 e 2019, foram enviados à Venezuela cerca de \$656 milhões de dólares por meio destes fundos. Além disso, existem várias investigações em andamento para averiguar o repasse do dinheiro destinado à ajuda humanitária. Por exemplo, as ONGs “Espaço Público” e “Fundação Futuro Presente”, são investigadas por desviar estes fundos e aplicá-los em sítios de notícias da oposição e atividades partidárias, respectivamente (RODRIGUES, 2020).

Conforme explicado anteriormente, os documentos mais importantes do livro de Golinger, não puderam ser encontrados. Neste rol, encontra-se aquele preparado pelo Centro de Inteligência do Comando Sul dos EUA (SOUTHCOM), que, conforme explicitado, utilizou como fontes de suas alegações, apenas os jornais vinculados à oposição, sem apresentar nenhuma prova contundente do envolvimento de Chávez com as organizações compreendidas pelos EUA como “terroristas”. Para que fosse possível manter a credibilidade das análises aqui efetuadas, resolveu-se por pesquisar algum outro documento oficial do Comando Sul, que demonstrasse ao menos seu posicionamento perante o regime venezuelano. Desta pesquisa, encontrou-se um documento oficial, não classificado, no sítio do Comando Sul,

³⁰⁸ Importante ressaltar, que todos os dados informados pela jornalista foram obtidos a partir de documentos oficiais das organizações, principalmente os confeccionados pela USAID.

nomeado “Declaração de Postura do Comandante Almirante Kurt W. TIDD”³⁰⁹, com data assinalada de 15 de fevereiro de 2018, cujo teor reflete muito do que foi aqui exposto. Este documento surge para esclarecer diversas temáticas estratégicas, servindo, desse modo, como alicerce finalístico deste tópico.

Nesta declaração, é feito um prognóstico estritamente voltado aos países historicamente considerados inimigos pelos EUA: China, Rússia, Coreia do Norte, Irã, Cuba e Venezuela. Além disso, são citados países que sempre figuraram como ponto de interesse estratégico, como El Salvador, Panamá, Colômbia, Brasil, dentre outros. As informações são variadas, e serão agora descritas e comentadas.

Inicialmente, afirma-se o trabalho incessante do grupo (SOUTHCOM), voltado a proteger suas “abordagens ao sul e construir uma rede de segurança regional”, da qual dependem para manter a segurança e defender seriamente sua pátria. Essa rede é considerada pelo Comando Sul dos EUA, a camada mais significativa da defesa avançada (EUA, 2018, p. 2. Tradução livre³¹⁰). Levando em conta tudo o que foi discutido acerca da política externa dos EUA até o momento, bem como o que será visto logo mais sobre este documento, a rede a que se referem, evidentemente é exclusiva, ao contrário do indicado no próprio documento, que cita “parcerias inclusivas”. Fosse inclusiva, integrariam Cuba e Venezuela, por exemplo, como aliados diplomáticos, e não como alvos de embargos econômicos. Pode-se inferir seja uma rede comandada pelo imperialismo estadunidense, e composta por países periféricos capitalistas subservientes aos seus interesses.

Em seguida, é apresentado como problema a falta de recursos que impedem a manutenção desta rede. Na verdade, a distribuição de recursos não estaria em equilíbrio com as responsabilidades de segurança global, levando a “uma série de escolhas difíceis” que acabam por gerar resultados indesejáveis. Dentre estes resultados – elencados no documento –, está a percepção por parte de “amigos [e] concorrentes” de que os EUA não mais estão cumprindo seus compromissos. Uma série de outras preocupações é inserida nas linhas que seguem, direcionando à conclusão de que “[...] Se não forem controlados [os desafios], no entanto, seus impactos aumentam com o tempo, encorajando concorrentes em outros ramos,

³⁰⁹ Posture Statement of Admiral Kurt W. TIDD Commander.

³¹⁰ Every day, our men and women work to secure our southern approaches and build a regional security network of principled, inclusive partnerships. [...] we depend upon this network to help maintain our own security and defend our homeland in depth. It is the most important layer of our forward defense.

drenando as capacidades necessárias em outras missões de alta prioridade e sobrecarregando nossa força econômica” (EUA, 2018, p. 2. Tradução livre³¹¹). É um claro alerta da masmorra geopolítica que se apresenta aos EUA, que se veem obrigados a remanejar suas estratégias.

Em determinado momento, discutiu-se como a “guerra ao terror” desviou o foco de Washington do hemisfério sul das Américas, para o Oriente Médio, criando um lapso temporal promissor para políticas sociais mais ou menos contraditórias aos ideais imperialistas. A declaração do Comando Sul ora examinada, parece relembrar do equívoco cometido pela administração de Bush filho, ao determinar que é preciso que se evite uma crise hemisférica para que não ocorram distrações na “[...] capacidade de enfrentar desafios globais de prioridade ainda maior em outros lugares”. E o alerta continua: “Não devemos fazer suposições de que o futuro será tão generoso com nossos interesses nesta região quanto o passado [...]” (EUA, 2018, p. 2-3. Tradução livre³¹²). Neste ponto, fica evidenciada a consciência dos organismos estadunidenses de que a hegemonia se esvaiu e a multipolaridade representa óbice às estratégias convencionais. No caso da Venezuela, essa barreira começou a ser construída com Chávez e permanece até hoje: a barreira da resistência anti-imperialista.

O documento é basicamente um compilado de tudo que foi disposto até aqui sobre os princípios históricos que formaram o pensamento da elite política estadunidense. As facetas mais obscuras da herança do colonialismo se mostram em níveis elevados, em passagens xenofóbicas que não se imaginam serem passíveis de vir a público em um documento não classificado deste porte. É dito, em determinado momento, antes de serem feitas as deliberações específicas sobre a Venezuela, que

A ameaça global de extremismo violento ganhou uma pequena posição dentro da crescente população muçulmana da América Latina. Grupos como o Estado Islâmico e outros provavelmente continuarão recrutando combatentes ou inspirando outros a realizar ataques em seus países de origem. A insegurança e as dificuldades econômicas continuam a impulsionar a migração (EUA, 2018, p. 3. Tradução livre³¹³)

³¹¹ Left unchecked, however, their impacts compound over time, emboldening competitors in other theaters, draining capabilities needed in other high priority missions, and taxing our economic strength.

³¹² [...] we must address evolving security challenges to help hold the line in this hemisphere, and ensure a crisis within it doesn't distract from our ability to address even higher priority global challenges elsewhere. We should not make assumptions that the future will be as generous to our interests in this region as the past [...].

³¹³ The global threat of violent extremism has gained a small foothold within Latin America's growing Muslim populations. Groups such as the Islamic State and others will likely continue recruiting fighters or inspiring others to carry out attacks in their home countries. Insecurity and economic hardship continue to drive migration.

A narrativa imperialista estadunidense precisa fazer crer que os problemas globais conservam suas nascentes em locais específicos, que se unem em uma grande empreitada para derrubar os EUA. Esses problemas, chamados “redes de ameaças” pelo Centro de Inteligência do Comando Sul dos EUA, são especificados no documento, e vão desde o tráfico de drogas e armas, até a lavagem de dinheiro, e “[...] usam caminhos comuns e conduzem operações que abrangem a região e **chegam profundamente em nossa terra natal**” (EUA, 2018, p. 4. Sem grifo no original. Tradução livre³¹⁴). Como dito, as ameaças jamais têm como ponto de partida os EUA; elas são sempre “chegam” de fora. A condução dessa perspectiva estreita-se nas páginas seguintes, quando são estabelecidas e sentenciadas as ameaças continentais, quais sejam, as previamente anunciadas periferias latino-americanas, Cuba e Venezuela. As distorções são tamanhas, e o conteúdo tão impressionante e recente, que bastarão para encerrar as análises documentais.

As disposições estão inseridas dentro de um subtítulo denominado “Desafios e Oportunidades”³¹⁵, onde são grifados em negrito o nome dos países em destaque para a análise. Nesse contexto, ao evidenciar o nome de Cuba, iniciam-se os julgamentos com uma afirmação bastante inverossímil, levando em conta o histórico da relação entre EUA e Cuba. Afirma-se o seguinte: “Do ponto de vista da segurança nacional, Cuba demonstrou clara intenção de atingir os interesses dos EUA por meio de atividades de coleta, vigilância e contraespionagem em países da região” (EUA, 2018, p. 7. Tradução livre³¹⁶). O curioso desta sentença, é a utilização do termo “contraespionagem”, pois ela só existe frente a um ato prévio de espionagem, ou seja, é quase uma afronta aos EUA, que um país antipático aos seus interesses resguarde sua soberania, mesmo porque, no caso de Cuba, se essa afirmativa for válida, a contraespionagem provavelmente seria utilizada para se defender de ataques imperialistas. Após, é alegado que, embora esteja sendo prevista – naqueles tempos – uma transição política em Cuba, dificilmente este país encerraria a cooperação com Rússia, China “[...] e até mesmo Coréia do Norte”. E Cuba faria isto por quê? Simplesmente porque assim desejam os EUA?

³¹⁴ Threat networks—including drug traffickers, arms dealers, human smugglers, terrorist supporters and sympathizers, and money launderers—use common pathways and conduct operations that span the region and reach deep into our homeland.

³¹⁵ Challenges and Opportunities.

³¹⁶ From a national security standpoint, Cuba has demonstrated clear intent to target U.S. interests through collection, surveillance, and counterintelligence activities in countries throughout the region.

O texto, então, garante que Cuba influencia negativamente a Venezuela de Maduro, advertindo que

A influência negativa de Cuba na Venezuela — principalmente por meio de seu serviço de inteligência e das Forças Armadas, **que desempenham papéis importantes de consultoria na definição da política interna venezuelana** — é evidente nas táticas cada vez mais **autoritárias do regime de Maduro e nos abusos dos direitos humanos**. Essa relação é simbiótica, já que **Cuba recebe petróleo e apoio financeiro em troca de manter o regime de Maduro à tona** (EUA, p. 7-8. Sem grifo no original. Tradução livre³¹⁷).

Neste caso, não é possível se falar em inversão de lógicas, mas sim em criação de uma narrativa que pretende ser hegemônica e criar consensos. A política interna venezuelana, jamais foi definida por Cuba. Além disso, como poderia Cuba ser responsável por manter Maduro no poder, quando sofre em encontrar fuga de respiro para manter saudável sua sociedade frente aos embargos promovidos pelos EUA? Tamanha é a confusão, que as contradições são evidentes. Não é factível que a Cuba desenhada pela passagem acima, capaz de manter o regime de outro país, tenha tanta dificuldade para subsistir com bloqueios econômicos. Não é factível, porque é um sofisma.

O parágrafo imediatamente subsequente descreve exclusivamente alguns dados catastróficos em relação a Venezuela, que, embora façam sentido, carecem de qualquer análise crítica. Apontam a precariedade do sistema de saúde, mas esquecem que os EUA possuem um sofrível sistema público, fato este evidenciado pela pandemia de covid-19. Informam a crise alimentar e econômica da Venezuela, deixando de lado que os EUA têm a maior dívida externa do mundo³¹⁸. Ainda, dizem que os venezuelanos migram aos milhares, “fugindo”, por exemplo, para a Colômbia, mas, e aqui adianta-se um dado do próximo tópico, omitem que a Colômbia está à frente da Venezuela em número de migrantes (7 milhões), segundo dados do Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR) e Organización Mundial para las Migraciones (OIM). Uma tendenciosa e precária análise, criada exclusivamente para gerar tensões desnecessárias.

Por fim, outra vez mais, o Comando Sul dos EUA faz alegações sobre

³¹⁷ Cuba’s negative influence in Venezuela—notably through its intelligence service and Armed Forces, which play key advisory roles shaping Venezuelan domestic policy—is evident in the Maduro regime’s increasingly authoritarian tactics and human rights abuses. This relationship is symbiotic, as Cuba receives oil and financial support in exchange for keeping the Maduro regime afloat.

³¹⁸ Cf. em: <https://www.investificar.com.br/divida-dos-eua-cresce-de-forma-historica-durante-a-pandemia/>.

envolvimento da Venezuela com grupos terroristas, igualmente sem apresentar provas. Relatam que

A Venezuela há muito fornece um ambiente permissivo para grupos narcoterroristas e apoiadores do Hezbollah libanês, e **é um país de trânsito para o contrabando de drogas ilícitas** [...]. O ataque contínuo às instituições democráticas oferece mais espaço para que **atores ilícitos** operem com impunidade e para que Rússia, China e Cuba expandam sua influência sobre o regime corrupto de Maduro (EUA, 2018, p. 8. Sem grifo no original. Tradução livre³¹⁹).

Do que foi exposto, pode-se afirmar que existe uma óbvia orientação produzida pelas instituições, organizações e agências estadunidenses, voltadas para toda uma comunidade capitalista internacional, que está inserida no ambiente imperialista. A narrativa imperialista, é, novamente, uma retórica sofística que determina que os EUA não são trânsito para o contrabando de drogas ilícitas, embora sejam; que os EUA respeitam a democracia, apesar de apoiarem regimes autoritários de direita, e assim por diante. O estrangeiro que se recusa a seguir as imposições do imperialismo, é o impostor que carrega a praga e deve ser combatido, e os EUA estão situados em um invólucro místico, cuja maldade só penetra de fora para dentro, jamais no sentido contrário. É a cocaína colombiana, o terrorismo muçulmano, o socialismo cubano, o comunismo chinês, a “ditadura” venezuelana mantida por Cuba; enfim, a migração pestilenta que invade a pátria imaculada.

3.3 A VENEZUELA ENTRE RESISTÊNCIA E DESTRUIÇÃO: A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Este último tópico procura demonstrar os resultados do embate entre a resistência venezuelana e o imperialismo estadunidense, que resguarda apoio do centro de poder capitalista mundial. Conforme evidenciado em tópicos anteriores, a sociedade periférica venezuelana percorreu sua história sempre dependendo das vontades impositivas dos próceres no poder, que, até quase o término do século XX, foram todos sabujos, uns mais e outros menos, do imperialismo. Essa adulação da elite mandatária venezuelana – característica que não lhes era exclusiva em termos

³¹⁹ Venezuela has long provided a permissive environment for narco-terrorist groups and Lebanese Hezbollah supporters, and is a transit country for the smuggling of illicit drugs and SIAs. The continued assault on democratic institutions provides increased space for illicit actors to operate with impunity, and for Russia, China, and Cuba to expand their influence over the corrupt Maduro regime.

internacionais –, infundiu-se de forma a resultar no lúgubre modo de fazer política dos neocolonialistas. Assim, foi-se determinando os ganhos para poucos, e as perdas para muitos.

Com fundamentos no que foi exposto até o momento, sabe-se que o modelo econômico *puntofijista*, embora tenha se mantido sob o domínio estadunidense, foi berço das políticas de nacionalização e da reaproximação com países não capitalistas, como Cuba e União Soviética, com Caldera e seu sucessor, Pérez, nos anos 1970. Ao contrário do que muitos imaginam, foi neste período (anos 1970) que teve início o declínio socioeconômico na Venezuela, ocorrendo já naqueles tempos, por exemplo, a desvalorização da moeda nacional, conforme aponta Aular. Nos primeiros anos da década de 1980, o que se viu, em conjunto, foi o aumento do preço do barril de petróleo de um lado, e o aumento da dívida externa de outro. Em decorrência deste cenário, somado à pressão pelo pagamento das dívidas, a moeda local sofreu ainda maior desvalorização, o que seguiria nos governos seguintes. O final da década de 1980 significou um giro ao neoliberalismo, ante as pressões imperialistas, dando início, em contrapartida, ao crescimento dos movimentos revolucionários que encontrariam em Chávez seu representante maior (AULAR, 2014, p. 50-60).

Desde a primeira metade do século XX, segundo se expôs em momentos anteriores, o sustentáculo econômico da Venezuela foi o petróleo, cujo preço em dólares atrelado ao barril, variava, fazendo oscilar também toda a estrutura social venezuelana. Mas, os riscos eram minimizados enquanto fossem mantidas as relações amistosas com imperialismo estadunidense, que, conforme comprovaram os documentos analisados no tópico anterior, sempre encontravam maneiras sutis de elogiar o país latino nos tempos áureos do entreguismo governamental ao setor privado, ainda que já pusessem vistas ao futuro político da Venezuela. Assim, a flutuação dos preços pode até ser considerada como fundamento básico para que se possa compreender a situação crítica da Venezuela nos tempos contemporâneos, porém, é um dado que, por si só, não socorre uma análise crítica determinada a compreender uma conjuntura muito mais ampla. É preciso tomar consciência de que as mutações mais drásticas no cenário socioeconômico venezuelano, somente têm início quando igualmente se iniciam as mudanças políticas e ideológicas, como se observou, contrárias aos ordenamentos imperialistas. Tais mudanças foram sendo acompanhadas por pressões externas estadunidenses, alcançando níveis

preocupantes já na década de 1980, mas, drásticos mesmo, somente com Chávez, e mais ainda com Maduro.

Neste contexto, será necessário, primeiramente, apresentar alguns números que refletem o declínio vertiginoso dos indicadores socioeconômicos da Venezuela, desde a morte de Chávez. Importante salientar, que os indicadores são apresentados por Straka (2019), e foram todos obtidos pelo autor em bancos de dados oficiais, fornecidos pelas seguintes instituições: Asociación Empresarial Fedecámaras, Centro de Documentación e Análisis Social (CENDAS), Encuesta Nacional de Condiciones de Vida (Encovi), La Sociedad Venezolana de Salud Pública, Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR) e Organización Mundial para las Migraciones (OIM). Para evitar desnecessárias repetições, faz-se saber que os dados seguirão a ordem das instituições acima, que terão apenas sua abreviatura indicada ao lado.

Economicamente, a Venezuela passou a se destacar, nas últimas décadas, como a pior em desempenho mundial, com seu PIB contraindo cerca de 50%, dos quais 30% somente durante a depressão dos EUA a partir de 2008. Tomando a data de publicação do artigo de Straka (2019) como referência, em 20 anos, a desindustrialização ficou evidenciada com o fechamento de 60% das empresas (Fedecámaras), e o salário mínimo gira (2019), em torno de 6 dólares ao mês (CENDAS). Ainda, 90% das pessoas, em dado de 2018, poderiam ser consideradas pobres (Encovi) e, no mesmo período, cerca de 1 milhão de pessoas contraíram malária (Sociedade de Salud Pública). São 3 milhões de migrantes (ACNUR e OIM), o que representa a maior crise migratória da história do país, ficando atrás apenas da Síria (6 milhões) e da Colômbia (quase 7 milhões de deslocados internos acumulados), embora deslocados internos não sejam considerados refugiados³²⁰. Esses dados todos puseram fim à chamada “Missão Cristo”, como era chamado o plano de Chávez, que intencionava reduzir a zero a pobreza no país até 2021. Ademais, vale ressaltar que entre 1998 e 2017, a produção diária de petróleo reduziu pela metade, que também pode ser verificada em todos os setores produtivos, do arroz à cana de açúcar. Por fim, a inflação chegou à porcentagem de um milhão, em 2018 (STRAKA, 2019, p. 5-12).

³²⁰ Segundo relatório da ACNUR de 2019, a Colômbia representa o maior número de deslocados internos, acumulados desde 1985 (ACNUR, 2019, p. 30). Deslocados internos, fogem “de suas casas por razões similares às dos refugiados [mas] não cruzam fronteiras internacionais” (MÉDICOS SEM FRONTEIRAS).

Claro, um cenário tão desastroso como este descrito acima, é composto por fatores internos e externos. Os fatores internos são explicados, muitas vezes, pela afixação pelo poder por parte de grandes líderes, o que acaba gerando um desgaste quase que inevitável. Internamente, pode-se chegar em análises que definam uma administração em níveis de qualidade, isto é, as mudanças bruscas na condução econômica, caso não sejam acompanhadas por um projeto ou administração muito bem planejadas, podem corroer lentamente o bom funcionamento financeiro. Na perspectiva externa, o nível de complexidade é muito maior, pois envolve questões geopolíticas promovidas por atores internacionais, que não se contentam com regimes contrários aos interesses imperialistas. O caso da Venezuela é especialmente grave, pois é um Estado cuja economia historicamente depende de um produto dolarizado, portanto, depende também de fatores econômicos externos, por isso, a crise de 2008 dos EUA, somado ao aumento da oferta do petróleo a partir de 2011, que acabou reduzindo o preço do barril de U\$130,00 em 2008 para U\$30 em 2016, está intrinsicamente relacionado ao declínio econômico venezuelano (PENNAFORTE; OLIVEIRA, 2019, p. 47).

Ocorre que os fatores externos não se reduzem à regulação cambial do petróleo, ao menos não para os Estados periféricos; e nem os fatores internos. Na verdade, nesse contexto, existe uma relação, que já foi apontada diversas vezes neste trabalho: a interferência imperialista (EUA, em sua maioria) nas sociedades periféricas. Diz-se agora sociedade, e não Estado, pois grande parte dos cooptados pelo imperialismo nas guerras híbridas, são pessoas que, embora às vezes façam parte do quadro político, não fazem parte da cúpula do executivo. Além disso, esses agentes políticos serão os responsáveis pela criação do consentimento direcionado ao convencimento quantos civis forem possíveis, ou seja, em determinado momento, será a própria sociedade que estará agindo – na maioria das vezes com total ignorância disso, em um movimento autofágico que derrubará, não só o regime ou o governo vigente, mas toda estrutura social. De fato, é uma trilha de dominós: só não cairão aqueles que empurraram a peça inicial.

Existe, porém, um problema persistente na enunciação das mensagens contra a Venezuela. Na qualidade de sociedade resistente, quando não calada, sua voz ressoa deturpada, pois foi mesmo maculada no tempo pelo imperialismo, resguardando a ela o espaço humanitário da vilania, no qual sua expressão de dor é sempre inserida num ambiente de culpabilidade prévia. Significa dizer, que, quando

os sentimentos humanos da sociedade venezuelana são manifestados, assim como acontece comumente em toda periferia anti-imperialista, a responsabilidade lhes é atribuída como se fosse uma escolha manufaturada internamente. Prado, ao analisar criticamente os textos de José Bernardo Monteagudo³²¹ na perspectiva da exclusão dos indígenas pelos projetos independentistas da América Latina, dispõe sobre a contradição de um panfleto produzido por ele em 1809, afirmando que “Se, de um lado, põe em cena a figura do habitante nativo da América, apresentando-o como parte do processo de independência, por outro, rouba-lhe a voz e passa a falar por ele” (PRADO, 2003, p. 28).

Essa oração, se transportada para a contemporaneidade, denuncia o que ainda ocorre não só com a Venezuela, mas em toda a periferia global. Ao denunciar os embargos que afligem o país, os venezuelanos imediatamente são calados e obrigados a ouvir de seus julgadores, que só há uma solução: a mudança de regime. Porém, o grosso da sociedade deste país experimentou todos os regimes, e viveu, em sua totalidade, nas mesmas condições precárias de sempre. A diferença, pode-se questionar, é que em todos os outros regimes de direita, a condição desumana era reflexo do próprio regime capitalista (ditatorial, *puntofijista* e neoliberal), e não dos bloqueios econômicos que inundaram a Venezuela quando iniciaram as políticas à esquerda. É possível afirmar, que, excluindo-se os privilegiados que historicamente mantiveram apoio aos EUA, a sociedade venezuelana sempre viveu a resistência e a destruição, porém, esta hecatombe só é exposta quando seu noticiamento serve aos interesses imperialistas.

À semelhança de Cuba, não existe nenhum indício de que o comando capitalista deseja, por vias diplomáticas, fornecer uma ajuda legítima, e isso pode ser demonstrado com fatos recentes. Os suspeitos protestos em Cuba, iniciados, como já referido, em 11 de julho de 2021, fizeram com que vários líderes e personalidades mundiais apelassem ao presidente estadunidense Joe Biden, para que ele findasse com as “223” medidas impostas contra o país latino americano³²² (BRASIL DE FATO, 2021). Devido ao caos criado por Trump ante seu explícito posicionamento fascista, era de se esperar uma resposta sensata de seu sucessor. Antes ao apelo, o que fez

³²¹ Monteagudo, conforme Prado (2003, p. 17), é “Figura menor no panteão dos heróis da independência”.

³²² Cf. em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/23/carta-no-nyt-lula-jane-fonda-e-mais-440-figuras-pedem-a-biden-fim-do-embargo-a-cuba>

Biden? Tratando-se dos EUA, a resposta não poderia ser outra³²³:

Condeno as detenções em massa e os julgamentos simulados que são os esforços do regime cubano para ameaçar o povo cubano ao silêncio. **Meu governo está ao lado do povo cubano e está impondo novas sanções contra os responsáveis por esta repressão no regime cubano** (BIDEN, 2021. Sem grifo no original. Tradução livre³²⁴)

Conforme relatado por Mars e Monge (2021), Biden deixou outro recado, informando em 22 de julho que estas sanções são apenas o começo.

A opção dos EUA por aumentar os embargos contra Cuba, junto à ameaça de Biden, dão a prévia de como será a política externa estadunidense em relação também a Venezuela, tida, conforme ficou claro no documento do Comando Sul dos EUA exposto no tópico 3.2, como submissa ao governo cubano. Pode-se perceber o teor propagandista proveniente do discurso falacioso do mandatário estadunidense que, de tão contraditório, é um disparate que ainda exista alguém que acredite. O silenciamento é promovido, em primeiro lugar, pelos EUA, que obstruem a liberdade e a soberania das sociedades periféricas, ao escolherem por elas quais os rumos “corretos” que seu governo deve seguir. Além disso, as repressões que os EUA acusam estarem ocorrendo em Cuba e na Venezuela, ainda que fossem exatamente da forma como são noticiadas pelo imperialismo, teriam que penar muito para alcançar os níveis de repressão e opressão causados pelos próprios embargos e sanções imperialistas em geral.

Nicolás Maduro utiliza uma expressão bastante realista sobre os embargos contra seu país: “bloqueio criminal”, comenta ele em sua rede social³²⁵. Esta expressão é acertada, pois estes bloqueios apenas fazem aprofundar a crise humanitária, representando desta forma, um expressivo ataque aos direitos humanos. Conforme manifestado anteriormente, a sociedade venezuelana vem resistindo aos ataques imperialistas e convivendo com a destruição de seus direitos desde o início de sua história. Os EUA mantiveram-se, desde a época da luta independentista, firmes em burlar direitos e os acordos entre Estados, assinalando na história sua índole traidora e golpista. Essa questão pode ser confirmada em cartas do próprio Bolívar, que em um primeiro momento, acreditou que teria apoio dos EUA em sua luta contra

³²³ Cf. em: <https://twitter.com/POTUS/status/1418272522219532295>.

³²⁴ I condemn the mass detentions and sham trials that are the Cuban regime's efforts to threaten the Cuban people into silence. My Administration stands with the Cuban people, and is imposing new sanctions targeting those in the Cuban regime responsible for this crackdown.

³²⁵ Cf. em <https://twitter.com/NicolasMaduro/status/1420586084455620612>.

os espanhóis peninsulares.

Em comemoração ao bicentenário da Batalha de Carabobo ocorrida 24 de junho de 1821, foram lançadas algumas obras que, reunidas, formam a “Coleção Bicentenário Carabobo”. Uma destas obras chama-se “Pueblos libres vencen a imperios poderosos: El Libertador ante la hostilidad de Estados Unidos”, em referência a uma declaração de Simón Bolívar, em 12 de outubro de 1818, que dizia: “Felizmente, um punhado de homens livres costuma ser visto derrotando impérios poderosos” (BOLÍVAR, 1818a. Tradução livre³²⁶). Como não é intuito deste último tópico analisar as cartas e declarações de Bolívar, serão utilizadas apenas algumas passagens específicas, para demonstrar como, desde muito tempo, os EUA são capazes de violar direitos em vista de seus próprios interesses. Ademais, a obra também demonstra que, como Nação soberana, a Venezuela segue atenta às artimanhas imperialistas planejadas para interferir em seu território. Maduro, aliás, é bastante explícito em seu pensamento a respeito dos EUA, afirmando, ao descrever a referida obra: “Compartilho o livro ‘Povos livres derrotam impérios poderosos’, com as cartas que expressam a dignidade e a coragem do Libertador Simón Bolívar, **diante da ingerência do governo dos Estados Unidos. Nossa linha é antiImperialista!**” (MADURO, 2021. Sem grifo no original. Tradução livre³²⁷).

A história de como os EUA tentaram ajudar os espanhóis contra os independentistas, burlando acordos e indo contra suas declarações oficiais, é longa, mas pode ser compreendida com base em algumas cartas datadas de 1818, enviadas por Bolívar a diversos receptores à época. O contexto é o seguinte: A Venezuela bloqueou algumas regiões que ainda estavam ocupadas por espanhóis, no intuito de pressioná-los a retornar à metrópole. Nesse ínterim, os oficiais sob comando de Bolívar perceberam duas embarcações (escunas mercantes) estadunidenses, denominadas “Tigre e Liberdade”, aproximando-se dos locais bloqueados e, com base em diversas premissas, comprovadas posteriormente, descobriram que estas embarcações tentavam entregar armamentos aos espanhóis cercados. As ordens para este tipo de incidente eram pela apreensão das embarcações. Os EUA entenderam o ato como uma afronta, tentando utilizar escusas inaceitáveis para que

³²⁶ Por fortuna se ha visto con frecuencia un puñado de hombres libres vencer a imperios poderosos.

³²⁷ Comparto el libro "Pueblos libres vencen a imperios poderosos", con las cartas que expresan la dignidad y la valentía del Libertador Simón Bolívar, frente a la injerencia del gobierno de EE.UU. ¡Nuestra estirpe es antiImperialista!

lhes fossem pagas indenizações sobre os danos causados. Defenderam também, a neutralidade estadunidense perante a situação do bloqueio, o que impediria as apreensões.

Bolívar demonstra, em carta encaminhada em 18 de julho de 1818, para Luis López Méndez, um negociante da Venezuela em Londres, que já suspeitava que os EUA agiram às espreitas em outras ocasiões, e que as justificativas eram infundadas e inaceitáveis. Diz ele:

Uma forte divisão dos Estados Unidos sob as ordens dos famosos generais Jackson e Gaines entrou na Flórida sob o pretexto de conter e punir os índios Seminoles. Houve vários confrontos em que a vitória sempre foi declarada pelas armas norte-americanas, e o resultado final é estarem alguns portos espanhóis ocupados por elas. Apesar de o presidente Monroe em sua mensagem ao Congresso, dando conta desses movimentos militares, querer cobri-los com o pretexto especioso de reprimir os índios e proteger suas fronteiras, ninguém pode conceber que isso seja motivo suficiente para cruzar seus limites com um exército, para lutar com os povos que dependem da Espanha, e para tomar posições que esta nação ocupava. **O objetivo da República do Norte é bem conhecido: a guerra contra a Espanha e a proteção dos independentes são o objetivo direto que se propõe** (BOLÍVAR, 1818b, p. 108-109. Sem grifo no original. Tradução Livre³²⁸).

O objetivo expresso dos EUA, portanto, era de conhecimento não só de Bolívar, como de todos aqueles que lutavam pela independência. Essa primeira carta comprova que Bolívar já estava ciente de que existem sempre duas frentes estratégicas adotadas pelos EUA no que diz respeito às suas declarações: a oficial, que geralmente é omitida, e a falaciosa, que é compartilhada. Assim ocorreu no caso das embarcações, despertando em um Bolívar atento, as suspeitas que o levaram a escrever as próximas correspondências.

Com data de 29 de julho de 1818, ou seja, após o ocorrido na Flórida, relatado na citação acima, Bolívar escreve a John Baptis Irvine, descrito como um agente dos EUA. Seguindo o contexto das embarcações, que agora é esclarecido que pertenciam a três cidadãos estadunidenses chamado “Peabody, Tucker e Coulter”, quando do envio desta carta Bolívar já tinha conhecimento da traição; mesmo assim, foi bastante

³²⁸ Una fuerte división de los Estados Unidos a las órdenes de los célebres generales Jackson y Gaines ha entrado a la Florida bajo el pretexto de contener y escarmentar a los indios seminóles. Varios encuentros ha habido en que la victoria se ha declarado siempre por las armas norte americanas, y el resultado final es estar ocupados por ellas algunos puertos españoles. Sin embargo de que el presidente Monroe en su mensaje al Congreso, dando cuenta de estos movimientos militares, quiere cubrirlos con el especioso pretexto de reprimir a los indios y asegurar sus fronteras, nadie puede concebir que sea esta una razón bastante para traspasar sus límites con un ejército, para combatir con pueblos que dependen de la España, y para apoderarse de puestos que esta nación ocupaba. El objeto de la República del Norte está bien conocido: la guerra a la España y la protección a los independientes son el fin directo que se propone.

cordial em suas palavras, afirmando que pagaria pela indenização solicitada pelos danos às embarcações, caso Irvine não estivesse convencido de que foi uma apreensão justa. Bolívar, infere-se, aplicou um xeque-mate, pois para que a indenização fosse paga, os EUA deveriam comprovar que não intentavam entregar as armas aos espanhóis, mas isso não seria possível ante o flagrante delito. Em seguida, Bolívar muda o tom, e acusa:

Tenho uma opinião elevada sobre o caráter elevado de V. S. para não se referir de forma alguma ao julgamento de que V.S. na consciência do nosso procedimento com os cidadãos americanos, que esquecendo o que é devido à fraternidade, à amizade e aos princípios liberais que seguimos, **tentaram e executaram** contornar o bloqueio e o cerco das praças Guayana e Angostura, **para dar armas para algozes** e para alimentar tigres, **que por três séculos derramaram a maior parte do sangue americano, o sangue de seus próprios irmãos!** Eu sinto com V.S. É um grande prazer esperar que este seja o primeiro e o último ponto de discussão entre as duas repúblicas americanas; mas sinto uma dor profunda que **o início de nossas transações**, em vez de ser felicitações, seja, ao contrário, reclamações (BOLÍVAR, 1818c, p. 112. Sem grifo no original. Tradução livre³²⁹).

No mesmo ano, em cartas seguintes – muito extensas para serem discutidas, e também por extrapolarem o tema³³⁰ –, Bolívar comprovaria minuciosamente o que afirmara. Salienta-se que os grifos desta última citação, são importantes por demonstrarem que Bolívar estava convicto da traição e sabia do plano completo, além de deixar claro que não aceitaria atentados contra a independência. Por fim, esta carta é prova de que a relação entre Venezuela e EUA nasceu problemática por infração estadunidense, que tentaram, mas fracassaram em comprovar sua neutralidade após fornecerem armas aos colonizadores espanhóis.

As operações estadunidenses, historicamente, não levam em conta as violações aos direitos humanos. Qualquer destas interferências, na perspectiva capitalista, sempre resultará em melhorias para a sociedade do Estado alvo, pois vinculam o desenvolvimento ao capitalismo, não sendo possível, portanto, que uma sociedade se desenvolva em outro sistema. A insensatez, no entanto, não está

³²⁹ Tengo demasiada buena opinión del carácter elevado de V.S. para no referirme en todo al juicio que debe formar V.S. en su conciencia de nuestro procedimiento con los ciudadanos americanos, que olvidando lo que se debe a la fraternidad, a la amistad y a los principios liberales que seguimos, han intentado y ejecutado burlar el bloqueo y el sitio de las plazas de Guayana y Angostura, para dar armas a unos verdugos y para alimentar unos tigres, que por tres siglos han derramado la mayor parte de la sangre americana, ¡la sangre de sus propios hermanos! Yo siento con V.S. un sumo placer esperando que este sea el primero y el último punto de discusión que haya entre ambas repúblicas americanas; pero siento un profundo dolor de que el principio de nuestras transacciones en lugar de ser de congratulaciones, sea, por el contrario, de quejas.

³³⁰ As referidas cartas podem ser lidas na obra “Simón Bolívar. Pueblos Libres Vencen a Imperios Poderosos: El Libertador ante la Hostilidad de Estados Unidos”, com endereço eletrônico de acesso indicado nas referências.

manifesta neste tipo de pensamento, que é estratégico justamente porque seu promotor sabe que a hegemonia se conquista formando consentimentos. Mas, existe uma explicação para esse raciocínio ambíguo, para além do mal axiomático capitalista que é a acumulação, e ela foi descrita no tópico 3.1. Naquela ocasião, analisava-se um documento emitido pela embaixada dos EUA em Caracas, no ano de 2004, chamado “*Human Rights Strategy For Venezuela*”, que tratava sobre o acompanhamento das eleições na Venezuela, ao qual chamaram de “missão” pela promoção da transparência eleitoral. Neste documento, são elencadas algumas agências que participariam da “missão”, que trabalhariam com “grupos da sociedade civil” para alcançar seus objetivos. Pois bem, após a análise, aproveitou-se de um artigo de Salgado, no qual o autor afirma que “[...] tais grupos considerados como a sociedade civil são os grupos de oposição ao governo Chávez” (SALGADO, 2017, p. 68).

Esta afirmação, ainda que produzida no contexto do referido documento, contém as linhas que permitem dar prosseguimento ao trabalho, pois viabiliza resolver a ambiguidade do pensamento que o imperialismo trabalha para instituir. Falava-se, pois, da indiferença dos interventores capitalista (imperialistas) para com os direitos humanos, pois assumem para si a responsabilidade de entrelaçar o desenvolvimento de uma sociedade, ao sistema capitalista neoliberal. Para que isso seja possível, é necessário convencer o maior número de pessoas humanas em cada sociedade alvo, considerando a totalidade de suas classes, pois é preciso reduzir a resistência. Ocorre que, se o convencimento abrange a totalidade da sociedade, o mesmo não se pode dizer acerca do conhecimento e dos resultados, pois estas categorias são direcionadas exclusivamente a um grupo privilegiado, que inclui, entre os civis, a elite política à direita, e a elite empresarial do setor privado, apenas. Disso resulta que, reorganizando a disposição de Salgado, todo o resto da sociedade civil, não só venezuelana, mas qualquer outra que conserve importância e não seja central, é descartável.

É preciso, no entanto, definir o que se entende por “descartável”, pois, dentro do sistema capitalista, mesmo as classes mais baixas possuem um papel determinado, ou seja, não podem simplesmente desaparecer, ou melhor, deixar de funcionar para o sistema. O que se quer dizer com “descartável” é que, para o imperialismo, as graves consequências decorrentes das intervenções, convencionais (guerras) ou não (guerras indiretas), como a miséria, a fome, a desnutrição, o

analfabetismo, o subemprego, e uma infinidade de outros efeitos, por mais absurdas que sejam, não são capazes de extinguir a pedra fundamental do sistema capitalista, que é trabalhador. Claro, não é um cálculo produzido com exatidão, a ideia é oprimir o Estado alvo que não seja capitalista, ou mesmo que o sendo não segue à risca as determinações imperialistas, esperando que seu governo abra mão para dar espaço à implementação de políticas neoliberais. Todas essas baixas, quer dizer, consequências, já são esperadas, e são o resultado esperado das intervenções. Aqueles que não resistem sofrerão menos, pois o mandamento capitalista prega e convence que mais vale ser um escravo bem alimentado, que um ser livre esfomeado.

Então, quando o imperialismo obtém êxito em sua empreitada neocolonialista, inicia-se um segundo processo de convencimento, a ser gerenciado pela sociedade civil local, aquela sociedade exclusiva, que não deve, segundo o *rapper* brasileiro Leandro Roque de Oliveira³³¹, ser chamada elite

[...] porque o significado da palavra elite é o que uma categoria tem de melhor [...]. [Referir-se] às pessoas que têm dinheiro somente, como a elite da categoria humana, parece que a pirâmide da humanidade é definida pelo acúmulo. [...] a palavra correta para isso é burguesia, porque a diferença dessas pessoas para as outras, é o dinheiro, e várias dessas pessoas, a única coisa que têm, é o dinheiro (OLIVEIRA, 2021).

Quando uma parcela mínima da sociedade se torna responsável por governar seu país, servindo aos interesses do novo colonizador, rapidamente a parcela maior, excluída dos acordos, ainda que tenham participado do processo, começará a sentir novos sintomas causados pelos intervencionistas que supostamente melhorariam suas vidas. O convencimento passa então do imperialismo aos atores locais, que atuarão para conquistar apoio, levando a essa sociedade o pensamento, ou melhor, a ideologia capitalista. Este processo é altamente destrutivo, violando com gravidade os direitos humanos, conforme ficou demonstrado no tópico 2.1, quando, em referência à Souza (2020), discutiu-se o *soft power* (poder brando) utilizado pelos EUA em suas práticas de dominação. Conforme foi disposto no referido tópico, essa dominação, nomeada “simbólica”, “[...] domina o oprimido pelo espírito, escravizando sua capacidade de julgamento e, conseqüentemente, de ação” (SOUZA, 2020, p. 50). Para o autor,

[...] o que está em jogo é a mais perfeita imbricação entre dinheiro e dominação política que se tem notícia [e] o dado fundamental [...] vai ser sempre a dominação sob todos os meios do próprio povo [estadunidense],

³³¹ Mais conhecido como Emicida, proferiu o discurso durante uma entrevista com o empresário Luciano Huck, para a GNT, em 7 de junho de 2021. Cf. em: <https://pt-br.facebook.com/EmicidaOficial/videos/198086235537817/>

especialmente das classes trabalhadoras e populares. É esse o modelo que será depois exportado para o mundo sob seu controle. [...] A história da sociedade [estadunidense], [...] é a história da crescente dominação da política nacional e mundial pelo dinheiro e pelo capital industrial e financeiro [estadunidense]. [...] seu verdadeiro inimigo é o povo, especialmente as classes populares, dentro e fora do país (SOUZA, 2020, p. 52).

Nesse contexto, a Venezuela se encontra, conforme discute o Dossiê nº 17 do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social (2019), “no centro da ofensiva” imperialista. O referido documento, do qual se extraem as informações das próximas linhas, trabalha as ameaças imperialistas contemporâneas na América Latina, com a temática voltada às guerras híbridas, analisando especialmente a situação da Venezuela nessa conjuntura. Desse modo, anota-se que existe uma tendência que remonta ao ano de 2002, quando do golpe contra Chávez, em centralizar esforços imperialistas em torno da Venezuela, com base em um “renovado intervencionismo” estadunidense. Esta ameaça contaria com a participação dos EUA e seus aliados, bem como do poder econômico que, juntos, estariam buscando maneiras de intervir sobre a sociedade venezuelana. Ao revisar o segundo capítulo, é perceptível que esse intervencionismo renovado, descrito pelo Dossiê, nada mais é do que a própria guerra híbrida, entendida para além de seu conceito primário (a soma de uma guerra não convencional com as revoluções coloridas), como um método de ingerência imperialista.

A percepção de que o acúmulo de capital passou a fluir com força em outro eixo global, entendido pelo Dossiê 17 como sendo, sobretudo, a Ásia Oriental e outros países chamados “emergentes”, levou ao imperialismo reformular suas táticas. Assim, continua o documento, uma das saídas encontradas “[...] pelo capital e pelo imperialismo estadunidense foi uma nova ofensiva neoliberal, com o objetivo de reforçar o padrão de acumulação predatório e aprofundar a financeirização e a transnacionalização da economia” (TRICONTINENTAL, 2019, p. 5). Em consonância com o conteúdo do Dossiê, está um artigo de Arias, no qual é feita uma análise crítica acerca de duas resoluções aprovadas pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU contra a Venezuela, e sobre o posicionamento de outros Estados latino americanos, principalmente o voto da Argentina sob comando de Fernández. O autor explica que uma dessas resoluções (45/L55) foi promovida por países aliados ao governo Maduro, e a outra (45/L43) por países aderentes às políticas dos EUA e da União Europeia (ARIAS, 2020).

A primeira, que teve aval do governo venezuelano, acata uma colaboração

com base em assistência técnica, sem, no entanto, aceitar fiscalização pelos órgãos internacionais, diferindo, dessa forma, do que foi estabelecido pela Missão Independente de Determinação dos Atos, que, de acordo com Arias (2020), “[...] estabelece o monitoramento do país, [abrindo] a possibilidade para a Assembleia Geral enviar um relatório ao Conselho de Segurança [o que] poderia aumentar a diligência para que o Tribunal Penal Internacional atue”. A noção que se deseja transmitir por todos estes órgãos e instituições internacionais, é a de proteção aos direitos humanos, inserindo o governo venezuelano no rol exclusivo de transgressores dos direitos fundamentais. Assim, entre uma análise e outra, que não deixa escapar críticas ao governo de Maduro, o autor afirma que a ONU não pode ser entendida como organismo militante dos direitos humanos, pois sua motivação não é moral ou em defesa dos

[...] povos oprimidos do mundo, mas fazem parte das disputas políticas entre os diferentes blocos de poder da geopolítica mundial, [portanto], É preciso olhar com muito cuidado para cada caso concreto e seus objetivos, porque os objetivos reacionários dos países imperialistas e seus parceiros locais se transformam em “direitos humanos”, onde reclamações ou medidas geralmente corretas podem não ser mais do que adições em um pacote de políticas cujos verdadeiros objetivos são a ingerência imperialista, o que nada tem a ver com as necessidades do povo venezuelano (ARIAS, 2020).

Em concordância com o que se dispôs nas primeiras páginas deste tópico, reitera-se que os fatores internos contribuem para este cenário, que, segundo Chomsky, Vivas e Clements (2019), representa “[...] o colapso humanitário mais severo da história recente da América Latina”. Todavia, qualquer seja a análise a respeito da situação venezuelana, dificilmente se esquivará de elencar as sanções estadunidenses como uma das causas principais. É o caso dos autores acima citados, para quem, a crise humanitária venezuelana é “[...] resultado de anos de contínua deterioração política, um colapso econômico acompanhado por quase total isolamento internacional e **esmagamento das sanções econômicas dos Estados Unidos**” (CHOMSKY; VIVAS; CLEMENTS, 2019. Sem grifo no original. Tradução livre³³²). Isso significa que, aqueles que dominam a lógica dos direitos humanos e conclamam por sua defesa, não levam em consideração o bem estar das sociedades afetadas por medidas provenientes deste grupo pretensamente hegemônico. Por isso mesmo, é razoável supor estar correta a análise de Arias (2020), referida previamente, qual seja,

³³² Venezuela is facing the most severe humanitarian collapse in Latin America’s recent history, a result of years of steady political deterioration, an economic meltdown accompanied by almost total international isolation and crushing United States economic sanctions.

a de que não existe motivação moral nas deliberações intervencionistas dos organismos internacionais.

Sobre isso, Chomsky e Prashad (2021. Tradução livre) elucidam que “Os países não devem ser julgados pelas palavras escritas em suas constituições, mas por seus orçamentos anuais”, referindo-se ao gasto dos EUA com armas em meio à pandemia de Covid-19, onde ficou evidenciado o descaso com a saúde pública³³³. Estas armas, informam os autores, muitas delas têm como destino, por meio de acordos, os aliados dos EUA, que as utilizam para assassinar rivais periféricos. Com isso, argumentam os autores,

Os direitos dos palestinos, dos saharauís e do povo iemenita não foram levados em consideração nesses acordos. O uso de sanções ilegais pelos Estados Unidos contra 30 países, incluindo Cuba, Irã e Venezuela, tornou-se uma parte normal da vida, mesmo durante a crise de saúde pública COVID-19 (CHOMSKY; PRASHAD, 2021. Tradução livre³³⁴).

Essas informações facilitam a compreensão de que, para os imperialistas e sua política neoliberal, conquanto os lucros estejam garantidos, os direitos humanos podem ser agredidos. Em verdade, o contrário também é válido, isto é, enquanto os Estados-alvo não cedem, ou seja, enquanto não estão garantidos os lucros passíveis de serem obtidos pelo imperialismo em determinados Estados, como é o caso da Venezuela, os direitos humanos podem, igualmente, serem violados. Pode-se determinar, que essa situação não representa um paradoxo, mas uma verdadeira lógica capitalista. Uma possível análise dessa contradição, com base no que foi disposto até aqui, referente à Venezuela, mas aplicável a tantos outros casos, é a seguinte: Os imperialistas miram o alvo de interesse, objetivando conquistá-lo e transformá-lo em uma neocolônia que, após a intervenção – feita na contemporaneidade por meio da guerra híbrida –, passará a atuar em prol dos interventores, com comando interno partindo da elite (burguesia) local, no âmbito público e privado. Quando esta intervenção é exitosa, ou seja, o governo é derrubado (renúncia ou golpe), o que vem a seguir não é a garantia dos direitos humanos, mas sua violação, geralmente mais rígida do que ocorria previamente.

Em relação a isso, Bastos (2013) problematiza, em artigo intitulado “O

³³³ De acordo com Chomsky e Prashad (2021), “os EUA, por exemplo, gastam quase US \$ 1 trilhão (se você adicionar o orçamento estimado de inteligência) em sua máquina de guerra, enquanto gasta uma fração disso no bem público (como em saúde, algo evidente durante a pandemia)”.

³³⁴ The rights of the Palestinians, the Sahrawi, and the Yemeni people did not factor into these deals. The use of illegal sanctions by the United States against 30 countries including Cuba, Iran, and Venezuela has become a normal part of life, even during the COVID-19 public health crisis.

imperialismo dos direitos humanos e a falsidade das suas premissas”, três premissas relacionadas à utilização dos direitos humanos como justificativa para intervir em outros países, das quais, as duas primeiras serão expostas. A primeira diz respeito à suposta legitimidade/necessidade das intervenções internacionais que visam impor os direitos humanos em uma sociedade. Nesse caso, o autor afirma que, apesar da relação existente entre a efetivação dos direitos humanos e a pacificação,

[...] não é o que [ocorreu] no Afeganistão e no Iraque. [...] a invasão do Iraque, que deu origem a uma guerra civil sem precedentes neste país, ao contrário de semear a [paz], provocou a [destruição], e hoje, mesmo com a retirada das tropas [...], esse país não conseguiu retomar o controle administrativo que possuía antes da invasão (BASTOS, 2013).

Essa questão, que já havia sido demonstrada em minúcias no tópico 2.3, torna o argumento de intervenção pela restauração dos direitos humanos, inválido, isto é, o resultado não confirma a premissa, tornando aparente que a lógica dos direitos humanos é invertida, correspondendo, portando, a uma falácia. A segunda premissa problematizada pelo autor, relaciona-se mais aos fatores internos que geram rupturas com os direitos fundamentais, mas, ainda assim, estão vinculados aos fatores externos. O argumento é que os governos autoritários não se submetem às pressões internas, isto é, são imunes a elas, fazendo com que, somente por meio de uma intervenção externa será possível “[...] conduzi-los a adotar os valores e instituições políticas ocidentais” (BASTOS, 2013).

Neste segundo caso, o autor equivoca-se, ao contrapor a premissa utilizando o exemplo das “[...] revoluções coloridas em larga escala da Primavera Árabe” (KORYBKO, 2018, p. 147), afirma que “Nenhum desses países [Tunísia e Egito] recebeu ajuda do Ocidente, assim como as suas revoltas não foram fruto de uma intervenção internacional. [...] houve, inegavelmente, alguma mudança no modo de fazer as coisas” (BASTOS, 2013). O que ele quer dizer, é que não foi necessária uma intervenção externa para recompor os direitos humanos violados na Tunísia e Egito, quando das revoluções coloridas ocorridas em ambos os países. O equívoco, que pode ter ocorrido devido à ausência de evidências mais específicas naqueles tempos, ocorre justamente na negativa de participação estrangeira ocidental, visto que a guerra híbrida envolve, obrigatoriamente, atores externos, seja por meio de financiamento ou por meio da atuação de organizações e instituições internas e externas. Esse ponto foi discutido rigorosamente durante todo o capítulo 2, não sendo necessário aprofundá-lo novamente. Mas, fora a referida incorreção, o contraponto de

Bastos à segunda premissa pode ser aproveitado, na medida em que demonstra outra justificativa utilizada pelos imperialistas e suas ferramentas organizacionais para promover intervenções. Além disso, constata-se que pouco ou nada é reestabelecido dos direitos humanos, tendo em vista que os tunisianos, de acordo com Yee (2021), estão revoltados com a situação do país após a “revolução”.

Em ambos os casos, percebe-se que o resultado obtido não foi o mesmo almejado pela população. Resume-se isso na expressão dos próprios tunisianos, cujos depoimentos escancaram como as intervenções trazem maiores prejuízos que benefícios. Para fins de exemplificação, dois destes depoimentos, dados à jornalista Yee, serão expostos. O primeiro deles é de Ayman Fahri, um estudante tunisiano, de 24 anos, que afirma: “A única coisa positiva que conseguimos com a revolução foi a liberdade de dizer o que quisermos”. Já Ines Jebali, estudante tunisiana de sociologia, é enfática: “Por que nos revoltamos? Tudo mudou para pior” (YEE, 2021). Não existem exemplos de intervenções que tenham sido tão benéficas a ponto de alterar as estruturas sociais de um país para melhor. O caso da Tunísia é importante, pois evidencia a situação a longo prazo de um país que passou por uma guerra híbrida, e por isso mesmo, deverá servir para os teóricos do ramo como caso prático. Ainda mais quando os resultados dessa guerra indireta revelam, dez anos depois (2011-2021), que os únicos favorecidos foram, de fato, a elite (burguesia) local. Sobre isso, confirma Yee, na mesma reportagem, que “Os partidos políticos dominados por ricos empresários embaralham e remodelam o poder – ocasionalmente chegando a golpes reais no Parlamento – enquanto fazem pouco progresso nas reformas econômicas” (YEE, 2021. Tradução livre³³⁵).

Ocorre que esse reflexo, impossível de ocultar, também é prejudicial aos EUA, pois contraria a premissa de que a submissão ao neoliberalismo eleva os indicadores socioeconômicos da sociedade-alvo, gerando suspeitas às demais sociedades que ainda não foram submetidas aos mandos do imperialismo. Isso pode ser confirmado com bases em declarações recentes não só dos EUA, como também da União Europeia sobre a situação na Tunísia. Segundo Xavier (2021), em reportagem para a RFI, a crise total na Tunísia levou ao Secretário de Estado dos EUA Antony Blinken, a telefonar para o presidente tunisiano Kais Saïed, pedindo que respeite “os princípios democráticos e os direitos humanos”. Como se percebe, algo está em andamento no

³³⁵ Political parties dominated by wealthy businessmen shuffle and reshuffle power — occasionally coming to actual blows in Parliament — while making little headway on economic reforms.

jogo intervencionista por aquelas bandas, mas, o que se deve atentar é a utilização, outra vez, da defesa dos direitos humanos. A rigor, a ligação de Blinken, por possuir caráter de ordem, configura-se já como uma intervenção, como se quisesse transmitir a mensagem de que, caso o presidente turco não dê jeito de controlar a situação, algo poderá ser feito.

O cenário em que se encontra a Tunísia, dez anos após sua revolução colorida, serve como alerta para a Venezuela. O contexto se assemelha, e enquanto não conseguirem intervir diretamente, continuarão administrando o caos com base nos embargos econômicos. Não há motivos para crer que uma mudança de regime melhorará a crise venezuelana a longo prazo, conforme comprova-se com tantos outros exemplos descritos nesta dissertação. Engana-se também, os que pensam que a Venezuela não se situa mais como região estratégica para os EUA. Conforme o Dossiê da Tricontinental (2019), embora existam grandes forças atuando para encontrar soluções energéticas que substituam o petróleo, o hidrocarboneto será por muito tempo a principal fonte de energia “para a produção econômica e militar”. Lembra o Dossiê, que o petróleo foi a questão central que fez eclodir o golpe contra Chávez, visto que uma de suas políticas abarcava a retomada do controle da exploração do referido combustível fóssil. E sobre este produto, permanecem os interesses estadunidenses, que visam “[...] recuperar a Venezuela como espaço privilegiado para a produção petroleira” (TRICONTINENTAL, 2019, p. 11).

Esse aspecto fomenta a ira de toda sociedade pró-capitalista contra a Venezuela, chegando ao ponto em que não são adotadas medidas contra as violações de direitos humanos por parte do centro capitalista, a exemplo das sanções que aprofundam as crises nas sociedades periféricas. Isso pode ser constatado com base nos relatórios anuais publicados pela *Human Rights Watch*, uma organização internacional de direitos humanos, com sede em Nova Iorque, fundada em 1978, segundo informações da própria ONG³³⁶. Antes de analisar alguns dos relatórios produzidos pela organização, é interessante ressaltar que, segundo apontado pela ONG, sua missão engloba reuniões com governos, a ONU, e grupos regionais como a União Europeia e Africana, visando a cobrança de “[...] políticas públicas e práticas que promovam os direitos humanos e a justiça”. Dito isso, serão analisados brevemente quatro relatórios, dois referentes à Venezuela, e os outros dois,

³³⁶ Cf. em: <https://www.hrw.org/pt/about/about-us>.

relacionados aos EUA.

O primeiro, intitulado “Venezuela: Eventos de 2019”, inicia enfatizando que Juan Guaidó autoproclamou-se presidente, angariando apoio de mais de 50 países. Ainda não se tinha o conhecimento acerca do conluio entre a empresa estadunidense Silvercorp e Juan Guaidó na tentativa de golpe contra Maduro. Grande parte do conteúdo foca na repressão do presidente venezuelano Nicolás Maduro aos protestos, às instituições e também à oposição, mas uma informação chama a atenção: “Em setembro, o Conselho de Direitos Humanos da ONU adotou uma resolução criando o primeiro mecanismo internacional de investigação das atrocidades cometidas na Venezuela” (HUMAN RIGHTS WATCH, 2020a). A importância dessa exposição se dá pelo fato de que, conforme será visto, as atrocidades, para a ONG, provêm, em primeira instância, dos fatores internos, sendo os externos, como as sanções, considerados apenas potenciais amplificadores de uma situação prévia.

Logo em seguida essa informação sobre a criação do primeiro mecanismo internacional que visa investigar a Venezuela, iniciam-se as exposições específicas da crise humanitária venezuelana, como a escassez de medicamentos e alimentos, a crise migratória, a perseguição de opositores políticos, dentre outras questões que violam, de fato, os direitos humanos. Então, surge pela primeira vez, referências sobre as sanções estadunidenses, porém, a influência delas na crise humanitária venezuelana, é contraditoriamente mitigada, pois, ao passo que informam que as sanções incluíram “[...] a proibição de negociação de novas ações e títulos do governo venezuelano e de sua companhia petrolífera estatal”, terminam por dizer que “[...] essas sanções **podem** agravar a já terrível situação humanitária na Venezuela” (HUMAN RIGHTS WATCH, 2020a. Sem grifo no original). Em se tratando de um fato histórico que a Venezuela depende economicamente da indústria petrolífera, era de se esperar que uma organização internacional de direitos humanos não tivesse dúvidas em asseverar que qualquer sanção imposta sobre este setor, incontestavelmente agravaria a situação.

Importante ressaltar, que não se está querendo desqualificar a totalidade do trabalho desta ONG, mas não há como deixar de perceber a ausência de criticidade analítica. No relatório mais recente, de 2021, afirma-se que o “Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (UNHRC)”, em uma missão, acabou por responsabilizar autoridades venezuelanas por “[...] atrocidades que acreditam constituir crimes contra a humanidade” (HUMAN RIGHTS WATCH, 2021a). Embora existam críticas aos

países centrais, incluso aí os EUA, em nenhum momento as práticas imperialistas são tomadas como atrozidades. Isso é mazela do eurocentrismo, que não permite equiparar os atos dos colonizadores com a “selvageria” dos colonizados. Mas vai muito além disso. Em 2020, já haviam sido publicadas as informações sobre o envolvimento de Guaidó com a Sindcorp – inclusive o contrato dele com a empresa –, bem como boa parte das evidências do envolvimento dos EUA na Operação Gedeón, ou seja, seria natural ao menos alguma menção sobre isso no relatório dos direitos humanos elaborado em 2021, que trata dos eventos de 2020. Porém, menciona-se apenas que existe um impasse político desde que Guaidó se declarou presidente, e que Maduro continuou controlando as instituições.

O restante do relatório restringe-se às críticas a Maduro ou a administração de seu governo, deixando de elencar que o golpe contra ele foi organizado em Bogotá, com participação de militares estadunidenses. Existe, ainda, outra questão indicando certa parcialidade da organização. Ao tratar sobre perseguições à oposição, detenções e torturas, o relatório faz referência a Leopoldo López, ex-líder da oposição e aliado de Guaidó, afirmando que este fora obrigado a exilar-se, pois foi preso e condenado por “[...] acusações infundadas de incitação à violência durante manifestações contra o governo em 2014” (HUMAN RIGHTS WATCH, 2021a). López, vale lembrar, foi citado no tópico 3.1 por ter desafiado Maduro, em 2019, ao pedir maior movimentação do setor militar contra o governo (EL PAÍS, 2019), mas, além de não mencionar este fato, o relatório pende à defesa de López, afirmando que sua prisão, em 2014, foi infundada. Fato é, que não existem críticas à Guaidó, ou menção a palavra “golpe”, apesar das evidências demonstradas por inúmeros jornais e revistas, como pode ser visto no, já referido, tópico 3.1. Diante dessas questões, resta observar como são feitos os relatórios desta organização em relação aos EUA.

No relatório de 2020, referente a todo o ano de 2019, várias denúncias são feitas ao governo Trump, que vão desde o racismo, ao encarceramento em massa e à precariedade da assistência médica. Com relação aos direitos humanos, surge algo interessante:

Trump fez pouco uso de sua influência decrescente para promover os direitos humanos no exterior; [...] e desrespeitou os direitos humanos internacionais e o direito humanitário ao fazer parcerias com governos abusivos – **embora tenha aplicado sanções a alguns indivíduos e governos por cometerem abusos de direitos humanos** (HUMAN RIGHTS WATCH, 2020b. Sem grifo no original)

Nota-se que, no contexto acima, é utilizado o vocábulo “embora”, exprimindo ideia de contrariedade, ou seja, possui sentido de concessão (BECHARA, 2009), portanto, ao passo que se reconhece que Trump desrespeita os direitos humanos, admite-se (a organização) neste ponto, serem favoráveis às sanções quando aplicadas aos governos que cometem abusos de direitos humanos. Fez-se questão de evidenciar este uso gramatical, pois ele indica um paradoxo contido no relatório, tendo em vista que não é indicada a necessidade de sanções aos EUA, isto é, ao mesmo tempo em que denunciam as graves violações dos direitos humanos por parte dos EUA, dizem que o país age corretamente ao sancionar outras Nações que cometem a mesma falta. É, no mínimo, um grande indício de parcialidade analítica. Por que as sanções somente são cabíveis aos Estados periféricos a parte do sistema capitalista? Não são requisitadas sanções aos EUA, por exemplo, quando evidenciam que Trump vetou uma resolução do Senado que visava impedir o uso do estado de emergência para venda de armas à Arábia Saudita. As mesmas armas que servem para exterminar seres humanos em guerra no oriente médio, tiveram sua venda concluída, apesar da disposição contrária do próprio Senado estadunidense (HUMAN RIGHTS WATCH, 2020b). Deve-se atentar que, mesmo com tantas violações aos direitos humanos praticados, não se utilizam palavras como “atrocidade” para definir os atos do governo dos EUA.

Ademais, o relatório é, conforme dito, bastante claro em relação as violações cometidas pelos EUA, expondo, neste referente ao ano de 2019, que a organização “[...] documentou os graves danos que essas sanções estão causando aos iranianos que precisam de cuidados de saúde e remédios” (HUMAN RIGHTS WATCH, 2020b). Todavia, não é feita qualquer menção à Venezuela, dando a entender que, realmente, este país reside em posição especial nos interesses globais. Isso porque, embora o relatório não seja sobre a Venezuela, outros países são levados em consideração na conjuntura de suas relações com os EUA. Dada a importância da Venezuela nesse contexto, não seria estranho, de forma alguma, sua menção. Em geral, o relatório expõe tantos abusos cometidos pelos EUA, que, por ter sido produzido por uma organização deste porte, é inusitado que não exista nenhuma medida mais contundente para frear essas práticas abusivas.

Existe um relatório referente à China, por exemplo, cujo título induz o leitor a conceber o país como uma ameaça global acima das demais: “A ameaça global da China aos direitos humanos” (HUMAN RIGHTS WATCH, 2020c). O relatório até

informa que a China não é a única ameaça aos direitos humanos, porém, até neste ponto percebe-se o teor diferenciado, pois é nomeado junto a China, como ameaçada global, o Partido Comunista, o que não é feito em relação aos EUA, isto é, não é dito que o partido Republicano, ou Democrata, configuram-se como ameaças; utiliza-se, neste caso, o termo genérico “governo” para criticar os EUA. Sim, estão ali contidas informações por demais chocantes com relação à China, mas, reitera-se, por que os EUA não são tratados como ameaça global, se são o país com maior atividade bélica do mundo, além de estarem empilhando, ou ajudando a empilhar, corpos estrangeiros nos campos de batalha ao menos desde o século XVIII, conforme visto em outros tópicos?

O seguinte relatório referente aos EUA, é o mais recente, e descreve já os acontecimentos lá ocorridos acerca das eleições de 2020. Este é um ponto interessante, porque, a lógica é diferente daquela utilizada para criticar as eleições na Venezuela. Antes, faz-se saber, que o relatório abre repetindo algumas informações dispostas no ano anterior, como, por exemplo, a concessão dada aos EUA, que, embora violem os direitos humanos, de outro lado oprimem com sanções outros atores que praticam o mesmo ato condenatório. Nesse ínterim, o relatório afirma: “Depois que as autoridades eleitorais em todos os EUA apuraram os votos para a eleição presidencial, constatando que Joe Biden fora eleito como presidente, Trump fez **infundadas alegações de fraude eleitoral**” (HUMAN RIGHTS WATCH, 2021b. Sem grifo no original). A partir desta frase, é possível comentar sobre a inversão da lógica utilizada no contexto das acusações de fraude eleitoral de um lado para com os EUA, de outro, para com a Venezuela.

Quando um governo contrário aos interesses imperialistas vence uma eleição e seu opositor alega fraude, como foi o caso da Venezuela e da Bolívia, não demoram a surgir apoiadores convencidos da fraude. Ou seja, se o vencedor das eleições não for o pretendido pelo imperialismo, a fraude nem mesmo precisa ser comprovada para ser declarada, conforme foi elencado já no tópico 2.2. Essa lógica, como mencionado anteriormente, não serve para contrapor eleições em países do centro. No caso das eleições cujo vencedor atende aos interesses imperialistas, quando o derrotado alega fraude, de pronto é dito que se trata de uma alegação “infundada”, sequer abrindo margem à investigações, como vem ocorrendo regularmente contra os países periféricos. Outra vez mais, questiona-se, sem querer adentrar no mérito da questão: Por que quando acusam Maduro, ou outro governante periférico, de fraude, o tema é

levado a sério, resultando, inclusive, na abertura de investigações por parte de órgãos como a OEA? Segunda questão: Por que, quando se acusa fraude nas eleições estadunidenses, prontamente afirmam tratar-se de uma alegação infundada?

Esses questionamentos direcionam para uma teoria crítica dos direitos humanos, que deve ser entendida dentro do contexto colonialista, pois, perante o centro de poder capitalista, fraudes só são passíveis de ocorrer em sociedades periféricas, tidas muitas vezes como “subdesenvolvidas”. Isso está intimamente ligado à questões históricas vistas ao longo desta dissertação, tendo em vista demonstrar que as sociedades periféricas continuam a serem subjugadas pelo imperialismo, que descarta o conteúdo humano contrário aos seus interesses. Para finalizar a análise deste último documento, é bastante singular o modo como a organização traz em seu relatório a referência não só à Venezuela, mas à América Latina. É dito: “Na América Latina, o governo [estadunidense] deu grande atenção aos graves abusos de direitos humanos na Venezuela, Cuba e Nicarágua, mas não examinou os abusos em países aliados, como Brasil, Colômbia, El Salvador e México” (HUMAN RIGHTS WATCH, 2021b). Deste trecho, seguem algumas considerações importantes para finalizar a análise dos relatórios.

Infere-se que a organização reconhece o domínio dos direitos humanos pelos EUA, tendo em vista que o colocam como um verdadeiro vigilante, que ora cumpre seu papel, dando atenção aos abusos cometidos em alguns países, e ora sofre de inação, deixando de lado seu “dever” de resguardar esses direitos. Significa dizer que o problema, para a *Human Rights Watch*, não é o fato de os EUA interferirem na soberania de outros países, mas o contrário, ou seja, entendem ser uma obrigação dos EUA vigiarem a situação dos direitos humanos em nível internacional, sendo um erro deixarem de fazer esse exame. Salienta-se que a organização em questão não foi escolhida ao acaso. Além de ela ser um dos grandes observatórios de direitos humanos em nível internacional³³⁷, seus relatórios servem para demonstrar a diferenciação que ocorre no tratamento ao centro e à periferia na contemporaneidade, indicando que os EUA continuam violando os direitos humanos sem sofrerem consequências.

Quando são feitas análises críticas, deve-se atentar para além dos discursos,

³³⁷ Conforme descrito no sítio de sua sede no Canadá, “A Human Rights Watch é uma das organizações independentes líderes mundiais, dedicada a proteger os direitos humanos das pessoas em todo o mundo”. Cf. em: <https://www.hrw.org/about/get-local/toronto>.

sejam eles falados ou escritos. Evidentemente, os organismos internacionais exteriorizam as violações cometidas pelos mais diversos países, sob os mais diversos regimes. Não fosse assim, a própria atuação destas Organizações estaria comprometida, por notória parcialidade. As exposições devem manter os ares democráticos para evitar que se desvelem os planos imperialistas. Vale rememorar que “Os países não devem ser julgados pelas palavras escritas em suas constituições, mas por seus orçamentos anuais”, disseram Chomsky e Prashad (2021), no que foram referenciados previamente. Da mesma forma, levando em consideração que a atuação de qualquer Órgão, internacional e nacional, ou de qualquer agente que se oferece a trabalhar em prol dos direitos humanos, pode-se aplicar o ditame tanto no âmbito teórico quanto no âmbito prático. No caso dos direitos humanos – daí o motivo de relembrar a sentença dos autores acima –, as palavras escritas, por si só, pouco importam, pois o que determina a imparcialidade de seus pretensos defensores, é suas atuações práticas.

Apenas daquilo que se lê, pode-se determinar que as atuações todas alcançam uniformemente as violações aos direitos humanos em todas as partes do globo, porém, isso é apenas mais um engano, como se buscou demonstrar anteriormente. Entre denúncias e relatórios das mais diversas Organizações, como é o caso desta que foi selecionada para a análise, lê-se, apenas para citar dois exemplos claros: “Jair Bolsonaro tentou sabotar medidas de saúde pública destinadas a conter a propagação da pandemia de Covid-19” (HUMAN RIGHTS WATCH, 2021c), ou ainda, “O governo Trump implementou políticas de imigração desumanas e promoveu falsas narrativas que perpetuam o racismo e a discriminação” (HUMAN RIGHTS WATCH, 2020b). Mas, na prática, a atuação não está interessada em combater as violações contra os direitos humanos nessas sociedades que são ou imperialistas, ou aliadas do imperialismo, portanto, suas neocolônias. Caso específico para clarificar ainda mais este sintoma e que se relaciona com o contexto ora trabalhado, é o de Israel.

Existe um movimento, chamado Boicote, Desinvestimento e Sanções contra Israel (BDS), que atua para dirimir “[...] o apoio internacional para a opressão dos palestinos em Israel e pressionar Israel a respeitar o direito internacional” (BDS). Pois bem, segundo reportagem de Kresch para o RFI, a ONU, por meio de seu Alto Comissariado para Direitos Humanos, divulgou uma lista com várias empresas israelenses envolvidas com assentamentos do país na Palestina. A resposta de Israel

foi agressiva, acusando a ONU de se render ao movimento BDS e desdenhando de sua atuação, além de cortar relações com a Organização. Sobre o fato, informa a mesma reportagem, o primeiro ministro de Israel à época, Benjamin Netanyahu, afirmou que “[...] o governo [estadunidense] seguiu os passos de Israel, cortando relações com o Alto Comissariado” (KRESCH, 2020).

Antes disso, Israel já havia expulsado o diretor da *Human Rights Watch* Omar Shakir, que, vale lembrar, é cidadão estadunidense, do país, em 2019 (HUMAN RIGHTS WATCH, 2019), levando a seguinte declaração do diretor executivo da referida Organização: “Israel hoje se une a Egito, Irã e Venezuela na lista de países que impedem o acesso de pesquisadores da Human Rights Watch. Mas eles também não conseguirão esconder os abusos que cometem contra os direitos humanos” (ROTH, 2019). Em 2021, a mesma organização passou a atacar firmemente Israel, comparando as políticas do país aos crimes de apartheid e perseguição (HUMAN RIGHTS WATCH, 2021d). Diante todos esses fatos, e do apelo de Roth à comunidade internacional (DW, 2019), a Bélgica se manifestou oficialmente em favor de sanções contra Israel caso prosseguissem com a intenção de anexar a Cisjordânia a seu território, requerendo “[...] que medidas punitivas em toda a Europa [fossem] potencialmente tomadas contra o governo do primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu” (SPUTNIK NEWS, 2020).

Acontece que os apelos por sanções contra Israel não foram suficientes para convencer algumas potências econômicas como a Grã-Bretanha, que se opôs categoricamente à imposição de sanções ou boicotes contra Israel, segundo o instituto pesquisa política MEMO. De acordo com o mesmo instituto, a resposta oficial do Reino Unido foi: “O Reino Unido se opõe firmemente a boicotes ou sanções contra Israel. Nosso relacionamento próximo e variado significa que somos capazes de expressar claramente quando discordamos.” (MEMO, 2021). Mas, afinal, qual foi o posicionamento dos EUA em relação a campanha contra Israel? Para responder a essa pergunta, é preciso relembrar, em um primeiro momento, uma reportagem de 2014, que evidencia o posicionamento dos EUA desde aqueles tempos.

Segundo esta reportagem da agência EFE, replicada pelo portal G1 e pelo jornal Folha de São Paulo³³⁸, em 31 de janeiro de 2014, o governo dos EUA se posicionaram oficialmente contra o movimento de boicote BDS, afirmando que em

³³⁸ Não foi possível encontrar a reportagem original.

nada ajuda nas negociações de paz entre israelenses e palestinos (G1, 2014). Nesse período, portanto, os EUA adotavam já uma política contrária aos boicotes e sanções a Israel, posição que se tornaria mais evidente alguns anos depois, como será visto. Já em 2020, mais especificamente em 19 de novembro, o então Secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, ao lado de Netanyahu, declarou³³⁹, de acordo com Lusa, para a rede portuguesa SIC Notícias: “Os Estados Unidos vão tomar medidas imediatas contra as organizações ligadas ao movimento BDS para boicotar Israel, considerado antissemita” (LUSA, 2020). Ainda segundo Lusa (2020), Pompeo já havia afirmado que a ONU era anti-Israel, fazendo referência à divulgação da lista de empresas israelense em território palestino por parte da Organização. Além disso, de fato, conforme informa Amichay e Sawafta (2020), Pompeo visitou os assentamentos israelenses na Cisjordânia, causando um enorme frissom internacional, visto ter sido uma atitude considerada sem precedentes.

Com base no que foi exposto acima, pode-se afirmar que Israel viola constantemente os direitos humanos, afronta a Organização das Nações Unidas, expulsa o diretor da *Human Rights Watch*, continua bombardeando e assassinando os palestinos na Faixa de Gaza³⁴⁰, mas quem sofre com as sanções são Venezuela, Cuba, Nicarágua, Irã, e todos aqueles que resistem em se render ao imperialismo. A impunidade, tudo indica, pode ser conquistada aliando-se aos EUA; é o único motivo aparente para Israel manter-se afastado das sanções. Hoje governado por Biden, os EUA declaram seu apoio a Israel. Outrossim, conforme apontando em nota de rodapé do segundo capítulo, somente neste ano de 2021, Biden aprovou a venda de U\$735 milhões de dólares em armas para Israel, isso, segundo Alemany (2021), em meio aos ataques na Faixa de Gaza.

As contradições são ainda mais evidenciadas ao comparar como se portam em relação à Nicarágua, os mesmos países que aceitam as violações de Israel. Em reportagem recente de Colombo, datada de 22 de junho de 2021, a jornalista afirma que a “*Human Rights Watch* [pediu] à ONU sanções à ditadura na Nicarágua por perseguição a opositores” (COLOMBO, 2021). Sim, a Organização também foi contrária às políticas de Israel, a diferença, no entanto, está na atuação prática,

³³⁹ A declaração foi televisionada, podendo ser conferida junto à notícia da AFP Portuguesa no seguinte endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=9gFzy6-rWoQ>.

³⁴⁰ Cf. em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/06/15/faixa-de-gaza-registra-novos-bombardeios-israel-fala-em-retaliacao-contra-bases-do-amas.ghtml>.

conforme anteriormente se discutiu. Deduz-se, com base nos noticiários, que a situação nicaraguense é bastante similar à de Israel, donde, ao menos segundo as informações aparentes, o governo de Daniel Ortega “[...] segue com a ofensiva de prisões contra opositores na Nicarágua” (O GLOBO, 2021b). Ainda em 2018, por exemplo, Ortega havia expulsado uma missão da ONU na Nicarágua, resultando em um relatório rigoroso contra o país por parte do Alto Comissariado de Direitos Humanos (MALDONADO, 2018).

Várias são as semelhanças, porém, diferentemente da posição tomada pelos imperialistas em relação a Israel, a Nicarágua sofreu sanções. Miguel informa que, em 2 de agosto de 2021, ou seja, apenas um dia antes da escrita destas linhas, “[...] a União Europeia ampliou um novo leque de sanções contra o regime do presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, elevando substancialmente o cargo das pessoas incluídas na lista de punição” (MIGUEL, 2021). Previamente a este fato, em 9 de junho de 2021, de acordo a agência EFE (2021), os nicaraguenses já haviam protestado contra novas sanções impostas pelos EUA naquela mesma data. A mesma notícia informa que o governo nicaraguense produziu um documento oficial contestando à violação da soberania, onde os EUA são chamados de “[...] ‘imperialista[s] e colonialista[s]’, [considerando ainda que] as punições mostram, mais uma vez, a interferência [estadunidense] em assuntos internos de outros países” (EFE, 2021).

Em vista do que foi discutido neste tópico, torna-se possível desemaranhar as atividades imperialistas no âmbito de suas operações aplicadas à periferia, mormente para com a Venezuela, cuja história transita sobre a conjuntura do embate entre forças contrárias, na qual uma resiste à destruição provocada pela outra. Essa relação dicotômica entre dominador e dominado, no contexto da América Latina, estipula um certo padrão no direcionamento das produções humanas sob o capitalismo, principalmente porque envolve diversos fatores que violam às condições mínimas necessárias para que uma vida possa ser considerada digna de ser vivida, para citar Flores (2009).

Diz-se um certo padrão, pois o imperialismo realmente baseia sua atuação em pilares teóricos e práticos capitalistas já bastante estabelecidos. O que muda, de fato, são as condições que se apresentam, o que faz com que tenham os imperialistas que se ir adequando em cada período específico. Dessa maneira, as práticas fundamentais capitalistas, que vinham sendo postas em prática desde o início da modernidade, encontraram na América Latina do século XIX as condições apropriadas

para avançar suas performances deletérias. Os enfrentamentos dos resistentes à colonização, significou uma nova condição ao centro de poder capitalista, porém, como descrito no início deste capítulo, embora essas revoluções tenham resultado em transformações estruturais importantes, foram impossibilitadas de prevalecer. Isso porque, e aqui regata-se Kohan, o êxito sobre o domínio europeu não implicou materialmente na conclusão dos objetivos revolucionários independentistas, graças “[...] à inserção capitalista dependente de nossas formações sociais no sistema mundial capitalista” (KOHAN, 2013, p. 30).

Apesar de o sistema mundo moderno ter agrilhado a América Latina em seus modos de produção, impedindo a completude da revolução, sociedades como a venezuelana encontraram forças para manter acesa a chama libertária. O sentimento de recusa em sujeitar-se às ordens dominantes, fez-se presente na sociedade venezuelana já nos princípios de sua independência, como se depreende de outra informação prévia, baseada em Pérez, contida no tópico 3.1. Essa informação se refere ao ano de 1811, quando da constituição do Congresso Nacional, onde juraram os deputados pela defesa da soberania da Venezuela, impondo-se contra qualquer intenção de domínio estrangeiro (PÉREZ, 1992, p. 272). No entanto, nos períodos subsequentes, os venezuelanos enfrentariam as mutações capitalistas, das quais surgiram manifestações de poder ainda mais opressoras. A máxima expressão da inserção capitalista em nível mundial, donde brotaram os ideais neocolonialistas, aparece na figura do imperialismo, que reinaugura as condutas do colonialismo.

Assim, durante todo o século XX, o imperialismo passaria a ser o representante da força capitalista contra qualquer outra que se empenhasse em resistir aos seus interesses. Essa nova etapa capitalista também evoluiu suas estratégias e táticas, atingindo potencial para interferir direta e indiretamente nos espaços dos Estados periféricos, sobre os quais passou a agir para alterar toda estrutura política e socioeconômica local do alvo. Foi visto que, neste ponto, mais especificamente no pós-segunda guerra, os EUA já tomavam a dianteira imperialista e ditavam as regras ao centro capitalista. Em seu lado hemisférico, ou seja, nas Américas, de sul ao norte, o domínio estadunidense, cuja intenção já havia sido demonstrada ainda no século XIX (vide a Doutrina Monroe, em 1823, e o caso das embarcações estadunidenses tentando armar os colonizadores, por volta de 1818), avolumou-se com fundamentos em novas perspectivas.

Dessa forma, a América Latina foi visada como espaço primário para a

atuação dos EUA e, especialmente a Venezuela, que já tinha o petróleo como esteio econômico, serviu como neocolônia ao imperialismo. Entre as ditaduras – formadas na segunda metade do século XX a partir da Operação Condor e sustentadas pelos EUA – e o período democrático meramente formal *puntofijista*, a resistência venezuelana foi sendo constantemente oprimida até a década de 1990, quando, conforme visto neste capítulo, o neoliberalismo tentou ser implementado, e fracassou. Nestas condições destrutivas do imperialismo, a resistência readquiriu sua posição como força contraposta e chegou ao poder com Chávez.

Na abertura deste tópico, o cenário contemporâneo da Venezuela sob o governo de Maduro foi exteriorizado em números que, sem o devido contexto, parecem sugerir apenas uma mal conduzida administração governamental. Porém, a leitura compassada de todo o terceiro capítulo, com ênfase na narrativa imperialista demonstrada pelos documentos oficiais no tópico 3.2, evita os subterfúgios dos aliados capitalistas que insistem em tentar convencer de sua inculpabilidade em relação à situação da Venezuela. A proposta em discutir a violação dos direitos humanos nestas circunstâncias se fez acertada, pois possibilitou ampliar o panorama para além do quadro venezuelano, fornecendo dados referentes às sociedades periféricas em nível global. Com isso, desnudou-se a retórica imperialista de que as intervenções são inevitáveis para garantir o cumprimento dos direitos humanos em determinados países, visto que esses direitos são violados em larga escala pelos próprios interventores. Por fim, coube a este tópico reforçar as denúncias sobre a ação imperialista nas periferias mundiais, onde a forma mais contemporânea em termos de ingerência, manifesta-se na Guerra Híbrida.

4 CONCLUSÃO

Levando-se em conta os aspectos observados e os fatos narrados, além das análises históricas sobre as quais se somam os documentos oficiais discutidos, acredita-se terem sido reunidos conteúdos suficientes para o encaminhamento das conclusões que serão apresentadas. Salienta-se que, daquilo que será discutido neste fechamento, houve cuidado para evitar o escape dos temas determinantes à confirmação ou não da hipótese proposta. Em vista disso, e mais ainda pelo fato de as agressões cometidas aos povos oprimidos do mundo não terem jamais sido encerradas, deve-se reconhecer desde já a importância que têm aqueles e aquelas que continuam a resistir. São esses grupos, os que lutam pela materialidade da libertação, que contribuíram para que fosse possível encontrar as respostas da história inconclusa da luta anti-imperialista.

As travessias historiográficas, que se foram forçando em feixes já previamente demarcados pelas produções eurocêntricas, denotam o contexto enfrentado nesta pesquisa na busca pelas linhas guias de uma história que se fez real e, portanto, não manipulada. Isto significa que a escolha pela teoria crítica é fator primeiro que se apresentou apto a quebrar estes enredos que ruidosamente se apresentam como inabaláveis. Aplicar a crítica à pesquisa permitiu que os resultados fossem sendo alcançados em proximidade às realidades periféricas do sistema-mundo moderno, o que significa dizer que o pensar humano, para se habilitar como forma de conhecimento, precisa ver submetida a uma interpelação crítica toda produção eurocêntrica imposta como verdade única.

Dessa forma, os emaranhados teóricos produzidos desde a modernidade no âmago do capitalismo, apresentaram-se como expressões da exclusividade epistemológica, das quais resultaram as consequências sofridas por todos aqueles povos historicamente oprimidos. A teoria crítica dos direitos humanos se insere nesse contexto como marco teórico, pois em última análise, ela serviu como suporte para que fosse possível compreender as simulações das teorias clássicas. Fora isso, sem os fundamentos da teoria crítica no contexto do neocolonialismo, seria bastante difícil perceber como os usos gramaticais discursivos são utilizados pelo centro de poder capitalista em sua estratégia de dominação. Isso porque os discursos do capitalismo – em todas as suas etapas – fazem parte de sua estratégia, ou seja, são pensados de antemão para reduzir o atrito, facilitando a capilarização do seu poder nos espaços

periféricos.

Dos objetivos propostos, foi possível comprovar em um primeiro momento, que a relação de dominação surgida com a modernidade atravessou os vários períodos históricos, mutando-se. Essa mutabilidade é reflexo das necessidades intrínsecas do capitalismo, sem as quais não seria possível a persistência do sistema-mundo. Notou-se que as transmutações ocorrem sempre em conjunto com as novas condições de existência que se apresentam ao sistema capitalista, dentre elas, a ampliação das margens de acumulação de capital, sem as quais, o sistema emperra. Grandes evidências encontradas ao longo da pesquisa permitem afirmar que, ao passo que as relações de dominação nascidas com a modernidade avançaram no tempo adequando-se às novas condições, mantiveram em seu cerne algumas práticas passíveis de observação ainda na contemporaneidade.

Dentre essas práticas, dá-se ênfase à subjugação das sociedades inseridas forçosamente neste sistema-mundo, que persiste em todos os momentos subsequentes ao colonialismo, o que torna inequívoca a existência de um novo tipo de colonialismo. Leu-se a destruição das sociedades africanas quando da divisão de seu território para servir aos interesses do capital, assim como foi descrita a participação dos EUA já neste cenário. Com isso, atestou-se a atividade do capitalismo estadunidense como beneficiário das ações neocolonialistas na África, o que serve de prenúncio ao modelo que este país se propusera a seguir.

O conhecimento de que os EUA mantinham transações comerciais com o leste da África durante o colonialismo do século XIX, e que, tanto as mercadorias desembarcadas quanto as carregadas eram produtos de trabalho escravo, confirma a discrepância discursiva iniciada com a Doutrina Monroe, em 1823. Portanto, pode-se afirmar que os EUA jamais tiveram pretensão de ajudar na liberdade dos povos latino-americanos, mas, sim, neocolonizá-los. Por este motivo, e ante o que foi discutido, é bastante provável que a fase neocolonial estadunidense tenha sido iniciada não muito tempo depois das invasões europeias na África, ou ainda, o próprio neocolonialismo serviu de fundamento para aplicabilidade da política externa dos EUA a partir do século XIX.

A segunda etapa deste trabalho, referente à atuação do imperialismo na desestabilização das sociedades periféricas, também pode ser sustentada. Desde o início das formulações das teorias imperialistas, os EUA já eram percebidos como potencial ator de vanguarda capitalista, em muito devido ao avanço de suas políticas

intervencionistas hemisféricas. Confirmou-se, portanto, o imperialismo estadunidense e seu avanço para uma atuação mais penetrante após a segunda guerra, quando tomara para si o comando do centro de poder capitalista. Nestas circunstâncias, a tese de que as guerras híbridas correspondem ao mais novo método de ingerência estadunidense, cujos alvos são as periferias globais, mostrou-se difícil de ser comprovada na prática. Porém, chegou-se a um resultado bastante credível ao optar-se por análises conjuntas entre a teoria e os acontecimentos globais no âmbito geopolítico dos últimos tempos.

Um dos motivos que dificultam a comprovação dos usos da guerra híbrida pode ser encontrado nas discussões teóricas acerca do tema, mas, o de maior destaque é o fato de que o interventor, no caso observado, os EUA, desenvolveu habilidades táticas que os permitem não serem responsabilizados diretamente. Esse fato, no entanto, ao contrário de obstaculizar a investigação, ajuda a fortalecer a teoria da guerra híbrida, conferindo às suas interpretações ao menos uma notória coerência, visto que são previstas as formas de execução dos planos imperialistas, mais especificamente quando se descreve a administração do caos, ou “liderança por trás dos panos”, conforme indicado por Korybko, cuja obra foi discutida especialmente no segundo capítulo. Baseado nestas deliberações, encontra-se, então, o elo entre as práticas neocoloniais imperialistas dos EUA e a guerra híbrida, onde esta serve como suporte para a implementação daquela.

Como o método de guerra híbrida é empregado em nível global nas sociedades periféricas, após considerável pesquisa, foi possível averiguar a relação entre todos os fatores elencados (necolonialismo, imperialismo, guerra híbrida) com a violação dos direitos humanos. Como não seria possível uma investigação aprofundada da situação de toda a periferia, elegeu-se a Venezuela como objeto de estudo, já que seu histórico é referência no âmbito das resistências frente a todos os tipos de intervenção, do colonialismo ao imperialismo. Assim, neste último momento da pesquisa, testemunhou-se uma cronologia histórica de desprezo do centro de poder capitalista para com as sociedades latino-americanas. Nessas condições, a Venezuela possui papel de destaque, pois sua sociedade figura entre as primeiras a resistir não só contra o colonizador, mas também contra o imperialismo estadunidense.

Das historiografias consultadas, as oficiais tendem a fornecer aspectos mais voltados a explicar o heroísmo dos independentistas, enquanto os textos mais críticos,

em geral produzidos por autores venezuelanos, demonstram contextos mais focados em desvendar o sofrimento dos resistentes esquecidos. Porém, ambos os conteúdos se afunilam quando o assunto é o imperialismo e a luta pela independência, contribuindo para que se pudesse afixar a participação de alguns países de forma mais clara. Quanto a este último ponto, no que diz respeito à Venezuela, os séculos XX e XXI são praticamente determinados pela ingerência estadunidense, cujos interesses, em grande parte, foram possíveis delinear.

Não sobraram, portanto, dúvidas acerca da posição periférica da Venezuela dentro da periodização discutida. Dessa forma, investigou-se primeiramente, na última etapa da pesquisa, a totalidade da conjuntura da chamada “América espanhola” no âmbito das lutas pela independência das colônias frente ao poder metropolitano, restando conclusa e indubitável a imprescindibilidade da participação da região compreendida hoje pela Venezuela na resistência anticolonialista.

Posteriormente, buscou-se apurar evidências que apontassem para as formas neocoloniais nas relações entre o centro capitalista, prioritariamente os EUA, e a Venezuela, onde ficou demonstrado que, de fato, essa relação existiu. Desde os primeiros governos venezuelanos no início do século XX, mas com maior clareza no período *puntofijista* iniciado em 1958, o que se percebeu foram tentativas estadunidenses de manter as políticas econômicas venezuelanas alinhadas aos seus interesses, muitas das quais se concretizaram.

Quanto a esse ponto, dentre outras experiências neocoloniais discutidas, vale lembrar do longo período ditatorial de Juan Vicente Gómez e suas negociações com o centro capitalista, que marcaram a Venezuela como destino de investimento estrangeiro e resultaram no estreitamento dos laços com os EUA justamente neste período de grande exploração do setor petrolífero venezuelano, além do golpe que impôs Jiménez ao poder no início da era *puntofijista*, onde a relação de subserviência ao EUA foi mantida. Em momento posterior, as investidas imperialistas para forçar ainda mais o alinhamento da Venezuela são percebidas nas atuações das organizações sob comando estadunidense, das quais cita-se as imposições do FMI para que o país latino-americano conduzisse suas políticas em bases neoliberais, e as alterações de cronograma e tarifas do NAFTA que influenciaram negativamente a região norte da América do Sul.

Dessa forma, fica caracterizado o neocolonialismo na Venezuela, primeiramente porque a independência, embora tenha representado a quebra da

ordem colonial, não significou nos períodos subsequentes, ao menos até 1998 com Chávez, uma ruptura da estrutura social pré-República, visto que os governos pactuaram com os capitalistas e se inseriram neste sistema elevando os ganhos da burguesia local. Em segundo lugar, a Venezuela como Estado de economia petroleira e sob governos conservadores, priorizou em boa parte do século XX as relações com os EUA que, não por coincidência, dominaram com suas companhias a exploração do petróleo venezuelano. Fora estes aspectos neocoloniais onde a periferia serve de espaço para as empresas estrangeiras obterem lucros, enquanto a maior parte da sociedade sofre para sobreviver, existe outro não menos importante que comprova o neocolonialismo, que se mostra bastante claro na imposição da ordem neoliberal ao Estado venezuelano ao final dos anos 1980, sob o governo de Carlos Andrés Pérez. Isso significa a persistência da interferência externa nos âmbitos político, econômico e, por que não social, já que daí resultaram diversas revoltas, como o Caracazo.

Finalmente, tendo sido comprovada a relação neocolonial, rastreou-se documentos e declarações que lançassem luz sobre as causas e consequências das condições que se apresentaram à Venezuela por vias imperialistas, ante as mudanças políticas e socioeconômicas na passagem do século XX para o século XXI, e que persistem ainda hoje. Os eventos analisados indicaram dois principais fatos: o aumento da pressão do centro de poder capitalista sobre a Venezuela no período que se inicia com o governo de Hugo Chávez, e o uso da guerra híbrida como método de guerra indireta nessas circunstâncias. O primeiro ponto vincula-se ao segundo, na medida em que a pressão se dá pela mudança de regime através de várias táticas características de uma guerra híbrida, como, por exemplo, os embargos econômicos e as tentativas de intervenção com participação de atores locais, expressados neste último caso na figura de Juan Guaidó. Em ambos os episódios, comprovou-se a participação direta dos EUA, sendo o caso mais evidente o contrato entre Guaidó e a empresa militar privada estadunidense Silvercorp.

Firmando-se nos históricos independentistas latino-americanos, somados às interferências dos EUA com amparo do centro de poder capitalista, é possível concluir que: 1) Seguindo as teorias pesquisadas neste trabalho, o neocolonialismo se confirma como fenômeno em vigência na contemporaneidade, ainda que sob aspectos mutantes em relação aos séculos passados em que existiu; 2) com o passar do tempo, o imperialismo parece recorrer à medidas cada vez mais extremas, sugerindo até certo desespero em encontrar novas sociedades as quais possa

neocolonizar e administrar, sem que necessariamente nela seus representantes estejam fisicamente presentes; 3) Para que seja possível o item anterior, os intervencionistas estão utilizando o método de guerra híbrida, o qual lhes permitem conquistar neocolônias em conjunto com atores da própria sociedade alvo; 4) A Venezuela vem sofrendo graves tentativas de intervenção, todas sob determinação dos EUA, que, por não terem obtido êxito, a colocam como alvo primordial de embargos na América do Sul. Soma-se a isso o comprovado interesse imperialista no petróleo venezuelano, e 5) Com base na narrativa imperialista (documentos oficiais e declarações), a idealização de uma Venezuela destruída em seus direitos humanos simplesmente pelo fato de ser um regime anticapitalista, constitui-se uma falácia, ou melhor, como mais uma tática diversionista dos EUA para que possam intervir no país.

Seria apropriado terminar este último tópico descrevendo um futuro promissor para as sociedades periféricas anti-imperialistas, porém, a realidade histórica se mostra avessa àqueles que se prestam a buscar novos modos de vida fora do sistema capitalista. Se fosse possível frear o tempo para fazer encaixar neste trabalho os motivos todos que levaram ao cenário descrito nestas tantas laudas, assim seria feito. Porém, há um verbete anunciado já nas primeiras páginas desta dissertação, capaz de exprimir desacompanhadamente de outros termos, a ideia por traz da conquista das Américas que fez desencadear todo processo desumano que hoje é aplicado às sociedades periféricas: Violência. O capitalismo e todos os seus processos, seja seu modo de produção, seja a acumulação que lhe é inerente, foram concebidos com base na violência. O próprio sistema pode ser definido como um processo violento, gerador de desigualdades, que contraria a paz.

Toda essa violência foi sendo aprimorada ante às necessidades primárias deste sistema, e a bobina que acumula este alto teor de agressividade, que permanece como vigilante do mundo, não poderia ter recebido denominação mais condizente que a de “imperialismo”. Uma bobina que de forma análoga é comparável à de Nikola Tesla³⁴¹, que concentra uma tensão extraordinária, de tal forma que a todos impressiona, gerando um misto de emoções, que vão da surpresa até o medo de quem a vê pela primeira vez. A tensão da bobina de Tesla condiz, em valor possível de ser alcançado, com a violência que igualmente pode ser atingida pelos

³⁴¹ As descrições sobre a bobina de Tesla frequentemente enaltecem sua capacidade em atingir altas tensões, sendo que em um de seus experimentos, conforme apontam Badur et al. (2016, p. 3), “esta bobina causou uma falta de energia na área ao queimar dínamos de uma central de energia a dez quilômetros de distância”.

imperialistas. O histórico da modernidade não se revela fácil de ser tragado pelos que foram oprimidos por seu tempo. De todos aqueles que ainda conseguem sentir a irradiação das circunstâncias da modelagem desse novo período, muitos ainda se encontram resistindo, e continuarão a resistir por muito tempo às custas de mais violência, que, como dito, aprimora suas formas no decorrer do tempo, fazendo surgir novas estratégias, novas táticas e novos métodos, cuja complexidade se mostra em atualização híbrida.

Dentro deste enquadramento histórico descrito, é um contexto que continua sendo realidade para países da África, do Oriente Médio e para a América Latina, esta América donde surge a resistência venezuelana, do povo marcado pela violência, primeiro da metrópole espanhola, o colonizador que se transfigura em capitalista para manter a opressão. Depois, sofreriam os venezuelanos pela traição de quem os deveria ajudar, que não são outros senão os mesmos que hoje imperam dentro do próprio imperialismo planejado pelo centro de poder capitalista. São estes, os do Norte que ameaçam os do Sul, os do Norte de uma América imensa, mas que desejam somente para si, denominando-se “americanos”, enquanto subjagam os demais. Eles, que mantêm o domínio até mesmo sobre aquilo que desprezam, para continuar a saga da criação de consentimentos, definindo o bem e o mal, sancionando os escolhidos para serem os maus, e mantendo os seus aliados em uma conexão sináptica que só faz transportar o sofisma de sua aguda retórica. Quem são eles, afinal? Eles são aqueles afetados por uma relação patriótica donde a pátria não tem sequer nome. Eles são os Estados Unidos da América, os representantes máximos do sistema neocolonial imperialista, que não convivem sem violência, e que não se farão sorridentes até que caiam os últimos representantes da humanidade. Exceto se houver resistência!

5 REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Martins Fontes, 5ª ed. São Paulo. 2007.

ABC. Captured US Mercenary Luke Denman Talks About America's Role in Failed Plot to Oust Venezuela Leader Nicolas Maduro. **ABC News**. 2020. Disponível em: <https://www.abc.net.au/news/2020-05-07/venezuela-us-prisoner-confession/1222272>. Acesso em: 7 jul. 2021.

ACNUR. Tendencias Globales: Desplazamiento Forzado en 2019. **ACNUR**. 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/5eeaf5664.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

AFRÍCA DO SUL. **História da África do Sul**. Embaixada da África do Sul no Brasil. Brasília. 2021. Disponível em: <https://www.africadosul.org.br/historia#colonizacao>. Acesso em: 15 abr. 2021.

ALBARRÁN, Marvin. **La Independencia de Venezuela Vista a través de La Música Folclórica**. UNERMB – Colección Un profesor, Un Libro, 1ª edição, nº 18. 2017.

ALBRIGHT, Madeleine. Entrevista concedida ao “60 minutos”, em 1996: Respondendo ao questionamento da jornalista Lesley Stahl. In: LEIGH, David; WILSON, James. Counting Iraq's Victims: Dead Babies Always Figure Heavily in Atrocity Propaganda, and Osama Bin Laden is Merely the Latest to Exploit Them. But What is the Truth? **The Guardian**. Londres. 2001. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2001/oct/10/iraq.socialsciences>. Acesso em: 3 jun. 2001.

ALEMANY, Jacqueline. Power Up: Biden administration approves \$735 million weapons sale to Israel, raising red flags for some House Democrats. **The Washington Post**. 2021. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/politics/2021/05/17/power-up-biden-administration-approves-735-million-weapons-sale-israel-raising-red-flags-some-house-democrats/>. Acesso em: 18 mai. 2021.

ALJAZEERA. Israel-Palestine conflict. **Aljazeera**. Catar. 2021. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/israel-palestine-conflict>. Acesso em 16 mai. 2021.

ALL AFRICAN PEOPLE'S CONFERENCE STATEMENT. Resolution on Neocolonialism. Cairo, 25-31 mar. 1961. In: PAMBAZUKA. Africa: All-African peoples' conference statement on neocolonialism. **Pambazuka News**. África. 2011. Disponível em: <https://www.pambazuka.org/global-south/africa-all-african-peoples-conference-statement-neocolonialism>. Acesso em: 17 mai. 2021.

ALMEIDA, Fernando Chaves. **Poder americano e estados nacionais**: Uma abordagem a partir das esferas econômica e militar. Dissertação (Economia). Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13478>. Acesso em: 2 abr. 2021.

ALMEIDA, Tunai Rehm Costa de. Achsenmachte, Potenze dell'Asse, Sujikukoku na Amazônia: imagens, narrativas e representações da Quinta Coluna no Pará (1939-1945). Dissertação de Mestrado (História). **Universidade Federal do Pará**. Pará. 2015. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/6727/1/Dissertacao_AchsenmachtePotenzeAsse.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

ALTMANN, Werner. A América Latina na Década de 80: Uma Avaliação Histórica. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 4, nº 1. São Paulo. 1990. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v04n01/v04n01_16.pdf. Acesso em: 30 jun. 2021.

ALVAREZ, ALEJANDRO. The Monroe Doctrine from the Latin-American Point of View. **American Historical Review**, vol. 10, nº 1. 1930. Disponível em: <https://read.dukeupress.edu/hahr/article/10/1/26/156688/Argentina-and-the-Monroe-Doctrine-1824-1828>. Acesso em 23 jun. 2021.

ALVES, Ruane Maciel Kaminski. Panorama Histórico da Colonização e Descolonização da África do Sul em Relação com os Romances de Coetzee. In: Dossiê Literatura e Sociedade. **Revista de Literatura, História e Memória**, vol. 11, nº 17. Cascavel. 2015. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/rlhm/article/view/12061>. Acesso em 15 abr. 2021.

AMARAL, Ronaldo. O Bárbaro Como Constructo. Uma Rediscussão Historiográfica das Migrações Germânicas à Luz Dos Conceitos de Cultura, Civilização e Barbárie. **Revista de História Comparada**. Mato Grosso do Sul. 2014. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/1832>. Acesso em: 22 fev. 2021.

AMBROSIO, Geovani Vasconcelos. A Experiência do Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente Enquanto Jurisdição de Exceção: Histórico, Análise e Legado (1946-1948). TCC (Direito). **UFSC**. Florianópolis. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/124719>. Acesso em: 1 jun. 2021.

AMICHAY, Rami; SAWAFTA, Ali. Mike Pompeo Visita los Altos del Golán y un Asentamiento Israelí en Cisjordania. **Reuters**. 2020. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/eeuu-israel-pompeo-idESKBN27Z2HN>. Acesso em: 3 ago. 2021.

AMORIM, Octavio Neto. De João Goulart a Hugo Chávez: A Política Venezuelana à Luz da Experiência Brasileira. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro; CARDIM, Carlos Henrique (Org.). **Venezuela: Visões Brasileiras**. Brasília. 2003.

ANDARA, María del Consuelo. De Cómo la Geografía Dispuso del Sueño de Bolívar: Influencia de la Realidad Territorial en la Disolución de Colombia la Grande (1819-1830). In: QUINTERO, Inés. **detrás Del Mito: La Independencia de Venezuela 200 Años Después**. Cyngular Asesoría. Venezuela. 2010.

ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. Boitempo. São Paulo. 2015.

ANDRADE, Alberto Rojas. El Caos Controlado La Forma De La Guerra Subrepticia Del Presente. **Servicios de Comunicación Intercultural**. Lima. 2016. Disponível em: <https://www.servindi.org/actualidad-noticias/09/08/2016/el-caos-controlado>. Acesso em: 19 mai. 2021.

ANTONSICH, Marco. Geopolitics of the World System: Saul B. Cohen, Rowmann & LittleField, Lanham, Maryland. **Political Geography**, vol. 23, 6ª edição. Internacional. 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/257421819_Geopolitics_of_the_world_system_Saul_B_Cohen_Rowmann_LittleField_Lanham_Maryland_2003_435_pp. Acesso em: 13 mai. 2021.

ANTUNES, Paulo Fernando Rocha. Lénine e Clausewitz: a guerra como continuação da política por outros meios. **Verinotio**. Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas, ano XI, nº 21. 2016. Disponível em: <http://www.verinotio.org/conteudo/0.7866283252710741.pdf>. Acesso em: 6 mai. Rio das Ostras. 2021.

ARCASSA, Wesley Souza de; Mourão, Paulo Fernando Cirino. Karl Haushofer: A Geopolitik Alemã e o III Reich. **Revista Geografia em Atos (GeoAtos)**. São Paulo, n. 11, vol. 1, jan-jun. 2011. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/viewFile/249/arcassa>. Acesso em: 11 fev. 2021.

ARDAO, Arturo. **Genesis de La Idea y el Nombre de America Latina**. Centro de Estudios Latino Americanos Rómulo Gallegos. Caracas. 1980.

ARECES, Nidia. 2010. In: CHUST, Manuel (ed.). **Las Independencias Iberoamericanas en su Laberinto**: Controversias, Cuestiones, Interpretaciones. Universitat de València (PUV). Valência. 2010.

ARGENTINA. **Carta do Presidente da Nação Argentina ao Presidente do Estado Plurinacional da Bolívia**. 8 jul. 2021. Documento divulgado pelo Presidente do Estado Plurinacional da Bolívia em sua rede social acreditada (Twitter). Disponível em: <https://twitter.com/LuchoXBolivia/status/1413295550926135296>. Acesso em: 13 jul. 2021.

ARGUELHES, Delmo Oliveira; ALVES, Vágner Camilo. A urgência da leitura: Da guerra, de Clausewitz, no bloco de notas de Lênin. **REBED**, vol. 6, nº 2. Brasil. 2019. Disponível em: <https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/75167>. Acesso em: 6 mai. 2021.

ARIAS, Ángel. A violação dos direitos humanos na Venezuela, o "humanismo da direita" imperialista e a esquerda. **Esquerda Diário MRT**. 2020. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/A-violacao-dos-direitos-humanos-na-Venezuela-o-humanismo-da-direita-imperialista-e-a-esquerda>. Acesso em: 2 ago. 2021.

ARIENTI, Wagner Leal; FILOMENO, Felipe Amin. Economia Política do Moderno Sistema Mundial: As Contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. **Ensaio FEE**, v. 28, n. 1, p. 99-126. Porto Alegre. 2007. Disponível em: <http://www.gpepsm.ufsc.br/html/arquivos/ARIENTE2007.pdf>. Acesso em: 3 mai. 2021.

ARMSTRONG, Ross. Great Power Relations in the 21st Century: How can the United States Respond to the Challenges Posed by the Emergence of Great Power Rivals in Asia?. Tese de Mestrado (Desenvolvimento e Relações Internacionais). **AALBORG UNIVERSITY**. Dinamarca. 2014. Disponível em: https://projekter.aau.dk/projekter/files/207069748/Thesis_Final.pdf. Acesso em 13 mai. 2021.

ARRAES, Virgílio Caixeta. Guerra do Golfo: A Crise da Nova Ordem Mundial. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 47, nº 1. Rio de Janeiro. 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/250053429_Guerra_do_Golfo_a_crise_da_nova_ordem_mundial. Acesso em: 1 jun. 2021.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Contraponto/Editora UNESP. Rio de Janeiro/São Paulo. 1996.

AUGUSTO, Otávio. Eleição, nova Constituição e golpe: entenda a situação vivida no Haiti. **Metrópoles**. 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/mundo/eleicao-nova-constituicao-e-golpe-entenda-a-situacao-vivida-no-haiti>. Acesso em: 12 jul. 2021.

AULAR, Juan Carlos Barrios. Presidentes de Venezuela, un Repaso por la Historia. **Universidad Rómulo Gallegos**. Venezuela. 2014. Disponível em: <http://files.formacionconstitucionalunerg.webnode.com.ve/200000019-8aa588c992/PRESIDENTES%20DE%20VENEZUELA%20-%20UN%20REPASO%20POR%20LA%20HISTORIA.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2021.

AYUSO, Silvia. Obama decreta novas sanções contra altos funcionários da Venezuela. **El País**. Washington. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/09/internacional/1425919831_255459.html. Acesso em: 6 jul. 2021.

AZEREDO, Mauro Mendes. A Crise da Democracia Venezuelana. Relações com os Estados Unidos. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro; CARDIM, Carlos Henrique (Org.). **Venezuela: Visões Brasileiras**. Brasília. 2003.

BACKHEUSER, Everaldo. **A geopolítica geral e do Brasil**. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1952. Disponível em: https://archive.org/details/AGeopoliticaGeralEDoBrasil/2015/03/09/internacional/1425919831_255459.html. Acesso em: 11 fev. 2021.

BADI, Kabunda Mbuyi. El Neocolonialismo en África. Sus Formas y Manifestaciones. **África América Latina Cuadernos**, nº 24. Espanha. 1996. Disponível em: https://publicaciones.sodepaz.org/images/uploads/documents/revista024/11_neocolonialismoafrica.pdf. Acesso em: 17 mai. 2021.

BADUR, Lucas Brugnaro. Bobina De Tesla: História E Construção Didática. XLIV Congresso Brasileiro De Educação Em Engenharia. COBENGE. **UFRN/ABENGE**. 2016. Disponível em: www.abenge.org.br/cobenge/legado/arquivos/3/anais/anais/159810.pdf. Acesso em: 9 ago. 2021.

BALDI, César Augusto. Como é possível ser persa? **Jornal Estado de Direito**, 27ª ed., ano IV. Porto Alegre. 2010. Disponível em: <http://estadodedireito.com.br/como-e-possivel-ser-persa/>. Acesso em 8 mar. 2021.

BAMBIRRA, Felipe Magalhães. Soberania Revisitada: Construção Histórico-Filosófica e Aproximativa entre Direitos Humanos e Soberania Através da Dialética do Reconhecimento. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte. 2017. Disponível em: <https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/423>. Acesso em: 21 mai. 2021.

BANDEIRA, Luiz Alberto Bandeira. Entrevista ao sítio Pragmatismo Político. In: REDAÇÃO PRAGMATISMO. “EUA estão agindo para desestabilizar a América Latina”. **Pragmatismo Político**. 2015. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/03/eua-estao-agindo-para-desestabilizar-a-america-latina-diz-historiador.html>. Acesso em: 24 mai. 2021.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Apresentação. In: WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **O Universalismo Europeu: A Retórica do Poder**. São Paulo. Boitempo. 2007.

BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. **El Capital Monopolista**: ensayo sobre el orden económico y social de Estados Unidos. Siglo XXI Editores, 17ª edição. México. 1982.

BARBOSA, Regiane Riquena; MASO, Tchella Fernandes. Possíveis contribuições de Aníbal Quijano para as relações internacionais. **ENEPEX**, Encontro de Ensino e Extensão. 8º ENEPE UFGD. 5º EPEX UEMS. 2014. Disponível em: <http://eventos.ufgd.edu.br/enepex/anais/arquivos/435.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2021.

BARROS, Alberto Ribeiro de. Conceito de Soberania no Methodus de Jean Bodin. **Discurso**, vol. 27, nº 1. São Paulo. 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/discurso/article/view/140419>. Acesso em: 21 mai. 2021.

BARROS, Pedro Silva; GONÇALVES, Julia Borba. Fragmentação da Governança Regional: O grupo de Lima e a Política Externa Brasileira. **Mundo e Desenvolvimento**, vol. 2, nº 3. São Paulo. 2019. Disponível em: https://ieei.unesp.br/index.php/IEEI_MundoeDesenvolvimento/article/view/50. Acesso em: 6 jul. 2021.

BARRUCHO, Luiz. Brasil de Bolsonaro tem maior proporção de militares como ministros do que Venezuela; especialistas veem riscos. **BBC NEWS**. Londres. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51646346>. Acesso em: 8 jul. 2021.

BASTOS, Ronaldo. O Imperialismo dos Direitos Humanos e a Falsidade das suas Premissas. **Le Monde**. 2013. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/o-imperialismo-dos-direitos-humanos-e-a-falsidade-das-suas-premissas/>. Acesso em: 2 ago. 2021.

BATISTA, Vanessa Oliveira; LOPES, Raphaela de Araújo Lima. Direitos Humanos: O Embate Entre a Teoria Tradicional e Teoria Crítica. **CONPEDI**, vol. 3, 1ª edição. Florianópolis. 2014. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=0a743fa0de869f27>. Acesso em: 28 mai. 2021.

BBC NEWS. Protestos em Hong Kong: o que está acontecendo no território, explicado em 3 minutos. **BBC NEWS Brasil**. 18 nov. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50457821>. Acesso em: 18 mai. 2021.

BBC. Crise na Venezuela: Maduro Diz que Levante Foi Derrotado, Mas Guaidó Convoca Novas Manifestações Para Esta Quarta. **BBC News**. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48108737>. Acesso em: 7 jul. 2021.

BBC. Crise na Venezuela: Quem é Juan Guaidó, presidente autoproclamado que quer tirar Nicolás Maduro do poder? **BBC News Brasil**. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47406269>. Acesso em: 6 jul. 2021.

BBC. Quanto ganha o Panamá com seu famoso canal (e quem se beneficia desse lucro). **BBC News**. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50988193>. Acesso em: 9 jun. 2021.

BDS. Intro para BDS: Visão Geral. **BDS Movement**. Disponível em: <https://bdsmovement.net/pt/what-is-bds>. Acesso em: 3 ago. 2021.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. Nova Fronteira, 37^a edição. Rio de Janeiro. 2009.

BELIZÁRIO, Fernanda (2014). Edward Said: mundanidade e deslocamento. In: **Mestres do Mundo - Projeto Alice, espelhos estranhos, lições imprevistas**. Disponível em: <http://alice.ces.uc.pt/en/wp-content/uploads/2014/03/texto-ed-said-entrega.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2021.

BETHELL, LESLIE. O Brasil e a ideia de América Latina. **Est. Hist**, vol. 22. Rio de Janeiro. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eh/v22n44/v22n44a01.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2021.

BHEBE, Ngwabi. Os britânicos, os bôeres e os africanos na África do Sul 1850-1880. In: UNESCO. **História Geral Da África, VI: África do século XIX à década de 1880**. Brasília. 2010. Disponível em: http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/hist_geral_6_0.pdf. Acesso em 15 abr. 2021.

BIDEN, Joe. Comentário em sua rede social acreditada (Twitter) comunicando novas sanções impostas a Cuba. **Twitter**. 2021. Disponível em: <https://twitter.com/POTUS/status/1418272522219532295>. Acesso em: 29 jul. 2021.

BIDEN, Joe. Discurso Durante Visita à Geórgia. 2009. In: ROBINSON, Matt; ANTIDZE, Margarita. Biden says U.S. stands with Georgia a year after war. **Reuters**. Inglaterra. 2009. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-georgia-biden-idUSLM30112020090722>. Acesso em: 11 mai. 2021.

BIFANO, José. La Independencia de Venezuela. **Universidad Central de Venezuela**. Caracas. 2010. Disponível em: http://www.ucv.ve/fileadmin/user_upload/BicentenarioUCV/Documentos/HISTORIA.pdf. Acesso em: 13 jun. 2021.

BODIN, Jean. **Os Seis Livros da República**. Cone Editora, 1ª edição. São Paulo. 2011.

BOEIRA, Marcus Paulo Rycembel. Dominium e lei natural em Domingo de Soto: reminiscências dos direitos subjetivos na escolástica espanhola. **MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia**, vol. IV, nº 2 (edição 8). São Paulo. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/5863/586364182011/586364182011.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2021.

BOLÍVAR, Simón. Carta a John Baptis Irvine, em 29 de julho de 1818c. In: LINARES, José Gregorio; GÓMEZ, Anahías. **Simón Bolívar - Pueblos Libres Vencen a Imperios Poderosos**: El Libertador ante la Hostilidad de Estados Unidos. Comisión Presidencial Bicentenario de la Batalla y la Victoria de Carabobo. Caracas. 2021. Disponível em: <http://www.conatel.gob.ve/wp-content/uploads/2021/07/Coleccio%CC%81n-Bicentenario-Carabobo-16-Boli%CC%81var-Simo%CC%81n-Pueblos-libres-vencen-a-imperios-poderosos.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2021.

BOLÍVAR, Simón. Carta a Luis López Méndez, em 18 de julho de 1818b. In: LINARES, José Gregorio; GÓMEZ, Anahías. In: LINARES, José Gregorio; GÓMEZ, Anahías. **Simón Bolívar - Pueblos Libres Vencen a Imperios Poderosos**: El Libertador ante la Hostilidad de Estados Unidos. Comisión Presidencial Bicentenario de la Batalla y la Victoria de Carabobo. Caracas. 2021. Disponível em: <http://www.conatel.gob.ve/wp-content/uploads/2021/07/Coleccio%CC%81n-Bicentenario-Carabobo-16-Boli%CC%81var-Simo%CC%81n-Pueblos-libres-vencen-a-imperios-poderosos.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2021.

BOLÍVAR, Simón. Declaração em 12 de outubro de 1818a. In: LINARES, José Gregorio; GÓMEZ, Anahías. **Simón Bolívar - Pueblos Libres Vencen a Imperios Poderosos**: El Libertador ante la Hostilidad de Estados Unidos. Comisión Presidencial Bicentenario de la Batalla y la Victoria de Carabobo. Caracas. 2021. Disponível em: <http://www.conatel.gob.ve/wp-content/uploads/2021/07/Coleccio%CC%81n-Bicentenario-Carabobo-16-Boli%CC%81var-Simo%CC%81n-Pueblos-libres-vencen-a-imperios-poderosos.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2021.

BOLÍVIA. **Carta do Comandante Geral da Força Aérea Boliviana ao embaixador da Argentina na Bolívia**. Documento divulgado pelo ex-presidente do Estado Plurinacional da Bolívia Evo Morales, em sua rede social acreditada (Twitter). Disponível em: <https://twitter.com/evoespueblo/status/141346822523330183>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BOLTON, John. Declaração sobre a Venezuela via rede social Twitter. **Twitter**. 2019. Disponível em: https://twitter.com/AmbJohnBolton/status/1123210497115996160?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1123210497115996160%7Ctwgr%5E%7Ctwcon%5Es1_&ref_url=https%3A%2F%2Fbrasil.elpais.com%2Fbrasil%2F2019%2F04%2F30%2Fpolitica%2F1556639797_476065.html. Acesso em: 7 jul. 2021.

BORÓN, Atilio. **Imperio e Imperialismo**: Una Lectura Crítica de Michael Hardt y Antonio Negri. Glasco, 1ª edição. Buenos Aires. 2004.

BRAGA, Pablo de Rezende Saturnino. **A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul**. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília. 2011. Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca/index.php?route=product/product&product_id=451&search=inova%C3%A7%C3%B5es. Acesso em: 15 abr. 2021.

BRANCO, Luís Bernardo Mexia Castelo. A Política Externa Sul-Africana: Do Apartheid a Mandela. Tese de Doutorado (Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais). **Instituto Universitário de Lisboa**. Lisboa. 2004. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/542>. Acesso em: 19 abr. 2021.

BRASIL DE FATO. Carta no NYT: Lula, Jane Fonda e mais 440 figuras pedem a Biden fim do embargo a Cuba. **Brasil de Fato**. São Paulo. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/23/carta-no-nyt-lula-jane-fonda-e-mais-440-figuras-pedem-a-biden-fim-do-embargo-a-cuba>. Acesso em: 29 jul. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 mai. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 25.660, de 13 de outubro de 1948**. Câmara dos Deputados. 1948. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-25660-13-outubro-1948-322840-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 7 jul. 2021.

BRASIL. **GT Operação Condor da Comissão Nacional da Verdade**. 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/2-uncategorised/417-operacao-condor-e-a-ditadura-no-brasil-analise-de-documentos-desclassificados>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. **O que é o BRICS**. Itamaraty. Disponível em: <http://brics2019.itamaraty.gov.br/sobre-o-brics/o-que-e-o-brics>. Acesso em: 28 jul. 2021.

BROOK, David. 16 anos da invasão ao Iraque. A grande mentira. **Instituto Humanitas Unisinos**. Traduzido por CEPAT. São Leopoldo. 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/587821-16-anos-da-invasao-ao-iraque-a-grande-mentira#>. Acesso em: 5 jun. 2021.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **The Grand Chessboard**: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives. Basic Books. New York. 1997. Disponível em: https://www.cia.gov/library/abbottabad-compound/36/36669B7894E857AC4F3445EA646BFFE1_Zbigniew_Brezinski_-_The_Grand_ChessBoard.doc.pdf. Acesso em: 13 mai. 2021.

BURMANN, João Gabriel. Boyd e Szafranski: Elementos de Estudo da Guerra Psicológica de Espectro Total. TCC (Relações Internacionais). **UFRGS**. Porto Alegre. 2014. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/116349/000963692.pdf?sequence=1>. Acesso em: 14 mai. 2021.

BUSH, Georg Herbert Walker. Declaração de 2 ago. 1990. In: MARSHALL, Victor. *The Lies We Are Told About Iraq*. **Los Angeles Times**. Los Angeles. 2003. Disponível em: <https://www.latimes.com/archives/la-xpm-2003-jan-05-op-marshall5-story.html>. Acesso em: 1 jun. 2021.

CAMARINHA, Ísis Campos. Longa Duração, Sistema Mundo Moderno Capitalista, Tempospaço Cíclico-Ideológico e a Natureza do Declínio da Hegemonia Americana: contribuição para uma análise da conjuntura. Tese de Doutorado (Economia Política Internacional). **UFRJ**. Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PEPI/teses/2020/TESE.ISIS%20CAMARINHA.VERS%C3%83O%20DEFINITIVA%20DEP%C3%93SITO%20UFRJ..pdf>. Acesso em: 3 mai. 2021.

CANO, Gabriel Bottoni. La Independencia de Venezuela: Una Mirada Histórica Integral (1791-1823). In: QUINTERO, Inés. **Detrás Del Mito: La Independencia de Venezuela 200 Años Después**. Cyngular Asesoría. Venezuela. 2010.

CARDOSO, Otávio Guilherme; LAGOS, Patricia; MOREIRA, Luís Gustavo Guerreiro. Colonialismo e Neocolonialismo em África e América Latina. **Tensões Mundiais**, vol. 16, nº 31. Ceará. 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/issue/view/243>. Acesso em 14 abr. 2021.

CARTA CAPITAL. ONU Condena Embargo dos EUA a Cuba pela 29ª vez. **Carta Capital**. 2021b. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/onu-condena-embargo-dos-eua-a-cuba-pela-29a-vez/>. Acesso em: 13 jul. 2021.

CARTA CAPITAL. Um ano após o impeachment, a verdade em conta-gotas. **Carta Capital**. Brasil. 2021a. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/um-ano-apos-o-impeachment-a-verdade-em-conta-gotas/>. Acesso em: 25 mai. 2021.

CARVALHO, Fernando Cardim de. Bretton Woods aos 60 Anos. **Novos Estudos Cebrap**, nº 70. São Paulo. 2004. Disponível em: <https://silo.tips/download/bretton-woods-aos-60-anos>. Acesso em: 11 abr. 2021.

CASANOVA, Pablo González. Colonialismo Interno (uma redefinição). In: BORÓN, Atilio; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. **A Teoria Marxista Hoje: Problemas e Perspectivas**. CLACSO. 2007. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/fo rmacionvirtual/20100715073000/boron.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2021.

CASTELO BRANCO, Rodrigo Amorim. Modernidade e alucinações eurocêntricas a partir de Enrique Dussel e Achille Mbembe. **Revista de Estudos em Relações Interétnicas**, vol. 21, n. 2. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/interethnica/article/view/12245>. Acesso em: 3 mar. 2021.

CASTRO, Fábio Sousa; GUERRA, Sinclair Mallet; LIMA, Paulo Alves de. Bolívia pré-golpe. Notas de um estudo de campo. **Revista Fim do Mundo**, nº 1. São Paulo. 2020. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/10188>. Acesso em: 24 mai. 2021.

CCI. As ambiguidades da revolução russa: Lênin e a revolução (OPOP). **Corrente Comunista Internacional**. 2010. Disponível em: https://pt.internationalism.org/ICOnline/2010/As_ambiguidades_da_revolucao_russa_Lenin_e_a_revolucao_OPOP. Acesso em: 10 mai. 2021.

CERVEIRA, Neusah. Rumo à Operação Condor - Ditadura, Tortura e Outros Crimes. **Projeto História**, n.38. São Paulo. 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/verph/article/viewFile/5235/3765>. Acesso em: 10 jun. 2021.

CHAVES, André d'Almeida. O Brasil e a Política Estratégica dos Estados Unidos: O Papel do Brasil no Hemisfério Ocidental na Perspectiva de Washington. Dissertação de Mestrado (Relações Internacionais). **UNESP, UNICAMP e PUCSP**. São Paulo. 2007. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/96022>. Acesso em 30 jun. 2021.

CHÁVEZ, Karla Cecilia Macías. El Neocolonialismo en Nuestros Días: La Perspectiva de Leopoldo Zea. **Universitas Philosophica**, vol. 65, ano 32. Bogotá. Disponível em: <https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/vniphilosophica/article/view/15041>. Acesso em: 18 mai. 2021.

CHOMSKY, Noam; PRASHAD, Vijay. There are 3 Major Threats to Life on Earth that We Must Address in 2021. **Alternet**. 2021. Disponível em: <https://chomsky.info/20210105/>. Acesso: 2 ago. 2021.

CHOMSKY, Noam; VIVAS, Leonardo; CLEMENTS, Charlie. One of Chávez's Most Arbitrary Acts Has Finally Been Reversed. **New York Times**. Nova Iorque. 2019. Disponível em: <https://chomsky.info/20190722/>. Acesso em: 2 ago. 2021.

CHUST, Manuel; FRASQUET, Ivana. **Las Independencias en América**. Catarata. Madrid. 2009.

CIBERCUBA. Guaidó y la Asamblea Nacional de Venezuela Nombran Nuevos Embajadores en Tres Países de América Latina. **CiberCuba**. Cuba. 2019. Disponível em: <https://www.cibercuba.com/noticias/2019-02-05-u1-e129488-s27061-juan-guaido-nombra-nuevos-embajadores-tres-paises>. Acesso em: 7 jul. 2021.

CLAUSEWITZ, Carl Von. Da Guerra. Tradução do original para o português por Maria Teresa Ramos. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **On War**. Tradução do original para o inglês por Michael Howard e Peter Paret. Tradução do inglês para o português por Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. EGN. Rio de Janeiro. 1984.

COLOMBO, Sylvia. Human Rights Watch pede à ONU sanções à ditadura na Nicarágua por perseguição a opositores. **Folha de São Paulo**. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/06/perseguiacao-a-opositores-visa-obstruir-eleicoes-na-nicaragua-diz-ong.shtml>. Acesso em: 3 ago. 2021.

COMPARATO, Fábio Konder. Capitalismo: Civilização e Poder. **Estudos Avançados**, vol. 25, nº 72. São Paulo. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142011000200020&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 11 mar. 2021.

CORREIA, Pedro de Pezarat. Geopolítica e Geoestratégia. **Nação e Defesa**, n. 131, 5ª série. 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/storage/40/22147215/1613440040/FNrV8zxNm8Qla1EbPqXb5Q/22147215.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021.

COSTA, Fábio Rodrigues da; ROCHA, Márcio Mendes. Geografia: Conceitos E Paradigmas - Apontamentos Preliminares. **Rev. GEOMAE**, vol. 1, n. 2. Paraná. 2010. Disponível em: http://www.fecilcam.br/revista/index.php/geomae/article/viewFile/12/pdf_7. Acesso em: 15 fev. 2021.

COSTA, WANDERLEY MESSIAS da. **Geografia Política e Geopolítica**: Discursos sobre o Território e o Poder. São Paulo. Editora Universidade de São Paulo. 1992.

CÔTÉ, Jean-François. From Transculturation to Hybridization: Redefining Culture in the Americas. In: BENESSAIEH, Afef. **Amériques transculturelles** - Transcultural Americas. University of Ottawa Press. Ottawa. 2010. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/j.ctt1ch78hd.8.pdf?refreqid=excelsior%3Ac26d3816d4ba8bd001a6ea0d38578272>. Acesso em: 18 mai. 2021.

CREVELD, Martin van. **The Transformation of War**: The Most Radical Interpretations of Armed Conflict Since Clausewitz. The Free Press. New York. 1991.

CROMWELL, Elias Loureiro. A Atuação do “AFRICOM” na África Ocidental: reflexos para a Marinha do Brasil. TCC (Política e Estratégia Marítimas). **Escola de Guerra Naval**. Rio de Janeiro. 2013. Disponível em: <http://www.redebim.dphdm.mar.mil.br/vinculos/000001/0000011a.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CURIEL, John; WILLIAMS, Jack. Bolivia Dismissed its October Elections as Fraudulent. Our Research Found no Reason to Suspect Fraud. **The Washington Post**. Washington. 2020. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/politics/2020/02/26/bolivia-dismissed-its-october-elections-fraudulent-our-research-found-no-reason-suspect-fraud/>. Acesso em: 24 mai. 2021.

CUTHBERTSON, G.C. Jewish Immigration as an issue in South African politics, 1937-39. **História**, vol. 26, nº 2, pp. 119-133. University of South Africa. África do Sul. 1981. Disponível em: <https://ojs.tetherprop.co.za/index.php/historia/article/view/3446/6843>. Acesso em: 19 abr. 2021.

DANTAS, Aline Chianca; KUHLMANN, Paulo Roberto Loyolla. Okinawa: Uma Análise de Segurança Humana em meio às Abordagens Estratégico-Militar e Nacional. **Revista Política Hoje**, vol. 22, 2ª edição. Recife. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3763>. Acesso em: 1 jun. 2021.

DARWIN, Charles. **A Origem das Espécies Através Da Selecção Natural ou a Preservação das Raças Favorecidas na Luta pela Sobrevivência**. Planeta Vivo, 1ª ed. Portugal. 2009.

DCO. Biden Reconhece Juan Guaidó como Presidente da Venezuela. **DCO**. 2021. Disponível em: <https://www.causaoperaria.org.br/biden-reconhece-juan-guaido-como-presidente-da-venezuela/>. Acesso em: 8 jul. 2021.

DEFENSORIA DEL PUEBLO. **Los Documentos Del Golpe**. Fundación Editorial El Perro y La Rana, 1ª edição digital. Venezuela. 2017. Disponível em: http://www.elperroylarana.gob.ve/wp-content/uploads/2017/04/los_documentos_del_golpe.pdf. Acesso em: 26 jul. 2021.

DEPARTMENT OF THE ARMY. **Special Forces Unconventional Warfare-TC 18-1**. U.S Army. Washington. 2010. Disponível em: <https://nsnbc.files.wordpress.com/2011/10/special-forces-uw-tc-18-01.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2021.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. Martins Fontes. São Paulo. 2001.

DIAS, Edmundo Fernandes. Hegemonia: Nova Civiltà ou Domínio Ideológico? **História e Perspectivas**. Uberlândia. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/27521>. Acesso em: 9 mar. 2021.

DIAS, Thiago Alves. O negócio do pau-brasil, a sociedade mercantil purry, mellish and devisme e o mercado global de corantes: escalas mercantis, instituições e agentes ultramarinos no século XVIII. **Revista de História**, nº 177. São Paulo. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/133277>. Acesso em: 11 mar. 2021.

DN. O Estranho Caso do Ex-General Venezuelano Preso pelos EUA. **Diário de Notícias**. 2020. Disponível em: <https://www.dn.pt/mundo/o-estranho-caso-do-ex-general-venezuelano-presos-pelos-eua-12000207.html>. Acesso em: 7 jul. 2021.

DOLCE, Julia. Jack R. Williams Afirma que Análise da OEA Ignorou Fatores Fundamentais e Revela Estar Sofrendo Perseguição Política Do Órgão. **Agência Pública**. Digital. 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/06/eles-nao-foram-neutros-na-analise-afirma-cientista-do-mit-que-refutou-relatorio-da-oea-sobre-fraude-nas-eleicoes-bolivianas/>. Acesso em: 24 mai. 2021.

DOS SANTOS, Theotônio. A Teoria da Dependência: Balanços e Perspectivas. In: DOS SANTOS, Theotônio. **Construir Soberania**: una Interpretación Económica de y para América Latina. CLASCO, 1ª edição. Argentina. 2020.

DURÃO, Pedro. Reflexiones Éticas Del Mundo Global Y Sus influencias Jusfilosóficas: El Sofismo, Lamayéutica Y La Justicia Actual. **Revista Da Esmese**, nº 10. Sergipe. 2007. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/79073188.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2021.

DUSSEL, Enrique. "América Latina empezó una nueva historia, que yo creo irreversible". [Entrevista concedida à] Astrid Pikielny. **La Nación**. Argentina. 2015. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/opinion/enrique-dussel-america-latina-empezo-una-nueva-historia-que-yo-creo-irreversible-nid1819005/>. Acesso em: 13 abr. 2021.

DUSSEL, Enrique. **1492: o encobrimento do outro**: a origem do mito da modernidade, conferências de Frankfurt. Petrópolis: Vozes, 1993. Disponível em: https://enriquedussel.com/txt/Textos_Libros/45.1492_O_encobramento_do_outro.pdf. Acesso em: 28 jan. 2021

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). CLACSO. Buenos Aires. setembro 2005. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/Edgardo-Lander-org-A-Colonialidade-do-Saber-eurocentrismo-e-ciC3AAncias-sociais-perspectivas-latinoamericanas-LIVRO.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2021.

DUSSEL, Enrique. Las Casas, Bartolomé de. In: **Encyclopaedia Britannica, Inc.** 15^a ed. pp. 684-686. 1974. Disponível em: https://enriquedussel.com/txt/Textos_Articulos/64.1974_ingl.pdf. Acesso em: 23 fev. 2021.

DUSSEL, Enrique. Meditações anticartesianas sobre a origem do antidiscurso filosófico da modernidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESSES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo. 2009. pp. 283-335.

DW. Israel expulsa diretor da HRW. **Deutsche Welle**. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/israel-expulsa-diretor-da-hrw/a-51409372>. Acesso em: 3 ago. 2021.

ECIVIL. Dicionário da Construção Civil. Significado de Arcada. **Ecivil**. Disponível em: <https://www.ecivilnet.com/dicionario/o-que-e-arcada.html>. Acesso em: 25 mai. 2021.

EFE. Evo Morales: Tengo mucho miedo a una guerra civil en Bolivia. **Agência EFE**. México. 2019. Disponível em: https://www.efe.com/efe/america/politica/evo-morales-tengo-mucho-miedo-a-una-guerra-civil-en-bolivia/20000___035-4112910. Acesso em: 25 mai. 2021.

EFE. Maduro afirma que Trump não pode ser "pior" que Obama na presidência dos EUA. **Agência EFE**. Caracas. 2017. Disponível em: <https://www.efe.com/efe/brasil/sociedade/maduro-afirma-que-trump-n-o-pode-ser-pior-obama-na-presidencia-dos-eua/50000246-3151599>. Acesso em: 6 jul. 2021.

EFE. Nicarágua protesta contra sanções dos EUA a assessores do presidente. **Agência EFE**. Manágua. 2021. Disponível em: <https://www.efe.com/efe/brasil/mundo/nicaragua-protesta-contrasancoes-dos-eua-a-assessores-do-presidente/50000243-4558622>. Acesso em: 3 ago. 2021.

EISENHOWER, Dwight D. **The Eisenhower Doctrine on the Middle East**, A Message to Congress. The Department of State Bulletin, XXXVI, nº 917. Washington. 1957. Disponível em: <http://www.saylor.org/site/wp-content/uploads/2011/08/HIST351-10.3.4-Presiden-Eisenhower.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2021.

EJO. Fakes in Journalism. **European Journalism Observatory**. Suíça. 2003. Disponível em: <https://en.ejo.ch/ethics-quality/fakes-in-journalism>. Acesso em: 3 jun. 2021.

EL PAÍS. Maduro Diz a Militares Venezuelanos para Estarem “Prontos” para Reagir a Ataque dos EUA. **El País**. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/01/internacional/1556693393_849170.html. Acesso em: 7 jul. 2021.

ELIZALDE, Rosa Míriam; POLANCO, Rogelio. Reconocimientos. In: GOLINGER, Eva. **El Código Chávez: Descifrando La Intervención de los Estados Unidos en Venezuela**. Editorial de Ciencias Sociales. La Habana. 2005.

ENDERLE, Rubens. Apresentação. In: MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. Boitempo, 2ª edição. São Paulo. 2010.

ENGDAHL, William. **Full Spectrum Dominance: Totalitarian Democracy in the New World Order**. edition.engdahl. Estados Unidos. 2009.

ESSERTIER, Joseph. Ficha Informativa: Bases Militares dos EUA em Okinawa. **Worldbeyondwar**. Charlottesville/Winnipeg. 2017. Disponível em: <https://worldbeyondwar.org/pt/fact-sheet-us-military-bases-okinawa/>. Acesso em: 1 jun. 2021.

ESTANISLAU, Lucas. Retrospectiva de um presidente autoproclamado: relembre as polêmicas envolvendo Juan Guaidó. **Opera Mundi**. São Paulo. 2021. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/67867/retrospectiva-de-um-presidente-autoproclamado-relembre-as-polemicas-envolvendo-juan-guaido>. Acesso em: 6 jul. 2021.

EUA. Central Intelligence Agency. **Allied Interdependence Project: Prospectus from Thomas S. Callaghan Jr.** (CIA-RDP80M00165A002400060003-0). Aprovado para Liberação em 2004. 1977. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp80m00165a002400060003-0>. Acesso em: 21 jul. 2021.

EUA. Central Intelligence Agency. **Colombia and Venezuela: Potential for Conflict** (CIA- RDP08C01297R000700060010-0). Desclassificado em 2012. 1971. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp08c01297r000700060010-0>. Acesso em: 20 jul. 2021.

EUA. Central Intelligence Agency. **Probable Developments In Venezuela** (CIA- RDP79R01012A002300020001-5). Desclassificado em 2012. 1952. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp79r01012a002300020001-5>. Acesso em: 19 jul. 2021.

EUA. Central Intelligence Agency. **Seabed Petroleum: Venezuela/Colombia Differences Regarding the Continental Shelf** (CIA-RDP08C01297R000700060029-0). Desclassificado em 2012. 1969. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp08c01297r000700060029-0>. Acesso em: 20 jul. 2021.

EUA. Central Intelligence Agency. **Venezuela/Colombia: Gulf Of Venezuela Negotiations** (CIA-RDP08C01297R000700060020-9). Desclassificado em 2012. 1970. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp08c01297r000700060020-9>. Acesso em: 20 jul. 2021.

EUA. Doc Unclassified, nº 31401. **Update On The USAID/OTI Venezuela Program**. 2004. Emitido pela Embaixada dos EUA em Caracas. 11/02/2004. In: WIKILEAKS. Public Library of US Diplomacy. 2004b. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS501_a.html. Acesso em: 5 jul. 2021.

EUA. Doc. Unclassified, nº 9443. **Human Rights Strategy for Venezuela**. Emitido pela Embaixada dos EUA em Caracas. 09/02/2004. In: WIKILEAKS. Public Library of US Diplomacy. 2004a. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS425_a.html. Acesso em: 4 jul. 2021.

EUA. **Executive Order 13692**. 2015. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/CFR-2016-title3-vol1/pdf/CFR-2016-title3-vol1-eo13692.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2021.

EUA. **Public Law 113-278**. 2014. Disponível em: <https://www.congress.gov/113/p/laws/publ278/PLAW-113publ278.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2021.

EUA. U.S, Departamento of Defense. Joint Vision: 2020 - America's Military - Preparing for Tomorrow. **JFQ**, nº 25. Estados Unidos. 2000. Disponível em: <https://ndupress.ndu.edu/portals/68/Documents/jfq/jfq-25.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2021.

EUA. United States Southern Command. **Posture Statement of Admiral Kurt W. TIDD**. Unclassified. 2018. Disponível em: https://www.southcom.mil/Portals/7/Documents/Posture%20Statements/SOUTHCOM_2018_Posture_Statement_FINAL.PDF?ver=2018-02-15-090330-243. Acesso em: 28 jul. 2021.

EXAME. 'Todos os problemas de Cuba vêm do embargo', diz Canel em pronunciamento. 2021. **Exame**. Disponível em: <https://exame.com/mundo/todos-os-problemas-de-cuba-vem-do-embargo-diz-canel-em-pronunciamento/>. Acesso em: 13 jul. 2021.

EXAME. Trump assina decreto que altera política americana com Cuba. **Exame**. 2017. Disponível em: <https://exame.com/mundo/trump-assina-decreto-que-altera-politica-americana-com-cuba/>. Acesso em: 13 jul. 2021.

FAGUNDES, Lucas Machado. Juridicidades Insurgentes: Elementos para o Pluralismo Jurídico de Libertação Latino-Americano. Tese de Doutorado (Direito). **UFSC**. Florianópolis. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/157392>. Acesso em: 1 jul. 2021.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1968.

FARRET, RAFAEL LEPORACE; PINTO, SIMONE RODRIGUES. América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia. **Topoi**. v. 12. n. 23. Rio de Janeiro. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2011000200030. Acesso em: 18 mar. 2021.

FERES JR, João. Latin America como conceito: a constituição de um outro americano. **Teoria e Sociedade**, nº 11.2. São Paulo, 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/331843071_Latin_America_como_conceito_a_Constituicao_de_um_Outro_Americano. Acesso em: 18 mar. 2021.

FERES, João. O combate à discriminação racial nos EUA: estudo histórico comparado da atuação dos três poderes. **Sociedade em Estudos**, vol. 2, nº 2, p. 53-61. Curitiba. 2007. Disponível em: <http://www.sociedadeemestudos.ufpr.br/atual/arquivos/junior%20pag%2053.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

FERRAZZO, Débora. Democracia Comunitária e Pluralismo Jurídico: Desafios à Factibilidade da Descolonização Constitucional na Bolívia. Tese de Doutorado (Direito). **UFPR**. Curitiba. 2019. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/66293>. Acesso em 1 jul. 2021.

FERREYRA, Raúl Gustavo. **Fundamentos Constitucionales**. Ediar, 1ª edição. Buenos Aires. 2013.

FISK, Robert. Talks With Osama bin Laden. **The Nation**. Nova Iorque. 2002. Disponível em: <https://www.thenation.com/article/archive/talks-osama-bin-laden/>. Acesso em: 4 jun. 2021.

FLORES, Joaquín Herrera. **A Reinvenção dos Direitos Humanos**. Fundação Boiteux. Florianópolis. 2009.

FOLHA DE SÃO PAULO. Haiti Prende Médico que vive nos EUA e o Acusa de Planejar Assassinato para Assumir Presidência. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/07/haiti-prende-medico-que-vive-nos-eua-e-o-acusa-de-planejar-assassinato-para-assumir-presidencia.shtml>. Acesso em: 12 jul. 2021.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Desenvolvimentismo: A Construção do Conceito**. Ipea. Brasília. 2015. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2103.pdf. Acesso em: 21 jul. 2021.

FONSECA-STATTER, Guilherme da. **A África do Sul e o Sistema-Mundo**: da guerra dos Bôeres à globalização. CEA e Gerpress. 2011. Campo Grande. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/11005>. Acesso em: 16 abr. 2021.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Forense Universitária, 7ª ed. Rio de Janeiro. 2008.

FRANCO, Alvaro da Costa; COUTINHO, Maria do Carmo Strozzi. Cadernos do CHDD. **Fundação Alexandre de Gusmão**, Centro de História e Documentação Diplomática, ano IV, nº Especial. Brasília. 2005.

G1. EUA dizem que vão continuar a pressão sobre a Venezuela até que haja 'eleições livres'. **Portal G1**. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/05/26/eua-dizem-que-vaio-continuar-a-pressao-sobre-a-venezuela-ate-que-haja-eleicoes-livres.ghtml>. Acesso em: 8 jul. 2021.

G1. EUA expressam oposição ao movimento de boicote a Israel. **Portal G1**. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/02/eua-expressam-oposicao-ao-movimento-de-boicote-a-israel.html>. Acesso em: 3 ago. 2021.

G1. Guaidó Diz Ter Apoio de Militares para Pôr 'Fim à Usurpação' na Venezuela e Convoca Povo às Ruas. **Portal G1**. São Paulo. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/04/30/juan-guaido-diz-que-tem-apoio-de-principais-unidades-militares-e-pede-para-que-venezuelanos-tomem-as-ruas.ghtml>. Acesso em: 7 jul. 2021.

G1. Obama declara Venezuela uma ameaça à segurança dos EUA. **Portal G1**. São Paulo. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/03/obama-amplia-sancoes-contras-autoridades-venezuelanas.html>. Acesso em: 6 jul. 2021.

G1. Polícia do Haiti Acusa Cidadãos da Colômbia e dos EUA de Envolvimento no Assassinato do Presidente. **Portal G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/07/08/policia-do-haiti-acusa-cidadaos-da-colombia-e-dos-eua-de-envolvimento-no-assassinato-do-presidente.ghtml>. Acesso em: 12 jul. 2021.

GARCIA, Ana Saggiaro. Hegemonia e Imperialismo: Caracterizações da Ordem Mundial Capitalista após a Segunda Guerra Mundial. **Contexto Internacional**, vol. 32, nº 1. Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6105>. Acesso em: 5 abr. 2021.

GARCÍA, Jacobo. Presidente do Haiti, Jovenel Moïse, é assassinado a tiros em sua casa em Porto Príncipe. **El País**. Cidade do México. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-07-07/presidente-de-haiti-jovenel-moise-e-assassinado-a-tiros-em-sua-casa.html>. Acesso em: 12 jul. 2021.

GARCÍA, Luis Britto. Epílogo. In: DEFENSORIA DEL PUEBLO. **Los Documentos Del Golpe**. Fundación Editorial El Perro y La Rana, 1ª edição digital. Venezuela. 2017. Disponível em: http://www.elperroylarana.gob.ve/wp-content/uploads/2017/04/los_documentos_del_golpe.pdf. Acesso em: 26 jul. 2021.

GEBRIM, Ricardo. Apresentação. In: HARNECKER, Marta. **Estratégia e Tática**. Expressão Popular, 2ª edição. São Paulo. 2012.

GIORDANI, Felipe Bressan. África Ocidental e a Agenda Securitária: Determinantes Históricos e a Emergência do Terrorismo Contemporâneo. TCC (Relações Internacionais). **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/186032>. Acesso em: 14 abr. 2021.

GOLINGER, Eva. **El Código Chávez**: Descifrando La Intervención de los Estados Unidos en Venezuela. Editorial de Ciencias Sociales. La Habana. 2005.

GOMES, Flávio; RINCÓN, Mariana Blanco. Escravidão, Nação e Abolição no Brasil e Venezuela: Notas Sobre Perspectivas Comparadas. 2005. In: FRANCO, Alvaro da Costa; COUTINHO, Maria do Carmo Strozzi. Cadernos do CHDD. **Fundação Alexandre de Gusmão**, Centro de História e Documentação Diplomática, ano IV, nº Especial. Brasília. 2005.

GONZÁLEZ, Livia Vargas. O Caracazo na Venezuela (1989): Da Crítica ao Presentismo a uma Perspectiva Acontecimental da História. **Revista Tempos Históricos**, vol. 21, nº 1. Marechal Cândido Rondon. 2021. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/24036>. Acesso em: 30 jun. 2021.

GONZALEZ, Paula Cadenas. La Independencia de Venezuela: Irrupción de un Imaginario Heroico Nacional del Siglo XIX en el Siglo XXI. Tese de Doutorado (Linguagem, Literatura, Culturas e Civilizações). **Université Paul Valéry Montpellier III**. Montpellier. 2019. Disponível em: <https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-03021371/document>. Acesso em: 27 jun. 2021.

GOPALAKRISHNAN, Raju. China Draws Comparison Between Storming of U.S. Capitol, HK protests. Reportado por Gabriel Crossley. **Reuters**. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-usa-election-china-idUSKBN29C124>. Acesso em: 19 mai. 2021.

GORENDER, Jacob. O nascimento do Materialismo Histórico. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Martins Fontes. São Paulo. 1998.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Revolução e Independências: Notas sobre o Conceito e os Processos Revolucionários na América Espanhola. **Estudos Históricos**, vol. 10, nº 20. Rio de Janeiro. 1997. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2056>. Acesso em: 28 jun. 2021.

GOUVÊA, Marina Machado. **Imperialismo**: Aproximação ao Debate Marxista sobre a Caracterização do Capitalismo na Virada para o século XX. Dissertação (Economia Política Internacional). Instituto de Economia / Núcleo de Estudos Internacionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2012. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PEPI/disserta%C3%A7%C3%B5es/2012/MARINA%20MACHADO%20DE%20MAGALHAES%20GOUVEA.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2021.

GP1. Joe Biden pede que Hamas pare de lançar foguetes contra Israel. **GP1**. 2021. Disponível em: <https://www.gp1.com.br/mundo/noticia/2021/5/15/joe-biden-pede-que-hamas-pare-de-lancar-foguetes-contr-israel-501797.html>. Acesso em: 18 mai. 2021.

GREENWALD, Glenn. Mídia americana finalmente admite que era falho relatório da OEA que ajudou a espalhar e levou a golpe na Bolívia. **The Intercept Brasil**. Digital. 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/06/09/midia-americana-oea-eleicao-bolivia/>. Acesso em: 24 mai. 2021.

GROPPO, Bruno. O Comunismo na História do Século XX. **Lua Nova**, nº 75. São Paulo. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n75/07.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2021.

GROPPO, Luís Antonio. “Oriente” e “Ocidente” na obra de Karl Marx. **Revista Outubro**, nº 10. Online. 2004. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-10-Artigo-07.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: 2009. pp. 383-417.

GRUPPI, Luciano. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**. Edições Graal, 2ª edição. Rio de Janeiro. 1978.

GUAIDÓ, Juan. Declaração sobre a Operação Liberdade (tentativa de golpe), via rede social Twitter. **Twitter**. 2019. Disponível em: <https://twitter.com/jguaido/status/1123164645739642880>. Acesso em: 7 jul. 2021.

GUERRA, François-Xavier; ANNINO, Antonio. **Inventando la nación**. Fondo de Cultura Económica. México. 2003. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/141942548/GUERRA-Francois-Xavier-ANNINO-Antonio-Inventando-La-Nacion-Iberoamericana>. Acesso em: 17 mar. 2021.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos Anos de Periferia: Uma contribuição ao estudo da política internacional**. Ed. Universidade/UFRGS/Contraponto, 3ª edição. Porto Alegre/Rio de Janeiro. 2001.

GUINDO, Miguel García; MARTÍNEZ, Gabriel; GONZÁLEZ, Valera. La Guerra Híbrida: Nociones Preliminares y su Repercusión en el Planeamiento de los Países y Organizaciones Occidentales. **Instituto Español de Estudios Estratégicos**. Granada. 2015. Disponível em: http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_trabajo/2015/DIEEET02-2015_La_Guerra_HibridaGUindo_Mtz_Glez.pdf. Acesso em: 5 mai. 2021.

GUTIÉRREZ, Jorge Luis. A controvérsia de Valladolid (1550): Aristóteles, os índios e a guerra justa. **Revista USP**, nº101. 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/87829>. Acesso em: 28 jan. 2021.

HAAG, Diana. Mechanisms of Neocolonialism Current French and British Influence in Cameroon and Ghana. **International Catalan Institute for Peace**. Barcelona. 2011. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2033138. Acesso em: 18 mai. 2021.

HARNECKER, Marta. **Estratégia e Tática**. Expxpressão Popular, 2ª edição. São Paulo. 2012.

HARNECKER, Marta. **Rebuilding the Left**. Zed Books. Londres. 2007.

HARNECKER, Marta. URIBE, Gabriela. **Monopólios e Miséria**. Global Editora. São Paulo. 1980.

HART, Liddell. **The Strategy Of Indirect Approach**. Faber And Faber Limited. London. 1954. Disponível em: <https://archive.org/details/strategyofindire035126mbp/page/n15/mode/2up>. Acesso em: 13 mai. 2021.

HARTUNG, Alejandro Herrmann. La Invasión Soviética A Afganistan. **Revista de Marina**, vol. 104, nº 780. Chile. 1987. Disponível em: <https://revistamarina.cl/revistas/1987/5/herrmann.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2021.

HAUSHOFER, Karl. **Defense of German Geopolitics**. In: TUATHAIL, Gearóid Ó; DALBY, Simon; ROUTLEDGE, Paul. The Geopolitics Reader. Routledge. New York. 2003. Disponível em: <https://frenndw.files.wordpress.com/2011/03/geopol-the-geopolitics-reader.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do Espírito**: Parte I. Vozes, 2ª ed. Rio de Janeiro. 1992.

HEINSFELD, Adelar. A Doutrina do Big Stick e a América Latina: A Recepção na Argentina. **ANPUH** – XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina. 2005. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/154820637379369c0c766a03387b1f33891e912058.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2021.

HENDRIX, Hal. Marxist Threat in Venezuela. **Scripps-Howard newspaper**. Washington. 1968. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp73-00475r000102470001-3>. Acesso em: 20 jul. 2021.

HERRERA, Earle. Prólogo. In: DEFENSORIA DEL PUEBLO. **Los Documentos Del Golpe**. Fundación Editorial El Perro y La Rana, 1ª edição digital. Venezuela. 2017. Disponível em: http://www.elperroylarana.gob.ve/wp-content/uploads/2017/04/los_documento_del_golpe.pdf. Acesso em: 26 jul. 2021.

HERRERA, Rémy. As Convulsões Europeias e os seus Efeitos na América Hispânica entre 1795 e 1815. **História: Debates e Tendências**, vol. 18, nº 1. Passo Fundo. 2018. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/6569>. Acesso em: 15 jun. 2021.

HERSH, Seymour M. New Evidence Backs ex-Envoy on His Role in Chile. **The New York Times**. Nova Iorque. 1981. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1981/02/09/world/new-evidence-backs-ex-envoy-on-his-role-in-chile.html>. Acesso em: 20 jul. 2021.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**: ou Matéria, Forma e Poder de uma República Eclesiástica e Civil. Martins Fontes, 1ª edição. São Paulo. 2003.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**: O breve século XX, 1914-1991. Companhia das Letras. São Paulo. 1995.

HOFFMAN, Frank G. Hybrid Warfare and Challenges. **JFQ**, nº 52. Estados Unidos. 2009. Disponível em: <https://smallwarsjournal.com/documents/jfqhoffman.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2021.

HOLLAND, Joshua. The First Iraq War was Also Sold to the Public Based on a Pack of Lies. **Bill Moyers**. Estados Unidos. 2014. Disponível em: <https://billmoyers.com/about-us/#about-this-site>. Acesso em: 3 jun. 2021.

HORKHEIMER, Max. **Teoria Tradicional e Teoria Crítica**. Abril Cultural. São Paulo. 1980.

HUMAN RIGHTS WATCH. A ameaça global da China aos direitos humanos. **Human Rights Watch**. 2020c. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2020/country-chapters/337324>. Acesso em: 3 ago. 2021.

HUMAN RIGHTS WATCH. Brasil: Eventos de 2020. Relatório Mundial. **Human Rights Watch**. 2021c. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2021/country-chapters/377397>. Acesso em: 3 ago. 2021.

HUMAN RIGHTS WATCH. EUA: Eventos de 2019. Relatório Mundial. **Human Rights Watch**. 2020b. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2020/country-chapters/336764>. Acesso em: 3 ago. 2021.

HUMAN RIGHTS WATCH. EUA: Eventos de 2020. Relatório Mundial. **Human Rights Watch**. 2021b. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2021/country-chapters/377523>. Acesso em: 3 ago. 2021.

HUMAN RIGHTS WATCH. Israel Expulsa Diretor da Human Rights Watch. **Human Rights Watch**. 2019. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2019/11/25/335964>. Acesso em: 3 ago. 2021.

HUMAN RIGHTS WATCH. Políticas israelenses abusivas constituem crimes de apartheid e perseguição. **Human Rights Watch**. 2021d. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2021/04/27/378578>. Acesso em: 3 ago. 2021.

HUMAN RIGHTS WATCH. Venezuela: Eventos de 2019. Relatório Mundial. **Human Rights Watch**. 2020a. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2020/country-chapters/336670>. Acesso em: 3 ago. 2021.

HUMAN RIGHTS WATCH. Venezuela: Eventos de 2020. Relatório Mundial. **Human Rights Watch**. 2021a. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2021/country-chapters/377387>. Acesso em: 3 ago. 2021.

IAN, Traynor. US campaign behind the turmoil in Kiev. **The Guardian**. Inglaterra. 2004. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2004/nov/26/ukraine.usa>. Acesso em: 12 mai. 2021.

IDROBO, Nicolás; KRONICK, Dorothy; RODRÍGUEZ, Francisco. Do Shifts in Late-Counted Votes Signal Fraud? Evidence from Bolivia. **SSRN**. Estados Unidos. 2020. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3621475. Acesso em: 24 mai. 2021.

INMAN, SAMUEL GUY. The Monroe Doctrine and Hispanic America. **The Hispanic American Historical Review**. Vol 4. Durken University Press. 1921. Disponível em: <https://read.dukeupress.edu/hahr/article/4/4/635/156332/The-Monroe-Doctrine-and-Hispanic-America>. Acesso em: 5 abr. 2021.

IRWIN, Robert. Pelo Amor ao Saber: Os Orientalistas e seus Inimigos. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2008.

ISMAILOV, Eldar; PAPAVAL, Vladimer. **Rethinking Central Eurasia**. Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program, Washington. 2010. Disponível em: http://www.silkroadstudies.org/resources/pdf/Monographs/2010_MONO_Ismailov-Papava_Rethinking-Central-Eurasia.pdf. Acesso em: 12 mai. 2027.

JAMES, George. R. Hart phillips, Times Reporter Who Covered Castro's Revolution. **The New York Times**. Nova Iorque. 1985. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1985/10/30/world/r-hart-phillips-times-reporter-who-covered-castro-s-revolution.html>. Acesso em: 20 jul. 2021.

JAPÃO. **The Constitution of Japan**. Constituição (1946). Disponível em: <https://www.solon.org/Constitutions/Japan/English/english-Constitution.html>. Acesso em 1 jun. 2021.

JEFFERSON, THOMAS. From Thomas Jefferson to James Monroe, 24 out. 1823. **Founders Online, National Archives**. 1823. Disponível em: <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/98-01-02-3827>. Acesso em: 5 abr. 2021.

KANDELAKI, Giorgi. Georgia's Rose Revolution: Participant's Perspective. **United States Institute Of Peace**, Special Report 167. Estados Unidos. 2006. Disponível em: https://www.usip.org/sites/default/files/sr167.pdf?fbclid=IwAR2x45GBN3Nbx782W93Zf9wJg9Hmpj_SYQlloFBZ1VtB5yb4cZurAA7ijC8. Acesso em: 11 mai. 2021.

KATZ, Claudio. **A Teoria da Dependência Cinquenta Anos Depois**. Expressão Popular, 1ª edição. São Paulo. 2020.

KEYNES, John Maynard. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. Saraiva. 2017.

KLANG, Mathias. Quantity Has a Quality All its Own. **Klangable**. 2016. Disponível em: <http://klangable.com/blog/quantity-has-a-quality-all-its-own/>. Acesso em: 21 jul. 2021.

KLIPPENSTEIN, Ken; GRIM, Ryan. Emails mostram que governo Trump ameaçou pesquisadores que questionaram fraude na Bolívia. **The Intercept Brasil**. Digital. 2021. Disponível em: <https://theintercept.com/2021/05/13/emails-trump-pesquisadores-fraude-bolivia/>. Acesso em: 24 mai. 2021.

KOHAN, Néstor. **Simón Bolívar y Nuestra Independencia: Una Lectura Latinoamericana**. La Rosa Blindada (Ediciones Digitales). Buenos Aires. 2013. Disponível em: <https://www.rebelion.org/docs/165601.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2021.

KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas: Das Revoluções Coloridas aos Golpes**. Expressão Popular, 1ª edição. 2018.

KORYBKO, Andrew; HADDAD, Hamsa. Chaos Theory, Global Systemic Change, And Hybrid Wars. **Comparative Politics**, vol.7, nº 4. Rússia. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/309818579_CHAOS_THEORY_GLOBAL_SYSTEMIC_CHANGE_AND_HYBRID_WARS. Acesso em: 16 mai. 2021.

KOWALSKI, Mateus. O Estado em reconstrução e a sua constituição. A intervenção no Iraque. **Relações Internacionais**. Lisboa, n. 26. 2010. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992010000200001&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 4 jun. 2021.

KRESCH, Daniela. Israel rompe com Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos após divulgação de empresas envolvidas com assentamentos. **RFI**. 2020. Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/mundo/20200213-israel-rompe-com-alto-comissariado-da-onu-para-direitos-humanos-ap%C3%B3s-divulga%C3%A7%C3%A3o-de-em>. Acesso em: 3 ago. 2021.

KURMANAEV, Anatoly; TRIGO, María Silvia. A Bitter Election. Accusations of Fraud. And Now Second Thoughts. **New York Times**. Nova York. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/06/07/world/americas/bolivia-election-evo-morales.html#click=https://t.co/HGrEx2Yd1h>. Acesso em: 24 mai. 2021.

KWAME, N'Krumah. **Neocolonialismo: Último Estágio do Imperialismo**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1967.

LABORDE, Antonia. EEUU Golpea al Régimen de Maduro con Duras Sanciones para Aislarlo. **El País**. Washington. 2019. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2019/08/06/actualidad/1565100666_827432.html. Acesso em: 8 jul. 2021.

LADEN, Osama bin. Excerto de entrevista concedida à Robert Fisk em 1996. In: FISK, Robert. Talks With Osama bin Laden. **The Nation**. Nova Iorque. 2002. Disponível em: <https://www.thenation.com/article/archive/talks-osama-bin-laden/>. Acesso em: 4 jun. 2021.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/Edgardo-Lander-org-A-Colonialidade-do-Saber-eurocentrismo-e-ci%C3%A2ncias-sociais-perspectivas-latinoamericanas-LIVRO.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2021.

LAUREANO, Rubén Cuéllar. Geopolítica. Origen del concepto e su evolución. **Revista de Relaciones Internacionales de la UNAM**, núm. 113. México. 2012. Disponível em: <http://www.revistas.unam.mx/index.php/rri/article/view/48963>. Acesso em: 10 fev. 2021.

LEIGH, David; WILSON, James. Counting Iraq's Victims: Dead Babies Always Figure Heavily in Atrocity Propaganda, and Osama Bin Laden is Merely the Latest to Exploit Them. But What is the Truth? **The Guardian**. Londres. 2001. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2001/oct/10/iraq.socialsciences>. Acesso em: 3 jun. 2001.

LEIRNER, Piero C. **O Brasil no Espectro de uma Guerra Híbrida**: Militares, Operações Psicológicas e Política em uma Perspectiva Etnográfica. Alameda Editorial, 1ª edição. São Paulo. 2020.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo**: etapa superior do capitalismo. Navegando Publicação. São Paulo. 2011.

LIY, Macarena Vidal. Manifestantes de Hong Kong empunham a bandeira dos EUA para pedir ajuda internacional. **El País** - Internacional. 9 set. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/08/internacional/1567943773_228769.html. Acesso em: 18 mai. 2021.

LUCENA, Eleonora de; LUCENA, Rodolfo. Brasil É Alvo de Guerra Híbrida, Diz Analista. **Tutaméia**. Digital. 2018. Disponível em: <https://tutameia.jor.br/brasil-e-alvo-de-guerra-hibrida/>. Acesso em: 25 mai. 2021.

LUSA. EUA vão tomar medidas contra organizações ligadas a movimento que boicota Israel. **SIC Notícias**. 2020. Disponível em: <https://sicnoticias.pt/mundo/2020-11-19-EUA-vao-tomar-medidas-contras-organizacoes-ligadas-a-movimento-que-boicota-Israel>. Acesso em: 3 ago. 2021.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**: Estudo sobre a Interpretação Econômica do Imperialismo. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1970.

MACKINDER, Halford John. **Democratic Ideals and Reality**: A Study in the Politics of Reconstruction. NDU Press. Washington. 1942. Disponível em: https://www.files.ethz.ch/isn/139619/1942_Democratic_Ideals_Reality.pdf. Acesso em: 12 mai. 2021.

MACKINDER, Halford John. The Geographical Pivot of History. **The Geographical Journal**, vol. 170, nº 4. Reino Unido. 2004. Disponível em: https://www.iwp.edu/wpcontent/uploads/2019/05/20131016_MackinderTheGeographicalJournal.pdf. Acesso em: 12 mai. 2021.

MÄDER, Maria Elisa Noronha de Sá. Revoluções de Independência na América Hispânica: Uma Reflexão Historiográfica. **Revista de História**, dossiê “1808”, nº 159. São Paulo. 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19094/21157>. Acesso em: 15 jun. 2021.

MADURO, Nicolás. Declaração sobre a tentativa de golpe na Venezuela, via rede social Twitter. **Twitter**. 2019. Disponível em: <https://twitter.com/NicolasMaduro/status/1123227500367290368>. Acesso em: 7 jul. 2021.

MAHAN, Alfred Thayer. **The Influence of Sea Power Upon History**. Little, Brown and Company, 12ª edição. Boston. 1918. Disponível em: <https://archive.org/details/influenceofseapo00mahauoft/page/n5/mode/2up?ref=ol&view=theater>. Acesso em 12 mai. 2021.

MAIA, Fernando J. Ferreira.; FARIAS, Mayara H. Veríssimo de. Colonialidade do poder: A formação do eurocentrismo como padrão de poder mundial por meio da colonização da América. **INTERAÇÕES**, vol. 21, nº 3. Paraíba. 2020. Disponível em: <https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/2300>. Acesso em: 3 mar. 2021.

MALDONADO, Carlos Salinas. Presidente Daniel Ortega expulsa missão da ONU da Nicarágua. **El País**. Manágua. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/31/internacional/1535731267_370756.html. Acesso em: 3 ago. 2021.

MANENTE, Ruben Rockenbach. Teoria Crítica dos Direitos Humanos e Execução Provisória da Pena de Prisão: O Caso do Supremo Tribunal Federal Brasileiro. Tese de Doutorado (Ciências Jurídicas e Políticas). **Universidad Pablo de Olavide**. Sevilla. 2016. Disponível em: <https://rio.upo.es/xmlui/bitstream/handle/10433/4402/rockenbach-manente-tesis-16-17.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 mai. 2021.

MANN, Steven. Chaos Theory and Strategic Thought. U.S. Army War College: **Parameters**. Estados Unidos. 1992. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a528321.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2021.

MANOEL, Jones. Sobre Tática, Estratégias e Princípios. **Disparada**. 2019. Disponível em: <https://disparada.com.br/tatica-estrategia-e-principios/>. Acesso em: 10 mai. 2021. Mark Weisbrot. Entrevista à Carta Capital. In: CARTA CAPITAL. Governo Biden deve revelar papel dos EUA no impeachment de Dilma, diz economista. **Carta Capital**. Brasil. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/governo-biden-deve-revelar-papel-dos-eua-no-impeachment-de-dilma-diz-economista/>. Acesso em: 24 mai. 2021.

MARS, Amanda. Así se Lanzó Trump al Derribo de Maduro. **El País**. Washington. 2019. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2019/02/02/estados_unidos/1549129687_137099.html. Acesso em: 6 jul. 2021.

MARS, Amanda. EUA oferecem total apoio a Guaidó, enquanto União Europeia pede prudência. **El País**. São Paulo/Washington. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/30/politica/1556639797_476065.html. Acesso em: 7 jul. 2021.

MARS, Amanda; MONGE, Yolanda. Biden impõe sanções ao ministro da Defesa de Cuba e aos 'boinas negras' por reprimir protestos. **El País**. Washington. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-07-22/biden-impoe-sancoes-ao-ministro-da-defesa-de-cuba-e-aos-boinas-negras-por-reprimir-protestos.html>. Acesso em: 29 jul. 2021.

MARSHALL, Victor. The Lies We Are Told About Iraq. **Los Angeles Times**. Los Angeles. 2003. Disponível em: <https://www.latimes.com/archives/la-xpm-2003-jan-05-op-marshall5-story.html>. Acesso em: 3 jun. 2021.

MARTI, JOSÉ. José Martí: Nuestra América. **Karisma Digital**, vol.6. 2011. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Cuba/cem-cu/20150114041836/Vol06.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2021.

MARTI, JOSÉ. Nuestra América. In: **José Martí: Obras Completas**. Vol.6. Centro de Estudos Martianos. 2011. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Cuba/cem-cu/20150114041836/Vol06.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2021.

MARTINS, Dayqueline Cortez Gomes. Haiti no Contexto Regional e Geopolítico: Uma Abordagem Sobre os Desafios Para a (Re)Construção do Estado Nacional e a Minustah (2017). Dissertação de Mestrado (Integração Latino-Americana). **Universidade Federal da Integração Latino-Americana**. Foz do Iguaçu. 2019. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/5063/CORTEZ%2C%20D.G.M.%202019.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 jun. 2021.

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. Boitempo, 2ª edição. São Paulo. 2010.

MARX, Karl. Las Atrocidades Inglesas em China. New York Daily Tribune, nº 4984. 1857. In: ENGLES, F.; MARX, Karl. **Acerca del Colonialismo: Artículos y Cartas**. Editorial Proreso. Moscou. 1970. Disponível em: https://proletarios.org/books/Marx-Engels-Acerca_del_colonialismo.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I, vol. 2. Nova Cultural. São Paulo. 1996. Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-vol-2.pdf/view>. Acesso em: 15 mar. 2021.

MARX, Karl. **Sobre a Questão Judaica**. Boitempo, 1ª edição. São Paulo. 2010.

MATOS, Sergio Ricardo Reis; SOUZA, Marcelo Bastos de; PEREZINO, Paulo Eduardo de Mello. Os Conflitos Contemporâneos E A Teoria De Sun Tzu: Novas Abordagens, Antigos Postulados. **Revista InterAção**, vol. 9, n. 9. Santa Maria. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/17084>. Acesso em: 5 mai. 2021.

MATSUMOTO, Karina Satomi. "Mulheres de conforto" em Okinawa. **Okinawando**. Brasil. 2017. Disponível em: <https://okinawando.wordpress.com/2017/03/08/mulheres-de-conforto-em-okinawa/>. Acesso em: 1 jun. 2021.

MATTIS, James N.; Frank Hoffman. Future Warfare: The Rise of Hybrid Wars. **USNI**, vol. 132. Estados Unidos. 2005. Disponível em: <http://milnewstbay.pbworks.com/f/MattisFourBlockWarUSNINov2005.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2021.

MAYA, Margarita López. La Crisis del Chavismo en La Venezuela Actual. **Estudios Latinoamericanos**, nº 38. Cidade do México. 2016. Disponível em: <http://revistas.unam.mx/index.php/rel/article/view/57462>. Acesso em: 5 jul. 2021.

MAZOLLI, Larissa. As Teorias Marxistas sobre o Imperialismo e a Origem do Capital Financeiro. In: **Colóquio Nacional Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática**. Niterói. 2011.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. A Influência dos Tratados Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos no Direito Interno Brasileiro e a Primazia da Norma Mais Favorável como Regra de Hermenêutica Internacional. **Revista de Informação Legislativa**, ano 37, nº 147. Brasília. 2000. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496879/RIL147.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 mai. 2021.

MBAYA, Etienne-Richard. Gênese, Evolução e Universalidade dos Direitos Humanos Frente à Diversidade de Culturas. **Estudos Avançados**, vol. 11, nº 30. São Paulo. 1997. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8993>. Acesso em 27 mai. 2021.

MEDEIROS, Jonas. “Guerras Híbridas”, um panfleto pró-Putin e demofóbico. **Correio da Cidadania**. São Paulo. 2020. Disponível em: <https://www.correiodacidade.com.br/cultura-esporte/14038-guerras-hibridas-um-panfleto-pro-putin-e-demofobico>. Acesso em: 24 mai. 2021.

MÉDICOS SEM FRONTEIRAS. Refugiados e Deslocados Internos. **MSF**. [s/d]. Disponível em: <https://www.msf.org.br/o-que-fazemos/atuacao/refugiados-e-deslocados-internos>. Acesso em: 20 jul. 2021.

MEHTA, Coleman Armstrong. “A Rat Hole to be Watched”? Cia Analyses of the Tito-Stalin Split, 1948-1950. Tese de Mestrado (Artes). **North Carolina State University**. Carolina do Norte. 2005. Disponível em: <https://repository.lib.ncsu.edu/bitstream/handle/1840.16/1006/etd.pdf?sequence=1>. Acesso em: 17 mai. 2021.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo da geopolítica?** HUCITEC-Instituto Leonel Itaussu, 2ª edição. São Paulo. 2015.

MELLO, Michele de. 1 Ano Após Golpe Frustrado, Venezuela Mostra Balanço de Provas de Ligação dos EUA. **Brasil de Fato**. Caracas. 2021b. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/05/03/1-ano-apos-golpe-frustrado-venezuela-mostra-balanco-de-provas-de-ligacao-dos-eua>. Acesso em: 7 jul. 2021.

MELLO, Michele de. Cinco Crimes Previstos No Contrato de Invasão à Venezuela Assinado por Juan Guaidó. **Brasil de Fato**. 2020a. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/11/cinco-crimes-previstos-no-contrato-de-invasao-a-venezuela-assinado-por-juan-guaido>. Acesso em: 7 jul. 2021.

MELLO, Michele. Em Seis Anos de Bloqueio, Venezuela Foi Alvo de 150 Sanções e 11 Tentativas de Golpe. **Brasil de Fato**. Caracas. 2020b. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/08/em-seis-anos-de-bloqueio-venezuela-foi-alvo-de-150-sancoes-e-11-tentativas-de-golpe>. Acesso em: 8 jul. 2021.

MELLO, Michelle de. Dois Anos de Autoproclamação de Juan Guaidó: O que Mudou na Venezuela? **Brasil de Fato**. Caracas. 2021a. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/02/16/dois-anos-de-autoproclamacao-de-juan-guaido-o-que-mudou-na-venezuela>. Acesso em: 7 jul. 2021.

MELODY, Luana. Haiti pede ajuda militar de EUA e ONU após assassinato de presidente. **Metrópoles**. 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/mundo/haiti-pede-ajuda-militar-de-eua-e-onu-apos-assassinato-de-presidente>. Acesso em: 12 jul. 2021.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. **Cárcere e Fábrica**. Editora Revan. Rio de Janeiro. 2006.

MEMO. A oposição da Grã-Bretanha às sanções contra Israel expõe apoio à ocupação e seus crimes. **Instituto de Pesquisa Política Monitor do Oriente Médio**. 2021. Disponível em: <https://www.monitordooriente.com/20210611-a-oposicao-da-gra-bretanha-as-sancoes-contra-israel-expoe-apoio-a-ocupacao-e-seus-crimes/>. Acesso em: 3 ago. 2021.

MENDONÇA, Marina Gusmão de; ABRÃO, Rafael Almeida. Subdesenvolvimento, Desindustrialização e Exploração de Recursos Naturais: O Petróleo da Camada de Pré-Sal como Chave ou Entrave para o Desenvolvimento Nacional. **Revista Aurora**, vol. 8, nº 2. São Paulo. 2015. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/4849>. Acesso em: 12 abr. 2021.

MERINO, Gabriel Esteban. La reconfiguración imperial de los Estados Unidos y las fracturas frente al ascenso de China. **Revista de Estudios Estratégicos**. Cuba. Disponível em: http://www.cipi.cu/sites/default/files/2020-01/CEE_07.pdf. Acesso em: 11 abr. 2021.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, nº 94. Rio de Janeiro. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092017000200507&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 12 mar. 2021.

MIGUEL, Bernardo de. UE impõe sanções à família de Daniel Ortega por violação de direitos humanos na Nicarágua. **El País**. Bruxelas. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-08-02/ue-impoe-sancoes-a-familia-de-daniel-ortega-por-violacao-de-direitos-humanos-na-nicaragua.html>. Acesso em: 3 ago. 2021.

MIRANDA, José Alberto Antunes de. Venezuela, Democracia e Militarismo: Uma Análise Crítica. **Revista Eletrônica Direito e Política**. Itajaí, vol. 13, n.2. 2018. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rdp/article/view/13350>. Acesso em: 29 jun. 2021.

MISOCZKY, M. C.; BÖHM, S. Resistindo ao desenvolvimento neocolonial: a luta do povo de Andalgá contra projetos megamineiros. **Cadernos EBAPE.BR**, vol. 11, nº 2, p. 311-339. Rio de Janeiro. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512013000200008. Acesso em: 13 abr. 2021.

MOLEIRO, Alonso. Maduro Asegura que Está Dispuesto a Reunirse con Guaidó Bajo la Supervisión de la UE y Noruega. **El País**. Caracas. 2021. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2021-05-13/maduro-asegura-que-esta-dispuesto-a-reunirse-con-juan-guaido-bajo-la-supervision-de-la-ue-y-noruega.html>. Acesso em 7 jul. 2021.

MONIZ, Luiz Alberto Bandeira. **A Desordem Mundial**: O espectro da total dominação: guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2018.

MONIZ, Luiz Alberto Bandeira. Entrevista à Revista Opera. In: MARIN, Pedro. Moniz Bandeira: Objetivo dos EUA é anular a soberania dos Estados nacionais. **Revista Opera**. 2016. Disponível em: <https://revistaopera.com.br/2016/11/23/moniz-bandeira-objetivo-dos-eua-e-anular-soberania-dos-estados-nacionais/>. Acesso em: 24 mai. 2021.

MONROE, James. **Transcript of Monroe Doctrine** [Discurso]. 2 dez. 1823. Washington. Disponível em: <https://www.ourdocuments.gov/doc.php?flash=false&doc=23&page=transcript>. Acesso em: 05 abr. 2021.

MONTESQUIEU. **Cartas persas**. Consejo Nacional Para La Cultura y Las Artes. México. 1992. Disponível em: <https://lorenazaragoza.files.wordpress.com/2014/09/montesquieu-cartas-persas.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2021.

MOORE, Wilbert E. **Man, Time, and Society**. Jonhn Wiley & Son, Inc. New York and London. 1963. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015072106936&view=1up&seq=8>. Acesso em: 16 fev. 2021.

MORAIS, Alan Brandão de. A Questão da Soberania do Estado em Hegel e no Jovem Marx. Dissertação de Mestrado (Filosofia). **UFBA**. Salvador. 2017. Disponível em: https://ppgf.ufba.br/sites/ppgf.ufba.br/files/dissertacao_alan_brandao_de_morais.pdf. Acesso em: 22 mai. 2021.

MORALES, Evo. Comentário em sua rede social acreditada (Twitter) sobre o documento que comprova o envio de armamentos à Força Aérea Boliviana pela Argentina. **Twitter**. 2021. Disponível em: <https://twitter.com/evoespueblo/status/141346822523330183>. Acesso em: 13 jul. 2021.

MOURA, Lucas da Trindade. A Ascensão do Governo Chávez na Venezuela e sua Relação com os Movimentos Sociais. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina - GT 6. Revoluções na América Latina e Dilemas do Socialismo. **GEPAL**. Londrina. 2013. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v6_lucas_GVI.pdf. Acesso em 1 jul. 2021.

MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. Hiroshima e Nagasaki: razões para experimentar a nova arma. **Scientiae Studia**, v. 3, n. 4, p. 683-710. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ss/v3n4/a10v3n4.pdf>. Acesso em: 4 mai. 2021.

MÚNERA, Alfonso. 2010. In: CHUST, Manuel (ed.). **Las Independencias Iberoamericanas en su Laberinto**: Controversias, Cuestiones, Interpretaciones. Universitat de València (PUV). Valência. 2010.

MURALT, Malou Von. A árvore que se tornou país. **Revista USP**. São Paulo. 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13560>. Acesso em: 11 mar. 2021.

MUSEU VIRTUAL MEMORIAL DA DEMOCRACIA (Brasil). América Latina: Venezuela. A luta Armada na Venezuela. **Memorial da Democracia**. [s/d]. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/america-latina/12>. Acesso em: 20 jul. 2021.

MYERS, Steven Lee. In Hong Kong Protests, China Angrily Connects Dots Back to U.S. **The New York Times**. New York. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/09/05/world/asia/china-hong-kong-protests.html>. Acesso em: 19 mai. 2021.

NADEEM, Amir. Hybrid Warfare and Neo-colonialism. **Daily Times**. Paquistão. Disponível em: <https://dailytimes.com.pk/347731/hybrid-warfare-and-neo-colonialism/>. Acesso em: 20 mai. 2021.

NASCIMENTO, Washington Santos. Contornos das Identidades Angolanas: O “Crioulo”, O “Assimilado” e O “Angolano” na Segunda Metade do Século XX (1945 – 1975). XXVI Simpósio Nacional de História. **ANPUH**. São Paulo. 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300905247_ARQUIVO_ContornosdasIdentidadesAngolanasANPUHw2003.pdf. Acesso em: 20 mar. 2021.

NASSIF, RICARDO. **José Martí**. Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana. 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4678.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2021.

NATIVIDADE Vanusa Baca da. A Atuação dos Estados Unidos da América no Conselho de Segurança da ONU: O Caso Guerra do Golfo e suas Consequências. TCC (Relações Internacionais). **UnICEUB**. 2004. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/9415/1/20065706.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2021.

NAVARRO, Deus. O Canal do Panamá: Política e Estratégia. **Universitas Relações Internacionais**, vol. 13, nº 2. Brasília. 2015. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/view/3554>. Acesso em: 9 jun. 2021.

NEMETH, William J. Future War and Chechnya: A Case for Hybrid Warfare. Master's Thesis. **Naval Postgraduate School**. Monterey. 2002. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/36699567.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2021.

NICOLAV, Vanessa. Em Meio à Pandemia, Haitianos Pedem a Saída de Governo Acusado de Corrupção. **Brasil de Fato**. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/21/em-meio-a-pandemia-haitianos-pedem-a-saida-de-governo-acusado-de-corrupcao>. Acesso em: 12 jul. 2021.

NOVAES, Fernanda. O Capitalismo no Quadro Escravista dos Eua e a Modernidade Industrial. **Almanack**, nº. 23. Guarulhos. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-46332019000300500&tlng=pt. Acesso em 20 abr. 2021.

NUNES, Edson Mendes Júnior. A Cobertura da Mídia Latino-Americana na Constituinte de Nicolás Maduro. Dissertação de Mestrado (Ciências Políticas). **UNIRIO**. Rio De Janeiro. 2020. Disponível em: http://www.unirio.br/ppgcp/DissertaoEdson_PPGCP.pdf. Acesso em: 6 jul. 2021.

NYE, Joseph S. **O Paradoxo do Poder Americano**: Porque a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada. Editora Unesp. São Paulo. 2002.

O GLOBO. Em Vídeo, Americano Detido na Venezuela Diz que Plano era Colocar Maduro em Avião e Levá-lo para os EUA. **O Globo**. 2020b. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/em-video-americano-detido-na-venezuela-diz-que-plano-era-colocar-maduro-em-aviao-leva-lo-para-os-eua-24412863>. Acesso em: 7 jul. 2021.

O GLOBO. Estrategista de Guaidó Admite que assinou Contrato e Pagou por Ataque na Venezuela. **O Globo**. 2020a. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/estrategista-de-guaido-admite-que-assinou-contrato-pagou-por-ataque-na-venezuela-24414811>. Acesso em: 7 jul. 2021.

O GLOBO. Eua Voltam A Bloquear Resolução do Conselho de Segurança da ONU sobre Conflito em Israel. **O Globo**. 2021a. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/eua-voltam-bloquear-resolucao-do-conselho-de-seguranca-da-onu-sobre-conflito-em-israel-25014167>. Acesso em: 18 mai. 2021.

O GLOBO. Nicarágua amplia repressão com prisão de ex-primeira-dama e jornalista; ONU e 59 países pedem libertação de opositores. **O Globo**. 2021b. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/nicaragua-amplia-repressao-com-prisao-de-ex-primeira-dama-jornalista-onu-59-paises-pedem-libertacao-de-opositores-1-25072016>. Acesso em: 3 ago. 2021.

OEA. Nota à Imprensa: Declaração da Secretaria-Geral da OEA sobre incidentes em Washington, DC. **OEA**. Internacional. 2021. Disponível em: https://www.oas.org/pt/centro_midia/nota_imprensa.asp?sCodigo=P-001/21. Acesso em: 25 mai. 2021.

OLIVEIRA, Gecilene da Silva; SILVA, Euza Maria Pereira da; AMARAL, Leila Dias Pereira do. A Reinvenção da Europa a Partir da Colonialidade da América. **Revista Humanidades e Inovação**, vol. 6, nº 7. Tocantins. 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1310>. Acesso em: 13 abr. 2021.

OLIVEIRA, Leandro Roque de. Programa Papo de Segunda: Entrevista com Luciano Huck em 7 de junho de 2021. **GNT**. 2021. Disponível em: <https://twitter.com/canalgnt/status/1402091442227580930>. Acesso em: 30 jul. 2021.

OLIVEIRA, Renata Paes de. Do Apartheid ao Século XXI: Histórico da Democratização Sul-Africana. TCC (Ciências Econômicas). **UFSC**. Florianópolis. 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/123731>. Acesso em: 25 abr. 2021.

ONU. Entenda a Crise no Chifre da África. Perspectiva Global Reportagens Humanas. **ONU News**. Internacional. 2011. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2011/08/1383831-entenda-crise-no-chifre-da-africa>. Acesso em: 27 abr. 2021.

OPERA MUNDI. Iraque pede retirada de tropas norte-americanas do país e denuncia EUA à ONU. **Brasil de Fato**. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/05/iraque-pede-retirada-de-tropas-norte-americanas-do-pais-e-denuncia-eua-a-onu/>. Acesso em: 6 jun. 2021.

OPERA MUNDI. ONU Condena por 187 Votos a 3 Bloqueio dos EUA a Cuba; Brasil Vota Contra pela 1ª vez. **Opera Mundi**. 2019b. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/11/07/onu-condena-por-187-votos-a-3-bloqueio-dos-eua-a-cuba-brasil-vota-contr-pela-1a-vez>. Acesso em: 13 jul. 2021.

OPERA MUNDI. Venezuela Diz que Chefe de Gabinete de Guaidó Liderava 'Célula Terrorista' e Investiga Participação no Atentado Contra Maduro. **Opera Mundi**. 2019a. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/55403/venezuela-diz-que-chefe-de-gabinete-de-guaido-liderava-celula-terrorista-e-investiga-participacao-no-atentado-contr-maduro>. Acesso em: 7 jul. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 7 jun. 2021.

ORTEGA, Felipe Afonso. Cores da Mudança? As Revoluções Coloridas e seus Reflexos em Política Externa. Dissertação de Mestrado (Relações Internacionais). **PUC-SP**. São Paulo. 2009. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/ipri/btd/index.php/10-dissertacoes/1892-cores-da-mudanca-as-revolucoes-coloridas-e-seus-reflexos-em-politica-externa>. Acesso em: 11 mai. 2021.

OSCE. Presidential Election, 15 October 2017: Kyrgyzstan. **Organization for Security and Co-operation in Europe**. Austria. 2017. Disponível em: <https://www.osce.org/odihr/elections/kyrgyzstan/333296>. Acesso em: 12 mai. 2021.

PAREJA, Francisco Alfaro. El Conflicto por la Independência de Venezuela: Una Historia de Paz Imperfecta. **Revista Politeia**, vol. 36, nº 51. Venezuela. 2013. Disponível em: http://saber.ucv.ve/ojs/index.php/rev_pol/article/view/8417. Acesso em: 28 jun. 2021.

PAREJA, Francisco Alfaro. La Independência de Venezuela Relatada em Clave de Paz. Las Regulaciones Pacíficas entre Patriotas y Realistas (1810 – 1846). Tese de Doutorado (Estudos de Paz, Conflitos e Desenvolvimento). **Universitat Jaume I**. Castellón. 2013. Disponível em: <https://www.tdx.cat/handle/10803/113594#page=1>. Acesso em: 22 jun. 2021.

PASCUAL, Alejandra Leonor. O Processo Pacificador de Contadora na América Central: Uma Tentativa de Solução Latino-Americana para os Conflitos Latino-Americanos. Dissertação de Mestrado (Direito). **UFSC**. Florianópolis. 1990. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/106309>. Acesso em 30 jun. 2021.

PATRICK, Andrew. O Irã entre o Ocidente e sua Autodeterminação. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, (24). 2005. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3729/2977>. Acesso em: 8 mar. 2021.

PAZELLO, Ricardo Prestes. Direito Insurgente: Fundamentações Marxistas desde a América Latina. **Revista Direito e Práxis**, vol. 9, nº. 3. Rio de Janeiro. 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/36564/26065>. Acesso em: 24 mai. 2021.

PEJIC, Nenad. Serbia: The First Colored Revolution?. **RFE/RL**. Estados Unidos. 2008. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/1079368.html>. Acesso em: 12 mai. 2021.

PENNAFORTE, Charles; OLIVEIRA, Fabiana. Sistema-Mundo e Movimentos Antissistêmicos: Uma Análise Crítica da Venezuela Pós-Chávez. **BJIR**, vol. 8, nº 1. 2019. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/8913>. Acesso em: 5 jul. 2021.

PENZA NEWS. Any attempt to distort history and results of Second World War must be firmly neutralized. **Penza News**. Penza/Rússia. 2020. Disponível em: <https://penzanews.ru/en/analysis/66646-2020>. Acesso em: 20 mai. 2021.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. África do Sul independente: segregação, Apartheid e transição pactuada (1910-1994). In: VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **África do Sul: História, Estado e Sociedade**. FUNAG/CESUL. Brasília. 2010. Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca/download/709-africa_do_Sul_-_Historia_Estado_e_Sociedade.pdf. Acesso em: 22 mai. 2021.

PEREIRA, Francisco José. **Apartheid**: o horror branco na África do Sul. Editora Brasiliense, 6ª edição. São Paulo. 1994.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. O Gigante Fora do Tempo: A Guerra do Iraque e o Sistema Global. **Política Externa**, vol. 12, nº 1. São Paulo. 2003. Disponível em: https://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/bresser_-_giganteforatempo.pg_.pdf. Acesso em: 5 jun. 2021.

PÉREZ, Caracciolo Parra. **Historia de La Primera República de Venezuela**. Fundación Biblioteca Ayacucho. Caracas. 1992.

PEROVIĆ, Jeronim. The Tito-Stalin Split: A Reassessment in Light of New Evidence. **Journal of Cold War Studies**, vol. 9, nº 2. 2007. Estados Unidos. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/18241988.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2021.

PETERSON, Scott. In War, Some Facts less Factual. **The Christian Science Monitor**. Moscou. 2002. Disponível em: <https://www.csmonitor.com/2002/0906/p01s02-wosc.html>. Acesso em: 3 jun. 2021.

PHILLIP, Ruby Hart. Red Plans Foiled in Venezuela. **Newsday**: Latin American Times. Parcialmente Desclassificado pela CIA e aprovado para liberação em 2014. 1965. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP73-00475R000101320003-8.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

PILGER, John Squeezed to death: Half a Million Children Have Died in Iraq Since UN Sanctions were Imposed - Most Enthusiastically by Britain and the US. Three UN Officials Have Resigned in Despair. Meanwhile, Bombing of Iraq Continues Almost Daily. John Pilger Investigates. **The Guardian**. Londres. 2000. Disponível em: <https://www.theguardian.com/theguardian/2000/mar/04/weekend7.weekend9>. Acesso em: 3 jun. 2021.

PIMENTA, João Paulo. Com os olhos na américa espanhola: A independência do brasil (1808-1822). 2005. In: FRANCO, Alvaro da Costa; COUTINHO, Maria do Carmo Strozzi. Cadernos do CHDD. **Fundação Alexandre de Gusmão**, Centro de História e Documentação Diplomática, ano IV, nº Especial. Brasília. 2005.

PINTO, Marcio Morena. “A Questão Judaica” e a Crítica de Marx à Ideologia dos Direitos do Homem e do Cidadão. **Controvérsia**, vol. 2, nº 1. São Leopoldo. 2006. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/controversia/article/view/7087>. Acesso em: 28 mai. 2021.

POLGATI, Arturo Contreras. Análisis Crítico De La Geopolítica Contemporánea. **Revista Política y Estrategia**, nº 108. 2007. Chile. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5625301>. Acesso em: 11 fev. 2021.

PRADO, Maria Ligia Coelho. A pena e a espada a Revue des Deux Mondes e a intervenção francesa no México. **Varia História**. Belo Horizonte, vol. 30, nº 54, p.613-630. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v30n54/a02v30n54.pdf>. Acesso em 5 abr. 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. **Ecuador Debate**, nº 44. Quito. 1998. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/handle/10469/6042>. Acesso em: 22 fev. 2021.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESSES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: 2009.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas**. CLASCO. Buenos Aires. 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 24 fev. 2021.

QUIJANO, Anibal; WALLERSTEIN, Immanuel. La americanidad como concepto, o América em el moderno sistema mundial. In: UNESCO. América, 1492-1992: Trayectorias históricas y elementos del desarrollo. **Revista Internacional de Ciencias Sociales**, vol. XLIV, nº 4. 1992. Catalunya. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000092840_spa. Acesso em: 11 mar. 2021.

RÁCZ, András. **Russia's Hybrid War in Ukraine: Breaking the Enemy's Ability to Resist**. Finnish Institute of International Affairs. Helsinki. 2015. Disponível em: <https://www.fiia.fi/en/publication/russias-hybrid-war-in-ukraine>. Acesso em: 5 mai. 2021.

RENNEBOHM, Max. Serbians overthrow Milosevic (Bulldozer Revolution), 2000. **Global Nonviolent Action Database**. Internacional. 2011. Disponível em: <https://nvdatabase.swarthmore.edu/content/serbians-overthrow-milosevic-bulldozer-revolution-2000#case-study-detail>. Acesso em: 12 mai. 2021.

RFI. Cuba Acusa Washington de Querer Provocar "Agitação Social" na Ilha. **Rádio França Internacional**. 2021. Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/am%C3%A9ricas/20210712-cuba-acusa-washington-de-querer-provocar-agita%C3%A7%C3%A3o-social-na-ilha>. Acesso em: 12 jul. 2021.

RFI. Juan Guaidó se Autoproclama Presidente Interino da Venezuela com Apoio de Trump. **Rádio França Internacional**. 2019. Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/americas/20190123-juan-guaido-se-autoproclama-presidente-interino-da-venezuela-com-apoio-de-trump>. Acesso em: 6 jul. 2021.

RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. Capítulos Sobre A História Do Século XX. Tese de Doutorado (História). **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/78183>. Acesso em: 14 abr. 2021.

RIBEIRO, Ricaro Alaggio. A Aliança para o Progresso e as Relações Brasil-Estados Unidos. Tese de Doutorado (Ciência Política). **UNICAMP**. Campinas. 2006. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/280107/1/Ribeiro_RicardoAlaggio_D.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

RIBEIRO, Vicente Neves da Silva. 11 e 12 de abril: Um Ensaio. Golpe e Terrorismo de Estado na Venezuela do Século XXI. UFRS - IX Encontro Estadual de História. **ANPUH**. Porto Alegre. 2008. Disponível em: http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1214060660_ARQUIVO_COMUNICACAOANPUH12DEABRILREVISADA.pdf. Acesso em: 2 jul. 2021.

RIVARA, Lautaro. O Assassinato de Moïse e a Política dos Rios Problemáticos. **MST**. Porto Príncipe. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/07/09/o-assassinato-de-moise-e-a-politica-dos-rios-problematicos/>. Acesso em: 12 jul. 2021.

ROBINSON, Matt; ANTIDZE, Margarita. Biden says U.S. stands with Georgia a year after war. **Reuters**. Inglaterra. 2009. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-georgia-biden-idUSLM30112020090722>. Acesso em: 11 mai. 2021.

ROCHA, Bruno Lima. Uma análise de fundo a partir do golpe de Estado na Bolívia. **Instituto Humanitas Unisinos**. Rio Grande do Sul. 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/594248-uma-analise-de-fundo-a-partir-do-golpe-de-estado-na-bolivia>. Acesso em: 24 mai. 2021.

ROCHA, Ivan Esperança. O Cilindro de Ciro: Usos e Abusos do Passado. **Notandum**, ano 23, nº 54. São Paulo. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/notandum/article/view/52702/751375150581>. Acesso em: 27 mai. 2021.

ROCHA, Maria Corina; BARBOSA, Muryatan Santana. **Síntese da coleção História Geral da África: Século XVI ao Século XX**. Coordenação de Valter Roberto Silvério. UNESCO, MEC, UFSCar. Brasília. 2013.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. Guerra Híbrida na América do Sul: Uma Definição Das Ações Políticas Veladas Sul Global. In: Reconfigurações do Sistema Global, vol. 1, nº 1. **Sul Global**. Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/sg/article/view/31949>. Acesso em: 25 mai. 2021.

RODRIGUES, Fania. Exclusivo: A ajuda humanitária à Venezuela tornou-se um negócio milionário. **Revista Forum online**. 2021. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/global/exclusivo-a-ajuda-humanitaria-a-venezuela-tornou-se-um-negocio-milionario/#>. Acesso em: 27 jul. 2021.

RODRIGUES, Juan Pablo Martín. **Bartolomé de las Casas: A Pena contra a Espada**. Universidade Federal de Pernambuco. 2006. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7816/1/arquivo7587_1.pdf. Acesso em: 22 fev. 2021.

ROJAS, JOSÉ LOPES-PORTILLO Y. La Doctrina Monroe. Tipografía Economica. **2ª de San Lorenzo**. No 32. México. 1912. Disponível em: <https://digitalcommons.law.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1007&context=amlaw>. Acesso em: 5 abr. 2021.

ROOSEVELT, Theodore. Address of Vice President Roosevelt, Minnesota State Fair, Minneapolis, Sept. 2nd, 1901. **Harvard College Library**. Cambridge. 1901. Disponível em: <https://www.theodorerooseveltcenter.org/Research/Digital-Library/Record?libID=o286433>. Acesso em: 9 jun. 2021.

ROOSEVELT, Theodore. December 6, 1904: Fourth Annual Message. Transcript. **Miller Center**. Virginia. 1904. Disponível em: <https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/december-6-1904-fourth-annual-message>. Acesso em: 9 jun. 2021.

ROTH, Kenneth. Declaração Sobre a Deportação de Omar Shakir, em 2019. In: HUMAN RIGHTS WATCH. Israel Expulsa Diretor da Human Rights Watch. **Human Rights Watch**. 2019. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2019/11/25/335964>. Acesso em: 3 ago. 2021.

RUBIO, Marco. Declaração sobre a Venezuela via rede social Twitter. **Twitter**. 2019. Disponível em: <https://twitter.com/marcorubio/status/1087835664706613249>. Acesso em: 6 jul. 2021.

RUSSEL, THOMAS H. **Mexico in Peace and War**. Reilly and Britto Syndicate. Chicago. 1914. Disponível em: <https://archive.org/details/in.ernet.dli.2015.60915/page/n123/mode/2up>.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: O Oriente como invenção do Ocidente. Cia. das Letras. São Paulo. 1990. Acesso em: 5 abr. 2021.

SALGADO, Tiago Santos. A Ingerência estadunidense na Venezuela Chavista. **Aedos**, vol. 9, nº 21. Porto Alegre. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/74387>. Acesso em: 2 jul. 2021.

SALIM, Ahmed Idha. O litoral e o interior da África Oriental de 1800 a 1845 In: UNESCO. **História Geral Da África, VI**: África do século XIX à década de 1880. Brasília. 2010. Disponível em: http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/hist_geral_6_0.pdf. Acesso em 15 abr. 2021.

SAMPAIO, Eduardo Henrique Moura. O Papel Da Hegemonia Americana No Mundo: Uma Reflexão Do Pós Segunda Guerra E Dos Dias Atuais. Especialização (Relações Internacionais). **UFPR**. Paraná. 2011. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/42714>. Acesso em: 7 abr. 2021.

SÁNCHEZ, Cristobal Orrego. **Filosofía**: Conceptos Fundamentales. Una Nueva Introducción al Pensamiento Crítico. UNAM. México. 2020. Disponível em: <https://biblio.juridicas.unam.mx/bjv/detalle-libro/6166-filosofia-conceptos-fundamentales-na-nueva-introduccion-al-pensamiento-critico>. Acesso em: 1 mar. 2021.

SÁNCHEZ, José Manuel Martínez. Las Ondas Largas de Kondratieff. **Laberinto**, nº 5. Espanha. 2001. Disponível em: http://laberinto.uma.es/index.php?option=com_content&view=article&id=96:las-ondas-largas-de-kondratieff&catid=39:lab5&Itemid=54. Acesso em: 3 mai. 2021.

SANTOS, Elisangela Prudencio dos; TEIXEIRA, João Paulo Allain. Insensibilidade Da Modernidade: A Colonização da Primeira Periferia Europeia e sua Repercussão no Constitucionalismo Latino Americano. **Revista Brasileira de Teoria Constitucional**, vol. 2, nº 2. Curitiba. 2016. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/teoriainconstitucional/article/view/1539>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica de geografia a uma geografia crítica. Edusp. São Paulo. 2004.

SARTRE, Jean Paul. Introduction. In: MEMMI, Albert. **The Colonizer and the Colonized**. Earthscan. Londres. 2003.

SCHMIDT, Elizabeth. **Foreign Intervention in Africa after the Cold War**. Ohio University Press. Athens. 2018.

SEITENFUS, RICARDO. A construção da ALCA: Doutrina Monroe, Destino Manifesto, ou integração soberana? In: SEITENFUS, R.. **Manual das Organizações Internacionais**. Porto Alegre. Editora Livraria do Advogado. 3ª edição. 2003. Disponível em: <http://www.seitenfus.com.br/arquivos/construcao-alca.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2021.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das Organizações Internacionais**. Livraria do Advogado, 4ª ed. Porto Alegre. 2005.

SILVA NETO, Sertório de Amorim. O que é um paradigma? **Revista de Ciências Humanas** (UFSC), v. 45, p. 345-354. Florianópolis. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2011v45n2p345/22356>. Acesso em: 23 fev. 2021.

SILVA, Carolina Machado Cyrillo da. O STF e a Hierarquia entre Direitos Humanos e Direitos Fundamentais da Constituição Brasileira de 1988. **Revista Brasileira de Direito Constitucional** Aplicado, vol. 3, nº 1. São Gotardo. 2016. Disponível em: <https://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/direitoconstitucional/article/view/289>. Acesso em: 30 mai. 2021.

SILVA, Giuslane Francisca da; MACHADO JÚNIOR, Sérgio da Silva. O Discurso em Michel Foucault. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, vol. 8, n. 16. Dourados. 2014. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/3821>. Acesso em: 8 mar. 2021.

SILVEIRA, Diego Detoni; COSTA, Renatho José da. A Guerra Do Golfo E Sua Relação Com A Doutrina Powell. **9º SIEPE**. Santana do Livramento. 2017. Disponível em: https://guri.unipampa.edu.br/uploads/evt/arq_trabalhos/14100/seer_14100.pdf. Acesso em: 1 jun. 2021.

SIMKIN, John. American History: Hal Hendrix. **Spartacus Educational**. 1997. Disponível em: <https://spartacus-educational.com/JFKhendrixH.htm>. Acesso em: 20 jul. 2021.

SIMON, Silvana Aline Soares. De Bretton Woods Ao Plano Marshall: A Política Externa Norte-Americana em Relação à Europa (1944-1952). **Revista Relações Internacionais do Mundo Atual**. Curitiba. 2011. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/196>. Acesso em: 11 abr. 2021.

SKINNER, Quentin. **Hobbes e a Liberdade Republicana**. Editora Unesp, 1ª edição. São Paulo. 2010.

SOLDERA, Ricardo Antônio. O Imperialismo e a Era de Ouro do Capitalismo. In: Anais do 7ª Conferência Internacional de História de Empresas e IX Encontro de Pós Graduação em História Econômica. **USP/ABPHE**. Ribeirão Preto. 2019. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/ix-encontro-de-pos-graduacao-em-historia-economica>. Acesso em: 6 abr. 2021.

SOUSA, Tomás Bastian de. Política e Direitos Humanos em Marx: da Questão Judaica à Ideologia Alemã. Dissertação de Mestrado (Filosofia). **USP**. São Paulo. 2008. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-19022010-174244/publico/TOMAS_BASTIAN_DE_SOUSA.pdf. Acesso em: 27 mai. 2021.

SOUZA, AILTON DE. América Latina, conceito e identidade: algumas reflexões da história. **Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. nº 4. Macapá. 2011. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/364/n4Ailton.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2021.

SOUZA, Jessé. **A Guerra Contra o Brasil**: Como os EUA se Uniram a uma Organização Criminosa para Destruir o Sonho Brasileiro. Estação Brasil. Rio de Janeiro. 2020.

SOUZA, Yoko Nitahara. A Batalha e Okinawa Acabou? Memória, Diáspora e Fluxos Setenta Anos Depois da II Guerra. In: 30º Reunião Brasileira de Antropologia. GT 08 – Antropologia das Catástrofes: abordagens e perspectivas. **UFB**. João Pessoa. 2016. Disponível em: http://www.30rba.abant.org.br/simposio/view?ID_MODALIDADE_T_RABALHO=2&ID_SIMPOSIO=29. Acesso em: 1 jun. 2021.

SPUTNIK NEWS. Parlamento Belga Pede Sanções da UE Contra Israel se Cisjordânia for Anexada. **Sputnik News**. 2020. Disponível em: <https://br.sputniknews.com/europa/2020062615762122-parlamento-belga-pede-sancoes-da-ue-contra-israel-se-cisjordania-for-anexada/>. Acesso em: 3 ago. 2021.

SPUTNIK NEWS. Vídeo de diplomata dos EUA com organizador de protestos provoca escândalo no Quirguistão. **Sputnik News Brasil**. Brasil. 2015. Disponível em: <https://br.sputniknews.com/mundo/201506251393828/>. Acesso em: 12 mai. 2021.

SPUTNIK NEWS. Juan Guaidó é Acusado de Tentativa de Assassinato e Golpe De Estado na Venezuela. **Sputnik News Brasil**. 2020. Disponível em: <https://br.sputniknews.com/americas/2020040115400512-juan-guaido-e-acusado-de-tentativa-de-assassinato-e-golpe-de-estado-na-venezuela/>. Acesso em: 7 jul. 2021.

SPUTNIK NEWS. Operação Gedeon: Venezuelana Detida Afirma que Inteligência Colombiana Conhecia Plano Contra Maduro. **Sputnik Brasil**. 2021. Disponível em: <https://br.sputniknews.com/americas/2021012916861472-operacao-gedeon-venezuelana-detida-afirma-que-inteligencia-colombiana-conhecia-plano-contra-maduro/>. Acesso em: 7 jul. 2021.

SPYKMAN, Nicholas John. **America's Strategy in World Politics**: The United States and the Balance of Power. Harcourt, Brace and Company. New York. 1942. Disponível em: https://ia801602.us.archive.org/10/items/in.ernet.dli.2015.5673/2015.5673.Americas-Strategy-In-World-Politics_text.pdf. Acesso em 13 mai. 2021.

SPYKMAN, Nicholas John. **The Geography of Peace**. Harcourt, Brace and Company. New York. 1944, 1ª edição. Disponível em: https://books.google.com.br/books?printsec=frontcover&vid=LCCN44004373&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em 13 mai. 2021.

STAHL, Lesley. Entrevistadora do “60 minutos”, em 1996: Questionando a Ministra de Relações Exteriores dos EUA Madeleine Albright. In: LEIGH, David; WILSON, James. Counting Iraq's Victims: Dead Babies Always Figure Heavily in Atrocity Propaganda, and Osama Bin Laden is Merely the Latest to Exploit Them. But What is the Truth? **The Guardian**. Londres. 2001. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2001/oct/10/iraq.socialsciences>. Acesso em: 3 jun. 2001.

STRAKA, Tomás. 20 Años de Chavismo: El Quiebre del «Estado mágico». **Nueva Sociedad**, nº 280. Buenos Aires. 2019. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/nuso/nuso-280.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2021.

TELESUR. Colombia Reconoce que la Operación Gedeón se Planeó en Bogotá. **Telesur tv**. 2021. Disponível em: <https://www.telesurtv.net/news/colombia-reconoce-operacion-gedeon-planeo-bogota-20210318-0014.html>. Acesso em: 7 jul. 2021.

TELESUR. Venezuela Presenta Nuevas Pruebas sobre Nexo de Guaidó con Incursión Armada. **Telesur tv**. Caracas. 2020. Disponível em: <https://www.telesurtv.net/news/venezuela-demuestra-nexo-banda-criminal-pachencas-incursion-armada--20200521-0023.html>. Acesso em: 7 jul. 2021.

TEMER, Michel. Entrevista ao Roda Viva. In: REDE BRASIL ATUAL. Dilma: O Golpe Admitido por Temer no Roda Viva foi a Ponte que Bolsonaro Precisava. **Brasil de Fato**. Brasil. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/09/17/dilma-o-golpe-admitido-por-temer-no-roda-viva-foi-a-ponte-que-bolsonaro-precisava>. Acesso em: 24 mai. 2021.

THE NEW YORK TIMES. C.I.A. Established Many Links To Journalists in U.S. and Abroad. **The New York Times**. Nova Iorque. 1977. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1977/12/27/archives/cia-established-many-links-to-journalists-in-us-and-abroad-cias.html>. Acesso em: 20 jul. 2021.

THIBAUD, Clément. **Repúblicas en Armas**: Los Ejércitos Bolivarianos en la Guerra de Independencia en Colombia y Venezuela. Institut français d'études andines/Planeta Colombiana S.A. Bogotá. 2003.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América**: A questão do outro. Martins Fontes, 3ª edição. São Paulo. 2003.

TRICONTINENTAL. Dossiê nº 17: Venezuela e as Guerras Híbridas na América Latina. Instituto **Tricontinental de Pesquisa Social**. 2019. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-17-venezuela-e-as-guerras-hibridas-na-america-latina/>. Acesso em: 2 de ago. 2021.

TZU, Sun. **A arte da guerra**. L&PM Pocket. Porto Alegre. 2006.

UGALDE, Luis. La Costosa Emancipación Nacional. In: ITURRIETA, Elías Pino. **La Independencia de Venezuela**. Historia Mínima. Fundtrapet. Venezuela. 2004. Disponível em: http://w2.ucab.edu.ve/tl_files/Catedradehonor/lacostosa.pdf. Acesso em: 22 jun. 2021.

UNAM. Páginas Personales UNAM: Ruben Cuellar Laureano. **UNAM**. México. [s.d]. Disponível em: <http://paginaspersonales.unam.mx/app/webroot/index.php/ligas/consultaAcademico/alias:rubencuellar>. Acesso em: 10 fev. 2021.

UNGER, Rafael. Do debate clássico ao Imperialismo Total: o Imperialismo aprofundado. **Revista Debate Econômico**, vol. 5, nº 2. 2017. Disponível em: <https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/revistadebateeconomico/article/view/802>. Acesso em: 12 abr. 2021.

URUGUAI. Ficha País. **Oficina de Información Diplomática**. Uruguai. 2020. Disponível em: http://www.exteriores.gob.es/documents/fichaspais/uruguay_ficha%20pais.pdf. Acesso em: 7 jul. 2021.

VAZ, Angela Omati Aguiar. Procurando Entender O Oriente Médio. **Revista Don Domênico**, 8ª Edição. Guarujá. 2016. Disponível em: http://faculadadedondomenico.edu.br/revista_don/artigos8edicao/10ed8.pdf. Acesso em: 27 abr. 2021.

VENEZUELA. **Constitucion de la Republica Bolivariana de Venezuela**. 1999. Disponível em: <http://www.minci.gob.ve/wp-content/uploads/2011/04/CONSTITUCION.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2021.

VENEZUELA. **La Fuerza Armada Nacional “Bolivariana”: Estructura de Funcionamiento Actual**. Control Ciudadano.Venezuela. 2016. Disponível em: <https://controlciudadano.org/web/wp-content/uploads/1-Estructura-FANB-definitivo-CASO-1V.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2021.

VENEZUELA. **La Revolución de Independencia 1795-1830**. Centro Nacional de Historia. Caracas. 2011.

VIANA, Sarah Araújo. Do Liberalismo ao Neossocialismo na América Latina: A Perspectiva da Democracia Venezuelana Diante da Proposta Socialista de Hugo Chávez. Dissertação de Mestrado (Direito). **UNIFOR**. 2010. Disponível em: <https://uol.unifor.br/oul/ObraBdtdSiteTrazer.do?method=trazer&ns=true&obraCodigo=85330#>. Acesso em: 29 jun. 2021.

VIEIRA, Rosângela de Lima. Economia Política dos Sistemas-Mundo e as Novas Perspectivas de Pesquisas para a História Econômica. **ANPUH**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo. 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300631352_ARQUIVO_texto.pdf. Acesso em: 3 mai. 2021.

VILLA, Paula Andrea Arboleda. El Caballo de Troya Latinoamericano: El Neocolonialismo. **ALACIP**. Bogotá. 2013. Disponível em: <https://alacip.org/cong13/672-villa-7c.pdf>. Acesso em 9 jun. 2021.

VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. A nova África do Sul: política, diplomacia e sociedade (1994-2010). In: VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **África do Sul: História, Estado e Sociedade**. FUNAG/CESUL. Brasília. 2010. Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca/download/709-africa_do_Sul_-_HistoriaEstadoeSociedade.pdf. Acesso em: 5 mai. 2021.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. A política externa da Venezuela frente à globalização (1989 a 2001). In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro; CARDIM, Carlos Henrique (Org.). **Venezuela: Visões Brasileiras**. Brasília. 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **O Universalismo Europeu: A Retórica do Poder**. São Paulo. Boitempo. 2007.

WALSH, Marcelo Vieira. A Atuação do Brasil Frente à Crise das Malvinas/Falklands (1982). Dissertação de Mestrado (História). **Universidade de Brasília**. Brasília. 1997. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16173/1/1997_MarceloVieiraWalsh.pdf. Acesso em: 30 jun. 2021.

WARDEN, John. The Enemy as a System. In: **AirPower Journal**, vol. IX, nº 1. Alabama. 1995. Disponível em: https://www.airuniversity.af.edu/Portals/10/ASPJ/journals/Volume-09_Issue-1-Se/1995_Vol9_No1.pdf. Acesso em: 13 mai. 2021.

WASHINGTON POST. Read the Attachments to the General Services Agreement Between the Venezuelan Opposition and Silvercorp. **Washington Post**. Washington. 2020. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/context/read-the-attachments-to-the-general-services-agreement-between-the-venezuelan-opposition-and-silvercorp/e67f401f-8730-4f66-af53-6a9549b88f94/>. Acesso em: 7 jul. 2021.

WEIGERT, Hans. **Geopolítica: Generales Y Geografos**. Fondo de Cultura Economica. Versão Espanhola de Ramón Iglesia. México. 1943. Disponível em: <https://archive.org/details/Geopolitica.GeneralesYGeografos.HansWeigert/page/n15/mode/2up>. Acesso em: 10 fev. 2021.

WIECZOREK, Tomás. Juan Bautista Alberdi - Mariano Fraguero: Un Debate Teórico-Político en el Momento Constituyente de 1853. Tese de Doutorado (Ciências Sociais). **Universidad de Buenos Aires**. Buenos Aires. 2019. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/80984>. Acesso em: 10 jun. 2021.

WITTKOWSKI, Ana Graça Correia. Conferência de Berlim usurpou África e instaurou campo de concentração. **Carta Capital**. São Paulo. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/artigo/conferencia-de-berlin-usurpou-africa-e-instaurou-campo-de-concentracao/>. Acesso em: 13 abr. 2021.

WOOD, Ellen Meiksins. **A Origem do Capitalismo**. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 2001.

XAVIER, Teresa. Crise política, social e epidémica na Tunísia preocupa os EUA. **RFI**. 2021. Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/%C3%A1frica/20210727-crise-pol%C3%ADtica-social-e-epid%C3%A9mica-na-tun%C3%ADsia-preocupa-os-eua>. Acesso em 2 ago. 2021.

YEE, Vivian. In Tunisia, Some Wonder if the Revolution Was Worth It. **The New York Times**. Nova Iorque. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/01/19/world/middleeast/tunisia-protests-arab-spring-anniversary.html>. Acesso em: 2 ago. 2021.

ZAHREDDINE, Danny; TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. A Ordem Regional no Oriente Médio 15 Anos após os Atentados de 11 de Setembro. **Revista de Sociologia e Política**, vol. 23, nº 53, p. 71-98. Curitiba. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v23n53/0104-4478-rsocp-23-53-0071.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2021.

ZIEMANN, W.; LANZENDIJRFER, M. The State in Peripheral Societies. **Socialist Register**, vol. 14. Estados Unidos/Reino Unido. 1977. Disponível em: <https://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/5412>. Acesso em: 17 mai. 2021.

ZIMA, Theodor. Hybrid War and Neocolonialism: Rewriting History. **Kootneeti**. Nova Deli. 2020. Disponível em: <https://thekootneeti.in/2020/04/15/hybridwar-neocolonialism-rewriting-hist/>. Acesso em: 20 mai. 2021.

ZIMMERMAN, Peter. Experts Look Again at Wartime Satellite Photos. **Tampa Bay Times**. Flórida. 2005. Disponível em: <https://www.tampabay.com/archive/1991/09/15/experts-look-again-at-wartime-satellite-photos/>. Acesso em: 3 jun. 2021.

ANEXO A – CARTA COM PEDIDO DE DESCULPAS ENCAMINHADA PELO PRESIDENTE DA ARGENTINA ALBERTO FERNÁNDEZ AO PRESIDENTE BOLIVIANO LUIS ARCE.



Presidente de la Nación Argentina

Buenos Aires, 8 de julio de 2021

Sr. Presidente del Estado Plurinacional de Bolivia

Dr. Luis Arce Catacora

De mi mayor consideración:

Me dirijo a usted con el dolor y la vergüenza que me causó haber tomado conocimiento, por medio de la publicación de la nota remitida por autoridades militares bolivianas el 15 de noviembre de 2019 al entonces Embajador argentino en su país, Normando Álvarez García, de la colaboración del Gobierno del Presidente Mauricio Macri con las fuerzas que perpetraron el Golpe de Estado contra el Gobierno Constitucional del presidente Evo Morales.

Quiero en primer lugar pedirle disculpas a su gobierno y a su pueblo en nombre del pueblo argentino. Se constató que desde nuestro país se remitió una partida de material que no puede ser interpretada sino como un refuerzo a la capacidad de acción de las fuerzas de sediciosas contra la población boliviana en esos días. Se trató de una colaboración decidida por el gobierno del entonces Presidente Mauricio Macri con la represión militar y policial que sufrieron quienes defendían el orden institucional en su país.

Estos hechos están siendo analizados por un Grupo Interdisciplinario de Expertos Independientes de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos.

Guardo para tranquilidad de mi conciencia, haber hecho cuanto estuvo a mi alcance para preservar la vida de Evo Morales, Álvaro García Linera y muchos otros hermanos bolivianos asediados por los golpistas.

Nuestras democracias están fuertes. Tenemos que seguir trabajando juntos para consolidarlas.


Con el respeto y afecto de siempre,

Sinceramente


Alberto Fernández

Presidente de la República Argentina

ANEXO B – DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO COMANDANTE GERAL DA FORÇA AÉREA BOLIVIANA JORGE GONZALES TERCEROS LARA AO EMBAIXADOR DA ARGENTINA NA BOLÍVIA NORMANDO ÁLVAREZ GARCÍA.



Fuerza Aérea Boliviana
Comando General



Dpto. IV-LOG. Secc. Mat. Bél. N° 89/19
 Objeto: Expresar agradecimiento
 Anexos: s/a

La Paz, 13 de noviembre de 2019

Sr. Dr. Normando Álvarez García
EMBAJADOR DE LA REPÚBLICA ARGENTINA EN BOLIVIA
Presente. -

Excelentísimo señor Embajador:

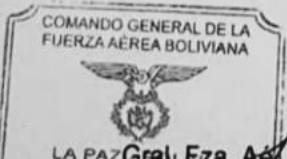
A tiempo de hacerle llegar el más cordial saludo, tengo bien a dirigirme a su distinguida persona a objeto de agradecerle por la colaboración prestada a esta institución armada, en el marco del apoyo internacional entre nuestros países, debido a la situación conflictiva que vive Bolivia.

Asimismo, me permito comunicarle que se recibió el siguiente material bélico de agentes químicos:

1. 40.000 Cartuchos AT 12/70
2. 18 Gases Lacrimógeno en Spray MK-9
3. 0 5 Gases Lacrimógeno en Spray MK-4
4. 50 Granadas de gas CN.
5. 19 Granadas de gas CS.
6. 52 Granadas de gas HC.

Con este motivo reitero al Excelentísimo señor Embajador, las seguridades de mi más alta consideración.

**"EL MAR NOS PERTENECE POR DERECHO,
RECUPERARLO ES UN DEBER"**



LA PAZ **Gral. Fza. Aé. Jorge Gonzalo Terceros Lara**
COMANDANTE GENERAL DE LA FUERZA AÉREA BOLIVIANA

COAG/COGR/DEBG/MSM.